

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

*(entrada, cf. orientação da autora.)*  
Alicia Marta Bercovich Grunmann

## “ ONDA JOVEM, MERCADO DE TRABALHO E VIOLÊNCIA: UM ENFOQUE DEMOGRÁFICO ”

Tese de Doutorado em Ciências Sociais apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, sob orientação da Profa. Dra. Elza Salvatori Berquó.

Este exemplar corresponde à versão final da tese defendida e aprovada em 30/03/04, perante à Banca Examinadora.

Banca Examinadora:

Profa. Dra. Elza Salvatori Berquó

Prof. Dr. Eduardo Luiz Gonçalves Rios Neto

Profa. Dra. Elisabete Dória Bilac

Prof. Dr. Sergio França Adorno de Abreu

Profa. Dra. Suzana Marta Cavenaghi

03/2004

Campinas, SP

UNICAMP  
BIBLIOTECA CENTRAL  
SEÇÃO CIRCULANTE

UNIDADE	BC
Nº CHAMADA	BAUNICAMP
	B4510
V	EX
TOMBO BC/	62.668
PROC.	16-26-05
C	<input type="checkbox"/>
D	<input checked="" type="checkbox"/>
PREÇO	11,00
DATA	1º/3/05
Nº CPD	

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA  
BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP

PO 10

B4510 Bercovich, Alicia  
Onda jovem, mercado de trabalho e violência : um enfoque demográfico / Alicia Bercovich. - - Campinas, SP : [s. n.], 2004.

Orientador: Elza Salvatori Berquó.  
Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas,  
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Distribuição etária (Demografia). 2. Mercado de trabalho.  
3. Jovens. 4. Violência. I. Berquó, Elza Salvatori. II.  
Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e  
Ciências Humanas. III. Título.

## Agradecimentos

Esta tese é o resultado de reflexões, discussões e trabalhos de mais de duas décadas de trajetória profissional, nas quais pude contar com o apoio e a colaboração de pessoas e Instituições que de alguma forma contribuíram para que se tornasse realidade.

Mesmo não sendo exaustiva em relação a todos os que me ajudaram gostaria de agradecer aqueles que foram particularmente importantes na realização do trabalho.

A Elza Berquó, orientadora desta tese, que me abriu os caminhos da pesquisa científica e me apoiou nos momentos mais difíceis.

A Vilmar Faria, *in memoriam*, meu professor e primeiro orientador, que possibilitou oportunidades que ampliaram meus horizontes e perspectivas.

Aos colegas com quem compartilhei a autoria em trabalhos que fazem parte desta tese. A Heitor Vellôzo, que me introduziu no mundo dos censos, e que de forma generosa compartilhou comigo seus conhecimentos inclusive da história não escrita, minha homenagem póstuma. A Felícia Madeira, amiga, companheira de descobertas, co-autora de vários trabalhos fundamentais para o resultado final desta tese, com quem muito aprendi e cuja visão de socióloga enriqueceu substancialmente nossas abordagens. A Emilio Dellasoppa, Eduardo Arriaga e Haroldo Torres, pelas discussões e trabalho conjunto.

Ao IBGE, responsável pela minha transição profissional da matemática para a demografia, que me permitiu um olhar criativo e a implementação de inovações metodológicas nesta área. A Martha Mayer e Zélia Bianchini, que sempre apoiaram essas iniciativas. A Jacqueline Manhães, meu reconhecimento especial pela colaboração incansável, pela solidariedade e pela amizade. A Aida Laura Souza e Nanci Gonçalves pela presença e apoio nesta trajetória. A Eliane Xavier, Cezar Camardella e equipe do Comitê 2000, sempre dispostos a colaborar e aceitar novos desafios. Aos demais colegas do IBGE com os que compartilhei frutíferas discussões.

Meu agradecimento ao Núcleo de Estudos da População (NEPO) da Universidade de Campinas pela formação teórica e pelo estímulo para a realização deste trabalho. A

Suzana Cavenaghi, minha primeira estagiária, atual colega e interlocutora. Aos demais colegas do NEPO, por seu apoio permanente.

À CAPES, que me concedeu bolsa, apoiando parte deste percurso.

Ao Population Research Center, da Universidade do Texas, pela oportunidade de ampliar conhecimentos. A Joe Potter, pela ajuda e as discussões que contribuíram para meu amadurecimento profissional.

À Fundação SEADE que também fez parte da minha formação profissional.

A Neide Patarra, amiga e colega do NEPO, do SEADE e do IBGE, pela presença, sugestões e palavras de alento quando as dificuldades pareciam intransponíveis.

A Magdalena Goes, grande amiga e colega, que com suas observações e críticas construtivas, me leva, continuamente, a enxergar as idéias sob outras perspectivas.

A Sergio Adorno, sempre disposto a me apoiar no processo de criação deste trabalho. A Norberto Dachs, Jacques Levin e Maria Helena de Mello Jorge, pela inestimável ajuda na obtenção de materiais, pelos comentários e sugestões.

A Ana Maria Hoette pela ajuda do seu olhar original e analítico.

A Emilio, pai dos meus filhos, pelo estímulo e carinho ao longo dos anos compartilhados.

Aos meus pais, pelo apoio incondicional e pelo exemplo.

A Arnaldo, companheiro e amigo, pela presença e apoio carinhoso, mesmo nos momentos mais aflitivos, criando condições para que eu pudesse me dedicar integralmente ao trabalho na sua etapa final.

Ao meu neto Daniel e sua mãe Regina. Aos meus filhos Pablo e Mariano e à minha filha Luciana, amiga e colaboradora, a todos eles agradeço pelo companheirismo, paciência e pelos bons momentos.

## Resumo

A tese trata das *descontinuidades demográficas* no Brasil, com seu desdobramento na configuração das chamadas *ondas jovens*, e da questão da crescente violência entre os jovens, particularmente nos grandes centros metropolitanos.

A observação dos dados censitários a partir dos anos quarenta permitiu detectar, através da análise de coortes, a presença das *descontinuidades demográficas*, definir e mensurar as *ondas de jovens* por elas geradas e o desenvolvimento de uma metodologia para o estudo das descontinuidades e ondas nos diversos grupos sociais.

Avalia-se o impacto das ondas de jovens na composição do mercado de trabalho nas três últimas décadas e elaboram-se reflexões sobre seus desdobramentos no cenário sócio-político, apontando as concordâncias e descompassos entre os fenômenos demográficos e o contexto econômico e social de cada período.

Analisa-se os indicadores de violência entre os jovens, aproximados pelo número de anos de vida perdidos por causas violentas, na década de oitenta, para Brasil, as Grandes Regiões e as Áreas Metropolitanas de Rio de Janeiro e São Paulo. Os indicadores destas duas áreas foram calculados também para a década de noventa verificando sua evolução em termos absolutos e relativos. Inclui-se ainda uma análise da evolução da composição da mortalidade de jovens por causas externas, em particular a participação do grupo dos homicídios e a utilização de armas de fogo.

O trabalho mostra o forte potencial da Demografia como ciência social aplicada e sua especificidade na mensuração e análise de fenômenos relevantes para o planejamento, monitoramento e avaliação de ações que visem à melhoria das condições de vida e diminuição das desigualdades presentes na sociedade brasileira.

## Abstract

The thesis deals with *demographic discontinuities* in Brazil, their consequences on the configuration of the so-called *young waves*, and the issue of increasing violence amongst young people, especially in the large metropolitan centers.

Observation of the census data as from the Forties enabled the presence of *demographic discontinuities* to be detected by cohort analysis, the *young waves*, generated by them to be defined and measured and a methodology to be developed to study the discontinuities and waves in the various social groups.

The impact of the waves of young people on the composition of the labor market over the last three decades is evaluated and reflections on their consequences on the socio-political scenario are made, indicating the concordances and mismatches between the demographic phenomena and the economic and social context of each period.

The indicators of violence amongst young people are analyzed, considering the number of years of life lost due to violent causes as a proxy for them. The calculations are done for Brazil, the regions and the metropolitan areas of Rio de Janeiro and Sao Paulo, in the Eighties, and updated for the Nineties, for the last two areas, verifying their changes in absolute and relative terms. An analysis of the evolution of the composition of the mortality of young people due to external causes is also included, especially the participation in the homicides and the use of firearms.

The work shows the strong potential of Demography as an applied social science and its specialty in measuring and analyzing phenomena that are relevant to the planning, monitoring and evaluation of actions aimed at improving living conditions and diminishing the inequalities of Brazilian society.

## Sumário

Introdução.....	01
<b>Parte 1 - Descontinuidades, Jovens e o Mercado de Trabalho.....</b>	<b>08</b>
<b>Capítulo 1. Notas sobre aparentes contradições na estrutura por idade e sexo no Censo Demográfico de 1980.....</b>	<b>09</b>
Análises sobre a qualidade das declarações sobre idade.....	12
Índice de Myers.....	12
Declarações de idade presumida.....	16
Cálculo das razões de idade.....	16
Idade ignorada.....	19
Enumeração de crianças menores de 1 ano.....	19
Análise da evolução das taxas de fecundidade e mortalidade para o Brasil	20
Variação da participação de cada grupo etário feminino na população total e na população feminina.....	20
Proporção de mulheres em idade fértil no total da população.....	21
Taxa média geométrica de crescimento anual da população e taxas de mortalidade e natalidade nos intervalos intercensitários.....	22
Razão crianças-mulheres – relação entre o número de crianças menores de 5 anos e as mulheres de 15-40 – relação entre esses grupos deslocados um quinquênio.....	23
Fecundidade total e taxas específicas por idade.....	24
Análises a nível de UF.....	26
Proporção de mulheres em idade fértil.....	27
Razões crianças – mulheres.....	27
Fecundidade.....	32
Ordenação das UFs segundo as variáveis demográficas.....	39
<b>Capítulo 2. Descontinuidades demográficas no Brasil e no Estado de São Paulo.....</b>	<b>79</b>
Caracterização das descontinuidades.....	82
Distribuição etária da população.....	82
Crescimento entre coortes.....	95
A evolução de uma coorte: a coorte jovem.....	104
Algumas considerações metodológicas.....	108

Estimativa da população.....	108
Crescimento entre coortes.....	109
Aplicação ao crescimento intercensitário.....	110
A guisa de conclusão.....	111
<b>Capítulo 3. A “onda jovem” e seu impacto na População Economicamente Ativa de São Paulo.....</b>	<b>115</b>
Os estímulos para estudos de políticas juvenis e dinâmica demográfica....	117
Conjuntura demográfica e conjuntura econômica.....	122
Os anos 70.....	122
Os anos 80.....	125
Adolescentes e jovens no mercado de trabalho: causas, condições e motivações.....	129
À Guisa da Conclusão.....	140
<b>Capítulo 4. Descontinuidades Demográficas.....</b>	<b>144</b>
A onda Jovem.....	146
Mercado de Trabalho Masculino.....	150
Mercado de Trabalho Feminino.....	158
O desafio da virada do século.....	163
<b>Capítulo 5. Descontinuidades demográficas, onda jovem e mercado de trabalho: o que nos diz o Censo Demográfico 2000.....</b>	<b>167</b>
Estruturas etárias e descontinuidades demográficas – 1960-2000.....	169
Variações no tamanho das coortes.....	175
A Onda Jovem.....	180
A Onda Jovem e o Mercado de Trabalho.....	188
<b>Parte 2 - Os Jovens e a Violência.....</b>	<b>208</b>
<b>Capítulo 6. Jovens, Violência e Demografia no Brasil. Algumas reflexões a partir dos indicadores de violência.....</b>	<b>209</b>
Temas da pesquisa.....	211
Dados e métodos.....	212
Resultados.....	213
A situação nas Áreas Metropolitanas do Rio de Janeiro e de São Paulo....	217
Os jovens de 15 a 24 anos entre 1980 e 1991.....	217
Mudanças nas curvas de mortalidade: Brasil e Grandes Regiões.....	218

Análise da mortalidade proporcional por homicídios, acidentes de transporte e outras violências no Brasil e nas Grandes Regiões.....	220
Uma abordagem macro em diálogo com uma micro.....	225
Impunidade e redes de colusão na "democracia compactuada".....	228
Relações conclusivas. Lógica e funcionamento do conluio.....	231
Mais traços no percurso fenomenológico.....	236
A sociabilidade em tempos difíceis.....	239
A desigualdade em relação à morte como expressão de desigualdades extremas.....	241
Transformações demográficas e mentalidades.....	242
Conclusões.....	243
<b>Capítulo 7. A violência nas últimas décadas do século XX: o caso das áreas Metropolitanas do Rio de Janeiro e de São Paulo.....</b>	<b>276</b>
Dados e Métodos.....	279
Anos de vida Perdidos.....	282
A mudança das curvas de mortalidade da Região Metropolitana do Rio de Janeiro e da Região Metropolitana de São Paulo.....	308
Comentários finais.....	309
<b>Considerações finais.....</b>	<b>312</b>
<b>Bibliografia.....</b>	<b>316</b>
<b>Apêndice.....</b>	<b>331</b>

## Índice de Tabelas

### Capítulo 1

1. Índice de Myers Brasil 1960 População total.....	12
2. Índice de Myers Brasil 1970 População total.....	13
3. Índice de Myers Brasil 1980 População total.....	13
4. Índice de Myers Brasil 1980 População masculina.....	14
5. Índice de Myers Brasil 1980 População feminina.....	14
6. Índice de Myers Brasil 1980 População por idade presumida.....	15
7. Índice de Myers Brasil 1980 População por idade calculada.....	15
8. População e cálculo das razões de idade Brasil 1960-1980.....	17
9. Cálculo dos índices de masculinidade e dos índices de precisão das Nações Unidas, por sexo, segundo os grupos de idade Brasil 1960-1980.....	18
10. População residente de menores de 1 ano de idade e Crianças nascidas vivas.....	19
11. População residente feminina e proporção dos grupos etários femininos na população Brasil 1960-1980.....	20
12. Proporção de mulheres em idade fértil no total da população Brasil 1950-1980.....	21
13. Decomposição da taxa média geométrica de crescimento anual da população Brasil 1940-1980.....	22
14. Razões crianças/mulheres Brasil 1940-1980.....	23
15. Taxa de fecundidade específica, por situação do domicílio, segundo os grupos de idade da mãe Brasil 1970-1980.....	25
16. Taxa de fecundidade específica, por situação do domicílio, segundo os grupos de idade da mãe Brasil 1970-1980 (coeficientes corrigidos pela técnica de Brass).....	25
17. População residente total e de mulheres em idade fértil, segundo as Unidades da Federação 1960-1980.....	28
18. Proporção de mulheres de 20 a 34 anos na população total, segundo as Unidades da Federação 1960-1980.....	29
19. Razões crianças/mulheres segundo as Unidades da Federação 1960-1980.....	32
20. Razões crianças/mulheres segundo as Unidades da Federação 1960-1980.....	33
21. Taxa de fecundidade total, por situação do domicílio, segundo as Unidades da Federação 1970-1980.....	32

22. Taxa de fecundidade total, por situação do domicílio, segundo as Unidades da Federação - 1970-1980 (coeficientes corrigidos pela técnica de Brass).....	33
23. Valores dos fatores de correção, calculadas pela técnica de Brass segundo as Unidades da Federação 1970-1980.....	34
24. Ordenação das Unidades da Federação, segundo as diversas variáveis demográficas 1980.....	35
25. Ordenação das Unidades da Federação, segundo as diversas variáveis demográficas 1970.....	37
<b>Capítulo 2</b>	
1. Brasil 1890-2000 Diferença entre coortes.....	110
<b>Capítulo 3</b>	
1. Taxas masculinas e femininas de atividades econômicas por idade – São Paulo.....	123
2. São Paulo 1970-1989 – Participação dos grupos etários no mercado de trabalho.....	123
3. São Paulo 1970-1989 – Proporção de economicamente ativos no incremento de população.....	127
4. Distribuição da população ocupada masculina e feminina por setor de atividade – São Paulo.....	130
<b>Capítulo 5</b>	
1. Taxa de atividade na população e no incremento da população homens Brasil – 1970-2000.....	196
2. Distribuição relativa da população economicamente ativa por sexo no mercado de trabalho, segundo grupos de idade selecionados, Brasil 1970 - 2000.....	199
3. Distribuição relativa da população ocupada por sexo, segundo o setor de atividade Brasil, 1980 – 2000.....	200
<b>Capítulo 6</b>	
1. Número de anos perdidos desde os 15 até os 64 anos por tipo de causa – 1980.....	248
2. Número de anos perdidos desde os 15 até os 64 anos por tipo de causa – 1991.....	249
3. Proporção de óbitos por causas externas no total de óbitos – Brasil e Grandes Regiões, homens - 1980-1991.....	250
4. Proporção de homicídios e outras violências no total de causas externas - Brasil e Grandes Regiões 1980-1991.....	251

5. Proporção de homicídios provocados por ataque com armas de fogo, explosivos ou armas brancas - homens, 1980 – 1991.....	252
6. Proporção de lesões por armas de fogo, explosivos ou armas brancas no total de causas em que se ignora se foram intencionais ou acidentais homens 1980 – 1991.....	253

### Capítulo 7

1. Número de anos perdidos por grupo de idade e tipo de causa – Homens – RMRJ e RMSP.....	285
2. Números de anos perdidos por grupo de idade e tipo de causa Mulheres RMRJ e RMSP.....	286
3. Proporção de óbitos e proporção total de anos perdidos por violência..	289
4. Número de anos perdidos por causas violentas Homens de 15 a 64 anos.....	297
5. Número de anos perdidos por causas violenta Mulheres de 15 a 64 anos.....	297

## Índice de Gráficos

### Capítulo 1

1. População residente por grupos de idade Brasil 1980.....	41
2. População residente por grupos de idade Brasil 1970.....	42
3. População residente por grupos de idade Brasil 1960.....	43
4. População residente por grupos de idade São Paulo 1980.....	44
5. População residente por grupos de idade Rio Grande do Sul 1980.....	45
6. População residente por grupos de idade Rio de Janeiro 1980.....	46
7. População residente por grupos de idade Santa Catarina 1980.....	47
8. População residente por grupos de idade Brasil 1976.....	48
9. População residente por grupos de idade Brasil 1977.....	49
10. População residente por grupos de idade Brasil 1978.....	50
11. População residente por grupos de idade Brasil 1979.....	51
12. População residente, urbana, por grupos de idade Brasil 1980.....	52
13. População residente, rural, por grupos de idade - Brasil - 1980.....	53
14. População residente, por anos de idade Brasil 1960.....	54
15. População residente, por anos de idade Brasil 1970.....	55
16. População residente, por anos de idade Brasil 1980.....	56
17. Razões de idade Brasil 1960-1970-1980.....	57
18. Padrão de fecundidade Brasil - 1970-1972-1973-1976-1977-1980.....	58
19. População residente, por grupos de idade - Brasil - 1950-1960-1970-1980.....	59
20. Superposição das pirâmides populacionais - Brasil - 1950-1960-1970-1980.....	60
21. População residente, por grupos de idade Amazonas 1980.....	61
22. População residente, por grupos de idade Pará 1980.....	62
23. População residente, por grupos de idade Maranhão 1980.....	63
24. População residente, por grupos de idade Bahia 1980.....	64
25. População residente, por grupos de idade São Paulo 1970.....	65
26. População residente, por grupos de idade Rio de Janeiro 1970.....	66
27. População residente, por grupos de idade Rio Grande do Sul 1970.....	67
28. População residente, urbana, por grupos de idade São Paulo 1980.....	68
29. População residente, rural, por grupos de idade São Paulo 1980.....	69

30. População residente, urbana, por grupos de idade Rio Grande do Sul 1980.....	70
31. População residente, rural, por grupos de idade Rio Grande do Sul 1980.....	71
32. População residente, urbana, por grupos de idade Bahia 1980.....	72
33. População residente, rural, por grupos de idade Bahia 1980.....	73
34. População residente, por grupos de idade Brasil 1960-1970-1980 – Diagrama de Lexis.....	74
35. População residente, por grupos de idade Brasil 1960.....	75
36. População residente, por grupos de idade Brasil 1970.....	76
37. População residente, por grupos de idade Brasil 1980.....	77

## Capítulo 2

1. Brasil 1950-1975 Distribuição etária.....	83
2. Brasil 1975-2000 Distribuição etária.....	84
3. Brasil 1975-2000 Distribuição etária.....	84
4. Brasil 1980 População urbana.....	86
5. Brasil 1980 População rural.....	87
6. São Paulo, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro 1980.....	88
7. Bahia e Pará 1980.....	89
8. Brasil 1980 Estrutura por idade e sexo População pertencente à famílias cujo chefe é branco.....	90
9. Brasil 1980 Estrutura por idade e sexo População pertencente à famílias cujo chefe não é branco.....	90
10. Brasil 1980 Pessoas pertencentes a famílias com renda familiar entre 1 e 2 salários mínimos.....	91
11. Brasil 1980 Pessoas pertencentes a famílias com renda familiar entre 2 e 5 salários mínimos.....	91
12. Brasil 1980 Pessoas pertencentes a famílias cujo chefe é empregado em ocupações não manuais.....	92
13. Brasil 1980 Pessoas pertencentes a famílias chefiadas por um empregado em ocupações manuais típicas da zona urbana.....	92
14. São Paulo 1950-2000 Distribuição etária.....	94
15. São Paulo 1980-2000 Distribuição etária.....	94
16. Brasil 1910-2000 Crescimento entre coortes.....	97
17. Brasil 1910-1980 Diferença no número de nascimentos.....	98
18. São Paulo 1935-2000 Crescimento entre coortes.....	100

19. Brasil 1910-1980 Diferença no número de nascidos População branca	102
20. Brasil 1910-1980 Diferença no número de nascidos População não-branca.....	102
21. Brasil 1910-1980 Diferença no número de nascidos urbanos e rurais...	103
22. Brasil 1950-2005 Incremento das coortes jovens.....	105
23. São Paulo 1930-2010 – Incremento das coortes jovens.....	105
24. São Paulo 1930-2010 – Incremento das coortes jovens (valores corrigidos).....	107
25. Brasil 1940-1980 – Crescimento entre coortes.....	111
<b>Capítulo 3</b>	
1. Brasil 1950-2005 – Incremento das coortes jovens.....	120
2. Brasil 1930-2010 – Incremento das coortes jovens.....	120
3. São Paulo – Número de homens economicamente ativos 1970.....	124
4. São Paulo – Número de homens economicamente ativos 1980.....	124
5. Diferenças numéricas de homens economicamente ativos 1970/1980..	126
6. Diferenças numéricas de homens economicamente ativos 1981/1989..	126
7. São Paulo – Número de economicamente ativos 1981.....	128
8. São Paulo – Número de economicamente ativos 1989.....	128
9. São Paulo – Diferenças no número de homens ocupados – Setores de atividades.....	131
10. São Paulo – Número de homens empregados 1981.....	131
11. São Paulo – Número de homens empregados 1989.....	132
12. São Paulo – Número de homens autônomos 1981.....	132
13. São Paulo – Número de homens autônomos 1989.....	133
14. São Paulo (1981-1989) – Diferenças no número de homens ocupados.	133
<b>Capítulo 4</b>	
1. Incremento quinquenal entre coortes - Estado de São Paulo 1991/1996	149
2. Incremento no número de homens ocupados e na população total – Estado de São Paulo – 1970-1995.....	154
3. Incremento no número de mulheres ocupadas e na população total – Estado de São Paulo – 1970-1995.....	162
4. Pirâmide etária do emprego, por sexo – Estado de São Paulo 1990-1995.....	166
<b>Capítulo 5</b>	
1. Estrutura etária por sexo – Brasil (1960).....	171
2. Estrutura etária por sexo – Brasil (1970).....	171
3. Estrutura etária por sexo – Brasil (1980).....	171

4. Estrutura etária por sexo – Brasil (1980).....	172
5. Estrutura etária por sexo – Brasil (1991).....	172
6. Estrutura etária por sexo – Brasil (2000).....	172
7. Estrutura etária por sexo – Brasil Urbano 1980.....	173
8. Estrutura etária por sexo – Brasil Urbano 1991.....	173
9. Estrutura etária por sexo – Brasil Urbano 2000.....	173
10. Estrutura etária por sexo – Brasil Rural 1980.....	174
11. Estrutura etária por sexo – Brasil Rural 1991.....	174
12. Estrutura etária por sexo – Brasil Rural 2000.....	174
13. Variação no tamanho das coortes – Brasil,1922-2000.....	175
14. Variação no tamanho das coortes – São Paulo 1922-2000.....	178
15. Variação no tamanho das coortes – Sudeste 1922-2000.....	178
16. Variação no tamanho das coortes – Nordeste 1922-2000.....	179
17. Variação do número de jovens de 15 a 19 anos e 20 a 24 anos, Brasil - 1930-2015.....	181
18. Variação do número de jovens - 15 a 24 anos, Brasil - 1930-2010.....	182
19. Variação do número de jovens de 15 a 19 anos e 20 a 24 anos, São Paulo - 1930-2015.....	183
20. Variação do número de jovens - 15 a 24 anos, São Paulo - 1930-2010	184
21. Variação do número de jovens de 15 a 19 anos e 20 a 24 anos, Região Metropolitana de São Paulo – 1930-2015.....	185
22. Variação do número de jovens - 15 a 24 anos, Região Metropolitana de São Paulo - 1930-2010.....	185
23. Variação do número de pessoas idosas - 65 a 79 anos – Brasil.....	187
24. Variação do número de pessoas de 65 a 79 anos – Brasil.....	187
25. Variação do número de pessoas e de pessoas economicamente ativas do sexo masculino, segundo os grupos de idade, Brasil - 1970-1980....	188
26. Variação do número de pessoas e de pessoas economicamente ativas do sexo masculino, segundo os grupos de idade, Brasil - 1980-1991....	190
27. Variação do número de pessoas e de pessoas economicamente ativas do sexo masculino, segundo os grupos de idade, Brasil – 1991-2000...	191
28. Variação do número de pessoas e de pessoas economicamente ativas do sexo feminino, segundo os grupos de idade Brasil - 1970-1980.....	193
29. Variação do número de pessoas e de pessoas economicamente ativas do sexo feminino, segundo os grupos de idade, Brasil - 1980-1991.....	193
30. Variação do número de pessoas e de pessoas economicamente ativas do sexo feminino, segundo os grupos de idade, Brasil – 1991-2000.....	194

31. Variação do número de pessoas, pessoas economicamente ativas e de pessoas ocupadas do sexo masculino, Brasil - 1970 –1980.....	198
32. Variação do número de pessoas, pessoas economicamente ativas e de pessoas ocupadas do sexo masculino, Brasil - 1980 –1991.....	198
33. Variação do número de pessoas, pessoas economicamente ativas e de pessoas ocupadas do sexo masculino, Brasil - 1991 – 2000.....	198
34. População economicamente ativa, masculina, segundo os grupos de idade Brasil 1970-2000.....	201
35. População economicamente ativa, feminina, segundo os grupos de idade Brasil1970-2000.....	201
36. População economicamente ativa, masculina, segundo os grupos de idade Brasil 1970-2000.....	202
37. População economicamente ativa, feminina, segundo os grupos de idade Brasil-1970-2000.....	202
38. Pirâmide etária - Brasil, Indústria, 1970, 1980, 1991 e 2000.....	204
39. Pirâmide etária - Brasil, Comércio, 1970, 1980, 1991 e 2000.....	204
40. Pirâmide etária - Brasil, Serviços, 1970, 1980, 1991 e 2000.....	204
41. Pirâmide etária - Brasil, Indústria, 1990, 1995 e 2001.....	206
42. Pirâmide etária - Brasil, Comércio, 1990, 1995 e 2001.....	206
43. Pirâmide etária - Brasil, Serviços, 1990, 1995 e 2001.....	206
<b>Capítulo 6</b>	
1. Números de anos perdidos segundo tipo de causa – Grandes Regiões 1980.....	254
2. Números de anos perdidos segundo tipo de causa – Grandes Regiões 1991.....	255
3. Números de anos perdidos segundo tipo de causa - Brasil, Nordeste, Sudeste, RMRJ e RMSP 1980.....	256
4. Números de anos perdidos segundo tipo de causa - Brasil, Nordeste, Sudeste, RMRJ e RMSP 1991.....	257
5. Números de anos perdidos segundo tipo de causa – Jovens de 15 a 24 anos, 1980-1991.....	258
6. Taxas específicas de mortalidade - Brasil e Grandes Regiões 1980-1991.....	259
7. Taxas específicas de mortalidade - Brasil e Grandes Regiões 1980-1991.....	260
8. Taxas específicas de mortalidade - BRASIL e Grandes Regiões 1980-1991.....	261
9. Homens - Proporção no Total das Causas Externas por Grupo Etário – Brasil e Grandes Regiões 1980-1991.....	262

10. Homens - Proporção no Total das Causas Externas por Grupo Etário – Brasil e Grandes Regiões 1980-1991.....	263
11. Homens - Proporção no Total das Causas Externas por Grupo Etário – Brasil e Grandes Regiões 1980-1991.....	264
12. Mulheres - Proporção no Total das Causas Externas por Grupo Etário - Brasil e Grandes Regiões 1980-1991.....	265
13. Mulheres - Proporção no Total das Causas Externas por Grupo Etário – Brasil e Grandes Regiões 1980-1991.....	266
14. Mulheres - Proporção no Total das Causas Externas por Grupo Etário - Brasil e Grandes Regiões 1980-1991.....	267
15. Mulheres - Proporção no Total das Causas Externas por Grupo Etário – Brasil e Grandes Regiões 1980-1991.....	268
16. Proporção de óbitos por homicídios segundo o tipo de violência - Brasil e Grandes Regiões 1980-1991.....	269
17. Proporção de óbitos por homicídios segundo o tipo de violência - Brasil e Grandes Regiões 1980-1991.....	270
18. Proporção de óbitos por outras causas violentas - Brasil e Grandes Regiões 1980-1991.....	271
19. Proporção de óbitos por outras causas violentas - Brasil e Grandes Regiões 1980-1991.....	272
20. Proporção de óbitos por outras causas violentas - Brasil e Grandes Regiões 1980-1991.....	273
21. Proporção de óbitos por outras causas violentas - Brasil e Grandes Regiões 1980-1991.....	274

## Capítulo 7

1. Número de Anos Perdidos por Causas Violentas e Grupos de Idade – Região Metropolitana do Rio de Janeiro 1980-2000 Homens.....	283
2. Número de Anos Perdidos por Causas Violentas e Grupos de Idade - Região Metropolitana de São Paulo Paulo 1980-2000 Homens.....	283
3. Número de Anos Perdidos por Causas Naturais e Grupos de Idade.....	283
4. Número de Anos Perdidos por Causas Naturais e Grupos de Idade.....	283
5. Número de Anos Perdidos por Causas Violentas e Grupos de Idade - Região Metropolitana do Rio de Janeiro 1980-2000 Mulheres.....	285
6. Número de Anos Perdidos por Causas Violentas e Grupos de Idade - Região Metropolitana de São Paulo 1980-2000 Mulheres.....	285
7. Número de Anos Perdidos por Causas Naturais e Grupos de Idade.....	285
8. Número de Anos Perdidos por Causas Naturais e Grupos de Idade.....	285

9. Proporção de Mortes Violentas e Proporção de Anos Perdidos por Violência - Homens, 1980-2000.....	287
10. Proporção de Mortes Violentas e Proporção de Anos Perdidos por Violência - Mulheres, 1980-1991.....	287
11 Diferenças no Número de Anos Perdidos por Causa e Grupos de Idade - Região Metropolitana do Rio de Janeiro 1980-1991. Homens.....	290
12 Diferenças no Número de Anos Perdidos por Causa e Grupos de Idade - Região Metropolitana de São Paulo 1980-1991. Homens.....	290
13 Diferenças no Número de Anos Perdidos por Causa e Grupos de Idade - Região Metropolitana do Rio de Janeiro 1991-2000. Homens.....	290
14 Diferenças no Número de Anos Perdidos por Causa e Grupos de Idade - Região Metropolitana de São Paulo 1991-2000. Homens.....	290
15 Diferenças no Número de Anos Perdidos por Causa e Grupos de Idade - Região Metropolitana do Rio de Janeiro 1980-1991. Mulheres.....	291
16 Diferenças no Número de Anos Perdidos por Causa e Grupos de Idade - Região Metropolitana de São Paulo 1980-1991.....	291
17 Diferenças no Número de Anos Perdidos por Causa e Grupos de Idade - Região Metropolitana do Rio de Janeiro 1991-2000. Mulheres.....	291
18 Diferenças no Número de Anos Perdidos por Causa e Grupos de Idade - Região Metropolitana de São Paulo 1991-2000.....	291
19 Anos Perdidos por Causas e Grupos de Idade - Região Metropolitana do Rio de Janeiro 1980, Homens.....	293
20 Anos Perdidos por Causas e Grupos de Idade - Região Metropolitana do Rio de Janeiro 1991, Homens.....	293
21 Anos Perdidos por Causas e Grupos de Idade - Região Metropolitana do Rio de Janeiro 2000, Homens.....	293
22 Anos Perdidos por Causas e Grupos de Idade - Região Metropolitana de São Paulo 1980, Homens.....	293
23 Anos Perdidos por Causas e Grupos de Idade - Região Metropolitana de São Paulo 1991, Homens.....	293
24 Anos Perdidos por Causas e Grupos de Idade - Região Metropolitana de São Paulo 2000, Homens.....	293
25 Anos Perdidos por Causas e Grupos de Idade - Região Metropolitana do Rio de Janeiro 1980, Mulheres.....	294
26 Anos Perdidos por Causas e Grupos de Idade - Região Metropolitana do Rio de Janeiro 1991, Mulheres.....	294
27 Anos Perdidos por Causas e Grupos de Idade - Região Metropolitana do Rio de Janeiro 2000, Mulheres.....	294
28 Anos Perdidos por Causas e Grupos de Idade - Região Metropolitana de	

São Paulo 1980, Mulheres.....	294
29 Anos Perdidos por Causas e Grupos de Idade - Região Metropolitana de São Paulo 1991, Mulheres.....	294
30 Anos Perdidos por Causas e Grupos de Idade - Região Metropolitana de São Paulo 2000, Mulheres.....	294
31 Variação do Número de Anos Perdidos entre 1980 e 2000 - Homens, 15 a 64 anos.....	295
32 Variação do Número de Anos Perdidos entre 1980 e 2000 - Mulheres, 15 a 64 anos.....	295
33 Variação do Número de Anos Perdidos entre 1980 e 1991 - Homens, 15 a 64 anos.....	297
34 Variação do Número de Anos Perdidos entre 1991 e 2000 - Homens, 15 a 64 anos.....	297
35 Variação do Número de Anos Perdidos entre 1980 e 1991 - Mulheres, 15 a 64 anos.....	297
36 Variação do Número de Anos Perdidos entre 1991 e 2000 - Mulheres, 15 a 64 anos.....	297
37 Proporção de Homicídios e Outras Violências no Total de Causas Externas - Região Metropolitana do Rio de Janeiro, Homens de 15 a 64 anos.....	301
38 Proporção de Homicídios e Outras Violências no Total de Causas Externas - Região Metropolitana de São Paulo, Homens de 15 a 64 anos.....	301
39 Proporção de Homicídios e Outras Violências no Total de Causas Externas - Região Metropolitana do Rio de Janeiro, Mulheres de 15 a 64 anos.....	302
40 Proporção de Homicídios e Outras Violências no Total de Causas Externas -Região Metropolitana de São Paulo, Mulheres de 15 a 64 anos.....	302
41 Número de Óbitos por Acidentes de Transporte e por Homicídios e Outras Violências Homens 15 a 64 anos - Região Metropolitana do Rio de Janeiro, 1980-2000.....	303
42 Número de Óbitos por Acidentes de Transporte e por Homicídios e Outras Violências Homens 15 a 64 anos - Região Metropolitana de São Paulo, 1980-2000.....	303
43 Número de Óbitos por Acidentes de Transporte e por Homicídios e Outras Violências Mulheres 15 a 64 anos - Região Metropolitana do Rio de Janeiro, 1980-2000.....	304
44 Número de Óbitos por Acidentes de Transporte e por Homicídios e	

Outras Violências Mulheres 15 a 64 anos - Região Metropolitana de São Paulo, 1980-2000.....	304
45 Região Metropolitana do Rio de Janeiro 1980-2000 - Taxas de Mortalidade.....	307
46 Região Metropolitana de São Paulo 1980-2000 - Taxas de Mortalidade.	307
47 Região Metropolitana do Rio de Janeiro 1980-2000 - Taxas de Mortalidade por tipo de causa, Homens.....	308
48 Região Metropolitana de São Paulo 1980-2000 - Taxas de Mortalidade por tipo de causa, Homens.....	308

---

## ***Introdução***

## Introdução

Esta tese resulta de uma trajetória profissional voltada à avaliação, interpretação e formulação de propostas metodológicas para o tratamento de dados demográficos. Ao longo desse caminho, vários foram os temas estudados, sempre com a preocupação de contribuir para que a análise demográfica pudesse constituir-se em subsídio relevante para o delineamento, implementação e avaliação de políticas sociais.

Para os propósitos desta tese dois temas foram privilegiados: descontinuidades demográficas com seu desdobramento na configuração da chamada “onda jovem” e a questão da crescente violência entre os jovens, particularmente nos grandes centros metropolitanos.

A tese está estruturada de modo a reconstruir a seqüência de estudos e contribuições já divulgados, que mostram o caminho percorrido, o amadurecimento metodológico e a incorporação das evidências empíricas no tratamento dos temas selecionados. Os capítulos inéditos, ao final de cada parte, significam tanto uma atualização como uma validação das teses elaboradas, na medida que completam, com a incorporação dos resultados do Censo Demográfico de 2000, uma seqüência de mais de duas décadas de análise dos fenômenos mencionados.

Assim, o trabalho divide-se em duas partes: a primeira volta-se à proposta e desenvolvimento do conceito de “descontinuidades demográficas” e seu potencial em estudos de questões sócio-demográficas emergentes na sociedade brasileira contemporânea. Ainda nesta parte desenvolve-se a aplicação do conceito derivado de onda jovem, particularmente em suas relações com a entrada de jovens no mercado de trabalho. A segunda parte volta-se ao estudo da violência entre os jovens e à análise das possíveis inter-relações entre a violência e a onda jovem.

No que se refere ao tema das descontinuidades demográficas, o caminho metodológico inicia-se com a observação de estruturas etárias cuja conformação

afastava-as dos modelos de pirâmides etárias tradicionais (capítulo 1): os resultados do Censo Demográfico de 1980 evidenciaram uma configuração distinta da estrutura por idade e sexo da população brasileira. A estranheza do primeiro momento fazia com que alguns especialistas julgassem ser resultado de eventuais falhas no levantamento censitário. As análises elaboradas permitiram a constatação de que as "irregularidades" na forma das pirâmides etárias resultavam da defasagem entre o declínio da mortalidade, durante o período do pós Guerra, na segunda metade da década 40, e o declínio da fecundidade, na segunda metade da década de 60. O declínio da mortalidade, primordialmente mortalidade infantil, aumentou significativamente o contingente de sobreviventes que atingiu a idade adulta – portanto de reprodução - e o declínio da fecundidade, mais tarde, diminuiu o número de nascimentos. As conseqüências dessa defasagem provocaram o surgimento do fenômeno que passou a ser referido com o termo descontinuidade demográfica, utilizado, pela primeira vez, por Keifitz (1988), ao observar comportamento semelhante em várias partes do mundo.

No segundo capítulo, abordam-se as conseqüências das descontinuidades nas projeções demográficas, desenvolvendo-se uma metodologia mais elaborada, particularmente para estimar os contingentes de adolescentes, levando em conta justamente o fenômeno da onda jovem que caracterizaria a pirâmide etária do Brasil nos anos 90.

Nesse sentido, o texto apresentado propõe-se: localizar no tempo, medir a intensidade, estimar a evolução e entender a origem das descontinuidades demográficas no Brasil e desenvolver um método para acompanhar a evolução de uma determinada coorte tomando como exemplo as coortes adolescentes de 15 a 19 anos e jovens de 20 a 24 anos. A metodologia proposta ressalta a importância de se levar em conta o fenômeno de sucessivos alargamentos de coortes, na medida em que uma coorte larga ascende na pirâmide. As projeções de população que possibilitam antever as mudanças na configuração etária da população são importantes instrumentos para

a política social, uma vez que estas mudanças criam novas e diferentes necessidades, demandando também respostas diferenciadas do sistema social.

A proposta metodológica desenvolvida enfatiza a vantagem de se trabalhar com o incremento do número absoluto de indivíduos em cada coorte tendo em vista o objetivo de subsidiar políticas de intervenção, que necessitam da projeção do quantitativo da população alvo para a definição de um orçamento.

Há que se ressaltar que o método também é aplicável ao estudo do envelhecimento populacional. Neste caso, é importante a análise das variações no tamanho das coortes. A diferença entre o tamanho das coortes jovens e de idade média produzirá um eco, no futuro, na diferença entre adultos e idosos.

Observou-se também que o estudo do incremento entre coortes pode fornecer subsídios na captação rápida da coerência de uma série histórica, como por exemplo, na avaliação de dados censitários. O método também se mostra adequado para aplicações de alto interesse social ao fornecer a possibilidade de conhecer-se os incrementos de uma coorte segundo algumas características, como a cor, a origem rural/urbana, as áreas mais ou menos desenvolvidas, etc..

A elaboração do texto baseou-se em projeções populacionais para o Brasil que já tomavam em conta o declínio da fecundidade captado na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD - na década de 80. Se observarmos o total populacional calculado na época, para o ano 2000: 169.687.804 habitantes, o resultado é muito parecido com o resultado do Censo 2000: 169.799.170.

O terceiro capítulo centra-se na análise do fenômeno da onda jovem, definida como um momento no qual, em decorrência da dinâmica demográfica passada, as faixas etárias entre 15 e 24 anos encontram-se especialmente alargadas. A análise original, desenvolvida na década de 80, apontava que no Brasil como um todo, e em São Paulo de forma mais acentuada, o fenômeno retornaria ao longo dos anos 90. O objetivo do texto era conhecer o impacto da onda jovem na estrutura etária da

população economicamente ativa (PEA) e refletir sobre seus desdobramentos no cenário sócio-político.

O texto antecipava que, do ponto de vista demográfico, os anos 90 seriam potencialmente problemáticos, tanto para a acomodação da força de trabalho masculina geral como para a população jovem especificamente. Isso porque naquele momento surgiria, com vigor, uma nova "onda jovem" - entre os adolescentes no primeiro quinquênio e entre os jovens no segundo quinquênio. Em outras palavras, prenunciava-se que os anos 90 apresentariam duas descontinuidades: uma na faixa etária que pressiona a entrada precoce no mundo do trabalho e outra exatamente na coorte que tinha integrado a onda jovem precedente. Essas tendências e características foram confirmadas com os dados do Censo 2000, como se verá no capítulo 5.

O capítulo 4, ancorado nos resultados da PNAD dos anos de 1990 e 1995, foi elaborado a partir da antecipação de que os anos 90 seriam um momento especialmente difícil para a acomodação da População em Idade Ativa (PIA) devido à sobreposição de duas ondas: a onda jovem que ressurgiu depois de ter sido completamente amortecida nos anos 80, e a onda dos que teriam idade em torno dos 40 anos - a onda jovem do milagre econômico dos anos 70 - ou seja, os pais dos jovens dos anos 90.

Apresentando, inicialmente, um panorama sobre a onda jovem no Brasil e em São Paulo, o estudo analisa seu impacto nos mercados de trabalho masculino e feminino, concluindo que gerações com tamanho extraordinário podem merecer políticas públicas extraordinárias. A larga geração de jovens dos anos 70 pôde ser absorvida no contexto de um mercado de trabalho especialmente dinâmico. A pequena geração de jovens dos anos 80 acabou contribuindo sub-repticiamente para que a crise econômica dos anos 80 se manifestasse com menos intensidade no mercado de trabalho.

O texto termina antevendo, particularmente para o caso do Estado de São Paulo, uma situação sem precedentes, quando, simultaneamente, se esteve diante de uma larga geração de jovens e de um mercado de trabalho pouco dinâmico, com urgente necessidade de políticas públicas apropriadas a essas circunstâncias.

Esta primeira parte da tese encerra-se com o capítulo inédito "Descontinuidades demográficas, onda jovem e mercado de trabalho: o que nos diz o Censo Demográfico de 2000". Este texto foi incorporado com a intenção de atualizar a análise, ao mesmo tempo em que se constata a continuidade de tendências observadas anteriormente. O capítulo compõe-se de quatro partes: 1. estruturas etárias e descontinuidades demográficas: 1960-2000; 2. variações nos tamanhos das coortes; 3. a onda jovem; e 4. a onda jovem e o mercado de trabalho.

Seguindo a mesma metodologia utilizada nos textos que o precederam, o capítulo, completa uma série de vinte anos de acompanhamento e análise do fenômeno. Com abundante material empírico, considerando tanto as tendências a nível nacional, como o caso do Estado e da Região Metropolitana de São Paulo, verifica-se a confirmação dos resultados obtidos com os Censos anteriores. Também se pode captar o movimento da onda jovem detectada nos anos 70, possibilitando a observação de seu impacto no processo de envelhecimento populacional.

Como mencionado anteriormente, a segunda parte da tese volta-se ao aprofundamento das implicações da onda jovem no contexto de conflitos e tensões sociais emergentes, particularmente a questão da violência entre os jovens. O capítulo 6, com enfoque interdisciplinar, estuda a evolução dos anos perdidos por mortalidade por causas externas da população de 15 a 64 anos, para o Brasil, Grandes Regiões e Regiões Metropolitanas do Rio de Janeiro e de São Paulo, utilizando os dados de mortes por causas externas e homicídios provenientes do Sistema de Informação sobre Mortalidade do Ministério da Saúde (SIM-MS), para o período 1979-1995, as Estatísticas Vitais do IBGE, correspondentes aos anos 1979, 1980, 1981, 1990, 1991 e 1992, e os Censos Demográficos de 1980 e 1991.

Nesse capítulo, a par de exaustivos procedimentos de correção de sub-registros dos dados, foi utilizado o chamado método de anos de vida perdidos (Arriaga, 1984 e 1996) para uma avaliação quantitativa das mortes violentas e não violentas. Os resultados são interpretados no contexto de transformações políticas, econômicas, demográficas e sociais, com o aprofundamento das desigualdades e intensificação dos processos de exclusão vividos pela sociedade brasileira nos últimos trinta anos.

O último capítulo, finalmente, atualiza, aprofunda e especifica o panorama da violência entre os jovens, medida pelo aumento da mortalidade por homicídios, agora comparativamente para as duas maiores metrópoles do país: Rio de Janeiro e São Paulo. Corroborando as constatações do estudo anterior, este capítulo apresenta uma constatação: ademais dos altos níveis de violência detectados nas duas principais metrópoles, a Área Metropolitana de São Paulo apresenta índices crescentes a ponto de superar o Rio de Janeiro, invertendo a tendência observada anteriormente.

A tese encerra-se com as Considerações Finais, onde, a partir de um balanço do trabalho realizado, busca-se indicar as perspectivas de novos estudos e pesquisas que, beneficiando-se da experiência até aqui acumulada, possam constituir subsídios relevantes na definição de prioridades das políticas, programas e ações sociais.

---

***Parte 1***

***Descontinuidades, Jovens e o  
Mercado de Trabalho***

---

## ***Capítulo 1***

***Notas sobre aparentes contradições na  
estrutura por idade e sexo no Censo  
Demográfico de 1980***

# NOTAS SOBRE APARENTES CONTRADIÇÕES NA ESTRUTURA POR IDADE E SEXO NO CENSO DEMOGRÁFICO DE 1980\*

Alicia M. Bercovich \*\*  
Heitor C. Vellozo \*\*

## SUMÁRIO

- 1 — Introdução
- 2 — Análises sobre a qualidade das declarações de idade
- 3 — Análise da evolução das taxas de fecundidade e mortalidade para o Brasil
- 4 — Análise a nível de UF
- 5 — Conclusões
- 6 — Anexo

## 1 — INTRODUÇÃO

Na análise dos resultados definitivos do Censo Demográfico de 1980 observou-se que a estrutura etária apresenta configuração diferente da obtida nos Censos anteriores.

\* Trabalho apresentado no III Encontro Nacional de Estudos Populacionais realizado em Vitória, Espírito Santo, em outubro de 1982.

\*\* Analistas Especializados da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Os autores agradecem aos analistas Eliane A. Araujo Xavier, Orlando Fernandes Marinho e Suely da Costa Fialho, pela colaboração prestada na realização deste trabalho.

Nas pirâmides populacionais da maioria das Unidades da Federação (UFs), os segmentos correspondentes aos grupos de idade de 5 a 9 e 10 a 14 anos apresentam entradas em relação aos grupos de 0 a 4 e 15 a 19 anos (Gráficos de 4 a 7 do Anexo). Em consequência, nas laterais da pirâmide populacional do Brasil e da maioria das UFs, muda o sentido da concavidade duas vezes (Gráfico 1 do Anexo). Na pirâmide de 1970, o sentido da concavidade só muda uma vez, e em 1960 as laterais são aproximadamente côncavas (Gráficos 2 e 3 do Anexo).

Na verdade, esta evolução constatada em 1980 já vinha se anunciando ao longo do período de 1976-79 de acordo com os resultados das Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios (PNADs) (Gráficos de 8 a 11 do Anexo).

O fenômeno pode caracterizar-se como predominantemente urbano, já que analisando em separado a estrutura etária urbana, observam-se entradas para os grupos entre 5 e 14 anos, enquanto a pirâmide rural não mostra estas particularidades (Gráficos 12 e 13 do Anexo). Observa-se também que as UFs mais desenvolvidas economicamente, e com maior grau de urbanização, são aquelas que apresentam mais fortemente as características apontadas.

Inicialmente julgou-se que essas aparentes anomalias eram provenientes de uma das etapas de apuração, ou mesmo consequência de distorções ocorridas nos registros de idade durante a coleta das informações.

Pesquisas no material de coleta e apurações especiais permitem observar, nos dados referentes ao universo levantado pelo Censo Demográfico de 1980, a manutenção da estrutura citada.

A hipótese proposta é que a configuração etária de 1980 é resultante dos efeitos combinados do crescimento populacional na década de 50, e da queda da fecundidade iniciada na década seguinte.

Assim, o alargamento na base da pirâmide seria provocado pela existência de uma proporção maior de mulheres em idade fértil, resultado da queda da mortalidade nos anos 50, e não de um aumento de fecundidade. Por outra parte, o estreitamento para os grupos entre 5 e 14 anos seria o reflexo da queda da fecundidade e consequência natural da evolução da estrutura de 1970.

Esta teoria é compatível com a existência de dois fatos que poderiam ter influenciado na ocorrência dos fenômenos em estudo: a difusão da utilização em massa de antibióticos na década de 50, com a consequente queda da mortalidade, particularmente a infantil (provocando maior crescimento demográfico); e a difusão dos métodos de controle da natalidade nos anos 60.

Para o desenvolvimento da tese, várias análises de conjuntos de dados foram realizadas. Em princípio, verificou-se a qualidade das de-

clarações comparadas com as de outros Censos, de modo a avaliar a consistência dos dados.

Realizaram-se também análises a nível de Brasil visando à confirmação da hipótese. Finalmente estudaram-se as UF's, com o intuito de verificar a validade da hipótese em relação com a intensidade de ocorrência do fenómeno em estudo.

Estas análises são descritas a seguir.

## 2 — ANÁLISES SOBRE A QUALIDADE DAS DECLARAÇÕES DE IDADE

### 2.1 — Índice de Myers

Nos resultados obtidos no cálculo do índice de Myers, dos dados do Censo de 1980, para o total do Brasil e para as UF's, observa-se grande diminuição da atração por dígitos terminais, em relação aos Censos de 1960 e 1970. Com efeito, o valor do índice passou de 8,73% em 1960, para 5,12% em 1970, baixando para 2,07% em 1980.

Quanto aos dígitos atrativos, estes são sempre os mesmos ao longo de todas as pesquisas, tanto para as populações feminina e masculina, como para as declarações por idade presumida e por data de nascimento. A atração máxima é pelos algarismos zero e cinco e, em seguida, os números pares. A máxima repulsão é sempre para o dígito 1 (Tabelas de 1 a 7, e Gráficos de 14 a 16 do Anexo).

TABELA 1

### ÍNDICE DE MYERS

#### BRASIL — 1960 — POPULAÇÃO TOTAL

DÍGITO TERMINAL	POPULAÇÃO COM DÍGITO TERMINAL		PESOS		POPULAÇÃO COMBINADA		DESVIOS PERCENTUAIS A PARTIR DE 10% (G) = (F) -10,00
	Partindo da idade de 10 anos e mais (A)	Partindo da idade de 20 anos e mais (B)	Peso 1 (C)	Peso 2 (D)	Absoluto (E) = (A). (C) + (B). (D)	Distribuição percentual (F)	
0	8 058 934	6 041 538	1	9	62 432 776	15,19	+5,19
1	4 146 892	2 587 596	2	8	28 994 552	7,05	-2,95
2	5 568 230	3 709 788	3	7	42 673 066	10,38	+0,38
3	4 694 790	3 098 613	4	6	37 250 838	9,06	-0,94
4	4 412 789	2 853 164	5	5	36 329 765	8,84	-1,16
5	5 437 931	3 924 907	6	4	48 327 214	11,75	+1,75
6	4 509 065	3 011 331	7	3	40 597 448	9,87	-0,13
7	3 716 173	2 342 507	8	2	34 414 398	8,37	-1,63
8	4 849 419	3 254 058	9	1	46 898 829	11,41	+1,41
9	3 322 804	2 127 778	10	0	33 228 040	8,08	-1,92
<b>TOTAL</b>	—	—	—	—	<b>411 146 926</b>	<b>100,00</b>	<b>17,46</b>
Índice Resumido	—	—	—	—	—	—	8,73

FONTE — Censo Demográfico — 1960 — Brasil, IBGE.

TABELA 2

## ÍNDICE DE MYERS

## BRASIL — 1970 — POPULAÇÃO TOTAL

DÍGITO TERMINAL	POPULAÇÃO COM DÍGITO TERMINAL		PESOS		POPULAÇÃO COMBINADA		DESVIOS PERCENTUAIS A PARTIR DE 10% (G)=(F) —10,00
	Partindo da idade de 10 anos e mais (A)	Partindo da idade de 20 anos e mais (B)	Peso 1 (C)	Peso 2 (D)	Absoluto (E)=(A).(C)+ (B).(D)	Distribuição percentual (F)	
0	9 626 837	6 977 797	1	9	72 427 010	13,16	+3,16
1	6 414 736	4 104 940	2	8	45 668 992	8,30	—1,70
2	7 310 481	4 859 089	3	7	55 945 066	10,16	+0,16
3	6 552 310	4 314 524	4	6	52 096 408	9,47	—0,53
4	6 244 407	4 033 308	5	5	51 388 575	9,34	—0,66
5	7 075 127	4 861 848	6	4	61 898 154	11,25	+1,25
6	5 064 559	3 843 557	7	3	53 282 584	9,88	—0,32
7	5 428 784	3 408 276	8	2	50 246 824	9,13	—0,87
8	6 016 089	3 903 174	9	1	58 047 975	10,55	+0,55
<b>TOTAL</b>	—	—	—	—	<b>550 345 728</b>	<b>100,00</b>	<b>10,24</b>
Índice Resumido	—	—	—	—	—	—	5,12

FONTE — Censo Demográfico — 1970 — Brasil, IBGE.

TABELA 3

## ÍNDICE DE MYERS

## BRASIL — 1980 — POPULAÇÃO TOTAL

DÍGITO TERMINAL	POPULAÇÃO COM DÍGITO TERMINAL		PESOS		POPULAÇÃO COMBINADA		DESVIOS PERCENTUAIS A PARTIR DE 10% (G)=(F) —10,00
	Partindo da idade de 10 anos e mais (A)	Partindo da idade de 20 anos e mais (B)	Peso 1 (C)	Peso 2 (D)	Absoluto (E)=(A).(C)+ (B).(D)	Distribuição percentual (F)	
0	11 091 227	8 114 826	1	9	84 124 661	11,25	1,25
1	9 094 336	6 283 257	2	8	68 454 728	9,16	—0,84
2	9 558 231	6 678 445	3	7	75 423 808	10,09	0,09
3	8 924 148	6 183 569	4	6	72 678 006	9,72	—0,28
4	8 754 074	5 918 597	5	5	73 363 355	9,81	—0,19
5	9 044 718	6 148 460	6	4	78 862 148	10,55	0,55
6	8 268 341	5 441 893	7	3	74 204 066	9,93	—0,07
7	7 861 878	5 112 488	8	2	73 120 000	9,78	—0,22
8	7 868 174	5 204 593	9	1	76 018 159	10,17	0,17
9	7 126 581	4 686 287	10	0	71 265 810	9,55	—0,47
<b>TOTAL</b>	—	—	—	—	<b>747 514 741</b>	<b>100,00</b>	<b>4,13</b>
Índice Resumido	—	—	—	—	—	—	2,07

FONTE — Censo Demográfico — 1980 — Brasil, IBGE.

TABELA 4

## ÍNDICE DE MYERS

## BRASIL — 1980 — POPULAÇÃO MASCULINA

DÍGITO TERMINAL	POPULAÇÃO COM DÍGITO TERMINAL		PESOS		POPULAÇÃO COMBINADA		DESVIOS PERCEN- TUAIS A PARTIR DE 10% (G) = (F) -10,00
	Partindo da idade de 10 anos e mais (A)	Partindo da idade de 20 anos e mais (B)	Peso 1 (C)	Peso 2 (D)	Absoluto (E) = (A) . (C) + + (B) . (D)	Distri- buição percentual (F)	
0	5 474 169	3 967 010	1	9	41 177 259	11,18	1,18
1	4 516 304	3 101 852	2	8	33 847 424	9,19	-0,81
2	4 769 683	3 315 934	3	7	37 520 587	10,19	0,19
3	4 416 178	3 041 574	4	6	35 914 156	9,76	-0,24
4	4 314 715	2 905 620	5	5	36 101 675	9,81	0,19
5	4 435 170	3 008 715	6	4	38 645 880	10,50	0,50
6	4 061 897	2 674 370	7	3	36 456 179	9,90	-0,10
7	3 865 125	2 504 591	8	2	35 930 182	9,76	-0,24
8	3 890 488	2 558 979	9	1	37 573 371	10,21	0,21
9	3 498 829	2 298 869	10	0	34 988 290	9,50	-0,50
TOTAL	—	—	—	—	368 155 003	100,00	4,16
Índice Resumido	—	—	—	—	—	—	2,08

FONTE — Censo Demográfico — 1980 — Brasil, IBGE.

TABELA 5

## ÍNDICE DE MYERS

## BRASIL — 1980 — POPULAÇÃO FEMININA

DÍGITO TERMINAL	POPULAÇÃO COM DÍGITO TERMINAL		PESOS		POPULAÇÃO COMBINADA		DESVIOS PERCEN- TUAIS A PARTIR DE 10% (G) = (F) -10,00
	Partindo da idade de 10 anos e mais (A)	Partindo da idade de 20 anos e mais (B)	Peso 1 (C)	Peso 2 (D)	Absoluto (E) = (A) . (C) + + (B) . (D)	Distri- buição percentual (F)	
0	5 617 058	4 147 816	1	9	42 947 402	11,32	1,32
1	4 578 032	3 181 405	2	8	34 607 304	9,12	-0,88
2	4 788 548	3 362 511	3	7	37 903 221	9,99	-0,01
3	4 507 970	3 121 995	4	6	36 763 850	9,69	-0,31
4	4 439 359	3 012 977	5	5	37 261 680	9,82	-0,18
5	4 609 548	3 139 745	6	4	40 216 268	10,80	0,60
6	4 206 474	2 767 523	7	3	37 747 887	9,95	-0,05
7	3 996 753	2 607 897	8	2	37 189 818	9,80	-0,20
8	3 977 686	2 645 614	9	1	38 444 788	10,13	0,13
9	3 627 752	2 387 418	10	0	36 277 520	9,56	-0,44
TOTAL	—	—	—	—	379 359 738	100,00	4,12
Índice Resumido	—	—	—	—	—	—	2,06

FONTE — Censo Demográfico — 1980 — Brasil, IBGE.

TABELA 6

## ÍNDICE DE MYERS

## BRASIL — 1980 — POPULAÇÃO POR IDADE PRESUMIDA

DÍGITO TERMINAL	POPULAÇÃO COM DÍGITO TERMINAL		PESOS		POPULAÇÃO COMBINADA		DESVIOS PERCENTUAIS A PARTIR DE 10% (G)=(F) -10,00
	Partindo da idade de 10 anos e mais (A)	Partindo da idade de 20 anos e mais (B)	Peso 1 (C)	Peso 2 (D)	Absoluto (E)=(A).(C)+ (B).(D)	Distribuição percentual (F)	
0	946 760	808 287	1	9	8 221 343	17,61	7,61
1	366 351	253 793	2	8	2 763 046	5,92	-4,08
2	584 594	443 630	3	7	4 859 192	10,41	0,41
3	474 600	355 261	4	6	4 029 966	8,63	-1,37
4	428 825	307 468	5	5	3 681 465	7,89	-2,11
5	697 577	571 099	6	4	6 469 858	13,86	3,86
6	470 127	342 005	7	3	4 316 904	9,25	-0,75
7	385 324	263 257	8	2	3 609 106	7,73	-2,27
8	551 663	406 141	9	1	5 371 108	11,51	1,51
9	336 213	224 864	10	0	3 362 130	7,20	-2,80
TOTAL	—	—	—	—	46 684 118	100,00	26,77
Índice Resumido	—	—	—	—	—	—	13,39

FONTE — Censo Demográfico — 1980 — Brasil, IBGE.

TABELA 7

## ÍNDICE DE MYERS

## BRASIL — 1980 — POPULAÇÃO POR IDADE CALCULADA

DÍGITO TERMINAL	POPULAÇÃO COM DÍGITO TERMINAL		PESOS		POPULAÇÃO COMBINADA		DESVIOS PERCENTUAIS A PARTIR DE 10% (G)=(F) -10,00
	Partindo da idade de 10 anos e mais (A)	Partindo da idade de 20 anos e mais (B)	Peso 1 (C)	Peso 2 (D)	Absoluto (E)=(A).(C)+ (B).(D)	Distribuição percentual (F)	
0	10 144 467	7 306 539	1	9	75 903 318	10,83	0,83
1	8 727 985	6 029 464	2	8	65 691 682	9,37	-0,63
2	8 973 637	6 234 815	3	7	70 564 616	10,07	0,07
3	8 449 548	5 808 308	4	6	68 648 040	9,80	-0,20
4	8 325 249	5 611 129	5	5	69 681 890	9,94	-0,06
5	8 347 141	5 577 361	6	4	72 392 290	10,33	0,33
6	7 798 214	5 699 888	7	3	69 887 162	9,97	-0,03
7	7 476 554	4 849 231	8	2	69 510 894	9,92	-0,08
8	7 316 511	4 798 452	9	1	70 647 051	10,08	0,08
9	6 790 368	4 461 423	10	0	67 903 680	9,89	-0,31
TOTAL	—	—	—	—	700 830 623	100,00	2,62
Índice Resumido	—	—	—	—	—	—	1,31

FONTE — Censo Demográfico — 1980 — Brasil, IBGE.

## 2.2 — Declarações de idade presumida

O percentual de declarações de idade presumida no Censo de 1980 (5,5%) é significativamente inferior ao obtido no Censo de 1970 (33,7%).

Este fato, correlacionado diretamente com a melhoria na exatidão das informações de idade, é compatível com a diminuição dos valores do índice de Myers.

## 2.3 — Cálculo das razões de idade

Os cálculos elaborados sobre as razões de idade, por duas metodologias diferentes, uma delas recomendada pela Organização das Nações Unidas (ONU), apontam resultados semelhantes, já que se baseiam no mesmo princípio, isto é, medir o afastamento da estrutura quinquenal da forma de uma pirâmide clássica.

Na tabela 8, pode ser observado o cálculo das razões de idade obtidas para o Brasil, segundo o sexo, nos Censos de 1960, 1970 e 1980.

Os valores "ideais" devem ser iguais a 1, uma vez que os afastamentos são indicadores de distorções na composição etária. Os valores das razões figuram no gráfico 17 do anexo.

Como era presumível, no Censo de 1980 as razões para o grupo de 5 a 9 anos são inferiores a 1. Esse valor se acerca à unidade no grupo de 10 a 14 anos, para superar esse valor em três a quatro pontos para o grupo de 15 a 24 anos, oscilando depois ao redor de um, com pesos nos grupos de 40 a 44 anos e 50 a 54 anos, devido, provavelmente, à atração nas declarações de idades de 40 e 50 anos. Observam-se também valores baixos no grupo de 60 a 64 anos, que poderiam estar relacionados com análogas deformações na coorte correspondente em 1960 (40 a 44 anos). Analogamente calculou-se o índice de precisão idade-sexo recomendado pelas Nações Unidas, cálculo este que consta na tabela 9.

Os resultados obtidos com o cálculo das razões de idade e do índice de precisão, de modo geral, confirmam o comportamento detectado: os pontos de afastamento da pirâmide populacional de uma pirâmide clássica são aqueles já observados.

**TABELA 8**

**POPULAÇÃO E CÁLCULO DAS RAZÕES DE IDADE  
BRASIL — 1960-1980**

GRUPOS DE IDADE (anos)	POPULAÇÃO					
	Homens			Mulheres		
	1960	1970	1980	1960	1970	1980
0 a 4.....	5 675 233	6 989 945	8 309 895	5 493 860	6 841 861	8 114 804
5 a 9.....	5 167 795	6 799 972	7 477 407	4 993 377	6 659 536	7 298 334
10 a 14.....	4 285 698	5 934 189	7 159 059	4 248 907	5 924 030	7 104 263
15 a 19.....	3 462 876	4 995 432	6 705 955	3 707 000	5 257 851	6 870 016
20 a 24.....	3 013 805	4 037 135	5 673 908	3 229 635	4 248 670	5 839 312
25 a 29.....	2 540 570	3 173 285	4 641 370	2 686 615	3 330 784	4 890 847
30 a 34.....	2 249 757	2 860 657	3 800 551	2 255 780	2 864 283	3 885 739
35 a 39.....	1 971 989	2 592 123	3 126 424	1 986 354	2 567 168	3 226 395
40 a 44.....	1 659 263	2 288 260	2 853 850	1 573 931	2 247 332	2 870 931
45 a 49.....	1 393 755	1 795 831	2 300 995	1 316 291	1 751 654	2 352 399
50 a 54.....	1 111 375	1 486 365	2 035 767	1 045 289	1 453 992	2 073 493
55 a 59.....	822 872	1 160 154	1 560 536	784 358	1 128 221	1 580 298
60 a 64.....	720 058	903 253	1 187 882	677 347	887 874	1 257 723
65 a 69.....	398 449	604 750	802 474	384 729	611 760	1 046 452
70 a 74.....		388 655	625 114		416 525	691 466
75 a 79.....		195 476	377 781		223 444	454 545
80 a 89.....	528 025	155 027	210 882	603 802	212 449	286 101
90 e mais...		47 830	29 355		69 155	56 161

GRUPOS DE IDADE (anos)	CÁLCULO DAS RAZÕES DE IDADE											
	Homens						Mulheres					
	Razão X 100			Desvio de 100			Razão X 100			Desvio de 100		
	1960	1970	1980	1960	1970	1980	1960	1970	1980	1960	1970	1980
0 a 4.....	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)
5 a 9.....	102,48	103,53	97,76	+2,48	+3,53	-2,24	101,52	102,84	97,22	+1,52	+2,84	-2,78
10 a 14.....	98,54	100,41	100,63	-0,46	+0,41	+0,63	98,51	99,62	100,20	-1,49	-0,38	+0,20
15 a 19.....	98,53	100,13	102,96	-3,47	+0,13	+2,96	99,42	102,22	104,02	-0,58	+2,22	+4,02
20 a 24.....	109,27	99,23	100,00	+0,27	-0,77	0,00	100,88	99,29	100,04	+0,68	-0,71	+0,04
25 a 29.....	97,67	95,09	98,64	-2,33	-4,91	-1,36	98,63	95,68	99,15	-1,37	-4,32	-0,85
30 a 34.....	99,78	99,33	98,56	-0,22	-0,87	-1,44	97,67	97,84	97,85	-2,33	-2,16	-2,15
35 a 39.....	100,61	98,88	95,89	+0,61	-1,12	-4,11	102,46	100,82	96,86	+2,46	+0,82	-3,04
40 a 44.....	99,06	104,24	103,38	-0,94	+4,24	+3,38	98,83	102,37	101,91	-3,17	+2,37	+1,91
45 a 49.....	100,41	88,69	96,00	+0,41	-3,31	-4,00	100,34	96,37	98,73	+0,34	-3,63	-3,27
50 a 54.....	100,18	100,40	103,56	+0,18	+0,40	+3,56	100,32	100,65	103,57	+0,32	+0,65	+3,57
55 a 59.....	93,00	98,05	97,86	-7,00	-1,95	-2,14	92,20	97,54	96,53	-7,80	-2,46	-3,47
60 a 64.....	111,27	101,56	95,52	+11,27	+1,56	-4,48	111,26	101,36	97,13	+11,26	+1,36	-2,87
65 a 69.....	(1)	95,65	105,44	(1)	-4,34	+5,44	(1)	95,78	104,80	(1)	-4,22	+4,80
70 a 74.....	(1)	98,07	94,46	(1)	-1,93	-5,54	(1)	98,83	94,61	(1)	-0,17	-5,39
75 a 79.....	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)
80 a 89.....	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)
90 e mais.....	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)
TOTAL.....	(1)	(1)	(1)	29,64	29,47	41,28	(1)	(1)	(1)	33,32	28,31	38,36
Média.....	(1)	(1)	(1)	2,47	2,11	2,95	(1)	(1)	(1)	2,78	2,02	2,74

**FONTE** — Censo Demográfico — 1960, 1970 e 1980 — Brasil, IBGE.

**NOTA** — Índice de precisão, excluídas as pessoas de 65 anos e mais

Anos	Total	Homens	Mulheres
1960	2,62	2,47	2,78
1970	1,86	1,83	1,89
1980	2,44	2,53	2,35

(1) Não aplicável.

TABELA 9

**CÁLCULO DOS ÍNDICES DE MASCULINIDADE E DOS ÍNDICES DE  
PRECISÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, POR SEXO, SEGUNDO  
OS GRUPOS DE IDADE  
BRASIL — 1960-1980**

GRUPOS DE IDADE (anos)	CÁLCULO DOS ÍNDICES DE MASCULINIDADE					
	Índice			Diferenças sucessivas		
	1960	1970	1980	1960	1970	1980
0 a 4....	103,30	101,87	102,39	(1)	(1)	(1)
5 a 9....	103,79	102,11	102,48	-0,40	-0,24	-0,09
10 a 14....	100,87	100,18	100,77	+2,83	+1,95	+1,71
15 a 19....	93,41	95,01	97,61	+7,46	+5,15	+3,16
20 a 24....	93,32	95,02	97,17	+0,09	-0,01	+0,44
25 a 29....	84,56	95,27	96,68	-1,24	-0,25	+0,49
30 a 34....	99,69	97,78	97,81	-5,13	-2,51	-1,13
35 a 39....	99,28	96,71	96,90	+0,41	+1,07	+0,91
40 a 44....	105,42	101,82	99,44	-6,14	-5,11	-2,54
45 a 49....	106,89	102,48	97,81	-0,47	-0,66	+1,63
50 a 54....	106,32	102,23	98,18	-0,43	+0,25	-0,37
55 a 59....	107,66	102,83	98,75	-1,34	-0,60	-0,57
60 a 64....	106,31	101,73	94,45	+1,35	+1,10	+4,30
65 a 69....	103,57	98,85	93,89	+2,74	+2,88	+0,56
70 a 74....		93,31	80,40	(1)	+5,54	+3,49
75 a 79....	87,45	87,48	93,09	(1)	+5,83	+7,31
80 a 89....		73,44	71,22	(1)	+14,04	+11,87
90 e mais..		70,17	52,27	(1)	(1)	(1)
TOTAL....	(1)	(1)	(1)	30,03	47,19	40,57
Média.....	(1)	(1)	(1)	2,31	2,95	2,54
TOTAL (2)	(1)	(1)	(1)	27,29	18,90	17,34
Média (2)..	(1)	(1)	(1)	2,27	1,58	1,45

GRUPOS DE IDADE (anos)	CÁLCULO DOS ÍNDICES DE IDADE											
	Homens						Mulheres					
	Índice			Desvio de 100			Índice			Desvio de 100		
	1960	1970	1980	1960	1970	1980	1960	1970	1980	1960	1970	1980
0 a 4....	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)
5 a 9....	103,76	106,39	96,68	+ 3,76	+5,39	-3,32	102,30	104,33	96,88	+ 2,30	+4,33	-4,12
10 a 14....	99,31	100,62	100,95	- 0,69	+0,62	+0,95	97,78	99,43	100,30	- 2,22	-0,57	+0,30
15 a 19....	94,88	100,20	104,51	- 5,12	+0,20	+4,51	99,14	103,36	106,15	- 0,86	+3,36	+6,15
20 a 24....	100,41	98,84	100,00	+ 0,41	-1,16	0,00	101,03	98,94	100,07	+ 1,03	-1,06	+0,07
25 a 29....	96,55	92,82	97,98	- 3,45	-7,18	-2,02	97,95	93,65	98,73	- 2,05	-6,35	-1,27
30 a 34....	99,67	98,69	97,85	- 0,33	-1,31	-2,15	96,55	96,80	96,81	- 3,45	-3,20	-3,19
35 a 39....	100,92	98,34	93,97	+ 0,82	-1,66	-0,03	103,73	101,23	95,52	+ 3,73	+1,23	-4,48
40 a 44....	98,60	106,50	105,16	- 1,40	+6,50	+5,16	95,31	103,59	102,89	- 4,59	+3,59	+2,89
45 a 49....	100,61	95,11	94,12	+ 0,61	-4,89	-5,88	100,51	94,65	95,17	+ 0,51	-5,35	-4,83
50 a 54....	100,28	100,59	105,44	+ 0,28	+0,59	+5,44	100,48	100,98	105,45	+ 0,48	+0,98	+5,45
55 a 59....	89,86	97,10	96,82	-10,14	-2,90	-3,18	88,74	96,35	94,88	-11,26	-3,65	-5,12
60 a 64....	117,92	102,36	93,42	+17,82	+2,36	-6,58	117,89	102,06	85,76	+17,89	+2,06	-4,24
65 a 69....	(1)	93,62	106,38	(1)	-6,38	+8,58	(1)	93,80	107,37	(1)	-6,20	+7,37
70 a 74....	(1)	97,14	91,91	(1)	-2,86	-8,09	(1)	99,74	92,13	(1)	-0,26	-7,87
75 a 79....	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)
80 a 89....	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)
90 e mais..	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)
TOTAL....	(1)	(1)	(1)	45,03	44,00	61,89	(1)	(1)	(1)	50,47	42,19	57,35
Média.....	(1)	(1)	(1)	3,75	3,14	4,41	(1)	(1)	(1)	4,21	3,01	4,10
TOTAL (2)..	(1)	(1)	(1)	45,03	34,76	45,22	(1)	(1)	(1)	50,47	35,73	42,11
Média (2)..	(1)	(1)	(1)	3,75	2,90	3,77	(1)	(1)	(1)	4,21	2,98	3,51

FORNTE — Censo Demográfico — 1960, 1970 e 1980 — Brasil, IBGE.

NOTA — Índice de precisão, excluídas as pessoas de 65 anos e mais

{ 1960 = 14,77
{ 1970 = 10,62
{ 1980 = 11,63

(1) Não aplicável. (2) Excluídas as pessoas de 65 anos e mais.

#### 2.4 — Idade ignorada

Devido ao reduzido número de pessoas que não fizeram declarações de idade, inferior a 0,1% da população total, é de considerar que não proporcionará mudanças na estrutura etária o conhecimento de seus valores.

A proporção de mulheres que não fizeram declarações nos quesitos de fecundidade é mais significativa, e se situa em torno de 1,6%. A análise da influência destas omissões nas taxas de fecundidade está sendo desenvolvida. De um modo geral as correções propostas tendem a baixar o nível de fecundidade, o que não afeta as conclusões deste trabalho.

#### 2.5 — Enumeração de crianças menores de 1 ano

Visando a avaliar a enumeração do grupo dos menores de 1 ano em separado nos Censos de 1970 e 1980, bem como a sua comparabilidade com as declarações de fecundidade nos últimos 12 meses, relacionaram-se as informações de filhos nascidos vivos no último ano das mulheres, com as resultantes da enumeração de menores de 1 ano. Os resultados constam na tabela 10.

TABELA 10

ANOS	POPULAÇÃO RESIDENTE DE MENORES DE 1 ANO DE IDADE	CRIANÇAS NASCIDAS VIVAS NO ÚLTIMO ANO (1)	DIFERENÇA RELATIVA (%)
1970.....	2 798 798	2 897 326	+3,52
1980.....	3 523 774	3 525 215	+0,04

FONTE — Censo Demográfico — 1970 e 1980 — Brasil, IBGE.

(1) Informações obtidas segundo declaração das mães.

Destes resultados poder-se-ia deduzir que, se existir subenumeração das crianças menores de 1 ano, esta seria maior em 1970 que em 1980. Por outra parte, as declarações de fecundidade também costumam ser subenumeradas, e deve-se considerar a mortalidade infantil para as crianças nascidas no último ano, de modo tal que nem todos os filhos declarados pelas mães continuam vivos até a data do recenseamento. Estes fatores agem em sentido inverso, e análises para determinar as magnitudes possíveis desta subenumeração, tanto quanto a influência da mortalidade infantil, devem ser desenvolvidas. Como esses problemas também existiam em 1970, e os valores obtidos pelas duas fontes em

1980 são muito próximos (diferença de 0,04%), reforçar-se-ia a hipótese de que no Censo de 1980 a subnumeração de crianças poderia ser de menor ordem.

Estes elementos pareceriam mostrar também que a largura detectada na base da pirâmide é compatível com os dados obtidos por outras fontes.

### 3 — ANÁLISE DA EVOLUÇÃO DAS TAXAS DE FECUNDIDADE E MORTALIDADE PARA O BRASIL

Foram analisados simultaneamente conjuntos de dados referentes aos Censos de 1940, 1950, 1960, 1970 e 1980.

No exame desses conjuntos foram feitas as seguintes observações:

#### 3.1 — Variação da participação de cada grupo etário feminino na população total e na população feminina

Nos dados da tabela 11, pode-se constatar:

— diminuição da proporção de mulheres nos grupos etários correspondentes aos quinquênios compreendidos entre 0 e 14 anos, e entre 35 e 44 anos, esses últimos correspondentes às mulheres que tinham 25 a 34 anos no Censo de 1970;

TABELA 11

#### POPULAÇÃO RESIDENTE FEMININA E PROPORÇÃO DOS GRUPOS ETÁRIOS FEMININOS NA POPULAÇÃO BRASIL — 1960-1980

GRUPOS DE IDADE	POPULAÇÃO RESIDENTE FEMININA			PROPORÇÃO DOS GRUPOS ETÁRIOS FEMININOS (%)					
				Na população feminina			Na população total		
	1960	1970	1980	1960	1970	1980	1960	1970	1980
<b>TOTAL.....</b>	<b>35 015 000</b>	<b>46 807 694</b>	<b>59 879 345</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>49,95</b>	<b>50,27</b>	<b>50,32</b>
0 a 4 anos.....	5 493 860	6 841 861	8 114 804	15,69	14,62	13,56	7,84	7,35	6,82
5 a 9 anos.....	4 983 377	6 659 536	7 296 334	14,23	14,23	12,19	7,11	7,15	6,13
10 a 14 anos.....	4 248 907	5 924 930	7 104 263	12,13	12,66	11,86	6,06	6,36	5,97
15 a 19 anos.....	3 707 000	5 257 851	6 870 016	10,59	11,23	11,47	5,29	5,65	5,77
20 a 24 anos.....	3 229 635	4 248 670	5 839 312	9,22	9,08	9,75	4,61	4,56	4,31
25 a 29 anos.....	2 686 615	3 330 784	4 800 847	7,67	7,12	8,02	3,83	3,58	4,03
30 a 34 anos.....	2 255 780	2 864 283	3 885 739	6,44	6,12	6,49	3,22	3,08	3,27
35 a 39 anos.....	1 986 354	2 587 189	3 226 395	5,67	5,53	5,39	2,83	2,78	2,71
40 a 44 anos.....	1 573 931	2 247 332	2 870 031	4,50	4,80	4,79	2,25	2,41	2,41
45 a 49 anos.....	1 316 291	1 751 654	2 352 398	3,76	3,74	3,93	1,88	1,88	1,98
50 a 54 anos.....	1 045 269	1 453 992	2 073 493	2,99	3,11	3,46	1,49	1,56	1,74
55 a 59 anos.....	764 358	1 128 221	1 580 298	2,19	2,41	2,64	1,09	1,21	1,33
60 a 64 anos.....	677 347	887 874	1 257 723	1,93	1,90	2,10	0,97	0,95	1,06
65 a 69 anos.....	384 729	611 760	1 046 452	1,11	1,30	1,75	0,55	0,66	0,88
70 ou mais anos.....	603 802	920 583	1 498 374	1,72	1,97	2,50	0,85	0,99	1,26
Idade ignorada.....	57 745	91 174	62 866	0,16	0,18	0,10	0,08	0,10	0,05

FONTE — Censo Demográfico — 1960, 1970 e 1980 — Brasil, IBGE.

— aumento da proporção das mulheres nos grupos etários quinquênais compreendidos entre 15 e 34 anos e dos quinquênios a partir de 45 anos, os quais possuíam idades inferiores a 14 anos e superiores a 25 anos no Censo de 1960, respectivamente.

Observou-se então que existia menor proporção de mulheres ou nos grupos fora das idades férteis pertencentes a coortes que tinham nascido entre 1966 e 1980; ou nos que tinham entre 25 e 34 anos em 1970, isto é, em idades férteis na época do Censo precedente.

Por outro lado, existia maior proporção de mulheres nos grupos pertencentes a coortes que tinham nascido entre 1945 e 1960, ou que estavam em idade fértil durante o Censo de 1960.

Como consequência dessas observações, estudou-se a evolução da proporção dos grupos de mulheres em idade fértil.

### 3.2 — Proporção de mulheres em idade fértil no total da população

TABELA 12

PROPORÇÃO DE MULHERES EM IDADE FÉRTIL  
NO TOTAL DA POPULAÇÃO  
BRASIL — 1950-1980

ANOS	PROPORÇÃO DE MULHERES DE 15 A 49 ANOS DE IDADE (%)	CRESCIMENTO RELATIVO (%)	PROPORÇÃO DE MULHERES DE 20 A 34 ANOS DE IDADE (%)	CRESCIMENTO RELATIVO (%)
1950.....	24,63	-2,92	12,19	-4,35
1960.....	23,91		11,66	
1970.....	23,93	+0,08	11,21	-3,86
1980.....	25,08	+4,81	12,21	+8,92

FONTE — Censo Demográfico — 1950, 1960, 1970 e 1980 — Brasil, IBGE.

— a proporção de mulheres na idade de procriar aumentou em ritmo acelerado na última década, contra decréscimo ou incremento mínimo nas décadas anteriores;

— a proporção de mulheres com idade entre 20 e 34 anos, que no Brasil possuem as taxas específicas de fecundidade mais altas, decresceu nas duas décadas precedentes, para ter um incremento de quase 9% no último período intercensitário.

Diversos trabalhos<sup>1</sup> demonstraram que nas regiões em que essa proporção é maior, existe um aumento de natalidade para igual padrão de fecundidade, devido ao fato de serem esses grupos que apresentam taxas de fecundidade específicas mais elevadas.

Analisou-se então a evolução dos indicadores correspondentes.

### 3.3 — Taxa média geométrica de crescimento anual da população e taxas de mortalidade e natalidade nos intervalos intercensitários

Com base nos elementos da tabela 13, foram feitas as seguintes considerações:

— tanto as taxas de natalidade como as de mortalidade decresceram permanentemente ao longo dos períodos censitários;

— a aceleração no decréscimo das duas taxas alcançou o seu extremo (mínimo) em períodos diferentes, provocando inclusive oscilações no valor da taxa de crescimento total (5.<sup>a</sup> coluna) e mudanças de sinal na aceleração desse crescimento (6.<sup>a</sup> coluna); (Em linguagem matemática, a diferença está dada pelos valores da derivada segunda);

— o maior impulso no decréscimo da natalidade parece ter ocorrido nas duas últimas décadas, enquanto a mortalidade teve seu maior decréscimo na década de 50 (2.<sup>a</sup> e 4.<sup>a</sup> colunas);

— o decréscimo na taxa de natalidade, já iniciado na década de 60, foi mais acentuado no período de 1970-80.

TABELA 13

#### DECOMPOSIÇÃO DA TAXA MÉDIA GEOMÉTRICA DE CRESCIMENTO ANUAL DA POPULAÇÃO BRASIL — 1940-1980

PERÍODO	DECOMPOSIÇÃO DA TAXA MÉDIA GEOMÉTRICA DE CRESCIMENTO ANUAL DA POPULAÇÃO					
	Natalidade (N) (‰)	Crescimento da natalidade (%)	Mortalidade (M) (‰)	Crescimento da mortalidade (%)	Crescimento total (N-M+I) (‰)	Aceleração do crescimento (%)
1940 — 1950.....	44,4		20,6		23,7	
1950 — 1960.....	43,3	} -2,37	13,4	} -34,80	29,9	} +25,75
1960 — 1970.....	37,7	} -12,90	9,4	} -29,70	28,3	} -5,32
1970 — 1980.....	32,1	} -14,92	7,2	} -23,65	24,9	} -12,01

FONTE — Censo Demográfico — 1940, 1950, 1960, 1970, e 1980 — Brasil, IBGE — DESPO.

<sup>1</sup> Ver por exemplo: Thompson. *Ratio of Children to Women*. Washington, U.S., Bureau of Census, 1920.

Estes elementos explicariam, entre outros fatores, que nas décadas de 50 e 60 tenha ocorrido a maior taxa de crescimento da população dos últimos 60 anos; tinha começado a grande queda da mortalidade e ainda não tinha ocorrido o decréscimo da natalidade que só chegaria em décadas posteriores.

Aparentemente, essa pode ser a razão da existência de maior proporção de mulheres de 20 a 34 anos no Censo de 1980: seriam as sobreviventes da coorte de nascidos na década de 50.

Analizamos em continuação com maior detalhe o comportamento da fecundidade nesse período, outra variável relacionada com a forma da pirâmide etária de 1980.

### 3.4 — Razão crianças-mulheres — relação entre o número de crianças menores de 5 anos e as mulheres de 15 a 49 anos — relação entre esses grupos deslocados um quinquênio

A primeira coluna da tabela 14 apresenta a razão crianças/mulheres tradicional, na qual pode ser observada uma queda em 1980, iniciada na década de 70.

Na segunda coluna, a mesma relação é apresentada com os dados deslocados em um quinquênio a fim de evitar distorções provocadas pela subenumeração no primeiro grupo de idade.

Observe-se que diferenças e/ou semelhanças nas razões podem ser causadas por motivos diversos ou conjugados, que podem distorcer o sentido da comparação, como por exemplo: alterações nas taxas de mortalidade infantil, subenumeração do primeiro grupo etário, queda de fecundidade no quinquênio anterior ao considerado, mortalidade mais elevada das mulheres de 50 a 54 anos, etc.

TABELA 14

#### RAZÕES CRIANÇAS/MULHERES BRASIL — 1940-1980

ANOS	RAZÕES CRIANÇAS/MULHERES	
	Razão $P_{0 a 4}/P'_{15 a 49}$ (1)	Razão $P_{5 a 9}/P'_{20 a 54}$ (2)
1940.....	0,667	0,679
1950.....	0,653	0,655
1960.....	0,667	0,720
1970.....	0,620	0,728
1980.....	0,550	0,590

FONTE — Censo Demográfico — 1940, 1950, 1960, 1970 e 1980 — Brasil, IBGE.

(1) Relação entre o número de crianças menores de 5 anos de idade e o número de mulheres de 15 a 49 anos de idade. (2) Relação entre o número de crianças de 5 a 9 anos de idade e o número de mulheres de 20 a 54 anos de idade.

Nos anos 60-70 observa-se um crescimento maior do valor da razão, quando deslocado um quinquênio. Este crescimento poderia responder a diversas causas, isoladas ou em conjunto: poderia pensar-se na subenumeração de crianças de 0 a 4 anos em 1960, dado confirmado pela análise de coortes. Em 1970, pode-se formular a mesma hipótese de subenumeração, talvez menos importante, combinada com uma queda de fecundidade acentuada no quinquênio 1965-70. Esse resultado é coerente com as apreciações de Elza Berquó<sup>2</sup> de que a fecundidade deve ter começado a diminuir a partir de 1965.

Quanto aos dados de 1980, parecem ser compatíveis com a hipótese de uma tendência à estabilização do nível de fecundidade no último quinquênio.

De qualquer modo, as observações decorrentes da análise das razões da tabela 14 são preliminares, já que as oscilações podem ser produto da ação de vários indicadores combinados.

Examinaram-se os valores da fecundidade para aquelas pesquisas em que o questionário aplicado permitia sua mensuração mais direta.

### 3.5 — Fecundidade total e taxas específicas por idade

O comportamento das taxas específicas de fecundidade por idade, nos Censos de 1970 e nas PNADs de 1972, 1973, 1976 e 1977, pode ser apreciado no gráfico 18 do anexo. O que se observa parece validar a apreciação feita no item anterior: a queda da fecundidade na última década foi gradativa, mas constante, através de todos os anos, continuando até 1980.

Os valores das taxas figuram nas tabelas 15 e 16: em uma delas, os coeficientes estão corrigidos pelo método de Brass; na outra, os valores não estão corrigidos.

Cabe assinalar que a aplicabilidade da correção proposta por Brass é discutível, particularmente nas pesquisas posteriores a 1970, tendo em vista o declínio da fecundidade. Por outro lado, no Censo de 1980 foi indagada a "data de nascimento do último filho (ou filha) nascido vivo", apurando-se posteriormente o número de crianças nascidas nos últimos 12 meses. Desse modo, diminuem as probabilidades de erros de declaração provenientes de dificuldades na determinação do período de referência.

O objetivo deste trabalho e a metodologia desenvolvida não são afetados pela aplicação ou não da correção, já que, tanto em ambas tabelas como no gráfico, pode-se observar a queda continuada da fecundidade. A única diferença é que o decréscimo parece maior na tabela 16, já que o coeficiente de correção resultante do método de Brass é

<sup>2</sup> Berquó, Elza S. Fatores estáticos e dinâmicos (mortalidade e fecundidade). In: Santos, Jair et alii, *Dinâmica da População*, São Paulo, T. A. Queiroz, 1980.

TABELA 15

TAXA DE FECUNDIDADE ESPECÍFICA, POR SITUAÇÃO DO  
DOMICÍLIO, SEGUNDO OS GRUPOS DE IDADE DA MÃE  
BRASIL — 1970-1980

GRUPOS DE IDADE DA MÃE (anos)	TAXA DE FECUNDIDADE ESPECÍFICA					
	Total		Situação do domicílio			
	1970	1980	Urbana		Rural	
			1970	1980	1970	1980
15 a 19.....	0,046	0,058	0,037	0,051	0,059	0,075
20 a 24.....	0,183	0,182	0,150	0,161	0,232	0,238
25 a 29.....	0,225	0,204	0,188	0,183	0,282	0,261
30 a 34.....	0,191	0,159	0,150	0,137	0,256	0,221
35 a 39.....	0,144	0,109	0,106	0,085	0,205	0,171
40 a 44.....	0,071	0,052	0,049	0,037	0,109	0,092
45 a 49.....	0,022	0,013	0,015	0,008	0,034	0,024
Fecundidade total.....	4,403	3,887	3,476	3,317	5,876	5,413

FONTE — Censo Demográfico — 1970 e 1980 — Brasil, IBGE.

TABELA 16

TAXA DE FECUNDIDADE ESPECÍFICA, POR SITUAÇÃO DO  
DOMICÍLIO, SEGUNDO OS GRUPOS DE IDADE DA MÃE  
BRASIL — 1970-1980  
(COEFICIENTES CORRIGIDOS PELA TÉCNICA DE BRASS)

GRUPOS DE IDADE DA MÃE (anos)	TAXA DE FECUNDIDADE ESPECÍFICA					
	Total		Situação do domicílio			
	1970	1980	Urbana		Rural	
			1970	1980	1970	1980
15 a 19.....	0,060	0,065	0,048	0,056	0,077	0,089
20 a 24.....	0,239	0,203	0,197	0,177	0,305	0,281
25 a 29.....	0,294	0,228	0,246	0,201	0,371	0,309
30 a 34.....	0,250	0,178	0,197	0,150	0,337	0,262
35 a 39.....	0,188	0,122	0,139	0,093	0,269	0,202
40 a 44.....	0,093	0,058	0,064	0,040	0,144	0,108
45 a 49.....	0,029	0,014	0,019	0,009	0,044	0,029
Fecundidade total.....	5,765	4,348	4,554	3,629	7,738	6,403

FONTE — Censo Demográfico — 1970 e 1980 — Brasil, IBGE.

muito maior em 1970, como era lógico esperar. De qualquer modo, tanto na situação urbana como rural pode-se observar a diminuição importante dos níveis de fecundidade.

Na análise das tabelas mencionadas pode-se observar uma queda geral das taxas específicas de fecundidade, com exceção do grupo de 15 a 19 anos, onde parece ter existido um ligeiríssimo aumento (a sub-numeração das declarações, típica desse grupo, pode ter diminuído, ou talvez tenha ocorrido, como em outras partes do mundo, um aumento da fecundidade das adolescentes). A taxa total de fecundidade diminuiu de 5,765 a 4,348 entre 1970 e 1980, ou de 4,403 a 3,887, sem corrigir os coeficientes.

É interessante salientar que a melhoria na qualidade das declarações fica avaliada também pela diminuição do fator de correção  $P_z/P_B$ . Com efeito, seu valor passou de 1,310 em 1970 para 1,119 em 1980. Obviamente, este é menor nas zonas urbanas que nas rurais (1,094 a 1,183 em 1980).

Cabe destacar que a forma do padrão da fecundidade parece estar mudando efetivamente no último quinquênio, como se pode observar no gráfico 18 do anexo, com efeito, teria aumentado a fecundidade nos primeiros anos ou fecundidade precoce.

Um estudo mais aprofundado das alterações do padrão e suas possíveis causas seria de interesse, mas foge aos objetivos deste trabalho.

Finalmente, como complemento da análise, apresentam-se nos gráficos 19 e 20 do anexo as formas das pirâmides populacionais dos quatro últimos recenseamentos, em valores absolutos. Os fenômenos estudados ao longo deste trabalho refletem-se claramente nas formas sucessivas destas. Também apresentamos as pirâmides resultantes dos levantamentos das pesquisas PNADs, nos anos 76, 77 e 78, e a amostra da PNAD 1979, demonstrando que o fenômeno estudado em 1980 tinha-se anunciado ao longo do período de 1976-79 (Gráficos de 8 a 11 do anexo).

#### 4 — ANÁLISE A NÍVEL DE UF

Os mesmos estudos efetuados para o Brasil foram repetidos para cada uma das UFs, observando-se com diversas intensidades o mesmo fenômeno.

É de ressaltar que nos Estados mais desenvolvidos economicamente tanto a queda da mortalidade como o controle da natalidade foram mais acentuados. De acordo com a tese proposta, deveriam ocorrer distorções maiores na estrutura etária daquelas UFs. Efetivamente, são os Estados das Regiões Sul e Sudeste (Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Espírito Santo) os que apresentam com maior intensidade as características em estudo. Analisam-se a seguir os valores das variáveis estudadas para cada UF.

#### 4.1 — Proporção de mulheres em idade fértil

Na tabela 17 podem ser observados os valores da proporção de mulheres de 15 a 49 anos no total da população, para as UFs, nos Censos de 1960, 1970 e 1980. Repete-se, em geral, o observado nas análises precedentes a nível de Brasil: estabilidade da proporção entre 1960 e 1970 (decréscimo ou incrementos mínimos), e aumento importante em 1980.

Na tabela 18, figura a proporção de mulheres de 20 a 34 anos no total, e a variação da proporção entre os Censos sucessivos. Em geral a participação deste grupo mais fecundo diminuiu de 1960 para 1970, e aumentou consideravelmente em 1980. Este incremento observou-se com maior intensidade nos Estados das Regiões Sul e Sudeste. Em algumas Unidades da Região Norte também existe crescimento importante na participação do grupo no total da população, mas como os valores de 1970 eram inferiores à média, resultaram também os valores de 1980 pouco significativos (são mais baixos que os valores de São Paulo e Rio de Janeiro para 1970). As considerações feitas em itens anteriores têm validade para cada UF: a proporção de mulheres em idade fértil aumentou, e as particularidades da pirâmide etária são mais acentuadas naqueles Estados em que essa proporção é maior.

#### 4.2 — Razões crianças-mulheres

Calcularam-se as razões crianças-mulheres para as crianças de 0 a 4 anos e mulheres de 15 a 49 anos, para cada uma das UFs, nos anos 60, 70 e 80 (ver Tabela 19). Analogamente, calcularam-se estas razões para esses grupos etários deslocados em um quinquênio (Tabela 20). O fato observado a nível nacional, de que os valores das razões, quando deslocados em um quinquênio, são similares àqueles sem deslocamento, ocorre também para diversas UFs das Regiões Sul e Sudeste. São os casos, por exemplo, de São Paulo (0,454 e 0,455) e do Rio de Janeiro (0,402 e 0,416). As diferenças entre as razões para esses Estados são de 0,22 e 3,48%. Já em 1970 as diferenças eram de 22,2% para São Paulo e 21,1% para o Rio de Janeiro. Esses resultados são compatíveis com uma queda pronunciada no nível de fecundidade na segunda metade da década de 60, que prosseguiu na década seguinte, e uma aparente tendência à estabilização na segunda metade da década de 70.

Nos Estados de outras Regiões, como o Nordeste ou Centro-Oeste, a análise dos mesmos indicadores leva à hipótese de uma queda menos pronunciada da fecundidade, e uma defasagem com respeito aos Estados mais desenvolvidos: a queda se teria intensificado no primeiro quinquênio da década de 70, continuando na segunda metade. A distribuição etária nessas Unidades também é compatível com a hipótese enunciada: quando existem entradas na base da pirâmide, estas se localizam no grupo de 5 a 9 anos (Gráficos de 21 a 24 do Anexo).

TABELA 17

POPULAÇÃO RESIDENTE TOTAL E DE MULHERES EM IDADE FÉRTIL, SEGUNDO AS UNIDADES DA FEDERAÇÃO — 1960-1980

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	POPULAÇÃO RESIDENTE										
	1960			1970			1980			De mulheres em idade fértil (1)	Proporção na população total (%)
	Total	De mulheres em idade fértil (1)	Proporção na população total (%)	Total	De mulheres em idade fértil (1)	Proporção na população total (%)	Total	De mulheres em idade fértil (1)	Proporção na população total (%)		
<b>BRASIL</b> .....	(2) 70 070 457	(2) 16 755 606	23,91	93 189 037	22 287 753	23,93	119 002 706	29 844 738	25,08		
Rondônia.....	69 792	14 358	20,57	111 064	23 610	21,26	491 069	107 355	21,86		
Acre.....	158 184	32 326	20,44	215 290	44 169	20,52	301 303	64 952	21,56		
Amazonas.....	708 459	157 324	22,21	955 235	210 573	22,04	1 430 929	310 800	22,38		
Roraima.....	28 304	5 808	20,52	40 885	8 624	21,09	79 159	17 716	22,38		
Pará.....	1 529 253	348 457	22,79	2 167 018	484 856	22,37	3 403 891	759 973	22,33		
Anapá.....	67 750	14 817	21,87	114 359	24 476	21,40	175 257	38 160	21,77		
Maranhão.....	2 489 447	567 492	22,80	2 993 686	687 536	22,97	3 996 404	902 716	22,59		
Piauí.....	1 242 136	863 833	22,85	1 080 373	374 251	22,27	2 139 021	480 444	22,93		
Ceará.....	3 296 366	781 724	23,71	4 361 603	1 012 037	23,20	5 288 253	1 264 731	23,92		
Rio Grande do Norte.....	1 145 502	273 099	23,84	1 560 244	356 123	22,87	1 898 172	451 101	23,77		
Paraíba.....	2 060 851	484 570	24,22	2 382 617	563 776	23,66	2 770 176	641 689	23,16		
Pernambuco.....	4 095 379	1 006 911	24,59	5 160 040	1 244 416	24,11	6 141 993	1 479 839	24,09		
Alagoas.....	1 258 107	296 490	23,57	1 588 109	367 898	23,17	1 982 018	452 018	22,80		
Fernando de Noronha.....	1 388	312	22,46	1 241	249	20,06	1 279	309	24,16		
Sergipe.....	752 256	175 113	23,28	900 744	204 852	22,74	1 140 121	259 088	22,72		
Bahia.....	5 920 447	1 418 358	23,95	7 483 470	1 741 963	23,25	9 454 346	2 169 380	22,95		
Minas Gerais.....	9 657 738	2 266 665	23,47	11 487 415	2 716 703	23,65	13 378 543	3 353 498	25,07		
Espírito Santo.....	1 170 858	260 228	22,23	1 599 333	366 542	22,92	2 023 340	502 507	24,84		
Rio de Janeiro.....	6 610 748	1 706 557	25,81	8 984 802	2 359 200	26,25	11 291 320	3 104 275	27,49		
São Paulo.....	12 809 231	3 192 758	24,93	17 771 948	4 505 200	25,35	25 040 712	6 710 579	26,80		
Pernambuco.....	4 268 230	984 554	23,05	6 950 832	1 549 188	22,31	7 629 492	1 898 531	24,89		
Santa Catarina.....	2 118 116	464 353	21,92	2 801 734	655 720	23,40	3 627 653	819 716	22,59		
Rio Grande do Sul.....	5 366 720	1 263 108	23,52	7 604 891	1 844 397	24,26	9 773 837	2 085 520	21,33		
Mato Grosso (3).....	889 539	200 008	22,48	1 597 090	348 686	21,83	2 508 258	590 091	23,53		
Goiás.....	1 913 289	435 253	22,75	2 938 677	658 503	22,41	3 859 602	928 132	23,87		
Distrito Federal.....	140 164	38 709	27,59	537 492	137 168	25,52	1 176 835	337 449	28,67		

FONTE — Censo Demográfico — 1960, 1970 e 1980 — Brasil, IBGE.

(1) Mulheres de 15 a 49 anos de idade. (2) Inclusive 82.506 e 382.153 pessoas, respectivamente, referentes a Serra dos Aimorés, território em litígio, até 1963, entre os Estados de Minas Gerais e Espírito Santo. (3) Os dados dos Estados de Mato Grosso do Sul e Mato Grosso foram agregados em 1980, para efeitos de comparabilidade com os Censos de 1960 e 1970.

TABELA 18

PROPORÇÃO DE MULHERES DE 20 A 34 ANOS DE IDADE NA  
POPULAÇÃO TOTAL, SEGUNDO AS UNIDADES DA  
FEDERAÇÃO — 1960-1980

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	PROPORÇÃO DE MULHERES DE 20 A 34 ANOS DE IDADE NA POPULAÇÃO TOTAL (%)				
	1960	1970	1980	Crescimento da proporção	
				1960-1970	1970-1980
BRASIL (1).....	11,66	11,21	12,21	-3,86	8,92
Rondônia.....	10,91	10,12	11,05	-7,24	9,19
Acre.....	9,96	9,78	10,61	-1,81	8,49
Amazonas.....	10,99	10,33	10,90	-6,01	5,83
Roraima.....	10,34	9,46	11,68	-8,51	23,46
Pará.....	10,92	10,52	10,94	-3,66	3,99
Amapá.....	11,19	10,16	10,62	-9,20	4,53
Maranhão.....	11,24	11,05	10,70	-1,69	-3,17
Piauí.....	10,50	10,57	10,70	0,67	1,23
Ceará.....	11,81	11,10	11,06	-6,01	-0,36
Rio Grande do Norte....	11,27	10,98	10,99	-2,57	0,09
Paraíba.....	11,49	10,99	10,45	-4,35	-4,91
Pernambuco.....	11,79	11,30	11,18	-4,16	-1,07
Alagoas.....	10,88	10,85	10,73	-0,28	-1,11
Sergipe.....	9,11	10,33	10,56	13,39	2,23
Bahia.....	11,33	10,95	10,78	-3,35	-1,55
Minas Gerais.....	11,38	10,86	11,98	-4,57	10,13
Espírito Santo.....	10,91	10,34	12,17	-5,22	17,70
Rio de Janeiro.....	12,90	12,06	13,63	-6,51	13,02
São Paulo.....	12,45	11,97	13,63	-3,86	13,87
Paraná.....	11,13	10,55	12,01	-5,21	13,84
Santa Catarina.....	10,58	10,43	12,42	-1,42	19,08
Rio Grande do Sul.....	11,62	11,43	13,08	-1,64	14,44
Mato Grosso (2).....	10,86	10,51	11,59	-3,22	10,28
Goiás.....	10,99	10,67	11,67	-2,91	9,37
Distrito Federal.....	11,90	13,82	15,24	16,13	10,27

FONTE — Censo Demográfico — 1960, 1970 e 1980 — Brasil, IBGE.

(1) Inclusive o Território de Fernando de Noronha. (2) Os dados dos Estados de Mato Grosso do Sul e Mato Grosso foram agregados em 1980, para efeito de comparabilidade com os Censos de 1960 e 1970.

TABELA 19

RAZÕES CRIANÇAS/MULHERES, SEGUNDO AS UNIDADES DA  
FEDERAÇÃO — 1960-1980

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	1960			1970			1980		
	Crianças de 0 a 4 anos de idade	Mulheres de 15 a 49 anos de idade	Razões/ crianças/ mulheres	Crianças de 0 a 4 anos de idade	Mulheres de 15 a 49 anos de idade	Razões/ crianças/ mulheres	Crianças de 0 a 4 anos de idade	Mulheres de 15 a 49 anos de idade	Razões/ crianças/ mulheres
BRASIL(1).....	(2)11 169 093	(2)16 755 605	0,667	13 811 806	22 287 763	0,620	16 423 700	29 844 738	0,550
Rorônia.....	13 238	14 358	0,922	19 871	23 610	0,842	85 852	107 335	0,800
Acre.....	29 989	32 326	0,928	40 930	44 169	0,927	55 228	64 652	0,850
Amazonas.....	181 181	157 324	0,834	170 850	210 573	0,811	268 835	316 860	0,842
Roraima.....	5 821	5 808	1,002	7 335	8 624	0,851	14 008	17 716	0,791
Pará.....	265 815	348 457	0,762	377 498	484 866	0,779	582 296	759 973	0,779
Amapá.....	13 585	14 817	0,917	23 142	24 476	0,905	33 694	38 160	0,883
Maranhão.....	416 144	567 403	0,733	500 106	687 536	0,727	703 287	992 716	0,779
Piauí.....	218 482	283 833	0,770	298 111	374 251	0,797	357 573	490 444	0,729
Ceará.....	544 732	781 724	0,697	744 370	1 012 037	0,736	798 398	1 264 731	0,632
Rio Grande do Norte.....	189 024	273 089	0,692	262 789	356 133	0,738	277 721	451 101	0,616
Paraná.....	313 540	484 570	0,647	395 251	563 775	0,701	430 520	641 689	0,655
Fernambuco.....	651 782	1 008 911	0,647	832 591	1 244 416	0,669	913 090	1 479 839	0,617
Alagoas.....	265 425	296 490	0,693	270 025	367 898	0,736	327 682	452 018	0,725
Sergipe.....	126 560	175 113	0,723	153 415	204 852	0,749	183 331	239 088	0,808
Bahia.....	981 947	1 418 338	0,692	1 286 073	1 741 933	0,721	1 538 727	2 169 389	0,719
Minas Gerais.....	1 610 120	2 266 665	0,710	1 695 223	2 716 703	0,624	1 790 201	3 353 498	0,534
Espirito Santo.....	208 676	260 229	0,802	245 254	306 542	0,669	284 028	350 267	0,565
Rio de Janeiro.....	916 556	1 706 557	0,537	1 051 953	2 359 209	0,446	1 246 989	3 104 275	0,402
São Paulo.....	1 832 820	3 192 758	0,574	2 074 360	4 505 220	0,483	3 046 900	6 710 579	0,454
Paraná.....	731 011	964 554	0,758	1 147 516	1 545 196	0,742	1 025 829	1 898 591	0,540
Santa Catarina.....	378 476	464 353	0,815	454 049	655 720	0,692	467 311	917 716	0,509
Rio Grande do Sul.....	810 670	1 293 108	0,627	885 451	1 644 397	0,520	870 450	2 085 520	0,417
Mato Grosso(3).....	151 719	200 008	0,759	262 637	348 686	0,753	378 585	590 091	0,642
Goiás.....	326 029	435 253	0,751	483 118	658 503	0,734	570 742	928 132	0,614
Distrito Federal.....	19 317	28 709	0,673	30 081	137 168	0,657	174 156	337 449	0,516

FONTE — Censo Demográfico — 1960, 1970 e 1980 — Brasil, IBGE.

(1) Inclusive o Território de Fernando de Noronha. (2) Inclusive 75.519 e 82.506 pessoas, respectivamente, referentes à Serra dos Aimorés, território em litígio, até 1963, entre os Estados de Minas Gerais e Espírito Santo. (3) Os dados dos Estados de Mato Grosso do Sul e Mato Grosso foram agregados em 1980, para efeitos de comparabilidade com os Censos de 1960 e 1970.

TABELA 20

RAZÕES CRIANÇAS/MULHERES, SEGUNDO AS UNIDADES DA  
FEDERAÇÃO — 1960-1980

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	1960			1970			1980		
	Crianças de 5 a 9 anos de idade	Mulheres de 20 a 54 anos de idade	Razões crianças/mulheres	Crianças de 5 a 9 anos de idade	Mulheres de 20 a 54 anos de idade	Razões crianças/mulheres	Crianças de 5 a 9 anos de idade	Mulheres de 20 a 54 anos de idade	Razões crianças/mulheres
BRASIL(1).....	(2)10 151 172	(2)14 030 875	0,720	13 459 508	18 483 904	0,728	14 773 741	25 048 215	0,590
Rorondônia.....	10 629	11 809	0,900	16 846	18 707	0,901	73 672	85 070	0,866
Acre.....	26 458	25 510	1,037	36 208	34 252	1,057	46 944	51 069	0,919
Amazonas.....	111 929	127 190	0,880	155 263	165 289	0,939	220 273	251 334	0,876
Roraima.....	5 035	4 702	1,071	6 805	6 500	1,047	11 341	14 210	0,798
Pará.....	234 572	285 039	0,823	329 267	387 036	0,851	508 852	610 725	0,830
Amapá.....	11 148	12 066	0,924	18 836	19 057	0,988	28 159	29 881	0,942
Maranhão.....	394 159	464 981	0,848	468 828	555 422	0,844	582 083	728 793	0,799
Piauí.....	197 269	230 718	0,855	272 580	299 671	0,910	314 926	389 354	0,809
Ceará.....	486 639	647 274	0,752	687 495	824 720	0,834	725 654	1 025 534	0,707
Rio Grande do Norte.....	159 379	225 650	0,706	240 809	295 916	0,814	252 913	365 103	0,693
Paraná.....	293 899	401 074	0,733	362 377	496 048	0,778	386 689	526 404	0,735
Pernambuco.....	593 398	843 046	0,704	769 793	1 031 383	0,746	843 915	1 224 702	0,693
Alagoas.....	192 057	244 091	0,787	245 378	299 493	0,822	290 176	366 357	0,792
Sergipe.....	116 047	145 155	0,800	141 690	166 953	0,849	169 071	209 671	0,792
Bahia.....	886 195	1 169 356	0,762	1 152 528	1 427 288	0,808	1 354 654	1 770 286	0,765
Minas Gerais.....	1 464 187	1 874 863	0,781	1 709 293	2 216 348	0,771	1 650 807	2 175 598	0,765
Espírito Santo.....	187 154	213 128	0,878	244 672	286 890	0,844	250 422	411 568	0,609
Rio de Janeiro.....	845 928	1 513 610	0,559	1 111 634	2 036 684	0,545	1 145 469	2 750 262	0,416
São Paulo.....	1 694 281	2 790 162	0,597	2 262 887	3 889 595	0,585	2 669 353	5 859 176	0,455
Paraná.....	652 704	789 117	0,827	1 082 222	1 245 691	0,869	992 687	1 553 848	0,639
Santa Catarina.....	340 129	382 224	0,890	454 525	526 174	0,864	441 175	749 228	0,589
Rio Grande do Sul.....	759 009	1 087 074	0,692	904 162	1 385 169	0,653	805 458	1 796 069	0,448
Mato Grosso(3).....	136 893	161 723	0,847	250 064	277 576	0,901	347 492	473 675	0,734
Goiás.....	302 810	350 951	0,863	456 113	526 365	0,867	526 471	751 226	0,701
Distrito Federal.....	14 278	24 102	0,592	79 103	113 286	0,698	137 922	277 746	0,497

FONTE — Censo Demográfico — 1960, 1970 e 1980 — Brasil, IBGE.

(1) Inclusive o Território de Fernando de Noronha. (2) Inclusive 164.553 e 64.991 pessoas, respectivamente, referentes à Serra das Aimorés, território em litúgio, até 1963, entre os Estados de Minas Gerais e Espírito Santo.

(3) Os dados dos Estados de Mato Grosso do Sul e Mato Grosso foram agregados em 1980, para efeitos de comparabilidade com os Censos de 1960 e 1970.

### 4.3 — Fecundidade

Analisaram-se as taxas de fecundidade global para 1970 e 1980 para as UF's. Calcularam-se também os valores corrigidos, sem esquecer os condicionantes que se impõem à interpretação destes dados, já citados anteriormente, unidos ao fato de tratar-se, neste caso, de populações abertas, sendo a técnica de correção construída sobre a pressuposição de populações fechadas (Tabelas 21 e 22).

TABELA 21

TAXA DE FECUNDIDADE TOTAL, POR SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO, SEGUNDO AS UNIDADES DA FEDERAÇÃO — 1970-1980

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	TAXA DE FECUNDIDADE TOTAL					
	Total		Situação do domicílio			
	1970	1980	Urbana		Rural	
			1970	1980	1970	1980
BRASIL.....	4,403	3,887	3,476	3,317	5,876	5,413
Rondônia.....	6,199	5,664	5,672	5,033	6,901	6,320
Acre.....	7,155	5,884	5,515	4,262	7,912	7,522
Amazonas.....	5,885	5,915	4,872	4,940	6,777	7,753
Roraima.....	5,678	5,467	4,828	5,082	6,524	6,222
Pará.....	5,846	5,487	4,828	4,493	6,905	6,647
Amapá.....	6,300	6,153	6,091	5,151	6,562	7,827
Maranhão.....	5,147	5,947	4,778	4,779	5,292	6,535
Piauí.....	6,099	5,559	5,175	4,297	6,603	6,656
Ceará.....	6,080	5,018	4,918	4,157	7,062	6,260
Rio Grande do Norte....	6,104	4,861	5,109	4,091	7,176	6,248
Paraíba.....	5,721	5,137	4,884	4,233	6,434	6,350
Pernambuco.....	5,326	4,503	4,494	3,728	6,518	6,039
Alagoas.....	5,564	5,304	4,692	4,152	6,230	6,663
Sergipe.....	5,620	5,276	4,796	4,339	6,421	6,644
Bahia.....	5,397	5,256	4,586	4,421	6,057	6,240
Minas Gerais.....	4,534	3,860	3,671	3,394	5,682	5,043
Espírito Santo.....	4,707	3,895	3,614	3,463	5,798	4,857
Rio de Janeiro.....	2,944	2,712	2,738	2,615	4,997	4,114
São Paulo.....	3,163	3,110	2,864	3,007	4,708	4,090
Paraná.....	5,016	3,591	3,461	3,108	6,138	4,442
Santa Catarina.....	4,775	3,508	3,725	3,225	5,737	4,002
Rio Grande do Sul.....	3,364	2,865	2,650	2,748	4,420	3,172
Mato Grosso do Sul.....		3,912		3,539		4,846
Mato Grosso.....	5,289	4,482	4,066	3,991	6,414	5,293
Goiás.....	5,039	4,038	3,800	3,406	6,118	5,333
Distrito Federal.....	4,365	3,607	4,290	3,542	6,752	6,422

FONTE — Censo Demográfico — 1970 e 1980 — Brasil, IBGE.

TABELA 22

TAXA DE FECUNDIDADE TOTAL, POR SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO,  
SEGUNDO AS UNIDADES DA FEDERAÇÃO — 1970-1980  
(COEFICIENTES CORRIGIDOS PELA TÉCNICA DE BRASS)

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	TAXA DE FECUNDIDADE TOTAL					
	Total		Situação do domicílio			
	1970	1980	Urbana		Rural	
			1970	1980	1970	1980
BRASIL.....	5,765	4,348	4,554	3,629	7,738	6,403
Rondônia.....	9,723	6,178	8,878	5,595	10,774	6,822
Acre.....	9,905	6,883	7,572	5,031	10,982	8,812
Amazonas.....	8,555	6,753	6,681	5,466	10,206	9,383
Roraima.....	8,573	6,052	7,456	5,874	9,657	6,448
Pará.....	7,728	6,312	6,325	5,039	9,133	7,776
Amapá.....	8,245	6,970	7,879	5,697	8,565	9,034
Maranhão.....	7,263	6,929	7,053	5,881	7,339	7,404
Piauí.....	7,865	6,543	7,132	5,087	8,252	7,798
Ceará.....	7,740	6,047	6,478	4,909	8,815	7,754
Rio Grande do Norte.....	8,487	5,669	7,211	4,733	9,872	7,450
Paraíba.....	7,745	6,191	6,535	5,126	8,801	7,646
Pernambuco.....	7,161	5,399	6,144	4,355	8,612	7,590
Alagoas.....	7,592	6,666	6,457	5,232	8,455	8,387
Sergipe.....	7,894	6,033	6,430	4,725	9,320	8,053
Bahia.....	7,486	6,227	6,365	5,132	8,395	7,566
Minas Gerais.....	6,172	4,312	4,972	3,702	7,793	5,945
Espírito Santo.....	6,442	4,282	5,003	3,772	7,904	5,497
Rio de Janeiro.....	3,805	2,937	3,505	2,822	6,926	4,787
São Paulo.....	3,940	3,237	3,552	3,109	6,072	4,593
Paraná.....	6,401	4,125	4,735	3,535	7,643	5,227
Santa Catarina.....	6,096	3,818	4,760	3,389	7,333	4,604
Rio Grande do Sul.....	4,295	3,106	3,403	2,855	5,623	3,782
Mato Grosso do Sul.....	6,752	4,388	5,346	3,987	8,059	5,397
Mato Grosso.....		5,109		4,583		5,982
Goiás.....	6,466	4,732	5,201	4,027	7,532	6,142
Distrito Federal.....	5,561	3,623	5,468	3,541	8,748	7,345

FONTE — Censo Demográfico — 1970 e 1980 — Brasil, IBGE.

Sistematicamente observa-se queda nas taxas de fecundidade de 1970 para 1980, com exceção das Unidades em que não se tinha observado decréscimo na razão crianças-mulheres (Amazonas e Maranhão). Observando os valores corrigidos pela técnica de Brass, a inversão desaparece, diminuindo consideravelmente a fecundidade para todas as UFs. Essa constatação permitiria inferir subenumeração nas declarações de Maranhão e Amazonas, em 1970, como causa da particularidade observada. O cálculo dos valores dos fatores de correção  $P_{z/Fz}$ , que figura na tabela 23, parece levar à confirmação dessa teoria. Com efeito, os valores do fator para 1970, no Amazonas e Maranhão, foram 1,454 e 1,411,

e figuraram entre os mais elevados do Brasil para o ano de 1970. Da tabela 23 podem-se extrair outras interessantes conclusões quanto à consistência das declarações de fecundidade para 1980. Os valores dos fatores de correção estão mais próximos da Unidade, indicando maior coerência interna das declarações. Observar que o valor de  $P_{2/F2}$ , é 1,004 para o Distrito Federal, 1,041 para São Paulo, 1,083 para Rio de Janeiro, 1,084 para Rio Grande do Sul e 1,089 para Santa Catarina. Os valores respectivos em 1970 eram: 1,274; 1,245; 1,292; 1,277 e 1,277. Isto significa que enquanto em 1980 podem estimar-se diferenças nas declarações de fecundidade que oscilam entre 0 e 9% para os Estados mencionados, em 1970 as correções variavam de 25 a 30%.

TABELA 23

VALORES DOS FATORES DE CORREÇÃO, CALCULADAS PELA  
TÉCNICA DE BRASS, SEGUNDO AS UNIDADES DA  
FEDERAÇÃO — 1970-1980

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	VALORES DOS FATORES DE CORREÇÃO $P_{2/F2}$	
	1970	1980
BRASIL.....	1,310	1,119
Rondônia.....	1,568	1,091
Acre.....	1,384	1,170
Amazonas.....	1,454	1,142
Roraima.....	1,510	1,107
Pará.....	1,322	1,150
Amapá.....	1,309	1,133
Maranhão.....	1,411	1,165
Piauí.....	1,290	1,177
Ceará.....	1,273	1,205
Rio Grande do Norte.....	1,390	1,166
Paraíba.....	1,354	1,205
Pernambuco.....	1,345	1,199
Alagoas.....	1,365	1,257
Sergipe.....	1,405	1,143
Bahia.....	1,387	1,185
Minas Gerais.....	1,361	1,117
Espírito Santo.....	1,369	1,099
Rio de Janeiro.....	1,292	1,083
São Paulo.....	1,245	1,041
Paraná.....	1,276	1,149
Santa Catarina.....	1,277	1,089
Rio Grande do Sul.....	1,277	1,084
Mato Grosso do Sul.....	} 1,277	1,122
Mato Grosso.....		1,140
Goiás.....	1,283	1,172
Distrito Federal.....	1,274	1,004

FONTE — Censo Demográfico — 1970 e 1980 — Brasil, IBGE.

TABELA 24

ORDENAÇÃO DAS UNIDADES DA FEDERAÇÃO, SEGUNDO AS  
DIVERSAS VARIÁVEIS DEMOGRÁFICAS — 1980

(continua)

NÚMERO DE ORDEM	VARIÁVEIS DEMOGRÁFICAS					
	Proporção de mulheres em idade fértil na população total (%)		Fecundidade total corrigida		Taxa de fecundidade total	
	Unidades da Federação	Valor P <sub>15a49/P</sub> (1)	Unidades da Federação	Valor	Unidades da Federação	Valor
1	AC	21,56	AP	6,970	AP	6,153
2	AP	21,77	MA	6,929	MA	5,947
3	RO	21,86	AC	6,883	AM	5,915
4	AM	22,16	AM	6,753	AC	5,884
5	PA	22,33	AL	6,666	RO	5,664
6	RR	22,38	PI	6,543	PI	5,559
7	MA	22,59	PA	6,312	PA	5,487
8	SE	22,72	BA	6,227	RR	5,467
9	AL	22,80	PB	6,191	AL	5,304
10	BA	22,95	RO	6,178	SE	5,276
11	MT	22,92	RR	6,052	BA	5,256
12	PI	22,93	CE	6,047	PB	5,137
13	PB	23,16	SE	6,033	CE	5,018
14	RN	23,77	RN	5,669	RN	4,861
15	CE	23,92	PE	5,399	PE	4,503
16	GO	24,05	MT	5,109	MT	4,482
17	MS	24,03	GO	4,732	GO	4,038
18	PE	24,09	MS	4,388	MS	3,912
19	ES	24,84	MG	4,312	ES	3,895
20	FR	24,89	ES	4,282	MG	3,860
21	MG	25,07	PR	4,125	DF	3,607
22	SC	25,30	SC	3,818	PR	3,591
23	SP	26,80	DF	3,623	SC	3,508
24	RS	26,83	SP	3,237	SP	3,110
25	RJ	27,49	RS	3,106	RS	2,865
26	DF	28,67	RJ	2,937	RJ	2,712

FONTE — Censo Demográfico — 1980 — Brasil, IBGE.

(1) Relação entre o número de mulheres de 15 a 49 anos de idade e a população total. (2) Relação entre o número de crianças menores de 5 anos de idade e o número de mulheres de 15 a 49 anos de idade. (3) Relação entre o número de crianças menores de 5 anos de idade e o número de mulheres de 20 a 29 anos de idade.

TABELA 24

ORDENAÇÃO DAS UNIDADES DA FEDERAÇÃO, SEGUNDO AS  
DIVERSAS VARIÁVEIS DEMOGRÁFICAS — 1980

(conclusão)

VARIÁVEIS DEMOGRÁFICAS				NÚMERO DE ORDEM
Razões crianças/mulheres		Razões crianças/mulheres		
Unidades da Federação	Valor Popul/pf15a49 (2)	Unidades da Federação	Valor Popul/pf20a29 (3)	
AP	0,883	AP	2,38	1
AC	0,850	AC	2,30	2
AM	0,842	AM	2,28	3
RO	0,800	MA	2,23	4
RR	0,791	PA	2,12	5
PA	0,779	PI	2,12	6
MA	0,779	AL	2,09	7
PI	0,729	RO	2,08	8
AL	0,725	SE	2,07	9
BA	0,719	BA	2,05	10
SE	0,708	RR	2,03	11
MT	0,693	PB	2,01	12
PB	0,655	CE	1,88	13
CE	0,632	MT	1,87	14
RN	0,614	RN	1,85	15
GO	0,614	PE	1,83	16
PE	0,617	GO	1,71	17
MS	0,601	MS	1,66	18
ES	0,565	ES	1,53	19
PR	0,540	PR	1,52	20
MG	0,534	MG	1,51	21
DF	0,516	SC	1,39	22
SC	0,509	DF	1,32	23
SP	0,454	SP	1,23	24
RS	0,417	RS	1,18	25
RJ	0,402	RJ	1,12	26

TABELA 25

ORDENAÇÃO DAS UNIDADES DA FEDERAÇÃO, SEGUNDO AS  
DIVERSAS VARIÁVEIS DEMOGRÁFICAS — 1970

(continua)

NÚMERO DE ORDEM	VARIÁVEIS DEMOGRÁFICAS					
	Proporção de mulheres em idade fértil na população total (%)		Fecundidade total corrigida		Taxa de fecundidade total	
	Unidades da Federação	Valor P <sup>1</sup> 15—49/p (1)	Unidades da Federação	Valor	Unidades da Federação	Valor
1	AC	20,52	AC	9,905	AC	7,155
2	RR	21,09	RO	9,723	AP	6,300
3	RO	21,26	RR	8,573	RO	6,199
4	AP	21,40	AM	8,555	RS	6,104
5	MT	21,83	RN	8,487	PI	6,099
6	AM	22,04	AP	8,245	CE	6,080
7	PI	22,27	SE	7,894	AM	5,885
8	PR	22,31	PI	7,865	PA	5,846
9	PA	22,37	PB	7,745	PB	5,721
10	GO	22,41	CE	7,740	RR	5,678
11	SC	22,60	PA	7,728	SE	5,620
12	SE	22,74	AL	7,592	AL	5,564
13	ES	22,92	BA	7,486	BA	5,397
14	MA	22,97	MA	7,263	PE	5,326
15	RN	22,97	PE	7,161	MT	5,289
16	AL	23,17	MT	6,752	MA	5,147
17	CE	23,20	GO	6,466	GO	5,039
18	BA	23,25	ES	6,442	PR	5,016
19	MG	23,65	PR	6,401	SC	4,775
20	PB	23,66	MG	6,172	ES	4,707
21	PE	24,11	SC	6,096	MG	4,534
22	RS	24,67	DF	5,561	DF	4,365
23	SP	25,35	RS	4,295	RS	3,364
24	DF	25,52	SP	3,940	SP	3,163
25	RJ	26,23	RJ	3,805	RJ	2,944

FONTE — Censo Demográfico — 1970 — Brasil, IBGE.

(1) Relação entre o número de mulheres de 15 a 49 anos de idade e a população total. (2) Relação entre o número de crianças menores de 5 anos de idade e o número de mulheres de 15 a 49 anos de idade. (3) Relação entre o número de mulheres de 20 a 34 anos de idade e a população total.

TABELA 25

ORDENAÇÃO DAS UNIDADES DA FEDERAÇÃO, SEGUNDO AS  
DIVERSAS VARIÁVEIS DEMOGRÁFICAS — 1970

(conclusão)

VARIÁVEIS DEMOGRÁFICAS				NÚMERO DE ORDEM
Razões crianças/mulheres		Proporção de mulheres de 20 a 34 anos de idade na população total (%)		
Unidades da Federação	Valor $P_{0a4 15-49}^f$ (2)	Unidades da Federação	Valor $P_{20-34 p}^f$ (3)	
AC	0,927	RR	9,46	1
AP	0,905	AC	9,78	2
RR	0,851	RO	10,12	3
RO	0,842	AP	10,16	4
AM	0,811	AM	10,33	5
PI	0,797	SE	10,33	6
PA	0,779	ES	10,34	7
MT	0,753	SC	10,43	8
SE	0,749	MT	10,51	9
PR	0,742	PA	10,52	10
RN	0,738	PR	10,55	11
AL	0,736	PI	10,57	12
CE	0,736	GO	10,67	13
GO	0,734	AL	10,85	14
MA	0,727	MG	10,86	15
BA	0,721	BA	10,95	16
PB	0,701	RN	10,98	17
SC	0,692	PB	10,99	18
ES	0,669	MA	11,05	19
PE	0,669	CE	11,10	20
DF	0,657	PE	11,30	21
MG	0,624	RS	11,43	22
RS	0,520	SP	11,97	23
SP	0,483	RJ	12,06	24
RJ	0,446	DF	13,82	25

Em geral, as correções resultantes da utilização do fator, que são medida de consistência entre as declarações de filhos tidos e filhos nascidos no último ano, em 1970 oscilavam entre 24,5 e 56,8%, passando em 1980 a variar entre 0,4 e 25,7%. Essa diferença pode ser atribuída, em grande medida, às alterações na formulação das indagações dos quesitos de fecundidade no Censo de 1980.

#### 4.4 — Ordenação das UFs segundo as variáveis demográficas

Ordenando as UFs pelos valores de diversos indicadores, chega-se a resultados interessantes. Na tabela 24 pode-se observar o resultado da classificação das Unidades segundo: 1 — proporção de mulheres em idade fértil; 2 — fecundidade total (corrigida pelo método de Brass); 3 — fecundidade total (sem corrigir); e relações crianças-mulheres, para diferentes subgrupos de mulheres (de 15 a 49 anos, e de 20 a 29 anos). Ordenou-se de modo que os Estados com fecundidade mais alta, ou menor proporção de mulheres, ficassem classificados nos primeiros lugares. A ordenação gerou uma classificação nos subgrupos formados por aquelas UFs que, para as diversas variáveis, mantinham-se dentro do mesmo *range*. Com efeito, o grupo de Estados do Sul e Sudeste, e o Distrito Federal, figuravam sempre entre os últimos oito da lista para todas as variáveis, mesmo que invertessem a posição entre eles. Fenômeno parecido aconteceu com um grupo intermediário de cinco Estados.

As oito UFs que pertencem ao último grupo em todas as ordenações e, portanto, possuem menores taxas de fecundidade e maior proporção de mulheres em idade fértil, são exatamente aquelas para as quais o fenômeno se dá com maior intensidade.

Na tabela 25, ordenaram-se as Unidades pelos valores das mesmas variáveis em 1970, e é evidente que não se pode chegar a uma classificação do mesmo tipo que em 1980 (mesmo assim, Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul já possuíam mais baixa fecundidade e maior proporção de mulheres em idade fértil que os outros Estados).

A correlação observada entre a classificação resultante das diversas ordenações e a existência das particularidades detectadas nas pirâmides etárias leva, mais uma vez, elementos de apoio à tese proposta ao longo do presente trabalho.

#### 5 — CONCLUSÕES

Com as análises anteriores confirmar-se-ia a tese proposta: a forma da pirâmide etária de 1980 estaria explicada pela defasagem existente entre a queda da mortalidade e a queda da fecundidade no Brasil. Com a diminuição da mortalidade na década de 50 aumentou consideravelmente a população, conseqüentemente o número de mulheres. Estas chega-

ram à idade de máxima fecundidade no último quinquênio da década de 70. Mesmo com taxas de fecundidade relativamente baixas, como é grande o número de mulheres (cresceu em 8,6% a participação do grupo mais fecundo na população total), a base da pirâmide teria sofrido o impacto dos filhos nascidos destas mulheres, o que pareceria explicar a aparente contradição entre a existência de decréscimo na fecundidade e uma pirâmide de base cada vez mais larga. O estreitamento nos grupos entre 5 e 14 anos seria o reflexo da queda da fecundidade e consequência da evolução da estrutura obtida em 1970.

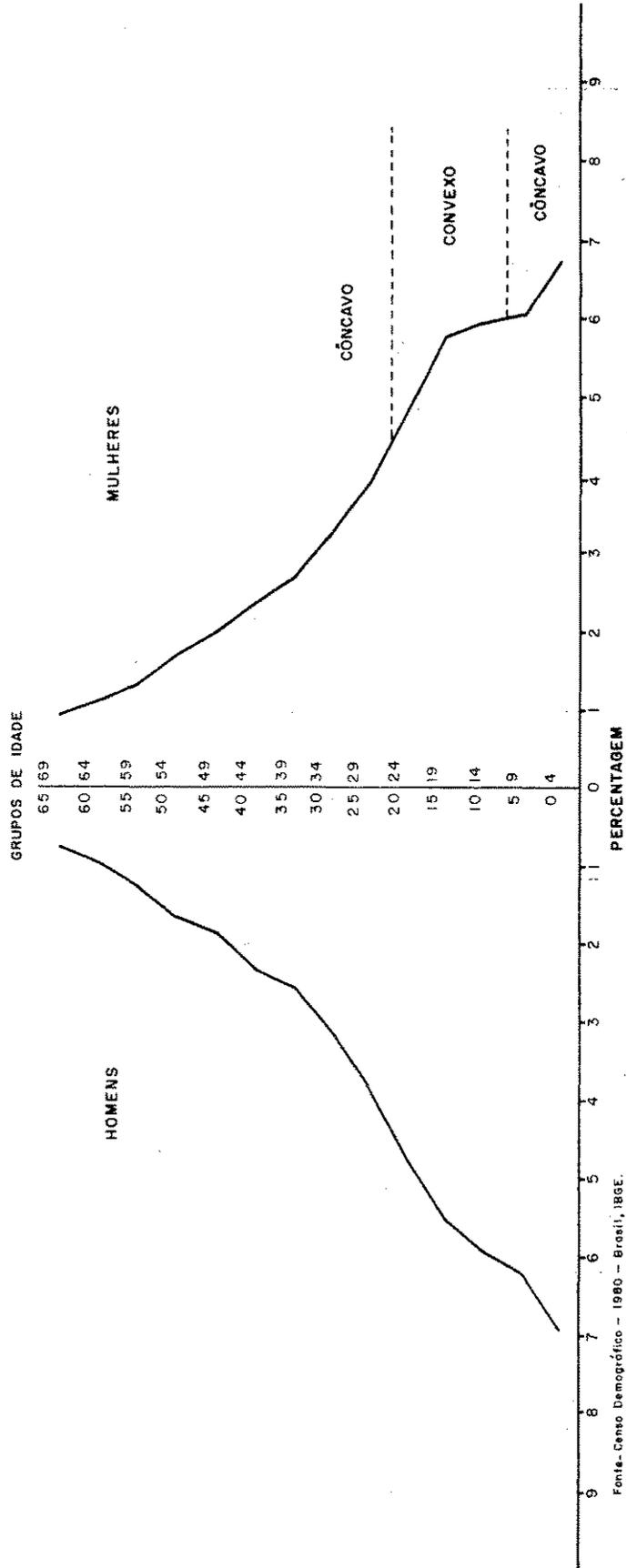
A análise a nível das UFs parece reforçar a tese proposta, já que o fenômeno em estudo se dá com maior intensidade nas Unidades em que as prováveis causas aparecem mais marcadamente. Estas Unidades são as mais desenvolvidas economicamente, e com alto grau de urbanização. Nelas observava-se, já em 1970, um importante estreitamento na base da pirâmide, mostrando o efeito da queda da fecundidade (Gráficos de 25 a 27 do Anexo). Também é consistente a predominância das particularidades estudadas nas zonas urbanas, nas quais existe um maior acesso aos medicamentos e aos mecanismos de controle da natalidade. Este fenômeno aparece claramente nas estruturas urbanas e rurais das UFs (Gráficos de 28 a 33 do Anexo).

6 — ANEXOS

GRÁFICO - 1

POPULAÇÃO RESIDENTE, POR GRUPOS DE IDADE

BRASIL - 1980

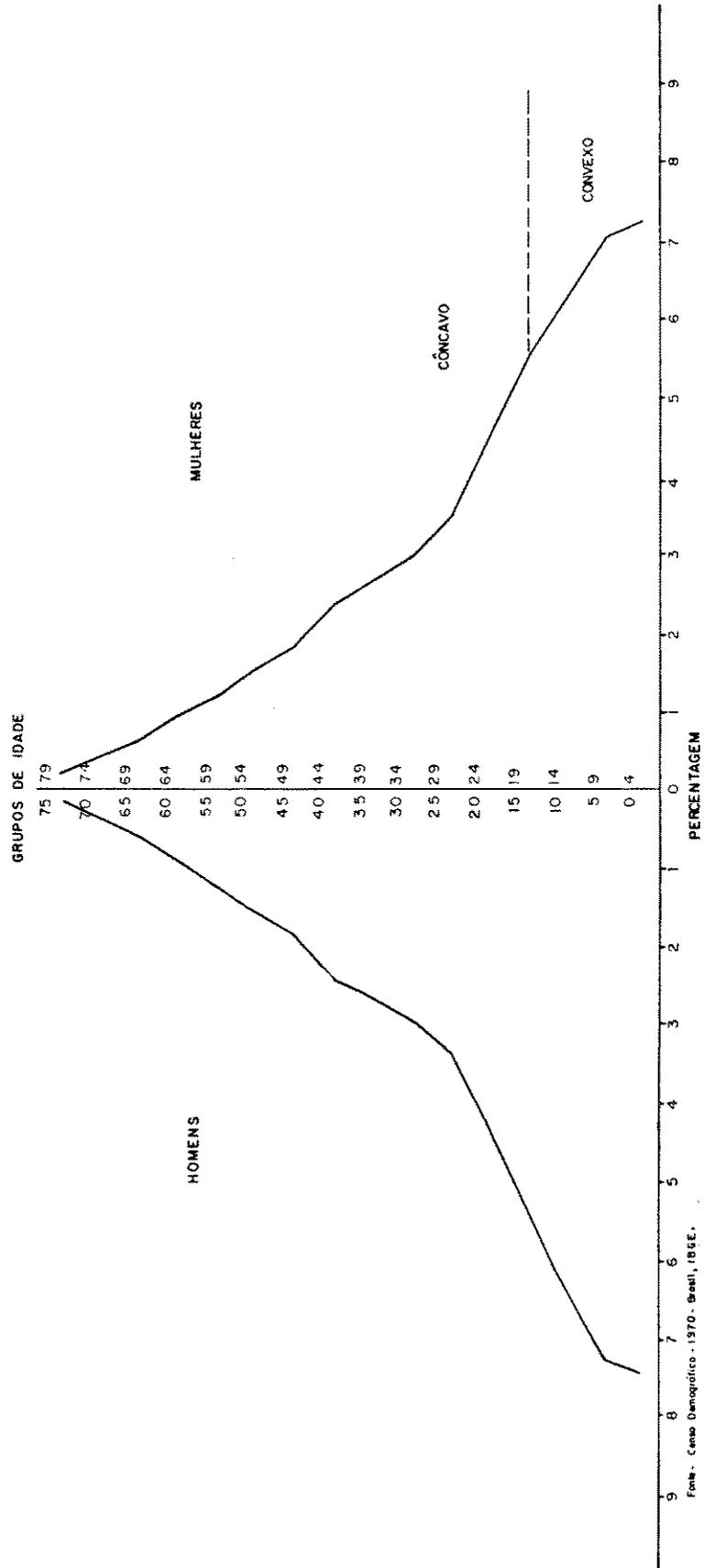


Fonte: Censo Demográfico - 1980 - Brasil, IBGE.

GRÁFICO - 2

POPULAÇÃO RESIDENTE, POR GRUPOS DE IDADE

BRASIL - 1970

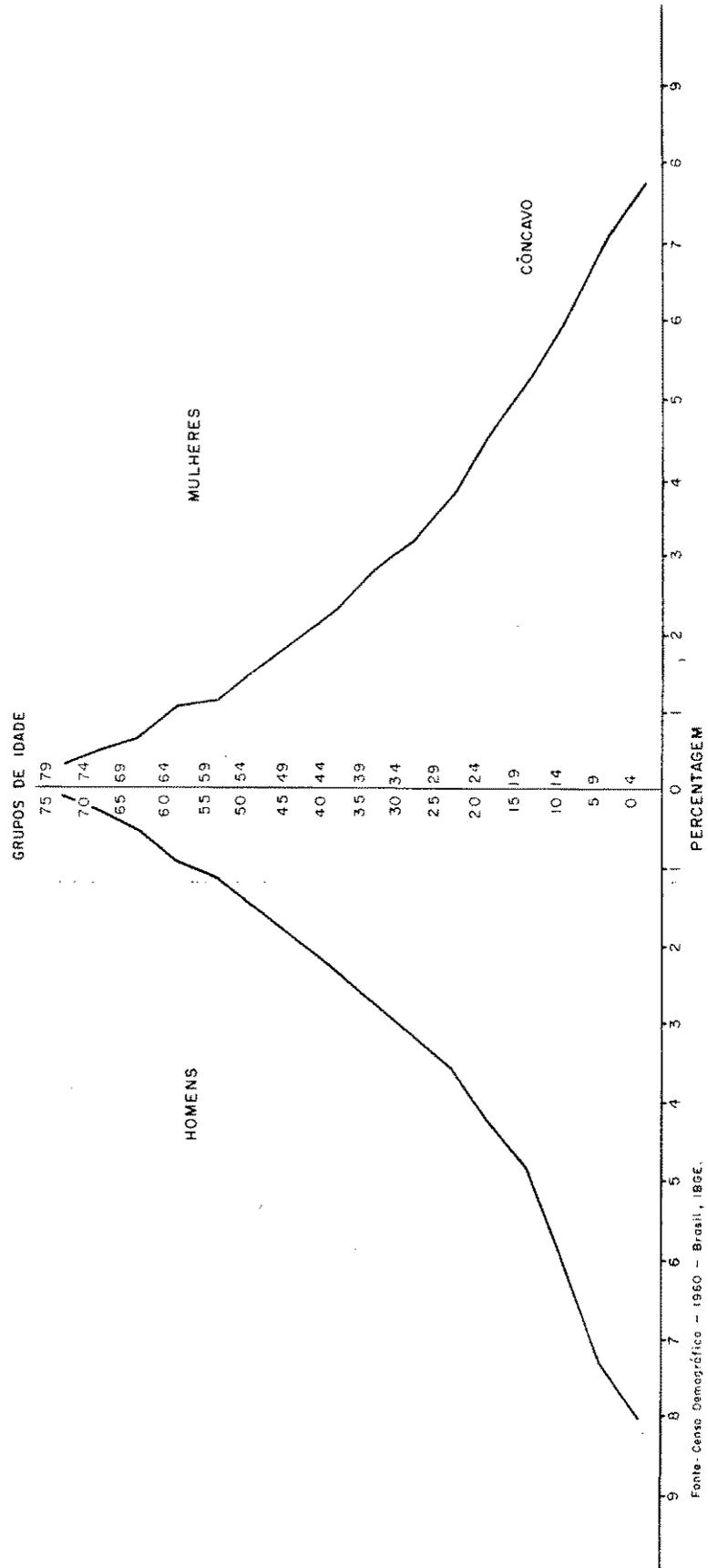


Fone - Censo Demográfico - 1970 - Brasil, 1955E.

GRÁFICO - 3

POPULAÇÃO RESIDENTE, POR GRUPOS DE IDADE

BRASIL - 1960

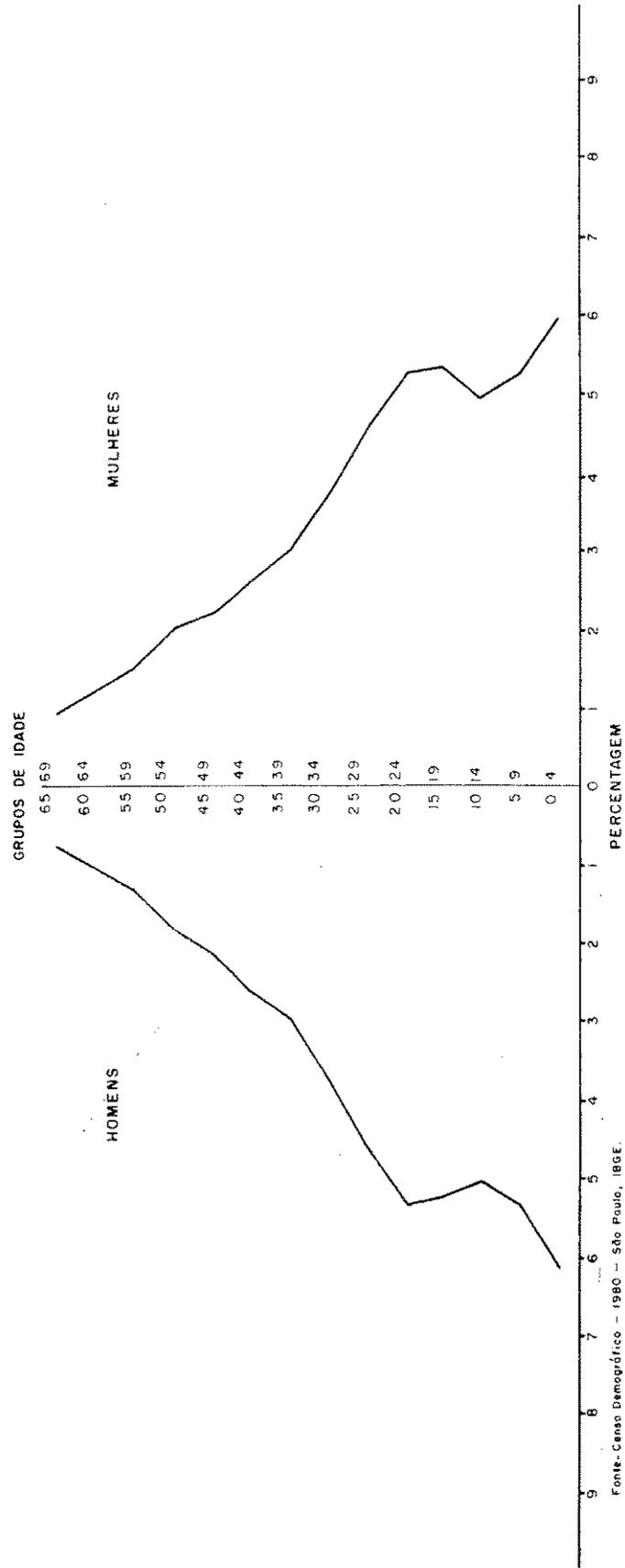


Fonte - Censo Demográfico - 1960 - Brasil, IBGE.

POPULAÇÃO RESIDENTE, POR GRUPOS DE IDADE

SÃO PAULO - 1980

GRÁFICO - 4

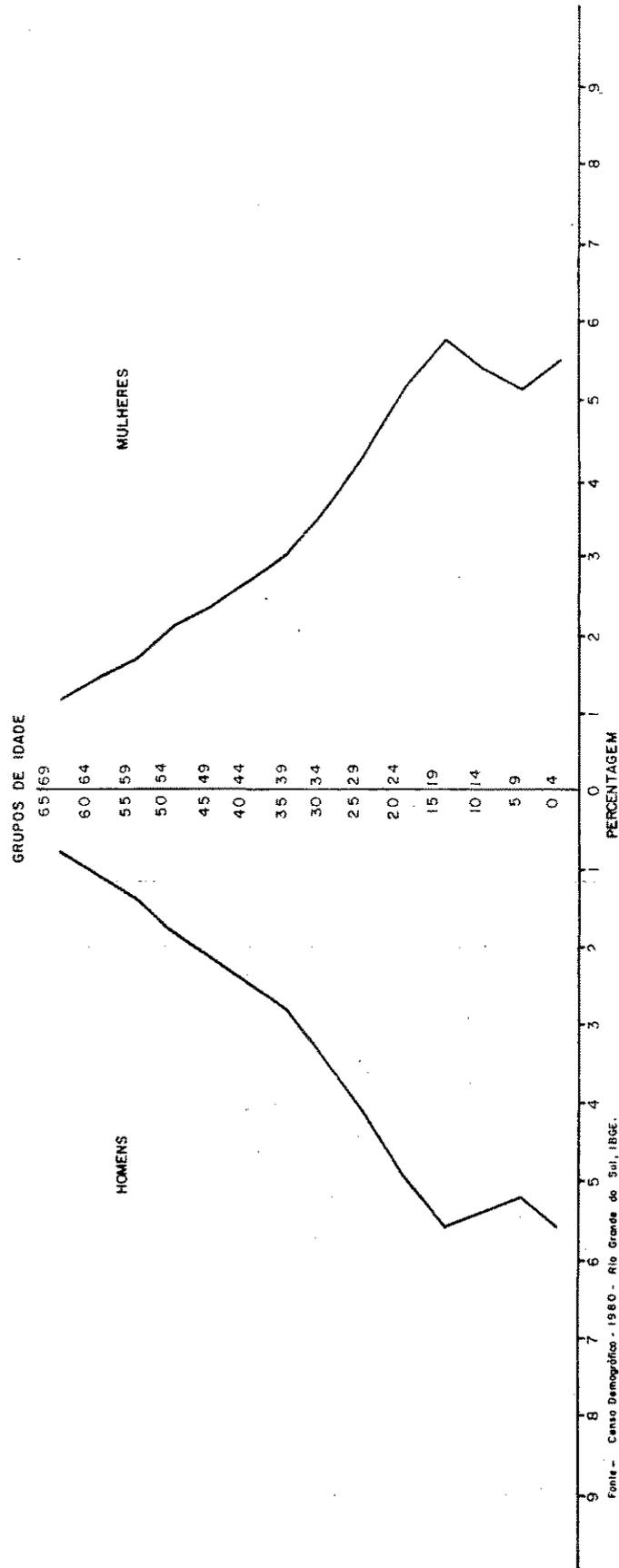


Fonte: Censo Demográfico - 1980 - São Paulo, IBGE.

GRÁFICO - 5

POPULAÇÃO RESIDENTE, POR GRUPOS DE IDADE

RIO GRANDE DO SUL - 1980

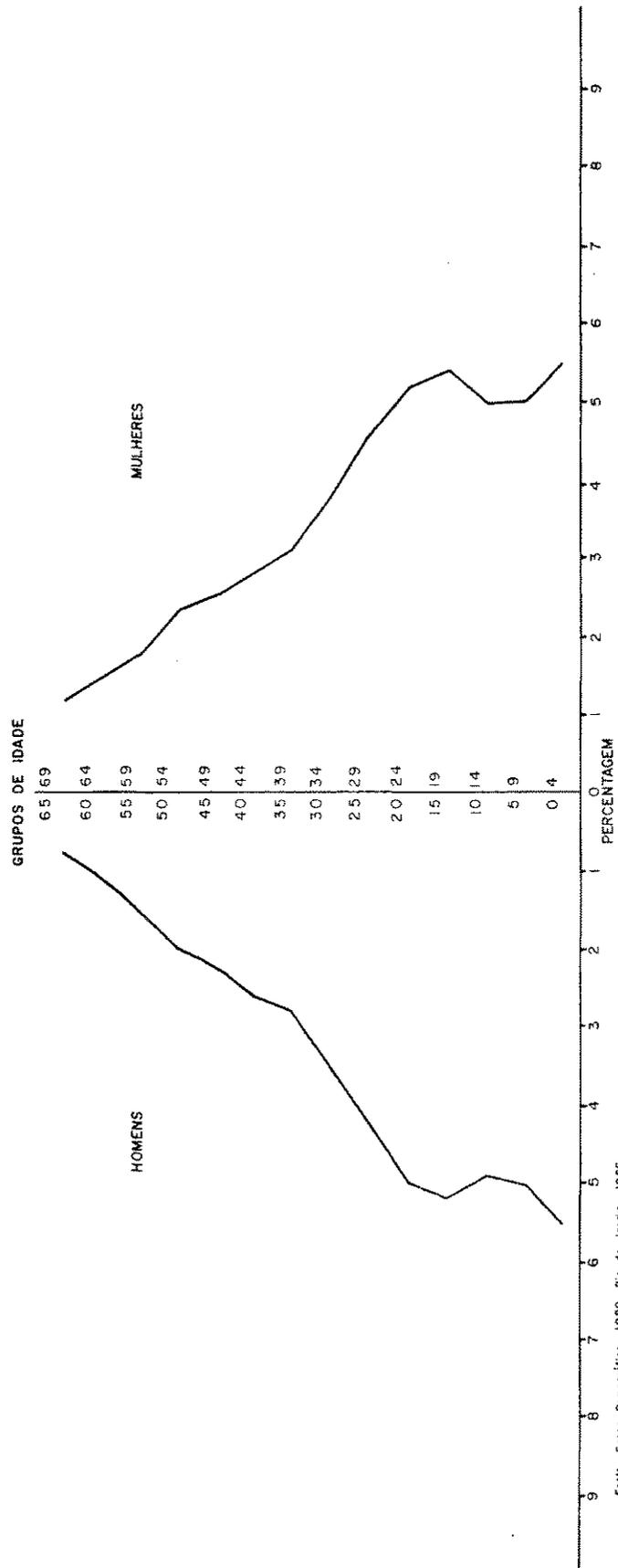


Fonte - Censo Demográfico - 1980 - Rio Grande do Sul, IBGE.

GRÁFICO - 6

POPULAÇÃO RESIDENTE, POR GRUPOS DE IDADE

RIO DE JANEIRO - 1980

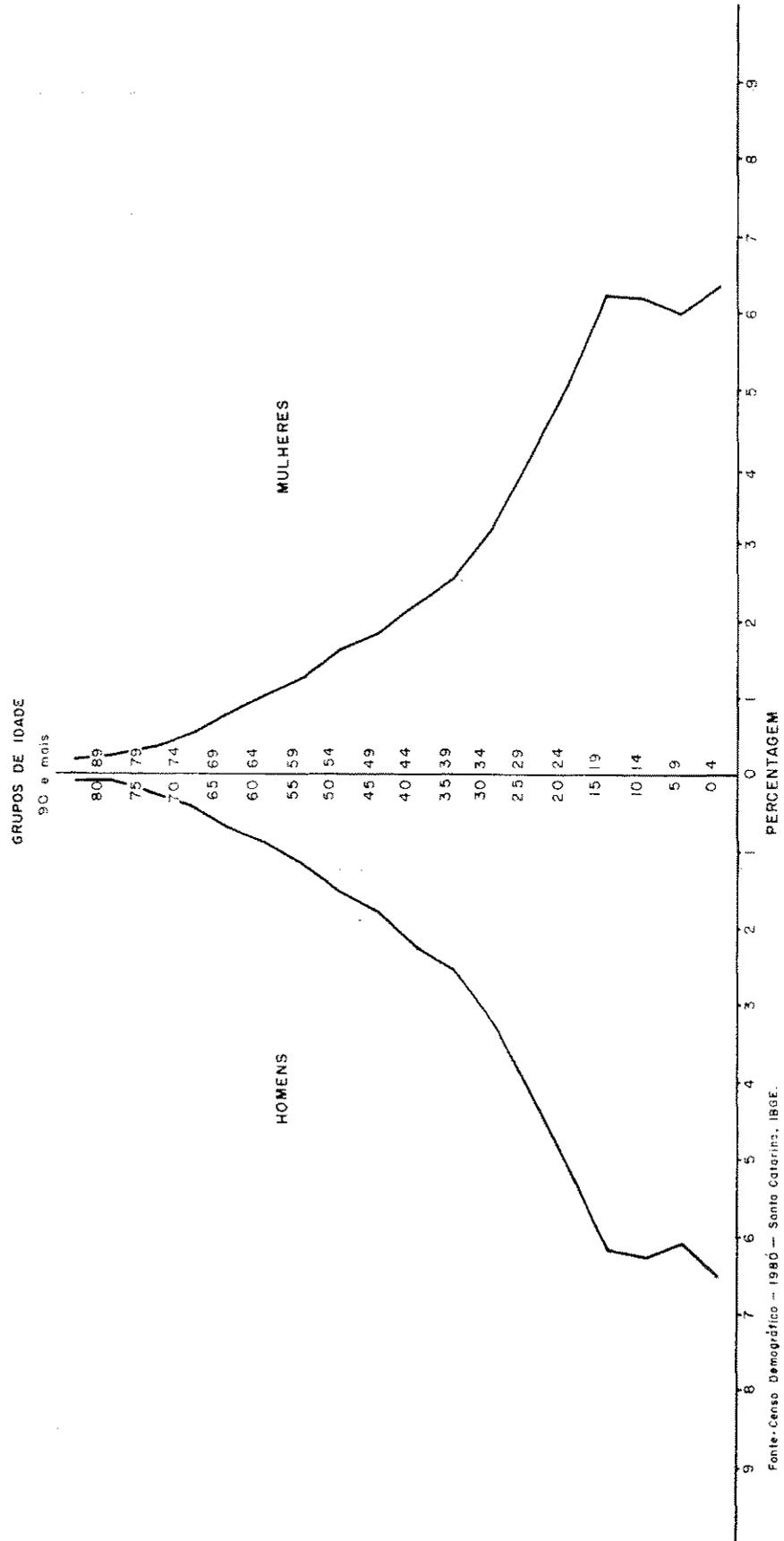


Fonte - Censo Demográfico - 1980 - Rio de Janeiro, IBGE.

GRÁFICO - 7

POPULAÇÃO RESIDENTE, POR GRUPOS DE IDADE

SANTA CATARINA - 1980

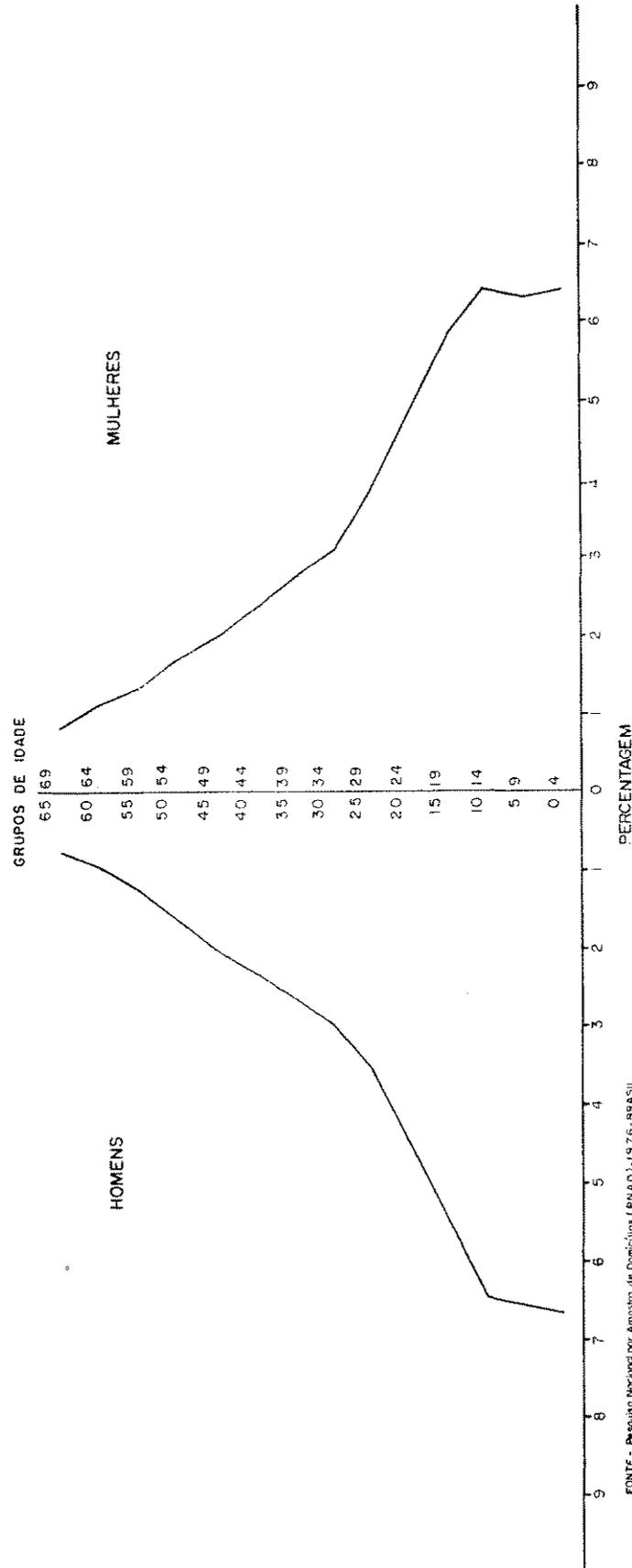


Fonte: Censo Demográfico - 1980 - Santa Catarina. IBGE.

GRÁFICO - 8

POPULAÇÃO RESIDENTE, POR GRUPOS DE IDADE

BRASIL - 1976

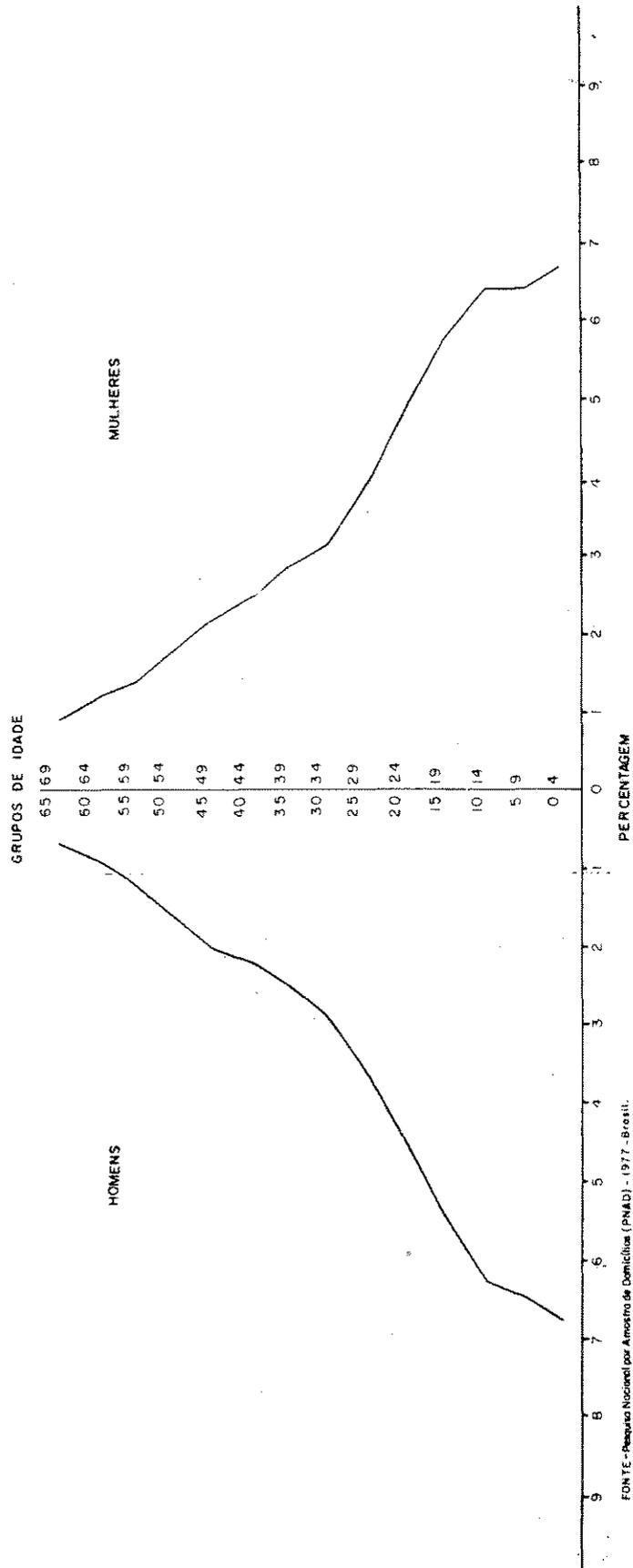


FONTE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)-1976-BRASIL

GRÁFICO - 9

POPULAÇÃO RESIDENTE, POR GRUPOS DE IDADE

BRASIL - 1977

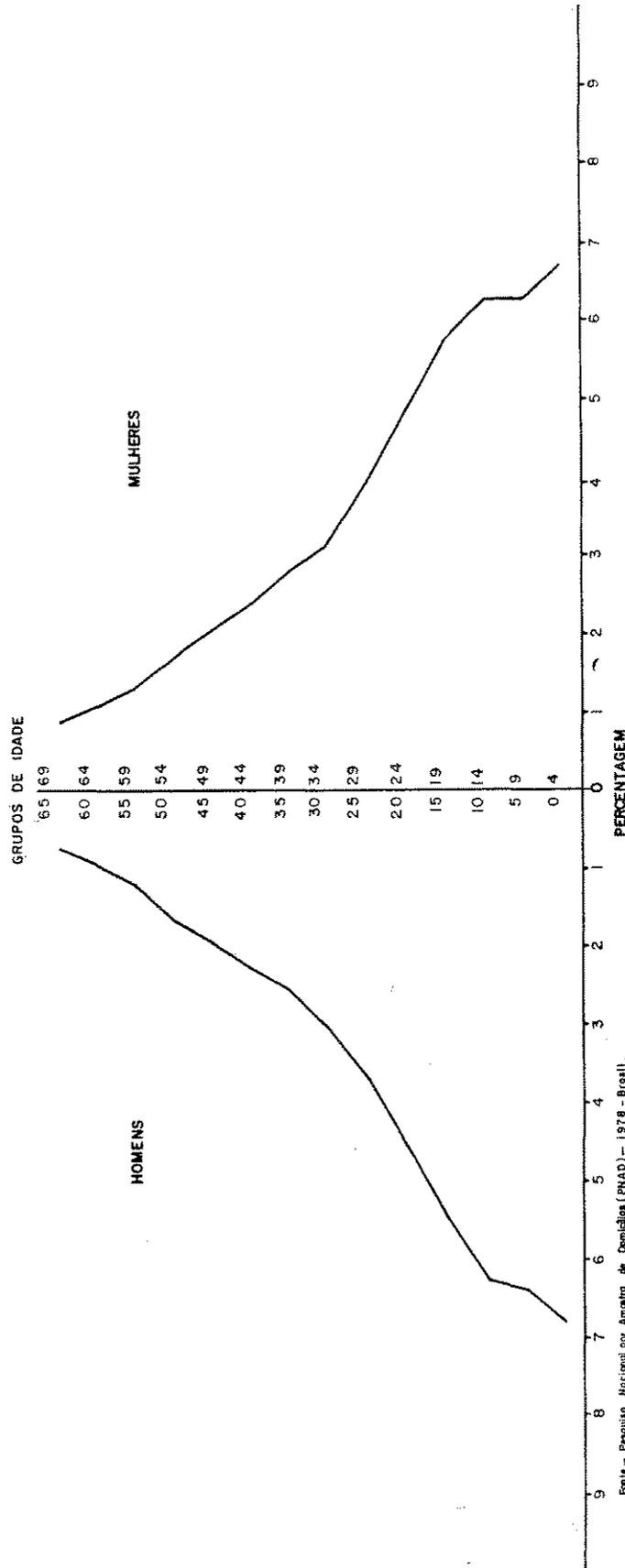


FONTE - Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios (PNAD) - (1977 - Brasil).

GRÁFICO - 10

POPULAÇÃO RESIDENTE, POR GRUPOS DE IDADE

BRASIL - 1978

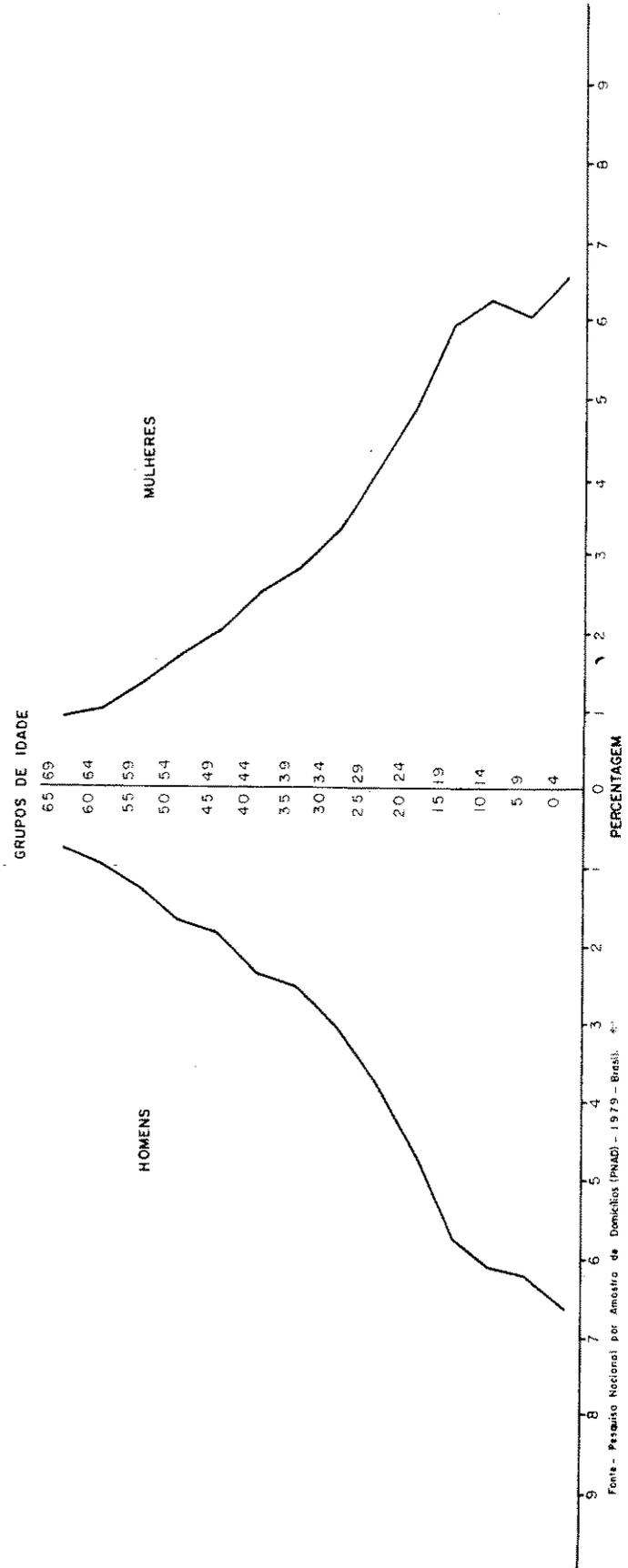


Fonte - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) - 1978 - Brasil.

GRÁFICO - 11

POPULAÇÃO RESIDENTE, POR GRUPOS DE IDADE

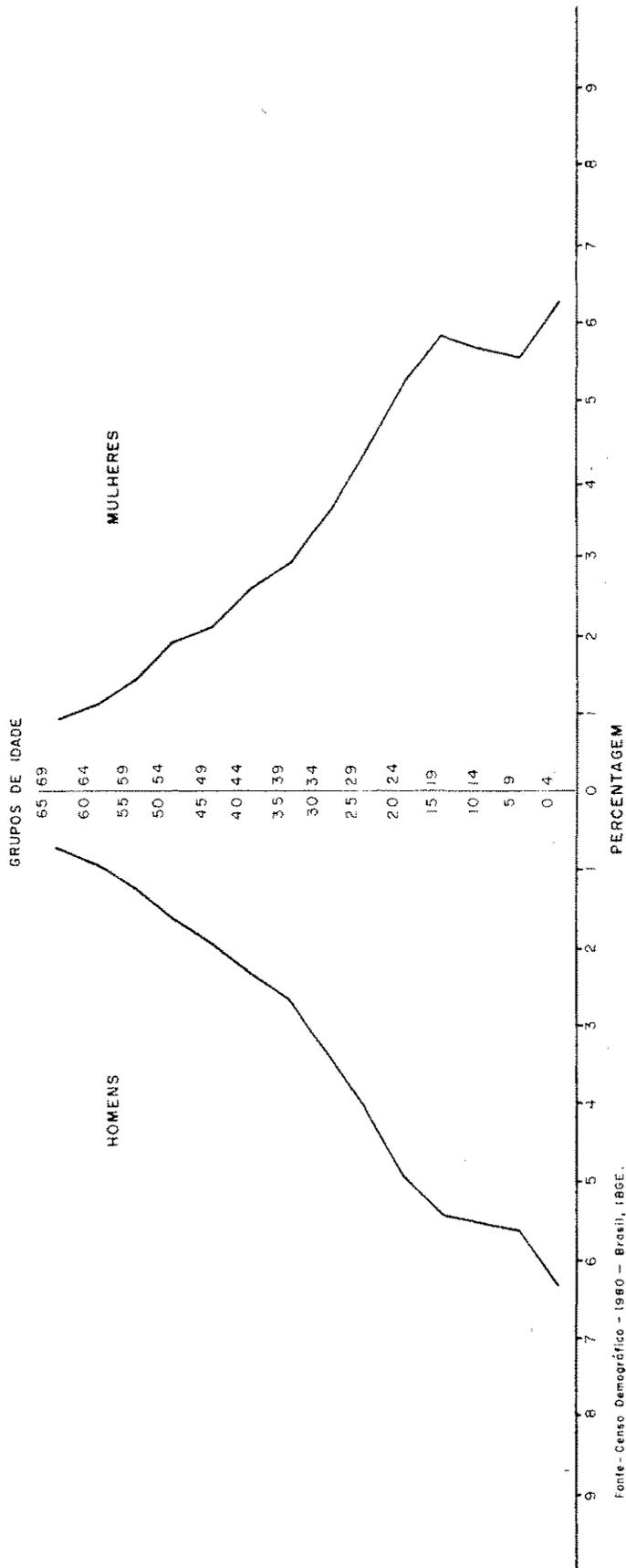
BRASIL - 1979



Fonte - Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios (PNAD) - 1979 - Brasil.

POPULAÇÃO RESIDENTE URBANA, POR GRUPOS DE IDADE.

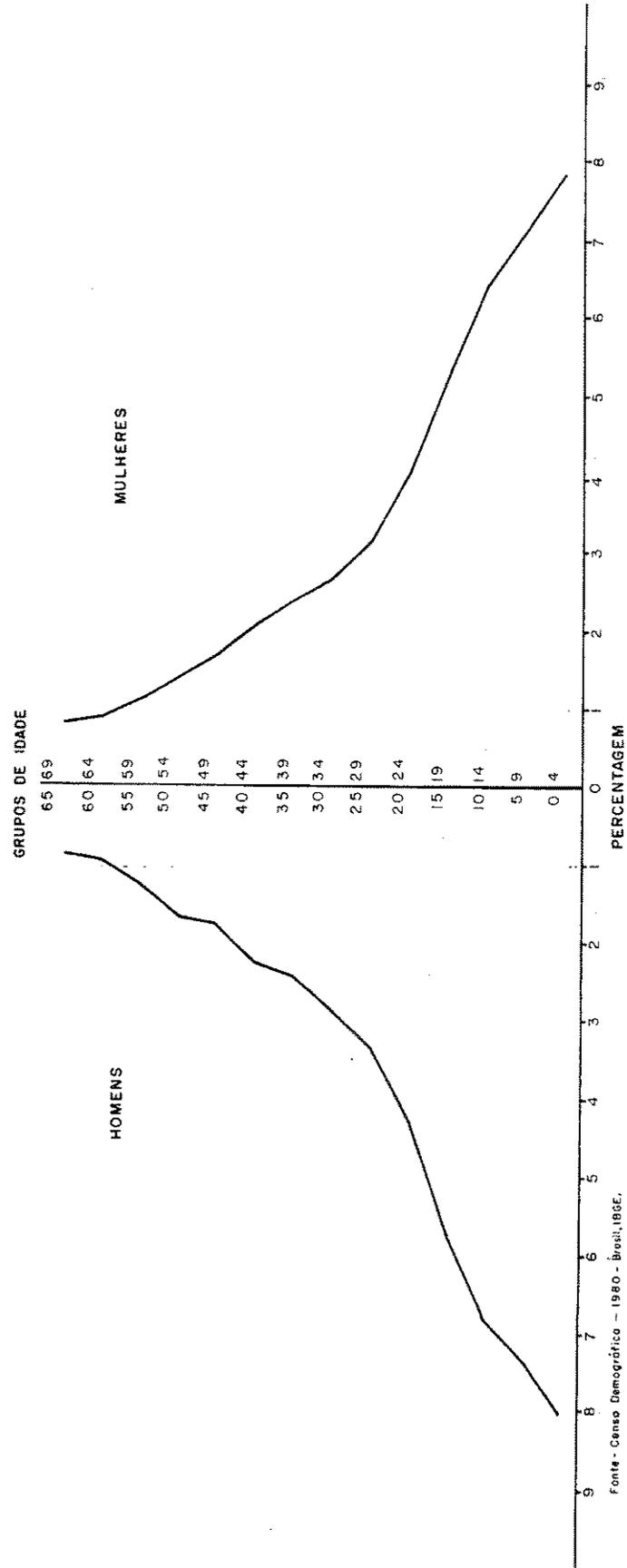
BRASIL - 1960



Fonte - Censo Demográfico - 1960 - Brasil, IBGE.

POPULAÇÃO RESIDENTE RURAL, POR GRUPOS DE IDADE

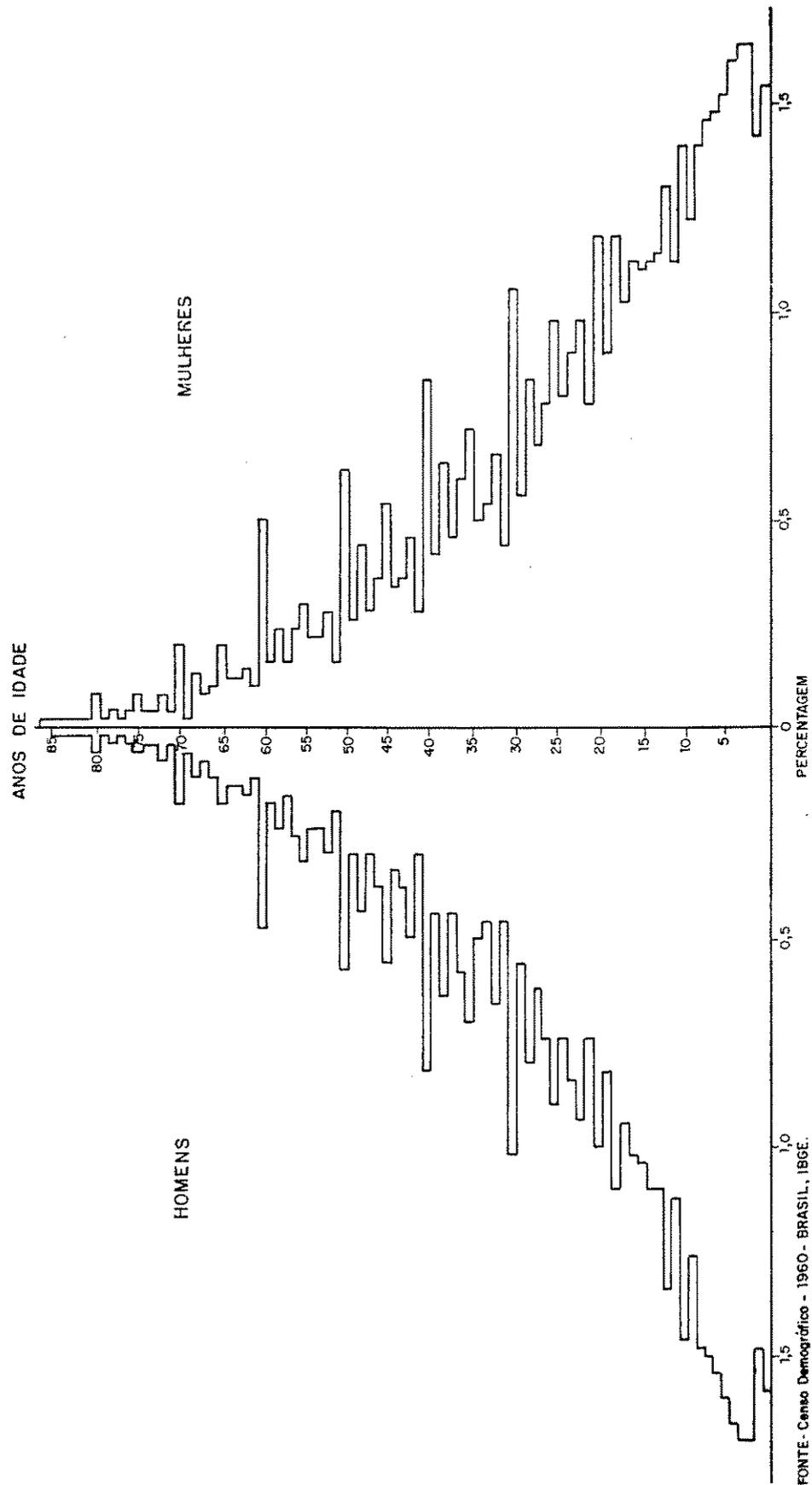
BRASIL - 1980



Fonte - Censo Demográfico - 1980 - Brasil, IBGE.

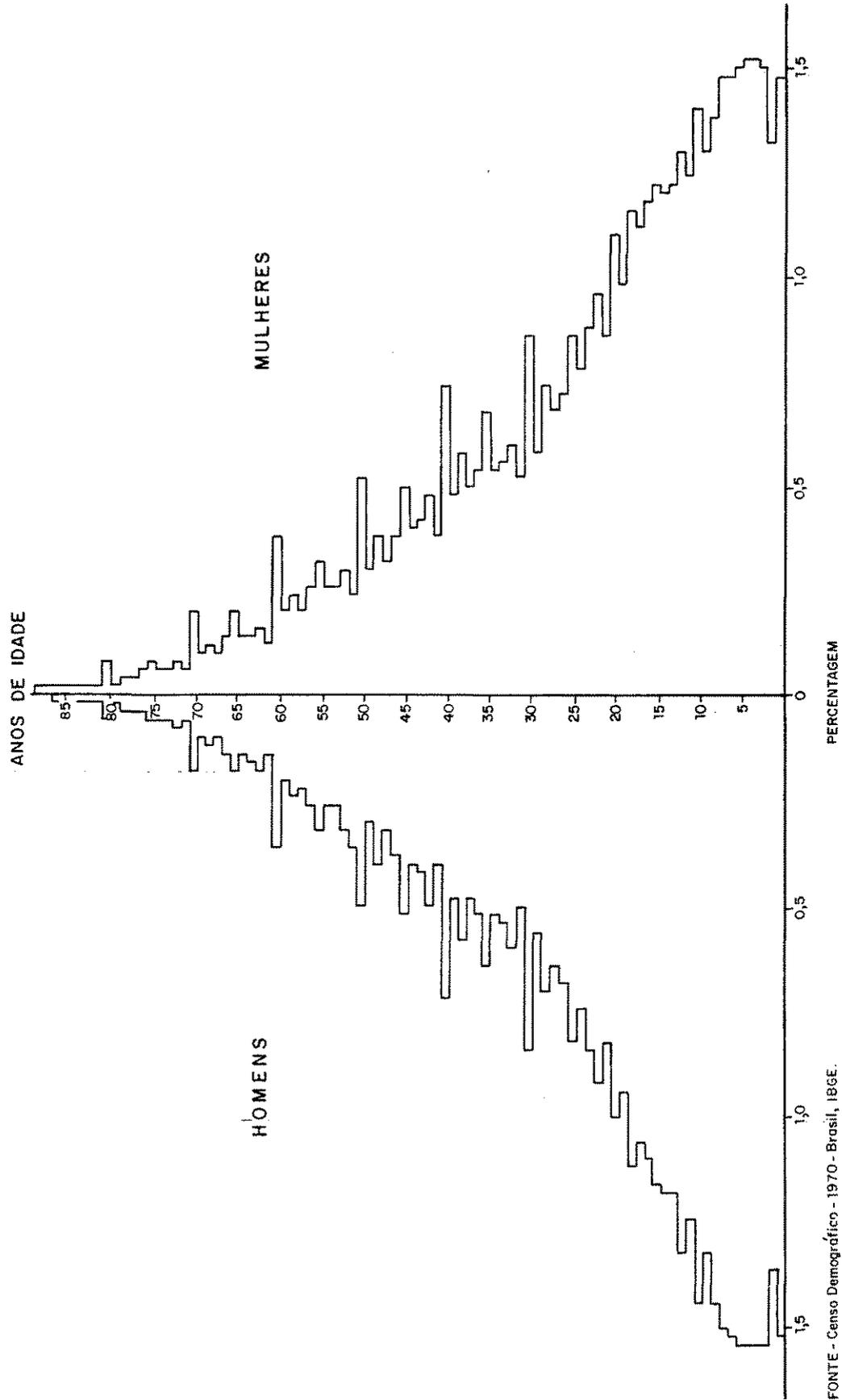
POPULAÇÃO RESIDENTE, POR ANOS DE IDADE

BRASIL - 1960



FONTE - Censo Demográfico - 1960 - BRASIL, IBGE.

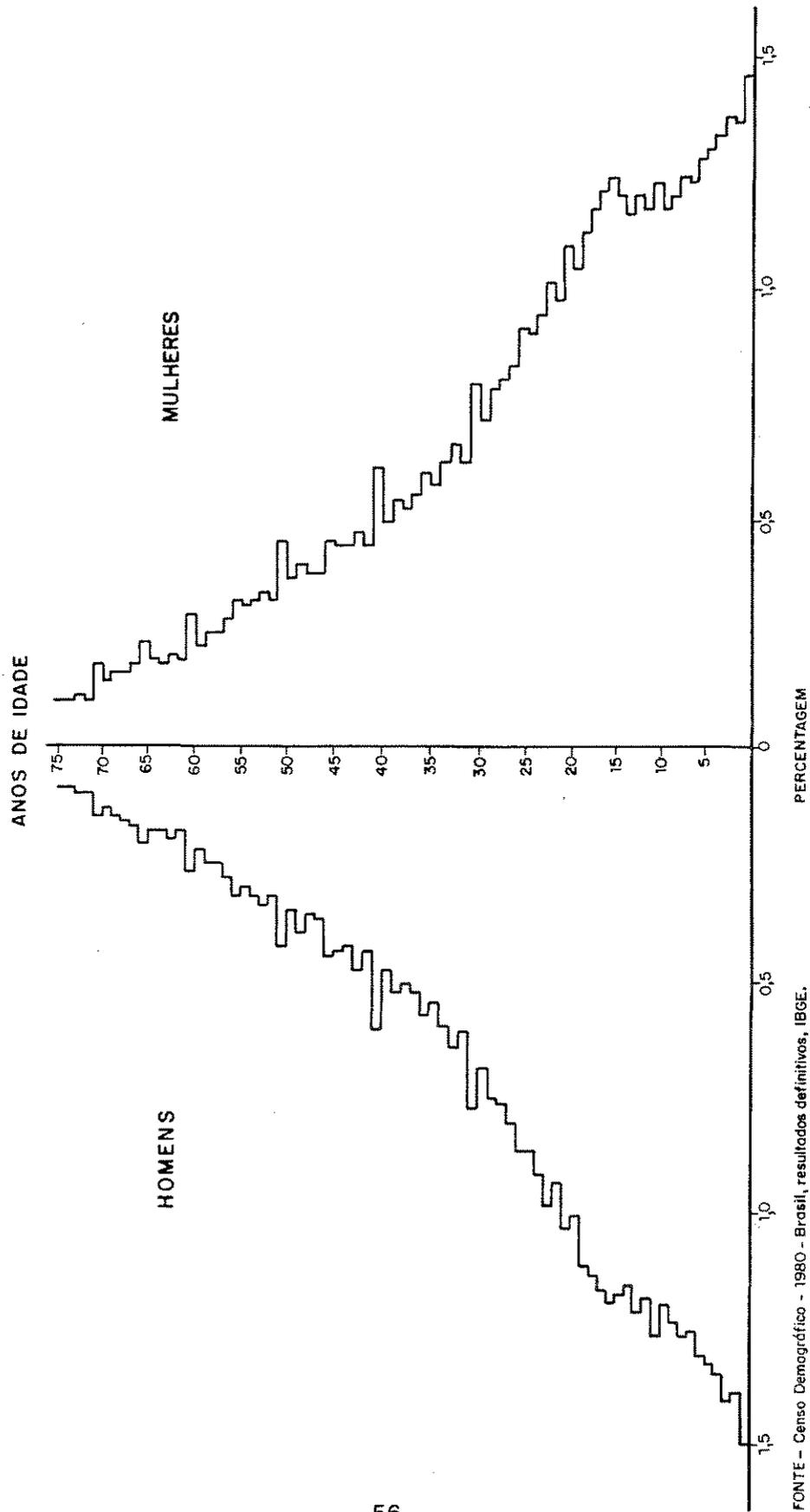
BRASIL - 1970



FONTE - Censo Demográfico - 1970 - Brasil, IBGE.

POPULAÇÃO RESIDENTE, POR ANOS DE IDADE

BRASIL - 1970

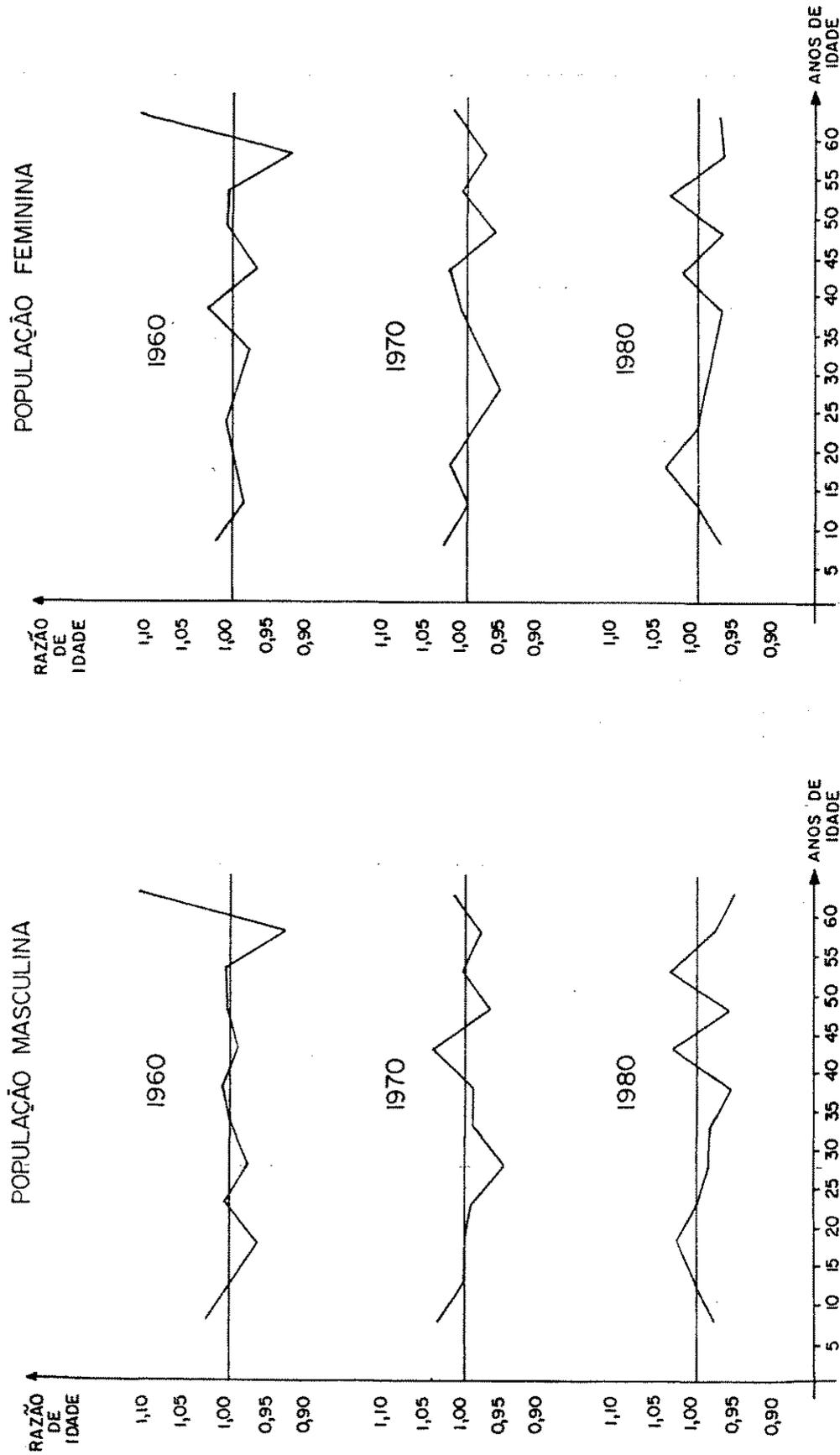


FONTE - Censo Demográfico - 1980 - Brasil, resultados definitivos, IBGE.

GRÁFICO - 17

RAZÕES DE IDADE

BRASIL - 1960 - 1970 - 1980

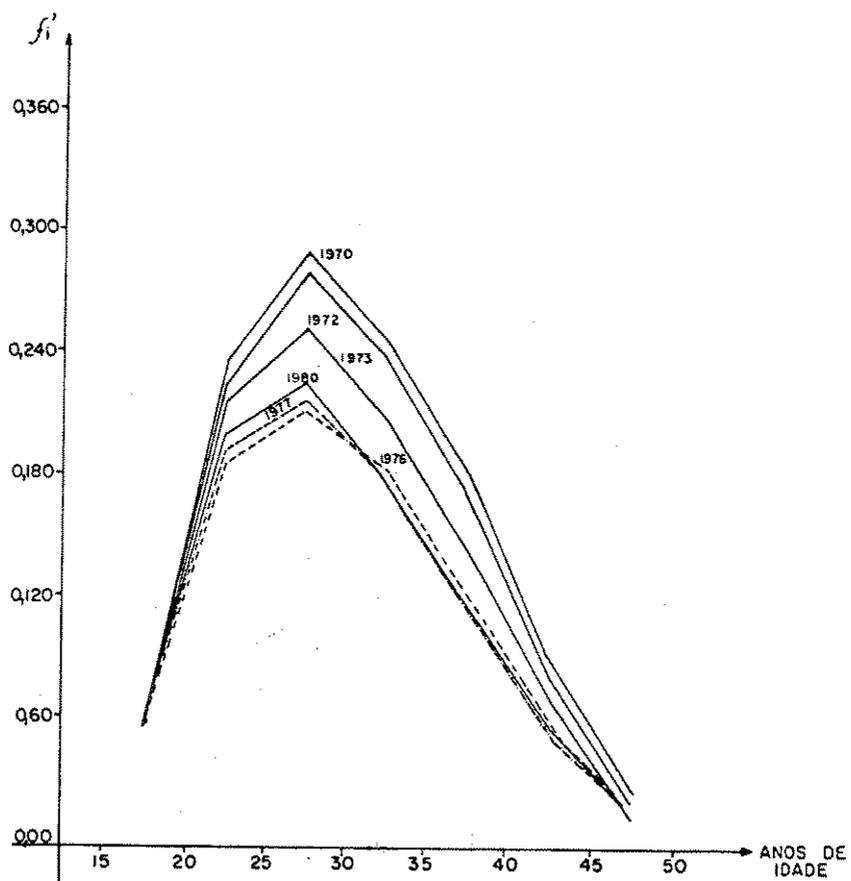


FONTE - Censo Demográfico - 1960, 1970 e 1980 - Brasil, resultados definitivos, IBGE

GRÁFICO - 18

PADRAO DE FECUNDIDADE

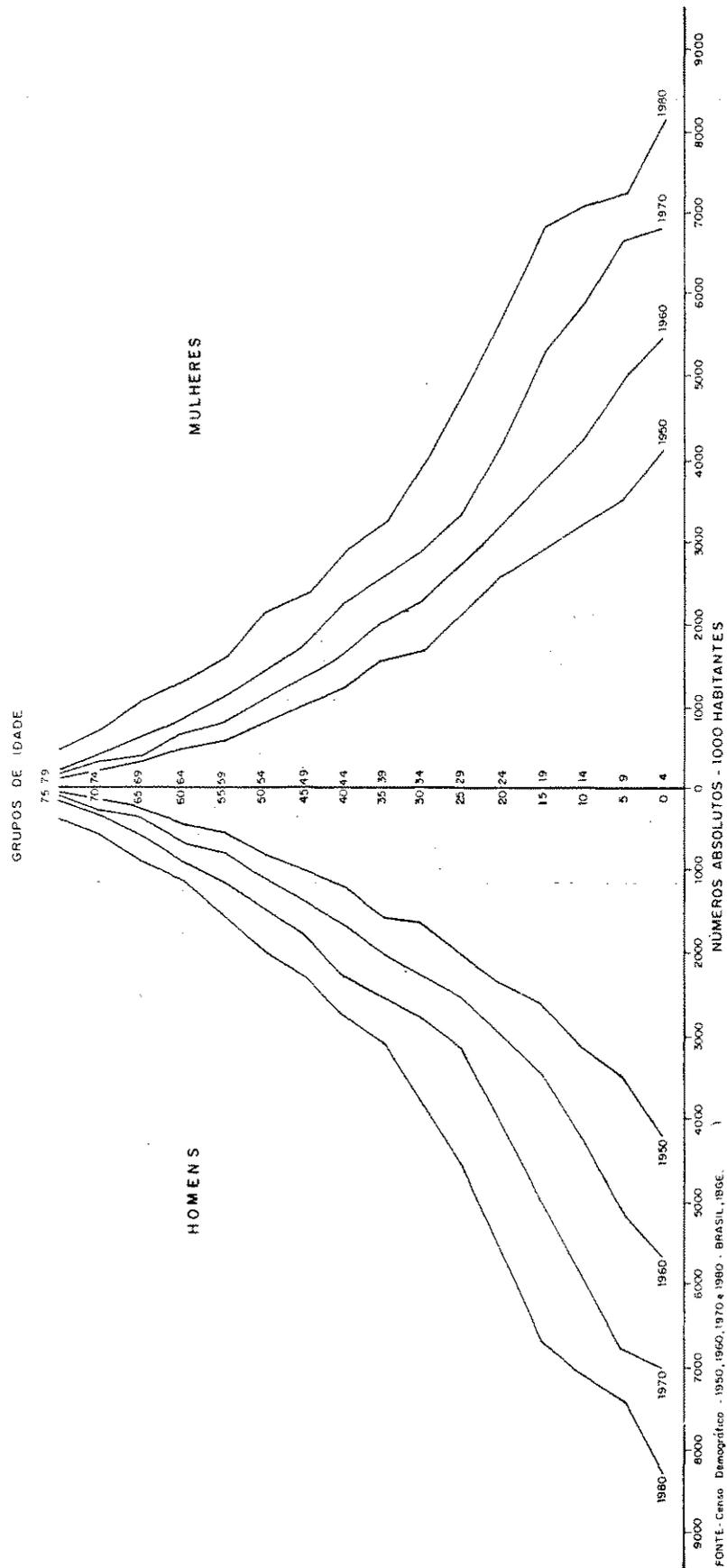
BRASIL - 1970 - 1972 - 1973 - 1976 - 1977 - 1980



FONTE - Censo Demográfico - 1970 e 1980, resultados definitivos, IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) - 1972, 1973, 1976 e 1977.

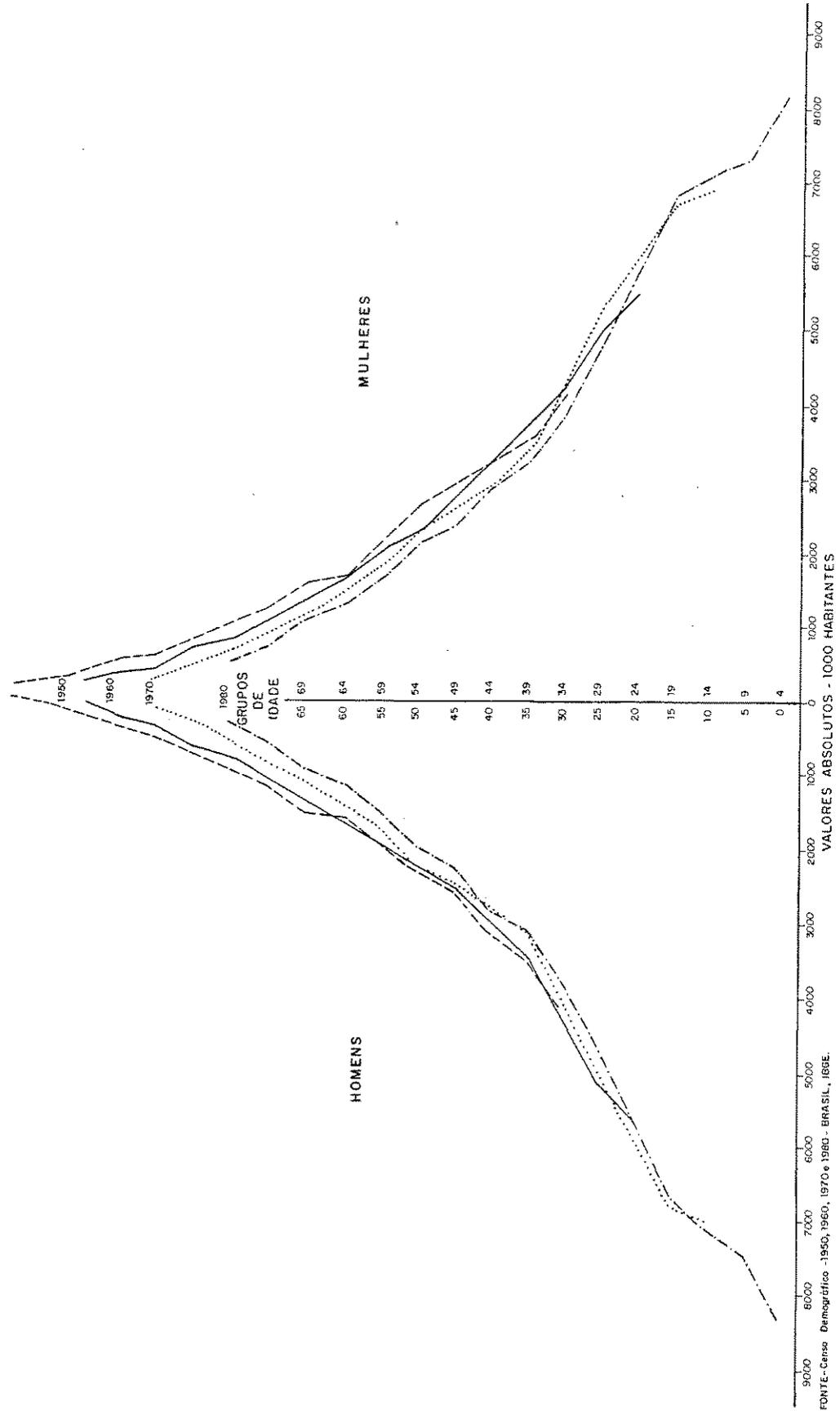
POPULAÇÃO RESIDENTE, POR GRUPOS DE IDADE

BRASIL - 1950 - 1960 - 1970 - 1980



SUPERPOSIÇÃO DAS PIRÂMIDES POPULACIONAIS

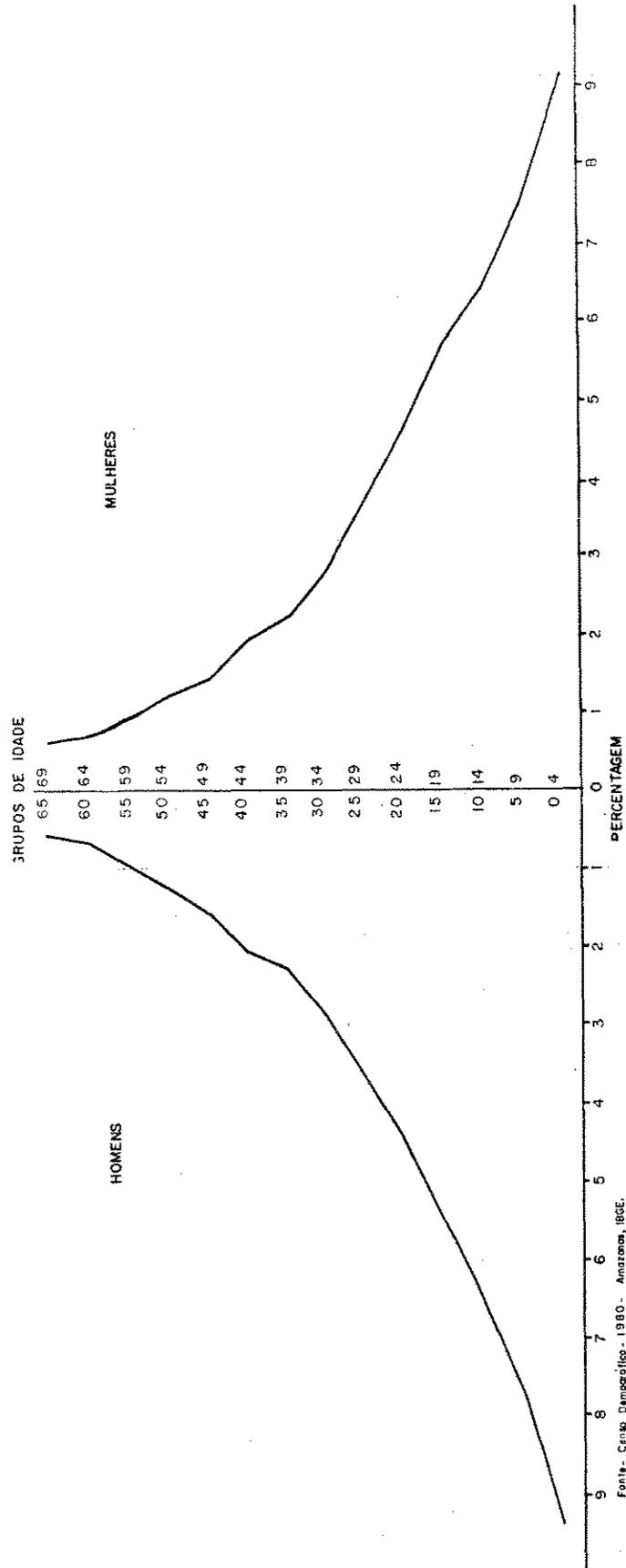
BRASIL - 1950 - 1960 - 1970 - 1980



POPULAÇÃO RESIDENTE, POR GRUPOS DE IDADE

AMAZONAS - 1980

GRÁFICO -21

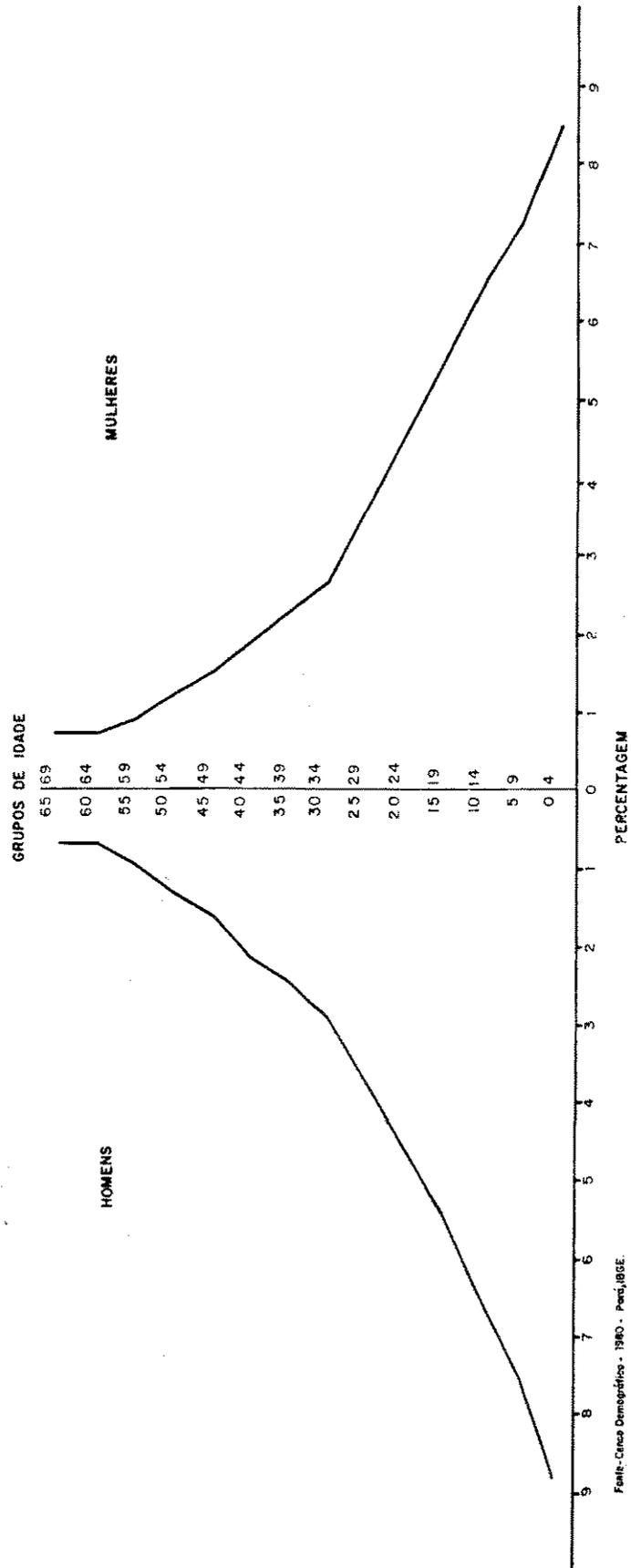


Fonte - Censo Demográfico - 1980 - Amazonas, IBGE.

GRÁFICO - 22

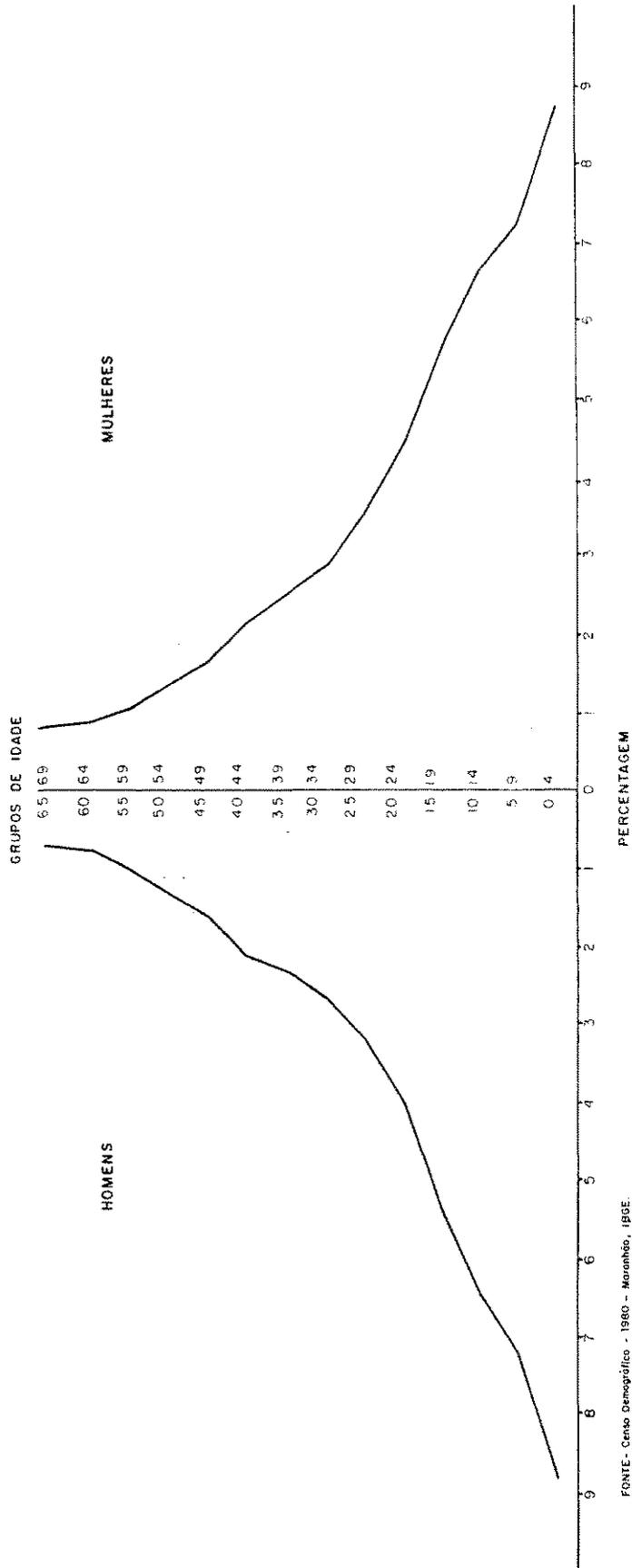
POPULAÇÃO RESIDENTE, POR GRUPOS DE IDADE

PARÁ - 1980



Fonte: Censo Demográfico - 1980 - Pará/IBGE.

GRÁFICO - 23 POPULAÇÃO RESIDENTE, POR GRUPOS DE IDADE  
 MARANHÃO - 1980

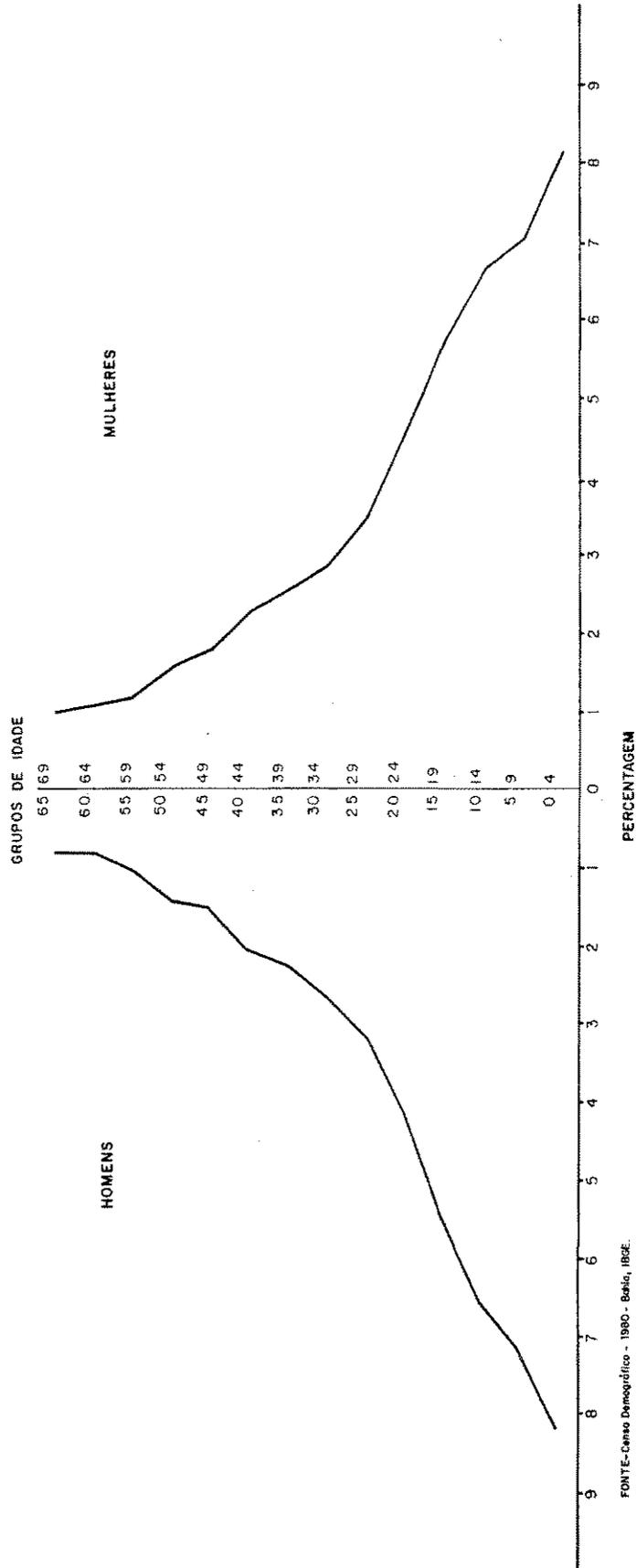


FONTE - Censo Demográfico - 1980 - Maranhão, IBGE.

# POPULAÇÃO RESIDENTE, POR GRUPOS DE IDADE

BAHIA - 1980

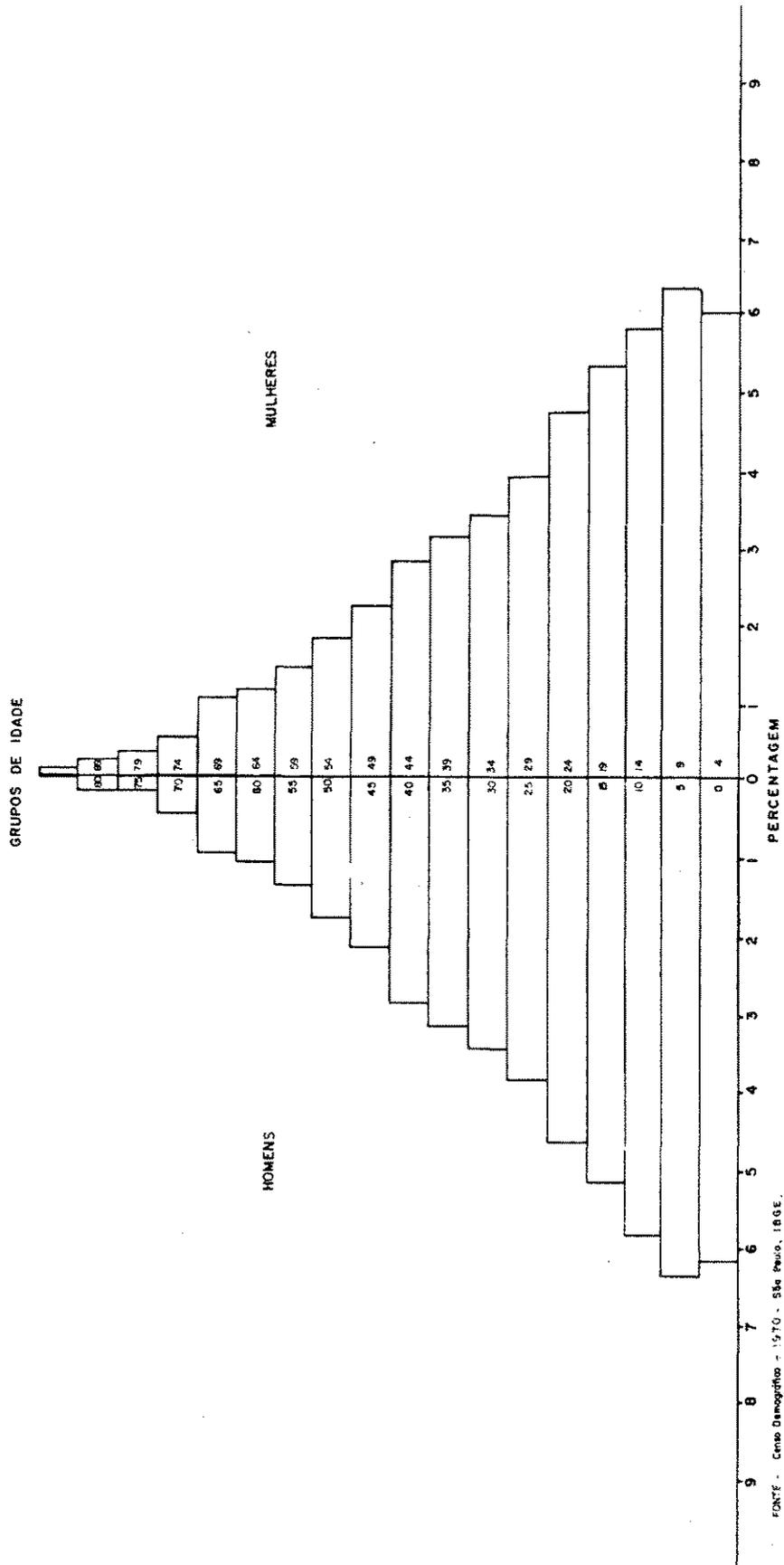
GRÁFICO 24



FONTE - Censo Demográfico - 1980 - Bahia, IBGE.

POPULAÇÃO RESIDENTE, POR GRUPOS DE IDADE

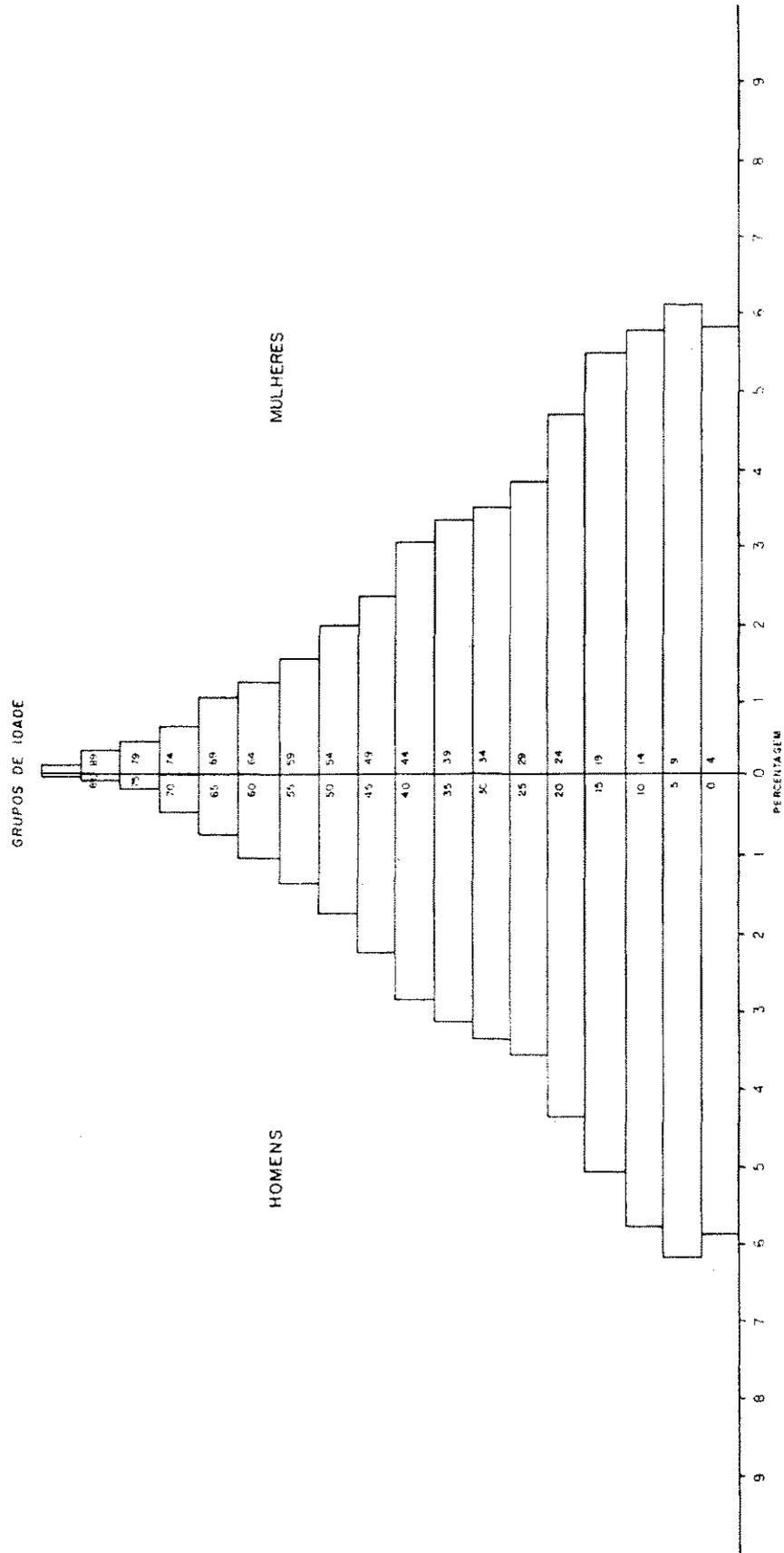
SÃO PAULO - 1970



FONTE - Censo Demográfico - 1970 - São Paulo, 1980.

POPULAÇÃO RESIDENTE, POR GRUPOS DE IDADE

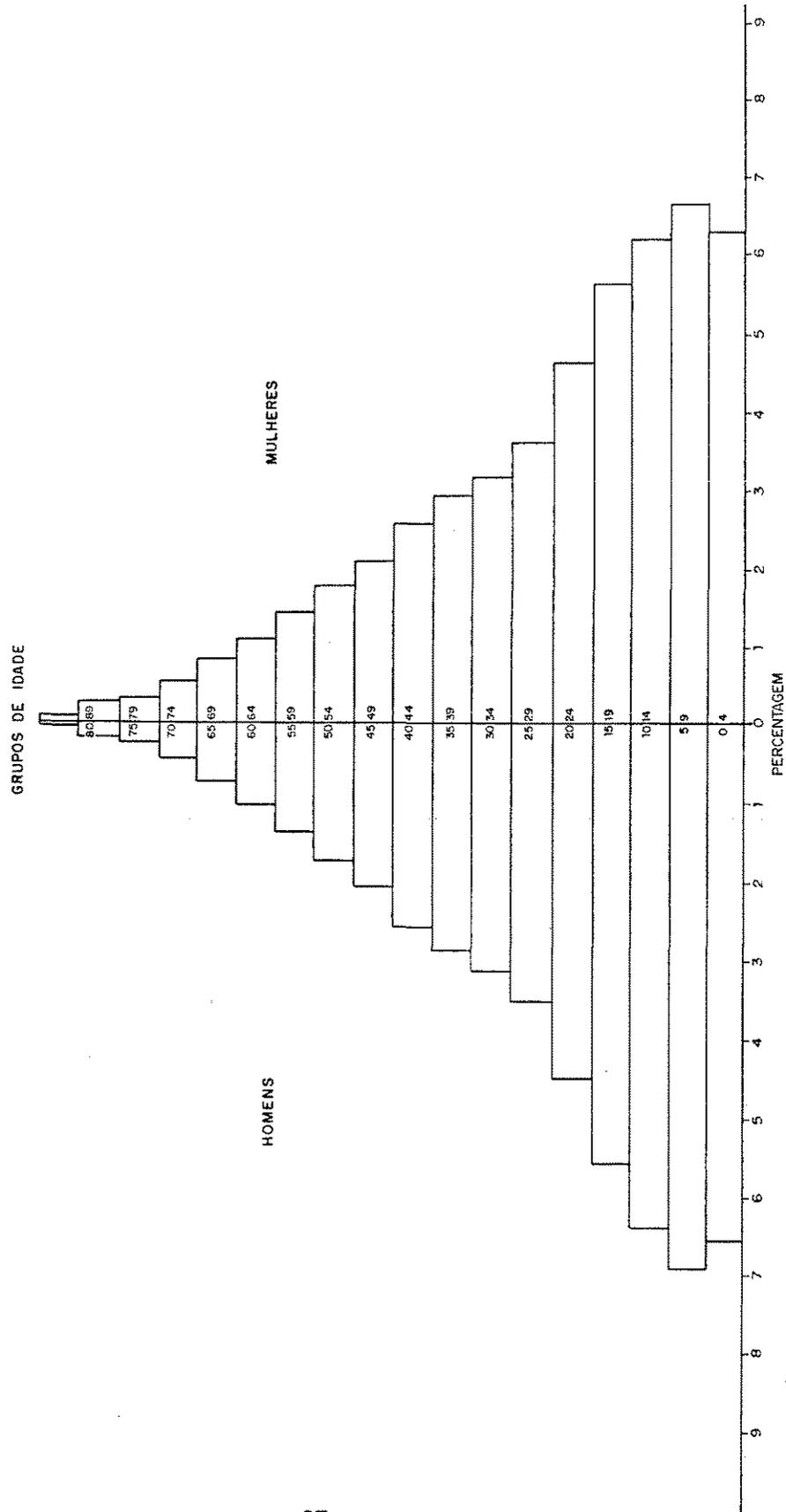
RIO DE JANEIRO - 1970



FONTE - Censo Demográfico - 1970 - Rio de Janeiro, IBGE.

POPULAÇÃO RESIDENTE, POR GRUPOS DE IDADE

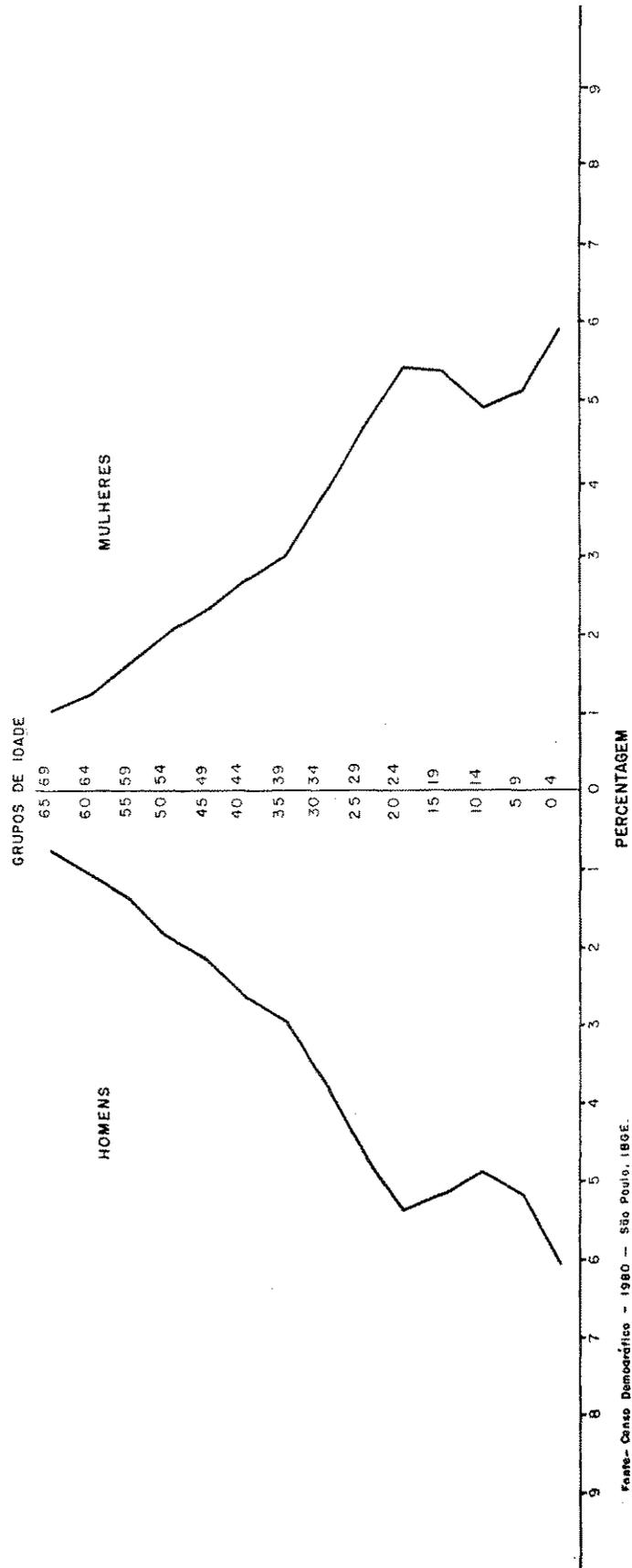
RIO GRANDE DO SUL - 1970



FONTE - Censo Demográfico - 1970 - Rio Grande do Sul, IBGE.

POPULAÇÃO RESIDENTE URBANA, POR GRUPOS DE IDADE

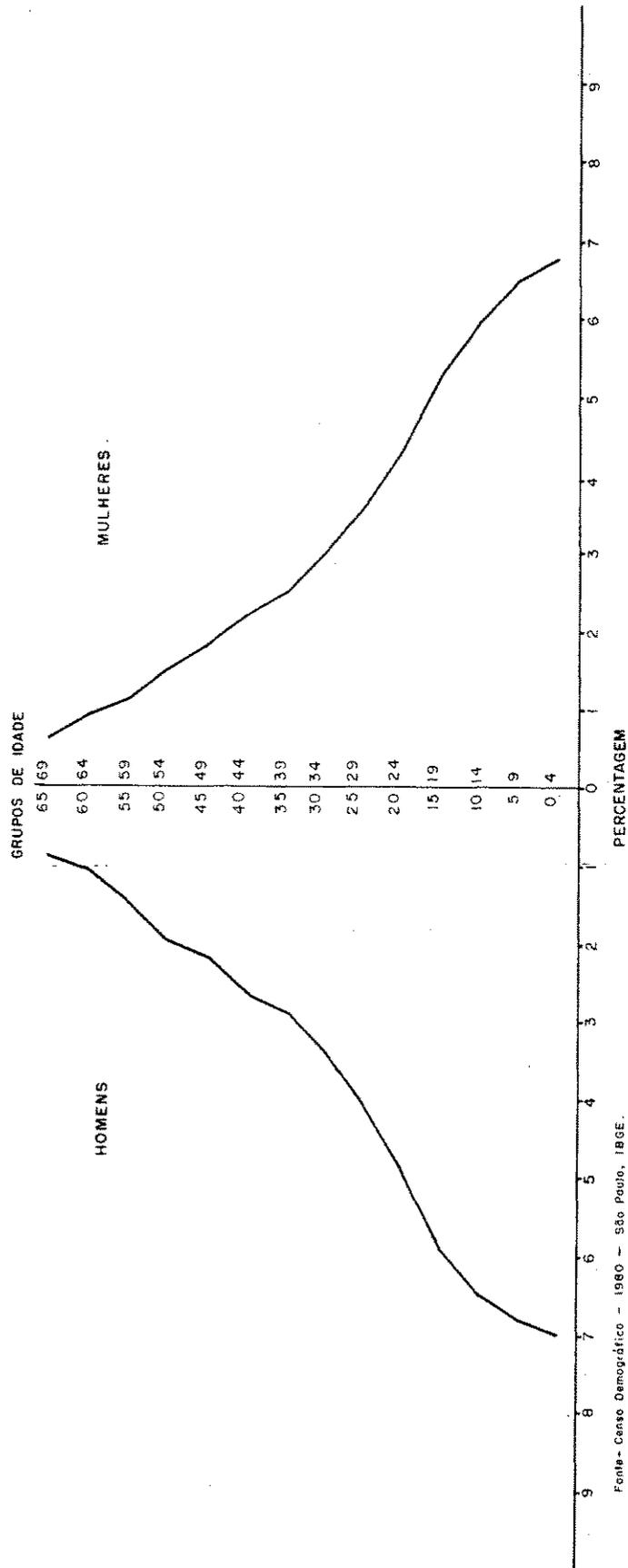
SÃO PAULO - 1980



Fonte - Censo Demográfico - 1980 - São Paulo, IBGE.

POPULAÇÃO RESIDENTE RURAL, POR GRUPOS DE IDADE

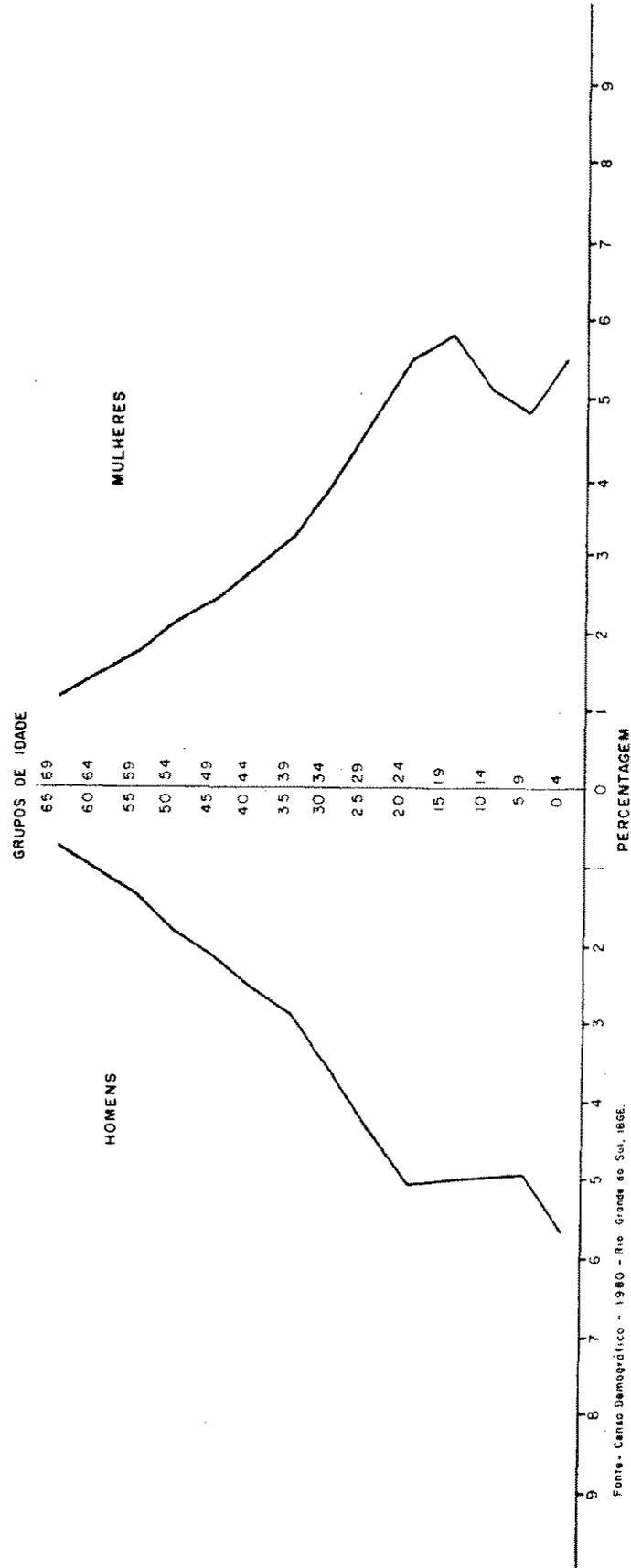
SÃO PAULO - 1980



Fonte - Censo Demográfico - 1980 - São Paulo, IBGE.

POPULAÇÃO RESIDENTE URBANA, POR GRUPOS DE IDADE

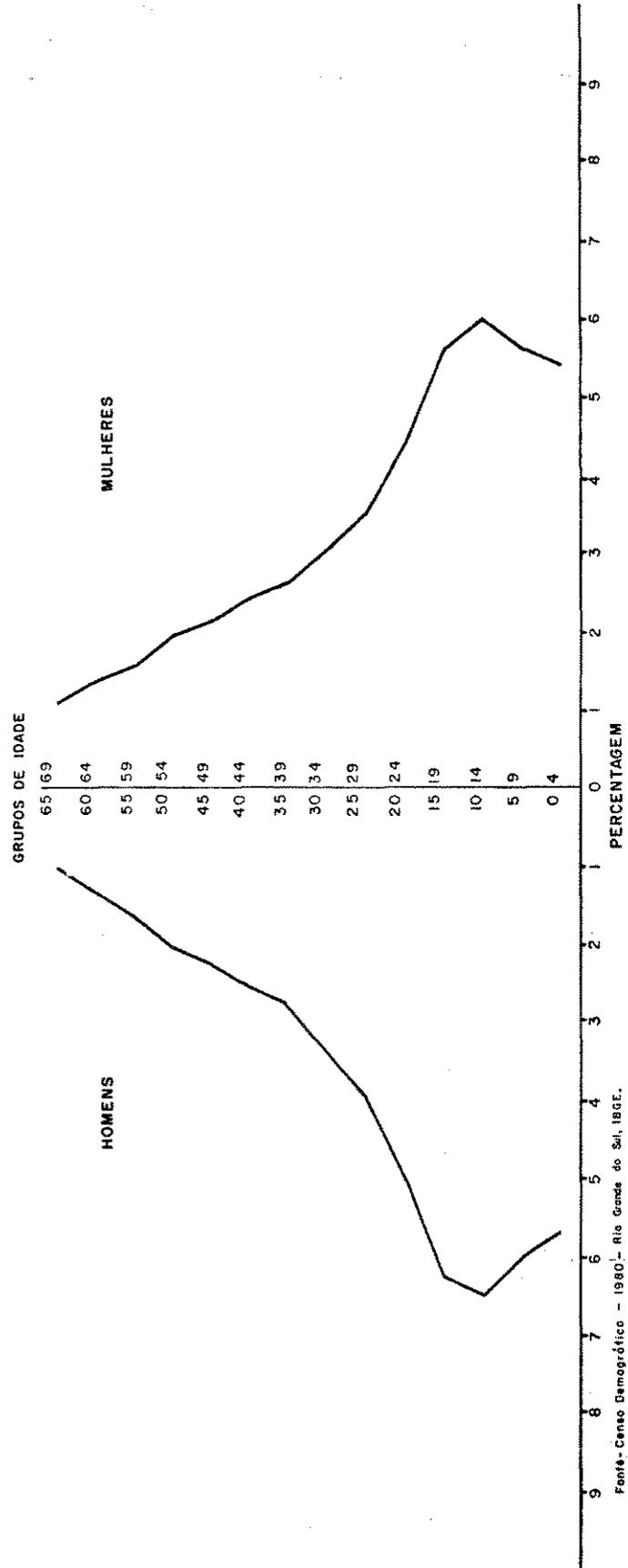
RIO GRANDE DO SUL - 1980



Fonte - Censo Demográfico - 1980 - Rio Grande do Sul, IBGE.

POPULAÇÃO RESIDENTE RURAL, POR GRUPOS DE IDADE

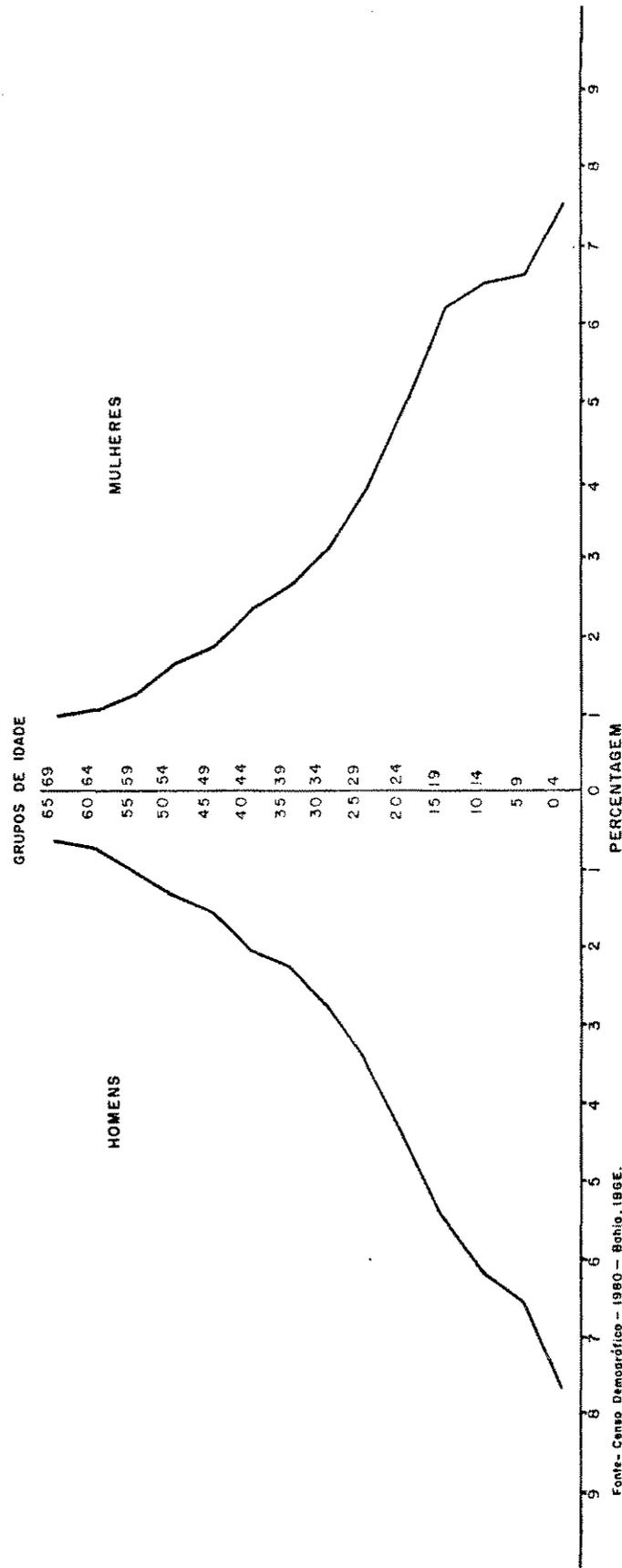
RIO GRANDE DO SUL - 1980



Fonte - Censo Demográfico - 1980 - Rio Grande do Sul, IBGE.

POPULAÇÃO RESIDENTE URBANA, POR GRUPOS DE IDADE

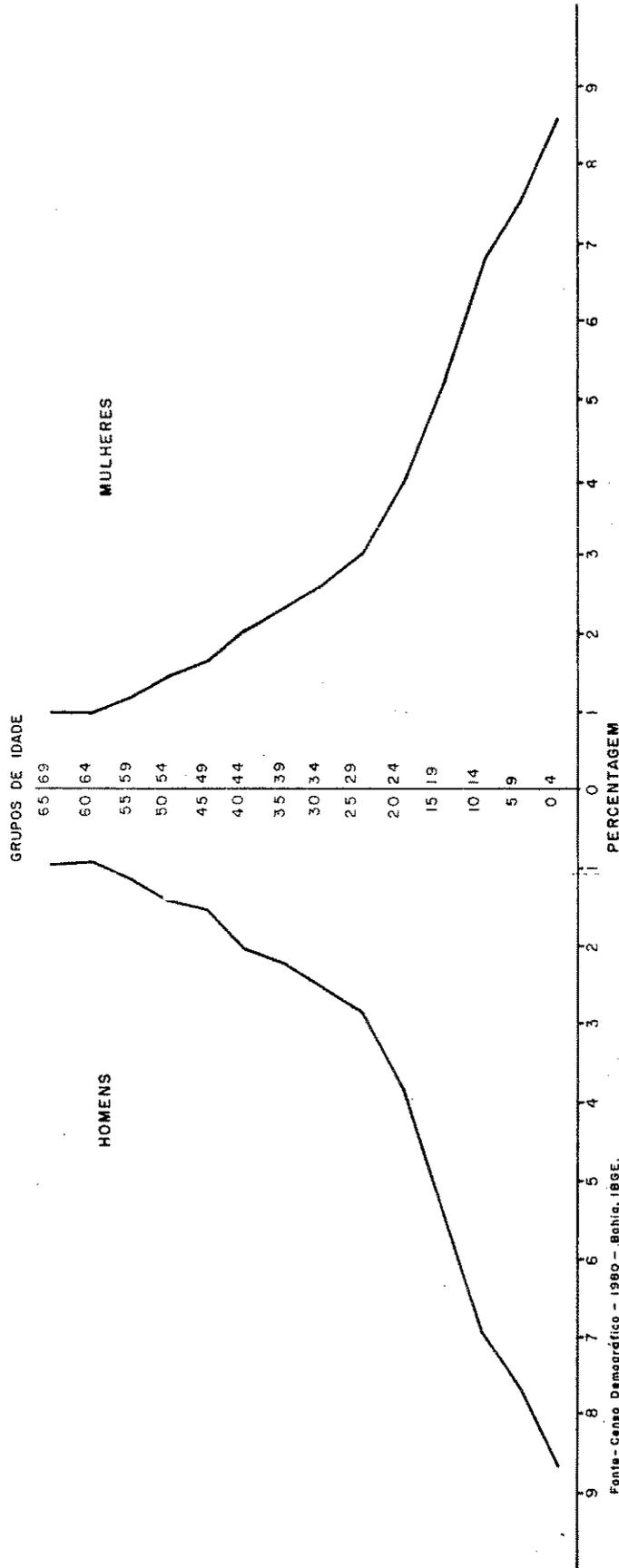
BAHIA - 1980



Fonte - Censo Demográfico - 1980 - Bahia, 1980.

POPULAÇÃO RESIDENTE RURAL, POR GRUPOS DE IDADE

BAHIA - 1980



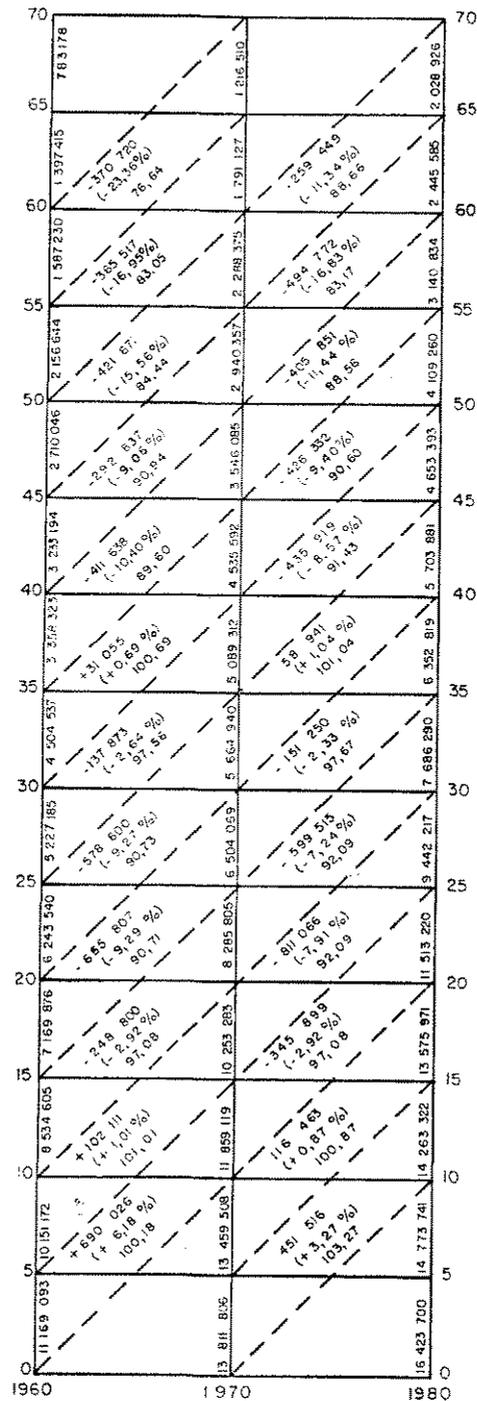
Fonte - Censo Demográfico - 1980 - Bahia, IBGE.

# POPULAÇÃO RESIDENTE, POR GRUPOS DE IDADE

BRASIL - 1960 - 1970 - 1980

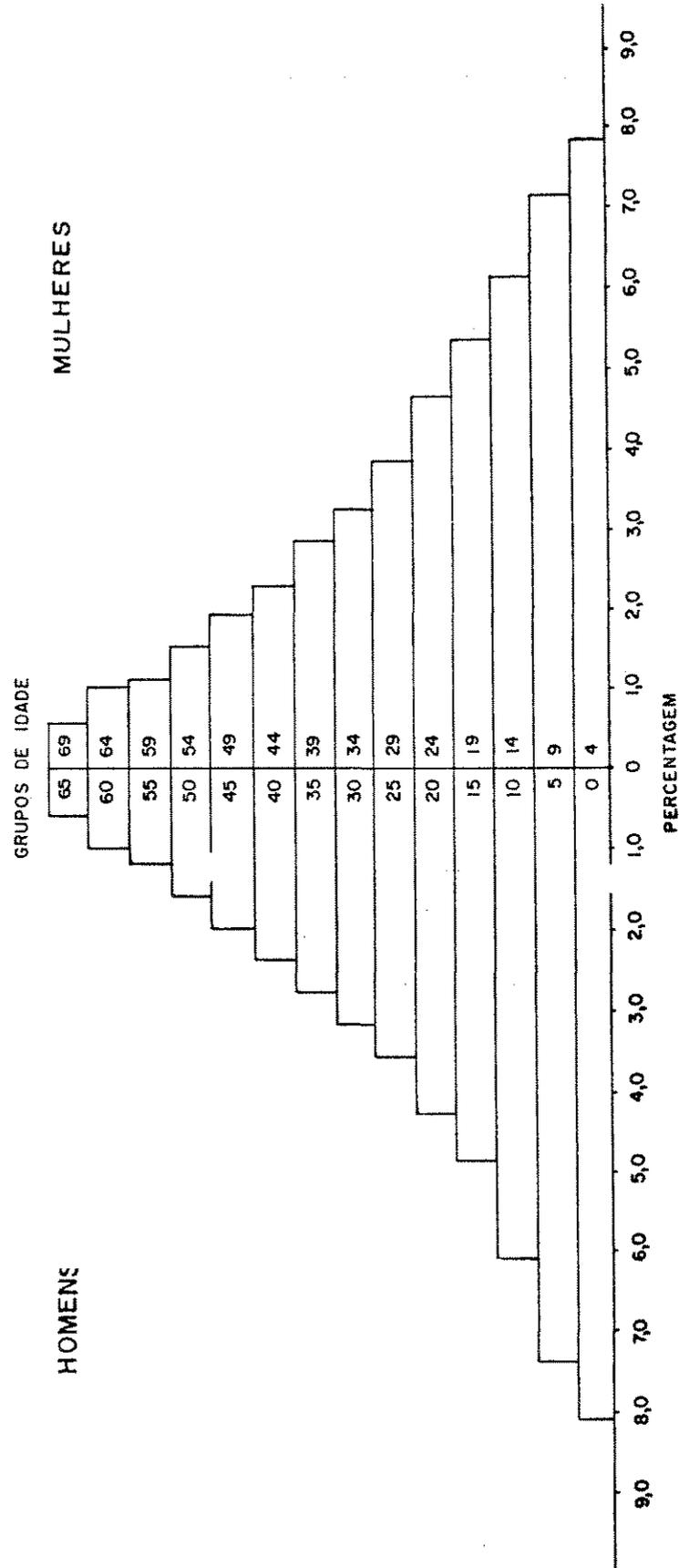
DIAGRAMA DE LEXIS

GRÁFICO - 34



POPULAÇÃO RESIDENTE, POR GRUPOS DE IDADE

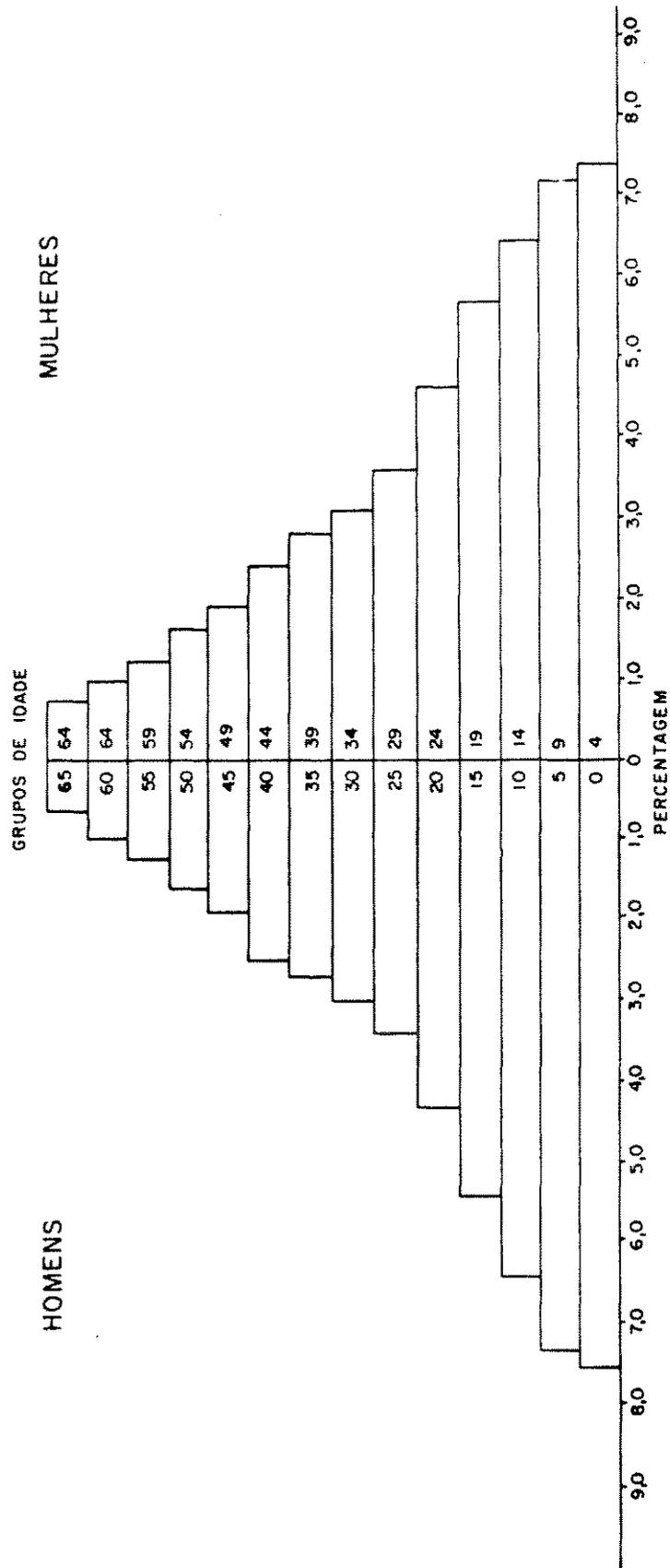
BRASIL - 1960



FONTE - Censo Demográfico - 1970 - Brasil, resultados definitivos, IB

POPULAÇÃO RESIDENTE, POR GRUPOS DE IDADE

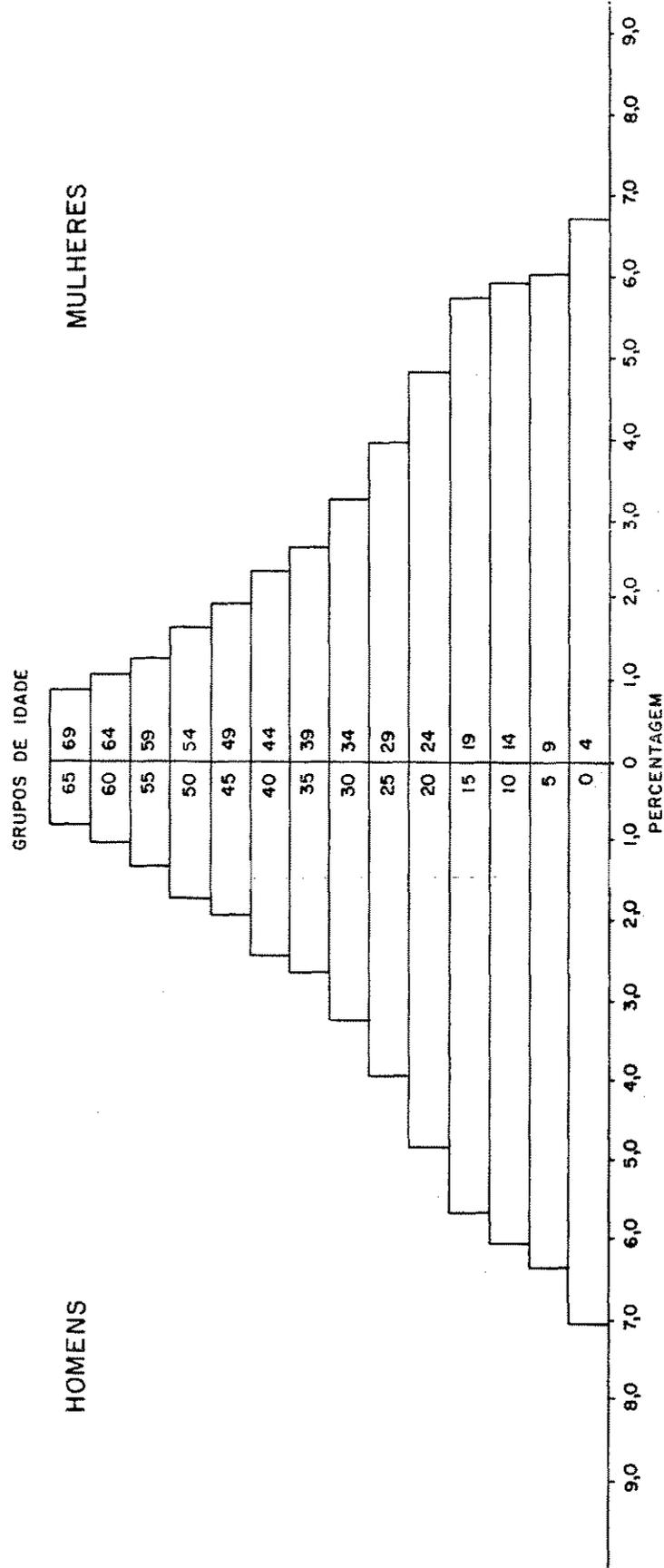
BRASIL - 1970



FONTE - Censo Demográfico - 1970 - Brasil, resultados definitivos, IBGE

POPULAÇÃO RESIDENTE, POR GRUPOS DE IDADE

BRASIL - 1980



FONTE - Censo Demográfico - 1980 - Brasil, resultados definitivos, IBGE.

## RESUMO

Analisa-se a estrutura etária derivada dos resultados do Censo Demográfico de 1980, comparada com a dos Censos anteriores. Constata-se uma diferença com estes, e propõe-se a hipótese de que essa nova configuração etária é resultante dos efeitos combinados do crescimento populacional da década de 50 e da queda da fecundidade iniciada na década seguinte. Esta tese é compatível com a difusão da utilização em massa de antibióticos nos anos 50, com a consequente queda da mortalidade; e a difusão dos métodos de controle da natalidade a partir dos anos 60. Observa-se também um comportamento diferencial segundo Unidades da Federação (UFs), compatível com a tese proposta. São realizadas análises da qualidade dos dados, da variação de diferentes indicadores demográficos ao longo do tempo, e entre os diversos Estados, que levam à confirmação da tese enunciada.

---

Este artigo foi recebido pela Superintendência do Centro Editorial — CEDIT, no dia 14 de maio de 1985.

---

**Capítulo 2**  
***Descontinuidades demográficas no Brasil e no  
Estado de São Paulo\****

---

\* Trabalho publicado nos Anais do VII Encontro Nacional de Estudos Populacionais, V.2, 1990, p. 595 – 632.

# DESCONTINUIDADES DEMOGRÁFICAS NO BRASIL E NO ESTADO DE SÃO PAULO

Alicia BERCOVICH

Felicia MADEIRA

## 1. INTRODUÇÃO

É indiscutível que o respaldo de informações a respeito do volume e da composição da população é essencial em qualquer programação de políticas de intervenção de natureza pública ou não. De fato, não se pode pensar em planificar sem o conhecimento mínimo de quantas são e serão as pessoas para as quais se destinam determinados programas a curto, médio e longo prazo.

Embora esta afirmação seja absolutamente consensual, a verdade é que os programas de ação podem falhar e frequentemente falham em seus diagnósticos e propostas porque desconhecem o fenômeno das descontinuidades das pirâmides etárias na projecção de suas demandas.

É o que ocorre com os trabalhos que tratam da população de adolescentes e jovens. Tais estudos ao assinalar a projecção do número de adolescentes para a próxima década não se dão conta do fenômeno da "onda jovem" que caracterizará a pirâmide

brasileira no próximo quinquênio e que faz com que na verdade a pergunta mais pertinente seja: que tipo de problemas tal conjuntura demográfica coloca para as políticas destinadas ao setor juvenil? Esta questão é tão mais importante quando se sabe que "os adolescentes talvez sejam o grupo social mais impactado pelo intenso processo de modernização que estamos vivenciando no Brasil, na medida que somam às mudanças profundas que estão ocorrendo em suas próprias vidas pessoais às da sociedade, que sabemos, passa ela própria por uma intensa revolução social, econômica e cultural" (Henriques et alii, 1989).

O mais preocupante, é que esta onda ocorre após um período de refluxo da população jovem (década de 80), não tendo exigido desta perspectiva nenhum esforço especial do setor público. Além disso o quinquênio que terminou caracterizou-se pelo crescimento da violência juvenil, expresso de forma dramática nos índices de mortalidade juvenil (Yazaki e Ortiz, 1988). Certamente a persistência e até ampliação da pobreza dos anos 80 e o enorme descaso com que o setor público vem tratando a parcela juvenil da sociedade não explicam completamente a violência juvenil, mas são indiscutivelmente fatores básicos para a constituição de um campo propício ao desenvolvimento da mesma, sobretudo quando se tem pela frente o fenômeno da "onda jovem".

Baseado em metodologias recentes o trabalho se propõe à duas tarefas básicas:

i) localizar no tempo, medir as intensidades, estimar a evolução e entender a origem das discontinuidades no Brasil.

ii) propor um método para acompanhar a evolução de uma determinada coorte tomando como exemplo as coortes de adolescentes de 15 a 19 anos e jovens de 20 a 24 anos.

## 2. CARACTERIZAÇÃO DAS DESCONTINUIDADES

Com a finalidade de localizar no tempo, medir as intensidades, estimar a evolução e entender a origem das descontinuidades no Brasil e em São Paulo utilizamos diferentes tipos de conduta metodológica e obtivemos estimativas sobre:

2.1. Distribuição etária da população;

2.2. Crescimento entre coortes;

A primeira destas estimativas foi obtida utilizando os dados disponíveis e projeções de população. A outra apóia-se em reconstruções do crescimento das coortes combinando dois métodos de divulgação bastante recente e que valorizam a captação das descontinuidades e sua progressão nas pirâmides etárias. Uma das propostas é de Keyfitz (1988), e estuda diretamente o crescimento entre coortes sucessivas (Intercohort increase). A outra é de Horiuchi (1988), e trata de calcular o número de nascimentos equivalentes (standardized measure of cohort size). Vale acrescentar que até onde vai nosso conhecimento trata-se de metodologias ainda desconhecidas ou pelo menos pouco exploradas no Brasil e que foram pensadas como mais adequadas para subsidiar políticas públicas sobretudo àquelas destinadas nitidamente a determinadas faixas etárias.

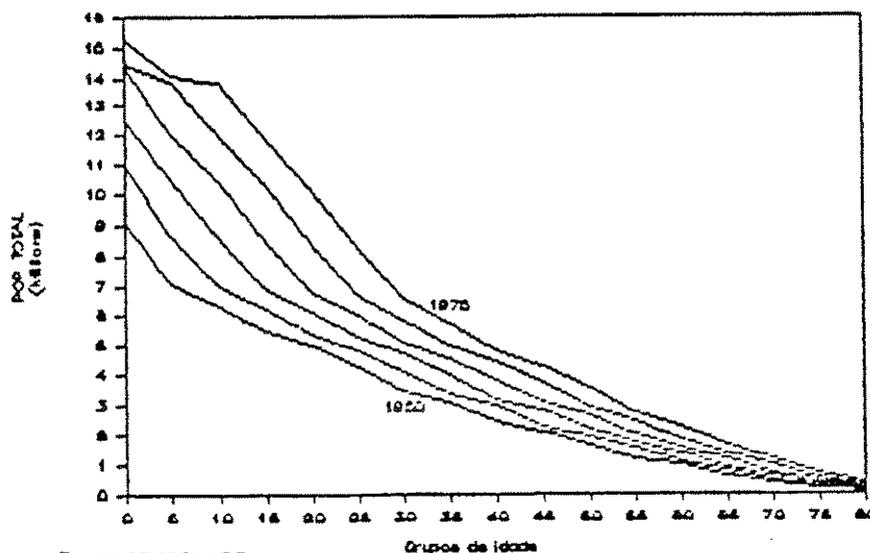
### 2.1. Distribuição etária da população

Os Gráficos 1 e 2 evidenciam as distribuições etárias sucessivas da população brasileira entre os anos de 1950 e 2000.

Os valores utilizados conciliam estimativas de duas projeções. Até 1975 foram consideradas as estimativas de fecundidade da projeção IBGE/CELADE (1984) (Gráfico 1); a partir de 1975 optamos pelas estimativas da hipótese recomendada, utilizadas na projeção de Camarano et al. (1988), e ambas as séries foram conciliadas. Esta conduta leva em conta a vigorosa intensificação da queda da fecundidade observada no Brasil no período 1980/84 e os resultados definitivos do Censo Demográfico de 1980 (Gráfico 2)<sup>(1)</sup>. Quanto à mortalidade, foram consideradas as tábuas utilizadas pelo IBGE/CELADE, para todo o período da projeção. A vantagem da projeção IBGE/CELADE é que é a única que se propõe a conciliar os valores observados nos Censos Demográficos a partir de 1940. O Gráfico 3 permite visualizar a estrutura decorrente da projeção (oficial) sem incorporar as mudanças na fecundidade. Comparando os Gráficos 2 e 3 visualiza-se o estreitamento nas idades mais jovens decorrente da queda recente da fecundidade. As estimativas utilizadas figuram no anexo 1.

Gráfico 1

BRASIL 1950-1975  
Distribuição etária

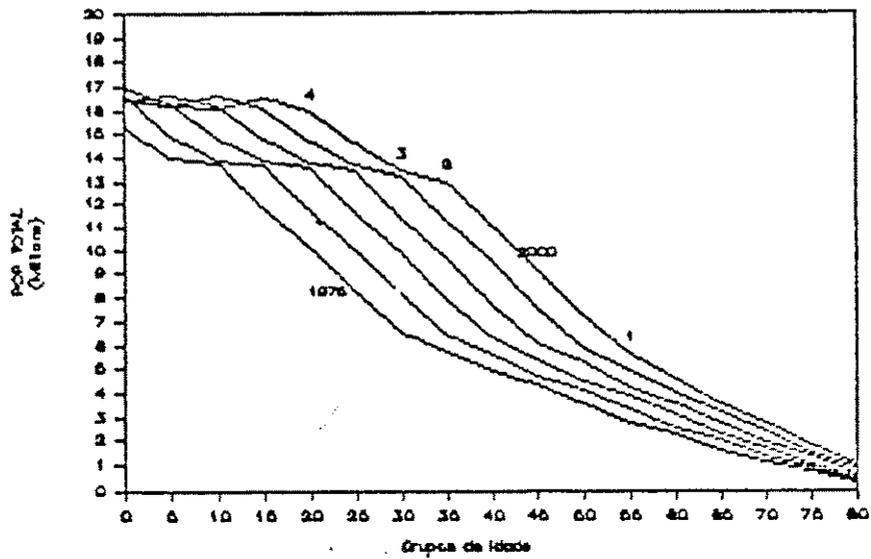


FONTE: Projeção IBGE/CELADE

(1)As projeções foram efetuadas utilizando o software gentilmente cedido por Beltrão (1988)

Gráfico 2

BRASIL 1975-2000  
Distribuição etária

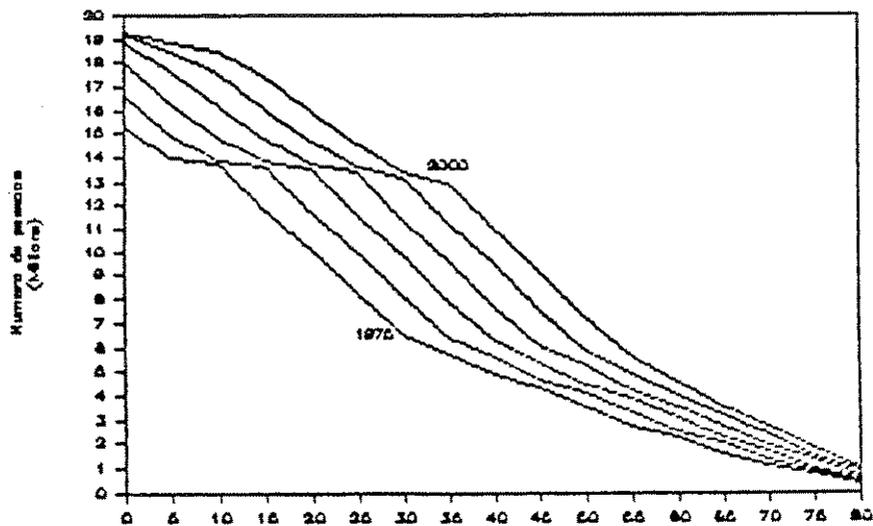


FONTE: Anexo 1

Obs: Os números 1, 2, 3 e 4 referem-se a mudanças de concavidade.

Gráfico 3

BRASIL 1975-2000  
Distribuição etária



Fonte: Projeção IBGE/CELADE

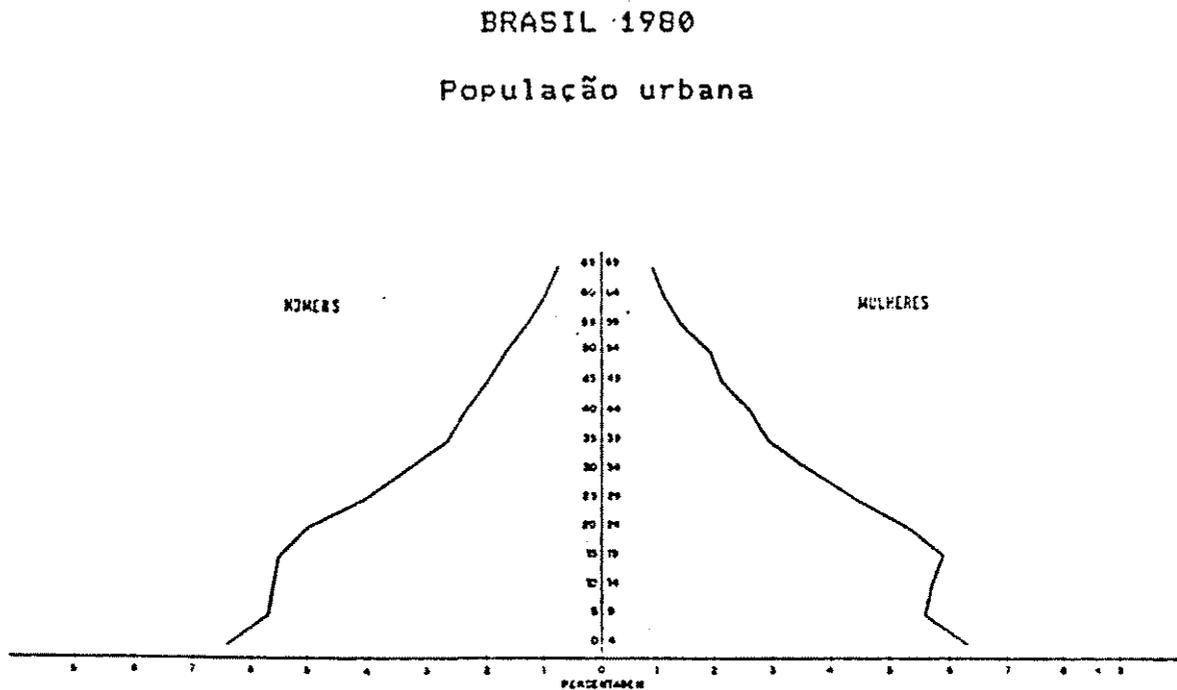
No Gráfico 2 podem se notar quatro mudanças de concavidade. Três delas já eram perceptíveis nas laterais da pirâmide etária desde 1975 (Gráfico 1). A quarta aparece pela primeira vez na estrutura etária de 1985 (Gráfico 2).

A primeira mudança marca a passagem entre os grupos com 30 a 34 anos em 1975 e o de .25 a .29 anos no mesmo período, refere-se portanto à diferença de tamanho entre as coortes nascidas em 1940/45 e 1945/50 respectivamente. Ou seja, o grupo nascido a partir de 1945 é bem maior que aquele que o precedeu. A segunda mudança pode ser detectada através da concavidade da pirâmide que se coloca entre os grupos de 10-14 e 5-9 anos, também em 1975. Trata-se de diferenças entre o número de pessoas que nasceram no período de 1960/65 e 1965/70. Ou seja, o grupo nascido a partir de 1965 é bem menor que aquele que o precedeu. A partir do período 1975/80 a base da pirâmide etária volta a alargar-se para estreitar-se novamente para o grupo dos nascidos em 1980/85, configurando então, respectivamente a terceira e a quarta mudança de concavidades (Gráfico 2).

Na tentativa de entender um pouco melhor a natureza destas alterações relacionando-as com características sócio-econômicas e raciais da população brasileira executamos o mesmo exercício para situações urbanas e rurais, áreas mais desenvolvidas e menos desenvolvidas e subgrupos de brancos e não-brancos. O objetivo deste detalhamento foi pois a tentativa de relacionar as variações às características sócio-demográficas da população, o que afinal demonstrou ser uma hipótese verdadeira. De fato detendo-se nos gráficos 4 e 5, podemos concluir que trata-se de um fenômeno urbano, nos gráficos 6 e 7 que é tanto mais acentuado quanto mais desenvolvida for a área e nos gráficos 8 e 9 que é um fenômeno próprio da população branca. Por sua vez este conjunto de gráficos nos leva a deduzir que estas oscilações ocorriam com uma intensidade muito maior entre populações de melhor poder aquisitivo, o que fica

explícito nos gráficos 10 e 11, ou em famílias de pessoas que ocupam categorias sócio-ocupacionais que representam um melhor status sócio-econômico, como pode-se observar nos gráficos 12 e 13. (2)

Gráfico 4

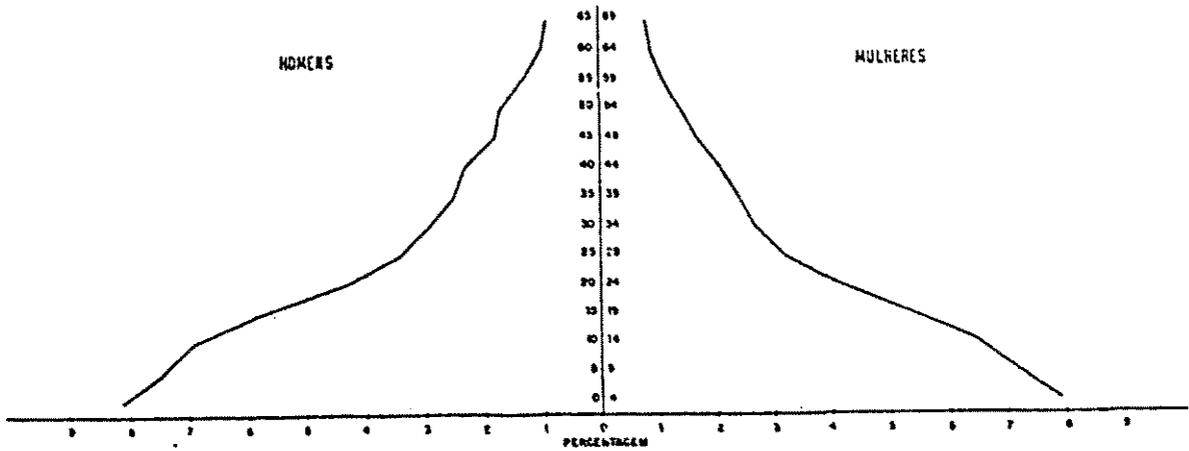


FONTE: Bercovich e Vellozo, 1982

(2) Utilizou-se a classificação de categorias sócio-ocupacionais propostas por Jorge et alii. (1984)

Gráfico 5

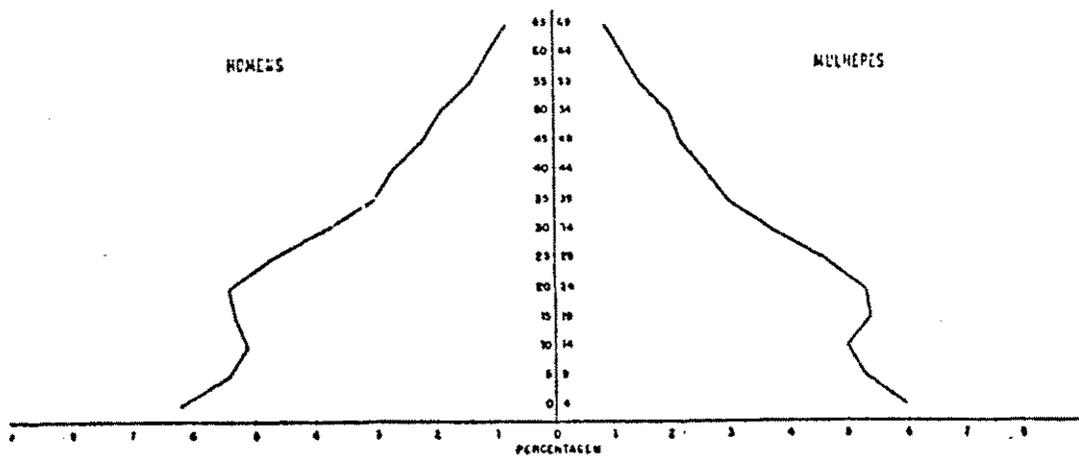
BRASIL 1980  
População rural



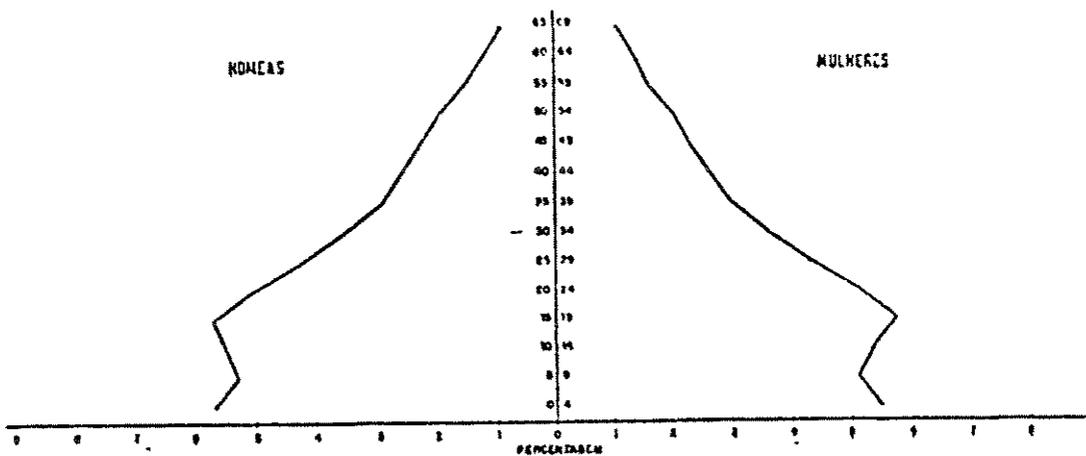
FONTE: Bercovich e Vellozo, 1982

Gráfico 6

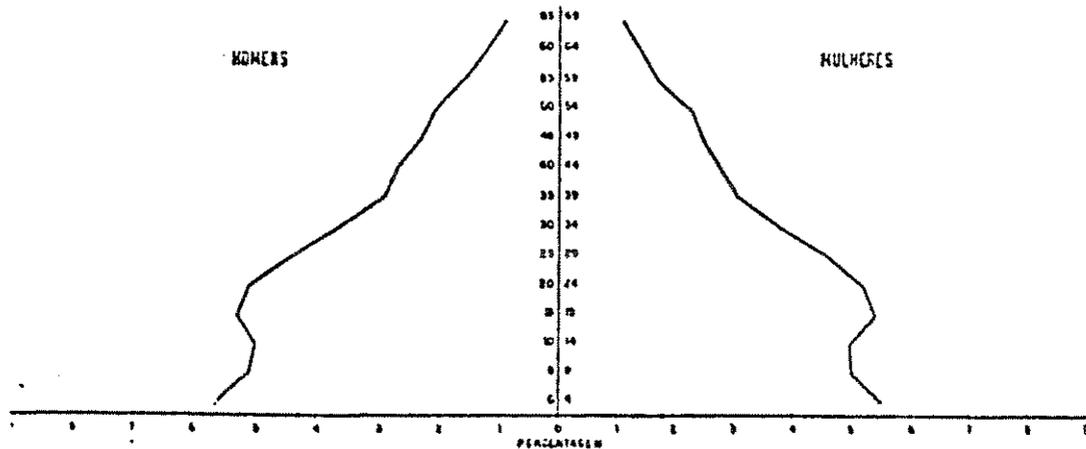
SÃO PAULO 1980



RIO GRANDE DO SUL 1980

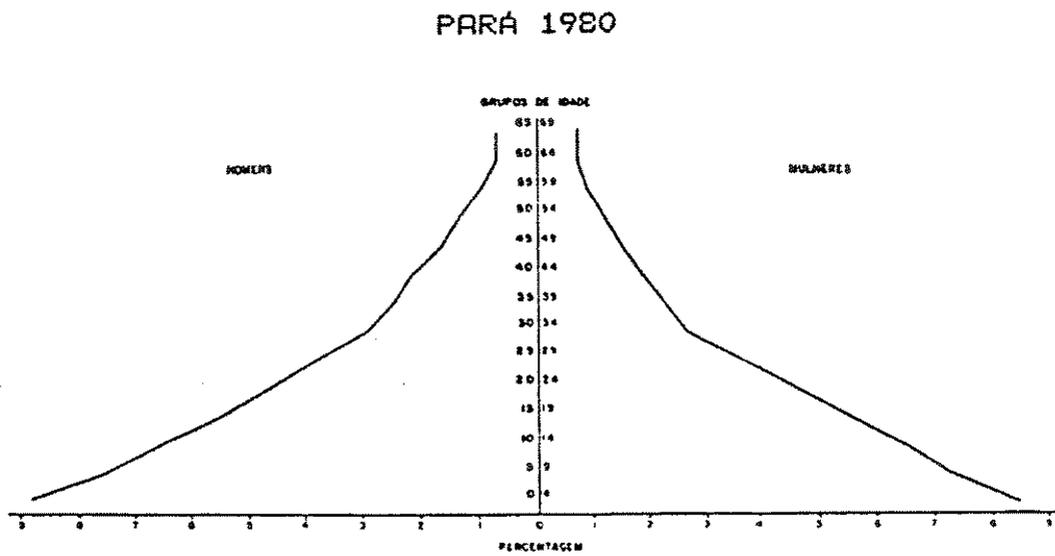
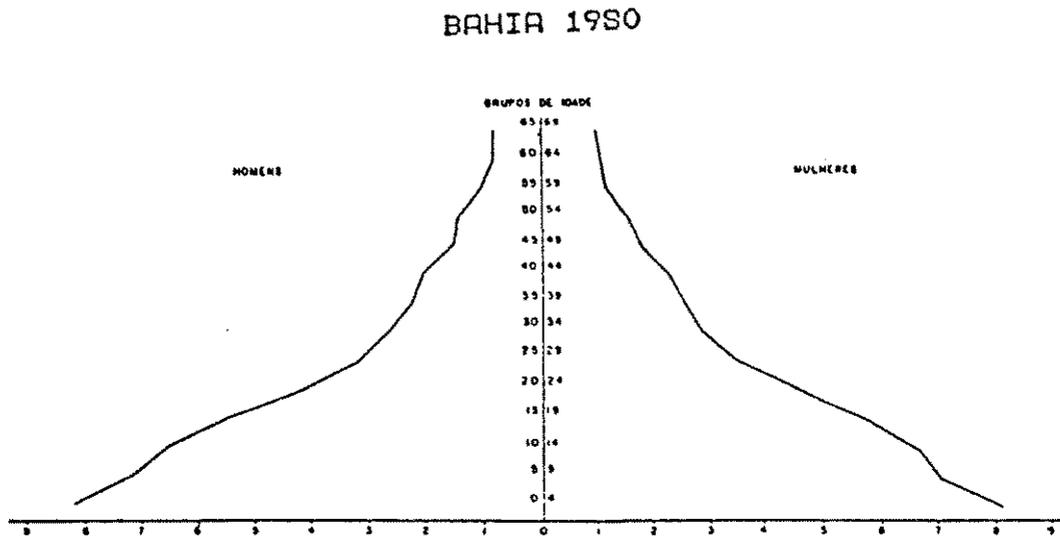


RIO DE JANEIRO 1980



FONTE: Bercovich e Vellozo, 1982

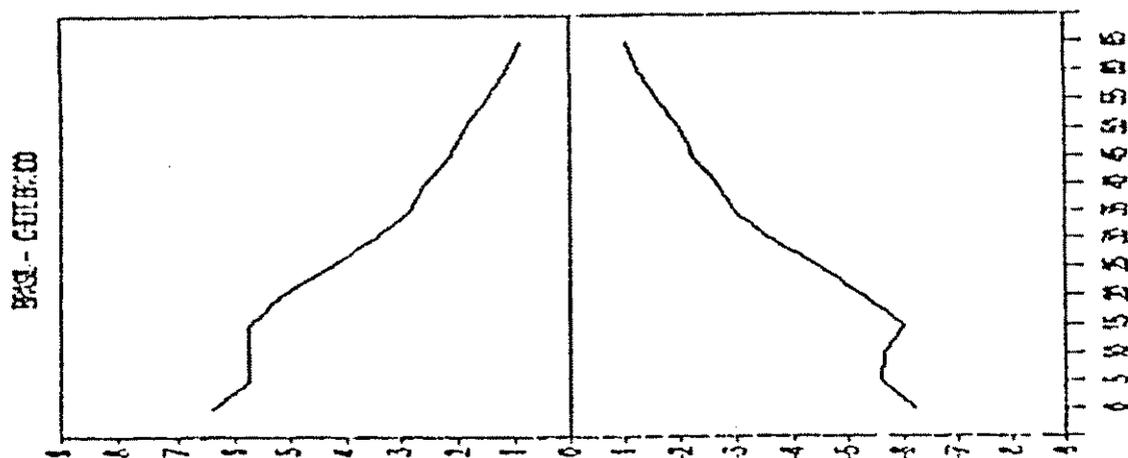
Gráfico 7



FORTE: Bercovich e Vellozo, 1982

Gráfico 8

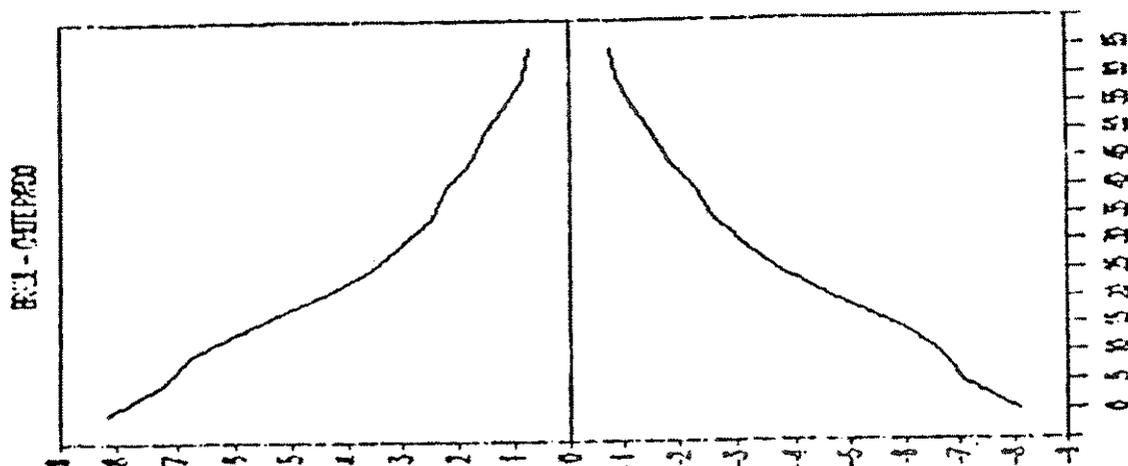
BRASIL 1980 - Estrutura por idade e sexo  
População petencente a famílias cujo chefe é branco



FONTE: IBGE, Tabulações especiais do Censo Demográfico de 1980

Gráfico 9

BRASIL 1980 - Estrutura por idade e sexo  
População pertencente a famílias cujo chefe é não branco

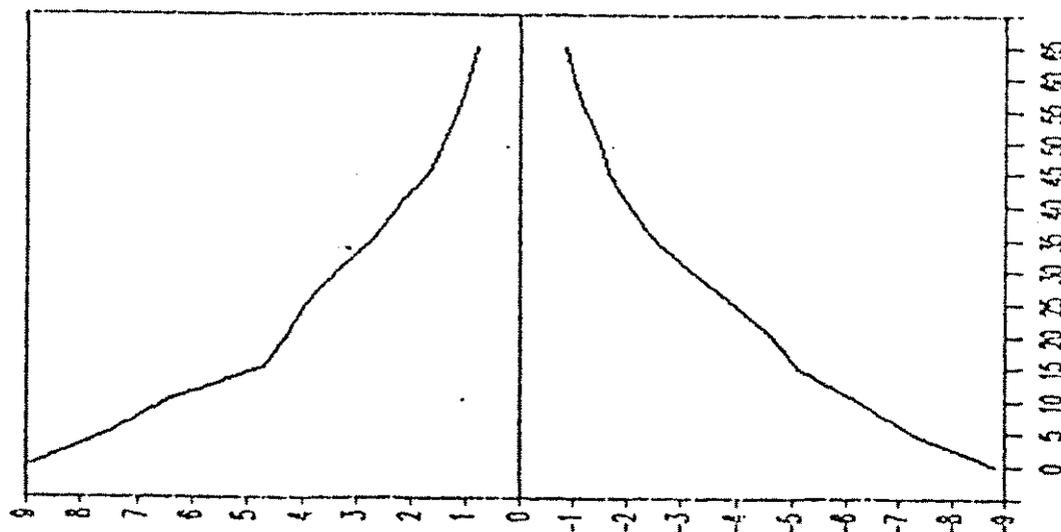


FONTE: IBGE, Tabulações especiais do Censo Demográfico de 1980

Gráfico 10

BRASIL 1980

Pessoas pertencentes a famílias com renda familiar entre 1 e 2 salários mínimos

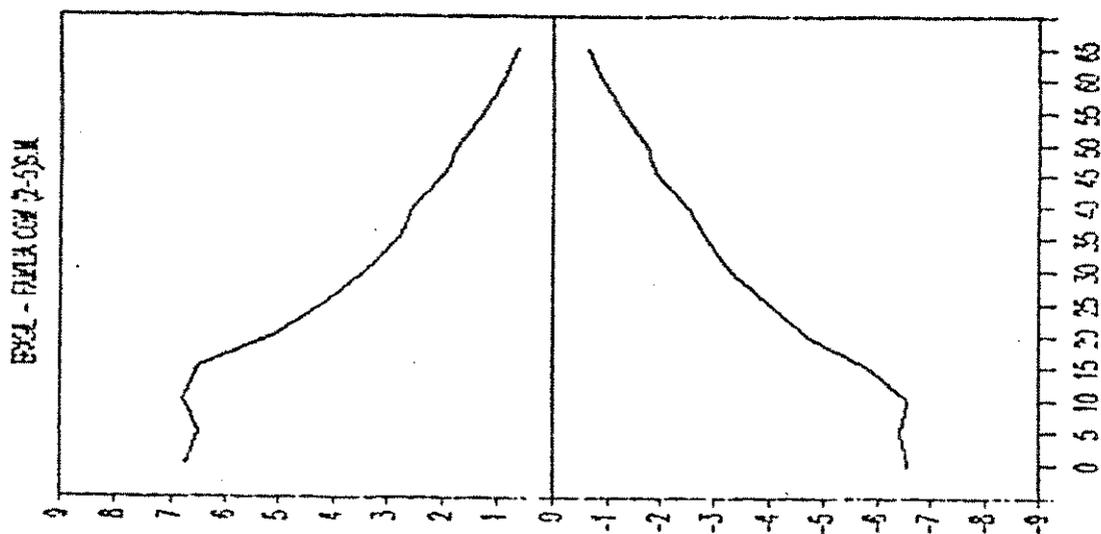


FONTE: IBGE, Tabulações especiais do Censo Demográfico de 1980

Gráfico 11

BRASIL 1980

Pessoas pertencentes a famílias com renda familiar entre 2 e 5 salários mínimos

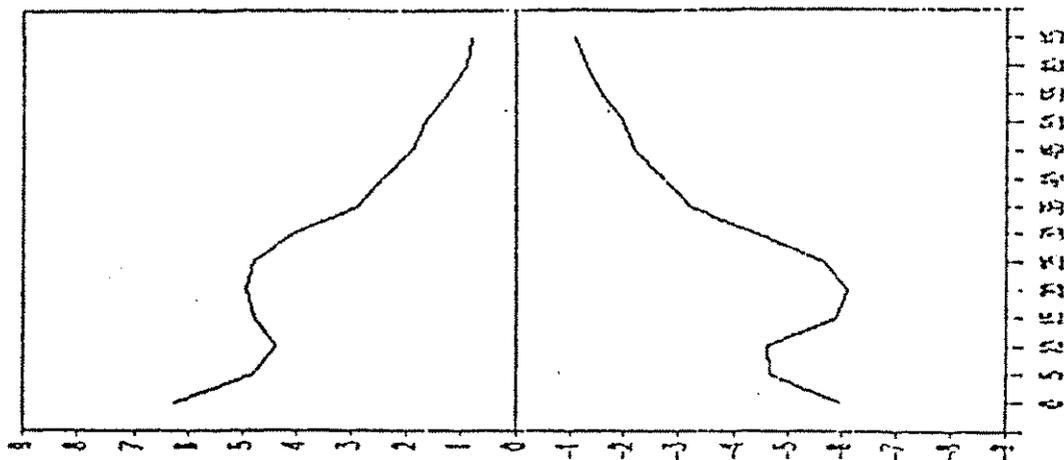


FONTE: IBGE, Tabulações especiais do Censo Demográfico de 1980

Gráfico 12

BRASIL 1980

Pessoas pertencentes a famílias cujo chefe é empregado em ocupações não-manuais

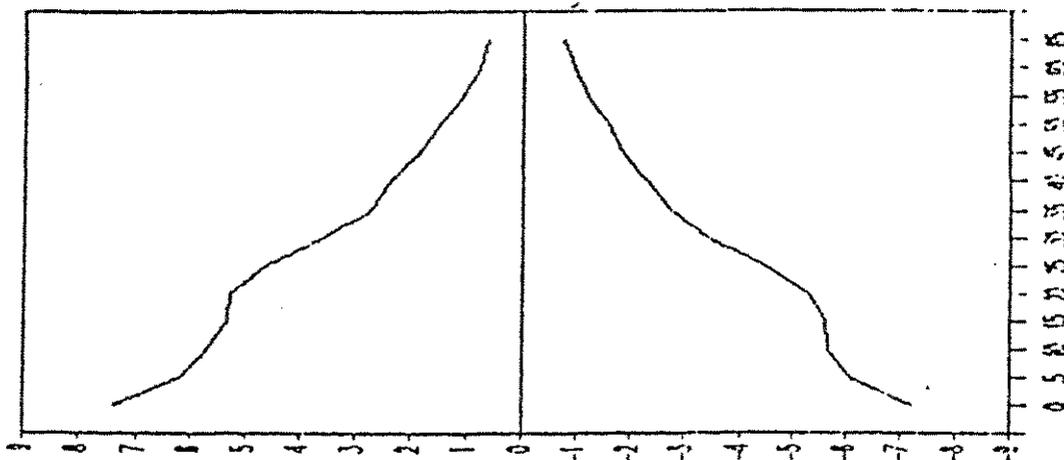


FONTE: IBGE, Tabulações especiais do Censo Demográfico de 1980

Gráfico 13

BRASIL 1980

Pessoas pertencentes a famílias chefiadas por um empregado em ocupações manuais típicas da zona urbana



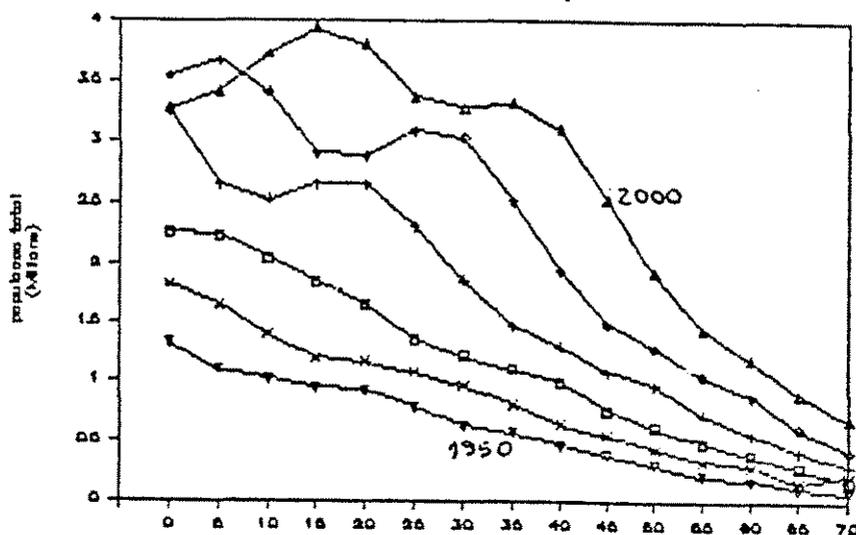
FONTE: IBGE, Tabulações especiais do Censo Demográfico de 1980

Em trabalho anterior (Bercovich e Vellôzo, 1982), já tentando explicar estas variações, argumentou-se que a marcante queda de mortalidade no Brasil após a Segunda Guerra Mundial seria a maior responsável pelo alargamento da base da pirâmide de 1960. Este fenômeno, refletiu-se na pirâmide de 1980 de duas formas: com uma maior proporção de mulheres em idades férteis e um alargamento da base da pirâmide resultante do incremento no número destas mulheres. Por sua vez a pirâmide de 70 apresentou uma base estreitada, resultante da queda da fecundidade no período 65/70. Neste mesmo trabalho, enfatizando a hipótese de que o alargamento da base da pirâmide era um desdobramento da queda da mortalidade do segundo quinquênio de 40, mostramos que a proporção de mulheres no grupo de 20-34 anos (grupo que apresenta as maiores taxas específicas de fecundidade) cresceu 9% entre 1970 e 1980 mas apresentou uma queda de 4% nos períodos 1950/60 e 1960/70. Observou-se também que a proporção de mulheres em idade fértil cresceu com maior intensidade nas áreas mais desenvolvidas, onde também a queda da fecundidade foi mais vigorosa.

Coerente com as conclusões anteriores, o Estado de São Paulo é onde as mudanças de concavidade ocorrem com maior intensidade (Gráficos 14 e 15), além de apresentarem um "timing" diferente quando a concavidade decorre da queda da fecundidade. De fato, as mudanças de concavidade resultantes da queda da fecundidade parecem ter se antecipado pelo menos um quinquênio no Estado de São Paulo, afetando já a coorte nascida em 1960/65. Já o incremento populacional pós-guerra, decorrente da queda dos índices de mortalidade parece acompanhar o "timing" do restante do país.

Gráfico 14

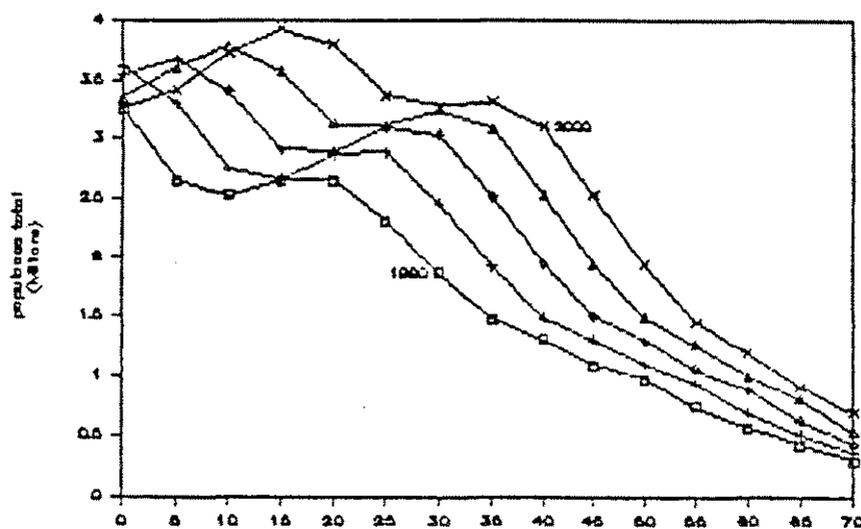
SÃO PAULO 1950 - 2000  
Distribuição etária



FONTE: Censos Demográficos e Projeção da Fundação SEADE

Gráfico 15

SÃO PAULO 1980 - 2000  
Distribuição etária



FONTE: Projeções da Fundação SEADE

Em resumo, as mudanças de concavidade se processam de modo diferenciado para diferentes subgrupos, por exemplo: rural/urbano, branco/não-branco, nível de instrução, etc. Tais diferenças decorrem da defasagem no "timing" e na intensidade das quedas nos níveis tanto da mortalidade como da fecundidade (Bercovich, 1988). É possível concluir também que as maiores oscilações que ocorreram entre 1970 e 1980 se deram nos subgrupos melhor colocados na escala de distribuição de renda, mas que a partir dos anos 80 os impactos serão maiores nos grupos de menor poder aquisitivo.

## 2.2. O crescimento entre coortes

O método sugerido por Keyfitz (1988) se propõe a localizar descontinuidades demográficas, ou seja, mudanças bruscas no tamanho de coortes sucessivas. Tais descontinuidades correspondem, na verdade, à mudanças de concavidade na forma das pirâmides etárias, mas este método apresenta pelo menos duas vantagens: 1) as descontinuidades tornam-se mais evidentes quanto ao seu "timing", volume e intensidade; 2) permite ainda a reconstrução da evolução do crescimento entre coortes e das próprias coortes, mesmo para períodos em que não se dispõe de fontes diretas de dados.

O método de Keyfitz foi aplicado quando os dados assim o permitiam, ou seja quando dispunhamos de uma série de distribuições etárias consecutivas. Já nos casos em que dispunhamos de dados observados em uma única data, aplicamos uma metodologia própria que combina a "standarização" proposta por Horiuchi (1988) e os incrementos entre coortes standarizadas "à la Keyfitz".

A sugestão de Keyfitz é calcular as diferenças do número de pessoas entre quinquênios consecutivos para o mesmo grupo etário. O apoio teórico do método é a relativa constância das diferenças entre coortes sucessivas medida em diferentes momentos (tendem a mudar quando a observação refere-se aos grupos mais idosos por diferenças mais acentuadas na mortalidade). Tal propriedade permite calcular a média e graficar as diferenças de tamanho entre coortes sucessivas detectando assim as descontinuidades demográficas no tempo, na medida que elas ocorrem quando há aumento ou queda drástica nestas diferenças.

Já o método seguido por Horiuchi (1988), apóia-se na standardização do tamanho das coortes. Consiste em assumir a equivalência da coorte em número de nascimentos, fazendo "reverse survival" de cada grupo etário até o momento do nascimento, utilizando para tanto a tábua de vida prevalescente no momento da observação. Este método é útil sobretudo quando se dispõe da pirâmide populacional para uma única data, como por exemplo, no que diz respeito à raça. Já para avaliar o "timing" e a magnitude das descontinuidades foram calculados os diferenciais entre nascimentos "à la Keyfitz". A originalidade do método aqui utilizado consiste então, na combinação de ambas propostas.

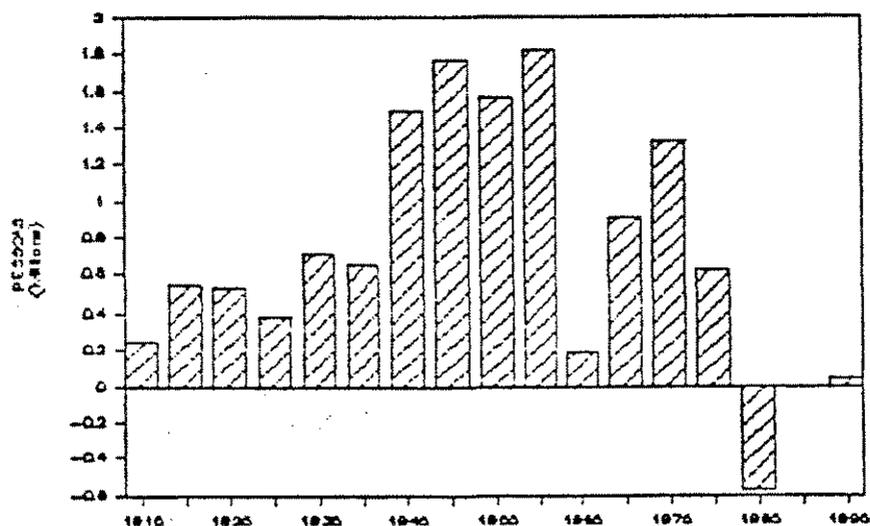
O Gráfico 16 representa as estimativas do crescimento entre coortes para o Brasil construídas a partir da projeção elaborada do modo explicitado, cujos valores figuram no anexo 1. O primeiro passo foi testar a premissa da pequena variabilidade da diferença entre pares de coortes sucessivas ao longo do tempo. Tal teste mostrou-se satisfatório. As diferenças obtidas figuram na tabela 1 das Considerações Metodológicas. No eixo das absissas estão representadas as datas no ponto médio do período considerado: o ano de 1965 por exemplo, corresponde a diferença de tamanho entre a coorte nascida em 1965/70, e a anterior,

nascida em 1960/65. Como foram feitas as estimativas para todos os anos da projecção (1950-2000), a "intercohort increase" pode ser calculada a partir de 1880 até 1995.

O gráfico 17 representa as diferenças no número de nascimentos após a aplicação da standarização de Horiuchi aos dados de 1980. Além da significativa contribuição que representa a possibilidade de reconstrução à partir da informação para uma só data, pelo gráfico 17 é fácil verificar como as descontinuidades apenas sugeridas nos contornos das pirâmides etárias tornam-se agora mais evidentes e mensuráveis. Vale ainda observar que deste modo, chega-se à um gráfico bastante semelhante ao gráfico 16, o que atesta a compatibilidade entre ambos os métodos.

Gráfico 16

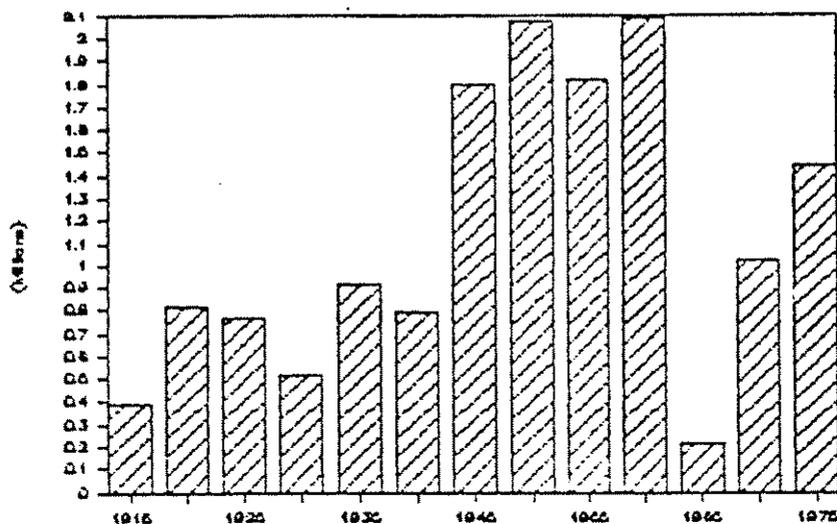
BRASIL 1910 - 2000  
Crescimento entre coortes



FONTE: Anexo 1

Gráfico 17

BRASIL 1910-1980  
Diferenças no número de nascimentos



FONTE: Censo Demográfico de 1980 e Anexo 1

A análise dos gráficos 16 e 17, sugere os seguintes destaques:

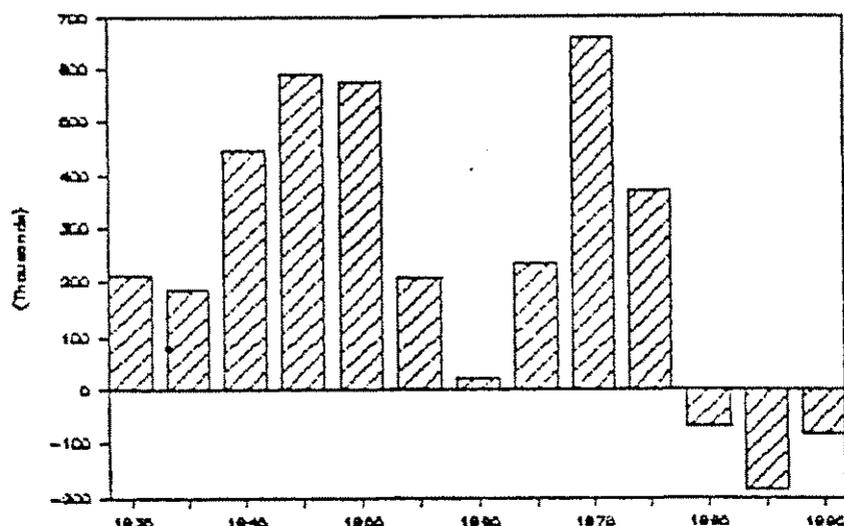
1. Ao longo dos anos 40, o crescimento da coorte nascida no segundo quinquênio (1945-50) é bem maior que a anterior. Este incremento considerável no tamanho das coortes sucessivas continua até a primeira metade da década de 60, com magnitudes que oscilam entre 1.500.000 e 2.000.000 de pessoas a mais em cada coorte quinquenal entre 1945/65.
2. Uma diminuição marcante no incremento do tamanho da coorte nascida entre 1965 e 1970 (esta só acrescentou menos de 200.000 pessoas ao grupo anterior), dando origem à segunda descontinuidade.

3. Uma recuperação no aumento do tamanho das coortes nascidas entre 1970 e 1980. Tudo indica que este incremento seja uma espécie de "eco" do incremento de 45. Ou seja, é o período em que as mulheres nascidas entre 1945/1950 estariam chegando ao período fértil, contribuindo para o aumento dos níveis de natalidade (sem aumento da fecundidade) dando origem portanto à uma nova coorte larga.
  
4. Uma queda do incremento do tamanho da coorte e uma posterior diminuição do tamanho das coortes entre 1980/2000. Esta diminuição no tamanho de coortes consecutivas acontece pela primeira vez neste século e no momento em que estamos vivendo, 1985/1990. Os dados de estatísticas vitais reforçam esta constatação na medida que o número absoluto de nascimentos vem diminuindo (Wong, 1988). Tudo indica que esta queda reflete o efeito de dois fenômenos combinados. Aceleração na queda da fecundidade e incremento menor da coorte de mulheres em idade fértil. De fato, o incremento do grupo de 20 a 24 anos corresponde ao da coorte que nasceu no período 1965/70, época da descontinuidade apontada em 2.

O mesmo tratamento foi feito para o Estado de São Paulo baseado nas projeções feitas por Girardelli et al. (1986), e resultou no Gráfico 18, do qual destacamos:

Gráfico 18

SÃO PAULO 1935 - 2000  
Crescimento entre coortes



FONTE: Projeções Fundação SEADE

1. O crescimento das coortes, também a partir de 1945.
2. Início da diminuição do tamanho das coortes após o período 1960/65 evidenciando o dado já conhecido da antecipação da queda da fecundidade em São Paulo quando comparada com o Brasil. A coorte nascida entre 1965-70 cresce tão pouco, que tem praticamente o mesmo tamanho que a precedente.
3. Um aumento considerável no período 1975/80. A onda parece estar amortecendo para o Brasil em sua totalidade, mas não no caso de São Paulo, onde ela permanece vigorosa. A hipótese mais provável é que esta onda tenha a contribuição da migração.
4. A diminuição do tamanho das coortes a partir da segunda metade da década de oitenta. Esta constatação também encontra

suporte nas Estatísticas Vitais, entretanto, a maior queda deverá ocorrer entre 1990 e 1995, um quinquênio após estar ocorrendo no Brasil. A explicação pode ser buscada em diversos fatos. A coorte de mães nascidas entre 1965 e 1975 é pequena, e por outra parte a hipótese de migração embutida na projeção da Fundação SEADE é moderada.

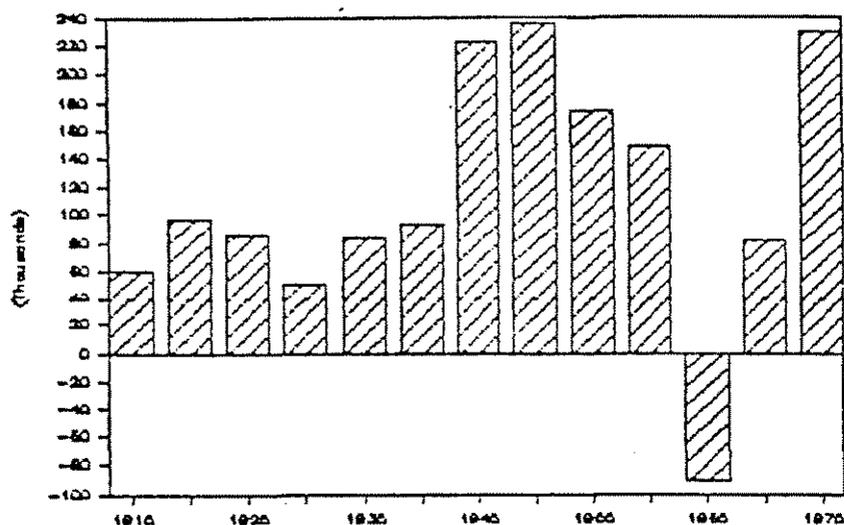
Tentando avançar no entendimento do fenômeno das descontinuidades, aplicamos o método de Horiuchi e calculamos as diferenças entre coortes para estruturas rurais/urbanas e brancos/não brancos.

Comparando o grupo de brancos e não-brancos, verificamos que entre os brancos as descontinuidades ocorrem a partir da segunda metade da década de 40 com intensidade maior e resultando em ondas bem mais pronunciadas. Já entre a população não-branca o crescimento acentuado das coortes aprofundou-se na primeira metade da década de 60, sendo que a queda, também menos pronunciada inicia-se na mesma época que para os brancos, mas alcançou seu ponto mínimo no período 1975/80 (Gráficos 19 e 20).

Em outros termos, isto mostra que o crescimento não foi uniforme nos subgrupos: a coorte que cresceu em 1945/50 era na sua maioria branca, já no período 1960/65 era na sua maioria não-branca. Analogamente, ao falar de diminuição no tamanho das coortes, estamos falando de uma diminuição na proporção de brancos.

Gráfico 19

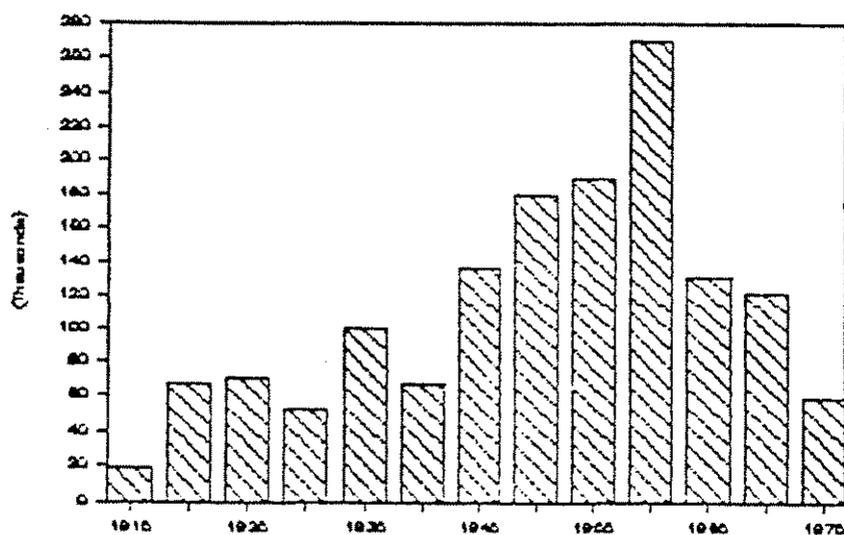
BRASIL 1910-1980  
Diferença no número de nascimentos. População Branca



FONTE: Censo Demográfico de 1980 e Anexo 1

Gráfico 20

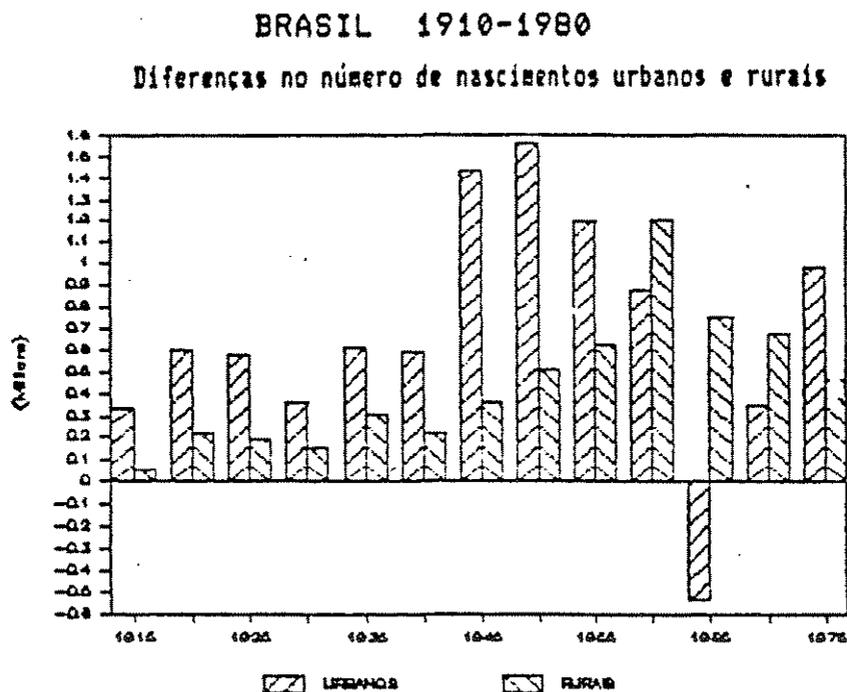
BRASIL 1910-1980  
Diferenças no número de nascimentos. População não-branca



FONTE: Censo Demográfico de 1980 e projeção do Anexo 1

Raciocínio semelhante pode ser feito quando dividimos o País em urbano e rural. Neste caso, como o movimento migratório rural/urbano foi intenso ao longo dos anos 70, deve-se ter presente que o crescimento intercoortes detectado indicará somente descontinuidades para populações que na época do Censo de 1980 viviam nas zonas urbanas ou rural respectivamente, independente do tempo de migração.

Gráfico 21



FONTE: Censos Demográficos de 1980 e projeção do Anexo 1

O Gráfico 21 deixa clara a diferença no "timing" do crescimento das coortes urbanas e rurais: enquanto a população urbana apresenta um crescimento importante das coortes na década da pós-guerra (1945-1955), a população rural atingiu seu ponto de maior crescimento posteriormente, na década de 60. Por outro lado, quando entre 1965/70 ocorre uma diminuição significativa no tamanho da coorte urbana pelo impacto da queda da fecundidade, no setor rural neste momento estava ocorrendo um aumento, fazendo com que a resultante para o Brasil como um todo apresentasse um ligeiro incremento.

Certamente obteríamos um resultado semelhante se a análise fosse detalhada por exemplo para regiões mais desenvolvidas e menos desenvolvidas. Enfim, o que queremos salientar é que quando utilizamos a informação por coortes (para subsidiar políticas públicas por exemplo) é bom ter em mente que as descontinuidades não ocorrem de maneira uniforme nem geográfica nem socialmente.

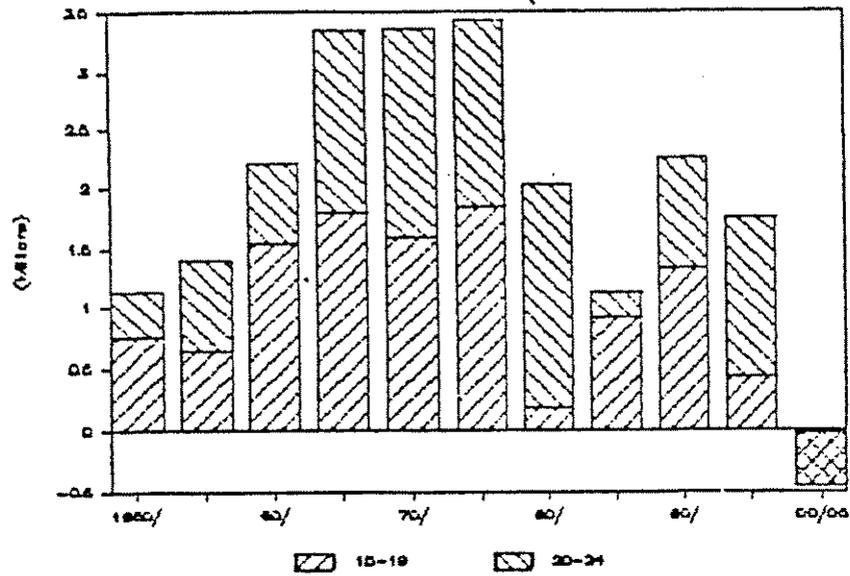
### 3. A EVOLUÇÃO DE UMA COORTE: A COORTE JOVEM

O que fizemos até o momento foi caracterizar o crescimento desigual de diferentes grupos etários ao longo do tempo. Uma derivação deste método é acompanhar um determinado grupo etário. É o que foi feito no caso dos grupos de 15 a 19 e 20 a 24 anos, a faixa etária jovem.

Os Gráficos 22 e 23 mostram o resultado deste exercício tanto a nível de Brasil como a nível de São Paulo, quando tentamos detectar o fenômeno das "ondas jovens". Verificamos então que ela ocorre no Brasil no período de 1965/80 para reaparecer amortecida no período 1990-2000. A década de 80 aparece como um interregno entre dois períodos de alargamento de coortes jovens, com um incremento muito pequeno. Pode se verificar que no interior da coorte jovem há composições diferenciadas de adolescentes e jovens. No primeiro quinquênio de 80, o aumento maior é do grupo de 20 a 24 anos, no quinquênio que segue naturalmente é menor o incremento deste grupo.

Gráfico 22

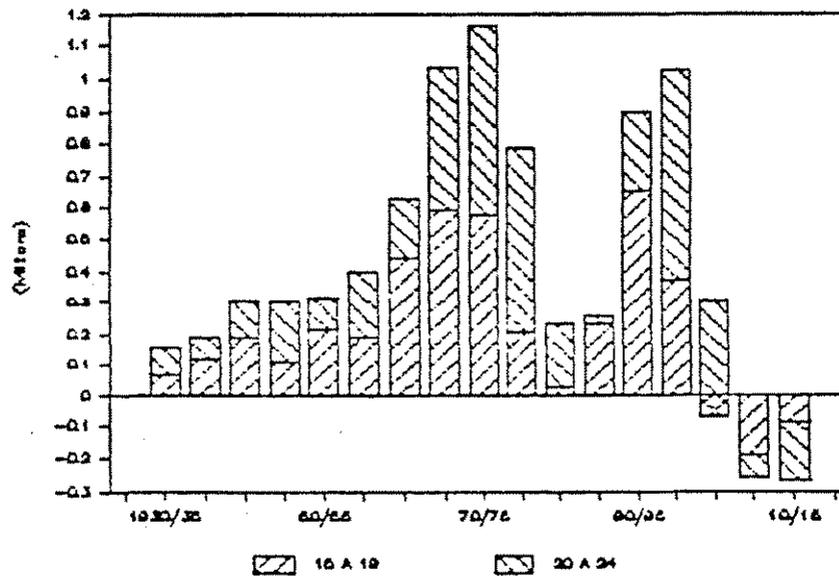
BRASIL 1950 - 2005  
Incremento das coortes jovens



FONTE: Projeções do Anexo 1

Gráfico 23

SÃO PAULO 1930 - 2010  
Incremento das coortes jovens



FONTE: Projeções da Fundação SEADE

Em números absolutos, a partir da segunda metade da década de 60, os grupos jovens somaram a cada quinquênio 3 milhões de pessoas em relação ao quinquênio anterior, ou 10.100.000 de pessoas entre 1965/80.

Já na década de 80 o comportamento foi completamente diverso. Foi necessário o período de uma década inteira para se atingir o incremento de 3 milhões de jovens. Em outros termos, o tamanho do grupo jovem cresceu em mais de 10.100.000 pessoas entre 1965 e 1980 e somente 5.400.000 entre 1980/1995.

Em termos relativos, as coortes cresceram 66% entre 1965 e 1980, passando a crescer somente 21% entre 1980/95, lembrando que no último caso o crescimento está concentrado fundamentalmente no período 1990/95, que é exatamente o momento em que a "onda jovem" começa a revigorar.

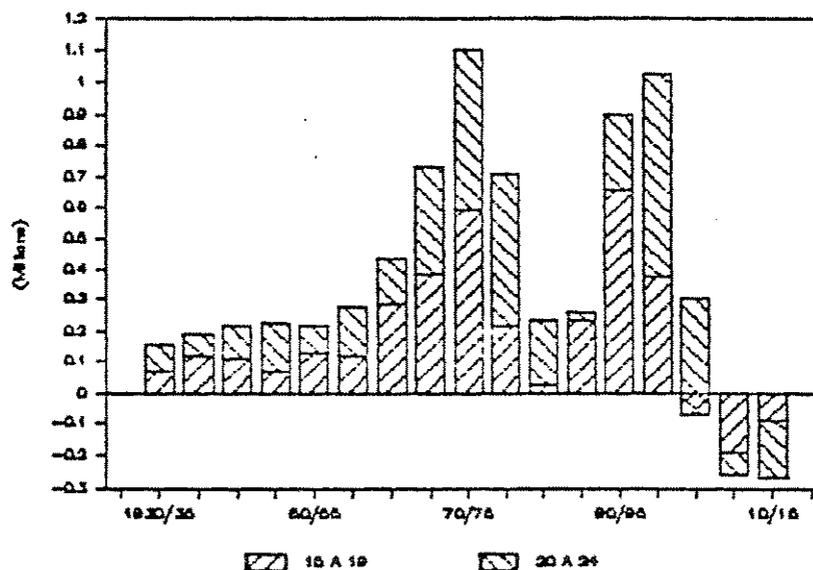
Já no caso do Estado de São Paulo, área mais desenvolvida do País e para onde se dirigem os fluxos migratórios mais intensivamente, as "ondas jovens" ocorrem com uma intensidade muito maior, seja porque as variações na fecundidade e na mortalidade se deram com mais intensidade nestas áreas, seja porque a migração costuma ser muito seletiva atraindo um número mais expressivo de jovens.

Pelo Gráfico 23 podem-se observar os momentos e as intensidades das "ondas jovens" para o Estado de São Paulo. O gráfico é produto de uma reconstituição que tem como referência dados de 1970, 1980 e projeções da Fundação SEADE (1986) para o período 1980-2000. Assim, também os migrantes que chegaram ao longo do período a São Paulo e não retornaram estão incluídos nas diferenças anteriores a 1970. Como as idades mais frequentes de migrar são exatamente aquelas com as quais estamos trabalhando, o sentido da análise não se altera demasiadamente

quando os dados são corrigidos de acordo com os Censos Demográficos. Os incrementos no número de jovens corrigidos de forma a conciliá-los com os valores observados nos Censos Demográficos desde 1940 até 1980 figuram no Gráfico 24. Pode-se observar que o sentido e a interpretação das diferenças não mudam quando corrigimos retirando os efeitos da migração, já que o movimento geral das duas ondas - entre 1965/80 e entre 1990/2000 - permanece.

Gráfico 24

SÃO PAULO 1930 - 2010  
Incremento das coortes jovens (valores corrigidos)



FONTE: Censos demográficos de 1940 a 1980 e projeções da Fundação SEADE

Em números absolutos, a coorte jovem (15 a 24 anos) somou no Estado de São Paulo aproximadamente 1.100.000 indivíduos em 60, 1.800.000 durante a década de 70 e caiu para um valor de 460.000 pessoas ao longo dos anos 80. Espera-se um acréscimo de quase 2.000.000 jovens na próxima década. Vale acrescentar que esta estimativa pressupõe uma migração moderada para os próximos anos, e o crescimento estimado do número de jovens deve-se fundamentalmente ao crescimento vegetativo. Em termos relativos

isso significa: crescimentos de 46% e 51% respectivamente na década de 60 e 70, somente 8,6% durante os anos 80, para voltar a crescer 34% na próxima década.

#### 4. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS

##### 4.1. Estimativas da população

Neste trabalho utiliza-se, como base de dados para ilustrar o método, uma projeção que concilia estimativas de fecundidade utilizadas nas projeções IBGE/CELADE (1984) e Camarano et al. (1988) e o conjunto de tábuas de mortalidade da projeção do IBGE.

Adotou-se esta conduta metodológica porque precisava-se de uma projeção a partir dos anos 50, e um conjunto de probabilidades de sobrevivência coerentes para todo o período. Em trabalho anterior (Bercovich, 1988) utilizou-se a projeção oficial, e projeções alternativas de fecundidade e mortalidade. Incorporaram-se as novas estimativas pelo interesse em avaliar os efeitos da intensificação da queda da fecundidade ao longo da década de 80 com esta metodologia. Diversos experimentos foram feitos com outros conjuntos de tábuas de mortalidade e projeções de fecundidade, levando a resultados parecidos. Em todos os casos, foi comprovada a constância das diferenças entre coortes sucessivas e sua evolução semelhante. A standardização proposta por Horiuchi implica na aplicação de uma única série de razões de sobrevivência para calcular o equivalente em nascimentos, e também conduz a valores do incremento entre coortes muito próximos aos da projeção adotada (gráficos 16 e 17).

## 4.2. Crescimento entre coortes

Formalmente, o incremento entre coortes pode representar-se como:

$$\Delta_t P_{m,t} = P_{m,t+5} - P_{m,t} \quad (1)$$

onde  $P_{m,t}$  é o número de pessoas no grupo etário  $a, a+5$ , no momento  $t$ . A unidade de tempo e idade é o período de 5 anos. Keyfitz (1988) chega a demonstrar que se verifica aproximadamente a seguinte igualdade:

$$\frac{\Delta_t P_{m,t}}{P_{m,t}} = \frac{\Delta_t B_{t-n}}{B_{t-n}} + \frac{\Delta_t L_{m,t-n}}{L_{m,t-n}}$$

Ou seja, o incremento relativo do tamanho das coortes é aproximadamente a soma do incremento relativo do número de nascimentos entre um intervalo quinquenal e o seguinte, com a mudança relativa da probabilidade de sobrevivência; ambos referentes a  $n$  períodos anteriores ao período atual que é denominado por  $t$ . O segundo membro da soma é normalmente positivo, já que a sobrevivência está aumentando na maioria dos países considerados. O primeiro membro pode ser positivo ou negativo dependendo de que o número de nascimentos esteja aumentando ou diminuindo. Dependendo das situações pode predominar o primeiro ou segundo somando.

A utilidade do método proposto deriva da invariância entre estimativas da diferença entre coortes.

Os resultados para o Brasil figuram na tabela 1.

**Tabela 1**

**BRASIL 1890 - 2000**

**DIFERENÇAS ENTRE COORTES**

Coortes nascidas em cinco anos a partir de:  
(em 10.000 pessoas)

1890	1895	1900	1905	1910	1915	1920	1925	1930	1935	1940	1945	1950	1955	1960	1965	1970	1975	1980	1985	1990	1995
13	29	25	24	54	26	64	62	39	75	65	156	183									
12	27	24	24	52	27	64	61	40	75	66	155	180	159								
11	25	23	24	51	27	63	61	40	75	66	155	180	159	185							
	21	22	23	49	27	62	60	41	75	66	154	179	158	183	11						
		19	22	46	27	60	59	41	74	66	153	178	158	183	17	85	131				
			19	41	25	57	57	40	73	66	151	178	158	183	18	91	132	59			
				35	23	53	55	40	72	65	150	176	158	183	19	91	132	61	-62		
					21	49	52	39	71	65	148	174	157	182	20	92	133	62	-57	-3	
						43	48	38	68	64	145	172	156	181	21	92	133	62	-56	-1	3
							42	35	65	62	141	169	154	180	23	92	133	63	-55	0	5

Fonte: Anexo 1

Nota: A data representa o ponto médio do período considerado

Pode observar-se a quase invariância nos incrementos entre coortes. Nos gráficos foram representadas as médias desses incrementos.

**4.3. Aplicação ao crescimento intercensitário**

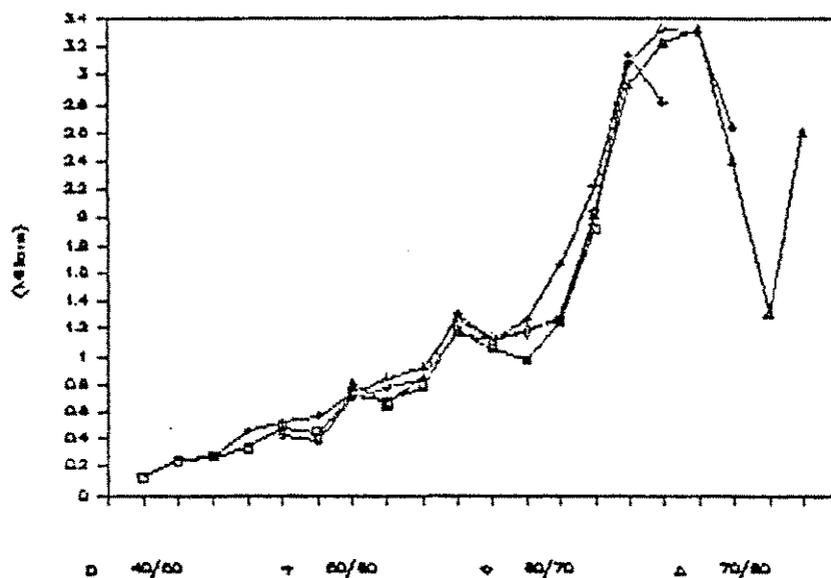
Outra aplicação interessante da proposta de Keyfitz é a avaliação de uma série de levantamentos de população. Calculou-se o incremento entre coortes para os Censos Brasileiros a

**UNICAMP**  
BIBLIOTECA CENTRAL  
SEÇÃO CIRCULANTE

partir de 1940, sem correção, e os resultados obtidos figuram no gráfico 25.

Gráfico 25

BRASIL 1940-1980  
Crescimento entre coortes



Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 1940 a 1980.

Além de dar uma idéia da evolução do crescimento das faixas de população, fornece elementos para a avaliação e conciliação censitárias. Pode-se observar a compatibilidade destas estimativas de incremento decenal com as quinquenais elaboradas anteriormente.

## 5. A GUISA DE CONCLUSÃO

Os demógrafos brasileiros vem alertando para o fato de que a vigorosa queda da fecundidade no Brasil aliada à queda da

mortalidade coloca novos desafios ao setor público decorrentes basicamente das alterações que estas mudanças provocam na estrutura etária brasileira. Nesta linha de preocupação têm enfatizado de maneira recorrente o crescimento das faixas etárias mais velhas e a explosão de demandas que delas emergem a médio e longo prazo.

Este trabalho surgiu também da preocupação com alterações na estrutura etária e seu impacto no diagnóstico e delineamento de propostas de ação. Ateve-se entretanto a um fenômeno que entre nós tem chamado pouca atenção tanto dos demógrafos como daqueles que se propõem a tarefas de subsidiar políticas de intervenção: o fenômeno de sucessivos alargamentos de coortes. Isto é, na medida que uma coorte larga ascende na pirâmide ela vai criando novas e diferentes necessidades, demandando também respostas diferenciadas do sistema social.

Outra proposta do trabalho foi enfatizar a vantagem de trabalhar com o incremento do número absoluto de indivíduos em cada coorte, quando o objetivo é o subsídio à políticas de intervenção, já que estas sempre presupõem a definição de um orçamento. O trabalho propõe uma conduta metodológica com esta finalidade.

Para o estudo do envelhecimento, também é importante a análise das variações no tamanho das coortes. É claro que a população idosa no futuro pode ser construída a partir da estrutura etária atual e o crescimento entre coortes. A diferença entre o tamanho das coortes jovens e de média idade, produzirá um eco no futuro na diferença entre adultos e idosos.

Observou-se também que o estudo do incremento entre coortes pode fornecer subsídios na captação rápida da coerência

de uma série histórica, como por exemplo na avaliação de dados censitários.

Finalmente o método permite um detalhamento importante que foi pouco explorado neste trabalho. Trata-se da possibilidade de conhecer os incrementos de uma coorte segundo algumas características: por exemplo, brancos e não brancos, rurais e urbanos, áreas mais desenvolvidas e menos desenvolvidas, etc.

BRASIL 1950 - 2000

ESTIMATIVAS POPULACIONAIS

POPULACAO TOTAL RESIDENTE POR GRUPOS DE IDADE E SEXO - ANO 1950/2000

GRUPOS DE IDADE	POP RES 1950		1955		1960		1965		1970	
	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES
0-4	4584588	4465409	5495306	5391465	6299413	6180425	7239513	7087627	7297611	7140338
5-9	3578654	3498196	4356184	4280781	5249741	5192034	6048507	5979375	6977950	6882015
10-14	3199743	3130264	3528123	3456253	4300817	4235618	5190524	5143956	5988752	5930105
15-19	2774408	2725352	3157538	3095736	3486309	3422105	4255443	4198853	5140955	5104193
20-24	2520268	2485471	2720113	2679239	3101839	3050197	3431546	3377823	4195816	4150524
25-29	2141296	2126411	2453607	2429175	2655184	2626295	3035956	2996575	3365499	3324994
30-34	1745533	1749031	2071147	2066574	2380956	2368786	2585113	2568753	2963073	2938112
35-39	1540791	1561085	1676881	1689669	1997394	2004515	2305241	2305942	2510421	2508054
40-44	1197716	1229688	1467711	1496846	1604691	1627996	1920434	1939749	2224487	2239485
45-49	1004705	1045479	1127877	1167072	1389805	1429039	1528180	1562485	1837030	1869957
50-54	805775	853575	930779	977722	1052005	1099510	1305458	1355229	1443457	1490127
55-59	585918	631377	729621	781815	849913	903874	969065	1024926	1211047	1272547
60-64	451738	497509	513715	561326	644401	703297	761275	821766	875850	940670
65-69	272424	308172	376335	421614	434002	483363	553655	613894	659196	725858
70-74	170305	198954	208682	241151	294768	338274	346442	395241	447375	509127
75-79	91272	110767	114634	137451	145336	173011	210022	248415	251690	296802
80-84	69859	88429	49867	62452	66114	82185	86168	106488	128076	157875
85 e mais	0	0	22766	29912	25137	33413	32724	43458	43367	58382
TOTAL	26734993	26708769	31001882	30966850	35979724	35953937	41805267	41770616	47559424	47539113

	1975		1980		1985		1990		1995		2000	
	HOMENS	MULHERES										
7701278	7590353	8368495	8235568	8570409	8419647	8317186	8153068	8320136	8140391	8347932	8149455	
7054455	6971348	7487259	7447576	8158446	8098893	8376890	8295878	8148097	8047323	8168044	8046695	
6912497	6835424	6998936	6933355	7433725	7411606	8105579	8063950	8327717	8264271	8104750	8019962	
5934248	5891738	6860515	6798717	6950924	6900282	7387264	7380107	8059458	8033388	8284500	8236255	
5073917	5054632	5867488	5844014	6789989	6749659	6825794	6955914	7324103	7337819	7996675	7992096	
4120806	4095115	4995525	4997464	5784463	5785107	6782262	6888884	6804403	6809732	7244693	7284840	
3291481	3268569	4040038	4034753	4905505	4931647	5488846	5716843	6606387	6618249	6709278	6736049	
2884483	2876265	3211597	3207054	3949380	3966646	4895863	4856785	5579790	5638868	6483165	6531514	
2429594	2442142	2797227	2806745	3121126	3137204	3845327	3838583	4684361	4770431	5452236	5547572	
2135509	2164529	2336297	2365190	2696303	2726641	3015351	3055857	3723030	3796929	4545114	4667485	
1743047	1788277	2029947	2073965	2225673	2275029	2575104	2631617	2886324	2958344	3571056	3695223	
1346890	1403535	1629111	1687543	1900616	1966762	2099553	2166738	2424615	2516037	2723551	2837614	
1102840	1172169	1227542	1295379	1488191	1567272	1742067	1836602	1920904	2033310	2232877	2370836	
766036	834807	966496	1043792	1079108	1163160	1312034	1417582	1539865	1672060	1701979	1841292	
539723	605460	631214	701856	799196	887693	895271	999189	1091743	1228732	1284771	1460177	
330807	384915	403033	463195	473657	545861	602458	700346	677657	798422	829463	992348	
158024	191052	210380	251681	258562	310410	306366	373653	392531	488505	444259	565674	
65929	86089	86164	112254	117203	152934	150482	200213	185153	254299	236714	336233	
53591523	53656416	60145263	60300104	66702474	66996294	72283195	73281806	78692278	79398109	84361471	85326370	

---

## ***Capítulo 3***

***A "Onda Jovem" e seu impacto na população economicamente ativa de São Paulo***

---

## A "Onda Jovem" e seu Impacto na População Economicamente Ativa de São Paulo

Felícia Madeira  
DA FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS

Alicia Bercovich  
DO DEPARTAMENTO DE POPULAÇÃO DO IBGE

---

### RESUMO

*"Onda Jovem" é um momento no qual, em decorrência da dinâmica demográfica passada, as faixas etárias entre 15 e 24 anos encontram-se especialmente alargadas. No Brasil como um todo, e em São Paulo de forma mais acentuada, ela ocorrerá ao longo dos anos 90. Este artigo tem dois objetivos: um, mais específico, é conhecer seu impacto na estrutura etária da população economicamente ativa (PEA); o outro é refletir sobre seus possíveis desdobramentos no cenário sócio-político. Ao discorrer sobre o segundo objetivo, o artigo desenvolve uma nova reflexão sobre a especificidade da inserção do adolescente e do jovem no mercado de trabalho brasileiro, sua inter-relação com os baixos níveis de escolaridade, e o papel dos meios de comunicação de massa e de consumo.*

---

### INTRODUÇÃO

Este trabalho tenta responder a uma preocupação bastante ampla — de entender a absorção diferenciada por sexo e idade do mercado de trabalho paulista, nas duas últimas décadas. Seu objetivo específico é conhecer o impacto das "ondas jovens" masculinas na estrutura etária da PEA. Tal "onda", como se detalha no decorrer do texto, é um momento de alargamento das faixas etárias de 15-24 anos.

O artigo poderia limitar-se a seu objetivo bem definido, circunscrevendo-se a uma análise puramente demográfica. Detendo-se nesta perspectiva, contribuiria para o entendimento de aspectos problemáticos, nebulosos mesmo do

comportamento da estrutura etária da PEA nas duas últimas décadas. É o que fazemos na Seção IV.

Decidimos, entretanto, inserir a discussão do tema em um contexto bem mais amplo, comentando suas repercussões em nível de uma discussão sócio-política internacional à qual tivemos acesso, e refletindo sobre possíveis desdobramentos em nosso próprio cenário sócio-político.

Essa opção apoiou-se em dois pontos. Dificilmente processos da dinâmica demográfica são incorporados às análises sócio-políticas ou mesmo em diagnósticos que subsidiam políticas públicas. A reflexão em torno da "onda jovem" é um bom exemplo da riqueza potencial dessa interdisciplinaridade.

O debate do nosso contexto sócio-político inclui uma reflexão sobre a especificidade da inserção do adolescente e do jovem no mercado de trabalho. Trata-se de uma discussão nova, que hoje complementa e ao mesmo tempo questiona a forma convencional como vem sendo tratada a questão do trabalho do menor.

Ao tomar esta decisão, estamos cientes de que corremos riscos. O artigo acaba abrindo-se para muitos temas, sem a possibilidade de aprofundá-los, até pela novidade que representam. Por esse motivo, também, ele é desigual em suas partes. Alguns aspectos, os mais amadurecidos em nossa reflexão ou na literatura disponível, são melhor desenvolvidos e têm mais consistência que outros.

Preferimos correr esses riscos, e aceitar maior exposição a críticas, a excluir considerações que entendemos importantes na discussão. É com esse espírito também que nos aventuramos a um *exercício de futurologia* nas conclusões, quando retomamos a série de elementos abordados nos itens anteriores e discutimos os possíveis cenários dos anos 90.

## I

### OS ESTÍMULOS PARA ESTUDOS DE POLÍTICAS JUVENIS E DINÂMICA DEMOGRÁFICA

Nosso interesse pelo tema "onda jovem" foi estimulado inicialmente por reflexões bem recentes acerca de estudos populacionais e seus possíveis impactos em pelo menos duas áreas de estudo — a do planejamento de políticas públicas e da sócio-política.

A esse estímulo inicial, de caráter mais geral, somou-se a convicção de que esta nova linha de reflexão poderia também contribuir para o esclarecimento de aspectos relativos ao comportamento de estrutura etária da PEA nas duas últimas décadas.

O conceito de "ondas" etárias emerge de uma análise demográfica que, ao invés de falar de tendências globais da dinâmica demográfica, enfatiza as análises

etárias, mais especificamente o fenômeno das descontinuidades demográficas das pirâmides [Bercovich e Velôzo (1985)].

De forma rápida e bastante simplificada, o fato poderia ser assim resumido: por uma combinação dos três fatores que intervêm nas variáveis da dinâmica demográfica — fecundidade, mortalidade e migrações — as pirâmides etárias podem sofrer alargamento ou estreitamento de suas bases, dando origem então a descontinuidades, uma vez que tais alargamentos ou estreitamentos vão necessariamente produzir ecos (novos alargamentos ou estreitamentos) em sucessivas gerações. Assim, quando olhadas de uma perspectiva de tempo, as pirâmides formam verdadeiras ondas de adensamentos e descontinuidades.

Um dos aspectos para os quais a análise de alargamento de coortes chama a atenção é que, à medida que a coorte larga ascende na pirâmide, gera novas e diferentes necessidades, demandando respostas também diferenciadas do sistema. Assim, a rigor, a área de atividade que deveria estar mais atenta a este novo enfoque demográfico seria a de planejamento.

É indiscutível que o respaldo de informações a respeito do volume e da composição da população é essencial em qualquer programação de políticas de intervenção, de natureza pública ou não. Não se pode pensar em planejar sem o conhecimento mínimo de quantas são e serão as pessoas para as quais se destinam determinados programas a curto, médio e longo prazos.

Embora esta afirmação seja absolutamente consensual, a verdade é que os programas de ação podem falhar — e freqüentemente falham — em seus diagnósticos e propostas porque desconhecem o fenômeno das descontinuidades das pirâmides etárias na projeção de suas demandas.

É o que pode ocorrer com propostas atuais dirigidas à população de adolescentes e jovens. Até onde vai nosso conhecimento, os estudos e diagnósticos que, em geral, subsidiam as propostas políticas para estas faixas etárias, ao assinalarem a projeção do número de adolescentes para a próxima década, não se dão conta do fenômeno da "onda jovem" que caracterizará a pirâmide brasileira e paulista no próximo quinquênio.

Tal conjuntura demográfica faz com que, na verdade, a pergunta mais pertinente seja: que tipo de problemas tal conjuntura coloca para as políticas destinadas ao setor juvenil? O mais preocupante, como se verá, é que essa onda ocorre após um período de refluxo da população jovem (década de 80), não tendo exigido, desta perspectiva, nenhum esforço especial do setor público.

Uma outra linha de reflexão é o desdobramento, na área sócio-política, dos estudos de população. Configura-se como uma espécie de retomada da antiga questão da relação entre ritmo de reprodução da população e potencial de tensão social, com a diferença que desloca o móvel da tensão social dos setores empobrecidos da população para a coorte etária jovem (15-24 anos), no momento em que ela é especialmente numerosa.

Nesse momento, segundo alguns estudos de natureza política ou sociológica, dependendo da capacidade do sistema em absorver esse excedente de jovens

(no sistema educacional e no mercado de trabalho), o fenômeno pode constituir-se em problema político, levando o país à instabilidade.

Wriggins (1988), pioneiro nessa tese, argumenta que ela começa a demonstrar sua pertinência quando se nota certa relação constante entre movimentos radicais liderados por jovens e o momento em que a coorte jovem está alargada. Tal ocorreu, segundo este autor, há 15 anos atrás no Srilanka e 10 anos depois em Taiwan. A essas situações específicas, o autor lembra que a geração de 1968 é a resultante do *baby-boom*, e acrescenta que, na verdade, sempre que há movimentos políticos radicais os jovens estão na linha de frente. Se o seu texto fosse escrito hoje, certamente o autor acrescentaria o exemplo recente da China, que atravessa um período de "onda jovem".

Wriggins aponta um conjunto de fatores como possíveis desencadeadores do *movimento juvenil radical* nos períodos de coortes largas: as dificuldades de se inserir no mercado de trabalho, o desapontamento diante das expectativas e aspirações geradas pela expansão do sistema educativo, características desse sistema, desencanto com o sistema político, sobretudo a falta de legitimidade das lideranças, etc.

Deutschman, em artigo para a revista *Fortune* (junho de 1990), segue linha de argumentação bastante semelhante. Associa o fenômeno dos *yuppies* (uma geração extremamente competitiva) ao fato de pertencerem a uma coorte larga também resultado do *baby-boom*.

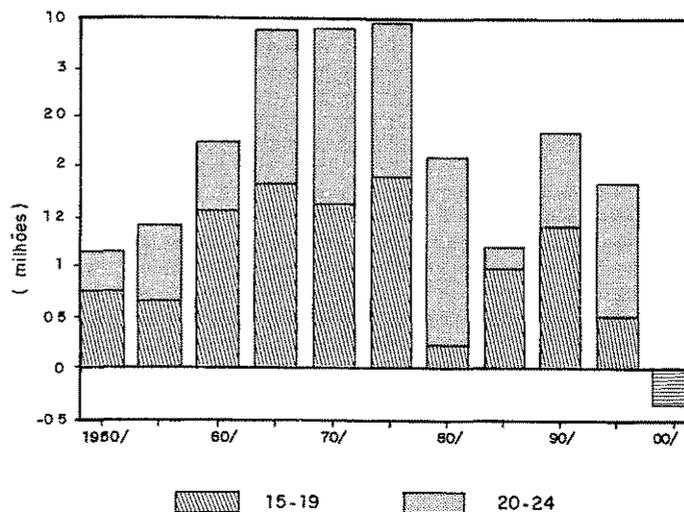
Considerações desta natureza suscitam a curiosidade do pesquisador, e é inevitável que uma série de questionamentos venha à tona: como se teria configurado o fenômeno das "ondas jovens" no Brasil? Em que momento elas se teriam evidenciado? Qual teria sido seu impacto, por exemplo, no sistema educacional e no mercado de trabalho?

Em trabalho anterior [Bercovich e Madeira (1990)] procuramos responder às duas primeiras questões, propondo inclusive um método para acompanhar a evolução de determinada coorte, tomando como exemplo as coortes jovens: 15-19 anos (adolescentes) e 20-24 anos (jovens). O desenho e a intensidade do movimento da "onda jovem" brasileira e, sobretudo, da paulista, que se configuraram naquele exercício (ver Gráficos 1 e 2) só fizeram aumentar a curiosidade e a importância de se conhecermos possíveis impactos nos setores que mais lhes dizem respeito: trabalho e educação.

De fato, no Brasil, em números absolutos, a partir da segunda metade da década de 60, os grupos jovens cresceram, a cada quinquênio, três milhões de pessoas, ou dez milhões entre 1965 e 1980. Já na década de 80 o comportamento foi completamente diverso: levou-se uma década inteira para se atingir o incremento de três milhões de jovens.

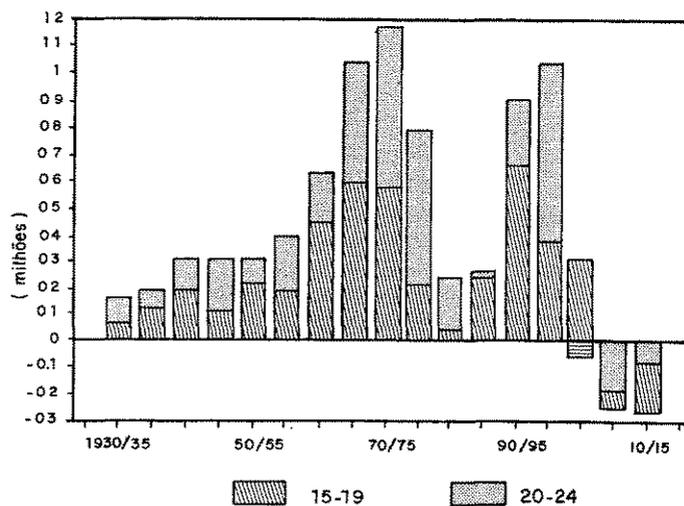
Em outros termos, o tamanho do grupo jovem cresceu em mais de 10 milhões de pessoas entre 1965 e 1980, e somente 5,4 milhões em 1980-95. Em termos relativos, as coortes cresceram 66% entre 1965 e 1980, passando a crescer somente 21% em 1980-95, lembrando que nesse último caso o crescimento concentrou-se fundamentalmente no período 1990-95, que é o momento em que a "onda jovem" começa a vigorar.

**Gráfico 1**  
**Brasil 1950 — 2005**  
**Incremento das Coortes Jovens**



FORNE Bercovich e Madeira, 1990

**Gráfico 2**  
**Brasil 1930 — 2010**  
**Incremento das Coortes Jovens**



FORNE Projeções da Fundação SEADE, 1986

No estado de São Paulo, área onde a imigração é mais intensa, o fenômeno ocorre com maior vigor, e a referida "onda" é ainda mais sinuosa. Em números absolutos, a coorte jovem (15-24 anos) somou aproximadamente 1,1 milhão de indivíduos em 1960 e 1,8 milhão na década de 70, caindo para 460 mil ao longo dos anos 80. Vale acrescentar que a estimativa utilizada pressupõe uma migração modesta para os próximos anos, e o crescimento estimado do número de jovens deveu-se fundamentalmente ao crescimento vegetativo. Em termos relativos isso significa crescimento de 46% e 51%, respectivamente nas décadas de 60 e 70 e somente 8,6% durante os anos 80, devendo voltar a crescer 34% na próxima década.

O fenômeno é ainda mais interessante quando detalhado por quinquênio. Separa as faixas em dois grupos: de adolescentes (15-19 anos) e jovens (20-24 anos).

Entre 1970 e 1980 somaram-se, em relação à década anterior, 801,7 mil adolescentes; entre 1980 e 1985 somente 11 mil; e entre 1985 e 1990, cerca de 234 mil. Espera-se para o próximo quinquênio (1990-95) o acréscimo de nada menos que 664 mil adolescentes, uma verdadeira explosão.

A faixa jovem apresenta evolução um pouco diferente. Entre 1970 e 1980 somaram-se 999 mil jovens, 200 mil entre 1980 e 1985 e 24 mil entre 1985 e 1990, esperando-se para o próximo quinquênio acréscimo da ordem de 671 mil.

Tal cenário demográfico torna as perspectivas atuais já pessimistas ainda mais preocupantes. Todos sabemos, uma vez que está cotidianamente nos meios de comunicação de massa, que o quinquênio que terminou caracterizou-se, também, pelo enorme crescimento da violência juvenil, expresso de forma dramática nos índices de mortalidade juvenil por causas externas — homicídios e acidentes com veículos [Ortiz e Yazaki (1988)]. Certamente a persistência e até ampliação da pobreza nos anos 80 e o enorme descaso com que o setor público vem tratando a parcela juvenil da sociedade não explicam completamente a violência juvenil, mas são indiscutivelmente fatores básicos para a constituição de um campo propício ao desenvolvimento, sobretudo quando se tem pela frente o fenômeno da "onda jovem".

Aliás, em complemento a esta consideração, é interessante lembrar entrevista do antropólogo Philippe Bourgois à revista *Veja* (19.09.80) sobre a questão da juventude, droga e violência nos Estados Unidos, especificamente no Harlem hispânico.

A tese do autor é a seguinte: "Os traficantes de drogas das esquinas de Nova York são pessoas que perseguem à sua maneira, numa cultura de terror e autodestruição, o mesmo sonho americano dos jovens *yuppies* que vivem nos bairros bem comportados".

Mais adiante, tratando de explicar por que a droga desencadeava a histeria e a violência nos Estados Unidos e em países latino-americanos, mas não na Europa, argumenta: "... (na Europa)... os jardins têm flores, as escolas são grátis e funciona... "Aqui nesta região da cidade há menos parques, menos piscinas públicas, mas há mais prisões. É a histeria".

Como se vê, as questões que o tema suscita são urgentes, atraentes, novas e complexas e abrem um amplo campo de estudos. Este texto propõe-se a um primeiro objetivo bem específico: conhecer o papel que desempenhou a "onda jovem" paulista dos anos 70 e seu refluxo nos anos 80, na estrutura etária da PEA masculina nesses períodos.

O que nos motivou efetivamente para esta tarefa foram fatos já conhecidos, evidenciados em vários outros trabalhos — o rejuvenescimento da PEA masculina nos anos 70 e seu envelhecimento nos anos 80 [Arias e Cordeiro(1990), Sabóia (1991) e Jatobá (1990)], mas não esclarecidos completamente. A questão é: existe alguma relação com o movimento da "onda jovem"?

## II

### CONJUNTURA DEMOGRÁFICA E CONJUNTURA ECONÔMICA

#### II.1 - Os Anos 70

**S**abemos que o capitalismo brasileiro do pós-guerra foi marcado por intenso dinamismo.

Na década de 70 o país acelera esse processo. Consolida sua industrialização e moderniza seu aparato produtivo, tomando-se predominantemente industrializado e urbano. O processo mostrou-se também extremamente favorável à incorporação de novos trabalhadores; e mais: as transformações de ordem econômica, social e demográfica pelas quais passou a sociedade brasileira tiveram repercussões consideráveis sobre a composição interna da força de trabalho — a população economicamente ativa tornou-se mais feminina e, entre os homens, bem mais jovem. Naturalmente, São Paulo é onde esse processo ocorre com maior vigor [Madeira (1986)].

De fato, a taxa de atividade feminina em São Paulo passou de 23,5%, em 1970, para 32,6%, em 1980, e já vinha crescendo desde 1950, época em que se intensificou a industrialização brasileira (ver Tabela 1). Já entre os homens a taxa cresceu muito pouco: passou de 72,3 para 75,2%, alterando-se, entretanto, profundamente, a estrutura etária. Os índices de crescimento mais elevado ocorreram claramente nas idades mais novas; os adolescentes (15-19 anos) passaram de 64,9%, em 1970, para 72,0%, em 1980, e os jovens (20-24 anos), de 88,5% para 92,2%. Entre 25 e 34 anos ocorreram aumentos apenas moderados em torno de um ponto percentual, estabilizando-se na faixa de 35 a 39 (96,1%) e decrescendo, sistematicamente, e em ritmo cada vez mais intenso, a partir dos 40 anos (ver Tabela 1).

A ampliação da participação do jovem no mercado de trabalho pode ser constatada também através da evolução dos percentuais de participação juvenil no conjunto dos trabalhadores (ver Tabela 2), e o rejuvenescimento da PEA visualizado com muita clareza nos Gráficos 3 e 4. O Gráfico 4, referente a 1980, representa uma pirâmide bem mais jovem que a de 1970.

**Tabela 1**  
**Taxas Masculinas e Femininas de Atividades Econômicas(\*) por Idade —**  
**São Paulo**

GRUPOS DE IDADE	1970		1980		1981		1987		1989	
	HOMENS	MULHERES								
TOTAL	72,18	23,30	75,28	32,83	75,57	35,94	77,84	40,43	76,03	39,81
10 A 14 ANOS	13,36	8,82	16,42	10,55	17,61	11,09	18,00	10,51	17,44	9,80
15 A 19 ANOS	64,89	39,42	71,95	47,31	73,40	50,98	78,36	52,13	76,60	48,89
20 A 24 ANOS	88,53	37,28	92,19	49,66	93,00	53,50	93,88	60,63	94,05	59,76
25 A 29 ANOS	95,48	28,05	96,80	41,74	97,21	45,91	97,63	52,70	97,13	56,38
30 A 34 ANOS	96,54	24,72	97,13	38,94	98,32	43,71	98,47	51,52	97,96	50,16
35 A 39 ANOS	96,08	23,15	96,08	37,38	96,44	42,78	97,19	53,21	97,80	54,82
40 A 44 ANOS	94,53	21,97	94,18	34,30	95,82	37,65	96,98	44,41	95,88	46,97
45 A 49 ANOS	91,50	18,88	90,12	28,85	91,14	35,22	91,62	39,32	91,09	38,72
50 A 54 ANOS	83,98	14,97	82,13	23,06	82,07	29,40	80,45	32,73	81,32	34,09
55 A 59 ANOS	74,40	11,11	71,50	16,92	73,88	18,94	74,18	24,17	68,91	24,81
60 A 64 ANOS	61,29	7,48	57,81	10,28	58,93	13,29	62,32	12,18	58,78	14,85
65 A 69 ANOS	45,40	5,27	38,12	5,72	38,03	9,62	39,49	10,27	37,83	8,68
70 ou mais	25,14	2,48	16,54	2,16	16,35	3,27	17,00	4,42	16,54	3,22

(\*) Percentagens de economicamente ativos sobre os totais em cada faixa etária

Fontes: IBGE - Censos Demográficos de 1970 e 1980  
 PNAD 1987 e 1989 - Tabulações especiais

**Tabela 2**  
**São Paulo 1970 — 1989**  
**Participação dos Grupos Etários no Mercado de Trabalho**

Grupos de Idade	Proporção de cada grupo etário na PEA				
	1970	1980	1981	1987	1989
15-24	28,1	30,4	30,0	27,2	26,7
30-39	23,7	22,6	22,6	25,2	25,7
40-49	17,5	15,5	16,0	16,2	17,1

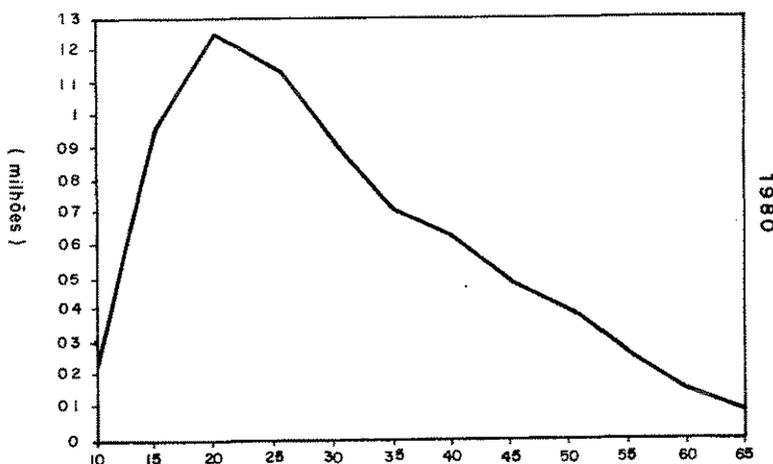
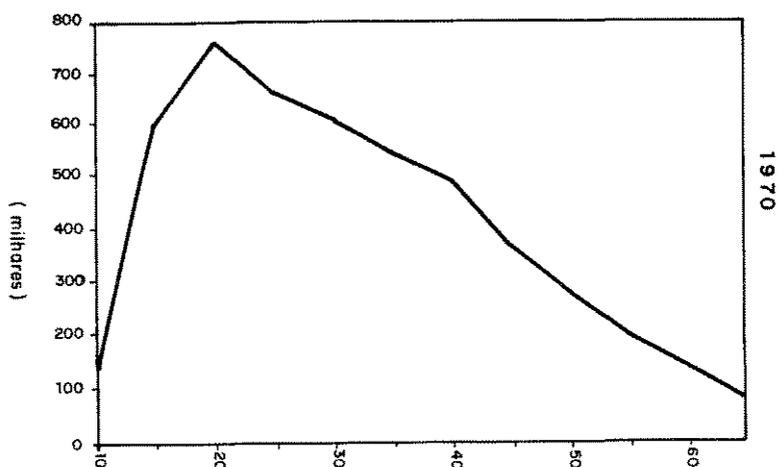
Fonte: IBGE - Censos Demográficos de 1970 e 1980  
 PNAD's de 1981, 1987 e 1989

A Tabela 3 mostra a proporção dos novos trabalhadores que foram incorporados em cada faixa etária para compor a taxa de 1980. Neste novo tratamento fica mais evidente, ainda, a incorporação de jovens e a expulsão da PEA dos maiores de 40 anos. Não deixa de ser surpreendente que, apesar de haveremos atravessado na década de 70 um período de "onda jovem", nada menos do que 88% dos adolescentes e 98,4% dos jovens que se somaram nessa década foram incorporados à PEA. Entre 25 e 35 anos também foi quase total a incorporação, sendo entretanto clara a queda progressiva após os 40 anos (ver Gráfico 4).

Gráficos 3 e 4

São Paulo

Número de Homens Economicamente Ativos



Finalmente, tentando eliminar o efeito da estrutura etária, realizamos um exercício de padronização. Constatamos então que, se as taxas de atividade de 1980 fossem iguais às de 1970, São Paulo teria, em 1980, 200 mil homens de 10 a 35 anos a menos na força de trabalho, e 39 mil de 40 a 64 anos a mais.

## II.2 - Os Anos 80

Os anos 80 foram substancialmente diferentes tanto no que diz respeito ao cenário demográfico como ao sócio-econômico. Da perspectiva demográfica, São Paulo assiste a um refluir da "onda jovem" e, no plano econômico, ao desencadear de uma aguda crise econômica que provocou elevadas taxas inflacionárias, desemprego e deterioração da qualidade de vida dos trabalhadores.

Os ciclos recessivos da economia comprometeram substancialmente as condições básicas de vida da grande massa da população, sobretudo da população mais pobre.

No que diz respeito à incorporação diferencial dos novos trabalhadores — objetivo central deste artigo — a conjuntura econômica dos anos 80, que oscilou entre períodos de pequeno crescimento e momentos de maior ou menor recessão, apresentou as seguintes peculiaridades: continuou a vigorosa incorporação de mulheres à PEA [Arias e Cordeiro(1990) e Bruschini (1989)] e continuou também a crescer proporcionalmente mais a PEA adolescente e jovem, mas a estrutura etária sofreu envelhecimento. É isto que demonstra a série de informações referentes ao ano de 1989, quando comparada aos dados de 1981 (ver Tabela 2).

Na Tabela 3, que procura captar, ao longo da década de 80, a proporção de novos trabalhadores em relação ao incremento da população em cada faixa etária, para compor a taxa de 1989, essas tendências ficam mais evidentes. Os valores superiores a 100% indicam que o incremento no número de homens economicamente ativos na faixa superou o acréscimo do total da população do mesmo grupo de idade.

Esse fato é particularmente visível entre os adolescentes, cuja taxa da diferença entre 1981 e 1989 atingiu o valor de 120%. Isso, naturalmente, somente pôde ocorrer porque se tratava de uma coorte estreita. Em outros termos, a população masculina de adolescentes (15 a 19 anos) somou só 102 mil pessoas entre 1981 e 1989, enquanto a PEA somou 123 mil adolescentes neste mesmo período.

Finalmente, aplicando o exercício de padronização para 1981 e 1989, concluímos que em 1989 haveria quase 72 mil indivíduos a menos para as idades 10-39 anos. Para o grupo de 50 a 60 anos, teríamos aproximadamente 32 mil pessoas a mais. Ou seja, no decorrer da década de 80 a pirâmide envelhece, apesar do crescimento mais acelerado das taxas de participação dos jovens.

Podemos concluir que na PEA brasileira recente há uma tendência à incorporação diferencial favorável de adolescentes e jovens, tanto nos períodos de crescimento como nos de recessão. O comportamento da década de 70 sugere que essa possível vocação do capitalismo brasileiro favorece a capacidade que os jovens têm de pressionar, nos momentos de alargamento das coortes, produzindo,

Gráficos 5 e 6  
**São Paulo**  
**Diferenças Numéricas de Homens Economicamente Ativos**

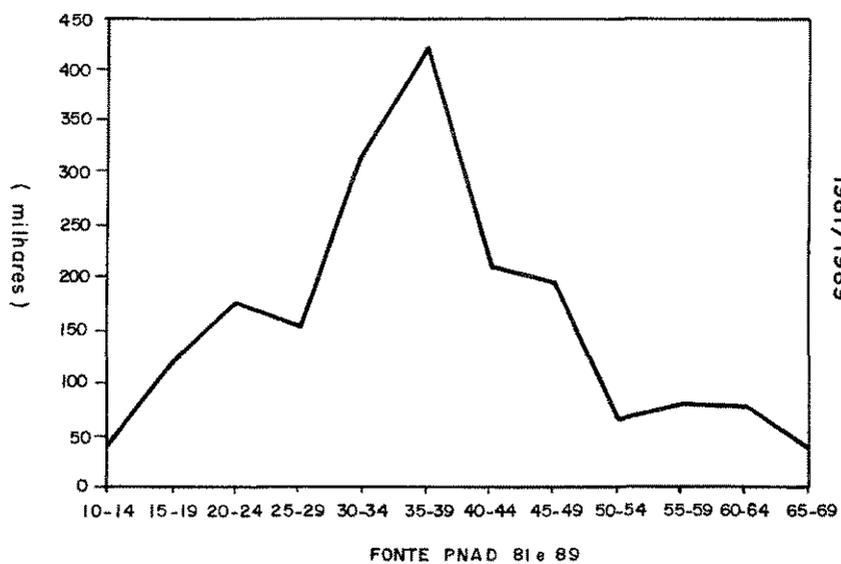
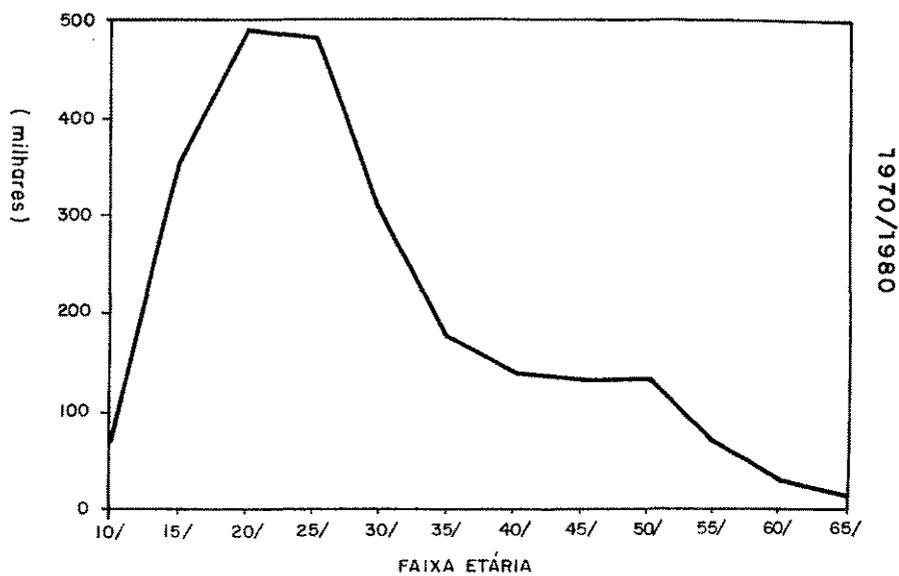


Tabela 3  
**São Paulo 1970 — 1989**  
**Proporção de Economicamente Ativos no Incremento(\*) de População**

IDADE	H O M E N S		
	DIFERENÇA 70/80	DIFERENÇA 80/87	DIFERENÇA 81/89
TOTAL	82.3	88.7	77.9
10 A 14 ANOS	30.1	32.2	16.5
15 A 19 ANOS	88.0	218.5	120.4
20 A 24 ANOS	98.4	105.2	101.9
25 A 29 ANOS	98.7	101.8	96.6
30 A 34 ANOS	98.3	101.9	96.9
35 A 39 ANOS	96.1	99.7	100.4
40 A 44 ANOS	93.0	106.2	96.1
45 A 49 ANOS	86.6	96.3	90.9
50 A 54 ANOS	78.8	73.0	76.5
55 A 59 ANOS	64.9	81.3	55.1
60 A 64 ANOS	47.9	74.5	52.6
65 A 69 ANOS	23.0	44.4	37.4
70 ou mais	0.7	20.6	17.0

(\*) Os valores superiores a 100% indicam que o incremento no número de homens economicamente ativos nessa faixa etária superou o acréscimo do total de população desse grupo de idade.

Fontes: IBGE - Censos Demográficos de 1970 e 1980  
 PNAD 1981, 1987 e 1989 - Tabulações especiais

até mesmo, a expulsão de trabalhadores de mais de 40 anos. Quer dizer, quando ocorre a "onda jovem", a mesma dá-se dentro e fora da força de trabalho. Quando ela está em refluxo, há tendência ao envelhecimento.

O Gráfico 8, referente ao ano de 1989, permite que se veja com mais clareza o processo de envelhecimento da pirâmide dos trabalhadores ao longo dos anos 80, em decorrência de dois componentes demográficos: o refluxo da "onda jovem" e a passagem da coorte larga para o início da idade adulta (25-35 anos). São esses os fatores que explicam o fato da *barriga* da pirâmide de 1989 ser mais larga e menos pronunciada. O fenômeno aparece no Gráfico 6, onde está representado o número de novos trabalhadores na PEA, somados no período 1981-89, para cada grupo etário.

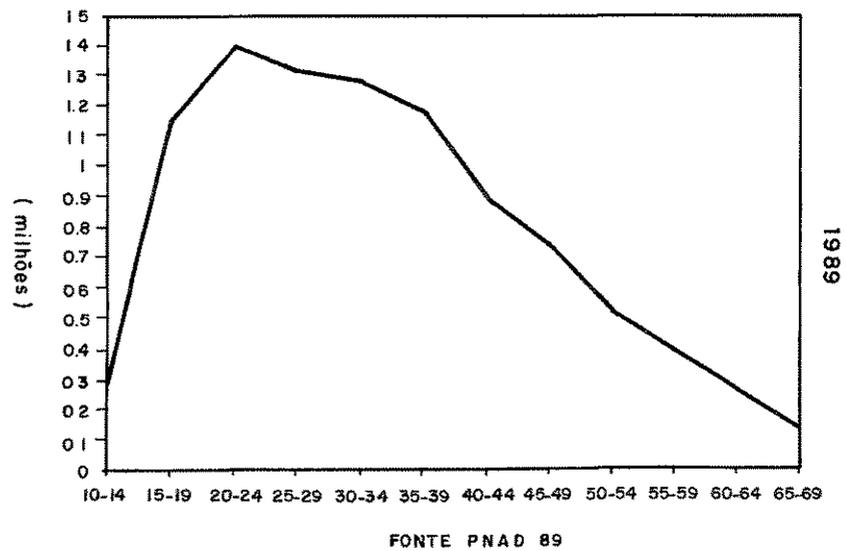
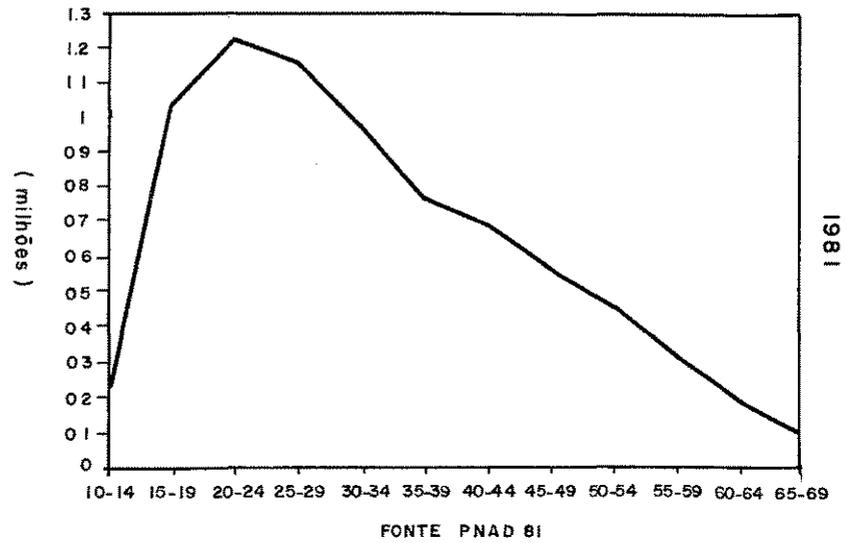
A análise isolada por setores da economia evidencia uma participação bastante diferenciada por faixas etárias, revelando que o mercado de trabalho por setores oferece oportunidades distintas segundo a idade dos trabalhadores.

No país como um todo a população trabalhadora masculina distribui-se de maneira bastante equilibrada entre os três grandes setores da economia. Em São Paulo, o pólo mais industrializado do país, é bem menor a importância relativa da PEA agrícola. A força de trabalho masculina concentra-se no setor industrial e na máquina burocrática administrativa que lhe serve de suporte.

Gráficos 7 e 8

São Paulo

Número de Homens Economicamente Ativos



A década de 70 foi decisiva para que o setor secundário ocupasse a liderança na incorporação da PEA masculina. Em 1970, o secundário ocupava 35,2% da PEA; em 1980 esse valor subiu para 44,2% (ver Tabela 4). O Gráfico 9, que distribui as diferenças do número de pessoas ocupadas ao longo dos anos 70, dá uma idéia de como o setor secundário foi não só o grande incorporador de mão-de-obra, mas sobretudo o incorporador de mão-de-obra jovem.

A série de gráficos que compara a distribuição etária entre empregados e autônomos reforça a conclusão anterior. A pirâmide de empregados é sempre bem mais jovem que a dos autônomos; sofre um rejuvenescimento entre 1970 e 1980, para tornar-se bem mais envelhecida em 1989, inclusive quando comparada com a de 1970 (ver Gráficos 10 a 14).

Os Gráficos 4 e 5, referentes ao período 1981-1989, evidenciaram que, com relação a esses aspectos, as tendências permanecem inalteradas.

### III

#### ADOLESCENTES E JOVENS NO MERCADO DE TRABALHO: CAUSAS, CONDIÇÕES E MOTIVAÇÕES

Como foi amplamente divulgado, o crescimento econômico dos anos 70 realizou-se às custas do aumento das desigualdades sociais e da concentração da renda nas mãos de poucos privilegiados. A queda dos salários reais de substancial parcela da população, apesar do inegável crescimento econômico, resultou em grande parte do sistema político autoritário, que restringiu o poder de barganha e a liberdade sindical dos trabalhadores, ao mesmo tempo em que criou mecanismos facilitadores da rotatividade da mão-de-obra.

Diante desse quadro, persiste ainda muita controvérsia quanto às causas do fenômeno da entrada de mulheres e jovens no mercado de trabalho. Afirma-se, de forma bastante freqüente, que as mulheres estariam trabalhando cada vez mais fora de casa premidas somente pela necessidade econômica, intensificada com a deterioração dos salários reais dos trabalhadores e chefes de família.

Embora tal causa não possa ser desprezada, Bruschini (1989), em trabalho recente, chama a atenção para outros aspectos cuja contribuição para essa tendência pode ser tão ou mais importante — a abertura efetiva do mercado de trabalho para as mulheres, através da expansão dos setores da economia tradicionalmente incorporadores da mão-de-obra feminina e da pressão exercida através dos meios de comunicação de massa para a geração de expectativas de consumo, além da mudança nos padrões de comportamento e nos valores relativos ao papel social da mulher.

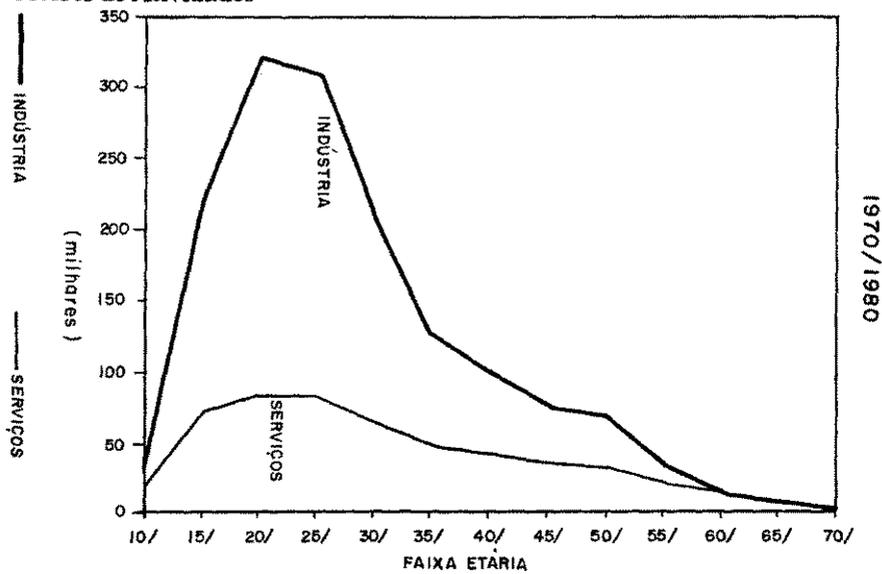
Considerações da mesma ordem podem ser feitas à entrada de jovens, sobretudo adolescentes, no mercado de trabalho urbano. No caso dos jovens afirma-se, de forma também recorrente, que estariam trabalhando cada vez mais premidos apenas pela necessidade econômica. Trata-se de uma explicação que deve ser revista.

**Tabela 4**  
**Distribuição da População Ocupada Masculina e Feminina**  
**por Setor de Atividade — São Paulo**

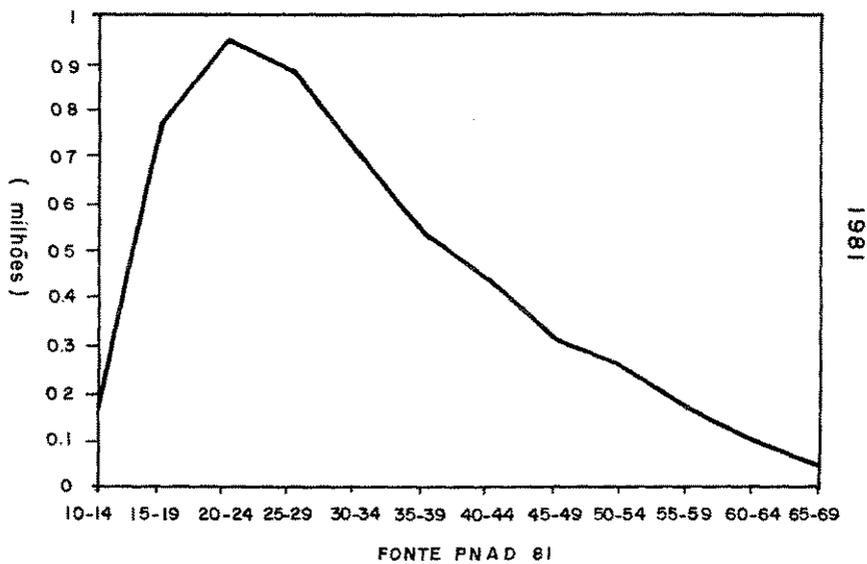
SETOR DE ATIVIDADE		ANOS			
		1970	1980	1987	1989
<b>PRIMÁRIO</b>					
Atividades agropecuárias	HOMENS	24,6	13,7	10,8	8,9
Extração vegetal e pesca	MULHERES	7,3	5,8	5,4	4,2
<b>SECUNDÁRIO</b>					
	HOMENS	35,2	44,2	43,0	42,9
	MULHERES	20,0	25,0	22,1	22,6
Indústria transformação	HOMENS	24,4	31,9	31,9	31,8
	MULHERES	19,4	24,0	21,1	21,9
Indústria construção	HOMENS	9,5	10,7	9,9	9,7
	MULHERES	0,3	0,5	0,5	0,4
Outras ativ industriais	HOMENS	0,9	1,6	1,2	1,3
	MULHERES	0,2	0,5	0,5	0,4
<b>TERCIÁRIO</b>					
	HOMENS	40,2	40,6	46,2	48,3
	MULHERES	72,8	67,1	72,5	73,3
Comércio	HOMENS	10,6	10,8	13,1	13,2
	MULHERES	7,4	10,0	12,1	12,8
Transp e comunicações	HOMENS	6,9	6,1	6,1	6,2
	MULHERES	1,2	1,3	1,1	1,3
Serviços	HOMENS	7,9	12,5	14,8	17,0
	MULHERES	41,0	32,8	35,2	32,4
Atividades sociais	HOMENS	2,5	3,2	3,6	3,7
	MULHERES	13,7	15,6	16,5	18,9
Administração pública	HOMENS	4,5	3,8	4,4	4,2
	MULHERES	2,4	2,6	3,0	3,2
Outras	HOMENS	7,8	4,0	4,1	3,9
	MULHERES	7,1	4,8	4,5	4,6
<b>TOTAIS</b>					
	HOMENS	4822619	7245299	8836026	9229519
	MULHERES	1550223	3166427	4775092	5143744

Fonte: IBGE - Censo Demográfico 1970 e 1980  
 PNAD's 1987 e 1989

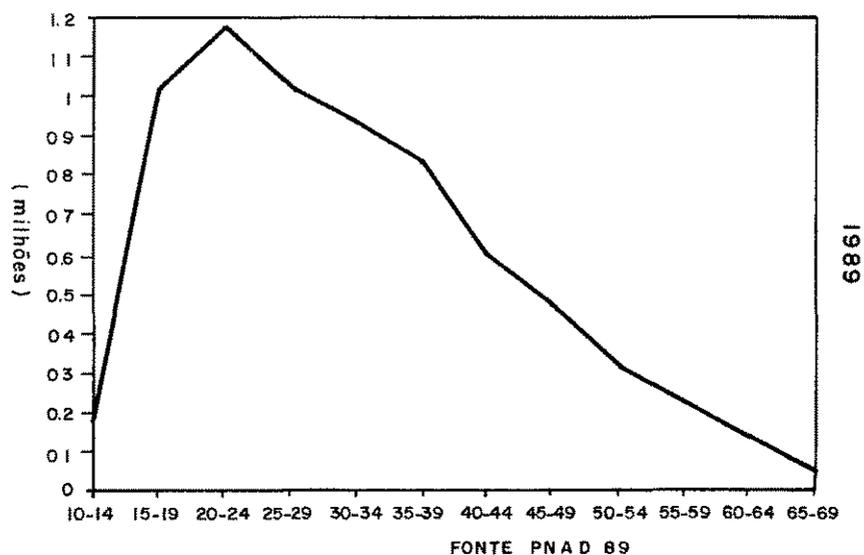
**Gráfico 9**  
**São Paulo**  
**Diferenças no Número de Homens Ocupados**  
**Setores de Atividades**



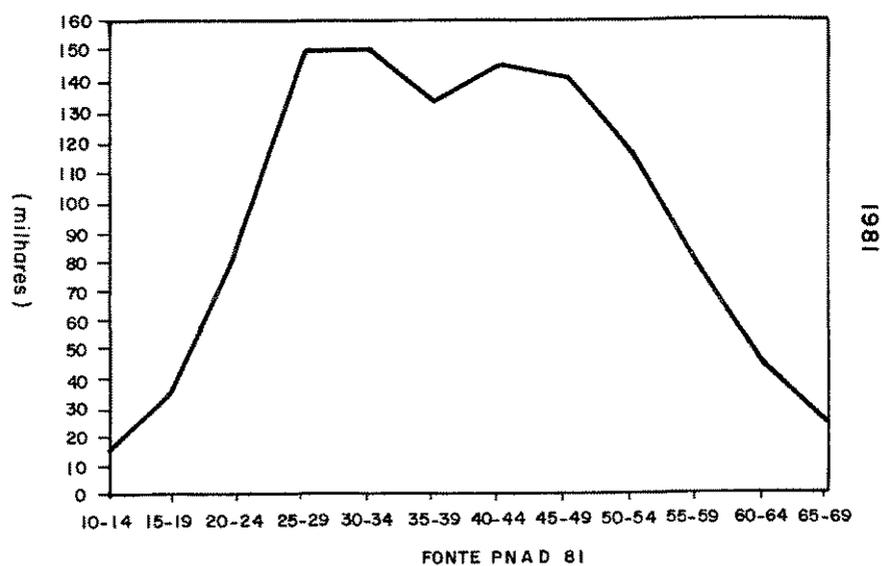
**Gráficos 10**  
**São Paulo**  
**Número de Homens Empregados**



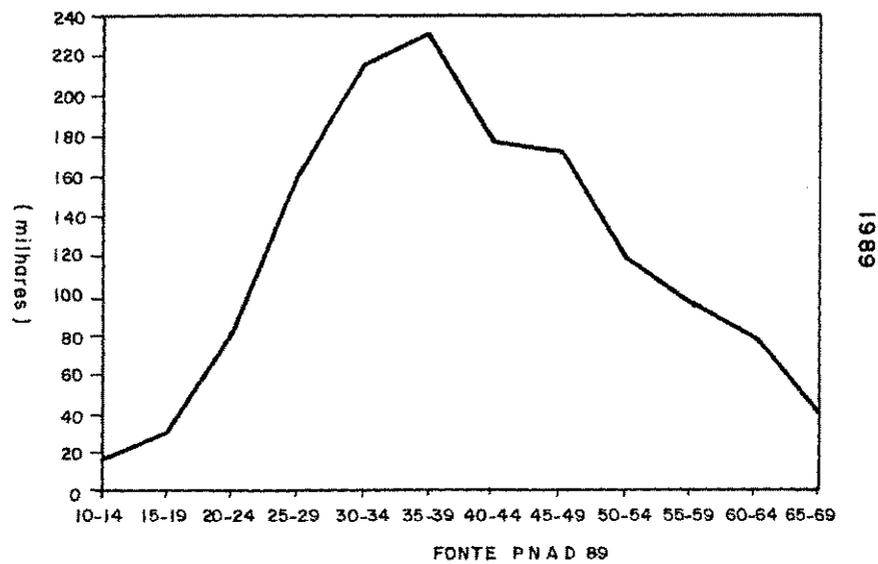
**Gráficos 11**  
**São Paulo**  
**Número de Homens Empregados**



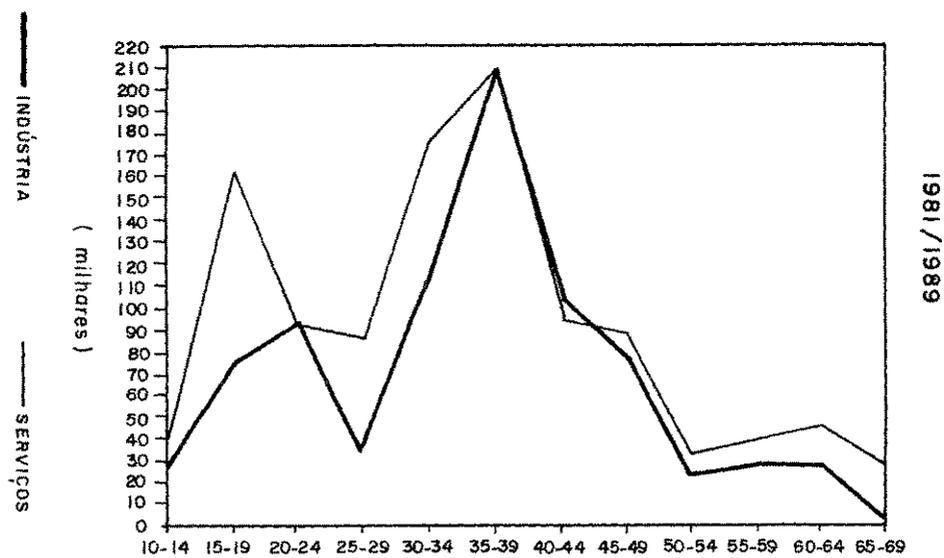
**Gráficos 12**  
**São Paulo**  
**Número de Homens Autônomos**



**Gráficos 13**  
**São Paulo**  
**Número de Homens Autônomos**



**Gráfico 14**  
**São Paulo (1981 — 1989)**  
**Diferenças no Número de Homens Ocupados**



Entre 1982 e 1984 desenvolvemos uma pesquisa de natureza qualitativa junto a jovens (entre 14 e 20 anos) moradores em duas áreas periféricas paulistas que combinavam escola e trabalho. O título inicial do trabalho era *O cotidiano do menor que concilia escola e trabalho*, e o título final ficou sendo *O jovem trabalhador/estudante*. A alteração do título, sobretudo do termo "menor", é a manifestação mais explícita do que talvez tenha tido a maior contribuição do estudo [(Madeira, 1984)].

Naquela ocasião, quando nos lançamos a campo, pensávamos encontrar no menor trabalhador algo próximo a um "pequeno operário ou um pequeno adulto". No fundo, o que tínhamos em mente era um personagem cuja imagem estava muito próxima aos meninos de Charles Dickens. Mas o que encontramos foi um personagem muito diferente, cuja imagem e comportamento é a do adolescente típico, delineado com muita precisão e insistência nos meios de comunicação de massa, sobretudo na televisão.

Nesse perfil são indispensáveis as *griffes*, os tênis, os *jeans*, a "curtição" do som, enfim o consumo de símbolos de juventude. Faz parte também do quadro um diálogo tenso com os pais, representantes, para os jovens, de um tempo ultrapassado, já que eles se vêem como arautos do futuro, de um novo tempo.

Desde logo percebemos que uma série de pressupostos com relação ao trabalho juvenil deveriam ser revistos. Neste texto trataremos de alguns deles.

Uma de nossas maiores surpresas foi quando concedemos a palavra aos jovens — pertencentes a famílias bem pobres em sua maioria. Eles afirmavam, de maneira absolutamente repetida, que trabalhavam para ser "mais livres". Liberdade, por sua vez, significava um poder de negociação maior junto à família para ganhar autonomia nas decisões, sobretudo na decisão de seu próprio consumo.

Tal constatação, naturalmente, minimiza, e muito, a noção amplamente divulgada de que a necessidade de trabalho é algo imposto pela família, seja por problemas materiais objetivos, ou por ideologias e crenças no trabalho como "escola de vida", ou como um processo importante na formação profissional do futuro trabalhador.

Tais formas de encarar o trabalho juvenil deixam de levar em conta a perspectiva desse ator social específico, o jovem. Trabalhar, receber algum salário, para quem tem uma autonomia apenas relativa, mas está procurando aumentar-lhe o grau, significa liberdade. Outros autores já tocaram nessa questão, só que para eles a busca de autonomia via trabalho era exclusiva de jovens dos setores médios da população. Bourdieu (1983), ao contrário, detecta-o também na população operária, mostrando que não é um fenômeno exclusivamente latino-americano. Em entrevista recente, cita o caso do filho do mineiro que quer começar a trabalhar na mina o mais rápido possível, porque isso significa entrar no mundo dos adultos. E comenta: "uma das razões pelas quais os adolescentes das classes populares querem começar a trabalhar muito cedo é o desejo de ascender o mais rapidamente possível ao estatuto de adulto e às capacidades econômicas que lhes são associadas: ter dinheiro para se afirmar em relação aos colegas e com as meninas, portanto, para ser reconhecido e se reconhecer como um homem" [Bourdieu

(1983, p. 114)]. Esta também é a posição de Willis (1991, p. 23). No Brasil, pelo menos três pesquisas já destacaram com muita clareza o sentido de "liberdade" contido na decisão de trabalho dos jovens. Ser livre significa ter mais autonomia para decidir sobre sua vida, principalmente sobre o consumo e a permanência na escola [(Gouveia (1983), Spindel (1985) e Madeira (1984)].

Em trabalho muito recente, realizado na favela da Rocinha, e com uma perspectiva antropológica, Dauster (1991) reitera o que vínhamos colocando desde 1982, encontrando reforço de suas constatações, como nós, em Willis (1991) e Bourdieu (1983).

O significado do trabalho passa, também, aos olhos das crianças e jovens, por um sentido de *decisão* e de *afirmação*. Como é decidido o trabalho e por que razão?

"O trabalho tem um momento de opção. A criança quer trabalhar de livre e espontânea vontade ... para ajudar, para ganhar dinheiro... na classe média, os pais dão a mesada aos filhos. Aqui a criança faz a sua mesada" (D. Elisa).

"Eu trabalho para ganhar um dinheirinho e para comprar o que quero: roupa, relógio, tênis" (João, 11 anos, mecânico).

Um aspecto significativo do trabalho da criança e do jovem reside na possibilidade do consumo de bens que permitem o acesso a uma *gramática do gosto*, conforme sancionada pelo sistema comercial dirigido ao jovem, através dos meios de comunicação de massa.

Neste sentido, o tênis, o relógio, as etiquetas da moda são emblemas desejados e sua posse tem em vista a construção de uma identidade jovem [Willis (1991)] no interior de uma sociedade de consumo de massa [Dauster (1991, p. 16)].

De certa forma, dados estatísticos agregados sugerem o que as pesquisas qualitativas revelaram, com muita transparência. Quando se relacionam taxas de participação de adolescentes na PEA urbana com níveis de renda familiar *per capita*, não se constata, como seria de esperar, uma clara relação inversa entre duas variáveis, ou seja, não é comprovado que quanto menor a renda familiar maior a taxa de participação de jovens na PEA. Essa taxa sobe lentamente, até atingir sua maior concentração entre as famílias com 1/2 a 2 salários mínimos *per capita*, descendo, também lentamente, nas duas faixas que se seguem [Madeira (1986)]. Esse tipo de relação tanto pode expressar o enorme credenciamento que a escolaridade vem oferecendo ao jovem no mercado de trabalho (quanto maior a escolaridade, maior a facilidade de encontrar emprego) quanto indicar o impacto da participação do salário do jovem na renda familiar (o mais provável é que ambos os fatores atuem em conjunto).

De qualquer forma, o fato de existir razoável proporção de jovens trabalhadores em famílias com rendimento razoável mostra, também da perspectiva dos dados macro, como é falho o pressuposto de que é sobretudo a pobreza, a necessidade de manutenção de um padrão de vida mínimo, que coloca os jovens, especialmente os adolescentes, em busca de uma atividade remunerada.

Tendo em conta que existem jovens e adolescentes em faixas de renda que, em tese, propiciam um consumo que garante-lhes a sobrevivência física, o mínimo a fazer seria mudar a expressão *estratégia de sobrevivência* para *estratégias familiares de estilo de vida*. E, nesse sentido, esse não seria um fenômeno ligado somente aos mais pobres, porém referente a todos os segmentos e grupos sociais.

Em nossas discussões com jovens verificamos que o consumo que lhes é próprio, como a roupa (o *jeans* com *griffe*, o novo corte de calça, o tênis, etc.), o lazer e o som (o gravador, as fitas cassetes, os bailes de fim de semana) constituem um tema de discussão e disputa permanente no seio familiar. A disponibilidade de dinheiro, de um salário, significa sobretudo a possibilidade de maior poder de barganha, de negociação com a família nessa disputa. O jovem que trabalha tem seu poder aumentado e seus privilégios na família garantidos. Enfim, a necessidade de ostentar sinais visíveis de pertencer à categoria jovem, sobretudo aquelas veiculadas pelos meios de comunicação, é um dos pontos nodais de atrito com a família, fonte de intensos e violentos conflitos.

Outra surpresa foi constatar que a possibilidade de estudar, principalmente para jovens com mais de 15 anos e nas séries mais adiantadas, também está altamente associada à possibilidade de trabalhar e, nesse sentido, a escola assume freqüentemente a condição de um "bem de consumo" jovem. Ou seja: o fato mesmo de freqüentar escola, de possuir uma carteirinha de estudante caracteriza-o como jovem moderno. É ainda Bourdieu (1983, p. 15) quem comenta o fato de que estar na situação de "estudante" induz a uma série de circunstâncias que são constitutivas da situação escolar: eles levam os livros amarrados com um cordão, sentam-se nas motocicletas para "cantar" uma menina, encontram os amigos dos dois sexos fora do trabalho, em casa são dispensados das tarefas materiais porque estão estudando".

Nesta linha, outro pressuposto que precisa ser revisto é o da questão da relação escola-trabalho. É altamente recorrente a afirmação de que a necessidade imperiosa de trabalhar força o jovem pobre a abandonar a escola, ou mesmo impede o acesso a ela. Essa situação pode estar ocorrendo, mas a verdadeira questão social, e generalizada, entretanto, é outra.

Até aproximadamente meados ou final dos anos 60, os jovens incorporados ao sistema educativo nos níveis ginásiais, secundário e superior, como também os jovens trabalhadores desocupados e subocupados, pertenciam a setores sociais distintos. Os primeiros provinham de setores médios e altos, os segundos dos setores populares e pobres. Atualmente a situação é algo diversa. Uma parcela cada vez mais significativa de adolescentes e jovens tem acesso a um nível de educação primária mais elevada, e até à educação secundária, mas não pode permanecer no sistema educativo a não ser que esteja exercendo ao mesmo tempo alguma atividade remunerada.

Todos os fatores já comentados, e mais o alto valor *credencialista* da educação, impulsionam o jovem a conseguir um trabalho. Freqüentemente, só trabalhando é que conseguem manter-se na escola (em cursos noturnos). A tendência à generalização da categoria de adolescente trabalhador-estudante é uma das características mais peculiares da situação da juventude brasileira em relação ao restante do mundo.

A partir desta constatação mais geral, temos cada vez mais enfatizado, desde 1982, que a relação entre trabalho e fracasso escolar é um pressuposto que precisa ser urgentemente revisto, levando-se tal revisão em consideração na definição da política educacional.

Não se pretende aqui desenvolver este complexo tema, mas a idéia central é que não faz sentido a escola continuar operando com a imagem de uma criança ideal, sem levar em conta suas condições concretas de vida. Ou, como bem resume Dauster (1991, p. 21) tratando desta questão: "no relacionamento entre a criança de infância de curta duração' e a escola que tem como modelo a "infância de longa duração', surge nas relações sociais concretas uma 'escola de curta duração'".

As pressões e a sensibilidade para o consumo entre os jovens são fatos conhecidos no mundo todo. Por isso é generalizada, nos meios de comunicação, a tendência a oferecer-lhes um corpo integrado de símbolos e representações do que é ser jovem. O importante é destacar a especificidade da situação brasileira, onde um conjunto de fatores combinam-se para fortalecer e acirrar esse perfil próprio dos jovens.

De certa forma, o perfil consumista do jovem apoiou-se em três características, naturalmente complementares, das duas últimas décadas.

Provavelmente, a mais importante sejam os surpreendentes avanços da telecomunicação no Brasil. Em 1975, a televisão já alcançava 40% da população urbana, cobertura que hoje atinge 80%. Calcula-se que esteja perto de 80 milhões o número de telespectadores servidos por 22 milhões de aparelhos de TV.

É sabido que a explicação do surpreendente avanço das telecomunicações no Brasil está na decisão dos governos autoritários de promoverem a integração nacional por essa via. De certa forma, a história da televisão no país é também a história da sua integração nacional. Alguns autores sugerem que os altos níveis de consumo de TV no Brasil estão intimamente (e inversamente) relacionados aos níveis de escolaridade dos públicos expostos a esse meio.

Nesse sentido, a persistência de baixíssimos níveis educacionais na sociedade brasileira, inclusive entre jovens (um dos mais baixos do mundo), contribuiria decisivamente para a colossal penetração da televisão no país. De certa forma, a televisão pode ser colocada até como uma espécie de ensino, paralelo e integrador.

Talvez seja também por esse motivo que a população brasileira vê a televisão como transmissora de dados da realidade. Pesquisa recente da *Folha de S. Paulo* mostra que 80% dos entrevistados a consideram uma instituição de muito prestígio e muito poder na frente do Legislativo, Judiciário e até da Igreja.

Considere-se, neste contexto, o poder hegemônico da TV brasileira. Como sabemos, as redes de televisão estão organizadas de tal forma que há uma subordinação total das emissoras regionais e locais às redes nacionais, que concentram suas produções nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro. Essa organização, naturalmente, define a programação como de caráter absolutamente preponderante, isto é, a mesma programação atinge espectadores que convivem em diferentes mundos e possuem poder aquisitivo com graves e enormes desigualdades. Cabe acrescentar

que os diferentes segmentos de público apresentam variações significativas quanto ao tempo de exposição à televisão [Martine (1991)].

O rádio tem características bem diferentes. A TV é recebida, em geral, de forma coletiva, envolvendo normalmente familiares e amigos. O rádio é individual. Em contraste com a linguagem globalizante e excessivamente urbana da televisão, o rádio caracteriza-se pela segmentação de audiência. As emissoras diversificam bastante a sua linguagem para tentar identificar-se com diferentes segmentos da população, fazendo cortes por sexo, idade, região (rural e urbana), estratos culturais e sócio-econômicos. A diversificação foi a saída de sobrevivência que o rádio encontrou, frente ao papel homogeneizador da televisão.

O perfil de investimentos publicitários demonstra que a indústria cultural no Brasil gira em torno da televisão, mesmo sendo o rádio o meio de comunicação de maior penetração. Nos últimos 25 anos a televisão aumentou sua participação no mercado publicitário de 24% para 61%, enquanto é destinado para as revistas 16%, para os jornais 13% e para o rádio 6%. São cifras extremamente elevadas; nos Estados Unidos a televisão detém 21,9% do investimento publicitário, e no Japão, 35,2% [Martine (1991)].

As duas últimas décadas caracterizaram-se por enormes transformações sócio-políticas e culturais no país. Os meios de comunicação de massa, em especial a TV, mostraram-se extremamente sensíveis às novas expectativas políticas e sócio-culturais que emergiam, com notável força, na sociedade. De certa forma, é possível dizer que a TV brasileira assimilou o ideário dos movimentos sociais dos anos 60, que caracterizaram-se por colocar *em xeque* os valores mais ocultos e arraigados da vida cotidiana, revendo, por exemplo, o modo de definir a relação entre os sexos, o significado do trabalho e da satisfação pessoal, e das hierarquias que permeiam as relações sociais (sobretudo a relação pais e filhos). Não há exagero em dizer que a TV brasileira promove uma intensa e crescente reelaboração simbólica, na direção de uma conscientização, ou pelo menos discussão dos nossos valores.

Os exemplos mais visíveis estão nos programas femininos, que incorporaram rapidamente a defesa dos direitos da mulher, a questão da contracepção, discussões sobre educação sexual, etc. Nas telenovelas, que têm lugar de destaque na programação noturna, os papéis tradicionais dos filhos e da mulher passaram por um processo de revisão, às vezes, radical.

Personagens vivem a insatisfação das mulheres com seu cotidiano, pais e filhos sofrem intensamente o conflito de valores, revendo relações de casamento, o papel da maternidade, etc. Há o questionamento do poder econômico, das imposições do consumo, mas, ao mesmo tempo, estimula-se o culto dos símbolos do "modo de vida" juvenil e da beleza corporal. A publicidade, por sua vez, sensível a essa onda de novas normas, como num círculo vicioso, acaba por reforçá-las.

A indústria cultural, com amplo destaque para a televisão, atuou como a grande geradora da aspiração para o consumo em geral, e em especial para o consumo juvenil. Duas outras características da década contribuíram para que as aspirações pudessem se consubstanciar em consumo efetivo.

A primeira foi a possibilidade efetiva do jovem inserir-se no mercado de trabalho, sobretudo no mercado formal, como vimos em seção anterior.

Até o momento, o conjunto de informações de que dispomos está muito pouco amadurecido para discorrer com segurança sobre as "credenciais" que possuem adolescentes e jovens para colocarem-se como mão-de-obra privilegiada no mercado de trabalho brasileiro. Nessa direção há ainda um longo caminho a ser percorrido, sobretudo se quisermos avançar, seja para além da explicação fácil e recorrente — mas a nosso ver sem suficiente fundamentação teórica e empírica — da exploração salarial, seja no conhecimento da enorme heterogeneidade das situações de trabalho infanto-juvenil existente.

De qualquer forma, vale a pena registrar que a recentíssima democratização do ensino brasileiro — que atinge principalmente os mais jovens — certamente oferece-lhes uma credencial muito poderosa.

De fato, alguns estudos que se apóiam em dados agregados mostraram, por exemplo, que quanto maior o nível de escolaridade, maior a possibilidade de inserção do jovem no mercado de trabalho, além de uma série de estudos de corte mais qualitativo sobre a modernização do nosso sistema bancário, que apontam o jovem com primeiro grau completo como o trabalhador preferido no setor, sobretudo em funções de atendimento ao público e algumas funções administrativas ligadas à informatização.

A segunda característica da década a que nos referimos é a difusão do sistema financeiro de crédito. Em nossa pesquisa de campo, realizada entre 1981 e 1983, ficou claro que a possibilidade de parcelamento do pagamento, na compra de um produto, era ao mesmo tempo um estímulo e uma facilidade efetiva de acesso ao consumo de bens, às vezes bastante sofisticados. Reportagens recentes em revistas e jornais alertam que essa situação persiste. A *Folha de S. Paulo*, numa reportagem sobre o lançamento de um novo *shopping center* em uma área mais popular da cidade de São Paulo, destaca o caso de um jovem que comprou uma calça *jeans* de uma *griffe* sofisticada e prestigiada, em pagamento parcelado em três vezes. O surpreendente é que se tratava de um jovem morador em uma de nossas periferias, operário industrial, e o preço à vista da calça superava o seu salário mensal. A revista *Isto É*, na reportagem referente a adolescentes que morreram vítimas de roubos de tênis, destaca o fato dos tênis usados pelos adolescentes, sempre de *griffes* prestigiadas, terem sido adquiridos à prestação e com o fruto de seu próprio trabalho.

Em resumo, colaborar no orçamento doméstico tem, para o jovem, diferentes significados que se expressam de maneiras diversificadas em cada camada social, mas que somente se tornam possíveis pela efetiva existência de empregos. Não há dúvida de que a expansão que ocorreu na economia brasileira nos anos 70 e o ritmo acelerado da industrialização confirmam não só um momento de grande crescimento econômico, mas um tipo de desenvolvimento em que alguns setores da economia deram preferência à incorporação da parcela mais jovem da população. A pressão do consumo e a valorização da escola colaboraram para a oferta de trabalhadores jovens.

Os anos 80 foram de crise e recessão, provocando uma retração na oferta de emprego na indústria, exatamente nos setores onde jovens foram incorporados nos anos 70. A verdade é que, se os efeitos diferenciados da crise econômica sobre ambos os sexos começam a ser esclarecidos, sobre as diferentes faixas etárias estão muito longe disto. Nosso trabalho é apenas um início.

Para alguns analistas, as mulheres seriam as mais atingidas no momento de crise, perdendo seu emprego mais rapidamente e em maior número. Para outros, contudo, a divisão sexual do trabalho poderia, ao contrário, proteger as mulheres dos piores efeitos da recessão, devido à sua concentração em tarefas e ocupações tipicamente femininas, e justamente por causa de sua posição discriminada no mercado de trabalho. Bruschini (1989), após uma análise cuidadosa dos dados, concluiu que a segunda hipótese é a mais correta.

A crise econômica não repercutiu negativamente sobre o sexo feminino, alijando as mulheres do mercado de trabalho ou impedindo-as de nele ingressar. Pelo contrário, as mulheres incorporaram-se cada vez mais na população economicamente ativa, num ritmo superior ao dos homens, mesmo no período recessivo mais agudo. E, o que é mais importante, ingressaram intensamente no segmento mais organizado do mercado, que pressupõe melhores condições de trabalho e acesso aos direitos trabalhistas [Sabóia e Tolipan (1985), Oliveira (1987) e Spindel (1987)].

O mesmo pode estar ocorrendo entre os jovens. Spindel, que entrevistou adolescentes inseridos no setor formal da economia (inclusive alguns que trabalhavam nos setores que mais foram afetados pela crise), argumenta que o simples fato dos jovens permanecerem nos seus postos, apesar da maciça demissão que ocorria no período da pesquisa, permite deduzir que eles sejam também portadores de "credenciais" altamente valorizadas no mercado. Uma destas, talvez a mais forte, é uma escolaridade bem superior à da geração dos pais.

Na seção anterior ficou claro que nos anos 80 os jovens não apresentavam dificuldades em continuar a se inserir no setor industrial mais formalizado, até porque se tratava, como constatamos, de um período de refluxo da "onda jovem".

#### IV

#### À GUIA DE CONCLUSÃO: OS ANOS 90

**D**a ótica puramente demográfica, e tomando como referência o que até o momento consideramos, pode-se caracterizar os anos 90 como potencialmente problemáticos, tanto para a acomodação da força de trabalho masculina global, como para a população jovem especificamente.

Por um lado, ressurge, com vigor, uma nova "onda jovem" (entre os adolescentes no primeiro quinquênio e entre os jovens no segundo quinquênio). Por outro, o eco da "onda jovem" dos anos 70 começa a ter ressonância a partir dos 35 anos (ver Gráfico 14). Ou seja, os anos 90 apresentam duas descontinuidades: uma na faixa etária que

tem pressionado por uma entrada precoce no mundo do trabalho, e outra exatamente na faixa etária que tem sido tradicionalmente impactada por esta pressão, sendo, por esse motivo, levada a deixar precocemente o contingente que compõe a PEA.

Na verdade, pelo que se considerou até o momento, é difícil saber o que efetivamente acontecerá nesta década. O mais prudente é tentar projetar cenários hipotéticos.

Em princípio, nada indica que os jovens diminuirão sua pressão para entrar no mundo do trabalho, na medida em que os fatores que os têm impelido nas duas últimas décadas tendem a persistir e até a se acentuar: os anos de escolaridade entre adolescentes ampliaram-se, é crescente a aspiração por manter-se na escola, os salários dos chefes de família certamente continuarão baixos e a pressão para ampliar o consumo tende a tornar-se mais forte e sutil, via aperfeiçoamento da comunicação de massas.

Avaliar, porém, a situação sob a perspectiva do mercado de trabalho é tarefa bem mais complexa. A expectativa de saltos no processo de modernização e informatização da economia contribuiria, em princípio, para a crescente incorporação de adolescentes e jovens no mercado de trabalho. Entretanto, é preciso lembrar que grande parte dos trabalhos exercidos pelos jovens ao longo dessas duas décadas — o *office-boy* é o exemplo mais típico — só faz sentido quando a informatização é ainda muito precária. Em outros termos, é difícil garantir que os próximos desdobramentos da economia paulista continuarão a ter no adolescente um trabalhador com "credenciais" desejáveis.

Vale a pena considerar que, se isso efetivamente ocorrer, ou seja, se diminuírem as chances dos adolescentes no mercado de trabalho, tal fato terá forte impacto sobre as condições sociais de vida do jovem (escolaridade e lazer, por exemplo), sendo bastante plausível supor o aprofundamento da violência, do apelo e apego às drogas, etc.

Com relação à possível expulsão da população em torno dos 40 anos, também a conclusão não é tão simples. Como sabemos, na década de 70 o crescimento industrial aconteceu em ritmo muito acelerado, além de ser um processo relativamente novo. Hoje, aqueles cuja idade está acima de 35 anos estão de alguma forma familiarizados com esse processo de industrialização, sendo admissível supor que se tome bem mais complicado desalojá-los de funções nesta área da economia.

## BIBLIOGRAFIA

- ARIAS, A. R.; CORDEIRO, J. H. T. de Camargo. *Uma discussão sobre a produção e uso dos dados sobre o mercado de trabalho*. s.n.t. Versão preliminar. Trabalho apresentado no VII Encontro Nacional de Estudos Populacionais, Caxambu, MG, 1990.
- BERCOVICH, A.; MADEIRA, F. Descontinuidades demográficas no Brasil e no Estado de São Paulo. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 7. Caxambu, MG, *Anais*. Caxambu, 1990.

- BERCOVICH, A.; VELÓZO, H. Notas sobre aparentes contradições na estrutura por idade e sexo no Censo Demográfico de 1980. *Revista Brasileira de Estatística*, v. 46, n. 181/182, p. 53-121, jan./jun. 1985.
- BOURDIEU, P. A. *"Juventude" é apenas uma palavra: questões de sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.
- BRUSCHINI, C. *Tendências da força de trabalho feminina brasileira nos anos setenta e oitenta: algumas comparações regionais*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1989.
- DAUSTER, Tania. *"Uma infância de curta duração" - o significado simbólico do trabalho e da escola na construção social do "fracasso escolar" nas camadas populares urbanas*. s.n.t. Trabalho apresentado na Reunião da ANPOCS, 1991.
- DEUTSCHMAN, A. What 25-years-old want. *Fortune*, Aug. 27th, 1990.
- GOUVEIA, A. T. O trabalho do menor: necessidade transfigurada em virtude. *Cadernos de Pesquisa*, n. 44, p. 55-62, fev. 1983.
- JATOBÁ, Jorge. *Ciclo econômico e força de trabalho no Brasil urbano: 1987/1987*. Brasília: IPEA, 1990. 190 p. (Cadernos de Economia, 1).
- MADEIRA, F. R. *Evolução dos índices de escolaridade em São Paulo: década de 80*. São Paulo: Seade, 1992.
- \_\_\_\_\_. *Integração trabalho/escola no cotidiano de jovens de setores populares paulistanos*. São Paulo, 1984. Relatório de pesquisa apresentado ao CNPq.
- \_\_\_\_\_. Los juvenes en el Brasil: antiguos supuestos y nuevos derroteros. *Revista de la CEPAL*, 29, p. 57-80, ago. 1986.
- MARTINE, George. *A questão populacional no Brasil: elementos para a agenda da Fundação Mac Arthur*. Brasília: D. Catherine T Mac Arthur Foundation/Instituto Sociedade População e Natureza, 1991.
- OLIVEIRA, Zuleica Lopes. *A crise e os arranjos familiares do trabalho urbano*. Águas de São Pedro, SP, 1987. mimeo.
- ORTIZ, L. P.; YAZAKI, L. M. 1988. *Mortalidade infanto-juvenil: o jovem na Grande São Paulo*. São Paulo: SEADE, 1988.
- SABÓIA, João. *Emprego nos anos oitenta: uma década perdida*. Trabalho apresentado no Seminário "Modelos de Organização Industrial e Trabalho", São Paulo, 1991.
- SABÓIA, J.; TOLIPAN, R. A relação anual de informações sociais (RAIS) e o mercado formal de trabalho no Brasil: uma nota. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, v. 15, n. 2, p. 447-456, ago. 1985.
- SPINDEL, C. R. *O menor assalariado registrado: condições de trabalho em áreas metropolitanas*. São Paulo: Idesp, 1985.
- \_\_\_\_\_. *A mulher frente à crise econômica dos anos 80*. São Paulo: Idesp, 1987. (Textos Idesp, 18).

WILLIS, P. *Aprendendo a ser trabalhador: escola, resistência e reprodução social*. Trad. de Tomás T. da Silva e Dayse Batista. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991.

WRIGGINS, W. R. *Youth cohorts, population change, and politics: five intervening variables*. Trabalho apresentado na Conference of Future Changes in Population Age Structure, Sopron, Hungria, 1988.

---

***Capítulo 4***  
***Descontinuidades demográficas***

## Descontinuidades demográficas<sup>1</sup>

Até recentemente, as mulheres eram predominantemente "inativas". Ao buscarem cada vez mais inserir-se no mercado de trabalho, constituem uma nova e significativa fonte de pressão demográfica, que não pode ser desprezada nas análises explicativas dos níveis de desemprego. Além disso, na segunda metade da década de 90, ao contrário do que ocorreu nos anos 80, os jovens vêm a constituir uma geração particularmente larga. Tal situação é provocada por um importante fenômeno demográfico, conhecido na bibliografia sobre estudos populacionais como "descontinuidade demográfica", e a geração de jovens constitui o que aqui chamamos de "onda jovem".

A metodologia usada para medir a onda jovem é pouco conhecida e discutida, tanto nas áreas de dinâmica demográfica como na de mercado de trabalho, embora seja decisiva para que tenhamos presente um cenário social adequado e completo dos principais problemas enfrentados pelos jovens no Brasil e, em especial, em São Paulo. A ausência deste componente no debate sobre mercado de trabalho nos incomoda de forma especial porque, em estudo anterior, já antecipávamos que no final dos anos 90 viveríamos um momento especialmente difícil para a acomodação da População Economicamente Ativa – PIA, devido à sobreposição de duas ondas: a onda jovem, que ressurge depois de ter sido completamente amortecida nos anos 80, e a onda dos que têm idade em torno dos 40 anos (a onda jovem do milagre econômico dos anos 70), ou seja, os pais dos jovens de hoje (Bercovich e Madeira, 1990).

No mesmo estudo, ancorado em ampla literatura internacional, mostrávamos que são recorrentes as análises que associam a onda às dificuldades de absorção de jovens pelo sistema educacional e pelo mercado de trabalho e às tensões sociais. A pressão demográfica faz parte, por exemplo, das explicações sobre maio de 68 na França e do início dos anos 90 na China. Outras análises atribuem o fenômeno dos

---

<sup>1</sup>Bercovich, A., Madeira, F. e Torres, H. 1998 Publicado in: 20 Anos no Ano 2000... Fundação SEADE.

yuppies (uma geração particularmente competitiva) ao fato de pertencerem a uma coorte larga, resultado dos ecos do baby boom.

O antropólogo Philippe Bourgois, em uma entrevista à revista *Veja*, no início dos anos 90, defendia a tese que "os traficantes de drogas das esquinas de Nova York são pessoas que perseguem, à sua maneira, numa cultura de terror e autodestruição, o mesmo sonho americano dos yuppies que vivem nos bairros bem comportados". Não é difícil detectar semelhanças entre a situação de Nova York, descrita por Bourgois, e a dos jovens de grandes cidades brasileiras hoje. A mesma revista, tempos atrás, mostrou a ferrenha disputa por um emprego qualificado que travam entre si jovens de classe média de boa formação (exatamente por essa geração constituir uma coorte larga). Surge, de imediato, a reflexão: será que os jovens dos setores pobres, diante das crescentes dificuldades de inserção no sistema escolar e no mercado de trabalho, não estariam vivendo, à sua maneira, um quadro de competição semelhante?

O presente capítulo é dividido em quatro partes. Inicialmente, apresentam-se dados gerais sobre a onda jovem no Brasil e em São Paulo, bem como o conceito de descontinuidade demográfica. Nas duas partes seguintes, trata-se dos impactos da onda demográfica nos mercados de trabalho masculino e feminino. A última parte contém uma conclusão em que são detalhados os principais resultados observados e suas conseqüências sobre as políticas públicas.

## **A Onda Jovem**

Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD, a população brasileira de jovens de 20 a 24 anos teria atingido um contingente de 13 milhões de indivíduos em 1995, o equivalente a 8,5% da população total do país. Nesse ano, este não era ainda o grupo quinquenal mais numeroso da estrutura etária brasileira. Essa posição era ocupada pelos adolescentes de 15 a 19 anos, que somavam 15,7 milhões de pessoas, ou 10,4% da população total do país. Estes adolescentes terão

entre 20 e 24 anos no ano 2000, devendo constituir uma das maiores proporções de jovens da história demográfica brasileira.

No que diz respeito ao seu significado demográfico, a categoria jovem merece destaque especial não só pelo peso numérico do seu valor absoluto. Sua importância se revela sobretudo quando se procede a uma análise prospectiva de tendências e, em especial, quando se adota um método que evidencia o fenômeno das descontinuidades demográficas. O conceito de descontinuidade etária emerge de uma análise demográfica que, ao invés de observar as tendências demográficas em geral (como o envelhecimento populacional), enfatiza os processos relativos a grupos etários específicos. De forma rápida e simplificada, este conceito pode ser assim resumido: por alterações dos fatores que intervêm na dinâmica demográfica – fecundidade, mortalidade e migrações – a pirâmide etária pode sofrer alargamentos ou estreitamentos na sua base, ou seja, aumento ou diminuição do número de nascimentos. O fenômeno deste tipo mais conhecido é o chamado baby boom, ocorrido no pós-guerra. Tais alargamentos ou estreitamentos vão necessariamente produzir ecos (novos alargamentos ou estreitamentos) em sucessivas gerações. Chamamos de onda o momento de alargamento de uma determinada faixa etária. Neste sentido, é fundamental alertar para o fato de que a década que estamos atravessando caracteriza-se por uma sinuosa onda de jovens (Bercovich e Madeira, 1990).

A análise das descontinuidades é especialmente útil quando se trata de estimar demandas para faixas etárias específicas, visto que ela trabalha com o conceito de incremento de número absoluto de indivíduos. Por isso, é tema fundamental no capítulo que abre um conjunto de estudos sobre a juventude.

O fenômeno descrito pode ser observado no Gráfico 1, em que são apresentadas as descontinuidades demográficas em São Paulo, por idades simples, em 1996. Pode-se observar que o acréscimo do número de indivíduos de uma determinada idade, em relação àqueles com a mesma idade cinco anos atrás, varia significativamente ao longo do tempo. Por exemplo, aqueles com idades entre 36 e 50

anos constituem atualmente um grupo significativamente mais numeroso do que há dez anos. Para aqueles com idades entre 22 e 35 anos, observa-se um refluxo importante do incremento no número de indivíduos. Já o incremento do número de indivíduos entre 13 e 21 anos forma, novamente, uma geração muito larga.

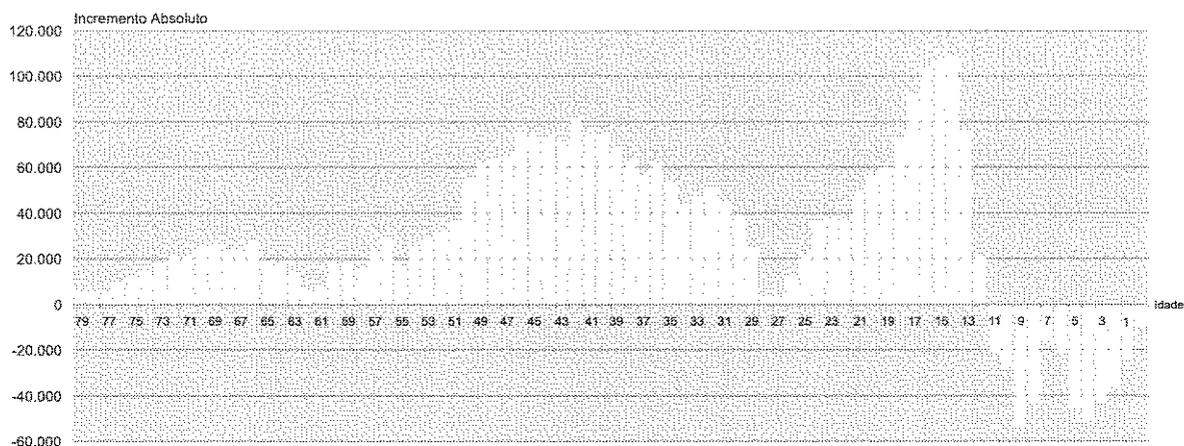
No conjunto, a comparação do incremento do número de indivíduos de diversas idades apresenta um verdadeiro movimento de onda. Além disso, o Gráfico 1, obtido a partir dos dados da Contagem Populacional de 1996 e do Censo de 1991, oferece uma imagem bastante nítida e detalhada da presente onda jovem. Estamos vivendo um pico abrupto do número de adolescentes, cuja idade média gira em torno de 16 anos hoje.

## GRÁFICO 1

Incremento Quinquenal entre Coortes

Estado de São Paulo

1991/1996



Fonte: Fundação IBGE. Censo Demográfico de 1991. Contagem Populacional de 1996.

É importante acrescentar que os gestores das políticas públicas não têm estado atentos a estas variações no tamanho da demanda. A pequena geração dos que têm hoje entre 22 e 34 anos tinha há 12 anos, por exemplo, entre 10 e 24 anos. Tratava-se de uma pequena geração de adolescentes e jovens que vários gestores de políticas públicas da época, particularmente nas áreas de educação e emprego, passaram a considerar como tamanho de referência para o planejamento futuro. Ocorre que a atual onda jovem vem provar que este pressuposto era incorreto, colocando sérios problemas para o planejamento escolar e provocando forte impacto no mercado de trabalho.

Nas seções que se seguem será discutido com mais detalhe esse impacto das discontinuidades demográficas sobre a estrutura do emprego e do desemprego. Como

veremos, esta discussão é da maior importância porque contribui para o entendimento da situação especialmente crítica em que se encontra a população-alvo deste estudo, e também do comportamento do mercado de trabalho.

## **Mercado de trabalho masculino**

O Gráfico 2 apresenta a evolução dos incrementos do número de homens nas décadas de 70, 80 e 90, de acordo com a condição de atividade e grupos de idade. Dadas as diferenças marcantes nas trajetórias das curvas, é fácil constatar que ocorreram importantes transformações estruturais relativas à participação dos diferentes grupos etários, tanto na composição demográfica da população quanto do mercado de trabalho masculino, decorrentes de diferentes volumes de incrementos por faixas etárias.

Por exemplo, as áreas abaixo de cada uma das curvas apresentadas no Gráfico 2 (população, PEA, ocupados) representam, respectivamente, o incremento total do número de homens, o incremento do número de homens ativos e o incremento do número de homens ocupados. Entre 1970 e 1980, a população masculina de 10 a 65 anos teve um acréscimo total de 2,9 milhões de pessoas (média anual de 290 mil); entre 1980 e 1991, este acréscimo caiu para 2,6 milhões de indivíduos (média anual de 240 mil); e, entre 1990 e 1995, o acréscimo foi de 1,3 milhão (média anual de 260 mil). Assim, o incremento do número de homens entre 10 e 65 anos foi muito maior na década de 70 do que na de 80, exatamente devido ao fenômeno da onda jovem ocorrida no primeiro período.

Quanto à década de 90, infelizmente dispomos apenas de informações referentes ao primeiro quinquênio. Neste caso, os dados indicam níveis de incremento ainda próximos aos da década de 80, mas este deverá acelerar-se no segundo quinquênio, exatamente por estarmos no início de uma nova pressão da onda jovem. De fato, no caso da população entre 15 e 24 anos, este grupo apresentava, na década de 70, acréscimos médios anuais de 92 mil indivíduos. Este número caiu para

25 mil entre 1980 e 1991, quando ocorreu o refluxo. Entre 1990 e 1995, este incremento médio anual teve novo impulso, atingindo o número de 54 mil indivíduos, e será ainda maior nos próximos anos, uma vez que o ápice desta nova onda jovem está concentrado no período entre 1995 e o ano 2000.

No caso da PEA, ao contrário, a tendência do incremento foi sempre declinante ao longo dos últimos 25 anos. No primeiro período – de 10 anos –, a PEA paulista masculina teve um acréscimo de 2,4 milhões de indivíduos; no segundo período – de 11 anos –, este incremento total foi de 1,8 milhão de indivíduos; e no último período – de 5 anos –, o incremento total foi de apenas 700 mil indivíduos. Assim, de um incremento médio anual de 243 mil indivíduos na década de 70, passamos para 165 mil na de 80 e para 139 mil nos primeiros cinco anos da de 90.

Em outras palavras, enquanto na década de 70 o incremento da PEA masculina era próximo ao da população masculina, nos anos 80 e 90 assistimos a um descolamento crescente entre estas duas dimensões amplamente concentrado na população jovem. Na verdade, os dados apontam para dois tipos de descolamento: entre a PEA e a PIA, com o crescimento da inatividade; e entre a PEA e os ocupados, com o aumento do desemprego. Na década de 70, o incremento da PEA masculina correspondeu a 85% do incremento populacional; entre 1980 e 1991, a 70%; e nos primeiros cinco anos da década de 90, a apenas 54%.

Seria o retorno da pressão demográfica nos anos 90 o único fator ou o mais decisivo a explicar o crescimento da inatividade e o desemprego neste período? É evidente que não. Por isto, vale a pena abrir um parênteses neste ponto para tecer algumas considerações sobre a especificidade da inatividade e do desemprego juvenil.

Consideramos que o crescimento da inatividade entre a população masculina em geral, e dos jovens em particular, tem sido muito pouco explorado e explicitado entre nós. Não é difícil intuir que se trata de um conceito com significados muito diferenciados para jovens e adultos. No caso dos jovens, é preciso considerar, antes de mais nada, que aqueles que somente estudam estão inseridos na categoria de inativos. Neste sentido, a extensão da escolaridade até os setores mais populares –

que vem acontecendo de forma paralela à queda da população ocupada na agricultura – implica necessariamente o aumento da inatividade infanto-juvenil.

A rigor, esta tendência pode ser considerada normal ou esperada, já que foi assim que aconteceu nos países desenvolvidos. De fato, a universalização da educação nos países do Norte se deu simultaneamente ao processo de industrialização e urbanização e significou a ampliação do período de educação e formação dos jovens. Verifica-se, nestas circunstâncias, a transferência de jovens do setor produtivo para o sistema escolar.

A novidade no caso do Brasil é que a ampliação do acesso dos jovens dos setores populares à escolaridade acontece de forma concomitante a outros dois fatores: o enxugamento dos postos de trabalho, sobretudo aqueles considerados mais apropriados para jovens, e o aparecimento da onda jovem, que pressiona ainda mais o mercado de trabalho para iniciantes. De fato, não é difícil argumentar que o desemprego juvenil tenderá a crescer à medida que os empregos se tornarem mais restritivos, exigentes e seletivos ou simplesmente deixarem de existir com o avanço tecnológico. Um bom exemplo é a diminuição da procura pelo office-boy, em consequência da generalização do uso do computador e do fax e da terceirização das entregas, agora a cargo de motoqueiros. Aliás, a informatização do sistema bancário já causou um forte impacto nos níveis de desemprego juvenil.

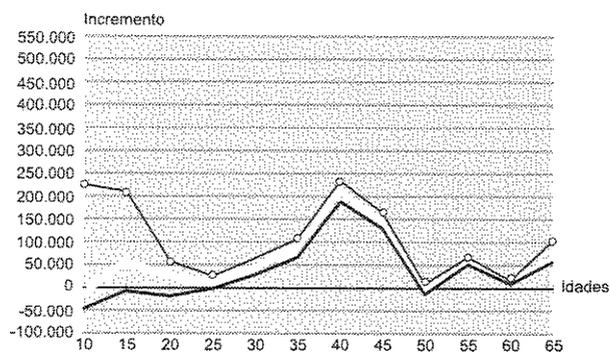
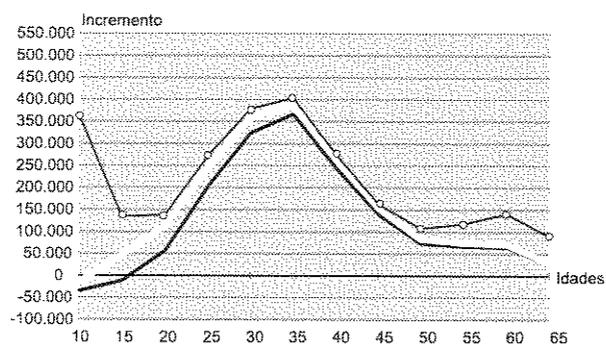
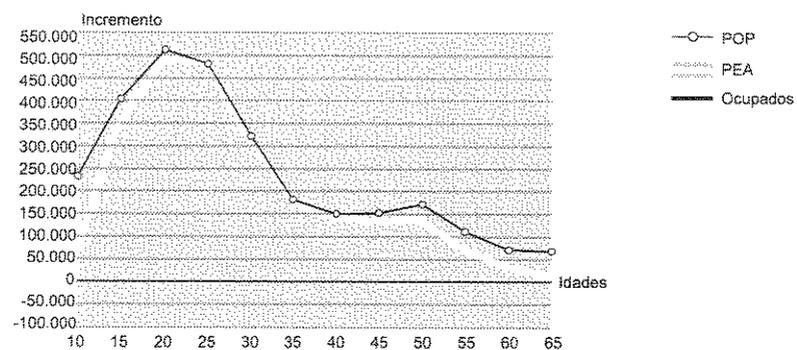
É provável que diante da dificuldade de encontrar uma atividade minimamente compatível com seu nível de escolaridade, o jovem opte por continuar estudando, executando somente trabalhos esporádicos. Afinal, dado o aumento das exigências por educação formal no mercado de trabalho, é possível que esta aposta na escola tenha retorno.

No que diz respeito ao crescimento da inatividade para os outros grupos etários, a questão merece um estudo mais detalhado, porque conhecemos muito pouco das características dos homens adultos que se encontram nessa condição. Os instrumentos de captação de dados existentes, tais como a PED e a PME, estão pouco atentos à questão da disponibilidade efetiva para o trabalho. A explicação mais

recorrente, e que tem sido pouco fundamentada, é a do desalento durante a procura de emprego. A questão é: por que estes homens não se lançam no mercado informal, por exemplo? Quais as dificuldades que enfrentam para isto? Quantos estariam realmente incapacitados? Tudo isto seria preciso averiguar.

## GRÁFICO 2

Incremento no Número de Homens  
Ocupados e na População Total  
Estado de São Paulo  
1970-1995



Fonte: Fundação IBGE. Censo Demográfico de 1970, 1980 e 1991 e PNAD's de 1990 e 1995.

Quanto à medida dos níveis de desemprego, a polêmica instalada hoje na sociedade revela por si só a sua complexidade. Certamente, não é este o espaço para retomar esta polêmica. Entretanto, consideramos relevante discutir aqui as especificidades do desemprego juvenil, bem como as razões da pouca atenção que a sociedade tem dado a este tema. O primeiro ponto a destacar é que o desemprego dos jovens é estrutural, isto é, sempre foi e será alto. Em quase todos os países da América Latina, e a RMSM não é exceção, o jovem constitui a metade do total dos desempregados. As taxas específicas de desemprego de adolescentes e jovens atingem, em vários países, o patamar de 50%. A questão é: por que persistem taxas elevadas de desemprego e subemprego entre os jovens?

Alguns estudos recentes têm insistido em destacar características próprias da juventude, tais como onipotência e intermitência, para explicar o fenômeno. Assim, vivendo o descompasso entre formação profissional ou qualificação e desejo ou expectativa de um trabalho atraente, e achando que tudo pode, o jovem em geral procura ocupações incompatíveis com suas possibilidades e/ou exigências do mercado. Existe um certo espaço de tempo para o amadurecimento, que inclusive costuma aumentar junto com a expansão da escolaridade, e é por este motivo também que as taxas de desemprego tendem a cair bruscamente após o período da adolescência e da juventude. Alguns analistas se referem, por exemplo, a uma espécie de "ilusão ótica", visto que o elevado desemprego e o subemprego juvenis são quase naturais se levarmos em conta que os jovens, sejam estudantes ou recém-formados, têm de percorrer um longo itinerário de tentativas e erros na busca de uma inserção estável no mercado de trabalho (Cienterfor/OIT, 1997). Tal condição, de certa forma, leva os jovens a "inflar" a demanda de trabalho, incluindo entre os desempregados uma parcela de indivíduos que, na realidade, não estão realmente motivados a incorporar-se ao mercado ou estão buscando uma inserção muito especial.

Outros analistas, com razão, argumentam que estas condições próprias da adolescência e da juventude são verdadeiras, mas explicam apenas parcialmente o problema. Destaca-se, neste caso, o rol das explicações relativas a atitudes

preconceituosas de diferentes atores sociais diante dos problemas específicos que enfrenta a juventude. Análises recentes do mercado de trabalho da RMSP, por exemplo, mostram que neste processo de eliminação de postos que vem ocorrendo, os empresários têm optado claramente por trabalhadores adultos, certamente porque estes somam experiência e hábitos de trabalho mais sedimentados, sobretudo quando apresentam um grau razoável de escolaridade.

Na área sindical, a situação do jovem não é melhor. Diante da crise do emprego, é esperado que o interesse daqueles que encabeçam as lutas reivindicatórias esteja centralizado na defesa dos que já estão presentes no mercado de trabalho, que naturalmente são os adultos – parte deles sindicalizados. Também as secretarias e ministérios do Trabalho têm centrado sua atenção nos adultos que foram excluídos do mercado com a nova dinâmica dos processos de trabalho. O principal argumento tem a ver com as maiores responsabilidades familiares destes trabalhadores. Ou seja, como os jovens constituem a metade dos desocupados, a outra metade é composta por adultos, a maior parte dos quais chefes de família que, por isto, acabam sendo priorizados no atendimento por parte do setor público.

Finalmente, para completar o cenário, faltaria incluir a ótica dos próprios jovens organizados. Estariam eles mobilizados em torno da questão do desemprego juvenil? Neste caso, a experiência mostra que apenas excepcionalmente os jovens discutem e questionam sua condição de emprego e desemprego, lutando por melhores condições de trabalho para si mesmos. Como adverte Rodriguez (1997), antes que se catalogue esta geração como particularmente “apática” ou “despreocupada”, é bom lembrar que sempre foi assim em todos os lugares. Tudo parece indicar, como já ressaltou Javier Martínez, que os jovens guiam-se antes pelas dimensões simbólicas da existência do que, como no caso dos trabalhadores e trabalhadoras, pelas dimensões materiais. Assim, eles se mobilizam com mais facilidade pela defesa da paz mundial, da liberdade, da justiça, dos direitos humanos e da ecologia do que por problemas que os afetam mais especificamente (embora isto já tenha acontecido, como em 1968 na França), como o desemprego e subemprego.

Feitas estas considerações, emerge uma questão paradoxal: será que, com o aumento da inatividade e do desemprego dos jovens, estamos atingindo aquilo que sempre consideramos uma situação desejável: sua inserção escolar? De fato, há muito tempo temos insistido na denúncia de que o trabalho era o grande responsável pelo afastamento e o baixo desempenho escolar dos jovens. Os dados recentes mostram que, embora os jovens estejam cada vez mais fora do mercado (e o fluxo escolar tenha melhorado), nem sempre eles estão permanecendo na escola. Aproximadamente 12% dos adolescentes brasileiros de 15 a 19 anos – um número próximo a 2 milhões de pessoas – não estão nem na escola nem no trabalho (Bercovich, Madeira e Torres, 1997).

De nossa parte, temos defendido a tese de que o trabalho desempenha para os jovens dos setores populares o mesmo papel que a mesada para aqueles dos setores médios – a possibilidade de consumir símbolos de juventude (jeans e tênis de marca, aparelhos de som, freqüência a discotecas, etc.) –, dando-lhes a oportunidade de viver nos marcos da juventude de seu tempo. A pressão por este consumo é tão grande que a busca de uma fonte de renda compete com a escola, que acaba, com freqüência, saindo perdedora desse embate. Esse é um tema que vem sendo muito discutido em países como Inglaterra, França e Estados Unidos, mesmo no processo de revisão do sistema escolar, em que se tem procurado levar em conta esta nova realidade para reduzir a tensão entre escola e/ou trabalho vivida pelos jovens de hoje. Em síntese, ao invés de insistir na denúncia dos elevados níveis de desemprego e subemprego dos jovens, entendemos que o fundamental é criar uma escola competente que assuma, inclusive, que estes jovens necessitam de renda para viver a juventude, ainda que esta renda seja obtida de forma esporádica (subemprego).

Como consequência desta complexidade, as explicações para o desemprego juvenil acabam recaindo sobre o chamado desemprego estrutural, entendido como o resultado da desqualificação da mão-de-obra e de seu despreparo para enfrentar as novas formas de organização da produção. Diante deste diagnóstico, países do Hemisfério Norte têm procurado enfrentar o desafio mantendo os jovens por mais

tempo no sistema de ensino, como forma de melhorar sua auto-estima e suas condições de empregabilidade atuais e futuras, e ao mesmo tempo diminuindo o problema atual e futuro das novas gerações e do país. Vale lembrar, entretanto, que medidas dessa natureza não têm impedido que os jovens, na sua ansiedade/necessidade de consumo, continuem testando as suas chances em um emprego ou simplesmente em uma fonte de renda qualquer.

Todas essas considerações, aliadas à constante entrada de novos jovens no mercado de trabalho, ajudam a entender as elevadas taxas de desemprego entre eles, que costumam persistir e até se expandir em períodos de crescimento econômico. Parece claro que um conjunto de circunstâncias adversas e interdependentes, nas quais a onda surge como um complicador adicional, agem de maneira a ampliar o desemprego, o subemprego e a inatividade dos jovens. A onda jovem traz consigo um problema adicional, que pode transformar-se na gota d'água responsável pelo transbordamento. Assim, fechamos o parênteses alertando que – sem desprezar a importância da requalificação dos que já estão no mercado de trabalho há algum tempo, mas tiveram seu espaço encurtado pelo avanço tecnológico – é preciso pensar e agir rapidamente na qualificação das novas gerações.

## **Mercado de Trabalho Feminino**

O mercado de trabalho feminino, apesar de também ter sofrido o impacto da onda jovem, apresentou um comportamento oposto neste período, com um aumento considerável no seu dinamismo. Estes fenômenos podem ser constatados no Gráfico 3.

Podem-se observar importantes transformações na estrutura do mercado de trabalho feminino no que diz respeito aos aspectos demográficos. Entre 1970 e 1980, a população feminina de 10 a 65 anos teve um acréscimo total de 2,9 milhões de pessoas; entre 1980 e 1991, este acréscimo foi exatamente o mesmo, porém num período de 11 anos; e, finalmente, entre 1990 e 1995, foi de 1,4 milhão. No caso da

PEA feminina, a tendência do incremento é ascendente ao longo destes 25 anos. De fato, no primeiro período – de 10 anos –, a PEA teve um acréscimo de 1,6 milhão de pessoas; no segundo período – de 11 anos –, o incremento total foi também de 1,6 milhão; e no último período – de 5 anos –, foi de 1,1 milhão de pessoas.

Assim, de um incremento médio anual de 162 mil indivíduos na PEA feminina, na década de 70, passou-se a um incremento médio de 150 mil, na de 80, e a 222 mil, nos primeiros cinco anos da de 90. Isto significa que, no início da década de 90, o incremento da PEA feminina foi superior ao da PEA masculina, e até mesmo superior ao incremento populacional nas faixas etárias de 20 a 45 anos. Estes números dão uma mostra expressiva do quanto o crescimento da PEA feminina vem pressionando o mercado de trabalho de São Paulo na década de 90.

O crescimento da participação da mulher decorre de um conjunto de fatores relativos tanto à oferta quanto à demanda, que não faz sentido discutir aqui. Vamos nos limitar a alguns comentários sobre a questão do trabalho feminino na nova conjuntura internacional.

Neste aspecto, concordamos basicamente com Sassen (1988) que, ao tratar da nova conjuntura econômica mundial, destaca que esta tem provocado grande impacto sobre o mercado de trabalho, levando, entre outras coisas, à ruptura das estruturas tradicionais do mercado de trabalho, com a diminuição do trabalho assalariado e rigidamente regulado e com o crescimento do trabalho autônomo e intermitente; e à integração de novos segmentos populacionais a este mercado, em particular as mulheres.

De fato, o crescimento da participação da mulher no mercado de trabalho parece ser uma tendência mundial, o que, em parte, pode ser explicado pelo declínio do emprego industrial – típico empregador masculino – e pelo crescimento do emprego nos serviços, setor mais favorável ao perfil feminino. O importante a destacar aqui é que, seja qual for o motivo pelo qual as mulheres estão ampliando sua participação na força de trabalho, o simples fato de isto ocorrer reflete o aumento das oportunidades de emprego para este segmento populacional, além de produzir forte

pressão sobre o mercado de trabalho, contribuindo, portanto, para ampliar a taxa de desemprego geral, e em especial dos jovens.

Outro ponto a considerar é que, do mesmo modo que para os homens, as condições de entrada no mercado de trabalho para jovens do sexo feminino parecem também ter-se alterado radicalmente ao longo dos 25 anos. No Gráfico 3, verifica-se que enquanto na década de 70 a curva de incremento populacional tem o mesmo formato da curva de incremento da PEA, nas décadas seguintes há um importante distanciamento entre o incremento populacional e o incremento na PEA, principalmente para jovens com menos de 20 anos.

Observando-se a distância entre a curva de incremento da PEA e a curva de incremento dos ocupados, que nos dá a medida do incremento do desemprego, constata-se que, na década de 80, esse incremento do desemprego feminino se concentrou nas idades de 25 a 35 anos, enquanto no início da década de 90 estendeu-se para a faixa de 10 a 45 anos, mas se concentrando particularmente entre as menores de 25 anos. Novamente, observa-se o destaque para as idades entre 15 e 19 anos, exatamente o grupo etário mais sujeito à onda jovem em 1995.

Não se pode deixar de considerar que a condição de inatividade e desemprego das jovens apresenta uma dupla especificidade: são jovens e mulheres, isto é, experimentam uma situação duplamente adversa. Ao contrário dos rapazes, que ainda podem incorporar-se ao mercado com um mínimo de educação, combinada com a força física e a destreza adquiridas informalmente (pedreiros, mecânicos, marceneiros, etc.), as jovens necessitam, no mínimo, de uma educação secundária. Só assim elas podem escapar da ocupação mais comum e mais rejeitada: a de empregada doméstica.

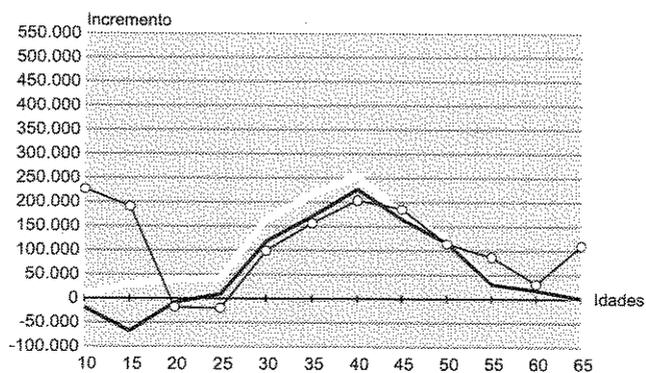
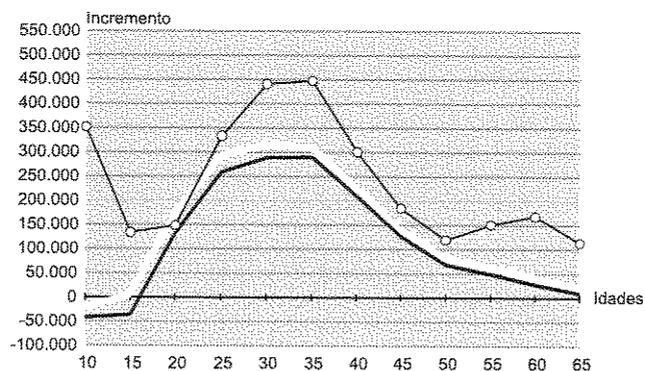
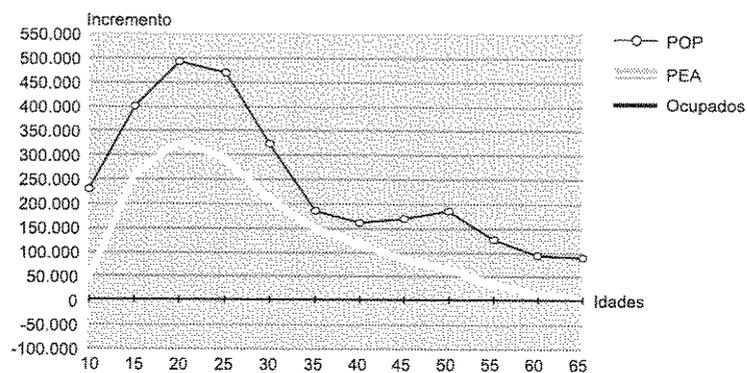
Neste caso, sua incorporação ao trabalho remunerado acontece por meio das denominadas ocupações femininas modernas (secretária, professora, vendedora, recepcionista, etc.), que exigem níveis médios de escolaridade. É por isto que as adolescentes preferem permanecer inativas, freqüentemente ocupadas nos afazeres domésticos sem remuneração e tentando, sempre que possível, estender sua

escolaridade. De fato, uma estratégia cada vez mais comum entre famílias dos setores populares é a seguinte: a mãe passa a trabalhar como diarista e a filha se responsabiliza pelos afazeres domésticos da família. É esta a estratégia que os dados aqui apresentados estão evidenciando: crescimento da inatividade entre as jovens e aumento da ocupação entre mulheres adultas.

Alguns estudos mostram que a inatividade das adolescentes, que se traduz também em um avanço da escolaridade, está longe de ser uma combinação com um final feliz para as mulheres. A falta de perspectiva de um trabalho compensador faz com que a aposta de futuro seja frágil, o que freqüentemente acaba levando ao casamento ou à maternidade precoce. As adolescentes e as jovens requerem, portanto, um apoio maior e mais específico das políticas públicas, seja para adquirir a escolaridade mínima que lhes possibilite disputar um emprego que não o doméstico remunerado, seja obtendo qualificações específicas que lhes permitam romper a rígida divisão sexual do trabalho. Também neste quadro a onda jovem se coloca como um problema adicional.

### GRÁFICO 3

Incremento no Número de Mulheres  
Ocupadas e na População Total  
Estado de São Paulo  
1970-1995



Fonte: Fundação IBGE. Censo Demográfico de 1970, 1980 e 1991 e PNAD's de 1990 e 1995.

de apenas 372 mil novos postos, o que representa um acréscimo absoluto de 1.173 mil novos postos de trabalho, dos quais 68% foram ocupados por mulheres.

Em segundo lugar, podemos constatar, na comparação entre 1990 e 1995, o impressionante aumento da base desta pirâmide. Trata-se exatamente da onda jovem, ou a forte pressão demográfica nas faixas etárias de 10 a 14 anos e de 15 a 19 anos. Fica claro também o enorme crescimento da inatividade. É evidente que, mesmo em condições normais de oferta de emprego, o tamanho deste grupo etário tenderia a produzir extemporaneamente um impacto sobre o mercado de trabalho de São Paulo. Nas condições presentes, este impacto se fará de forma muito mais problemática.

Podemos mencionar três fatores principais que comprometem a possibilidade de absorção, pelo mercado de trabalho, dessa nova e grande geração nos próximos anos:

- o baixo dinamismo da oferta de emprego no período recente: apenas 1,2 milhão de novos postos foram criados nestes cinco anos (240 mil por ano) na indústria, no comércio e nos serviços, enquanto a população entre 10 e 65 anos apresentou um incremento de 2,7 milhões de pessoas (540 mil por ano). Quase todos os novos postos de trabalho se concentraram no setor de serviços, uma vez que o número de trabalhadores na indústria caiu e o emprego cresceu pouco no comércio. O desempenho do mercado de trabalho entre 1995 e 1998, medido por pesquisas como a PED, sugere que este quadro não se alterou na segunda metade da década de 90;

- o envelhecimento da estrutura etária dos ocupados: a idade média dos ocupados na indústria, no comércio e nos serviços passou de 34,6 para 35,4 anos, no caso dos homens, e de 32,6 para 34,6 anos, no caso das mulheres. Estes dados sugerem que os empregadores têm preferido manter os empregados mais experientes a substituí-los por mais jovens, agravando ainda mais o problema da oferta de trabalho para este segmento. Os dados da PNAD também indicam que os autônomos, que participam crescentemente do mercado de trabalho, têm idade média mais elevada que o conjunto dos trabalhadores;

- a forte pressão exercida pela entrada da mulher de todas as idades no mercado de trabalho, discutida anteriormente. Este elemento implica, provavelmente,

uma concorrência adicional para os jovens desta geração. Quando da onda jovem dos anos 70, por exemplo, a participação da mulher no mercado de trabalho paulista era muito menos significativa.

Como consequência principal destes processos, a tendência mais provável a ser observada é a de crescentes níveis de inatividade entre os mais jovens, acompanhada também por crescentes níveis de desemprego. Desde que mantidas as condições atuais de oferta de trabalho e de concorrência intergeracional e intersexual por empregos, encontraremos essa nova geração – que completará 20 anos no próximo século – em uma situação bastante delicada no que diz respeito ao mercado de trabalho paulista.

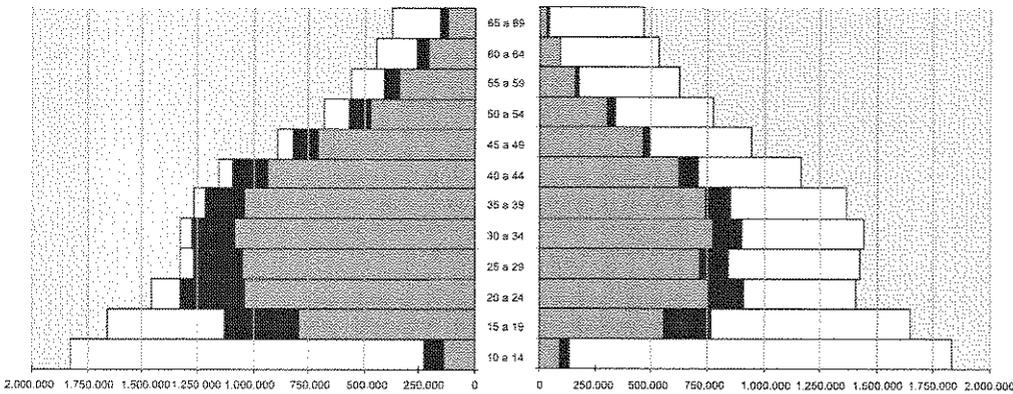
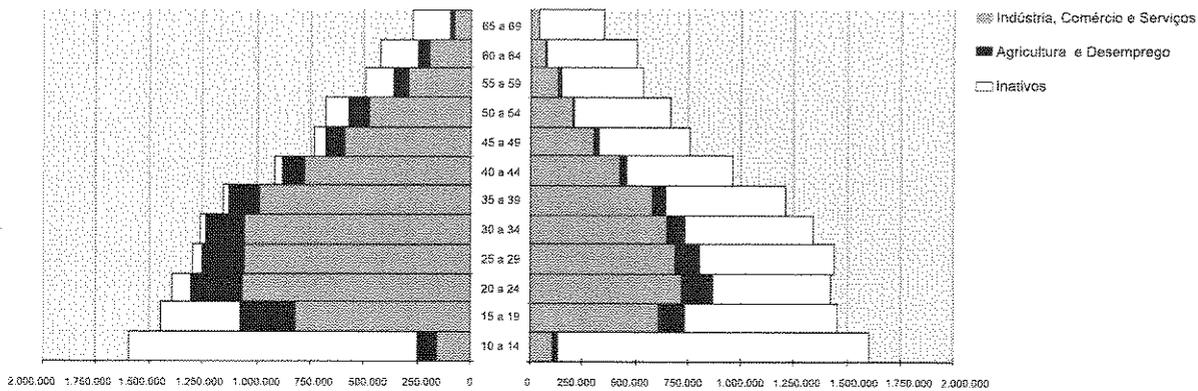
Uma possível conclusão a ser extraída destes dados é que gerações com tamanho extraordinário podem merecer políticas públicas extraordinárias. A larga geração de jovens dos anos 70 pode ser absorvida no contexto de um mercado de trabalho especialmente dinâmico; a pequena geração de jovens dos anos 80 acabou contribuindo sub-repticiamente para que a crise econômica dos anos 80 se manifestasse com menos intensidade no mercado de trabalho. O problema é que, pela primeira vez em nossa história moderna, o Estado de São Paulo se vê, simultaneamente, diante de uma larga geração de jovens e de um mercado de trabalho pouco dinâmico. Esperamos que este fato possa ser compreendido e que se reflita em políticas públicas apropriadas às circunstâncias.

## GRÁFICO 4

### Pirâmide Etária do Emprego, por Sexo

Estado de São Paulo

1990-1995



Fonte: Fundação IBGE. PNAD's 1990 e 1995.

---

## ***Capítulo 5***

***Descontinuidades demográficas e onda jovem:  
o que nos diz o Censo 2000***

## Descontinuidades demográficas e onda jovem: o que nos diz o Censo 2000

Fazendo uma prospectiva das questões a serem tratadas pela demografia nos anos 90, Berquó (1991) enfatiza a importância de incorporar nas análises a noção de *metabolismo demográfico* (Ryder, 1964). Este processo de renovação ou substituição através de incrementos e decrementos pelo qual uma população se modifica ao longo do tempo, no seu tamanho e estrutura, tem sido tratado ao longo dos capítulos anteriores. Como diz a autora, “as mudanças nos níveis de fecundidade e mortalidade afetam o crescimento populacional e, portanto os tamanhos de diferentes coortes. Estas, por sua vez, podem influenciar direta ou indiretamente, no número futuro de nascimentos e óbitos, afetando, portanto, o crescimento populacional”.

Neste capítulo apresenta-se a atualização e confirmação dos fenômenos tratados anteriormente, incorporando os resultados do Censo Demográfico 2000. Para tanto, dividiu-se o texto em quatro partes, a saber: 1. estruturas etárias e descontinuidades demográficas, onde, a partir da observação da forma das pirâmides etárias para o Brasil, Estado de São Paulo e Área Metropolitana de São Paulo pode-se observar as conseqüências das mudanças da mortalidade e da fecundidade nos tamanhos das sucessivas coortes de idade; 2. variações no tamanho das coortes – onde se pode detectar, no tempo, o movimento das ondas de nascimento; 3. a onda jovem; e 4. a onda jovem e o mercado de trabalho.

## **Estruturas etárias e descontinuidades demográficas – 1960-2000**

A partir dos objetivos pretendidos neste capítulo, retomou-se, num primeiro momento as pirâmides etárias da população brasileira desde o Censo de 1960, considerando-se, separadamente, as estruturas etárias da população total, urbana e rural. Como pode ser observado nos gráficos 1 a 6, as mudanças na estrutura por idade e sexo ficam bastante evidentes ao se observar a seqüência de pirâmides ao longo do período considerado; em 1960 sua forma é típica de uma população jovem, com uma base muito ampla; já em 1970 percebe-se o estreitamento de sua base; em 1980 a base da pirâmide se alarga novamente, mostrando um novo aumento da natalidade; no Censo de 1991 a base da pirâmide volta a estreitar-se refletindo o declínio da fecundidade e, finalmente, no Censo de 2000, a base da pirâmide surge ainda mais estreita.

Os gráficos 7, 8 e 9 mostram que as sucessivas saliências e estreitamentos nas laterais das pirâmides são mais acentuados nas zonas urbanas; nos gráficos 10, 11 e 12 pode se observar que nas zonas rurais a base da pirâmide se mantém ampla em 1980, estreitando-se nos Censos de 1991 e 2000. A observação conjunta das pirâmides urbanas e rurais permite a conclusão de que o fenômeno das descontinuidades demográficas, no início, era um fenômeno predominantemente urbano. Posteriormente, também nas zonas rurais, as mudanças na mortalidade e fecundidade, mais tardias e menos intensas que nas zonas urbanas, levaram à configuração observada.

Como já apresentado anteriormente, a observação dessas variações na estrutura etária no Brasil levou à aplicação de um método onde, medindo-se o incremento entre as coortes sucessivas, era possível observar como essas descontinuidades ocorriam no tempo. De fato, o conceito de descontinuidades demográficas enfatiza os processos relativos a grupos etários específicos; como efeito da influencia das variações nos componentes da dinâmica demográfica – fecundidade, mortalidade, migrações – a pirâmide etária pode

sofrer estreitamentos e alargamentos, produtos do aumento ou diminuição do número de nascimentos; a descontinuidade, portanto refere-se justamente, à variação brusca no tamanho de coortes sucessivas.

ESTRUTURA ETÁRIA POR SEXO  
BRASIL  
1960-1980

GRÁFICO 1

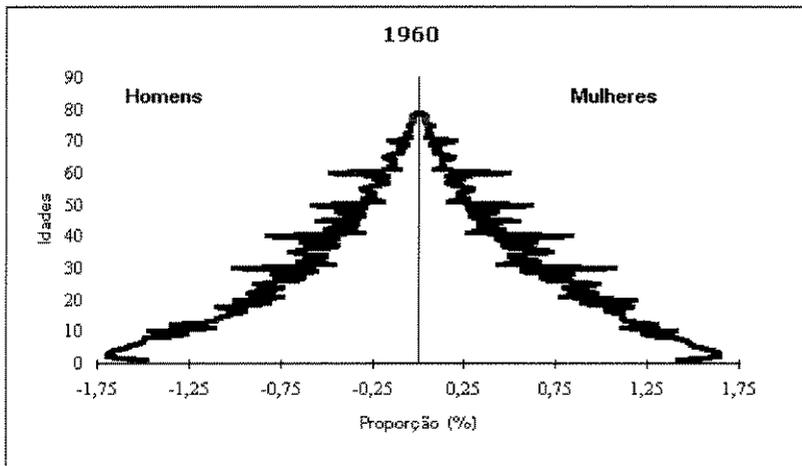


GRÁFICO 2

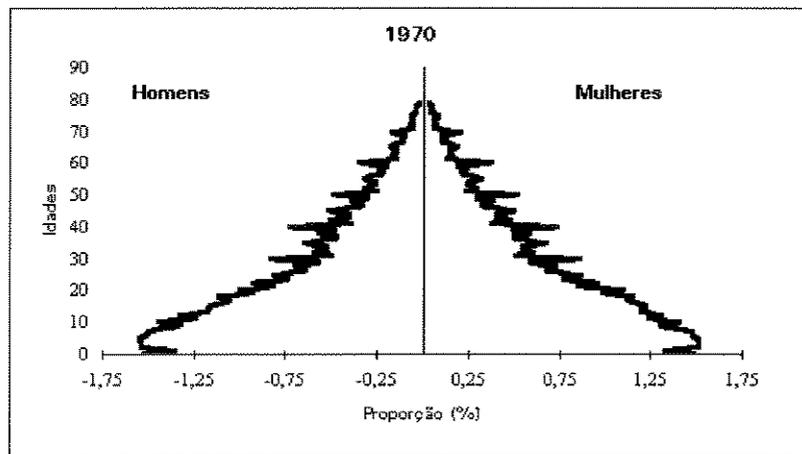
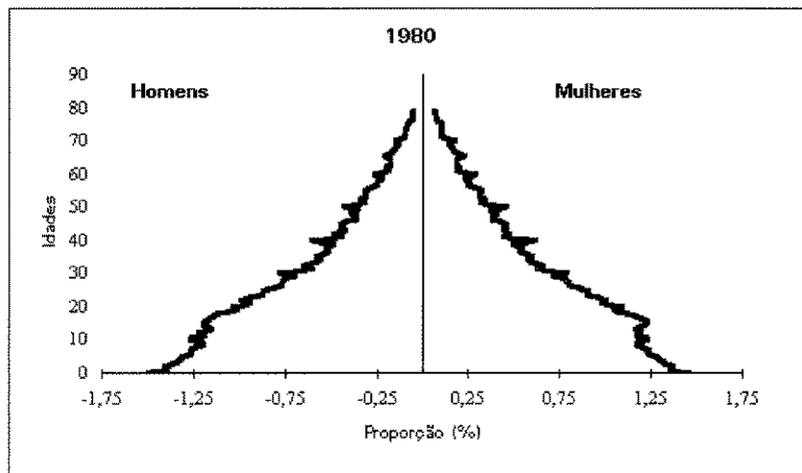


GRÁFICO 3



Fonte: IBGE. Censos Demográficos 1960, 1970 e 1980.

ESTRUTURA ETÁRIA POR SEXO  
BRASIL  
1980-2000

GRÁFICO 4

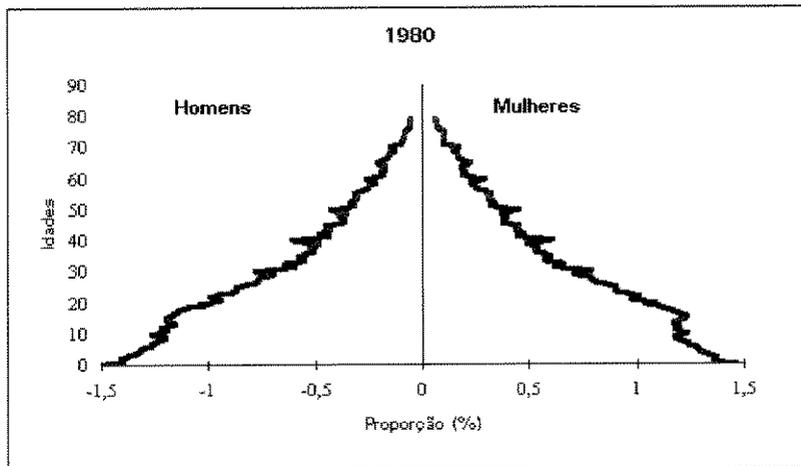


GRÁFICO 5

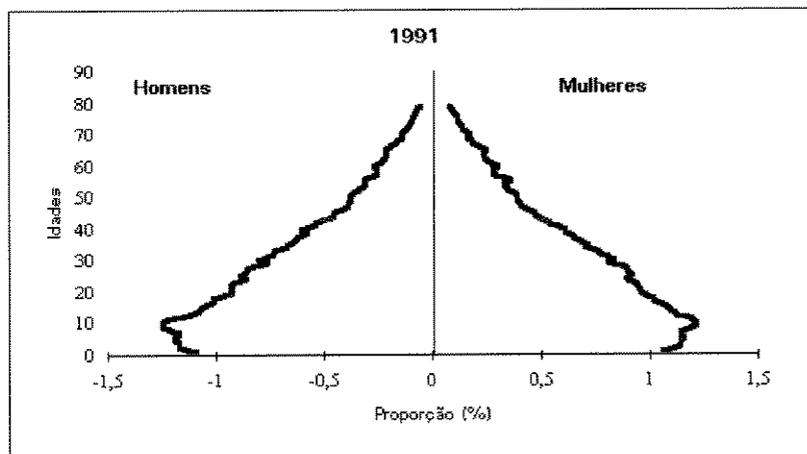
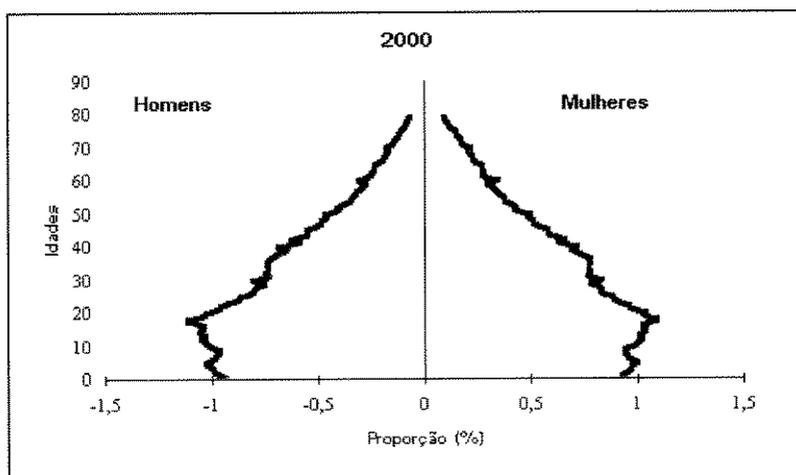


GRÁFICO 6



Fonte: IBGE. Censos Demográficos 1980, 1991 e Censo Demográfico 2000 - Resultados do Universo.

ESTRUTURA ETÁRIA POR SEXO  
BRASIL - URBANO  
1980-2000

GRÁFICO 7

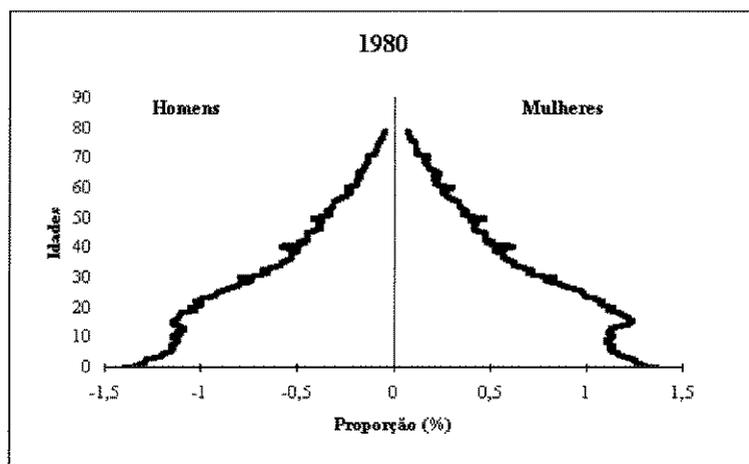


GRÁFICO 8

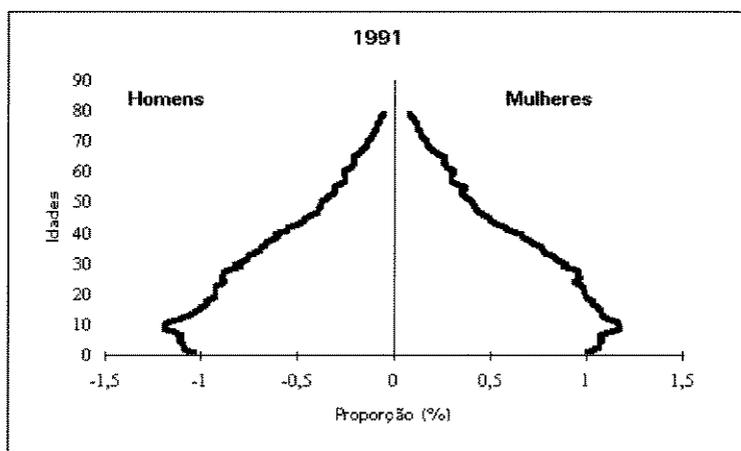
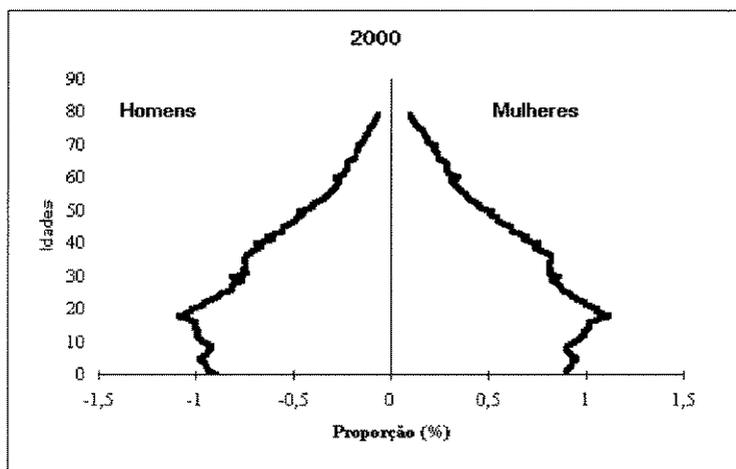


GRÁFICO 9



Fonte: IBGE. Censos Demográficos 1980, 1991 e Censo Demográfico 2000 - Resultados do Universo.

ESTRUTURA ETÁRIA POR SEXO  
BRASIL - RURAL  
1980-2000

GRÁFICO 10

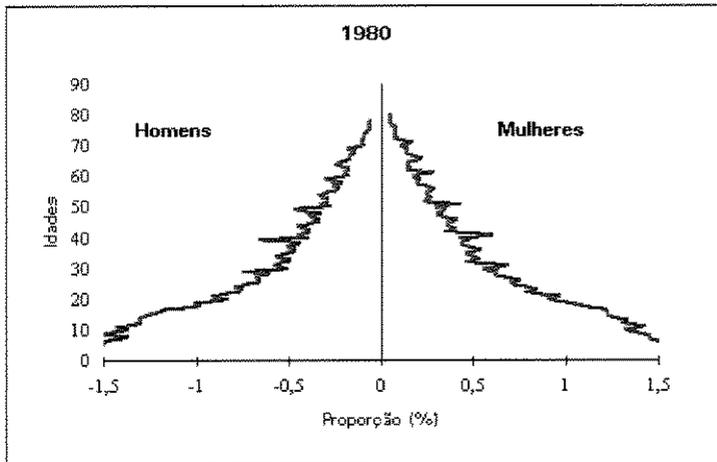


GRÁFICO 11

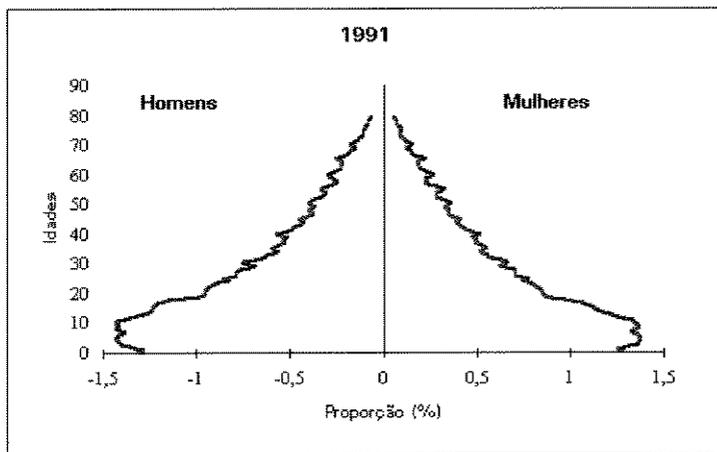
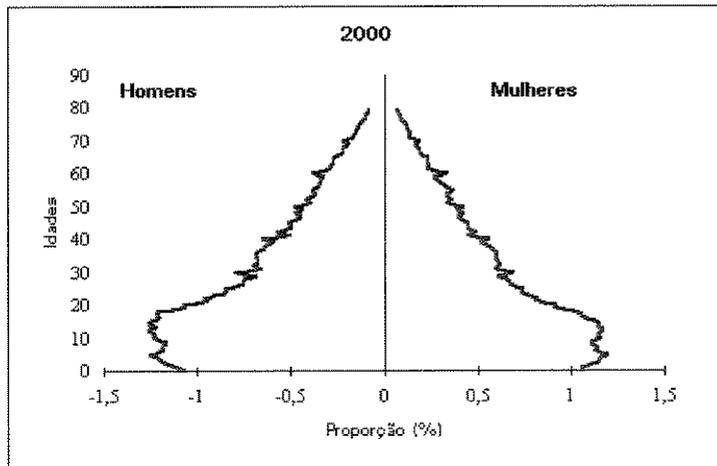


GRÁFICO 12

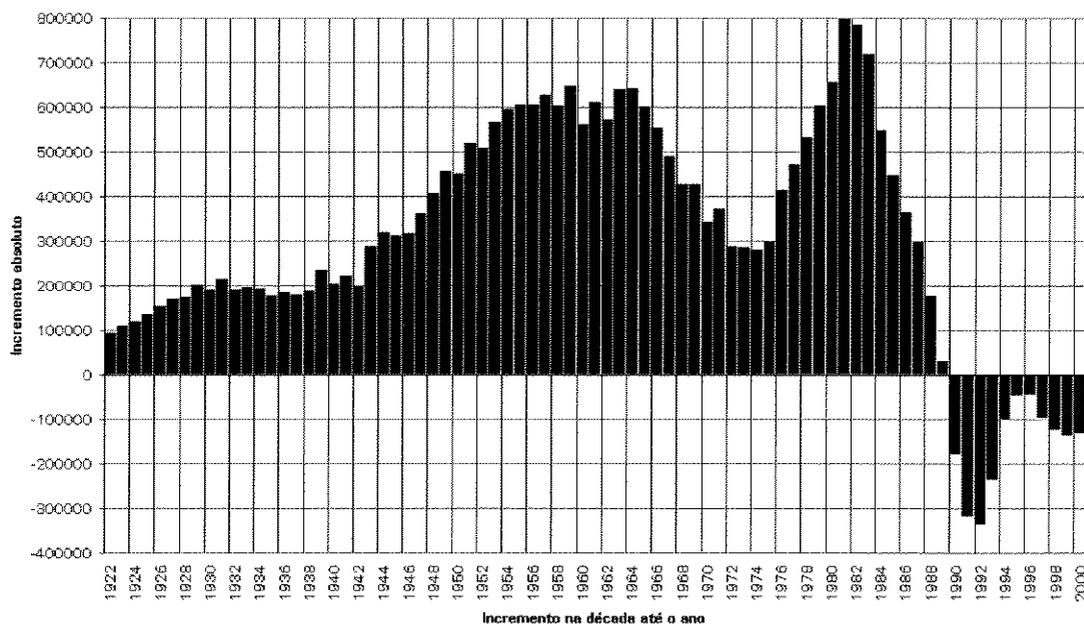


Fonte: IBGE. Censos Demográficos 1980, 1991 e Censo Demográfico 2000 - Resultados do Universo.

## Variações no tamanho das coortes

No gráfico 13 são apresentados os incrementos de coortes de nascimentos desde 1922 até 2000. Neste caso trabalhou-se com períodos decenais a partir da observação das estruturas provenientes dos Censos de 1991 e 2000. Para que essas observações fossem coerentes com as realizadas anteriormente, a partir de intervalos quinquenais – como era

GRÁFICO 13  
Variação no tamanho das coortes  
Brasil 1922-2000



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1991 a 2000.  
Nota: Dados Suavizados.

originalmente o método proposto por Keifitz (1988) – foi preciso remontar a população desde 1991 até 1990 utilizando as razões de sobrevivência correspondentes, calculadas a partir das tábuas de mortalidade do IBGE.

Podem-se, então, observar as variações no tamanho das coortes sucessivas; quando estas variações são maiores formam-se as chamadas descontinuidades. A primeira grande descontinuidade acontece a partir da segunda metade da década de 40; como já foi mencionado em capítulos anteriores, esse aumento deve-se ao expressivo declínio da mortalidade

relacionado com a introdução dos antibióticos, as campanhas de vacinação e outros fatores. Nesta época, um grande número de mortes infantis foi evitado dando início ao que chamamos “uma onda de crescimento de população”.

O período pós-guerra, como se sabe, a intensificação da queda da mortalidade coincidiu com um aumento da fecundidade nos países que dela participaram diretamente, uma vez que o chamado “baby-boom” significava, também, uma retomada de uniões adiadas e filhos postergados.

Embora, o Brasil, não tivesse participado tão ativamente na Segunda Guerra Mundial, houve um expressivo aumento da população que se prolongou até a década de 60 pelos motivos mencionados anteriormente. (Gráfico 13).

Como Keyfitz (1987) menciona, a técnica utilizada fornece informação referente ao início da chamada *explosão da população*. Para o mundo na sua totalidade, este início foi especialmente brusco devido à coincidência do *baby boom*, nos países desenvolvidos, e da queda da mortalidade relacionada com a introdução de vacinas eficientes e dos antibióticos nos países menos desenvolvidos.

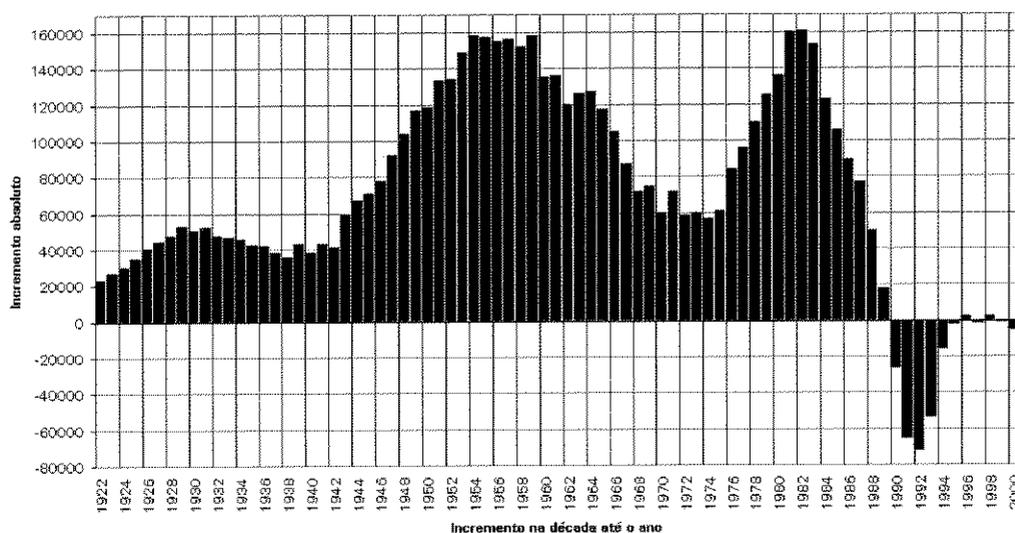
A partir da segunda metade da década de 60 pode-se observar uma diminuição no tamanho das coortes. Esse período coincide com a introdução, no Brasil, de anticoncepcionais mais eficazes como, por exemplo, a pílula anticoncepcional, o que veio, sem dúvida, provocar uma diminuição no número de nascimentos, fenômeno que se reflete no tamanho menor das coortes no período.

Essa diminuição no incremento entre coortes continua até a primeira metade da década de 70. A partir da segunda metade dessa década percebe-se novamente um aumento considerável do número de nascimentos. Este aumento ocorreu, não por causa de um aumento da fecundidade, mas sim pelo aumento da natalidade: era o eco da grande onda de população descrita anteriormente. Com efeito, a grande coorte de mulheres, nascidas no período pós-guerra alcançou a idade reprodutiva gerando uma grande coorte de bebês.

O incremento do tamanho das coortes diminuiu bruscamente a partir da segunda metade da década de 80. O mais interessante a se destacar é que o movimento detectado pela seqüência de vinte anos resulta num incremento negativo no tamanho das coortes no Brasil nos anos 90, conforme pode ser observado no gráfico 13. Não só diminui o incremento do número de crianças que foram nascendo sucessivamente, mas há uma diminuição absoluta no tamanho das coortes. Pode-se prever que esse fenômeno venha a ocorrer novamente, como eco, no futuro.

Considerando o Estado de São Paulo, observa-se no gráfico 14 que esse estado exibe a mesma forma encontrada para o Brasil; há um incremento na segunda metade da década de 40, seguida de uma diminuição que coincide com o período da introdução da pílula anticoncepcional. Observa-se ainda, uma elevação na década de 80 e, finalmente o incremento negativo verificado para o país todo. Neste caso, o decréscimo da década de 70 incide sobre uma população que, como no caso de outros estados da Região Sudeste, já exibiam tendências anteriores de declínio da fecundidade, como foi apontado em capítulo anterior. Há que se observar, ainda, nesse gráfico a ocorrência mais curta e em menores níveis do incremento negativo da década de 90; de fato, ao final da década os incrementos aproximam-se do zero, o que, seguramente trará implicações futuras no caso da população do Estado de São Paulo, em função justamente dos níveis e tendências anteriores.

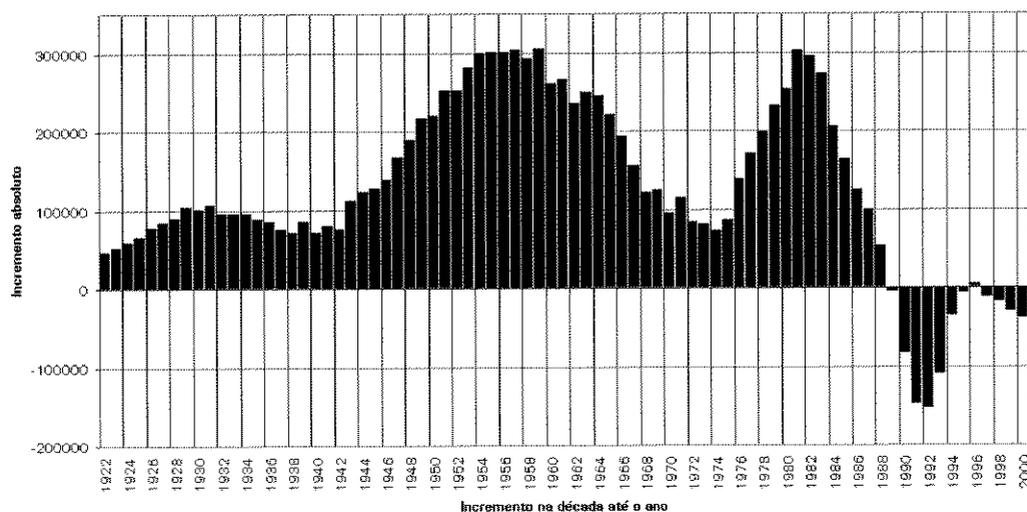
GRÁFICO 14  
 Variação no tamanho das coortes  
 São Paulo 1922-2000



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1991 e 2000.  
 Nota: Dados Susvizados.

O gráfico 15 apresenta o incremento entre coortes para o caso da Região Sudeste no qual os efeitos do declínio da mortalidade e da fecundidade são mais pronunciados na década de 90 não apenas em São Paulo, mas também em Minas Gerais, Espírito Santo e Rio de Janeiro.

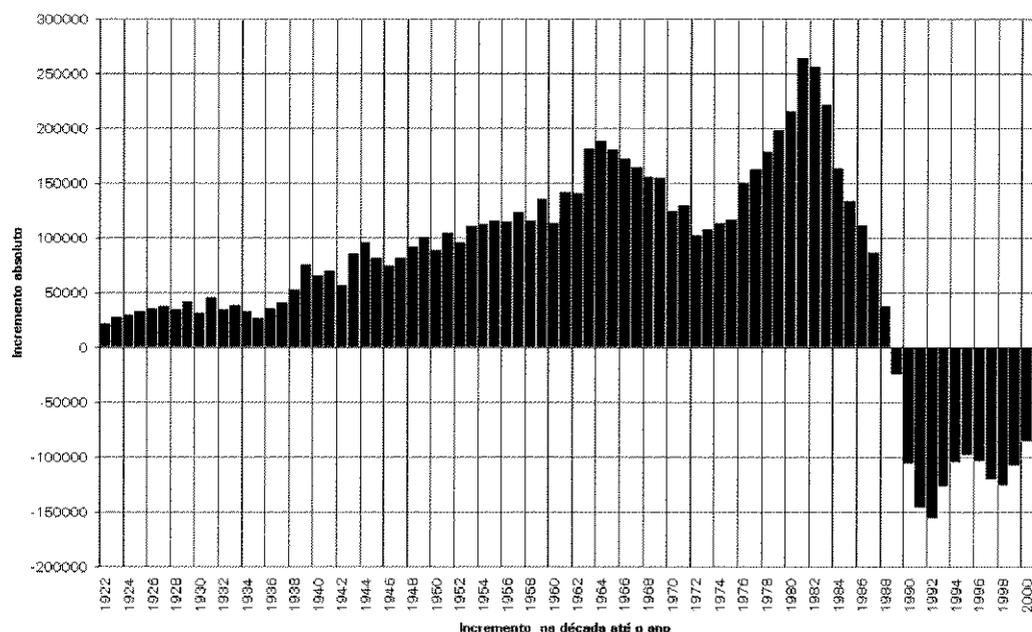
GRÁFICO 15  
 Variação no tamanho das coortes  
 Sudeste 1922-2000



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1991 e 2000.  
 Nota: Dados Susvizados.

No caso da Região Nordeste, como se pode observar no gráfico 16, a forma é bem diferente. Não se observa o incremento acentuado como no caso de São Paulo. Nessa região, como se sabe, o declínio da mortalidade no período pós-guerra teve um impacto bem menor do que aquele na Região Sudeste. Por outro lado, com a migração para as regiões Sul e Sudeste, as pessoas que possivelmente nasceram em períodos anteriores e migraram não foram incluídas, devido ao método utilizado. As alterações nos montantes de incremento, neste caso, são mais suaves e tardias tanto no que se refere ao incremento no número de nascimentos ao longo da década de 60, quanto à diminuição correspondente ao declínio da fecundidade, mais moderada, a partir da década de 70. Pode-se observar, também, uma diminuição no número de nascimentos coerente com o declínio da fecundidade ao longo da década de 90.

GRÁFICO 16  
Variação no tamanho das coortes  
Nordeste 1922-2000



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1991 e 2000.  
Nota: Dados Suavizados.

## A Onda Jovem

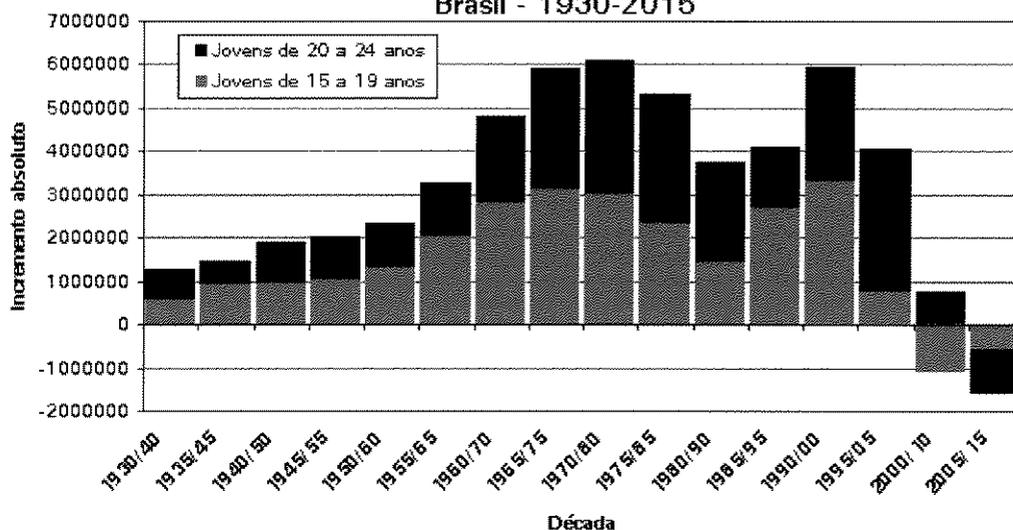
O que foi feito até o momento foi caracterizar o tamanho desigual de diferentes coortes ao longo do tempo. Uma derivação do método é acompanhar um determinado grupo de idades e ver como o aumento ou diminuição no número de nascimentos se reflete no tamanho das coortes de jovens.

Esta abordagem das transformações nas estruturas etárias suscitou a detecção do fenômeno das "ondas jovens", ou seja, o efeito das ondas de nascimentos na evolução do número de jovens.

Interessava, também, avaliar os efeitos da chegada destes contingentes de jovens no mercado de trabalho. O que aconteceria no mercado de trabalho com essa pressão do contingente jovem?

No gráfico 17, apresenta-se a variação no número de jovens de 15 a 24 anos ao longo do tempo, usando uma derivação da técnica utilizada para analisar a evolução do número de nascimentos. O objetivo é caracterizar o crescimento desigual dos diferentes grupos etários. As variações no número de nascimentos acima descritas transformam-se, com o passar do tempo, no incremento do número de jovens. Observa-se, já no final da década de 60 e início da década de 70, um aumento considerável no tamanho destes grupos. A economia atravessava, nesse período, uma fase de expansão e de dinamismo, havendo, portanto maior possibilidade de absorção desse contingente de jovens no mercado de trabalho.

**GRÁFICO 17**  
**Varição do número de jovens de**  
**15 a 19 anos e 20 a 24 anos**  
**Brasil - 1930-2015**

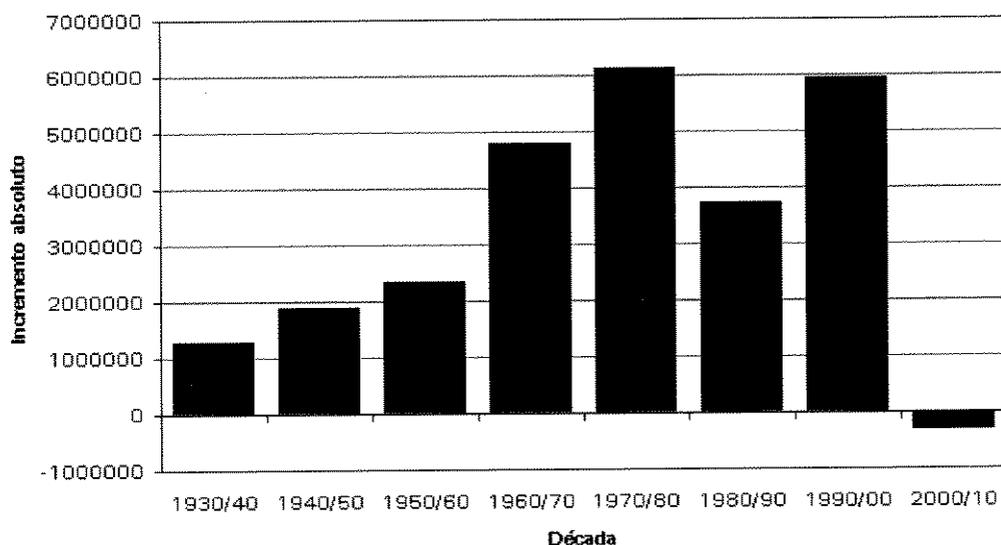


Fonte: IBGE. Censos Demográficos 1991 e 2000.

Observa-se que o volume da população jovem aumenta durante os anos 70 em mais de 6 milhões de pessoas e sofre um refluxo a partir da década de 80. A onda volta a alargar-se na década de 90, conseqüência natural da onda de nascimentos observados nos gráficos anteriores. Com o envelhecimento da população, pode-se antecipar, ainda, que na década 2000 a 2010 o incremento da faixa etária de 15 a 19 anos já é negativo, ou seja, a coorte de 15 a 19 anos tem aproximadamente 1 milhão de pessoas a menos. E no período seguinte, 2005 a 2015, os incrementos dos dois grupos etários considerados são negativos. Pode-se afirmar, portanto, que do ponto de vista demográfico, as duas décadas do novo século verão reduzidas as pressões na entrada de jovens na força de trabalho.

O gráfico 18 apresenta, para décadas sucessivas, a evolução do grupo de jovens de 15 a 24 anos, onde se evidencia na década de 70, o incremento superior a 6 milhões de jovens e o refluxo, na década de 80, para 3,7 milhões, voltando a aumentar para em torno de 6 milhões na década de 90. Para o período 2000 a 2010, espera-se uma diminuição de aproximadamente 300 mil jovens com relação à década anterior.

**GRÁFICO 18**  
**Varição do número de jovens - 15 a 24 anos**  
**Brasil - 1930-2010**



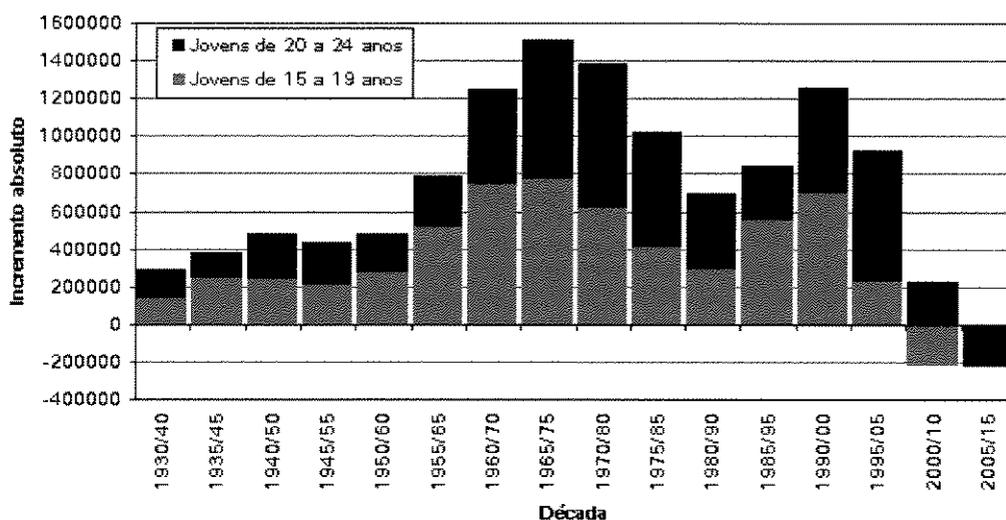
Fonte: IBGE. Censos Demográficos 1991 e 2000.

No Estado de São Paulo, para onde se dirigem os fluxos migratórios mais intensivamente, as *ondas jovens* ocorrem com uma intensidade muito maior, seja porque as variações na fecundidade e na mortalidade se deram de modo mais brusco nestas áreas, seja porque a migração costuma ser muito seletiva, atraindo, portanto, um número mais expressivo de jovens.

No gráfico 19, se observa o tempo e a intensidade das *ondas jovens* para o Estado de São Paulo, onde o aumento é bem mais intenso nas décadas de 60 e 70, aproximadamente 1 250 000 e 1 400 000 pessoas jovens,

respectivamente. Na década de 80, constata-se uma significativa diminuição deste incremento, crescendo novamente em 1990 em mais de 1 250 000 pessoas jovens, e, tornando a decrescer a partir de 2000.

**GRÁFICO 19**  
**Varição do número de jovens de**  
**15 a 19 anos e 20 a 24 anos**  
**São Paulo - 1930-2015**



Fonte: IBGE. Censos Demográficos 1991 e 2000.

O gráfico 20 apresenta, também, para o Estado de São Paulo, o incremento do número de jovens de 15 a 24 anos, ao longo das décadas, a partir de 1930. O aumento do número absoluto de jovens é intenso nas décadas de 60 e 70. Na década de 80 observa-se um aumento moderado, um refluxo da onda, e novamente na década de 90 aparece um aumento, eco da onda anterior. Os trabalhos anteriores já anunciavam este fenômeno, suscitando preocupação, pois esta onda não encontraria as mesmas condições no mercado de trabalho que a onda anterior encontrou, na década de 70. Finalmente, na década de 2000 não há praticamente incremento no número absoluto das pessoas jovens de 15 a 24 anos.

De todo modo, estes dados mostram com clareza a crescente pressão da mulher sobre o mercado de trabalho de São Paulo. O fato de as mulheres apresentarem taxas de desemprego mais elevadas que os homens – amplamente comprovado por todas as estatísticas recentes – reflete, por um lado, a disposição destas para desenvolver alguma atividade remunerada e, por outro, o espaço existente no mercado, já que do total dos empregos que estão sendo gerados, quase 70% são destinados às mulheres. Por isso, não se pode explicar o aumento do desemprego como fruto exclusivamente de problemas na demanda por trabalhadores, mas também das condições de oferta, transformadas, neste caso, por uma importante mudança nos padrões de família e nas representações sociais em torno do papel da mulher.

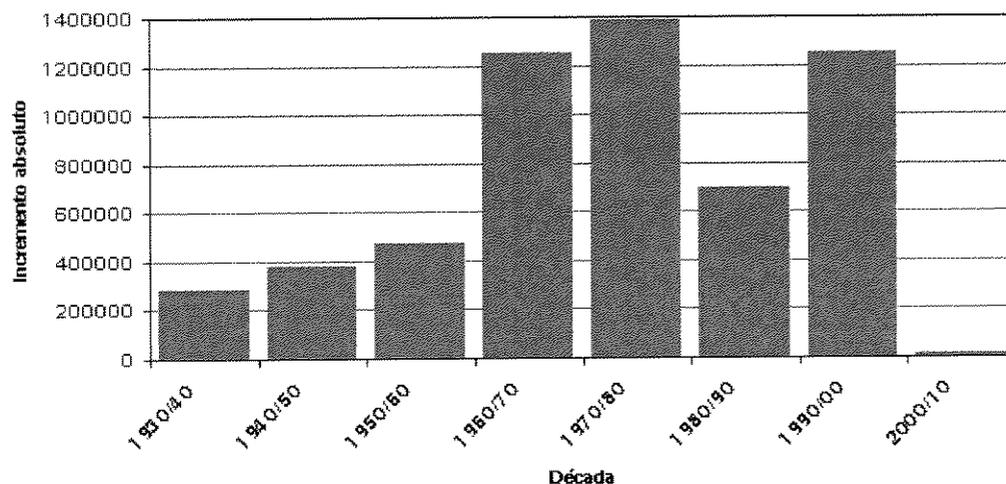
## **O desafio da virada do século**

O Gráfico 4, que representa e compara as pirâmides etárias do emprego no Estado de São Paulo, entre 1990 e 1995, permite uma visão simultânea da estrutura etária, do crescimento do emprego e das descontinuidades demográficas, constituindo uma boa referência gráfica do conjunto de reflexões que realizamos até o momento, uma espécie de sumário gráfico.

De fato, enquanto nos cinco primeiros anos da década de 90 ocorreu uma forte desaceleração da oferta de emprego em São Paulo, inclusive com a perda de 450 mil postos de trabalho na indústria, observa-se essa forte pressão das mulheres sobre este mercado e um significativo incremento do número de jovens que estarão entrando no mercado de trabalho nos próximos anos.

Em primeiro lugar, podemos observar o notável aumento, entre 1990 e 1995, da participação das mulheres no mercado de trabalho. Enquanto o número de ocupadas na indústria, no comércio e nos serviços passou de 4.519 mil para 5.320 mil – com um acréscimo de 801 mil postos de trabalho –, o de ocupados nestas mesmas atividades passou de 7.560 mil para 7.932 mil, com um acréscimo absoluto

**GRÁFICO 20**  
**Varição do número de jovens - 15 a 24 anos**  
**São Paulo - 1930-2010**

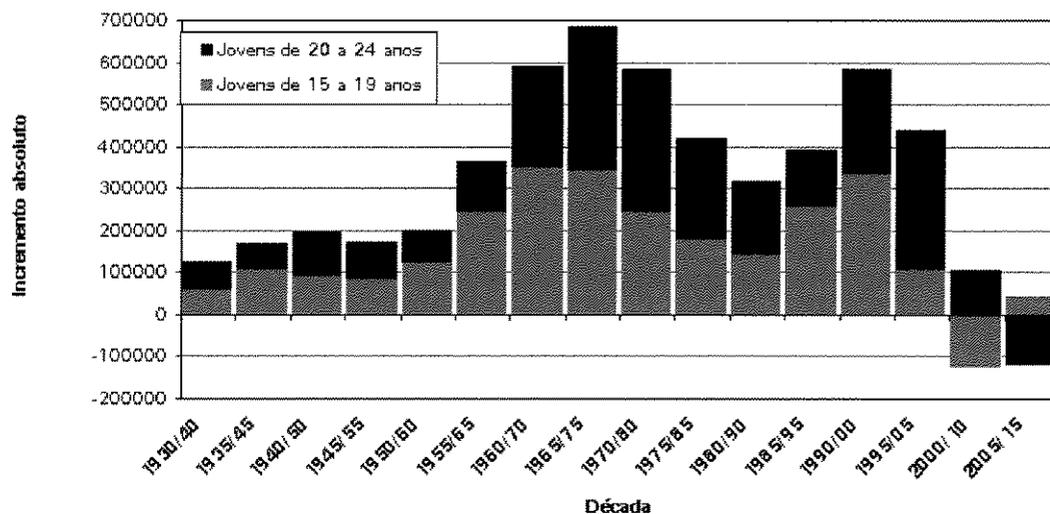


Fonte: IBGE. Censos Demográficos 1991 e 2000.

O gráfico 21 apresenta o incremento do número absoluto de jovens na Região Metropolitana de São Paulo, também desde a década de 30. Neste caso o fenômeno aparece de maneira mais intensa, pois se potencializa com a migração para esta Região atraída pelo dinamismo econômico da mesma. Observa-se um aumento deste número na década de 60 e um refluxo na década de 80. A década de 90 apresenta uma grande população de jovens, quase o equivalente ao período de expansão da economia. Já na década de 2000 observa-se uma diminuição no número absoluto de jovens.

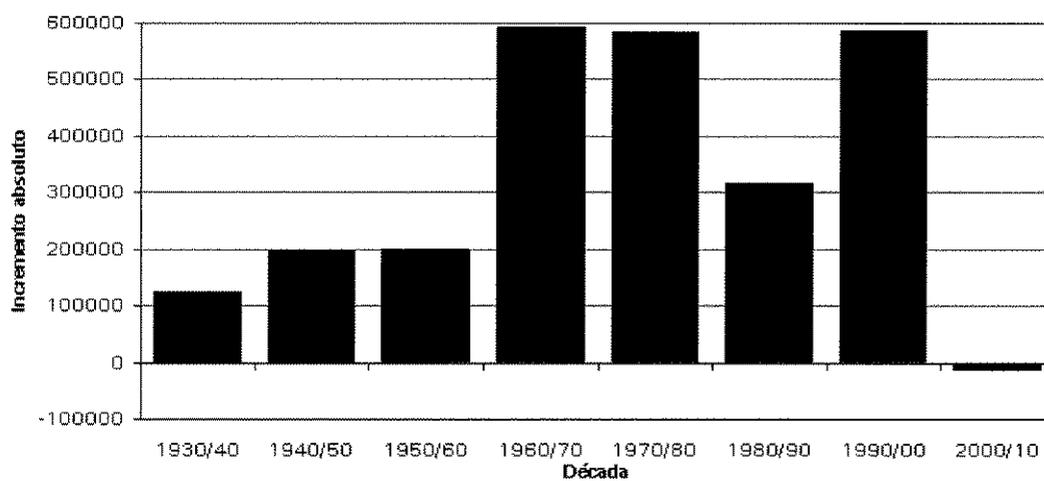
No gráfico 22, estes incrementos são observados ao longo das décadas.

**GRÁFICO 21**  
**Varição do número de jovens de**  
**15 a 19 anos e 20 a 24 anos**  
**Região Metropolitana de São Paulo**



Fonte: IBGE. Censos Demográficos 1991 e 2000.

**GRÁFICO 22**  
**Varição do número de jovens - 15 a 24 anos**  
**Região Metropolitana de São Paulo**



Fonte: IBGE. Censos Demográficos 1991 e 2000.

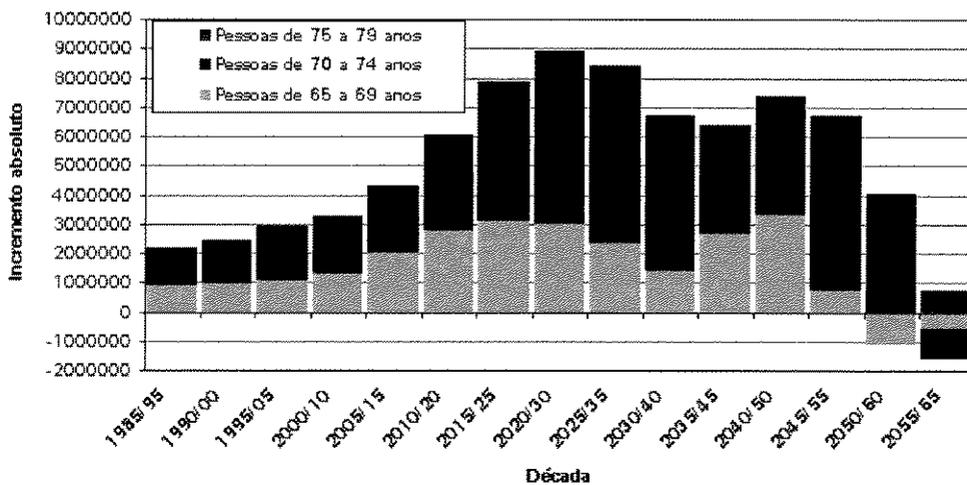
A adoção do mesmo procedimento seguido para detectar os momentos da onda jovem, na medida em que as coortes vão envelhecendo, contribui também para o estudo do envelhecimento populacional. Os gráficos 23 e 24 apresentam o incremento do número de pessoas de 65 a 79 anos no Brasil para o período 1985/2065. O período, que estamos utilizando, está determinado pela necessidade metodológica de que as coortes respectivas já tivessem nascido na época do Censo 2000. Como vemos, a onda jovem irá se transformar numa onda de pessoas da terceira idade. Pode-se observar que o incremento dessas coortes de 65 a 79 anos se dará aproximadamente a partir de 2015 a 2020, mas em algum momento, a partir de 2050, a pressão demográfica, no caso das pessoas mais idosas, diminuirá. A onda jovem irá se transformar numa onda de pessoas da terceira idade. Como Keyfitz (1988) já mostrou, a onda de população idosa crescerá no mesmo *timing* nos EUA, levando o autor a duvidar da possibilidade de se cumprir, neste país, o pagamento das aposentadorias após 2015.

No caso brasileiro, coexiste a confluência de dois processos: a projeção, no tempo, da onda jovem de décadas anteriores e o aumento da longevidade, gerando a expectativa de uma onda ainda maior.

A mensuração do fenômeno é fundamental para o estudo do esquema de transferências visando promover equidade financeira entre gerações.

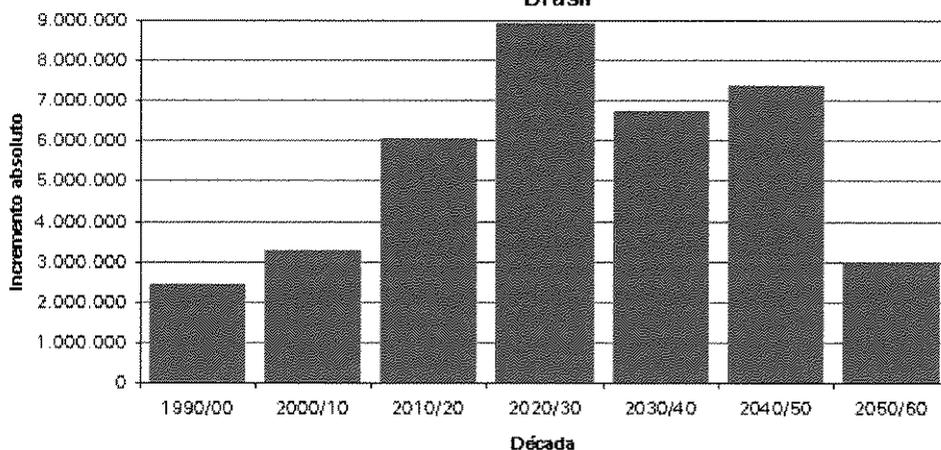
Diversos autores, entre eles, Carvalho (1997), têm alertado que os temas sobre o envelhecimento da população e a reforma da previdência desde uma perspectiva demográfica devem ser considerados com muito cuidado levando em conta as possíveis transferências intergerações.

**GRÁFICO 23**  
**Varição do número de pessoas idosas - 65 a 79 anos - Brasil**



Fonte: IBGE. Censos Demográficos 1991 e 2000.

**GRÁFICO 24**  
**Varição do número de pessoas de 65 a 79 anos**  
**Brasil**

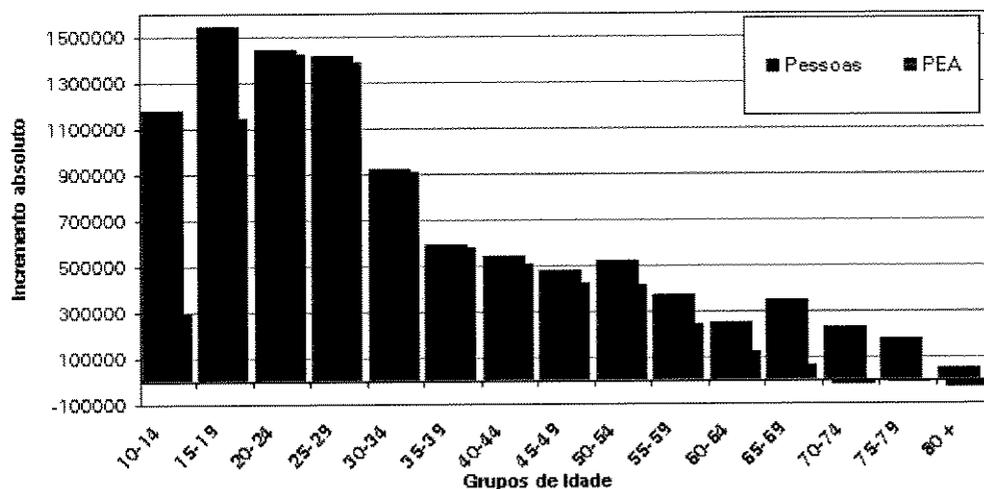


Fonte: IBGE. Censos Demográficos 1991 e 2000.

## A Onda Jovem e o Mercado de Trabalho

A relação entre a onda jovem e o mercado de trabalho pode ser observada no gráfico 25, que apresenta o incremento do número de pessoas segundo grupo de idade e o incremento do número de pessoas economicamente ativas (PEA). A partir deste momento a separação por sexo é importante, pois a inserção na força de trabalho se diferencia por sexo e idade.

**GRÁFICO 25**  
Variação do número de pessoas e de pessoas economicamente ativas do sexo masculino, segundo os grupos de idade  
Brasil - 1970-1980



Fonte: IBGE. Censos Demográficos 1970 e 1980.

O que se observa nesse gráfico, referente à década de 70, é o aumento da população masculina e concomitantemente o aumento no número de homens economicamente ativos. No grupo etário de 10 a 14 anos, obviamente, o crescimento populacional supera em muito o crescimento da PEA. Porém este último é positivo manifestando parte da problemática do trabalho infantil. Já desde essa década, o trabalho infantil é proibido por lei.

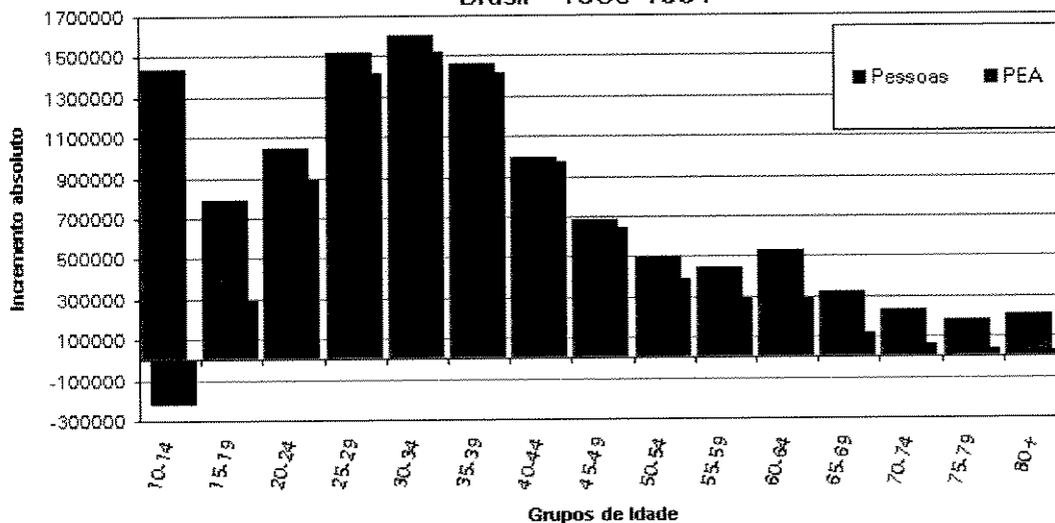
A partir dos 15 anos observa-se conjuntamente a distribuição populacional e a distribuição da PEA. As distribuições convergem de maneira quase absoluta para os grupos etários de 20 a 39 anos; a partir daí observa-se, crescentemente, uma defasagem entre os contingentes populacionais e os contingentes de população em atividade econômica. Pode-se apreender por essa distribuição conjunta que houve um crescimento tanto da população quanto da PEA nos grupos etários mencionados. Isto reafirma a observação explicitada, anteriormente: nessa década, o contingente de jovens foi grande e o mercado de trabalho comportou o seu ingresso na população economicamente ativa. Vale ressaltar que isto não significa necessariamente que o nível de desemprego tenha caído e muito menos o nível de desemprego oculto. Simplesmente mostra que o aumento do número de homens economicamente ativos acompanhou, a partir dos 20 anos de idade o incremento vegetativo da população masculina.

A defasagem observada entre o crescimento de ambos os grupos, a partir dos 40 anos de idade, permite que se considere a hipótese da expulsão de uma parte destes adultos com mais de 40 anos do mercado de trabalho. O desafio dos jovens foi grande na década de 70, pois além de numerosos, tinham provavelmente uma qualificação mais compatível com as necessidades do desenvolvimento econômico da época. Este tema já foi tratado nos capítulos anteriores.

Observações análogas, realizadas para o Estado de São Paulo, onde o dinamismo foi mais intenso, podem ser feitas a partir dos gráficos que figuram no Apêndice (Gráficos 4 a 9).

Se na década de 70 houve uma onda de homens jovens que encontraram lugar no mercado de trabalho, o mesmo não se observa na década de 80. Embora, o incremento do número de jovens fosse muito menor, como indica o gráfico 26, o crescimento da população economicamente ativa foi ainda menor para as mesmas faixas de 15 a 24 anos.

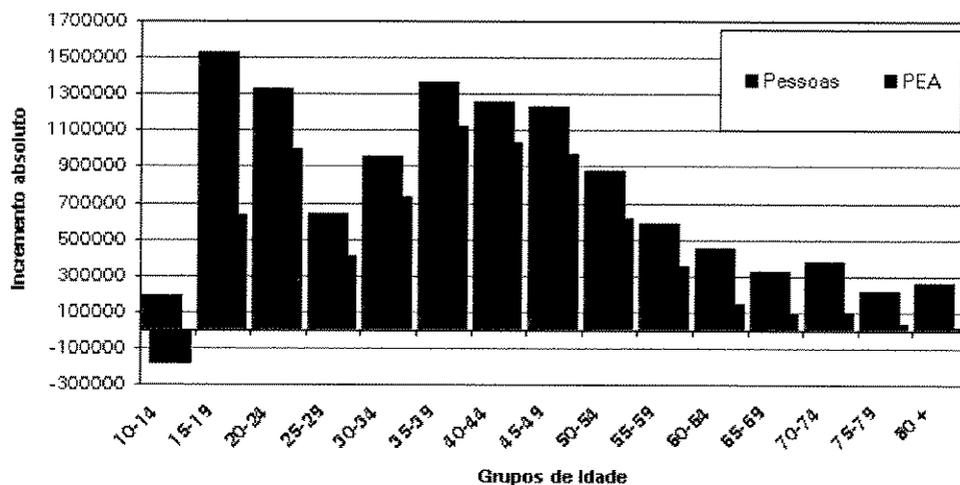
**GRÁFICO 26**  
**Varição do número de pessoas e de pessoas economicamente ativas**  
**do sexo masculino, segundo os grupos de idade**  
**Brasil - 1980-1991**



Fonte: IBGE. Censos Demográficos 1980 e 1991.

O gráfico 27 mostra novamente esse fenômeno, na década de 90, onde o crescimento da população economicamente ativa não acompanha o crescimento vegetativo da população em cada faixa etária.

**GRÁFICO 27**  
**Varição do número de pessoas e de pessoas economicamente ativas do sexo masculino, segundo os grupos de idade Brasil - 1991-2000**



Fonte: IBGE. Censos Demográficos 1991 e 2000.

Este tipo de análise, para a década de 90, está prejudicada devido à questão da comparabilidade entre as definições da população economicamente ativa nos Censos de 1991 e 2000. No Censo 1991 definiu-se como população ocupada àquela que tinha trabalhado em algum período do ano anterior à data de referência. Já no Censo 2000, definiu-se como população ocupada a que tinha trabalhado na semana anterior à data de referência (IBGE, 2000). Como a população ocupada é uma proporção importante da população economicamente ativa, podemos verificar que o crescimento da PEA entre 1991 e 2000 seria sempre menor do que o resultado obtido caso as definições fossem harmonizadas para ambos os Censos.

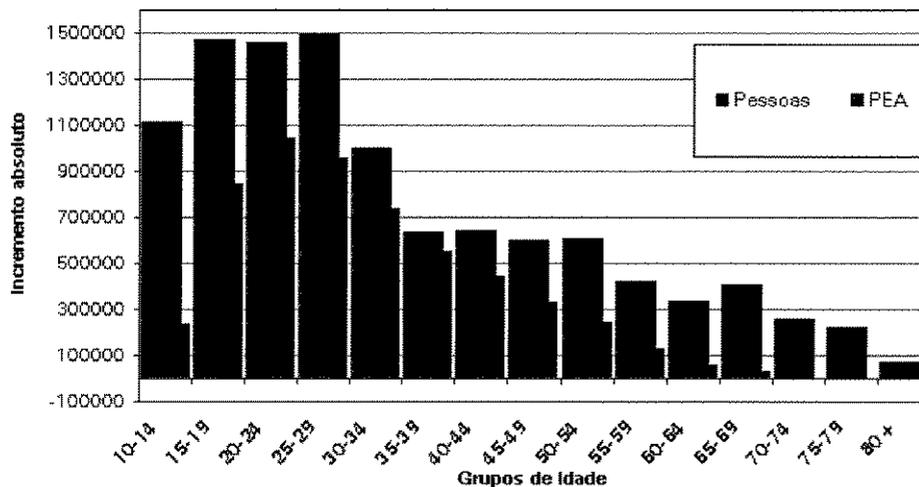
Uma comparação entre ambos contingentes para as pesquisas PNAD de 1999 e 2001 pode ser observada no texto de DEDECCA (2003). É mostrado que, tanto na PNAD de 1999 quanto na de 2001, a diferença entre a população economicamente ativa definida pelo critério tradicional e a PEA

definida utilizando-se o mesmo critério do Censo 2000, é de aproximadamente 200 mil pessoas, num total de 75,5 milhões de pessoas economicamente ativas. Mesmo supondo que essas 200 mil pessoas estivessem concentradas nos grupos de homens jovens, não se alteraria a conclusão: o crescimento do número de homens economicamente ativos de 15 a 24 anos não acompanhou a curva do crescimento vegetativo da população masculina nos anos 90. O mesmo fenômeno pode ser observado também no Estado de São Paulo, ao longo da década de 90 (Gráfico 6 do Apêndice).

O gráfico 28, que representa a situação das mulheres, permite perceber um percurso muito diferente. Na década de 70 observa-se um incremento grande no número absoluto de mulheres jovens. Este crescimento não é acompanhado por uma inserção significativa da população feminina no mercado de trabalho, já que, nesse período, a entrada das mulheres no mercado era incipiente.

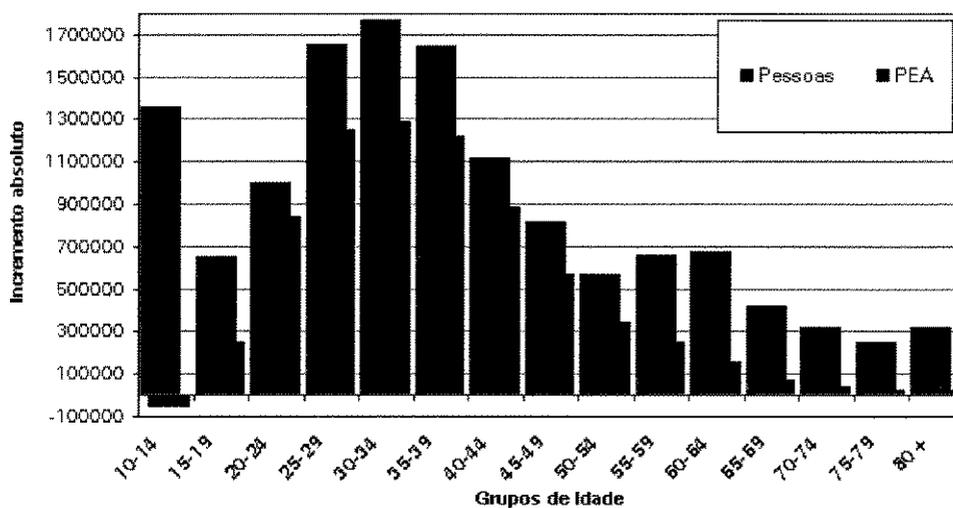
Na década de 80, gráfico 29, constata-se que houve um aumento da população de mulheres economicamente ativas, acompanhando, portanto, um pouco mais o incremento da população feminina da idade correspondente, porém nunca no mesmo nível observado para os homens.

**GRÁFICO 28**  
**Varição do número de pessoas e de pessoas economicamente ativas do sexo feminino, segundo os grupos de idade**  
**Brasil - 1970-1980**



Fonte: IBGE. Censos Demográficos 1970 e 1980.

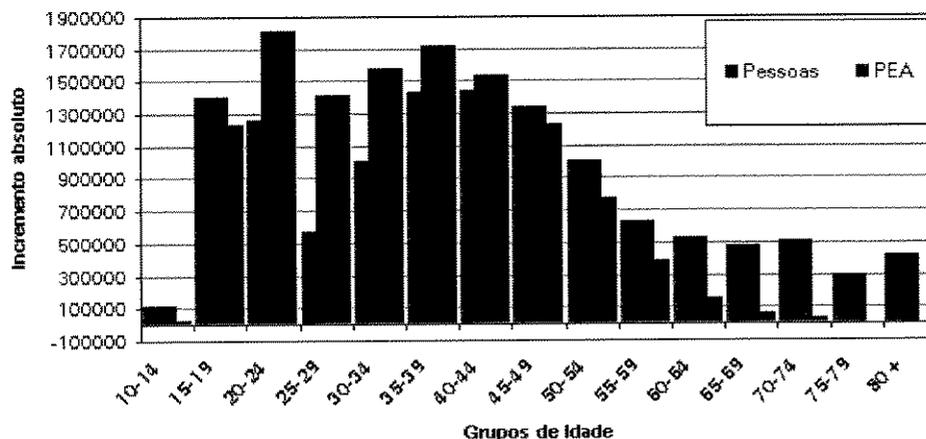
**GRÁFICO 29**  
**Varição do número de pessoas e de pessoas economicamente ativas do sexo feminino, segundo os grupos de idade**  
**Brasil - 1980-1991**



Fonte: IBGE. Censos Demográficos 1980 e 1991.

O gráfico 30 apresenta, para a década de 90, uma eclosão da participação feminina no mercado de trabalho. A entrada na PEA do grupo de mulheres de 20 a 44 anos, é notavelmente superior ao próprio incremento vegetativo de cada coorte. Esta década marca, definitivamente, a intensificação da entrada da mulher no mercado de trabalho. Se considerarmos que a definição utilizada para a população economicamente ativa em 2000 é mais restrita do que a adotada em 1991, a entrada no mercado de trabalho será ainda maior que o calculado. Este paradoxo, no entanto, é apenas aparente já que as taxas de participação feminina na força de trabalho eram historicamente inferiores e, portanto, havia espaço para o crescimento observado.

**GRÁFICO 30**  
**Variação do número de pessoas e de pessoas economicamente ativas do sexo feminino, segundo os grupos de idade**  
**Brasil - 1991-2000**



Fonte: IBGE. Censos Demográficos 1991 e 2000.

A tabela 1 completa os dados anteriores e mostra a taxa de atividade na população masculina e no incremento desta população. Com referência aos homens observa-se que no ano de 1970, a taxa de participação dos homens

jovens, de 15 a 19 anos, no mercado de trabalho era de 62%, aumentando em 1980 para 65%. Como consequência a taxa de participação no mercado de trabalho do incremento da população masculina do grupo etário terá que ser maior que a taxa de participação dos grupos respectivos. Com efeito, constata-se que esta participação subiu para 73,4%.

O mesmo fenômeno acontece com a população de homens jovens de 20 a 24 anos. Em 1970, este grupo apresenta uma taxa de atividade de 87,5% e para atingir os 90% apresentados em 1980, observa-se que o incremento alcança uma taxa de participação de 96,6%.

O mesmo raciocínio pode ser aplicado para a década de 80, considerando-se, porém que o mercado de trabalho nesse período apresentava características diferentes. Observa-se que embora, o aumento do contingente de homens jovens fosse muito menor, este teve grande dificuldade para se inserir no mercado de trabalho. Com efeito, a taxa de participação do incremento da população masculina de 15 a 19 anos, entre 1980 e 1991 foi de 37%, o que significa que, dos jovens excedentes, apenas 37% entrou na população economicamente ativa. Isso porque a participação dos jovens, de 15 a 19 anos, passou de 64,8% em 1980 para 61,9% em 1991.

De 1980 a 1991 o incremento da população masculina de 20 a 24 anos teve uma taxa de participação de apenas 85%. No grupo etário de maior atividade, de 25 a 29 anos, somente 93% do incremento vegetativo masculino estava na PEA.

Ao comparar a força de trabalho entre 1991 e 2000 surgem dois problemas: a definição mais restrita da PEA, por um lado e por outro lado, um grande contingente de jovens. O incremento da população masculina, de 15 a 19 anos, apresenta uma taxa de participação de apenas 41%.

**TABELA 1**  
**Brasil - 1970 - 2000**  
**Taxa de atividade na população e no incremento da população - homens**

Grupos de idade em	Taxa de atividade na população e no incremento da população - homens						
	1970	Incremento 70/80	1980	Incremento 80/91	1991	Incremento 91/00	2000
<b>Total</b>	<b>71,8</b>	<b>74,2</b>	<b>72,4</b>	<b>68,1</b>	<b>71,5</b>	<b>60,8</b>	<b>69,6</b>
10 a 14	19,2	25,4	20,2	-15,2	14,3	-96,4	11,9
15 a 19	61,9	73,4	64,8	37,0	61,9	41,3	58,4
20 a 24	87,5	96,6	90,0	85,1	89,3	74,8	86,9
25 a 29	95,2	97,7	96,1	93,0	95,3	63,7	92,3
30 a 34	96,3	98,3	96,9	95,3	96,4	76,5	93,4
35 a 39	96,1	96,3	96,1	96,7	96,3	82,4	93,1
40 a 44	94,8	93,0	94,5	97,0	95,1	81,5	91,8
45 a 49	92,7	87,6	91,5	94,1	92,1	78,5	88,2
50 a 54	87,9	79,8	85,7	79,6	84,5	70,1	80,8
55 a 59	81,9	66,0	77,9	64,8	75,0	59,7	71,5
60 a 64	72,6	48,1	67,0	55,9	63,6	31,8	57,0
65 a 69	61,3	20,1	46,0	35,4	43,4	28,2	40,3
70 a 74	47,6	-6,1	28,1	26,6	27,7	24,8	26,8
75 a 79	38,5	-3,2	19,0	20,0	19,4	17,0	18,7
80 +	26,7	-60,2	9,4	13,3	11,2	7,8	9,9

Fonte: Censos Demográficos 1970, 1980, 1991 e 2000 - Resultados da Amostra.

Nos gráficos 31, 32 e 33 apresenta-se a variação no número de homens ocupados, na população economicamente ativa e na população ao longo das décadas de 70, 80 e 90 respectivamente. Observa-se claramente que, na década de 70, o incremento do número de pessoas ocupadas acompanha o de pessoas economicamente ativas e o da população masculina. Já na década de 80 percebe-se um descolamento para os grupos de idade entre 15 e 34 anos. A população economicamente ativa não segue o incremento da população e o número de pessoas ocupadas não acompanha o incremento da PEA. O mercado de trabalho, portanto, não acomodou a pressão demográfica mesmo quando esta, no caso dos jovens, era de pouca magnitude.

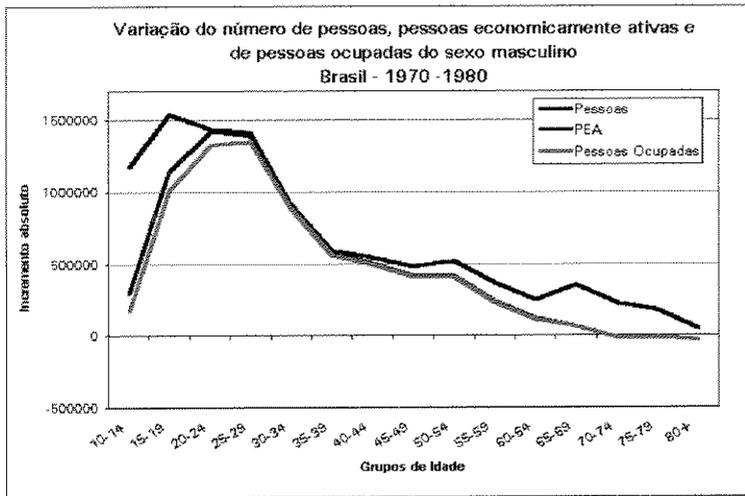
A situação é ainda mais complexa na década de 90 quando, claramente, o incremento do número de homens jovens não é acompanhado pela população economicamente ativa e pelo número de homens ocupados.

A tabela 2 mostra a participação dos grupos etários no mercado de trabalho. O Censo de 1980 indica que 30 % dos homens na PEA tinham de 15 a 24 anos, refletindo, assim, a expansão da década de 70. Em 1991 essa

proporção decresce para 27%, e em 2000 continua decrescendo, agora em 26%, mostrando que um contingente grande de jovens não foi absorvido pelo mercado de trabalho.

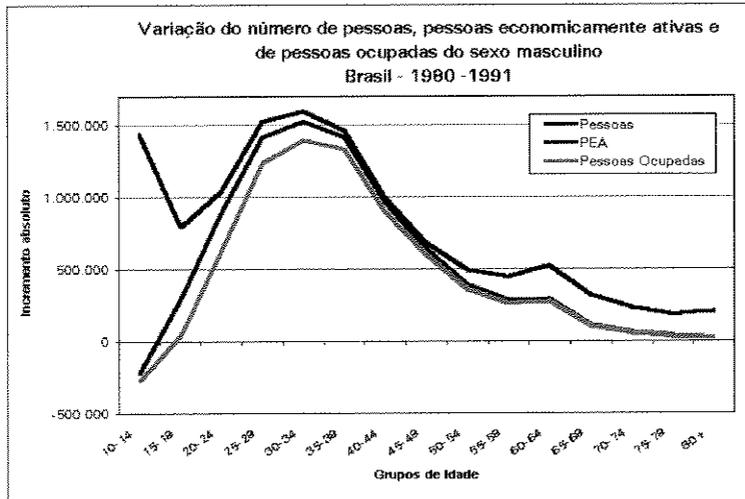
Na seqüência observa-se a situação da população de mulheres economicamente ativas: no ano de 1970, 40,7% da PEA era formada pelo grupo etário de 15 a 24 anos; no ano de 1980, o grupo de 25 a 34 anos começou a apresentar uma participação mais importante no mercado de trabalho e em 1991 atingiu 30%, nos dois primeiros grupos. Em 2000, apesar da onda jovem, pela primeira vez, mais de 41% da PEA feminina estava constituída por mulheres com idades entre 35 a 64 anos.

GRÁFICO 31



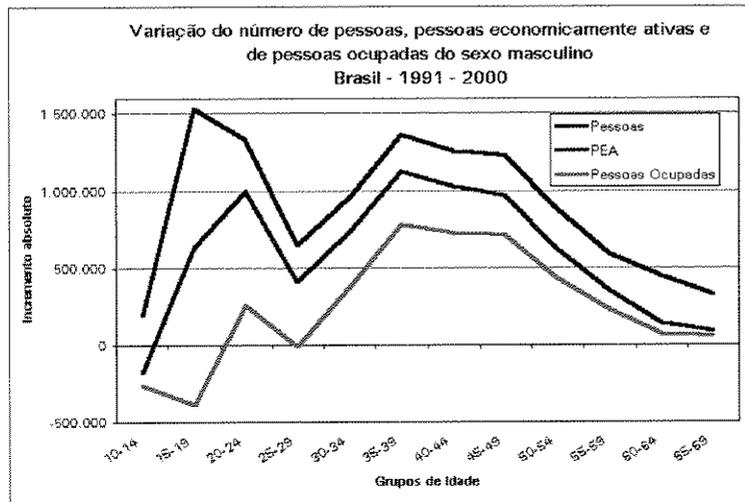
Fonte: IBGE. Censos Demográficos 1970 e 1980.

GRÁFICO 32



Fonte: IBGE. Censos Demográficos 1980 e 1991.

GRÁFICO 33



Fonte: IBGE. Censos Demográficos 1991 e 2000.

**TABELA 2**  
**Distribuição relativa da população economicamente ativa por sexo no mercado de trabalho,**  
**segundo grupos de idade selecionados, Brasil 1970 - 2000**

Grupos de Idade	Participação da população economicamente ativa no mercado de trabalho							
	Homens				Mulheres			
	1970	1980	1991	2000	1970	1980	1991	2000
<b>15-24</b>	28,6	30,2	26,9	26,3	40,7	37,4	29,1	27,6
<b>25-34</b>	24,4	26,0	28,1	26,3	22,2	26,0	29,6	27,8
<b>35-44</b>	19,4	18,2	20,5	22,0	16,0	16,8	21,6	23,7
<b>45-54</b>	12,7	12,3	12,4	13,9	9,2	9,7	10,9	13,2
<b>55-64</b>	7,0	6,4	6,6	6,6	4,2	3,8	4,5	4,5

Fonte: IBGE. Censos Demográficos 1970, 1980, 1991 e 2000.

A tabela 3 mostra a distribuição da população ocupada, por setor de atividade - primário, secundário e terciário. No Censo de 1980, a distribuição dos homens era de 30% na indústria e 36% na agropecuária. No Censo de 1991, o resultado mostra que diminui a proporção de homens na agropecuária, e na indústria, crescendo no setor de comércio e serviços, passando para 40,6% o total de homens ocupados. Quando se verifica o resultado referente às mulheres, no Censo de 1980, encontra-se uma grande proporção de mulheres, 70%, no comércio e nos serviços. Já em 1991, essa proporção sobe para 73%, e em 2000 apresenta 77%. Isto vem confirmar o fato conhecido de que as mulheres estão cada vez mais presentes neste setor. Os homens apresentam, em 2000, uma participação também importante no setor de 49%.

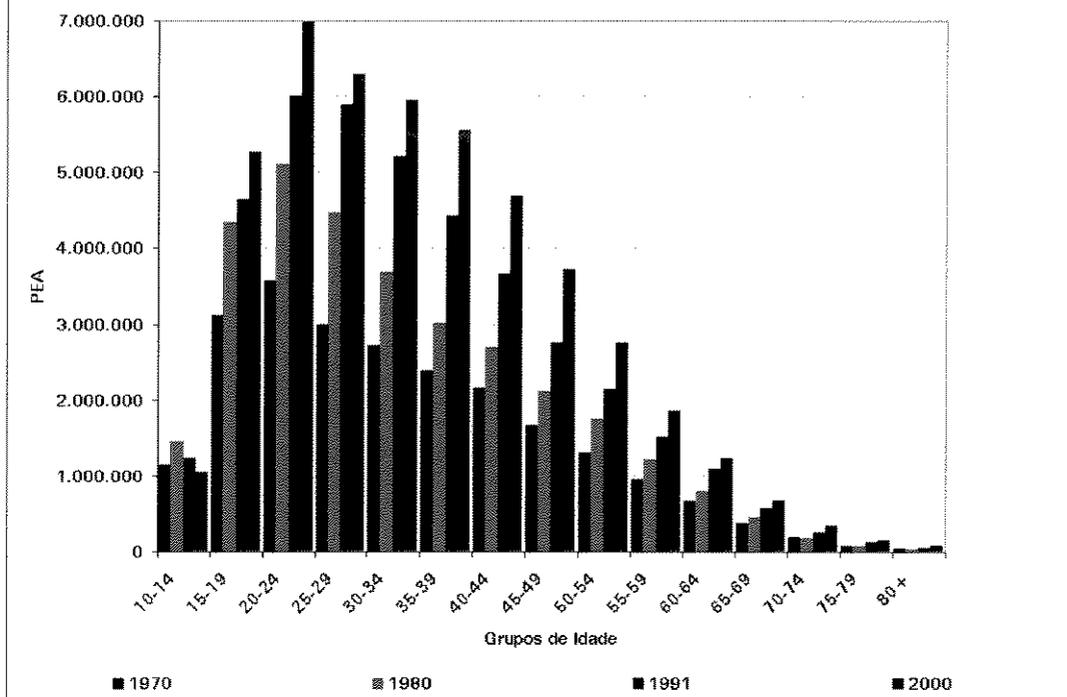
**TABELA 3**  
**Distribuição relativa da população ocupada por sexo, segundo o setor de atividade**  
**Brasil - 1980 - 2000**

Setor de Atividade	1980		1991		2000	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
<b>Total</b>	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
<b>Primário</b>	35,9	14,0	28,9	9,5	22,0	9,8
<b>Secundário</b>	29,0	15,4	28,0	14,1	27,5	12,7
<b>Terciário</b>	34,4	69,9	40,6	73,3	49,3	76,5

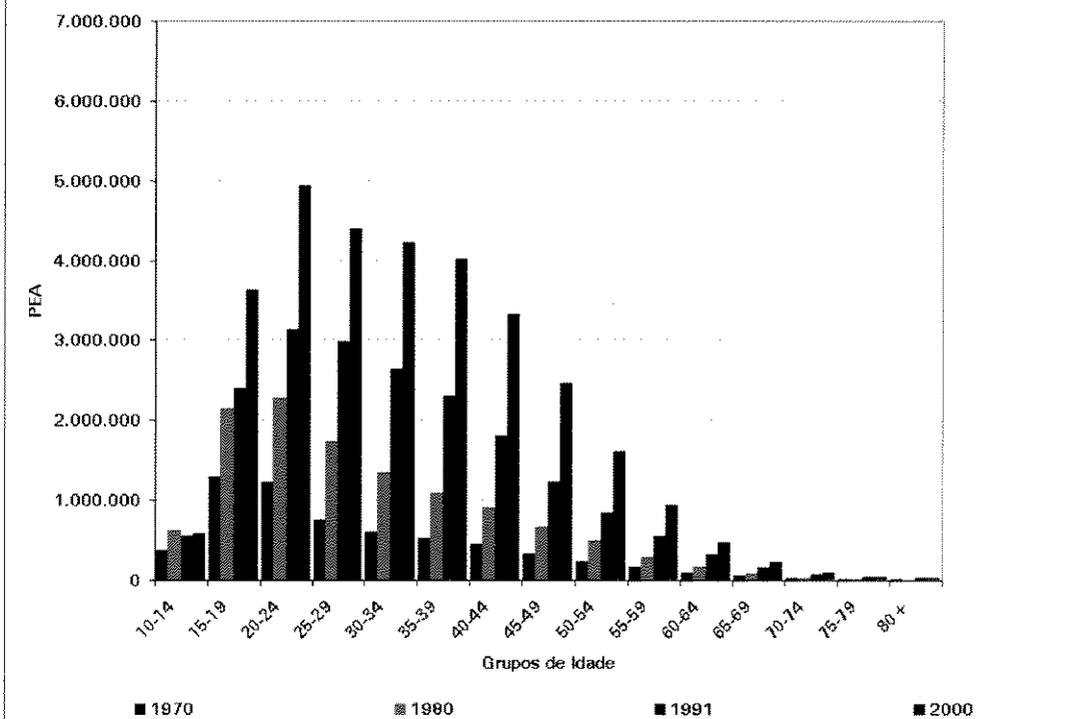
Fonte: IBGE. Censos Demográficos 1970, 1980, 1991 e 2000.

Novamente, os gráficos 34 e 35 mostram, para o Brasil, a população masculina e feminina economicamente ativa, segundo o grupo de idade. Observa-se que o ano de 1970 apresenta um pico no grupo de 20 a 24 anos. No ano de 1980, que representa o acontecido ao longo da década de 70, aparece um grande crescimento no grupo de 15 a 24 anos. A forma da distribuição observada se modifica na medida que menos jovens ingressam no mercado de trabalho.

**GRÁFICO 34**  
**População Economicamente Ativa Masculina, segundo os grupos de idade**  
**Brasil - 1970-2000**

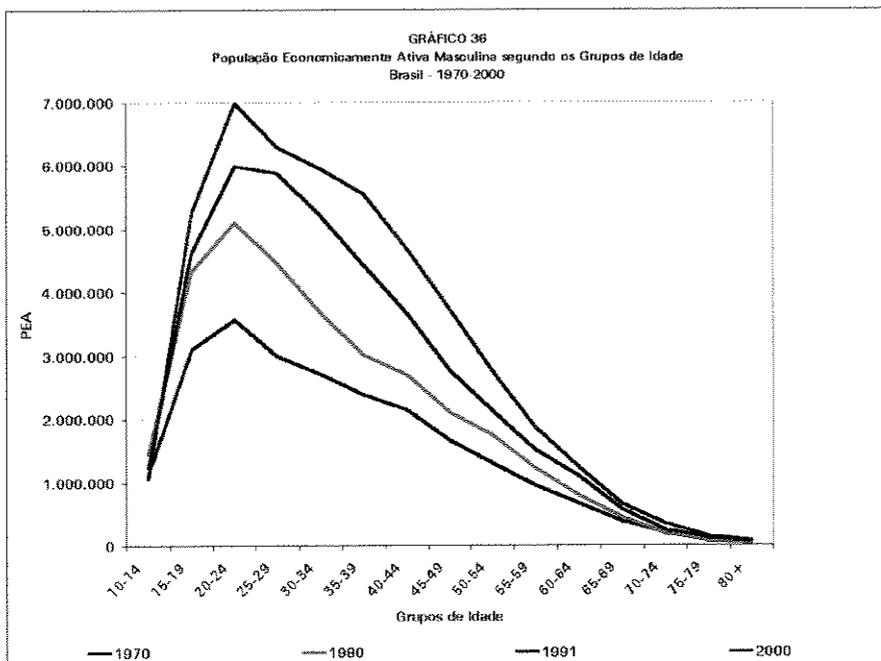


**GRÁFICO 35**  
**População Economicamente Ativa Feminina, segundo os grupos de idade**  
**Brasil - 1970-2000**

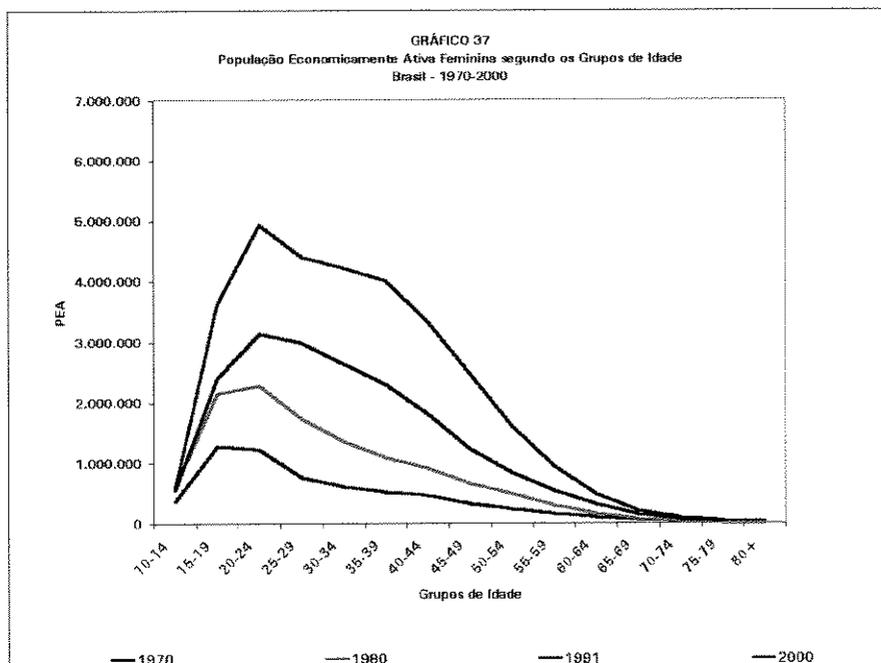


Fonte: IBGE. Censos Demográficos 1970, 1980, 1991 e 2000.

No Censo de 1980 aparece um grande contingente de mulheres jovens, de 15 a 24 anos, na população economicamente ativa, como consequência da combinação de dois fenômenos: o ingresso da mulher no mercado de trabalho e a onda de jovens da década de 70.



Fonte: IBGE Censos Demográficos 1970, 1980, 1991 e 2000.



Fonte: IBGE Censos Demográficos 1970, 1980, 1991 e 2000.

O Censo de 1980 mostra a entrada no mercado de trabalho de grande contingente de jovens de 15 a 24 anos afetando até mesmo a participação das pessoas com mais de 40 anos, como visto anteriormente. O Censo de 1991 apresenta este mesmo contingente de jovens da década anterior, agora amadurecido, e que permanece no mercado de trabalho. Assim, a curva para a população economicamente ativa no Censo 91 aparece mais dilatada nos grupos etários mais velhos, como, por exemplo, no grupo de 25 a 34 anos.

Observa-se por outro lado que os grupos de idades menores não conseguem ingressar no mercado de trabalho independente da pressão.

Por outro lado, os dados referentes às mulheres apresentam resultados inteiramente diferentes. Observa-se uma eclosão, um grande ingresso de mulheres no mercado nos anos 90, claramente evidenciado no Censo 2000. No Censo de 1970 o volume é menor refletindo a década de 60, quando a participação das mulheres não era grande. A linha é brusca com relação à população masculina e moderada com relação à feminina.

No gráfico 38 é apresentada a distribuição por idade e sexo da população ocupada na indústria, comércio e serviços, respectivamente. Pode-se observar o efeito dos fatores da dinâmica demográfica nas pirâmides da população ocupada na indústria. A grande industrialização da década de 1970 se reflete na pirâmide de 1980, que apresenta um alargamento para os grupos etários de 15 a 24 anos. O grande incremento da população masculina ocupada na década de 70 privilegia os jovens de 15 a 24 anos. Já, a forma da pirâmide para o censo de 1991, para o mesmo setor de atividade mostra o efeito do envelhecimento desta estrutura etária. Finalmente, para 2000 chegamos a uma retração no número absoluto de pessoas ocupadas na indústria para o grupo etário de 15 a 34 anos.

GRÁFICO 38

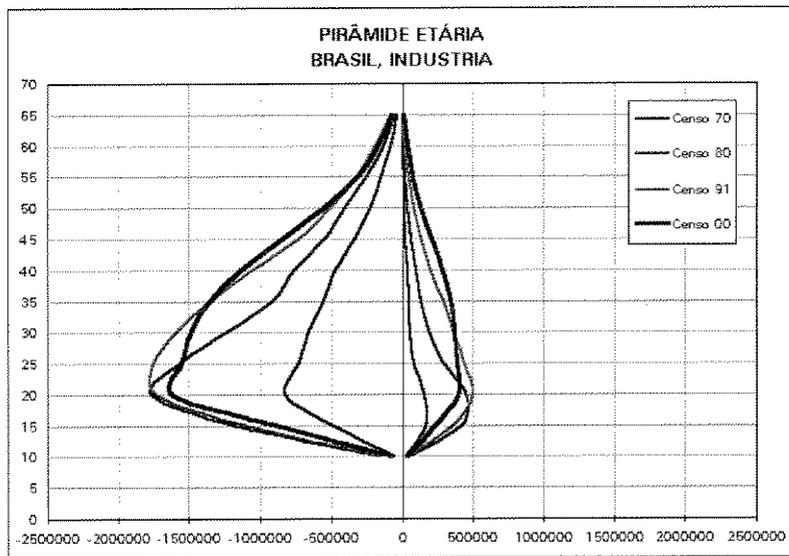


GRÁFICO 39

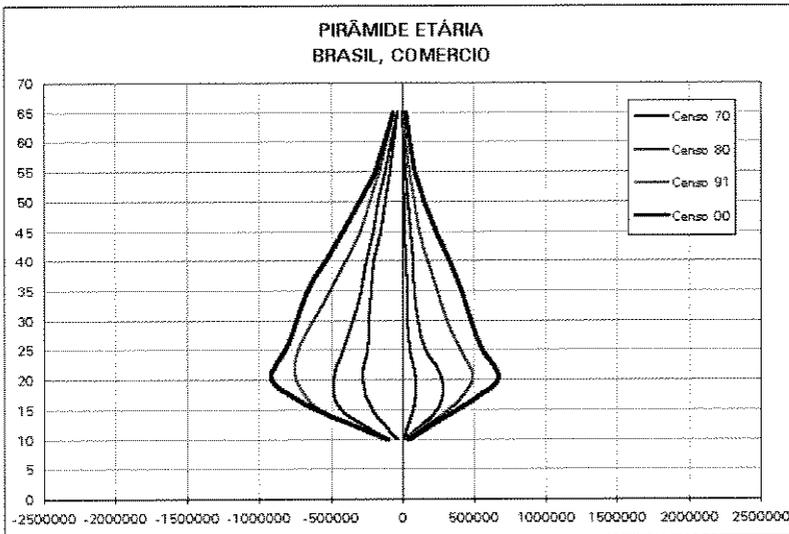
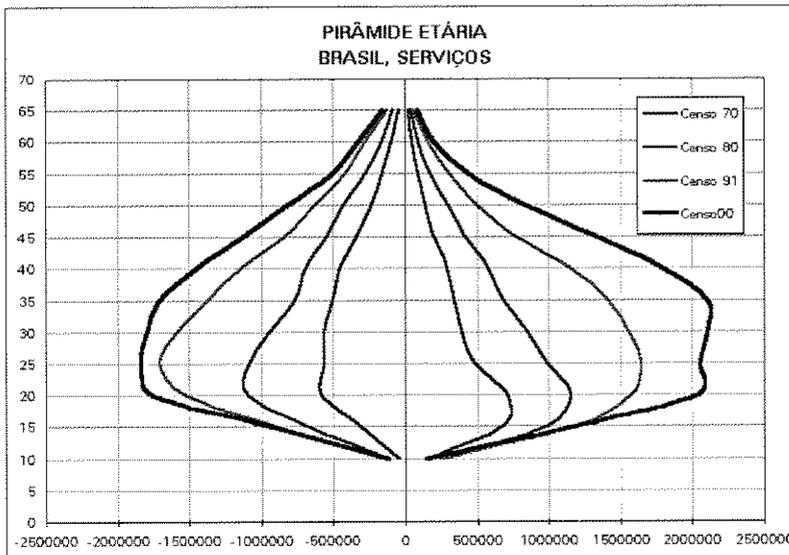


GRÁFICO 40



Fonte: IBGE. Censos Demográficos 1970, 1980, 1991 e 2000.

Se por um lado, este resultado pode ser o efeito do sentido mais restrito da definição da população ocupada, por outro lado reflete a migração de parte desta mão de obra para outros setores da economia. Já, com respeito às mulheres o incremento da mão de obra na indústria tem sido moderado observando-se um maior incremento, especialmente, no número de jovens, novamente na década de 70.

Para o comércio e serviços a situação é diferente existindo um incremento no volume dos setores de serviços fundamentalmente para o sexo feminino, especialmente nas idades superiores aos 25 anos.

O setor de serviços apresenta a maior inserção da mão de obra feminina, superando a masculina nas últimas décadas.

Para analisar o efeito da mudança do conceito de população ocupada entre os Censos de 1991 e 2000 se recorreu a análises com base nos resultados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) dos anos de 1990, 1995 e 2001 (Gráficos 41, 42 e 43).

A análise das pirâmides de população trabalhando nos setores de indústria, comércio e serviços, com base nos resultados da PNAD, confirma as observações realizadas anteriormente, utilizando os dados dos Censos de População.

GRÁFICO 41

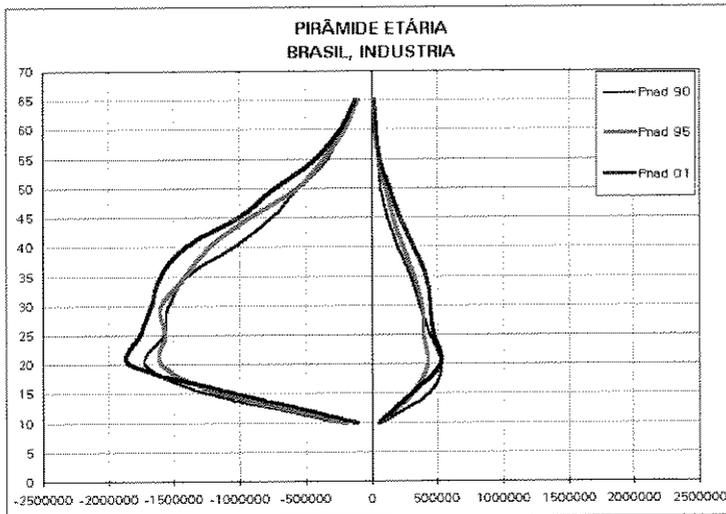


GRÁFICO 42

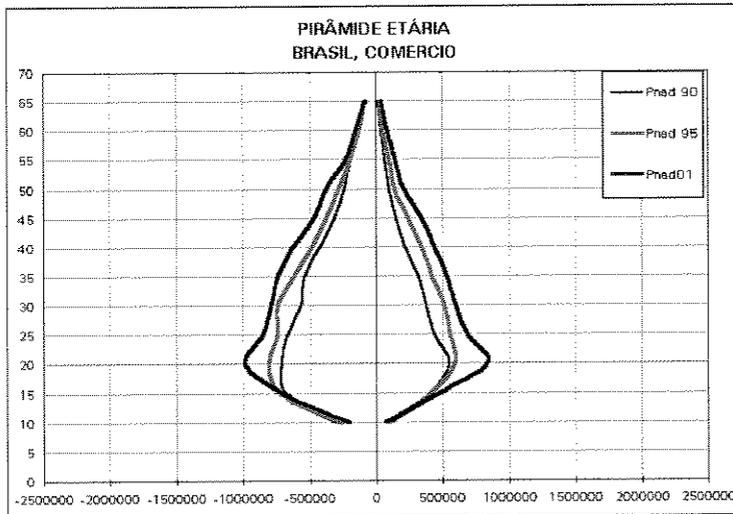
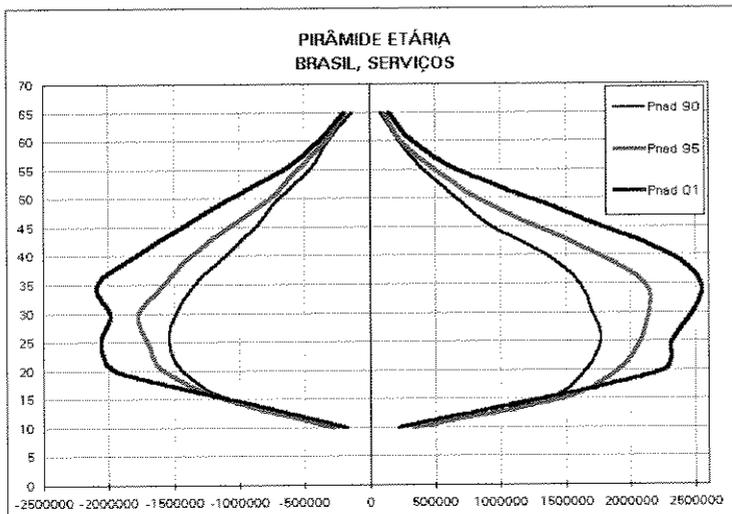


GRÁFICO 43



Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 1990, 1995 e 2001.

## Considerações Finais

Como conclusão do estudo desenvolvido neste capítulo, alerta-se, mais uma vez, para o fato de que a queda da fecundidade no Brasil aliada à queda da mortalidade desafia o setor público pelas alterações provocadas na estrutura etária brasileira, e suas conseqüências, como por exemplo, o crescimento das faixas etárias mais velhas e as demandas que surgem a médio e longo prazo.

Como mencionado antes, na medida que uma coorte larga ascende na pirâmide cria novas necessidades, exigindo, assim, respostas diferenciadas do sistema social.

Os estudos populacionais e o impacto destes sobre as áreas de planejamento e sócio-política direcionam a atenção para o fenômeno da *onda jovem*. A análise deste fenômeno contribui, também, para o esclarecimento do comportamento da estrutura etária da PEA nas últimas duas décadas e permite elaborar hipóteses sobre o comportamento futuro.

Pode-se antecipar que a forte pressão demográfica será exercida pelas faixas etárias de 25 a 34 anos, já que as coortes anteriores estão diminuídas na década atual.

Os mesmos fatores que comprometiam a possibilidade de absorção da onda jovem no mercado de trabalho se encontram presentes com relação a este grupo etário dos adultos jovens de 25 a 34 anos: o baixo dinamismo da oferta de trabalho recente; o envelhecimento da estrutura etária dos ocupados; a forte pressão exercida pela entrada das mulheres, de todas as idades, no mercado de trabalho, como vimos anteriormente, o que representa uma concorrência adicional.

---

***Parte 2***  
***Os Jovens e a Violência***

---

## **Capítulo 6**

***Jovens Violência e Demografia no Brasil.  
Algumas reflexões a partir dos indicadores de  
violência.***

# "J'ajuste, mais je ne corrige pas": Jovens, Violência e Demografia no Brasil. Algumas reflexões a partir dos indicadores de violência.\*

## Introdução

A citação de Montaigne, que inicia o Prefácio à Segunda Edição de *Os Donos do Poder*, aparece como uma irresistível provocação para descrever em forma sintética os problemas e as preocupações, tanto empíricas como teóricas, que estão associados ao tratamento do tema que estamos propondo.

O objetivo deste trabalho é contribuir com um estudo interdisciplinar que faz parte de um projeto de pesquisa que almeja como objetivo final "modelizar" uma explicação, mesmo que parcial, para o complexo fenômeno representado pelas diversas manifestações da violência na sociedade brasileira, o que poderá ser de utilidade no desenvolvimento e na avaliação de diferentes alternativas de políticas sociais.

A partir da convicção de que existe no presente crescente evidência de que as diferenças fundamentais na mortalidade têm relação com fatores sócio-econômicos e culturais, (Vallin, 1993 (1979)) procura-se mapear os traços fenomenológicos que permitam avançar na explicação do aumento de alguns indicadores de mortalidade relacionados com causas externas no período 1980-1991, fundamentalmente aqueles relacionados com a população jovem no Brasil.

Entendemos que estes resultados devem ser pensados dentro de um marco temporal mais amplo, com início na década de sessenta, porque desta forma aparece claramente evidenciada uma mudança significativa nos níveis dos indicadores. A evolução de alguns destes sustenta esta afirmação. Note-se, por exemplo, o aumento experimentado pela taxa de homicídios. No Brasil, durante este período, o número de

---

\* Artigo publicado em: BERCOVICH, A. DELLASOPPA, E.E. e Arriaga E. In: *Jovens Acontecendo na Trilha das Políticas Públicas*. Comissão Nacional de População e Desenvolvimento. Brasília: CNPD, 1998, 772p.

homicídios por 100 mil habitantes aumentou de forma marcante: em 1980 havia 11,2 homicídios para cada 100 mil habitantes, número que cresce para 20,6 em 1991 e 24,5 para cada 100 mil habitantes em 1996 <sup>1</sup>. No caso das Regiões Metropolitanas o fenômeno é muito mais acentuado: no Município de São Paulo o índice tem-se multiplicado por dez, mudando de um patamar de 5 homicídios por 100 mil habitantes em 1960 para quase 50 homicídios para cada 100 mil habitantes em 1996. O que deve ser salientado é que a taxa de 5 homicídios por 100 mil habitantes era um patamar histórico, que se apresenta como um indicador quase constante desde pelo menos duas décadas antes de 1960: quando em 1946 G. Mortara (Mortara, 1946) analisa a mortalidade por causas externas para 1940 no Distrito Federal e no Município de São Paulo, encontra esses mesmos níveis: 5,4 por 100 mil habitantes no Rio de Janeiro (DF) e 4,0 para São Paulo. Os valores atuais, de dez a quinze vezes maiores, sugerem uma reflexão mais atenta sobre as transformações operadas na sociedade brasileira nas últimas décadas.

No trabalho pesquisa-se de que forma este processo influencia nos valores de alguns indicadores demográficos, como o número de anos perdidos (Arriaga, 1996) pela população entre 15 e 64 anos,<sup>2</sup> de forma de obter subsídios para a análise que se segue.

## **Temas da Pesquisa**

Estuda-se a evolução dos anos perdidos por causas externas entre 15 e 64 anos para Brasil, Grandes Regiões e Regiões Metropolitanas de Rio de Janeiro e São Paulo, entre os anos 1980 e 1991 e a composição diferencial por causas segundo grupos de idade e sexo. A seguir, examinam-se características da estrutura das relações sociais brasileiras que se consideram específicas e de decisiva importância, e é apresentada uma hipótese que poderia ajudar na interpretação destes traços que se prolongam no tempo na sociedade, muito marcantes no caso de sua população jovem.

## Dados e Métodos

Os dados de mortes por causas externas e homicídios utilizados nesta análise provém do SIM-MS, Sistema de Informação sobre Mortalidade (Ministério da Saúde, 1996), Estatísticas Vitais (IBGE: 1979, 1980, 1981, 1990, 1991, e 1992), dos Censos Brasileiros (IBGE, 1980 e 1991). Os códigos das causas de morte utilizados pelo SIM-MS são os Códigos E na Nona Revisão da Classificação Internacional de Doenças CID-9 (OMS, 1980). Nos casos em que se considerou importante, foram analisadas as causas dentro dos capítulos. Para minimizar a variação estatística nos dados foram utilizadas médias de três anos em torno de 1980 e 1991.

Para avaliar as mudanças nas mortes por causas naturais e violentas, analisamos as mudanças nas taxas de mortalidade por causas e grupos de idade entre 1980 e 1991. Para este cálculo foi corrigido o sub-registro utilizando a equação de Balanço de Brass para o Brasil e Grandes Regiões. Na escolha do ajuste foi dada prioridade à: 1) a uniformidade nos grupos etários escolhidos e 2) o ajuste na faixa etária de 15 a 64 anos. Na correção do número de óbitos por tipo de causas foi seguida a metodologia utilizada pela Organização Panamericana da Saúde (OPS) e trabalhos recentemente publicados (OPS, 1992), Murray e López (1996) e Dachs (1998). Considerou-se, portanto o sub-registro distribuído proporcionalmente entre causas naturais e externas. No caso das causas registradas, mas não determinadas, considerou-se que seriam naturais. Deve levar-se em conta que, certamente, esta é *uma* das muitas estimações que os dados permitem realizar. A seguir, foi aplicado o método de anos de vida perdidos (Arriaga, 1984 e 1996) para uma avaliação quantitativa das mortes violentas e não violentas, calculando-se as mudanças na esperança de vida temporária entre 15 e 64 anos para cada grupo de causas. Este método permite a análise das mudanças de mortalidade por causa individual e grupos de idade, tanto como para o conjunto de grupos de idades combinados. O número de anos de vida perdidos não mede diretamente a mudança da mortalidade, senão o impacto da mudança da mortalidade na vida da população, assim como a esperança de vida no nascimento.

Este indicador não deve ser confundido com o conceito de anos potenciais de vida perdidos, utilizado pela Organização Panamericana da Saúde (1990).

Os anos de vida perdidos levam em conta as idades das pessoas que morrem, e relacionam-se diretamente com as mudanças nas esperanças de vida. Por exemplo, dadas duas esperanças de vida correspondentes a dois anos especificados, a diferença entre as esperanças de vida poderá explicar-se pelas diferenças dos anos de vida perdidos como resultado da mortalidade por idade e causas de morte para cada ano. Neste trabalho, calculam-se os anos de vida perdidos para dois grandes grupos de causas de morte: violentas e não violentas.

A diferença entre os anos de vida perdidos na mesma Região entre um ano e outro indica a variação na esperança temporária de vida devida à mudança da mortalidade por diferentes causas de morte. Se considerarmos áreas diferentes (e, portanto populações diferentes), a diferença entre o número de anos de vida perdidos entre as duas populações explicaria a diferença entre as esperanças de vida de cada uma das áreas.

Por exemplo, se compararmos as Regiões Metropolitanas do Rio de Janeiro e de São Paulo, a diferença em anos de vida perdidos mostra o incremento na esperança temporária de vida entre 15 e 64 anos se a população da RMRJ igualasse a mortalidade observada na RMSP para cada causa de morte. Foi realizada a análise para as idades entre 15 e 64 anos, e comparada a mortalidade atual com o suposto de mortalidade nula entre essas idades. O estudo foi focalizado entre essas idades porque as mortes violentas afetam fundamentalmente aos homens jovens.

## **Resultados**

Na Tabela 1 apresentam-se para 1980 o número de anos de vida perdidos entre 15 e 64 anos por sexo e grupos etários para todas as causas, causas externas e naturais para Brasil e Grandes Regiões e as RMRJ e RMSP, homens e mulheres, realizado o ajuste indicado acima. No Gráfico 1 encontram-se esses resultados representados para as Grandes Regiões.

Na Tabela 1 observa-se que para todas as causas, o total de anos perdidos da Região Norte encontrava-se em um patamar acima da média nacional. Observam-se valores mais elevados para a Região Norte para todos os grupos etários, com exceção dos dois últimos. Como pode ser observado também no Gráfico 1, os valores elevados para a Região Norte correspondem às causas naturais, que respondem por 82 % do total de anos perdidos pelos homens. Já no caso das causas violentas, homens, 1980, observa-se que o maior número de anos perdidos corresponde à RMRJ ( 2,05) e à Região Centro-Oeste (1,76), encontrando-se as restantes Regiões próximas da média nacional. Para a RMRJ já em 1980 verifica-se que quase 30% do total de anos perdidos corresponde a causas violentas, prefigurando uma tendência que se consolida ao longo da década. Devem ser notados o alto valor de anos perdidos por causas violentas (0,52) na Região Sudeste para o grupo etário 15-24.

Quando analisamos as mulheres nas mesmas condições para 1980, observa-se que em todos os casos o número de anos perdidos é muito menor que o número correspondente aos homens, sendo mais marcante a diferença no caso das causas violentas, onde os anos perdidos no caso das mulheres estão apenas em torno de 20% dos valores dos homens, sinalizando a habitual predominância masculina no caso das mortes por causas externas. A Região Centro-Oeste aparece com os maiores números de anos perdidos por violência, superando a RMRJ e à Região Sudeste.

No caso das mulheres, (Gráfico 1, Tabela 1) a proporção de anos perdidos por causas violentas e grupo etário em relação ao total apresenta valores máximos para o grupo etário de 15 a 24 anos. Aqui são as Regiões Sul e Sudeste as que apresentam os maiores valores nos grupos etários iniciais, superadas apenas pelas RM's. Cabe notar para o caso da RMS, o elevado valor da proporção também para as mulheres em 1980.

Transcorridos onze anos, em 1991 (Tabela 2 e Gráfico 2) o padrão de anos perdidos se modificou, tanto pelo aprofundamento de tendências já presentes em 1980, como o aumento dos anos perdidos por causas violentas, fundamentalmente nas Regiões Metropolitanas, a continuação do deslocamento dos máximos regionais

para as Regiões Sudeste e Centro-Oeste, e o forte aumento na *proporção* de anos perdidos por causas violentas.

Quando observamos (Gráfico 2 e Tabela 2) os anos perdidos entre 15 e 64 anos por Região para todas as causas para os homens, a Região Sudeste lidera com 6,38 anos perdidos, seguida da Região Centro-Oeste com um total de 5,93 anos perdidos. Dentro da Região Sudeste, a Região Metropolitana de Rio de Janeiro contribui com um total de 8,10 anos perdidos e a RMSP com 7,08. Na Região Sudeste o número de anos perdidos entre 15 e 64 anos por causas naturais diminui como em todas as outras Regiões, e segundo os resultados obtidos passa a ser a Região com número maior de anos perdidos por causas naturais de todas as Regiões do Brasil. Com efeito, se nos anos oitenta, as Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste lideravam em número de anos perdidos, esta situação inverte-se em 1991, passando a ser o Sudeste a Região com piores indicadores para estas faixas etárias. Porém, a alta mortalidade infantil nas outras Regiões, implica em uma esperança de vida ao nascer menor nestas. (Teixeira, 1996; Paes, 1996). Na Região Sul observam-se sempre as menores taxas de mortalidade por todo tipo de causa, e também o menor número de anos perdidos. Já nas Regiões Metropolitanas de Rio de Janeiro e São Paulo, não apenas aumentou entre 1980 e 1991 o número de anos perdidos por causas naturais, fundamentalmente entre os jovens, como se situam em um patamar acima de todas as Grandes Regiões. Observando que este deterioro se deu entre as idades de 15 a 34 anos, especialmente na Região Metropolitana de São Paulo, podemos inferir que sem dúvida a AIDS teve um papel importante na alteração do padrão. É importante observar que apenas na Região Sudeste aumentou o número de anos perdidos por causas naturais para os grupos de 15-24 e 25-39 anos, sendo a Região Metropolitana de São Paulo a principal responsável por este incremento.

No caso das causas violentas (homens) em 1991 o máximo fica na Região Centro-Oeste, com 2,09 anos perdidos, um aumento de 18,8% em relação a 1980, mantendo a liderança no número de anos perdidos por causas violentas entre as Regiões do Brasil. O maior número de anos perdidos para os jovens de 15 a 24 anos

sempre se deu na Região Sudeste, e a diferença com as outras Regiões se acentuou. Os maiores impactos negativos sobre o grupo etário de 15-24 anos registram-se na Região Sudeste, com 0,81 anos perdidos, seguida pela Região Centro-Oeste, com 0,67 anos perdidos para o mesmo grupo etário. Na Região Centro-Oeste os níveis de mortalidade por causas violentas são também importantes, e se mantém para grupos de idade mais avançada. Na Região Sudeste o indicador passou de 0,52 anos em 1980 para 0,81 em 1991, o que implica em considerável aumento para o grupo etário. Dentro da Região Sudeste as Regiões Metropolitanas são as que registram os máximos de perda total e os máximos para o grupo etário 15-24, com 3,26 e 1,47 (RMRJ) e 2,47 e 1,19 (RMSP). Estes dados se complementam com um outro indicador que também aumenta: a proporção de óbitos por causas violentas e grupo etário em relação ao total de óbitos. Para os jovens de 15 a 24 anos, esta proporção aumenta para todas as Grandes Regiões. (Ver Tabela 3)

No caso das mulheres, em 1991 nota-se um patamar de máximos valores de anos perdidos em três Regiões (Nordeste: 2,85; Centro-Oeste: 2,85 e Sudeste: 2,83) para o valor total de todas as causas, o que representa uma melhora para as três Regiões em relação à situação de 1980. As mulheres experimentam melhoras em praticamente todos os grupos etários, fundamentalmente para as causas naturais, porque no caso das causas violentas os resultados apresentam uma marcada estabilidade. Porém, dada a situação anterior, isto implica em um aumento da proporção de anos perdidos para as mulheres por causas violentas e grupo etário também para todas as Regiões e grupos etários considerados. Mesmo assim, a situação das mulheres em relação aos anos perdidos por causas violentas pode ser qualificada de razoável, mantendo-se dentro dos níveis internacionais para países como Argentina, por exemplo, (Bercovich A. et al. 1997a). Esta significativa semelhança com os níveis internacionais não existe no caso dos homens.

## **A Situação nas Áreas Metropolitanas do Rio de Janeiro e de São Paulo**

As Tabelas 1 e 2 e os Gráficos 3 e 4 incluem os resultados de anos perdidos segundo tipo de causa, homens e mulheres, 1980 e 1991, obtidos para as RMRJ, RMSP. Nos casos dos Gráficos 3 e 4 os resultados das Regiões Metropolitanas de Rio de Janeiro e São Paulo estão apresentados em conjunto com Brasil e as Regiões Nordeste e Sudeste, para os anos de 1980 e 1991. Porém, sabemos que os indicadores sócio-econômicos são extremamente diferentes entre municípios e até mesmo no interior de cada município de cada Região Metropolitana, produto do processo de fragmentação das diferenças sociais que se aprofundou nas últimas décadas.

Para a RMRJ, podemos observar um crescimento importante no número de anos perdidos por todas as causas pelos homens entre 1980-1991, (Gráficos 3 e 4) onde a RMRJ mostra que já em 1980 o número de anos perdidos no grupo etário de 15-24 era o maior do Brasil. EM 1991 a RMRJ lidera em todos os grupos etários, seguida pela RMSP, o que evidencia o caráter relevantemente masculino e metropolitano da violência por causas externas, afetando os grupos jovens. Este efeito se traduz num aumento importante do número de anos de vida perdidos. Este aumento nas RMs verifica-se nos três primeiros grupos etários considerados, permanecendo os valores quase constantes entre 1980 e 1991 para os grupos etários 45-54 e 55-64.

No caso das mulheres, além da já notada tendência à diminuição dos anos perdidos, nota-se também uma tendência à convergência dos valores das diferentes Regiões entre si e com os das Regiões Metropolitanas analisadas. É especialmente notável a diferença entre os padrões de anos perdidos no caso das mulheres e dos homens no caso das causas violentas, como pode ser observado nos Gráficos 1 a 4.

### **Os jovens de 15 a 24 anos entre 1980 e 1991**

No Gráfico 5 apresentam-se os resultados apenas para o grupo etário de 15 a 24 anos, homens e mulheres, para Brasil, Grandes Regiões e Regiões Metropolitanas

de Rio de Janeiro e São Paulo, para visualizar as mudanças acontecidas entre 1980 e 1991. Nestes gráficos se faz evidente o deterioro acontecido na Região Sudeste, como já indicado, e, dentro desta, nas Regiões Metropolitanas de São Paulo e Rio de Janeiro. Em tanto que também ao nível de Brasil aumenta o número de anos perdidos pelos homens entre 1980 e 1991, a situação das mulheres se mantém estável, tanto nos pequenos valores absolutos como na distribuição regional.

## **Mudanças nas curvas de mortalidade: Brasil e Grandes Regiões**

No Gráfico 6 apresentam-se as taxas de mortalidade específicas para Brasil e Grandes Regiões, para homens e mulheres entre 1980 e 1991. No caso do Brasil, homens, observa-se a clássica descida para o grupo de cinco a nove anos, porém imediatamente a curva retoma os valores de uma década atrás, sinalizando a "barriga das causas externas" que afeta fundamentalmente às coortes jovens masculinas. Todas as Grandes Regiões exibem um comportamento semelhante, a exceção da Região Norte, que apresentaria ganhos positivos, a partir de uma curva de mortalidade excepcionalmente elevada que se deduz dos dados de 1980. Porém, este resultado para a Região Norte deve ser considerado com reserva, dada a precariedade conhecida dos dados de mortalidade para esta Região. No caso do Nordeste o efeito do deterioro é menos marcado, porém sempre presente.

O pior de todos os resultados é, como sempre, o da Região Sudeste, onde o peso das Regiões Metropolitanas resulta em um deterioro em relação a 1980: a barriga das causas externas é muito intensa e as taxas de mortalidade superam as da década anterior para as coortes jovens. Durante os anos 80, a mortalidade na RMRJ e na RMSP tem aumentado entre os homens de quase todos os grupos etários, a partir dos 15 anos, o que se contrasta com a melhoria para as mulheres de todas as idades. A mudança mais importante no caso dos homens tem sido o reforço dessa "barriga de causas externas" para o grupo etário de 15-34 anos. Durante a década, esse efeito também pode ser notado nas mulheres, mas está limitado à redução ou cancelamento da melhora dos índices de mortalidade para aqueles grupos. A crescente proeminência

da "barriga de causas externas" entre homens jovens tem sido maior, em termos relativos, na RMSP, quando comparada à RMRJ, (Bercovich A. et al. 1997a) como podemos observar nos Gráficos 3 e 4 (onde organizamos as taxas de mortalidade por grupos etários). Essa maior deterioração na RMSP é associada a uma combinação de causas externas e mortes relacionadas à AIDS no grupo etário de 25-40 anos. (ver Ferreira, C.E.C., e Castinheiras, L.L., 1996, Waldvogel, 1992, e Camargo, 1996). Na RMRJ e na RMSP observamos um crescimento nas taxas de mortalidade em todos os grupos etários, com exceção do grupo entre 0-14 anos, com uma proporção de crescimento um pouco maior para a RMRJ. Mais notável, porém, é o aumento dos índices de mortalidade na RMSP no grupo de 20-44 anos, um resultado que é consistente com as mortes relacionadas à AIDS.

Com algumas causas de morte importantes influenciando os índices de mortalidade, como mortes violentas e AIDS, podemos ficar tentados, como Pollard (1996), a adotar previsões conservadoras para o futuro. Mas, como argumenta esse autor, aqueles que adotaram previsões conservadoras no passado foram, geralmente, mais tarde, considerados cautelosos demais. Infelizmente, as projeções podem gerar resultados que mostram uma deterioração ainda maior das taxas atuais de mortalidade adulta nas áreas metropolitanas do Brasil.

A mesma situação, mas em níveis inferiores, como indicado acima, pode ser observada nas curvas de mortalidade das outras Grandes Regiões. Nesse caso, o contraste é mais evidente para as mulheres, que experimentam uma melhora nas taxas de mortalidade durante o período, em todos os grupos etários.

Como resultado destas mudanças na dinâmica demográfica, resulta que entanto a esperança de vida da população brasileira subiu de 41 anos em 1935 para 65 anos em 1991, na última década, o diferencial por sexos na esperança de vida por gênero cresceu, apresentando valores de 69.8 para as mulheres e 61.1 para os homens. (Beltrão et al., 1996).

No Gráfico 7 apresentamos as taxas específicas de mortalidade por tipo de causa, para Brasil e Grandes Regiões, homens, entre 1980 e 1991. Observa-se o

padrão habitual de elevação das taxas de mortalidade por causas externas para os homens jovens, e, após um leve declínio, a manutenção dos valores da taxa para os grupos etários superiores. Como sempre, o efeito é mais marcado na Região Sudeste.

## **Análise da mortalidade proporcional por homicídios, acidentes de transporte e outras violências no Brasil e nas Grandes Regiões.**

O quadro geral de aumento da violência tem características diferenciadas nas distintas Regiões do Brasil. Depois de ter analisado os anos perdidos por causas externas por sexo e grupos etários para Brasil, Grandes Regiões e as RMRJ e RMSP, nos Gráficos 8 a 15 apresentamos resultados da mortalidade proporcional para Brasil e Grandes Regiões, comparativamente entre 1980 e 1991, para homens e mulheres, correspondentes à percentagem de Acidentes de Transporte (CID-BR: E47), homicídios (CID-BR: E55), e Outras violências (CID-BR: E56).

No Gráfico 8, onde apresentamos os resultados para os homens em 1980, nota-se imediatamente o *efeito de tesouras* verificado entre as proporções correspondentes aos acidentes de trânsito e as correspondentes aos homicídios ou agressões na medida que avançamos nos grupos etários. Também nota-se que, para o grupo de jovens de 15 a 24 anos objeto deste trabalho, em 1980 homicídios e acidentes de trânsito respondem por aproximadamente cinquenta por cento de todos os óbitos por causas violentas (Gráfico 9). Esta característica se mantém e aprofunda em 1991, ficando entre cinquenta e sessenta por cento do total dos óbitos (Gráfico 11).

No caso do Brasil, entre 1980 e 1991 pode observar-se que para todos os grupos etários a partir de 15-24 anos verifica-se um grande aumento na participação dos homicídios no total de óbitos por causas externas, (Gráfico 10) sendo que o máximo se verifica para o grupo etário 15-24 anos, passando de 27 para 43 por cento. Em relação aos resultados de 1980, nota-se que em 1991 se verifica um *deslocamento do máximo* do grupo etário 25-34 para o imediatamente anterior, 15-24 anos. Este resultado se verifica no Brasil e nas Grandes Regiões com exceção da Região Centro-Oeste, onde, porém, os valores para estes dois grupos etários se

encontram muito próximos. Na década, o crescimento da participação das causas externas, e, dentro destas, dos homicídios, se verifica preferencialmente no grupo dos jovens de 15-24 anos. Entretanto, a participação dos acidentes de trânsito se mantém constante ou diminui, com as exceções das Regiões Sul e Centro-Oeste.

Nos Gráficos 9 e 11 de barras justapostas, para 1980 e 1991, pode-se observar com clareza a descontinuidade existente entre o grupo etário de 15-24 anos e o precedente. Também, observa-se o aumento verificado na proporção de homicídios na Região Norte em relação ao número total de óbitos por causas externas, fundamentalmente para esse grupo etário de 15-24 anos, quando passa de 30 para cinquenta pontos percentuais, percentagem que supera ainda os valores para a Região Sudeste. Nota-se também a elevada participação dos acidentes de trânsito no caso da Região Centro-Oeste, onde estas duas causas respondem por quase setenta por cento do total de óbitos por causas externas.

No caso das mulheres, os resultados para Brasil e Grande Regiões estão apresentados nos Gráficos 12 a 15. No Gráfico 12, nos resultados para 1980, nota-se um padrão de percentagem de homicídios semelhante ao encontrado para o caso dos homens, porém com valores absolutos menores, o que elimina a possibilidade do efeito de tesouras observado no caso dos homens. Também como no caso dos homens os valores de máxima participação se encontram no grupo etário 25-34 anos. Já no ano de 1991, os resultados indicam que há, com exceção da Região Sul, aumentos importantes na percentagem de homicídios no total de causas externas para todas as idades. Para 1991 há uma diferença no padrão no caso dos homens: não há deslocamento do máximo para o grupo etário mais jovem. No caso das mulheres, em 1991, o máximo de participação dos homicídios no total das causas externas permanece com o grupo etário de 25-34 anos sem exceção, tanto para o Brasil como para as Grandes Regiões.

No Gráfico 12, observa-se que as Regiões Norte e Nordeste apresentam para o grupo 25-34 os máximos valores entre todas as Regiões, e resultam destacáveis os altos valores de participação dos Acidentes de Transporte (CID-BR: E47) para todas as

idades. Já a percentagem de Outras Violências apresenta padrões e valores semelhantes aos dos homens.

Na Tabela 4 se apresenta, para os homens, a proporção de Homicídios e Outras Violências no Total de Causas Externas para Brasil e Grandes Regiões, em 1980 e 1991. (Ver também Gráficos 8 a 11). Podemos observar que de 1980 para 1991 a proporção das outras violências caiu substancialmente em todas as Regiões do Brasil com exceção da Região Sudeste, onde se verifica um efeito de compensação entre os homicídios reconhecidos como tais e os atos violentos dos quais se ignora a intencionalidade. (Ver: Bercovich et. al. (1997); Lopes, A.G.S. (1994); Souza (1994)). Uma análise desagregada ao nível dos Estados da Região Sudeste mostrou que essa situação se concentra fundamentalmente no Estado do Rio de Janeiro.

A seguir, para observar mais de perto dentro de itens da classificação particularmente importantes, vamos apresentar os resultados abertos para três dígitos no caso dos Homicídios (E55) e Outras Violências (E56). Para o caso dos Homicídios, apresentamos a participação percentual dos Ataques com Arma de Fogo ou Explosivo (E965), Ataque com Instrumento Cortante ou Penetrante (E966) (armas brancas) e Ataque com Outro Procedimento Especificado ou Não Especificado (E968), para Brasil e Grandes Regiões, homens e mulheres para 1980 e 1991. Estes resultados se encontram nos Gráficos 16 e 17 e na Tabela 5. No caso dos homens, 1980 (Gráfico 16) pode ser observado que no Brasil 48 % dos homicídios dos jovens de 15 a 24 anos eram cometidos com armas de fogo, em tanto que as armas brancas eram responsáveis por 18 % dos homicídios, e em 32% dos casos não era especificado o procedimento. Se todas as Grandes Regiões se encontravam em 1980 no caso de homicídios por armas de fogo muito perto da média nacional, no caso das mortes por arma branca a os resultados nos apresentavam um quadro diferente, no caso das Regiões Sudeste e Nordeste, que apresentavam comportamentos díspares. Para os jovens, na Região Sudeste se observa que apenas 9 % dos homicídios eram cometidos com arma branca, contra 18 % do Brasil e 37 % na Região Nordeste. A Região Nordeste mantém valores em torno de 40 % para os homicídios com arma branca para

todos os grupos etários considerados, em tanto que na Região Sudeste estes valores estão em torno do 10 %. Diante deste quadro, colocam-se pelo menos duas indagações interrelacionadas: os diferentes padrões de homicídios existentes em 1980 no Nordeste e no Sudeste correspondem a tendências efetivamente existentes na estrutura de relações sociais?, ou: trata-se apenas de uma distorção originada num tratamento diferenciado dos dados? Cabe assinalar que não apenas nas porcentagens relativas arma de fogo/arma branca a Região Sudeste e a Nordeste são muito diferentes, mas também na proporção de homicídios por Outros Procedimentos Especificados ou Não Especificados. Apenas com os dados apresentados não haveria condição por enquanto para definir esta questão.

No Gráfico 17 apresentam-se os mesmos dados para 1991. Ao observarmos os resultados, vemos que a porcentagem de homicídios cometidos com armas de fogo aumenta em todos os casos, assim como diminui a dos cometidos com armas brancas. No caso da Região Nordeste o aumento no primeiro caso é tão marcado que chega, no caso dos jovens, no grupo etário 15-24, a superar a própria Região Sudeste, atingindo 62 %. Entretanto, a proporção de homicídios por Outros Procedimentos Especificados ou Não Especificados se altera muito pouco nas duas Regiões, permanecendo inalterada no caso dos jovens de 15 a 24 anos, o que leva a supor, a partir da evidencia disponível, que há uma efetiva mudança nos 'estilos de homicídio', que levam a uma cada vez maior utilização das armas de fogo, na medida em que a facilidade para sua obtenção se generaliza, em detrimento do uso da arma branca. É precisamente a *disponibilidade* da arma de fogo a que muda o padrão dos homicídios. A situação brasileira se aproxima rapidamente da verificada nos Estados Unidos <sup>3</sup>, onde mais de dois terços dos homicídios são cometidos por armas de fogo, uma porcentagem muito mais elevada que a do resto dos países industrializados (G7) com exceção da Itália. <sup>4</sup> Como afirma J-C. Chesnais: "Como regra geral, quanto mais alta a porcentagem de homicídios por arma de fogo, mais elevada a taxa de homicídio: o fato não deveria surpreender; é trivial" (Chesnais, 1981: 97). <sup>5</sup>

Nos Gráficos 18 e 19 apresentam-se os dados para as mulheres, também para 1980 e 1991. Mesmo apresentando oscilações (maiores em 1980) devido ao pequeno número de casos, no caso das jovens de 15-24 anos verifica-se também o aumento da proporção de mortes por arma de fogo para todos os casos analisados.

Finalmente, vamos analisar o subgrupo E980-E985 (Mortes por Lesões que se ignora se Foram Acidental ou Intencionalmente Infligidas) também entre 1980 e 1991 para aprofundar nossas considerações.

Nos Gráficos 18 a 21 e Tabela 6 apresentamos os resultados para os grupos etários entre 15 e 64 anos. Os subgrupos representados são E985 (Subgrupo de Lesões por Armas de Fogo) E986 (Subgrupo de Armas Brancas) e E988 (Subgrupo de Outros Meios). No caso dos homens, nota-se entre 1980 e 1991 em todas as Regiões, mas principalmente no Sudeste, o aumento das Lesões por Arma de Fogo, que para o grupo etário jovem, 15-24 anos, representa o 53% do grupo. Pelo seu peso estatístico, o padrão do Sudeste é muito semelhante com o do Brasil. As Lesões por Armas Brancas estão fracamente representadas no Sudeste, mas ainda têm uma presença importante nas outras regiões, com destaque para Centro-Oeste e Nordeste. No caso do Nordeste, também neste caso observa-se um importante decréscimo na participação das armas brancas, que se reduz à metade. No caso do Sudeste/Brasil, resulta particularmente sugestivo o fato que em 1991 nos grupos jovens 15-24 e 25-34 seja em extremo elevada a percentagem das lesões por armas de fogo em que não há uma decisão sobre seu caráter ou não acidental. Problemas de qualidade de registro da ocorrência parecem estar sendo indicados por estes altos percentagens. Na medida em que a violência aumenta, resulta cada vez mais difícil nas Regiões do Brasil onde esse aumento é maior, particularmente na Região Sudeste e no Estado do Rio de Janeiro, identificar sua natureza no momento em que o legista emite o atestado de óbito, antes de finalizado o inquérito policial.<sup>6</sup>

## Uma abordagem macro em diálogo com uma micro<sup>7</sup>

A verificação empírica do aumento dos indicadores de violência na sociedade brasileira, ao longo das últimas três décadas, impõe pensar as transformações sociais que nela aconteceram e que afetaram a percepção da violência como fato social, sua magnitude e sua influência na estrutura de relações sociais. Desta forma, procura-se levar em conta a complexidade das causas da violência, incluindo um amplo leque de fatores na conformação desta multicausalidade. Podem classificar-se estes fatores (Roth, 1994), em quatro níveis de análise, que são os usualmente estudados nas diferentes abordagens: a) forças econômicas e sociais (macrosociais), b) situações de conflito interpessoais em contextos específicos (microsociais), c) desenvolvimento da conduta individual desde a infância até a idade adulta (psicosocial)<sup>8</sup> e d) processos neuro-comportamentais e outros processos biológicos que estão na base de todos os comportamentos humanos (neuro-comportamentais). Os fatores nestes quatro níveis operam e interagem em cadeias de eventos que podem começar muito antes do evento violento em que resultam.

Os processos de transformações políticas, econômicas, demográficas e sociais, observados *apenas do ponto de vista da evolução dos índices considerados*, permitem inferir a evolução do sistema socioeconômico brasileiro como experimentando uma bifurcação em relação à sua trajetória virtual original já na década de sessenta, fundamentalmente do ponto de vista do aprofundamento das desigualdades. Não é por acaso que aparecem e se perpetuam as imagens dos 'dois Brasis', da 'Belíndia', em correspondência com este momento. Como notávamos acima, em décadas anteriores, se observarmos as taxas de mortalidade por homicídio, apuradas, como por exemplo: as taxas anuais para o período 1939-1941 (Mortara, 1946:103), podemos perceber que os valores são bastante baixos, inclusive para as próprias Regiões Metropolitanas: 5,4 por 100 mil habitantes no caso do ex-Distrito Federal e 4,0 no Município de São Paulo. Estamos, portanto falando de um patamar totalmente diferente ao verificado nos dias de hoje.<sup>9</sup> A fragmentação, uma das conseqüências do processo de bifurcação sistêmico descrito acima, e que devemos analisar em termos de

diferenciação crescente da sociedade brasileira, se da junto com a marginalização econômica e social de substantivas parcelas da população. Assim, encontra-se, ao início de qualquer consideração sistemática dessas clivagens sociais, a constatação de que praticamente um terço da população brasileira luta contra um cotidiano de pobreza absoluta. Ainda, herdeira de um passado escravocrata recente, a sociedade brasileira como um todo tem raramente assumido a presença de um *problema racial* como elemento adicional de fragmentação, fato nem sempre lembrado na produção das ciências sociais.

Esse processo de alargamento das desigualdades se produz não apenas quando consideramos o Brasil como um todo, mas também dentro das Grandes Regiões, nos Estados, nos municípios e até dentro de estes, entre diferentes bairros. As diferenças pontuais entre indicadores na relação de 50:1 (Jardim Ângela, Brasilândia versus Consolação ou Perdizes no Município de São Paulo) expressam o valor presente de um processo iniciado trinta anos atrás. Cabe, então, a pergunta: como foi possível semelhante processo de aprofundamento das diferenças dos índices considerados, em todo o espectro dos agrupamentos geográficos?

Para avançar na proposta de compreender a dinâmica das transformações sociais e demográficas relacionadas ao fenômeno da violência na sociedade brasileira, examinaremos diversas características específicas da estrutura social brasileira. Estamos, portanto, nos colocando dentro do conjunto de abordagens que privilegiam o nível macrosocial.

Sabemos que nenhum fator isolado ou soma mecânica de fatores poderá explicar um fenômeno social complexo como a violência na sociedade brasileira. Antes de avançar qualquer explicação pensamos que corresponde essa etapa fenomenológica, onde devemos identificar e examinar diversas características que fazem parte do problema da violência no Brasil entanto manifestações, no sentido de uma "...análise do *continente*, pois ela desconta que o *conteúdo* latente verdadeiro emergirá dos critérios aos quais o continente obedece, ..." (Moles, 1995:131). Estes traços fenomenológicos, que podemos identificar dentro da estrutura de relações

sociais no Brasil, são o produto atual da interação ao longo do período considerado, dentro do sistema social do Brasil, de múltiplos subsistemas. Resultam da interação entre os sistemas cultural, econômico e político, incluindo-se aqui o Estado e suas instituições como também as diferentes forças políticas, institucionalizadas ou não. Estes sistemas interagem com a população entanto sistema demográfico. Este sistema demográfico muda no tempo sob os efeitos da transição demográfica, as migrações internas, os processos de urbanização e metropolização, o aparecimento das "ondas jovens". Todos estes processos operam sobre a estrutura de relações sociais, e apesar de estarem ocorrendo profundas transformações, muitas vezes são percebidos como operando sobre uma base de *invariância, de resistência à mudança*. Sobre este ponto voltamos mais adiante.

Nessas mudanças operadas na estrutura de relações sociais devemos salientar as que se operam necessariamente sobre a racionalidade dos indivíduos, as normas sociais e os conceitos de ordem que a análise sociológica tradicionalmente identifica. (Elster, 1990a,1990b). Todo este processo de complexas interações apresenta exteriormente à consideração da pesquisa um número de indicadores, condutas, que denominamos traços fenomenológicos e que podem ser comparados com os existentes no início do processo. Assim, encontraremos ocasião para o exercício descritivo dentro das instituições do Estado, do Judiciário, por exemplo, e das instituições de controle e segurança do Estado, como as suas polícias, do Sistema Político, tanto ao nível dos partidos como dos indivíduos, do Sistema Econômico e dos próprios cidadãos, tanto isoladamente como nas manifestações de sociabilidade e relações com as instituições. Finalmente, após este exercício, o avanço metodológico implica em perguntar-se se existem dentro dessa estrutura similaridades, no caso mais afortunado isomorfismos, que possam auxiliar na compreensão dos mecanismos determinantes do quadro atual.

Esses traços fenomenológicos que consideramos importantes para a descrição das propriedades do sistema são: a impunidade, a fragilidade do sistema de justiça criminal, a corrupção nos órgãos estatais, o uso de força letal pela polícia, o

desenvolvimento de uma sociabilidade defensiva, o vigilantismo, as chacinas e linchamentos, a "onda jovem" no âmbito demográfico e o papel da mídia.

Essas características devem ser colocadas contra o pano de fundo das extremas desigualdades sociais da sociedade brasileira. Essas desigualdades apontam as limitações do processo de democratização política do país. A lista é necessariamente controversa, mas tentaremos manter a maior proximidade possível com os fatos. Nossa abordagem, ciente das dificuldades do complexo tema, propõe-se então como primeiro passo a elaboração de uma "fenomenologia densa" (Elster, 1990a) que possa dar conta da identificação dos elementos de importância substantiva.

Vamos começar com a impunidade, que acreditamos ser uma característica que assume dimensões específicas na sociedade brasileira. A impunidade no Brasil é marcada por uma *resiliência* <sup>(10)</sup> extremada, mesmo nos casos onde a pressão da sociedade civil leva a algum tipo de penalidade, que geralmente é limitada em suas conseqüências. Essa elasticidade na impunidade pode ser detectada não apenas nos níveis políticos e econômicos mais elevados <sup>11</sup>, mas também junto ao crime como o tráfico de drogas, o jogo do bicho e as alegações de chacinas cometidas pela polícia <sup>12</sup>. Nesta situação, as que denominamos adiante *transações colusivas nas redes de consolidação* constituem a impunidade nos sujeitos políticos, econômicos ou criminosos, e garantem "a volta por cima" numa maioria dos casos.

Uma pesquisa realizada em 1996 pela Associação Comercial de São Paulo em escolas, faculdades, *shoppings* e na sede central da entidade e quinze locais distritais na cidade de São Paulo, teve a indicação da impunidade como a principal causa da violência, para 28,5% das 32.929 respostas colhidas. <sup>13</sup>

## **Impunidade e redes de colusão na "democracia compactuada"**

Dos elementos que citamos acima, acreditamos, portanto que seja a impunidade a que merece, pela sua importância, a indagação mais sistemática. Levando em conta as colocações anteriores, consideramos importante adiantar e discutir uma hipótese explicativa que pode dar conta de uma parte do problema. Pensa-se que o resultado

do colapso destas relações colusivas que permeiam a sociedade brasileira é o aparecimento de condições de emergência do uso da violência para a resolução de conflitos, na ausência ou debilidade de mecanismos alternativos institucionalizados para dilucidar situações de conflito, nos diferentes níveis da estrutura de relações sociais, num quadro de desigualdades crescente. Este quadro de desigualdades cria possibilidades de acesso aos mecanismos institucionais muito diferenciadas e acaba se constituindo em um elemento sinérgico com a estrutura de relações colusivas.

Trabalhamos com a hipótese da existência na sociedade brasileira de estruturas de relações sociais de características isomórficas <sup>(14)</sup> que devem ser pesquisadas em relação não apenas ao problema da violência nas suas diferentes manifestações como também em relação ao tema do poder e da dominação. <sup>15</sup> Verifica-se no conjunto da sociedade brasileira, tanto ao nível das relações intersubjetivas, intersetoriais (de grupos econômicos, políticos, culturais, etc.), a existência de redes de relações colusivas (conluíus) <sup>(16)</sup>, que fazem parte irredutível da prática quotidiana e ao mesmo tempo se constituem num elemento decisivo de viabilização e operacionalização de qualquer instância política institucional, desde o município ao governo federal. O resultado da existência destas redes, como tentamos mostrar, é uma marcante estabilidade, uma grande inércia da estrutura de relações sociais no Brasil.

Essas transações colusivas devem também analisar-se levando em conta que se constituem em formas de dominação intersetoriais.<sup>(17)</sup> Percebe-se que o sistema de reconhecimentos mútuos que se estabelece apresenta uma tendência a maximizar a incorporação dos diversos setores autônomos que "entram no jogo" na rede de consolidação. E tende, ao mesmo tempo, a marginalizar aqueles setores cuja dinâmica interna é tal que impede ou limita na sua participação no jogo de reconhecimentos mútuos (Dobry, 1986:112).

Todo um conjunto de princípios pragmáticos de não ingerência opera nas redes de consolidação. A arte de "fechar os olhos" estende-se não só ao nível rotineiro do uso patrimonialista de recursos públicos para objetivos políticos privados, como às decisões do judiciário e ainda àquelas decisões políticas que dizem respeito à

organização do Estado. Desta maneira, um porta-voz da Presidência da República pode conceber com naturalidade um sistema político democrático como uma "*democracia compactuada*": quer dizer, articulada mediante os conluíus dos setores que participam de uma rede específica de consolidação: a do poder político. (18)

Esta situação está diretamente relacionada com as características e funcionamento dos sistemas cultural, político, econômico e social no Brasil. Daí que muitas vezes pode afirmar-se uma associação estreita entre a existência de uma determinada situação de crise (econômica, política ou social) e uma crise das relações colusivas que envolvem determinados setores. A partir deste ponto podem explicar-se situações de deslegitimação do sistema político que adquirem características crônicas.

Um ponto que destacamos nesta formulação é aquele que diz respeito às *propriedades de invariância* que se desenvolvem nos sistemas nos quais os elementos que os definem reproduzem permanentemente ações nos sistemas de ação, com o que "...estabelecem-se barreiras à mudança." O tema da invariância de determinados padrões de relações sociais, e de resistência à mudança, caracterizado em termos de propriedades sistêmicas da estrutura social brasileira, permite entender temas recorrentemente descritos na literatura como o "peso do passado", a "persistência de mecanismos de reprodução do autoritarismo socialmente implantado", o "tecido complexo de poderes" e a "rigidez hierárquica". (Ver NEV/USP: Projeto de Pesquisa Continuidade Autoritária e Construção da Democracia; julho 1992, pág. 16). Ou ainda formulações gerais do estilo "...O arcaísmo do capitalismo brasileiro parece ser inultrapassável." (Calegaris, 1993) ou profundas questões culturais como as apontadas por R. da Matta "... inabalável tradição familística até agora sem competição." (Matta, 1989)

Esta propriedade manifesta-se nos subsistemas e elementos (especialmente aqueles mais marcados pelo clientelismo e fisiologismo) com uma força significativa. Geralmente as manifestações típicas que o justificam apresentam-se tipicamente, sob a forma de resgate de algum tipo de código de honra ou fundamento ético, <sup>19</sup> o que se

relaciona estreitamente com a estrutura de clã destes setores ou "grupos de colusão" que descansam largamente em relações de confiança mútua e lealdade.

Devemos investigar a presença de uma violência que aprofunda a fragmentação social nas *lógicas específicas*<sup>20</sup> dos setores sociais. A presença desta violência entendemos que está diretamente relacionada com o colapso das relações colusivas estabelecidas nas redes de consolidação. Temos de analisar de que maneira isso contribui para a reprodução perversa e constante do "autoritarismo socialmente implantado".

### **Relações colusivas. Lógica e funcionamento do conluio**

Procuraremos então aprofundar a reflexão sobre a trama de relações colusivas que se estabelecem entre os diferentes setores nas redes de consolidação.

*"Os concorrentes operam em conivência quando decidem afastar da arena certos recursos que estão a sua disposição. Colocar em jogo esses recursos implica para eles fazer o jogo ter um custo muito alto".* (Bailey, 1970:170) A tarefa consiste em compreender o que significa neste contexto que o custo do jogo pode ser "muito alto". Isto está relacionado com um número de regras pragmáticas que evoluem e governam o tipo de recursos que podem ou não serem utilizados na concorrência entre as partes.

Podemos apresentar uma situação muito conhecida como exemplo. Em 1º de novembro de 1994 o Exército inicia a "Operação Rio", como resultado de um convênio assinado entre o Estado do Rio de Janeiro e o Governo Federal para "...a preservação da lei, da ordem pública e da segurança do cidadão, especialmente para a prevenção e repressão do contrabando de armas e do tráfico de drogas."<sup>21</sup> Porém, a mesma reportagem do Jornal do Brasil ( pp. 14-16) apresenta as declarações de "um graduado oficial da comunidade de informações" quem afirma para o repórter que o exército tem trezentos nomes de autoridades do Estado do Rio de Janeiro ( da Polícia, Judiciário, Secretaria da Receita Federal, Alfândega, etc.) e de políticos e empresários envolvidos, personagens que representam a espinha dorsal do tráfico. O grau de

contaminação seria tão grande que a '...simples divulgação dos nomes poderia desestabilizar o país' , e o oficial mostrava-se preocupado com as 'conseqüências políticas' de semelhante atitude. Portanto, adota-se um curso de ação que estava desde o início condenado ao fracasso ou à total ineficiência em relação aos objetivos propostos. Cabe assinalar que numerosas vezes alertavam para o descaminho dos objetivos da operação, uma típica execução medidas destinadas a baixar o custo do jogo.<sup>22</sup>

O que mais surpreende neste tipo de ações, é que a racionalidade parece estar clara, as conseqüências também mas, nada muda: muito pelo contrario, cada uma apenas vêm a confirmar aquelas fortes características de invariância que colocávamos para a sociedade brasileira. Porém, desvendar este tipo de mecanismos sociais e seus isomorfismos pode permitir-nos avançar na compreensão da dinâmica da estrutura de relações sociais no Brasil.

Seguindo a Bailey e ao Aurélio, observamos que a colusão tem conotações de segredo, dolo e fraude. Na realidade muitos atos de conluio são subentendidos, implícitos: os concorrentes não precisam nem querem admitir que não estão colocando em jogo recursos, situação muito freqüente no caso da colusão entre oligopólios econômicos. Analisando o problema desde outro ponto de vista, observa-se que as colusões pragmáticas e os acordos normativos têm de alguma maneira o mesmo significado: restrições em interesse da estabilidade (no espaço de confronto: pode ser o mercado econômico, político, etc.). Também a colusão implica que ambos concorrentes estão se auto-limitando na formulação de objetivos próprios que possam implicar ou aprofundar um conflito. Nesta forma, os confrontos podem ser abafados. O conluio inclui também aquelas situações nas quais os encontros incluem a antecipação do resultado: os não-confrontos ou retiradas. Não há condição de aceitar o desafio e corresponde ao partido mais débil responder com a aceitação simbólica de sua inferioridade, materializada com uma conjuntural retirada estratégica. (Bailey, 1970:172-184)

Situações semelhantes podem ser observadas no campo político e social, abundando na área que nos ocupa, da violência e da criminalidade. Determinadas práticas que operam na relação entre repressão e criminalidade podem ser melhor explicadas levando em conta o conceito de colusão no sentido explicitado acima. Não apenas existem interdependências evidentes entre as duas, como é no caso do consumo e tráfico de drogas, como também existem outras interdependências e cumplicidades que se manifestam nas formas de combate à criminalidade. A tese neste trabalho é que se estabelece um círculo perverso de reprodução de processos de interação pragmáticos além do limite da legalidade, que permeiam o conjunto da sociedade, e que constituem-se num elemento básico de composição e de sustento de uma situação que reproduz restrições das condutas, com efeitos estabilizantes do status-quo.

Resulta interessante destacar neste ponto a possibilidade de uma teoria da colusão como subproduto de um enfoque econômico do crime e da punição, tal como aparece no trabalho de Gary S. Becker (Becker, 1968:207-207). Como assinala o autor, "Estas idéias parecem ser úteis na compreensão do sucesso relativo da colusão mesmo nas indústrias ilegais! Assim como as empresas em atividades legais têm um incentivo para praticar a colusão e aumentar preços e lucros, também o têm as firmas que produzem produtos ilegais, como narcóticos, jogo ilegal, prostituição e aborto."

Mesmo considerando os setores sociais desfrutando de autonomia relativa, estabelecem-se entre estes setores (ou pelo menos entre partes deles) sistemáticas relações colusivas. O conjunto destes setores constitui o que ao nível global da sociedade denomina-se neste trabalho rede ampla de consolidação, <sup>(23)</sup> para diferenciá-la das isomórficas redes locais de consolidação, de menor alcance e complexidade, que operam ao nível dos diferentes subsistemas e setores sociais. Trata-se de uma característica presente nos sistemas políticos democráticos nas suas diferentes versões, sempre interagindo com elementos determinados pela autonomia dos setores. Em particular no caso da estrutura social brasileira opera-se uma sinergia com a estrutura econômica oligopólica, e com a estruturação cartorial de importantes setores

do aparato estatal (explicar) e com os traços decorrentes da herança do passado escravocrata recente.

Neste contexto, as relações colusivas são não apenas poderosas forças intersetoriais de estabilização como de dominação, características dos sistemas políticos contemporâneos. Sua articulação opera uma contribuição dos setores ao funcionamento do sistema, consistente em intercâmbios ou relações de complementaridade entre as esferas (subsistemas) sociais diferenciadas. Porém, em quanto a seu conteúdo o elemento mais importante em operação é o conjunto de princípios pragmáticos de não-ingerência que operam nas redes (ampla e locais) de consolidação. Estes princípios, cuja formulação prática mais elementar está constituída pela operação (ou a arte) de "fechar os olhos" consideramos representam um dos isomorfismos operantes nos diferentes níveis da estrutura social brasileira. (Dobry, 1986) Encontra-se o princípio operando sobre as inter-relações formuladas entre diferentes setores, sejam estes do judiciário, econômicos, serviços de inteligência, de instituições do Estado, do crime organizado, do esporte, etc. Aqui lembramos novamente a definição de Bailey: esta operação de "fechamento" está diretamente vinculada a avaliação das conseqüências resultantes da utilização de recursos disponíveis no contexto do "jogo" constituído pelas relações intersetoriais.

As relações de complementaridade implicam para os diferentes subsectores/subsistemas o estabelecimento de uma teia de reconhecimentos mútuos, que opera com valor legitimante do sistema político (econômico, social, cultural, etc.) e dos próprios setores envolvidos. Expressado de uma outra maneira, podemos dizer que as transações colusivas e seus reconhecimentos mútuos associados produzem para seus protagonistas um adicional de objetivação, porque sobre o esquema montado (lembrar da expressão "montar um esquema") se ha operado um processo de reificação (no sentido de Berger & Luckmann, (1989)) *que passa a ver o produto da colusão como um modelo natural que deve ser observado nas relações que se estabelecem entre setores sob pena de sanção.* <sup>(24)</sup> Assim, sistematicamente nas relações colusivas coloca-se em jogo a solidez e a manutenção das definições que os

setores (subsistemas) se dão de si mesmos, tanto em relação ao ambiente como a seus próprios agentes, o que pela sua vez resulta imprescindível para a operação "natural" do jogo de reconhecimentos mútuos. Na manutenção autoreferente das definições, são julgados elementos tais como fiabilidade, disponibilidade e manutenção no tempo. Assim, a naturalidade do modelo de relacionamento leva a que se manifeste uma tendência a incluir o maior número dos mais diversos setores autônomos da sociedade nas redes de consolidação, e à marginalização da importância e peso político dos setores que a dinâmica política leva a permanecer externos ao jogo de reconhecimentos mútuos. Desta maneira, toda uma série de isomorfismos e homologias <sup>25</sup> aparecem quando se observam as que denominamos redes de consolidação locais. Assim como determinadas estruturas políticas são denominadas "grupos de pressão", podemos similarmente imaginar a existência disseminada pelos diferentes nós das redes de consolidação de numerosos e variados "grupos de colusão", que operam segundo as características delineadas acima.<sup>(26)</sup>

Finalmente, é importante ressaltar a relação entre as crises de relações colusivas que ocorrem no interior das redes de consolidação com processos de deslegitimação que se desenvolvem nas sociedades democráticas contemporâneas e na sociedade brasileira em particular. Particularmente importante é a erosão e ruptura das transações colusivas entre os principais setores estratégicos (notoriamente entre os setores econômicos dominantes, do governo e militares), o que tem provocado historicamente um afundamento dos "reconhecimentos mútuos". É neste momento de afundamento das transações colusivas entre os setores "estatais" que se pode entender seu papel estratégico no funcionamento do Estado.

Estas considerações justificam-se porque um dos elementos isomórficos mais importantes está constituído pela estrutura de relações sociais que pode ser associada a um jogo cooperativo entre participantes de um oligopólio. Esta situação é isomórfica com aquelas caracterizadas não apenas com os grupos de colusão concertada como com aqueles grupos que podem ser qualificados como de colusão tácita. Estruturas que admitem este tipo de caracterização de suas relações sociais podem ser

encontrados nos mais diferentes setores da sociedade brasileira, seja no judiciário, nas estruturas políticas e sindicais, na polícia, no jogo ilegal, no tráfico de drogas, nas associações de moradores, esportivas, etc. Estes isomorfismos consideramos serem objeto de verificação empírica, não constituindo em um problema teórico.

## **Mais traços no percurso fenomenológico**

Depois de realizado esse desvio teórico na busca da percepção de regularidades podemos retornar à apresentação da manifestação de formas que tal vez agora possam ser percebidas mais claramente como caracteres distintivos, que precisam ser especificados e explicados como mecanismos de interação social de pequeno e médio alcance, ou seja, "...modos plausíveis e freqüentemente observados em que as coisas podem acontecer" (Elster, 1990a). Entre estes caracteres distintivos, devemos apontar em primeiro lugar a fragilidade do sistema de justiça criminal brasileiro. Junto à impunidade, esta fragilidade, como já foi notado (Adorno, 1992), gera uma baixa proporção de prisioneiros sentenciados. Na RMSP, em 1992, "de um total de 4.274 prisioneiros acusados por crimes contra a pessoa, 33% foram sentenciados. No caso de crimes contra a propriedade, essa proporção é ainda menor... apenas 28% foram sentenciados." Situação semelhante se verifica em todos os estados da federação brasileira.

Diretamente relacionada à impunidade e à fragilidade do sistema judiciário, a corrupção associada à violência tem crescido em importância desde os anos 70. Esta é *uma* das conseqüências do desenvolvimento do tráfico de drogas, que ofereceu oportunidades de lucros elevados no próprio tráfico de drogas e de armas de fogo e na lavagem do dinheiro. A extorsão de traficantes pela polícia tornou-se uma situação comum a ponto de na polícia da RMRJ haver uma chamada "banda podre" que lucrava com a extorsão e outros sérios delitos. A corrupção existe não apenas dentro da polícia, mas também no sistema judiciário e em praticamente todos os órgãos burocráticos. A expressão "montar um esquema" faz parte da linguagem comum, como sinônimo de corrupção (ver Nota 5)<sup>27</sup>. Muitas vezes a peculiar relevância de um

caso policial serve para pôr em evidencia mecanismos de corrupção internos da polícia, como a extorsão em troca da liberdade, como aconteceu recentemente no caso da "gangue da batida", na cidade de São Paulo. <sup>28</sup>

Outra das características marcantes é o uso de força letal pela polícia. A proporção extremamente baixa de prisioneiros sentenciados, causada pelas razões examinadas acima, também se encontra como questão central na crítica levantada pela Polícia Militar (PM) contra a ineficiência do sistema de justiça criminal. Esse ponto é importante porque tem a violência como consequência: como o crime é uma ocupação sem altos riscos, graças à corrupção da Polícia Civil e da ineficiência do sistema de justiça criminal, e portanto, na opinião de muitos setores da Polícia Militar, é inútil encarcerar um homicida. Assim sendo, a punição é freqüentemente aplicada sob a forma de pena capital, através do uso de força letal. Faz parte da sabedoria popular que *"ladrão é pra' morrer mesmo"*. Essa crença é compartilhada por amplos setores da população, independente de classe social e é talvez um dos mais perversos resultados do fracasso do sistema de justiça criminal. Um conceito tão fundamental quanto a idéia de que devemos olhar além da sentença e da correção e examinar o papel do sistema judiciário como parte integrante da educação, prevenção e tratamento, é ainda impensável no Brasil.

Também devemos notar a mudança no padrão dos homicídios. Em 30 anos, o padrão de homicídios no Brasil tem se transformado inteiramente <sup>29</sup>. Complexas redes criminosas, com organização empresarial e conexões importantes, tanto a nível nacional quanto internacional, não controlavam o tráfico de drogas nos anos 60. O comércio de drogas e armamento pesado, de produtos e instalações químicas, têm se tornado complexo, envolvendo a lavagem de dinheiro e a extensiva corrupção de órgãos governamentais. O homicídio, que no Brasil de 30 anos atrás estava mais associado a causas passionais (Campos Coelho, 1988), hoje em dia tende a estar associado aos conflitos entre gangues de traficantes, às atividades clandestinas dos esquadrões da morte ou "polícias mineiras" e "justiceiros". Mas, como vimos, está também associado ao uso de força letal pelas PMs de vários estados, particularmente

do Rio de Janeiro e São Paulo (Pinheiro, 1991), assim como aos motivos muitas vezes fúteis que levam à resolução violenta de conflitos nas periferias dos grandes centros urbanos.

Se observarmos os padrões de violência originados na percepção de um sistema de justiça criminal corrupto, indigno de confiança, lento e injusto, vamos reparar em fenômenos tais como os justiceiros e os esquadrões da morte. Existem também organizações de pistoleiros contratados por pequenos comerciantes e companhias de transporte público nas periferias de muitas cidades brasileiras para controlar a criminalidade, matando ladrões e até grupos que se recusam a pagar pelo transporte ou simplesmente perturbam a ordem "pública" nas áreas onde tais comerciantes ou companhias de transporte operam. Às vezes o assassinato é cometido por seguranças privados desses empresários, agindo não como justiceiros profissionais, mas simplesmente "fazendo um bom trabalho" na área.<sup>30</sup> A imprensa (*Jornal Folha de São Paulo*) atualmente mantém estatísticas sobre o número de chacinas na RMSP. Essas chacinas produzem múltiplas vítimas, freqüentemente relacionadas umas às outras, com a óbvia intenção de eliminar testemunhas. A maior parte desses crimes não são resolvidos e ninguém é punido por eles.<sup>31</sup> A periferia tem suas próprias leis e a população pobre sabe que é a lei do silêncio a que impera nas favelas. O preço a pagar por um testemunho pode ser a própria morte ou o extermínio da própria família.

Entanto que nas áreas metropolitanas as chacinas envolvem uma média típica de 3 a 4 vítimas por chacina, outros massacres adquirem importância nacional devido a um número muito mais elevado de vítimas envolvidas em cada caso. Algumas destas foram denunciadas no exterior. Nos últimos seis anos, oito grandes chacinas aconteceram no Brasil, com mais de 200 mortes.<sup>32</sup>

O linchamento é um outro fenômeno brasileiro sobre o qual existe uma convergência entre o ponto de vista das PMs sobre o uso de força letal com explicações populares exacerbadas sobre a impunidade de criminosos (incluindo mortes causadas pela polícia) e a inutilidade tanto da polícia quanto do sistema judiciário. A vingança das populações vítimas do crime e que não têm esperança de

obter justiça e compensação por parte da polícia e do sistema judiciário, é percebida como um ato espontâneo. Na realidade, na maior parte dos casos existe uma estrutura oculta organizando os linchamentos (Martins, 1989; Pinheiro, 1991b). Entre 1979 e 1989, como mostra Martins (1989), houve 272 linchamentos, metade deles desde o fim do regime militar.<sup>33</sup>

## **A sociabilidade em tempos difíceis**

Os homens das cidades vivem a maior parte de sua vida 'em situação de alarme' (Goffman) e permanentemente oscilam entre o temor à invasão e o temor à identificação como invasor (Joseph, 1988:29) nas redes de sociabilidades, próprias ou alheias. A contração dos espaços públicos e sua transformação em fragmentos descontínuos é um processo permanente nas sociedades ocidentais. O efeito opera não apenas sobre as sociabilidades, mas também sobre as próprias geografias urbanas. Nos anos 60 e 70, nos Estados Unidos foram exploradas (Gold, 1970) as relações entre o desenho urbano e o controle e prevenção de violência. Acreditou-se então que muitas das principais cidades americanas estavam sendo fortificadas e a hipótese de cidades defensivas foi levantada como uma possibilidade concreta, com todas as suas conseqüências socialmente destrutivas.

A idéia da emergência de cidades defensivas aparece em relação com o conceito sociológico de sub-culturas urbanas da violência.<sup>34</sup> Sob o conceito de sub-culturas englobam-se fenômenos urbanos originados em bairros racialmente segregados e economicamente carentes, com membros que não eram criminosos "profissionais" que minimizam os riscos e sim "jovens irados que não acreditam na sociedade" (Gold, op. cit.). As aspirações consumistas desses jovens eram semelhantes àquelas dos jovens do resto da sociedade, mas os processos de socialização experimentados deram origem a valores e atitudes diferentes, e a existência de uma economia de subsistência e lucro financeiro diferenciado, possível devido às características específicas da vida urbana, acabou por conformar o quadro de desenvolvimento destas sub-culturas. O tráfico de drogas cresceu, aumentando

fortemente as possibilidades de lucros financeiros imediatos, em sinergia com a percepção da violência como um comportamento normal -- necessário para a sobrevivência no mercado competitivo das drogas.

Junto com processos de esvaziamento das áreas centrais das cidades, e a emigração dos mais afluentes para bairros e periferias novas e de mais alto padrão, os processos de transformação em cidades defensivas em interação com as sub-culturas produziram cidadãos defensivos. Esse fenômeno pôde também ser notado no Brasil. No caso dos ricos, houve um crescimento no uso de guardas de segurança privados e na implementação de regulamentos privados para resolver questões de segurança em áreas específicas (bairros afluentes, condomínios de casas ou apartamentos de luxo ou de classe média, etc.). Ao mesmo tempo, entre os pobres, vivendo em áreas carentes e periféricas das regiões metropolitanas, houve um crescimento nas atividades de justiceiros e no desespero extremo e vingativo do linchamento. Desta forma, o índice de homicídios na mesma região metropolitana pode variar fortemente quando se consideram áreas geográfica e socialmente distantes, sob diferentes condições de controle de criminalidade (Ratinoff, 1997). Por exemplo, no Município de São Paulo, há toda uma gradação de áreas de risco que inclui desde bairros com taxas de homicídios muito baixas, quase "européias" (Consolação, Perdizes, Jardim Paulista, etc.) até uma faixa de regiões de altíssimo risco (Brasilândia, Jardim Ângela, Guaianazes, Capão Redondo, e o próprio centro de São Paulo, Sé). A média das taxas de homicídio por 100 mil habitantes das cinco regiões mais violentas de São Paulo é de 84,4. A média das cinco menos violentas, 5,3: ou seja, dezesseis vezes menor. Isto implica em patamares de violência qualitativamente diferentes, e em condições de vida, de qualidade de vida e de possibilidades de sociabilidade também qualitativamente diferentes. Consideramos que esta realidade de fragmentação dos indicadores expressa o aprofundamento dos processos de mudança na estrutura de relações sociais no Brasil que descrevemos acima.

## **A desigualdade em relação à morte como expressão de desigualdades extremas**

As diferenças entre as cinco melhores e as cinco piores não são um caso isolado. Elas revelam uma contínua oposição entre dois Brasis. Existem, no Brasil, condições sociais que expressam desigualdades extremas. De acordo com O Relatório do Programa para o Desenvolvimento das Nações Unidas (1992), a renda dos 20% mais ricos da população era 26 vezes maior que a renda dos 20% mais pobres. Em 1991, o Brasil tinha a pior distribuição de renda de todos os países com mais de dez milhões de habitantes. Nos anos 80, a chamada "década perdida", o GPD per capita do Brasil baixou 4%. A população abaixo da linha de pobreza (uma renda familiar per capita abaixo de US\$35) chegou a 39 milhões, ou 27% da população, em 1990. Na RMSP, os pobres representam 6% da população, mas sua renda representa apenas 0.4% da renda metropolitana total. Na RMRJ os valores correspondentes são de 13% e 1.4%. Nas regiões metropolitanas do Rio de Janeiro e São Paulo, a situação de miséria afeta tanto os imigrantes do Nordeste como os trabalhadores urbanos qualificados, desempregados durante a recessão econômica. A renda pessoal dos trabalhadores urbanos qualificados do setor privado sofreu um decréscimo líquido de 31.7% entre 1979 e 1990.<sup>35</sup> De acordo com os dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) para 1996, 19,8 milhões de crianças de 0-14 anos viviam com famílias que ganhavam mensalmente menos da metade de um salário mínimo (nos valores de hoje, US\$56) por pessoa da família. Essa situação social não melhorou: o Relatório sobre Desenvolvimento Humano das Nações Unidas, editado pela UNPD em 1996, coloca o Brasil na 63ª posição mundial. Esse contexto social deve fazer parte de qualquer modelo explicativo, porque diz respeito a critérios e políticas de assignação de recursos que, nunca existindo em quantidade e qualidade insuficiente para as áreas mais carentes, acaba perpetuando a disparidade de situações.

Levando em conta que a pesquisa nos países desenvolvidos mostra que a esperança média de vida está fortemente influenciada pela magnitude das diferenças no ingresso em cada sociedade, (Wilkinson, 1994, 1996), podemos postular uma

situação equivalente no caso do Brasil. De acordo com esta abordagem, parece existir uma estreita relação entre a desigualdade no ingresso entre os diferentes grupos sociais e as causas de morte por acidentes e violência, as que podem expressar a estrutura de relações sociais do país. Se confirmada esta hipótese, é na evolução dessa estrutura de relações sociais que encontraremos a resposta para o aumento de 10 vezes na taxa de homicídios em São Paulo entre 1960 e 1997, determinando possibilidades de sociabilidade também qualitativamente diferentes para os diversos grupos sociais.

## **Transformações demográficas e mentalidades**

O complexo processo de transformações econômicas e sociais tem se desenvolvido numa interação mútua entre seus sistemas. Porém, pelos seus efeitos indiretos sobre as mentalidades, são as mudanças demográficas as mais importantes (Chesnais, 1981: 230). Entre essas transformações demográficas devemos citar a transição demográfica, o aumento violento da mortalidade por causas externas e a "onda jovem" (Bercovich e Madeira, 1992). A onda jovem acontece quando, como resultado de uma dinâmica demográfica prévia, os grupos etários entre 15 e 24 anos experimentam um crescimento excepcional. São precisamente estes grupos objeto de nosso trabalho. A coorte larga, na medida em que ascende na pirâmide populacional, gera exigências que o governo deveria responder com políticas específicas. No Brasil, este fenômeno está acontecendo nos anos 90. O resultado dessa tendência é também a concentração de jovens nas áreas das regiões metropolitanas. No ano 2000, os grupo jovem será maior do que nos anos precedentes. Isso significa insuficiente acesso aos recursos sociais, baixos índices de educação e qualificação para o trabalho, uma interrupção precoce da adolescência e, como vimos, um risco mais alto de se sofrer uma morte violenta. Além disso, mais da metade desses jovens pertencem a famílias com uma renda familiar menor que o salário mínimo (Fundação SEADE, 1988). Esse fato tem implicações e levanta questões sócio-econômicas relacionadas a problemas que precisam ser discutidos (juventude e pobreza, juventude

e educação e oportunidades de trabalho, jovens como consumidores, drogas e juventude, gangues e juventude, juventude e o uso de armas de fogo, jovens como perpetradores, jovens como vítimas).

Em termos de políticas, essas questões exigem sérios esforços para educar e afastar jovens e pré-adolescentes da violência, mas esses objetivos requerem o estabelecimento de um novo quadro de prioridades econômicas, enfocando a saúde, a educação e o trabalho.

Uma abordagem semelhante a essa questão explora a relação entre a evolução da população e a potencial tensão social na sociedade (Wriggings, 1988). Wriggings aponta para diversos possíveis fatores subjacentes aos movimentos jovens radicais (um mercado de trabalho cada vez menor, oportunidades limitadas para uma adequada educação requerida por um mercado de trabalho tecnológico com exigência de preparo cada vez maior, perda de confiança no sistema político e nos líderes políticos, percepção de uma corrupção disseminada, etc.). No caso do Brasil, o potencial para tensão social está localizado nos grupos de jovens (15-24 anos), excepcionalmente numerosos no presente. E não podemos esquecer que a violência cada vez mais faz parte do cotidiano dos jovens. Uma pesquisa realizada em escolas públicas e particulares do Rio de Janeiro e Bragança Paulista entre agosto de 1995 e abril de 1996, obteve como resultados que no Rio de Janeiro 91,1% dos jovens em idade escolar já viram corpos jogados na rua (o mesmo resultado da Angola durante a guerra civil) e 21,1% já tiveram parentes assassinados.<sup>36</sup>

## **Conclusões**

"Alguma vez você se perguntou por que seus filhos têm tão poucas esperanças sobre o futuro? Observe os jogos deles. Em nenhuma parte o amanhã aparece em cores tão estarrecedoras como nos video-games"<sup>37</sup>. Entre os traços fenomenológicos que consideramos importante pesquisar dentro da estrutura de relações sociais estava citado o papel da mídia (Pérez Perdomo, 1997; Shifter, 1997). Porém, não apenas da mídia, porque instâncias da socialização como os jogos estão também enviando a sua

mensagem. Produto da fragmentação social, enquanto muitas crianças são socializadas em contextos cotidianos 'periféricos' onde a violência é considerada um meio legítimo de resolução de conflitos, outras são socializadas pela mídia e pelos seus jogos numa visão de futuro que é realmente estarrecedora, porém não sem fundamentos no cotidiano. Tal vez a visão de futuro que nos passa a realidade não esteja muito longe da dos video-games. Consideramos de extrema importância o tema da socialização das coortes jovens. De acordo com Berger e Luckmann (1989) consideramos como socialização primária aqueles processos experimentados pelas crianças nos primeiros anos de suas vidas, fundamentalmente aqueles que levam a considerar determinadas parcelas da realidade como inevitáveis. A socialização secundária inclui todos os outros processos que o indivíduo experimenta na medida em que vai entrando em novas áreas do mundo objetivo da sua comunidade e da sua sociedade. Mas estes resultados são, necessariamente, frágeis, sempre sujeitos ao corrosivo passar do tempo e da mudança das condições tecnológicas, econômicas e sociais. Assim, certos processos podem resultar na sua relativa des-institucionalização na vida quotidiana (relações de família, de gênero, atitudes em relação ao trabalho, etc.), mas também é observado um processo de des-objetivação das relações sociais que opera entre sucessivas coortes, indicando desafios muito mais sérios contra os valores, normas sociais e modelos de vida, na forma que eram concebidos pelas velhas gerações.

Não sabemos como será o final deste processo, nem estão muito claras as tendências, além de algumas apenas esboçadas. Não podemos esquecer que a incerteza uma característica dominante nas sociedades contemporâneas. Porém, fica a impressão de que o modelo do futuro simplista e cinza dos video-games é significativamente sedutor, *carpe diem*, para milhões de jovens, porque "*Nesta sociedade, para ter poder, tem que ser rico ou perigoso*", como afirmava, recentemente, um jovem latinoamericano.<sup>38</sup>

## Notas

<sup>1</sup> Dados do Ministério da Saúde. Note-se que uma parte importante dos óbitos por outras violências são, com grande probabilidade, também homicídios. Cf.: Pesquisa Internacional das Nações Unidas sobre o Uso de Armas de Fogo, e também: *Folha de São Paulo*, 6 de maio de 1997. Pág. 3-7. Cabe assinalar que em outros países os mesmos indicadores permaneceram nos mesmos patamares se considerarmos o nível global do país. Por exemplo, nos Estados Unidos a taxa de homicídios para cada 100 mil habitantes evoluiu de 9,9 em 1979 para 9,4 em 1994.

<sup>2</sup> Cabe assinalar que nestes 37 anos outra das causas violentas de morte, os acidentes de trânsito, mataram no Brasil aproximadamente 614 mil pessoas, incluindo-se neste número os quase 28 mil mortos de 1997. De acordo com estes valores, a taxa de mortalidade por acidentes de trânsito para o Brasil é de aproximadamente 18 por 100 mil habitantes. Porém, trata-se de uma mortalidade fundamentalmente urbana: para cada morto nas estradas, há seis nas cidades. Dados do Denatran. *Folha de São Paulo*, 18 de janeiro de 1998.

<sup>3</sup> Uma pesquisa realizada em 1993 junto a alunos do segundo grau, informa que 59% dos estudantes manifestaram que eles poderiam conseguir uma arma de fogo caso a precisassem, e 66% destes afirmaram que conseguiriam arma em 24 horas. L.H.Research Inc. (1993). *A Survey of Experiences, Perceptions and Apprehensions About guns Among Young People in America*. Report to the Harvard School of Public Health.

<sup>4</sup> Em 1992, 5.262 crianças e adolescentes entre 5 e 19 anos morreram nos Estados Unidos por causa de lesões originadas em armas de fogo. Deste total, 62% destes atos violentos eram homicídios, 27% suicídios, 9% não-intencionais e 2% de causas não determinadas. National Center for Injury Prevention and Control (1995). *Injury Mortality: National Summary of Injury Mortality Data, 1986-1992*. Atlanta, Georgia: Centers for Disease Control and Prevention. Ver também: Sanjuán, A.M. (1997): Em Caracas, Venezuela, em 1996, nos homicídios foi utilizada uma arma de fogo em 90,6% dos casos.

<sup>5</sup> Note-se que em alguns países, a relação entre porcentagens (armas brancas/armas de fogo) é absolutamente favorável às primeiras, como consequência de leis severas que restringem fortemente a possibilidade de obter uma arma de fogo. Este é o caso do Japão (43% / 3%) e a Inglaterra (29% / 17%). Os dados correspondem a 1965/1968 e estão tomados de Chesnais (1981: 97)

<sup>6</sup> Lopes (1994) verificou que em **menos de um terço** das declarações de óbito o campo 37 ("Provável circunstância da morte") era preenchido, mesmo naqueles casos onde o campo 35 relacionava como causa da morte "PAF".

<sup>7</sup> Ver, para uma análise mais em detalhe: Dellasoppa E.E.: 1995. *Estrutura De Relações Sociais E Interação: Relações Colusivas Na Sociedade Brasileira Ou A Lógica Das Restrições Estabilizadoras*. *Mimeo*; e Dellasoppa E.E.: 1995. "Violência, Estrutura de Relações Sociais e Interação: Relações de Conflito na Sociedade Brasileira." In: *Estudos*. IUPERJ. Rio de Janeiro, No. 91: 41-54. Agosto de 1995.

<sup>8</sup> Neste ponto devem ser incluídos os processos de socialização, que têm, na nossa opinião, um papel extremamente importante. Ver Dellasoppa (1997)

<sup>9</sup> O trabalho de G. Mortara, no qual foram calculadas as taxas anuais a partir de médias trienais, inclui uma discriminação dos principais subgrupos de "...causas violentas ou acidentais de óbito, ...[e]... verifica-se que a menor mortalidade por essas causas observada em São Paulo [57 por cem mil habitantes versus 78 por cem mil no Distrito Federal da época] depende principalmente da menor freqüência de acidentes letais conexos com o tráfego de veículos a tração mecânica, de suicídios e de homicídios..." G.Mortara, op.cit.

<sup>10</sup> Utilizamos a palavra nos valendo da analogia com a física, onde denomina-se resiliência à propriedade pela qual a energia armazenada em um corpo deformado é devolvida quando cessa a tensão causadora da deformação elástica.

<sup>11</sup> Aqui podemos notar as consequências extremamente limitadas do *impeachment* do ex-presidente Collor e dos Deputados e Senadores punidos por terem conexão com o assim chamado "escândalo do orçamento" etc.

<sup>12</sup> No caso do julgamento e da punição de vários assassinos no Estado do Rio de Janeiro (Candelária, Vigário Geral, Acari), os procedimentos, como de costume, desenrolaram-se de forma extremamente lenta, levando a resultados dúbios, até mesmo após o pronunciamento de sentenças severas.

<sup>13</sup> A pesquisa colocava cinco opções de resposta, sendo possível votar em mais de uma. A segunda causa mais importante da violência foi a falta de policiamento (24,2%), a seguir o desemprego (18,9%) e as drogas (17,1%). *Folha de São Paulo*, 13 de setembro de 1996, pág. 3-4.

<sup>14</sup> Na formulação utilizada neste trabalho, duas estruturas sociais (ou interações sociais) S1 e S2 são consideradas isomorfas se é possível estabelecer entre seus elementos uma correspondência biunívoca (chamada então isomorfismo) de modo tal que os resultados de cada operação com dados correspondentes sejam também correspondentes (entre S1 e

S2), e se em S1 dois elementos estão ligados por uma relação R(S1), seus correspondentes em S2 estão ligados por uma relação R(S2) semelhante.

<sup>15</sup> Procuramos uma explicação que demonstra a racionalidade da escolha das relações colusivas explicada em termos da própria teoria da escolha racional, considerando a presente estrutura de relações sociais no Brasil.

<sup>16</sup> Segundo o Aurélio: **Colusão**. [Do lat. *collusione*] S.f. Ajuste secreto e fraudulento entre duas ou mais partes, com prejuízo para terceiros, conluio. E também: **Conluio**. [Do lat. *colludiu*] S.m. 1. Combinação entre duas ou mais pessoas para lesar outrem, maquinação, trama, conspiração...2. P. ext. Colusão.

<sup>17</sup> Esta concepção se aproxima do "corporativismo social" no sentido de Schmitter (Schmitter, 1974:85-131)

<sup>18</sup> Declaração do porta-voz do Presidente José Sarney, Frota Neto. *Folha de São Paulo*. **Painel**. 4 de outubro de 1987.

<sup>19</sup> Podemos lembrar aqui a agressão consumada por um ex-governador da Paraíba.

<sup>20</sup> No sentido weberiano do termo. Weber, (1969, II: 752)

<sup>21</sup> "O Rio sob o comando do Exército" *Jornal do Brasil*, 1º de novembro de 1994, 2a. Ed. Pág. 14.

<sup>22</sup> "O director-geral da Polícia Federal, Wilson Romão, considera uma 'idiotice' subir os morros do Rio. 'Ninguém vai subir morro para ir atrás de pé de chinelo. Sabemos que os 'grandes' do tráfico estão nos bairros nobres gastando dinheiro" *Jornal do Brasil*, 19 de novembro de 1994. Pág. 4-6. Uma outra declaração caracteriza a Operação Rio como uma típica tarefa de 'enxugar gelo'.

<sup>23</sup> Esta concepção origina-se numa proposta de M. Dobry (1986)

<sup>24</sup> Para uma análise deste ponto desde a concepção dos sistemas de ação concretos, veja-se, M. Crozier & E. Friedberg: *L'acteur et le système*. Éditions du Seuil, Paris, 1977.

<sup>25</sup> Podemos citar aqui a nível microsociológico as redes existentes, por exemplo, numa favela, entre moradores, associação de moradores, traficantes, políticos e funcionários municipais, por exemplo, de uma Secretaria de Habitação. Até a nível individual são necessárias as relações colusivas: quando um morador retorna à favela e o olheiro do tráfico pergunta para ele 'Tudo bem?' e ele confirma ou não em função da situação de controle policial ou de alemães que ele percebeu lá em baixo, a racionalidade da ação se orienta pela colusão para não criar-se complicações no relacionamento no morro.

<sup>26</sup> Existe abundante bibliografia sobre os grupos de pressão e seu funcionamento nos regimes democráticos. diferenciar do grupo de colusão

<sup>27</sup> Um relatório confidencial da Kroll Associates aponta a inoperância do aparato policial e do judiciário, provocada pela corrupção, os baixos salários e o desaparecimento, o que resulta numa alta impunidade do crime organizado (no caso específico, o crime dedicado ao roubo de cargas). Assinala ainda, no caso de uma gangue no Estado do Paraná "o desinteresse da polícia local em prender esses suspeitos, que têm ligações de parentesco e amizade com políticos e empresários influentes." *Folha de São Paulo*, 29 de dezembro de 1997, pág. 3-1. Falando do escândalo dos precatórios (também impune!) A. Jabor cunha uma expressão feliz, para dar conta da sofisticação e da concepção moderna da corrupção: "Ha nesse crime uma reengenharia do roubo". *Folha de São Paulo*, 11 de março de 1997. Pág. 4-9.

<sup>28</sup> O conceito da população de São Paulo sobre a sua polícia confirma a realidade: depois do caso da 'gangue da batida', 57 % dos paulistanos achavam a sua polícia 'ruim ou péssima'. Porém, a desconfiança sobre a polícia teve um máximo depois da divulgação das cenas de assassinato e torturas realizadas por policiais militares na favela Naval de Diadema - SP. *Folha de São Paulo*, 23 de dezembro de 1997, pág. 3-1.

<sup>29</sup> Nos Estados Unidos as mudanças foram maiores para o sexo masculino na faixa etária de 15 a 19 anos, onde as taxas cresceram substancialmente.

<sup>30</sup> Em Fevereiro de 1997, cinco adolescentes foram mortos em Belford Roxo, um dos municípios do RJMR, por um guarda de segurança de uma companhia de transportes privada, depois de terem se recusado a pagar pelo serviço (a passagem custa aproximadamente US\$ 0.55) e iniciado uma baderna no ônibus. (*Jornal do Brasil*, 23-24 de fevereiro de 1997). A privatização do espaço público e o controle da polícia privada encontram-se aqui expressados de uma forma extremada.

<sup>31</sup> O jornal *Folha de São Paulo* guarda a estatística de múltiplos assassinatos deste tipo. Durante o ano de 1997 ocorreram 47 chacinas na RMSP, 25 delas na capital, com 162 mortos. Do total, apenas 23 foram esclarecidas, dos 53 assassinos identificados, apenas 24 estavam presos. Como afirma a reportagem, '...a maioria das vítimas era de trabalhadores sem passagem pela polícia, mortos por estar no local no momento da chacina. Das 25 chacinas ocorridas na capital, 15 foram esclarecidas, sendo que destas seis estavam relacionadas ao tráfico de drogas, quatro foram motivadas

por vingança, cinco por rivalidade entre quadrilhas, dois por ação de matadores profissionais contratados por comerciantes...' Reportagem de Vasconcelo Quadros, *Jornal do Brasil*, 11 de janeiro de 1998, pág. 6.

<sup>32</sup> Estas chacinas são: Acari (RJMR, julho de 1990), Carandiru (Prisão de Carandiru, São Paulo, outubro de 1992), Candelária (Rio de Janeiro, junho de 1993), Vigário Geral (RJMR, agosto de 1993), índios Yanomâmís em Roraima (agosto de 1993), Taquaril (Belo Horizonte, Minas Gerais, março de 1996) e Eldorado dos Carajás (Pará, abril de 1996).

<sup>33</sup> Em Salvador, na Bahia, houve 26 linchamentos em 1988, 82 em 1989 e 112 em 1990. Nos três primeiros meses de 1991, houve 53, o que significa um em cada três dias (Pinheiro, 1991b). Linchamentos continuam a acontecer em muitos lugares. Em Julho de 1993, e, Olaria, um bairro do Rio de Janeiro, três adolescentes suspeitos de serem ladrões, mas mais tarde provados serem inocentes, foram perseguidos por uma multidão e espancados até a morte por duas horas e meia. A multidão foi instigada por quatro empregados de um bicheiro que controla o jogo do bicho na área. Existe um pacto de silêncio em Olaria: "Quem falar morre", foi a ordem do bicheiro. (Veja, 14 de julho de 1993). Como Martins (1989) coloca, nesses linchamentos que ocorrem em capitais, a classe pobre e trabalhadora manifesta sua vontade; eles estão na posição de juizes, rendendo veredictos em relação a crimes aos quais eles são sujeitos. Às vezes, como em Olaria, eles levam inocentes a morte, sob o comando de homens de segurança do jogo do bicho que só desejam "manter a área limpa".

<sup>34</sup> Estas sub-culturas foram definidas como grupos da população que favorecem e aceitam a violência como um comportamento normal, e não como uma atividade ilícita. Os valores e as atitudes das sub-culturas foram mais prevalentes entre os homens da classe mais baixa dos afro-americanos, do fim da adolescência até o final da meia idade, vivendo em cidades centrais. Deixar de cometer violência, "de provar-se como homem", por exemplo, poderia mais provavelmente resultar no ostracismo social, embora nem todas as pessoas pertencentes às sub-culturas cometam violência em todas as situações (Gold, op, cit)

<sup>35</sup> IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Mede a renda , excluindo a agricultura. Tabulações Especiais da PNAD 1979, 1983, 1986, e 1990.

<sup>36</sup> Victoria Sahlberg, (coord.) Pesquisa sobre Abuso Psicológico e Físico Contra Crianças na Idade Escolar. PUC-RJ. 1995-1996. Ver ainda: *Jornal do Brasil*, 17 de setembro de 1996. Pág. 21.

<sup>37</sup> *The Economist*, 3 - 9 de janeiro de 1998. Pp. 81-83.

<sup>38</sup> Citado em A.M. Sanjuán, 1997:33

Tabela 1  
**NÚMERO DE ANOS PERDIDOS DESDE OS 15 ATÉ OS 64 ANOS  
 POR TIPO DE CAUSA 1980**

HOMENS		MULHERES											
Todas as causas	Grupos de Idade					TOTAL	Todas as causas					TOTAL	
	15-24	25-34	35-44	45-54	55-64		15-24	25-34	35-44	45-54	55-64		
Região	Região												
Brasil	0,99	1,30	1,54	1,61	0,86	6,30	Brasil	0,50	0,67	0,91	0,97	0,58	3,63
Norte	1,67	1,75	1,57	1,45	0,69	7,13	Norte	1,10	1,11	1,09	0,97	0,53	4,80
Nordeste	0,95	1,52	1,61	1,52	0,73	6,33	Nordeste	0,54	0,81	0,99	0,93	0,51	3,78
Sudeste	0,95	1,21	1,54	1,68	0,91	6,28	Sudeste	0,43	0,60	0,89	0,99	0,61	3,52
Sul	0,83	0,97	1,28	1,55	0,91	5,54	Sul	0,40	0,52	0,79	0,93	0,60	3,23
Centro-Oeste	1,11	1,52	1,66	1,64	0,89	6,82	Centro-Oeste	0,56	0,74	0,99	1,12	0,66	4,07
RMRJ	1,27	1,41	1,58	1,67	0,92	6,85	RMRJ	0,41	0,57	0,82	0,89	0,54	3,23
RMSP	0,98	1,01	1,36	1,53	0,89	5,77	RMSP	0,37	0,45	0,70	0,83	0,52	2,86
<b>Causas Violentas</b>													
Região	Região												
Brasil	0,47	0,49	0,32	0,17	0,05	1,50	Brasil	0,10	0,08	0,06	0,04	0,01	0,30
Norte	0,37	0,43	0,29	0,15	0,04	1,28	Norte	0,11	0,09	0,07	0,04	0,02	0,33
Nordeste	0,33	0,47	0,30	0,16	0,04	1,31	Nordeste	0,08	0,07	0,06	0,04	0,01	0,26
Sudeste	0,52	0,49	0,32	0,17	0,05	1,55	Sudeste	0,11	0,08	0,06	0,04	0,02	0,31
Sul	0,43	0,42	0,32	0,19	0,05	1,40	Sul	0,10	0,07	0,06	0,04	0,01	0,28
Centro-Oeste	0,50	0,58	0,40	0,23	0,06	1,76	Centro-Oeste	0,12	0,10	0,08	0,05	0,02	0,37
RMRJ	0,73	0,68	0,40	0,19	0,05	2,05	RMRJ	0,11	0,10	0,07	0,05	0,02	0,34
RMSP	0,63	0,45	0,30	0,17	0,05	1,60	RMSP	0,11	0,07	0,06	0,04	0,01	0,29
<b>Causas Naturais</b>													
Região	Região												
Brasil	0,53	0,81	1,21	1,44	0,81	4,80	Brasil	0,39	0,59	0,85	0,93	0,56	3,33
Norte	1,31	1,32	1,28	1,30	0,65	5,85	Norte	0,99	1,01	1,02	0,93	0,51	4,47
Nordeste	0,62	1,05	1,31	1,36	0,69	5,03	Nordeste	0,46	0,74	0,93	0,89	0,49	3,52
Sudeste	0,43	0,72	1,22	1,50	0,87	4,73	Sudeste	0,32	0,52	0,83	0,95	0,59	3,21
Sul	0,40	0,55	0,96	1,36	0,86	4,13	Sul	0,30	0,44	0,73	0,89	0,59	2,95
Centro-Oeste	0,61	0,94	1,27	1,41	0,83	5,06	Centro-Oeste	0,44	0,64	0,92	1,07	0,64	3,69
RMRJ	0,54	0,73	1,18	1,48	0,86	4,80	RMRJ	0,30	0,47	0,75	0,85	0,52	2,89
RMSP	0,34	0,57	1,06	1,37	0,83	4,17	RMSP	0,26	0,37	0,64	0,80	0,50	2,57

Fonte: Calculado a partir das Estatísticas do Registro Civil, 1979, 1980, 1981, 1990, 1991, 1992. Metodologia de Arriaga, 1996.

**Tabela 2**  
**NÚMERO DE ANOS PERDIDOS DESDE OS 15 ATÉ OS 64 ANOS**  
**POR TIPO DE CAUSA 1991**

<b>MULHERES</b>												
	<b>Todas as causas</b>					<b>Todas as causas</b>						
	<b>Grupos de Idade</b>					<b>Grupos de Idade</b>						
Região	15-24	25-34	35-44	45-54	55-64	TOTAL	15-24	25-34	35-44	45-54	55-64	TOTAL
<b>HOMENS</b>												
<b>MULHERES</b>												
<b>Todas as causas</b>												
Região						TOTAL						TOTAL
Brasil	1,04	1,29	1,33	1,38	0,77	5,81	0,35	0,46	0,64	0,82	0,51	2,78
Norte	1,01	1,29	1,24	1,19	0,68	5,40	0,40	0,47	0,61	0,68	0,42	2,57
Nordeste	0,81	1,28	1,36	1,29	0,69	5,43	0,32	0,48	0,69	0,85	0,51	2,85
Sudeste	1,27	1,41	1,42	1,48	0,81	6,38	0,36	0,48	0,64	0,83	0,52	2,82
Sul	0,86	0,92	1,04	1,32	0,83	4,97	0,34	0,39	0,57	0,79	0,51	2,61
Centro-Oeste	1,10	1,33	1,34	1,39	0,77	5,93	0,38	0,45	0,64	0,83	0,55	2,84
RMRJ	1,97	1,93	1,68	1,64	0,88	8,10	0,38	0,53	0,70	0,88	0,52	3,02
RMSP	1,77	1,61	1,45	1,46	0,79	7,08	0,34	0,41	0,55	0,74	0,47	2,50
<b>Causas Violentas</b>												
Região						TOTAL						TOTAL
Brasil	0,63	0,57	0,34	0,17	0,05	1,76	0,10	0,08	0,06	0,04	0,01	0,29
Norte	0,49	0,55	0,37	0,19	0,05	1,66	0,08	0,08	0,05	0,03	0,01	0,26
Nordeste	0,43	0,54	0,33	0,17	0,04	1,50	0,07	0,07	0,05	0,04	0,02	0,25
Sudeste	0,81	0,62	0,34	0,17	0,04	1,97	0,11	0,08	0,06	0,04	0,01	0,30
Sul	0,55	0,46	0,30	0,18	0,05	1,53	0,12	0,08	0,06	0,04	0,01	0,31
Centro-Oeste	0,67	0,68	0,43	0,25	0,07	2,09	0,13	0,11	0,08	0,05	0,02	0,40
RMRJ	1,47	1,03	0,50	0,21	0,05	3,26	0,13	0,11	0,07	0,04	0,02	0,37
RMSP	1,19	0,71	0,36	0,17	0,04	2,47	0,11	0,08	0,05	0,03	0,01	0,28
<b>Causas Naturais</b>												
Região						TOTAL						TOTAL
Brasil	0,41	0,71	0,99	1,21	0,73	4,05	0,25	0,38	0,58	0,78	0,50	2,49
Norte	0,52	0,73	0,87	1,00	0,62	3,74	0,31	0,39	0,55	0,64	0,41	2,31
Nordeste	0,38	0,74	1,03	1,12	0,65	3,93	0,25	0,41	0,63	0,81	0,49	2,60
Sudeste	0,46	0,79	1,08	1,31	0,76	4,41	0,25	0,39	0,59	0,79	0,50	2,52
Sul	0,31	0,46	0,74	1,14	0,78	3,44	0,22	0,31	0,51	0,75	0,50	2,29
Centro-Oeste	0,43	0,65	0,91	1,14	0,70	3,84	0,25	0,35	0,55	0,78	0,53	2,45
RMRJ	0,50	0,90	1,18	1,43	0,83	4,84	0,25	0,42	0,63	0,84	0,51	2,64
RMSP	0,58	0,90	1,09	1,29	0,75	4,61	0,23	0,34	0,50	0,71	0,45	2,22

Fonte: Calculado a partir das Estatísticas do Registro Civil, 1979, 1980, 1981, 1982, 1991, 1992. Metodologia de Ariaga, 1996.

Tabela 3

**Proporção de Óbitos por Causas Externas no Total de Óbitos  
Brasil e Grandes Regiões, Homens 1980-1991**

Ano e Região	Grupos de Idade				
	15 a 24 anos	25 a 34 anos	35 a 44 anos	45 a 54 anos	55 a 64 anos
<b>Ano 1980</b>					
Brasil	64,38	50,78	28,51	14,19	6,88
Norte	54,56	48,70	33,06	16,59	9,68
Nordeste	52,11	44,56	26,89	14,15	7,13
Sudeste	68,82	51,17	27,03	13,24	6,46
Sul	66,98	56,75	32,91	16,05	7,40
Centro-Oeste	62,87	54,04	34,57	18,31	8,38
<b>Ano 1991</b>					
Brasil	73,30	55,88	33,45	16,58	7,72
Norte	65,47	57,98	39,22	20,12	9,06
Nordeste	64,90	51,67	29,83	15,32	7,22
Sudeste	75,96	53,70	30,52	14,29	6,67
Sul	74,93	59,07	34,81	16,55	7,41
Centro-Oeste	73,48	60,94	38,72	20,55	10,03

Fonte: Calculado a partir de dados do Ministério da Saúde, SIM/DATASUS, 1996.

**Proporção de Homicídios e Outras Violências no Total de Causas Externas  
Brasil e Grandes Regiões, Homens 1980-1991**

Ano e Região	Grupos de Idade				
	15 a 24 anos	25 a 34 anos	35 a 44 anos	45 a 54 anos	55 a 64 anos
<b>Ano 1980</b>					
Brasil	45,70	47,99	44,12	40,05	34,72
Norte	34,98	39,88	36,50	32,78	25,27
Nordeste	43,23	48,51	46,60	41,71	34,47
Sudeste	48,26	48,75	43,40	38,65	33,93
Sul	39,70	43,18	41,28	40,04	35,80
Centro-Oeste	49,29	54,58	52,72	49,95	42,40
<b>Ano 1991</b>					
Brasil	54,11	51,99	45,00	37,24	30,65
Norte	53,34	51,86	48,44	39,64	35,43
Nordeste	47,56	48,27	44,40	39,70	32,66
Sudeste	61,91	58,36	48,89	39,88	32,77
Sul	37,31	37,60	34,01	28,52	23,72
Centro-Oeste	38,62	40,25	38,23	32,54	26,29

Fonte: Calculado a partir de dados do Ministério da Saúde, SIM/DATASUS, 1996.

Tabela 4

Proporção de Homicídios e Outras Violências no Total de Causas Externas  
Brasil e Grandes Regiões 1980-1991

Ano 1980	Grupos de Idade					Ano 1991	Grupos de Idade				
	15 a 24 anos	25 a 34 anos	35 a 44 anos	45 a 54 anos	55 a 64 anos		15 a 24 anos	25 a 34 anos	35 a 44 anos	45 a 54 anos	55 a 64 anos
<b>Brasil</b>						<b>Brasil</b>					
Prop. Homicídios	26,87	29,60	25,05	20,49	14,98	Prop. Homicídios	43,71	41,02	33,68	26,25	19,30
Prop. Outras violências	18,64	18,39	19,07	19,57	19,74	Prop. Outras violências	10,40	10,97	11,32	10,99	11,35
Homicídios e outras viol.	45,70	47,99	44,12	40,05	34,72	Homicídios e outras viol.	54,11	51,99	45,00	37,24	30,65
<b>Norte</b>						<b>Norte</b>					
Prop. Homicídios	30,63	33,42	30,04	24,50	20,88	Prop. Homicídios	50,29	48,17	45,19	35,42	31,97
Prop. Outras violências	4,15	6,46	6,46	8,28	4,40	Prop. Outras violências	3,05	3,69	3,25	4,23	3,46
Homicídios e outras viol.	34,98	39,88	36,50	32,78	25,27	Homicídios e outras viol.	53,34	51,86	48,44	39,64	35,43
<b>Nordeste</b>						<b>Nordeste</b>					
Prop. Homicídios	29,54	36,68	33,42	28,66	22,58	Prop. Homicídios	43,54	43,90	39,92	34,45	26,96
Prop. Outras violências	13,69	11,83	13,18	13,06	11,89	Prop. Outras violências	4,02	4,36	4,48	5,26	5,68
Homicídios e outras viol.	43,23	48,51	46,60	41,71	34,47	Homicídios e outras viol.	47,56	48,27	44,40	39,70	32,66
<b>Sudeste</b>						<b>Sudeste</b>					
Prop. Homicídios	29,67	29,67	23,88	18,84	13,69	Prop. Homicídios	47,36	42,42	32,53	23,97	16,54
Prop. Outras violências	18,59	19,08	19,52	19,81	20,24	Prop. Outras violências	14,55	15,95	16,36	15,91	16,23
Homicídios e outras viol.	48,26	48,75	43,40	38,65	33,93	Homicídios e outras viol.	61,91	58,36	48,89	39,88	32,77
<b>Sul</b>						<b>Sul</b>					
Prop. Homicídios	16,88	21,53	19,44	16,60	10,93	Prop. Homicídios	29,63	30,13	25,50	19,92	15,30
Prop. Outras violências	22,82	21,65	21,84	23,44	24,87	Prop. Outras violências	7,67	7,47	8,51	6,59	6,42
Homicídios e outras viol.	39,70	43,18	41,28	40,04	35,80	Homicídios e outras viol.	37,31	37,60	34,01	26,52	23,72
<b>Centro-Oeste</b>						<b>Centro-Oeste</b>					
Prop. Homicídios	20,94	28,92	25,66	24,62	16,82	Prop. Homicídios	36,20	36,00	35,39	30,10	23,62
Prop. Outras violências	28,35	25,65	27,06	25,34	25,58	Prop. Outras violências	2,42	2,25	2,84	2,44	2,77
Homicídios e outras viol.	49,29	54,58	52,72	49,95	42,40	Homicídios e outras viol.	38,62	40,25	38,23	32,54	26,29

Fonte: Elaborado a partir dos dados do Ministério de Saúde, 1996

Tabela 5

Proporção de Homicídios provocados por ataque com Armas de Fogo, Explosivos ou Armas Brancas  
Homens, 1980 - 1991

1980	Grupos de Idade			1991							
	15-24	25-34	35-44	45-54	55-64	Brasil					
E965 - Ataque com Armas de Fogo ou Explosiv	47,69	45,30	41,56	41,21	39,35	E965 - Ataque com Armas de Fogo ou Explosivo	56,19	52,79	48,96	46,17	45,56
E966 - Ataque com Instrumen Cortante Penetr	18,33	20,92	23,27	23,02	21,94	E966 - Ataque com Instrumen Cortante Penetr	12,89	16,73	19,23	21,18	21,06
Prop de Agressões com arma de fogo ou blanc	66,02	66,21	64,82	64,22	61,28	Prop de Agressões com arma de fogo ou branca	69,08	69,52	68,19	67,36	66,62
<b>Norte</b>						<b>Norte</b>					
E965 - Ataque com Armas de Fogo ou Explosiv	46,29	50,78	48,09	49,22	48,39	E965 - Ataque com Armas de Fogo ou Explosivo	58,28	56,15	56,34	47,37	52,15
E966 - Ataque com Instrumen Cortante Penetr	40,63	35,02	34,06	31,25	29,03	E966 - Ataque com Instrumen Cortante Penetr	30,17	31,05	27,96	35,84	22,58
Prop de Agressões com arma de fogo ou blanc	86,91	85,80	82,17	80,47	77,42	Prop de Agressões com arma de fogo ou branca	88,44	87,20	84,29	83,21	74,73
<b>Nordeste</b>						<b>Nordeste</b>					
E965 - Ataque com Armas de Fogo ou Explosiv	46,31	45,45	42,49	43,09	41,39	E965 - Ataque com Armas de Fogo ou Explosivo	62,59	58,91	51,98	49,44	49,86
E966 - Ataque com Instrumen Cortante Penetr	37,03	37,74	40,14	39,91	36,28	E966 - Ataque com Instrumen Cortante Penetr	23,04	24,05	27,49	26,95	24,21
Prop de Agressões com arma de fogo ou blanc	83,34	83,20	82,63	83,00	79,67	Prop de Agressões com arma de fogo ou branca	85,63	82,95	79,47	76,39	74,07
<b>Sudeste</b>						<b>Sudeste</b>					
E965 - Ataque com Armas de Fogo ou Explosiv	48,32	44,53	39,84	39,26	36,38	E965 - Ataque com Armas de Fogo ou Explosivo	52,57	49,29	45,18	42,24	41,13
E966 - Ataque com Instrumen Cortante Penetr	9,20	10,75	12,21	12,36	11,95	E966 - Ataque com Instrumen Cortante Penetr	5,64	9,31	11,52	12,93	15,27
Prop de Agressões com arma de fogo ou blanc	57,52	55,28	52,06	51,62	48,33	Prop de Agressões com arma de fogo ou branca	58,21	58,60	56,69	55,18	56,40
<b>Sul</b>						<b>Sul</b>					
E965 - Ataque com Armas de Fogo ou Explosiv	45,74	45,00	41,96	40,90	40,59	E965 - Ataque com Armas de Fogo ou Explosivo	64,01	56,24	53,62	51,66	49,32
E966 - Ataque com Instrumen Cortante Penetr	26,17	26,49	26,94	25,88	23,43	E966 - Ataque com Instrumen Cortante Penetr	26,01	30,55	30,27	30,21	31,28
Prop de Agressões com arma de fogo ou blanc	71,91	71,49	68,90	66,78	64,02	Prop de Agressões com arma de fogo ou branca	90,02	86,79	83,89	81,87	80,59
<b>Centro-Oeste</b>						<b>Centro-Oeste</b>					
E965 - Ataque com Armas de Fogo ou Explosiv	50,19	47,92	45,28	45,22	45,74	E965 - Ataque com Armas de Fogo ou Explosivo	61,73	55,71	52,54	48,25	44,31
E966 - Ataque com Instrumen Cortante Penetr	28,84	30,60	29,77	31,62	23,40	E966 - Ataque com Instrumen Cortante Penetr	22,87	23,86	23,78	23,76	22,36
Prop de Agressões com arma de fogo ou blanc	79,03	78,52	75,05	76,84	69,15	Prop de Agressões com arma de fogo ou branca	84,60	79,57	76,32	72,01	66,67

Fonte: Calculado a partir de dados do Ministério da Saúde, 1996.

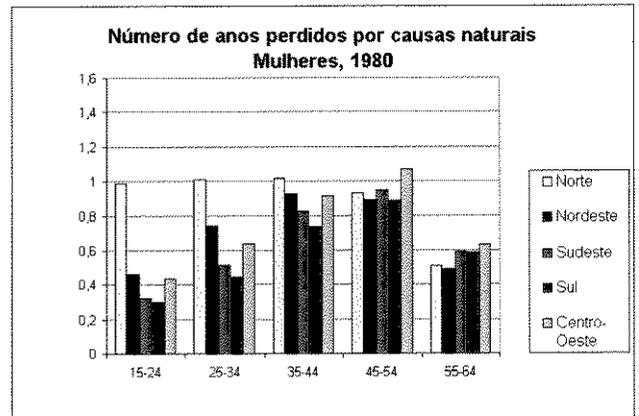
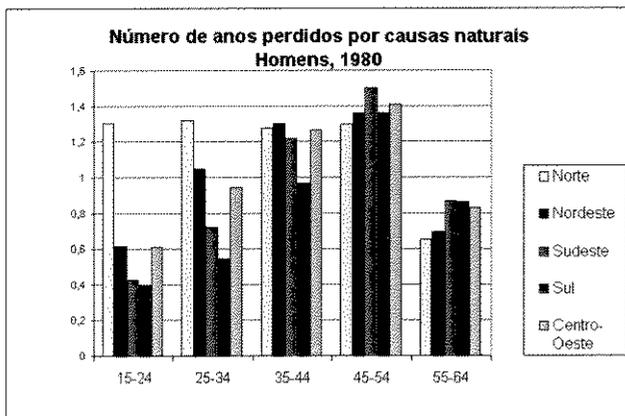
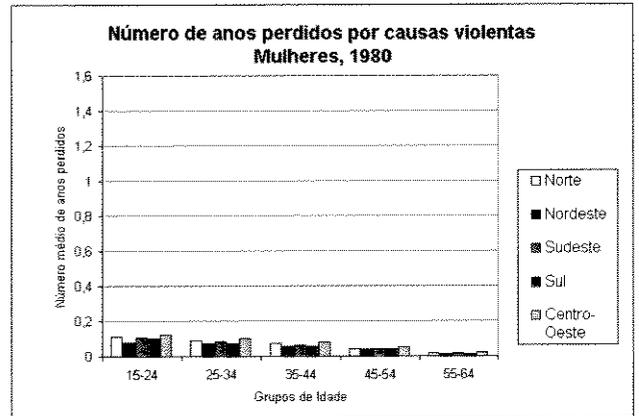
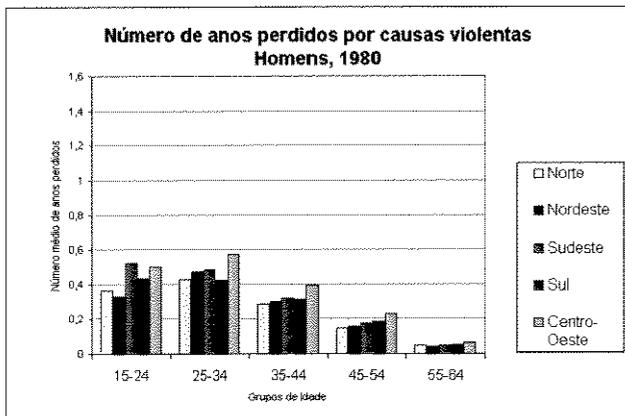
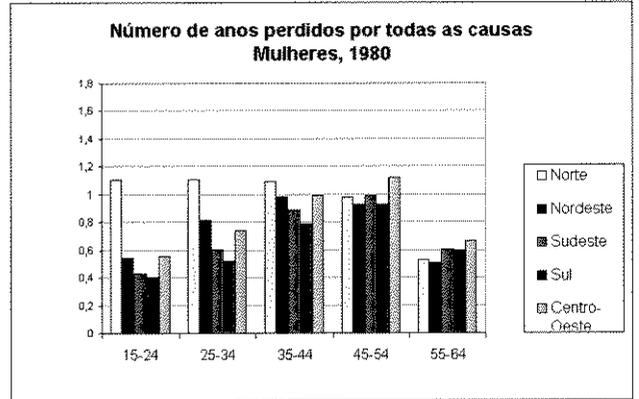
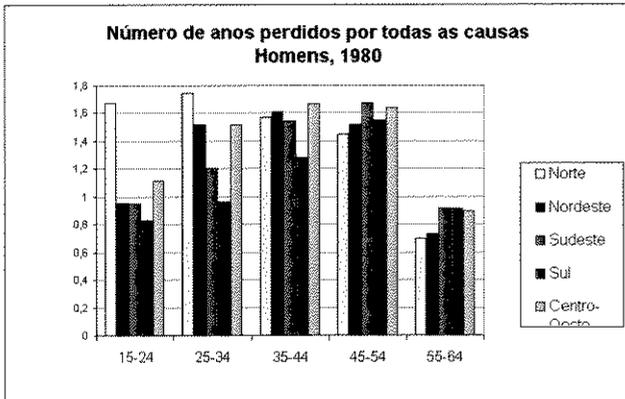
Tabela 6

Proporção de Lesões por Armas de Fogo, Explosivos ou Armas Brancas no total de causas em que se ignora se foram Intencionais ou Acidentais. Homens, 1980 - 1991

1980	1991					
	Grupos de Idade			Grupos de Idade		
Brasil	15-24	25-34	35-44	45-54	55-64	Brasil
E985 - Lesao Arma Fogo e Explos Ig Acid II	18,62	18,36	14,15	9,76	9,30	E985 - Lesao Arma Fogo e Explos Ig Acid I
E986 - Les Instr Cort Penetr Ig Acid ou Inter	6,02	7,16	8,01	6,67	5,46	E986 - Les Instr Cort Penetr Ig Acid ou Inte
Prop de lesões por arma de fogo ou branca	24,64	25,52	22,16	16,42	14,76	Prop de lesões por arma de fogo ou branca
<b>Norte</b>						<b>Norte</b>
E985 - Lesao Arma Fogo e Explos Ig Acid II	21,57	27,46	14,02	17,39	10,00	E985 - Lesao Arma Fogo e Explos Ig Acid I
E986 - Les Instr Cort Penetr Ig Acid ou Inter	4,58	7,75	5,61	5,80	6,67	E986 - Les Instr Cort Penetr Ig Acid ou Inte
Prop de lesões por arma de fogo ou branca	26,14	35,21	19,63	23,19	16,67	Prop de lesões por arma de fogo ou branca
<b>Nordeste</b>						<b>Nordeste</b>
E985 - Lesao Arma Fogo e Explos Ig Acid II	12,90	11,95	10,13	7,51	6,82	E985 - Lesao Arma Fogo e Explos Ig Acid I
E986 - Les Instr Cort Penetr Ig Acid ou Inter	16,35	21,89	29,26	28,50	26,82	E986 - Les Instr Cort Penetr Ig Acid ou Inte
Prop de lesões por arma de fogo ou branca	29,25	33,84	39,39	36,01	33,64	Prop de lesões por arma de fogo ou branca
<b>Sudeste</b>						<b>Sudeste</b>
E985 - Lesao Arma Fogo e Explos Ig Acid II	19,12	17,86	13,02	7,37	7,74	E985 - Lesao Arma Fogo e Explos Ig Acid I
E986 - Les Instr Cort Penetr Ig Acid ou Inter	3,51	3,49	3,07	2,40	1,91	E986 - Les Instr Cort Penetr Ig Acid ou Inte
Prop de lesões por arma de fogo ou branca	22,63	21,35	16,09	9,77	9,65	Prop de lesões por arma de fogo ou branca
<b>Sul</b>						<b>Sul</b>
E985 - Lesao Arma Fogo e Explos Ig Acid II	19,73	18,63	15,36	13,59	10,29	E985 - Lesao Arma Fogo e Explos Ig Acid I
E986 - Les Instr Cort Penetr Ig Acid ou Inter	6,62	8,61	8,25	5,79	4,23	E986 - Les Instr Cort Penetr Ig Acid ou Inte
Prop de lesões por arma de fogo ou branca	26,35	27,25	23,60	19,39	14,52	Prop de lesões por arma de fogo ou branca
<b>Centro-Oeste</b>						<b>Centro-Oeste</b>
E985 - Lesao Arma Fogo e Explos Ig Acid II	19,64	26,63	22,66	15,71	21,68	E985 - Lesao Arma Fogo e Explos Ig Acid I
E986 - Les Instr Cort Penetr Ig Acid ou Inter	7,05	8,62	8,36	8,57	5,59	E986 - Les Instr Cort Penetr Ig Acid ou Inte
Prop de lesões por arma de fogo ou branca	26,69	35,25	31,01	24,29	27,27	Prop de lesões por arma de fogo ou branca

Fonte: Calculado a partir de dados do Ministério da Saúde, 1986.

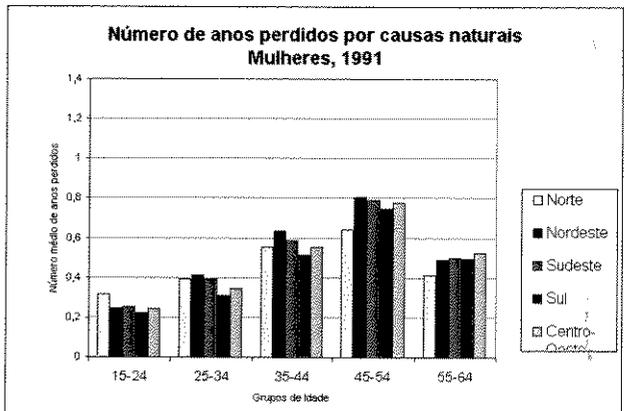
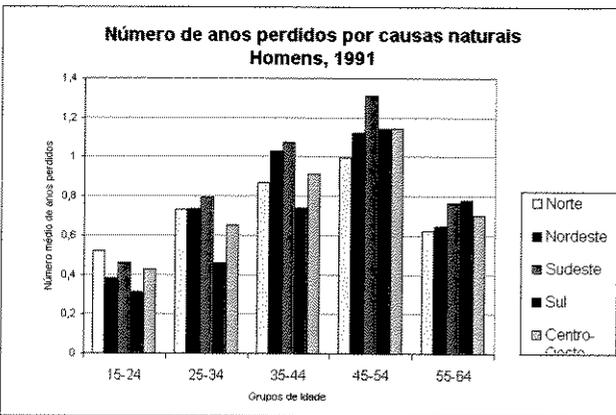
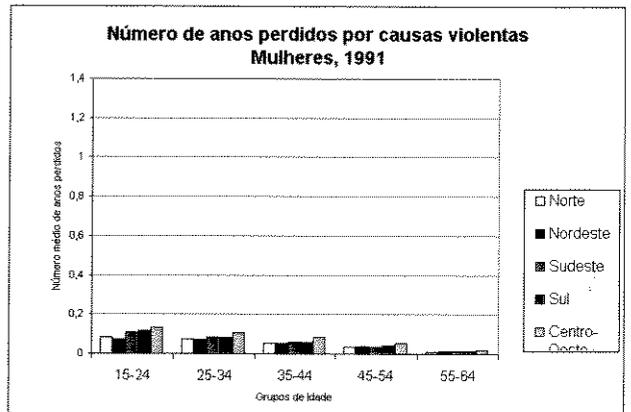
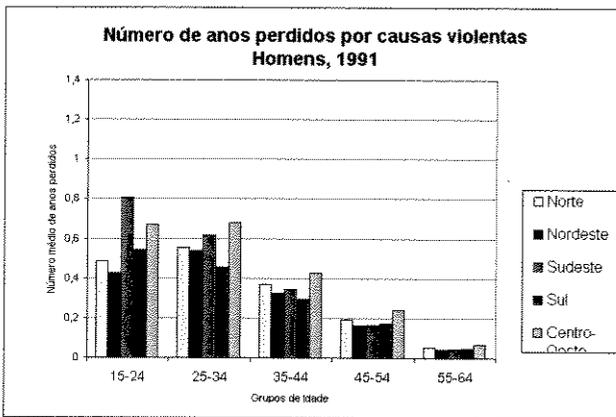
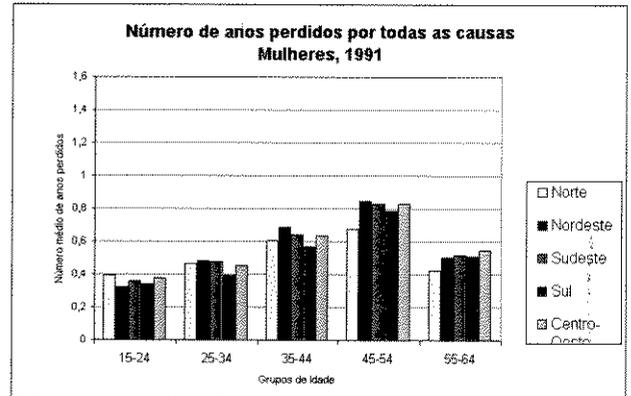
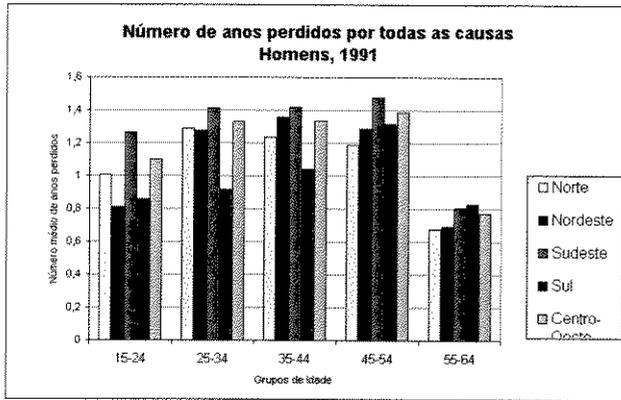
**GRÁFICO 1**  
**NÚMERO DE ANOS PERDIDOS SEGUNDO TIPO DE CAUSA**  
**GRANDES REGIÕES, 1980**



*Nota: Anos Perdidos da esperança de vida temporária entre as idades de 15 e 64 anos (Arriaga, 1996)*

GRÁFICO 2

NÚMERO DE ANOS PERDIDOS SEGUNDO TIPO DE CAUSA  
GRANDES REGIÕES, 1991

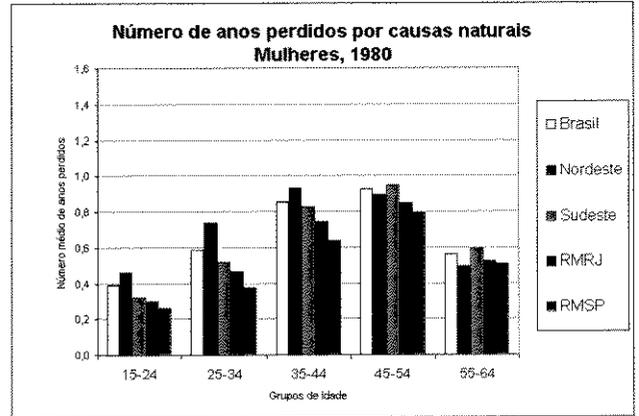
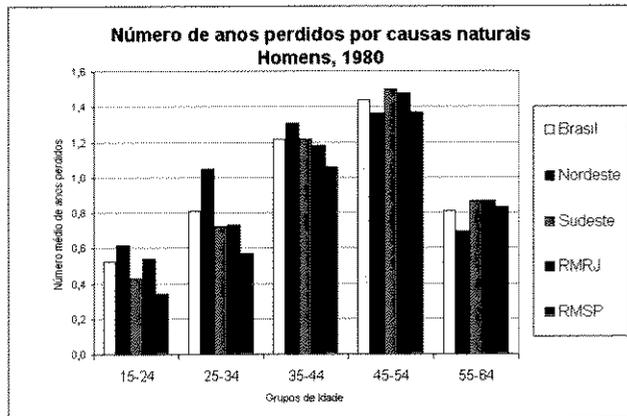
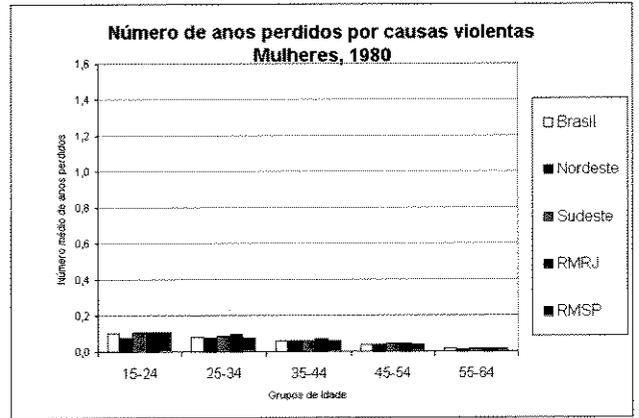
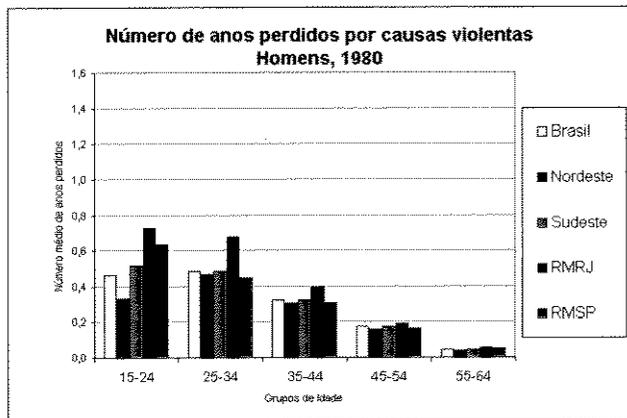
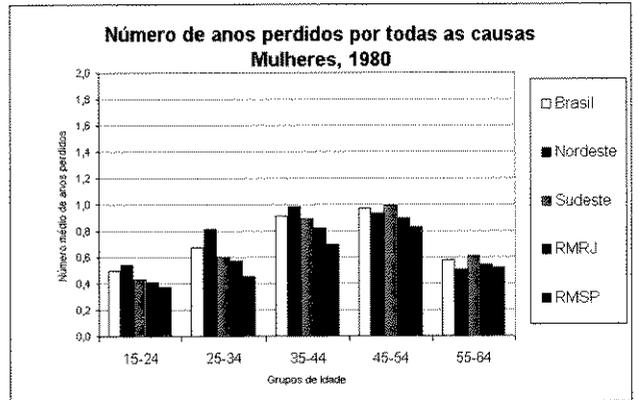
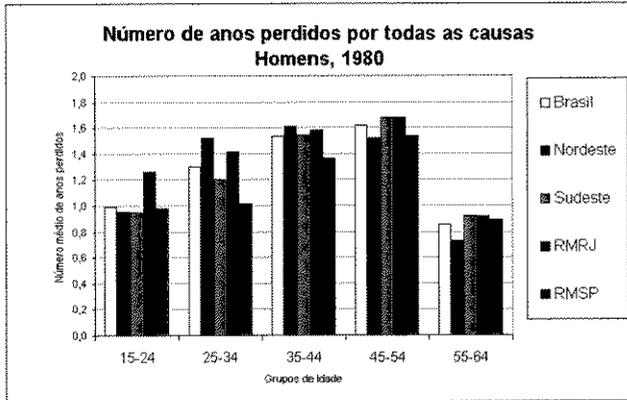


Nota: Anos Perdidos da esperança de vida temporária entre as idades de 15 e 64 anos (Arriaga, 1996)

GRÁFICO 3

NÚMERO DE ANOS PERDIDOS SEGUNDO TIPO DE CAUSA

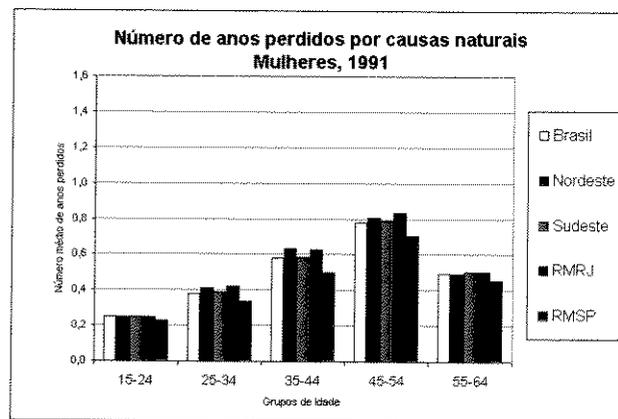
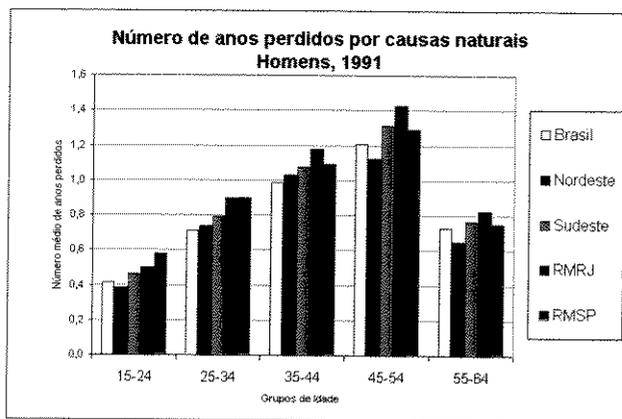
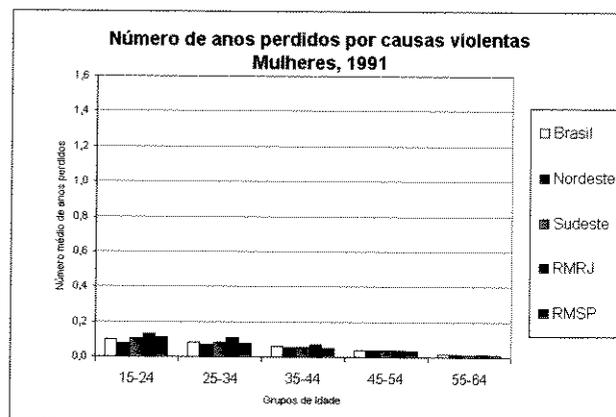
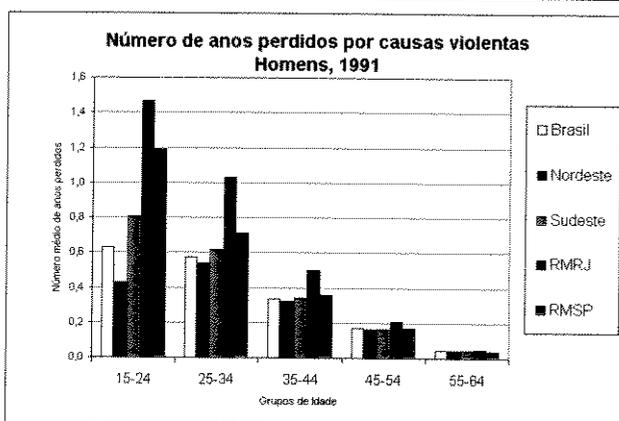
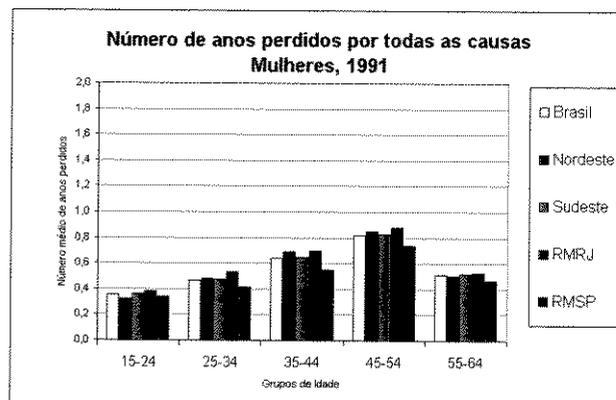
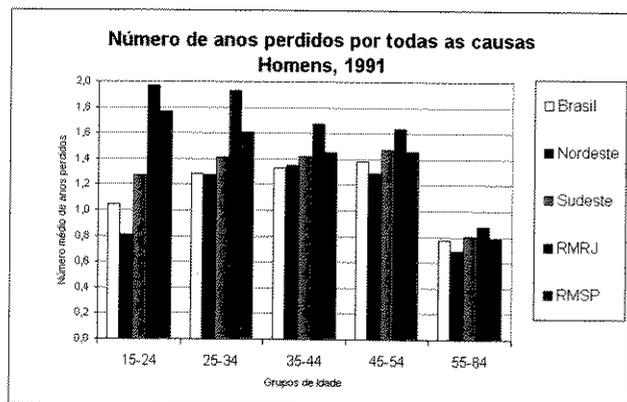
BRASIL, NORDESTE, SUDESTE, RMRJ E RMSP - 1980



Nota: Anos Perdidos da esperança de vida temporária entre as idades de 15 e 64 anos (Arriaga, 1996)

GRÁFICO 4

NÚMERO DE ANOS PERDIDOS SEGUNDO TIPO DE CAUSA  
BRASIL, NORDESTE, SUDESTE, RMRJ E RMSP - 1991

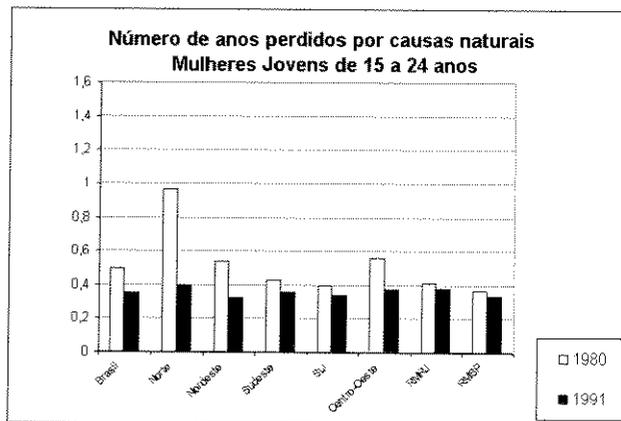
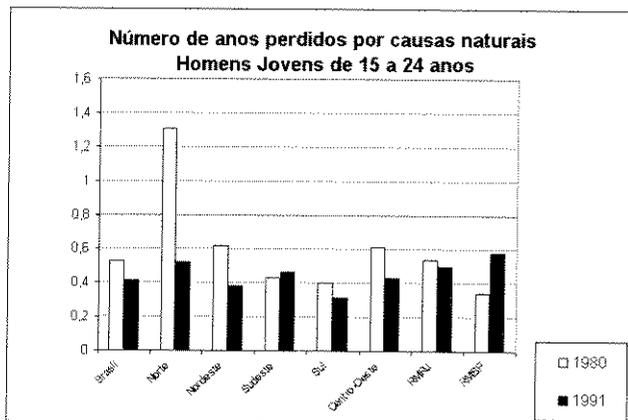
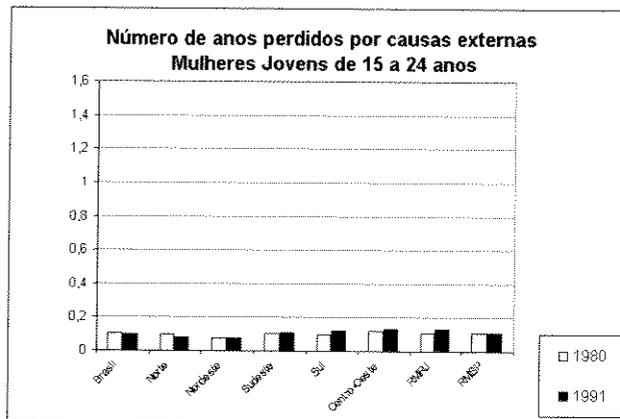
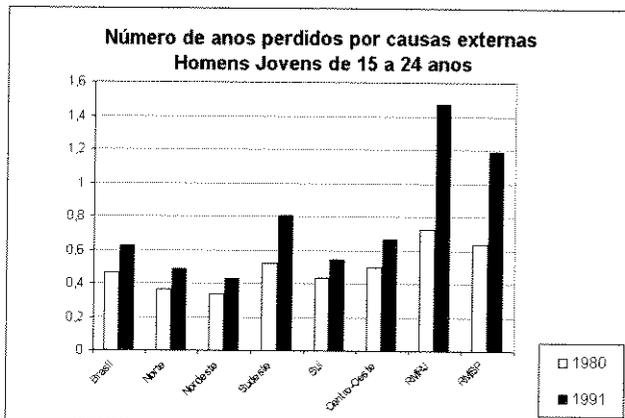
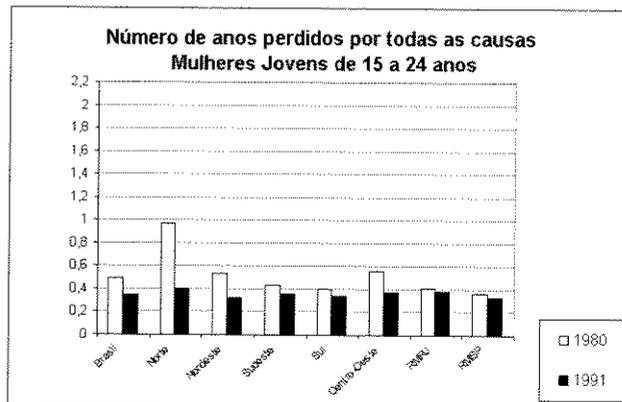
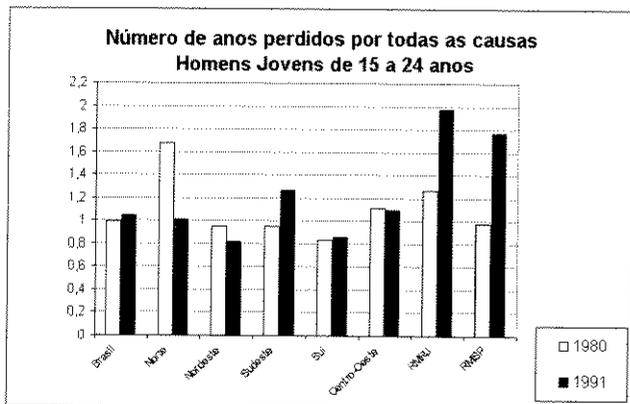


Nota: Anos Perdidos da esperança de vida temporária entre as idades de 15 e 64 anos (Arriaga, 1996)

Gráfico 5

NÚMERO DE ANOS PERDIDOS SEGUNDO TIPO DE CAUSA  
JOVENS DE 15 A 24 ANOS, 1980-1991

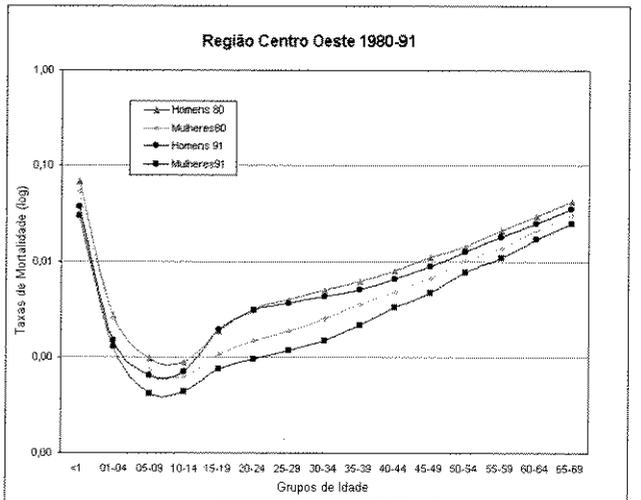
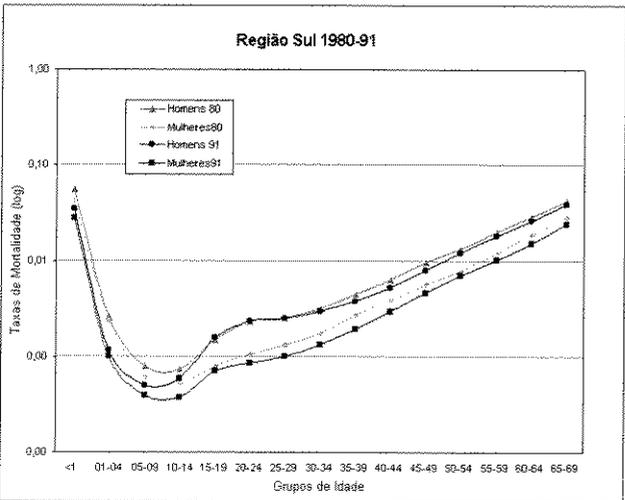
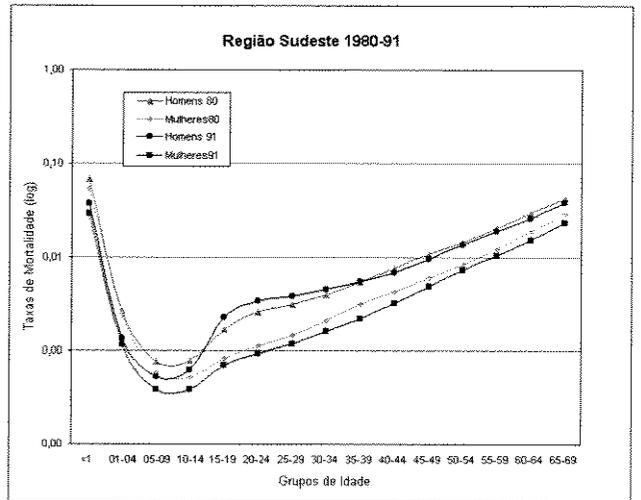
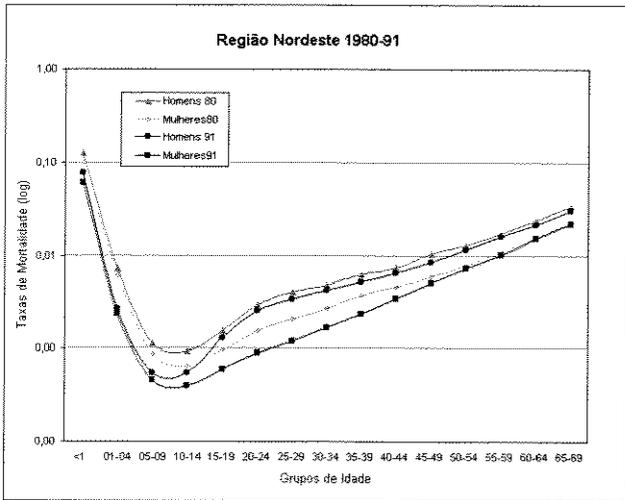
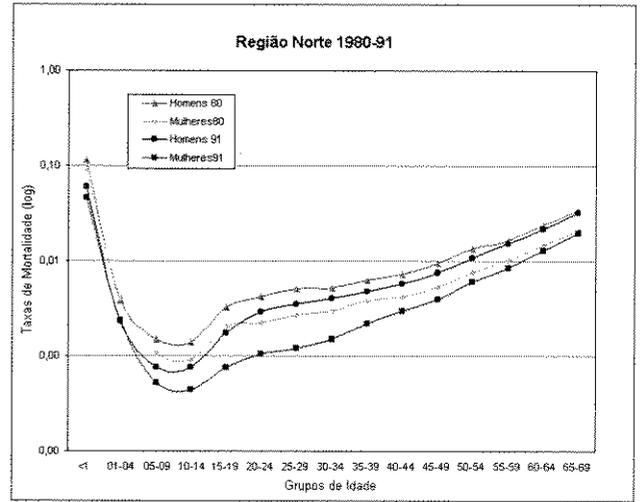
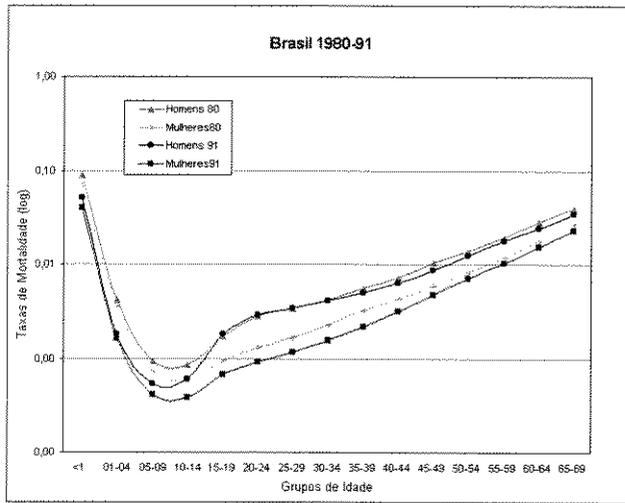
Brasil, Grandes Regiões, e Regiões metropolitanas de Rio de Janeiro e São Paulo



Nota: Anos Perdidos da esperança de vida temporária entre as idades de 15 e 24 anos (Arriaga, 1996)

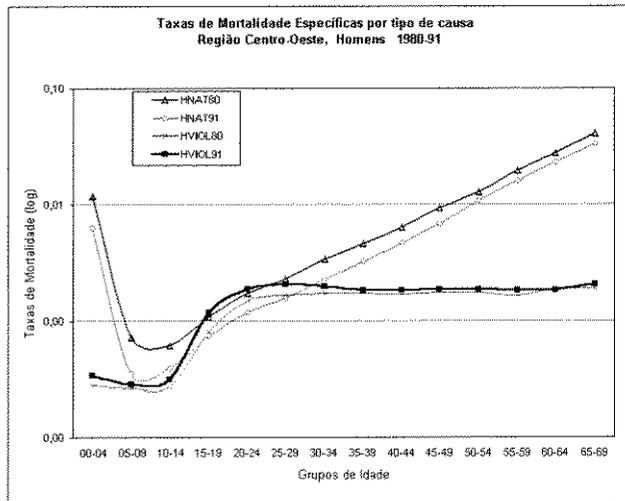
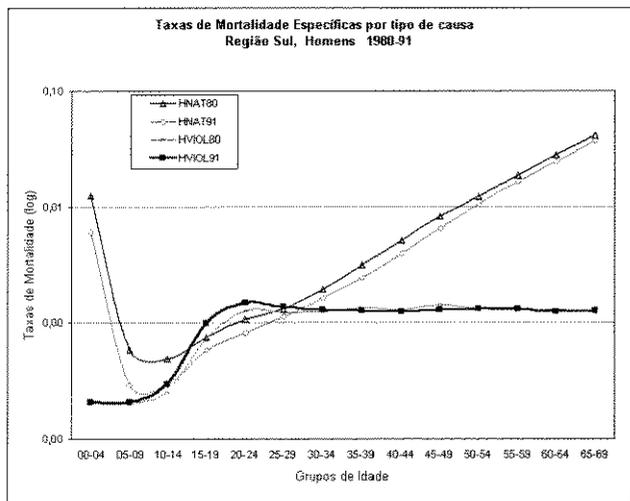
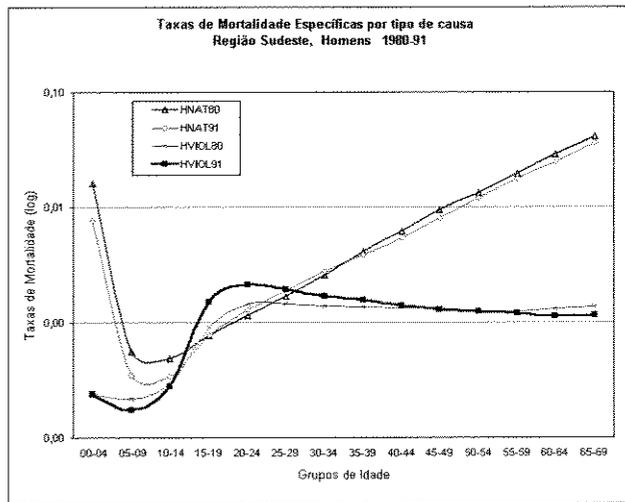
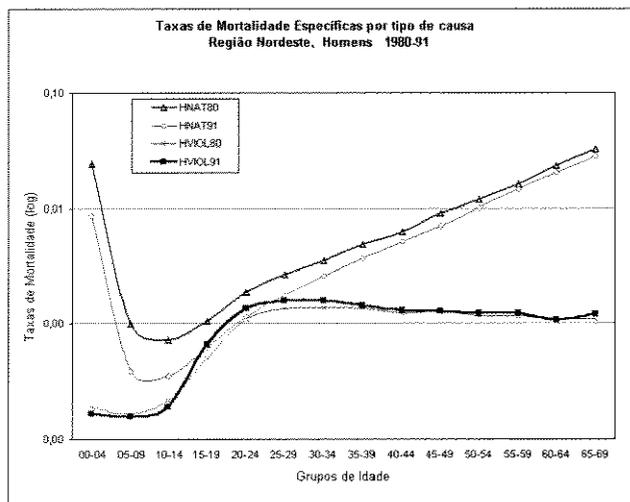
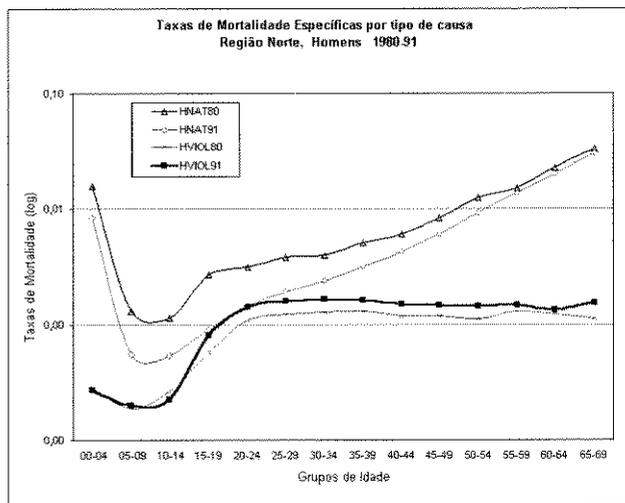
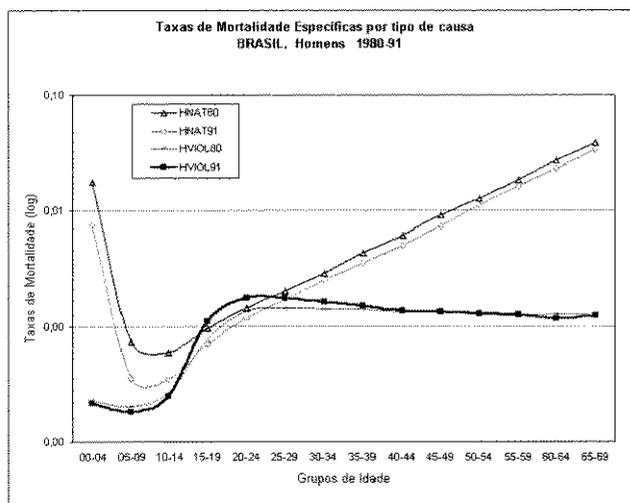
GRÁFICO 6

TAXAS ESPECÍFICAS DE MORTALIDADE - BRASIL E GRANDES REGIÕES 1980-1991



Fonte: Calculado a partir de: IBGE, Estatísticas do Registro Civil, 1979, 1980, 1981, 1990, 1991, 1992; IBGE, Censos Demográficos 1980, 1991 e DEPIS, IBGE, Estimativas de Mortalidade das Tábuas de Mortalidade, 1997.

GRÁFICO 7



Fonte: Calculado a partir de: IBGE, Estatísticas do Registro Civil, 1979, 1980, 1981, 1990, 1991, 1992. IBGE, Censos Demográficos 1980, 1991.

Gráfico 8

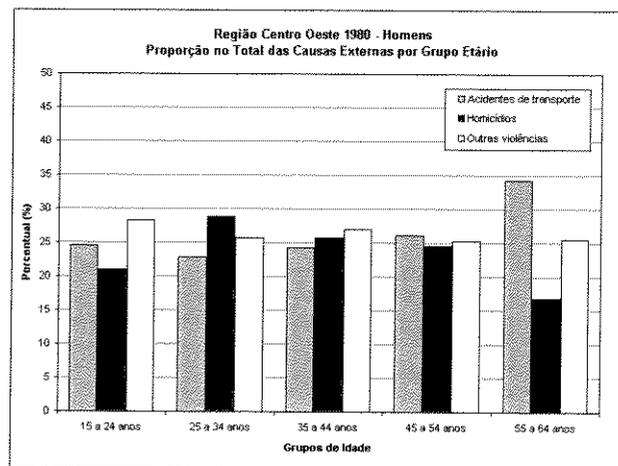
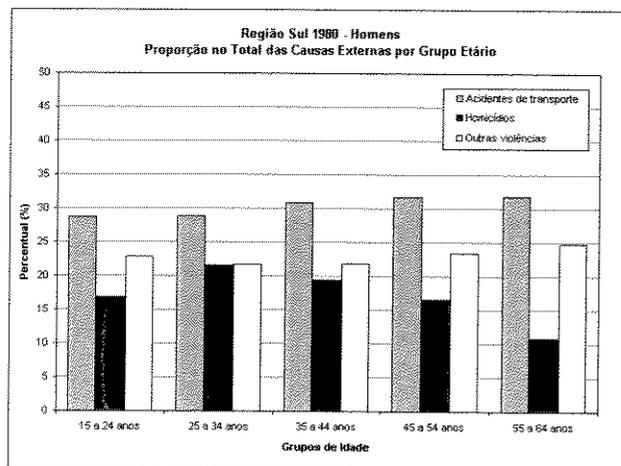
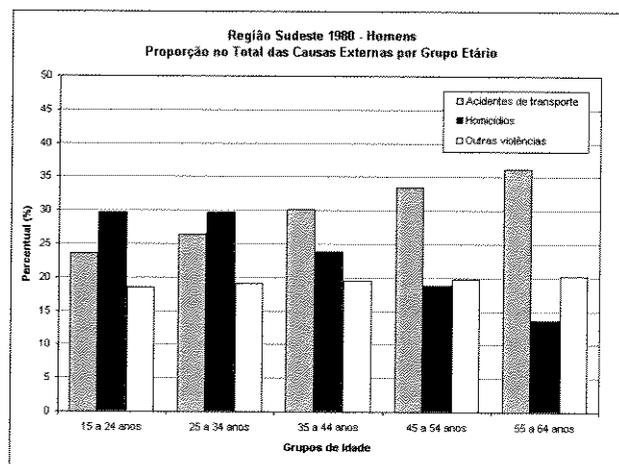
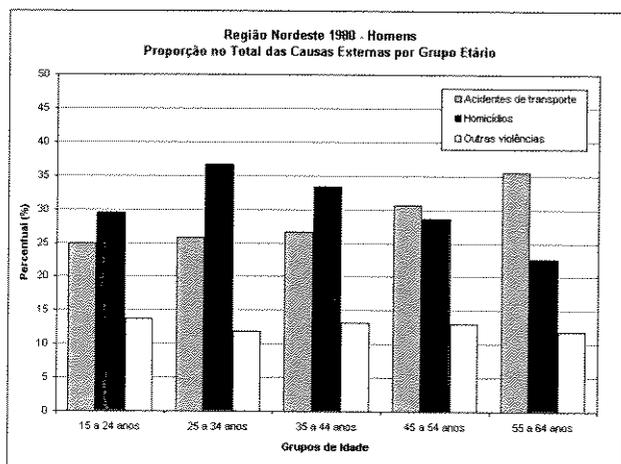
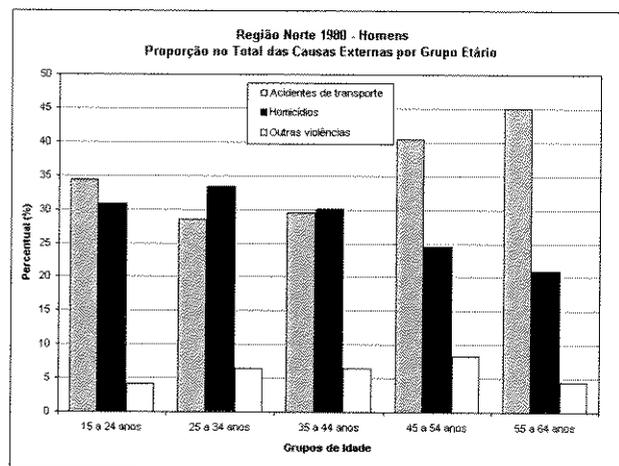
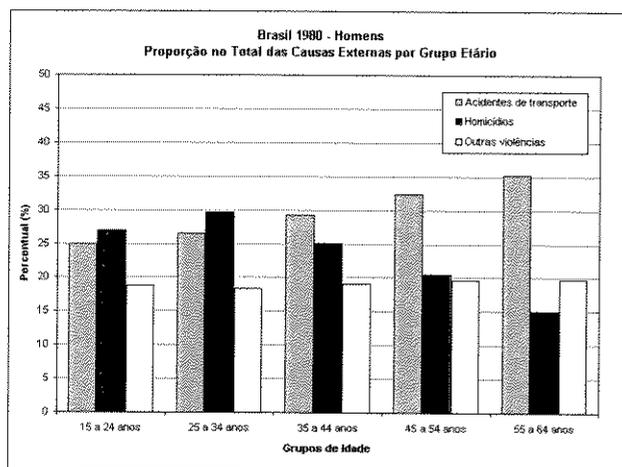
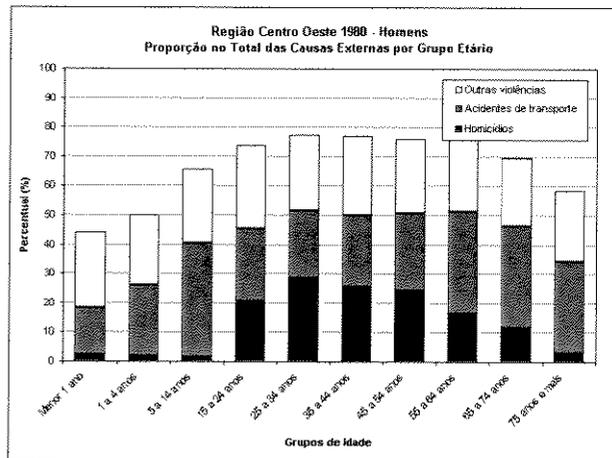
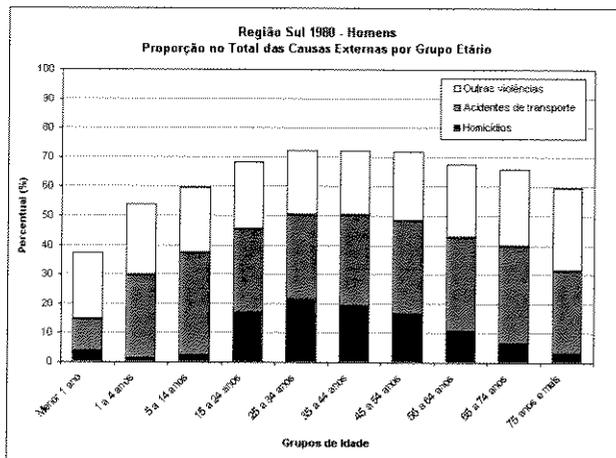
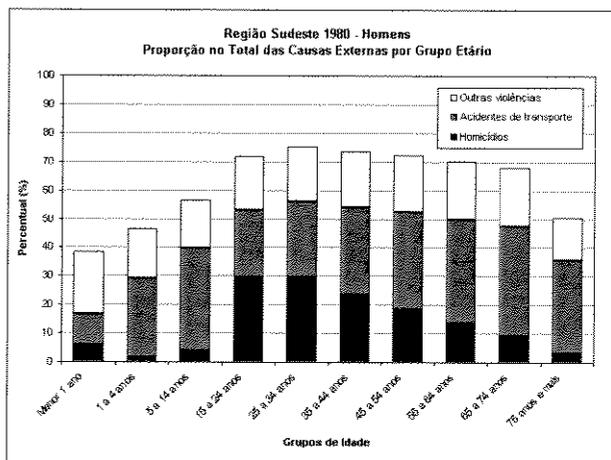
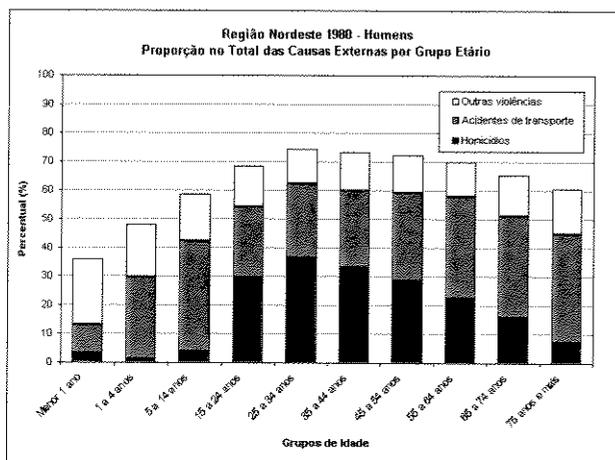
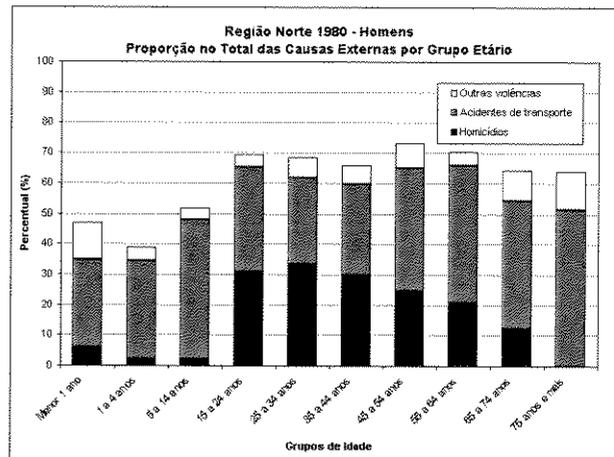
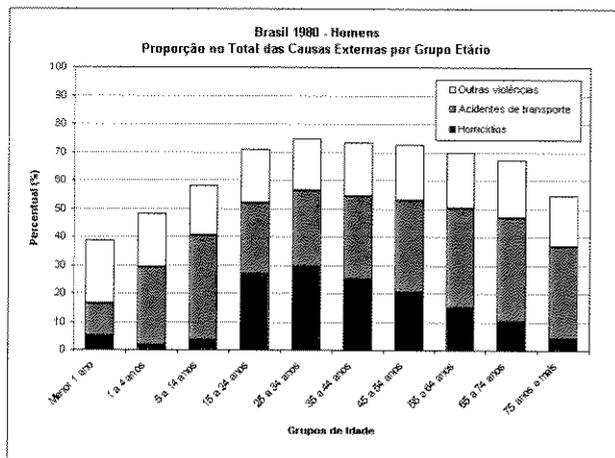
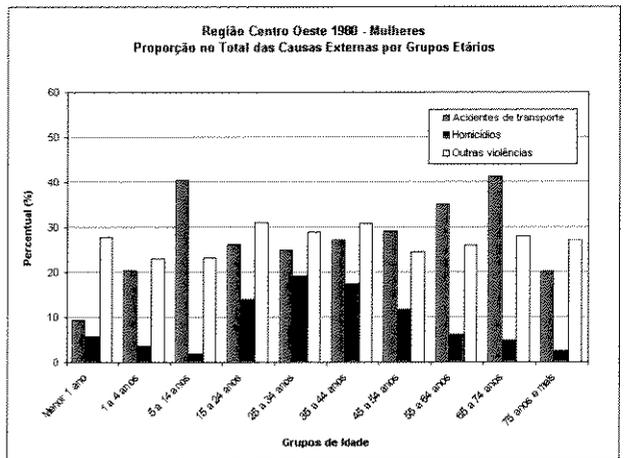
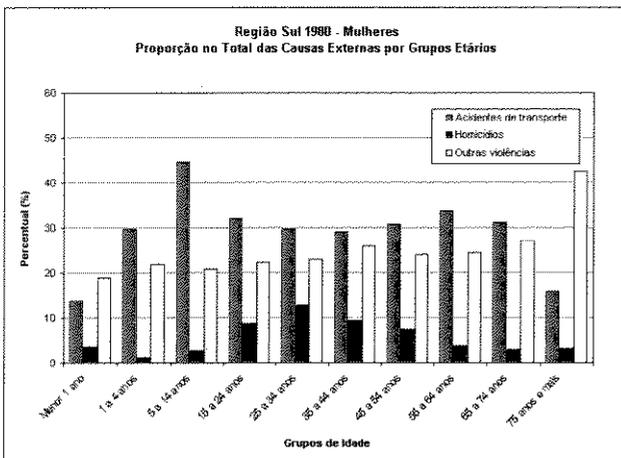
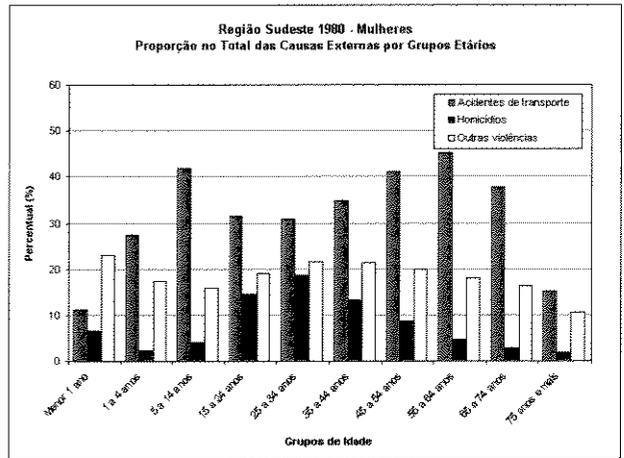
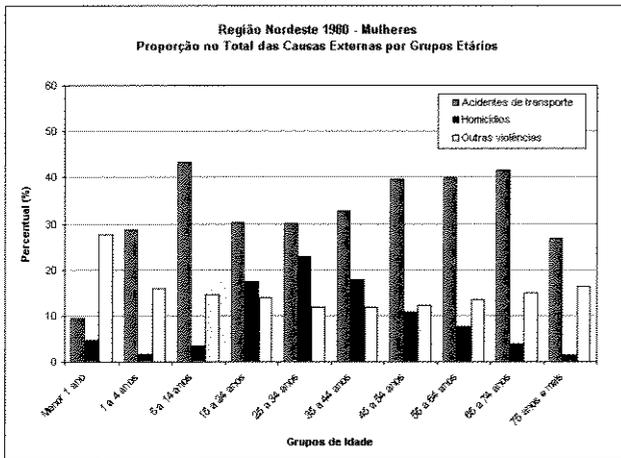
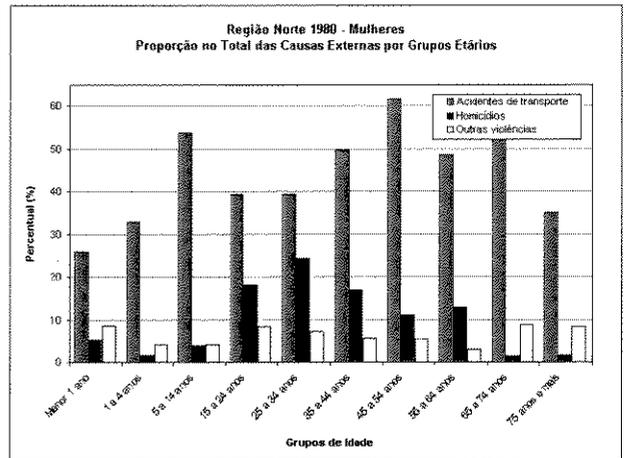
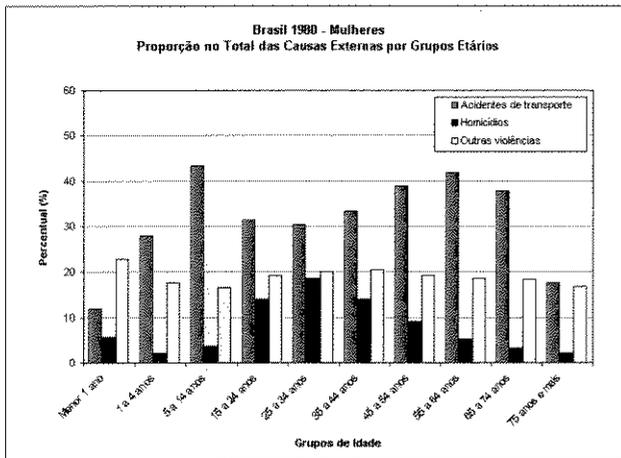


Gráfico 9



Fonte: Calculado a partir de dados do Ministério da Saúde, 1996

Gráfico 12



Fonte: Calculado a partir de dados do Ministério da Saúde, 1998

Gráfico 13

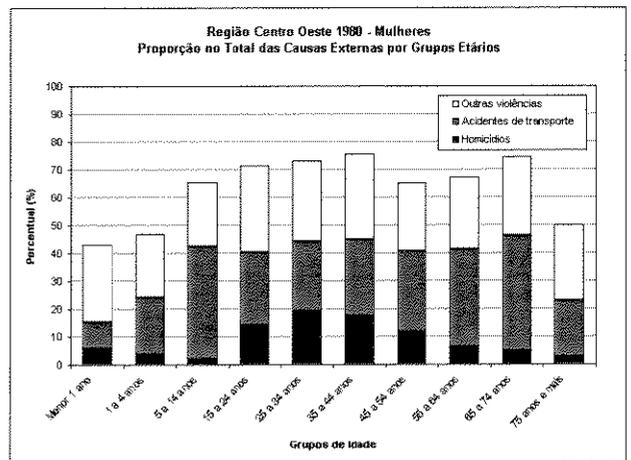
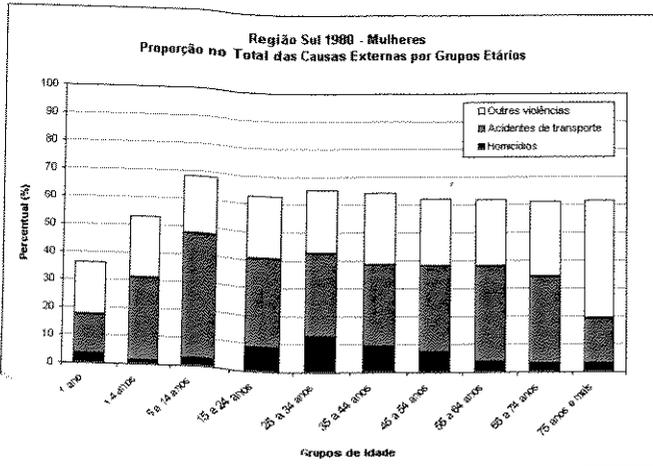
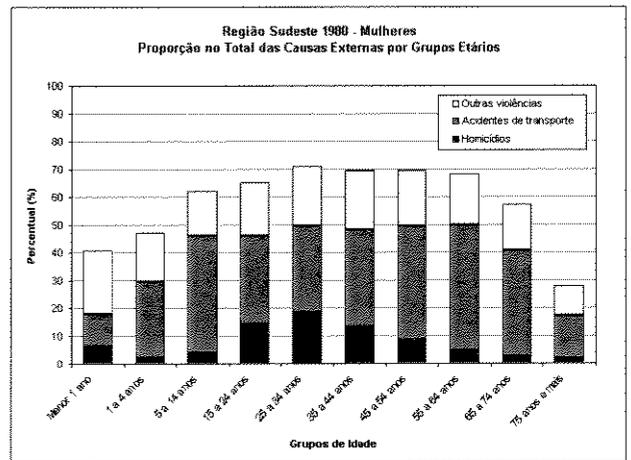
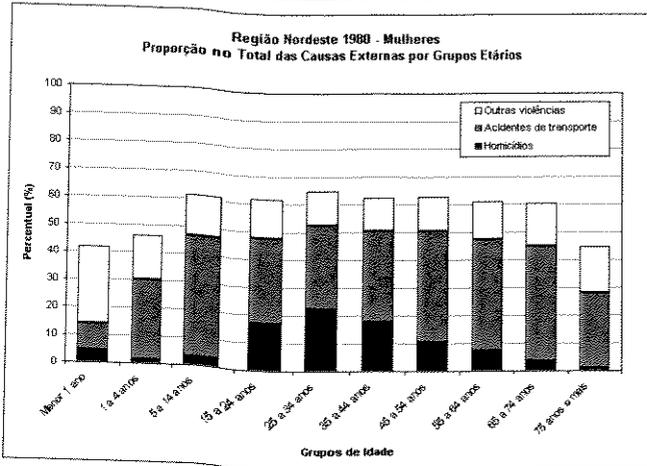
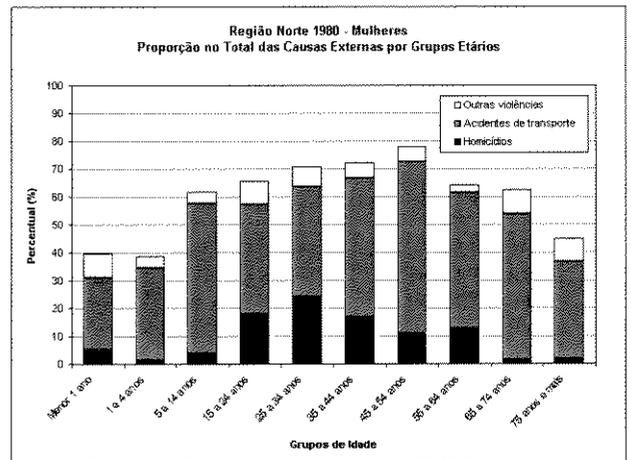
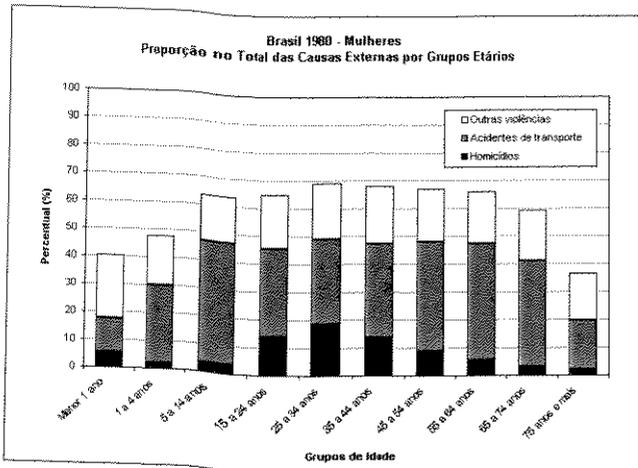
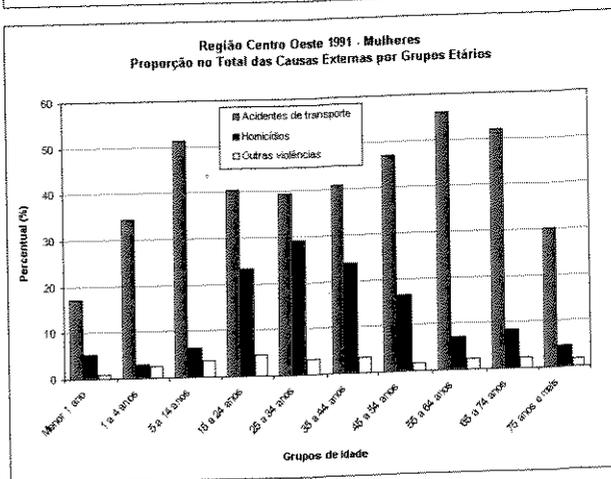
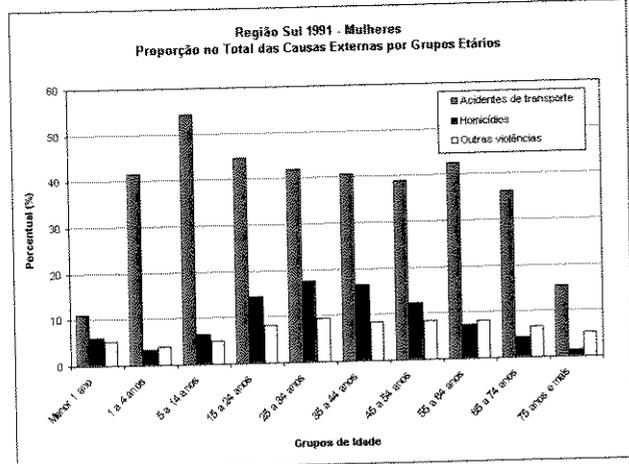
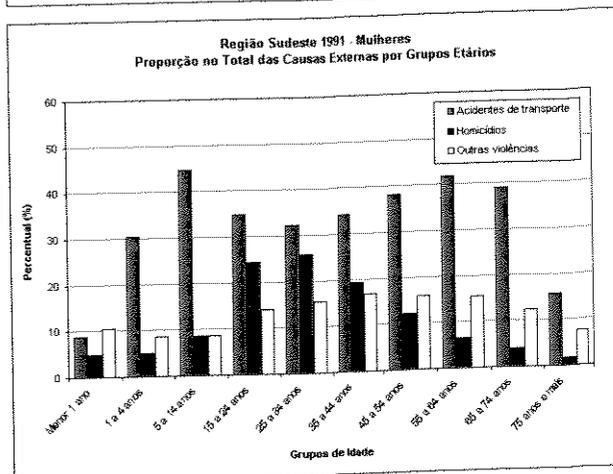
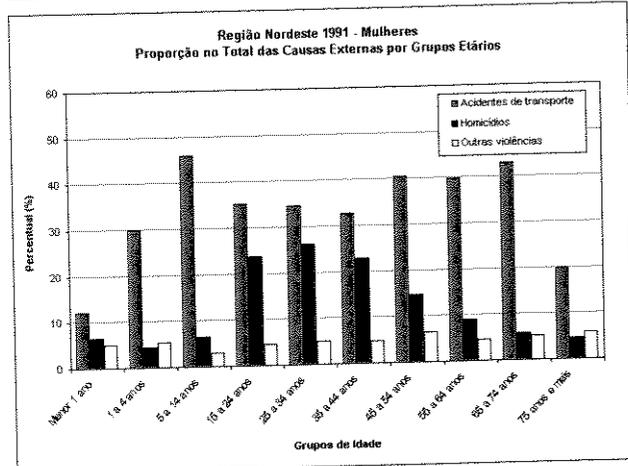
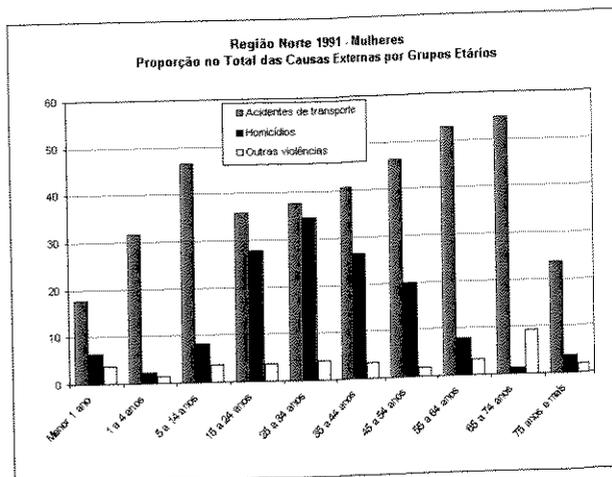
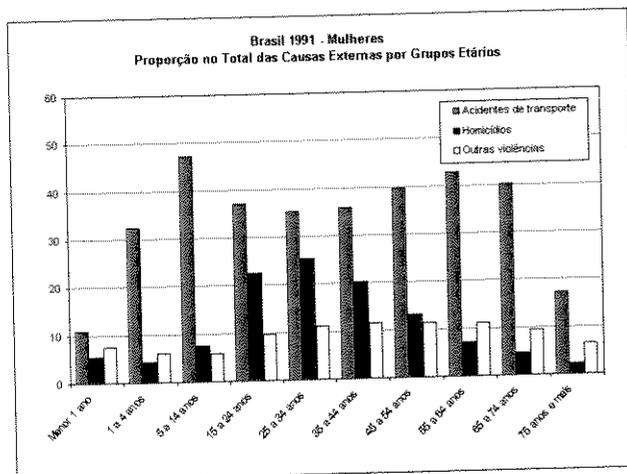
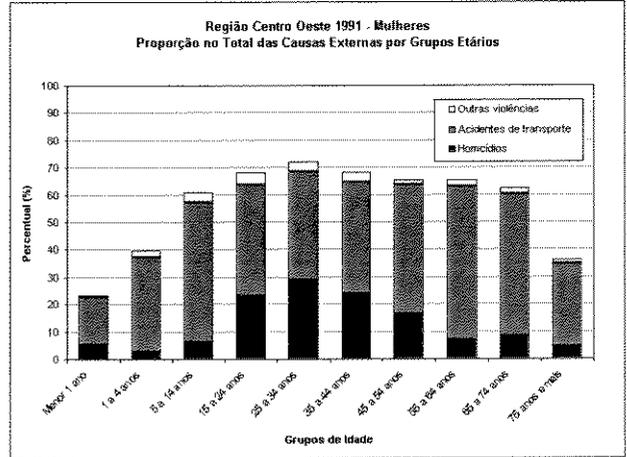
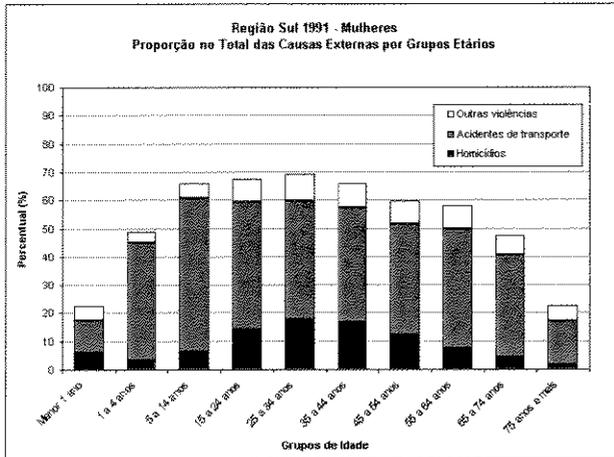
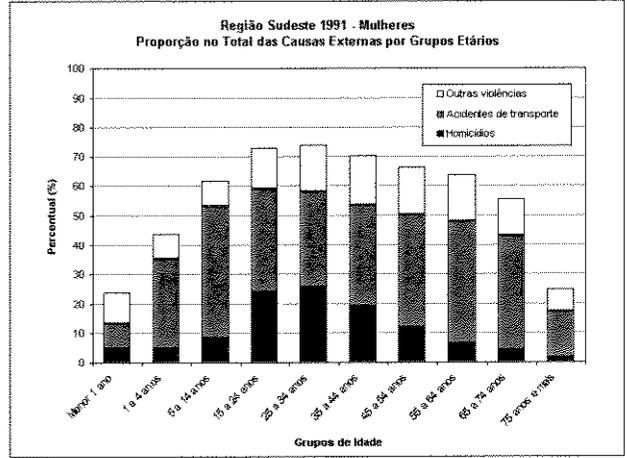
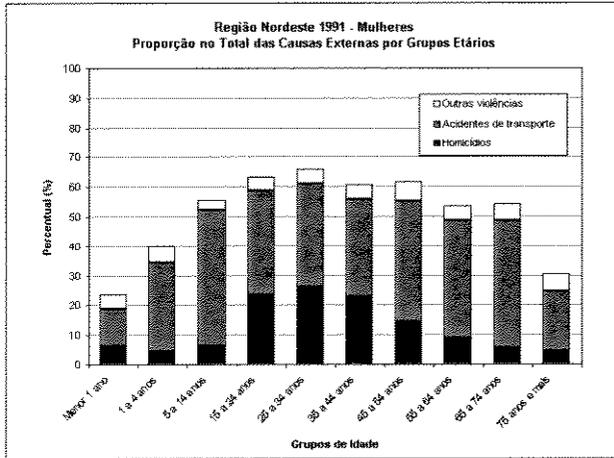
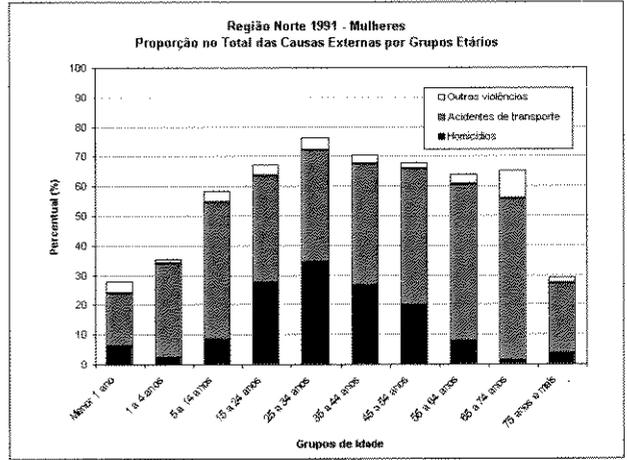
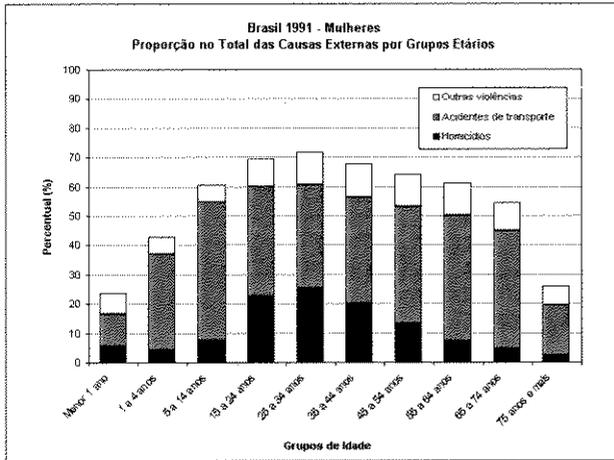


Gráfico 14



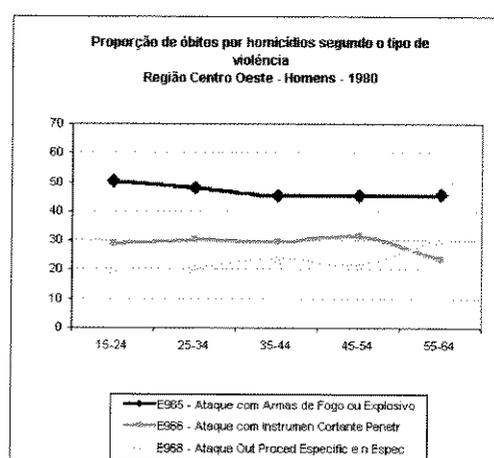
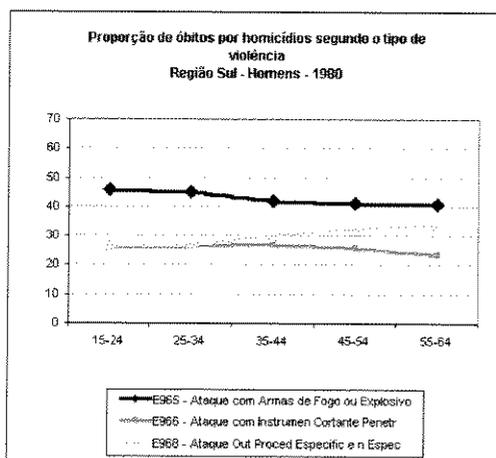
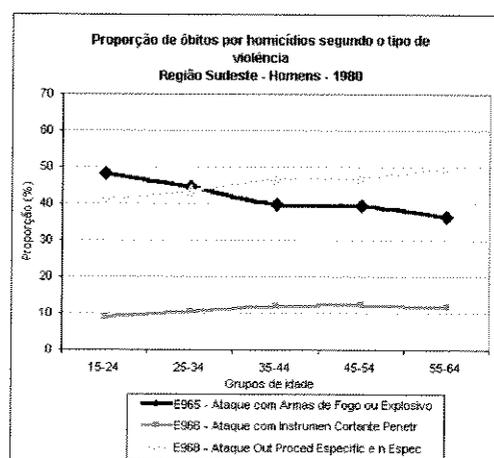
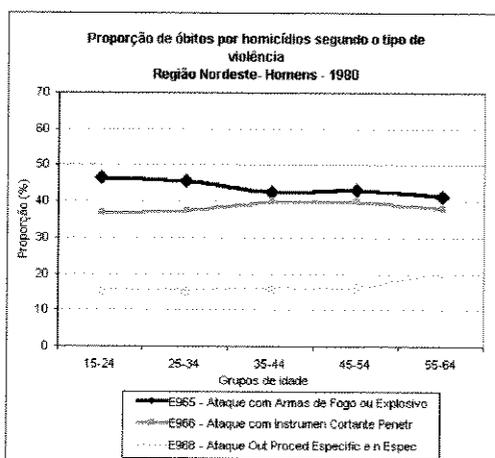
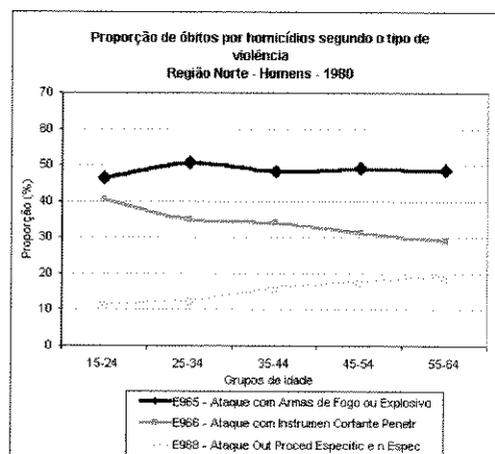
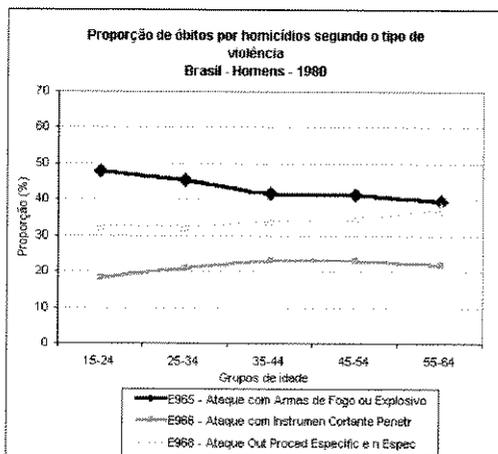
Fonte: Calculado a partir de dados do Ministério da Saúde, 1996

Gráfico 15



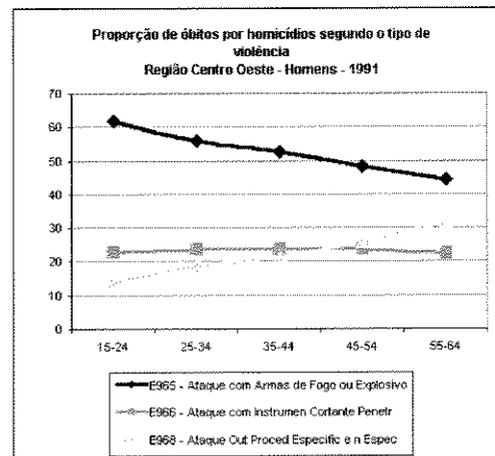
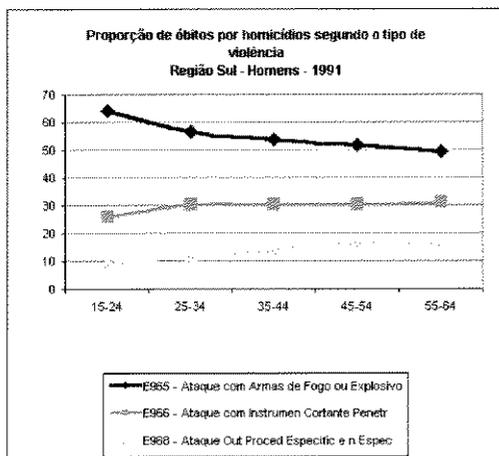
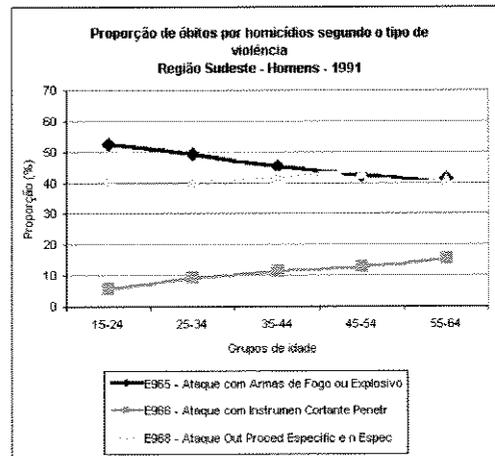
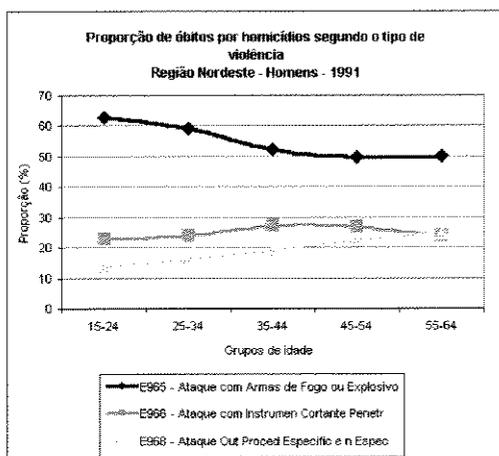
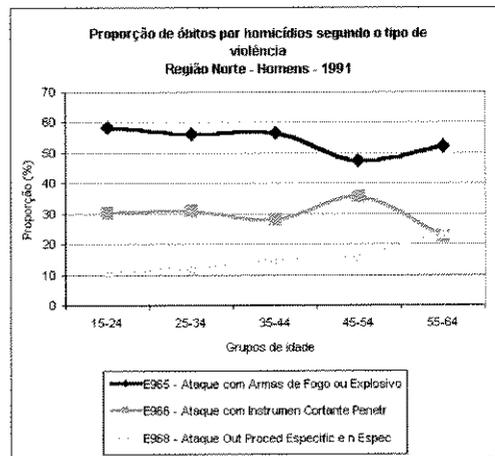
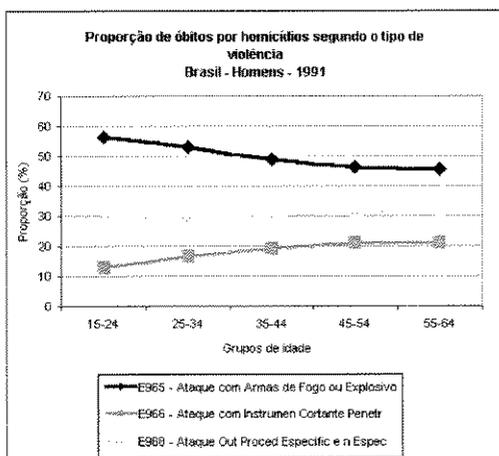
Fonte: Calculado a partir de dados do Ministério da Saúde, 1996

Gráfico 16



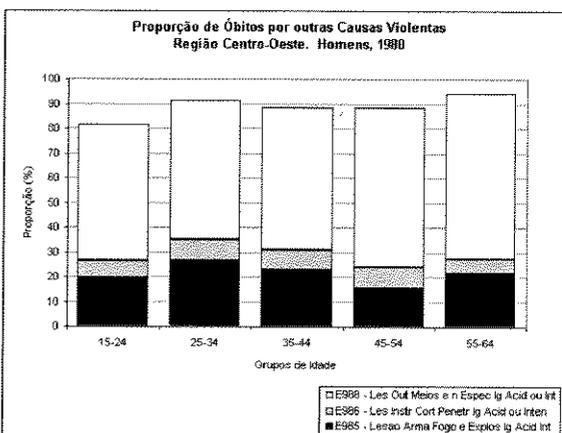
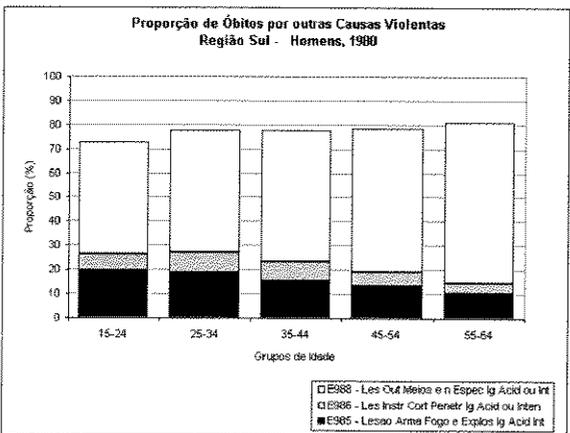
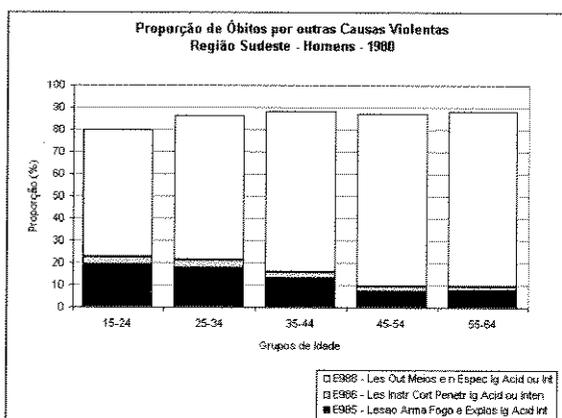
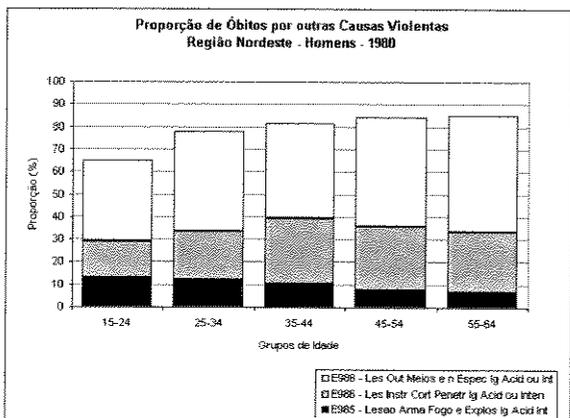
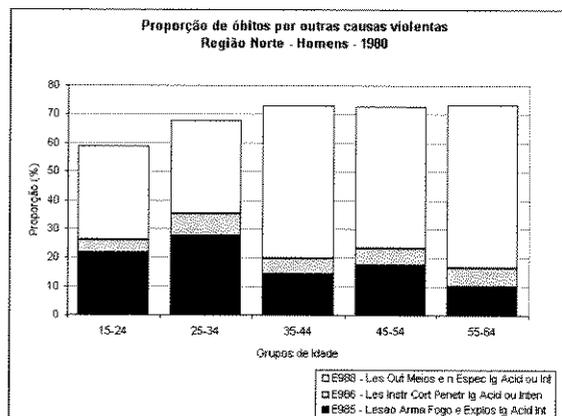
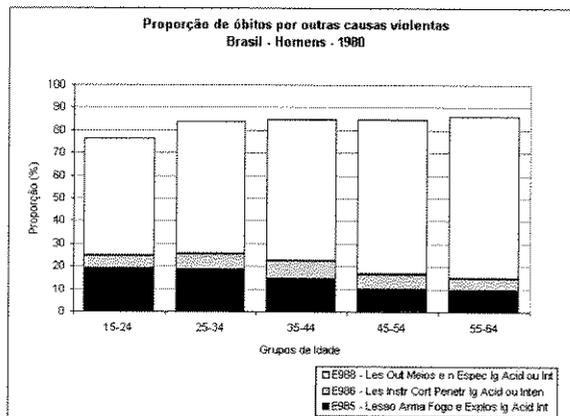
Fonte: Calculado a partir de dados do Ministério da Saúde, 1996

Gráfico 17



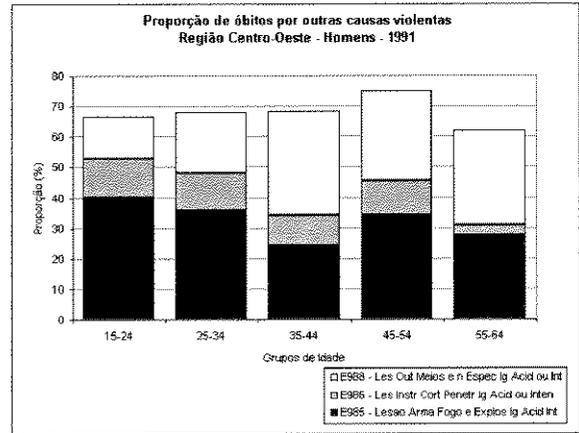
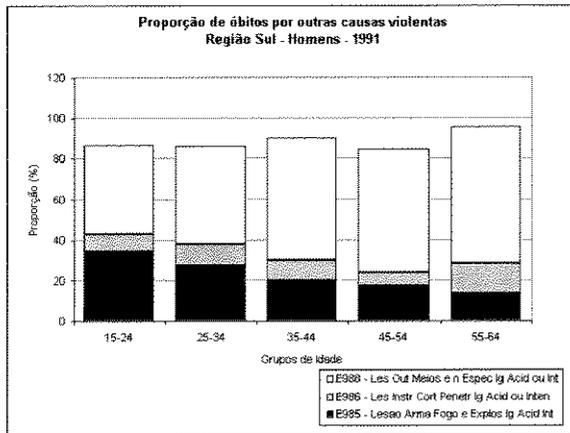
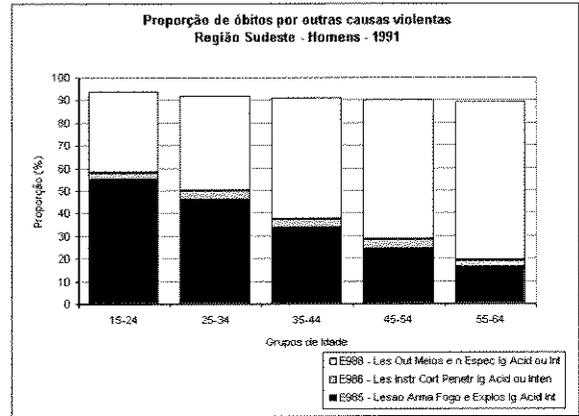
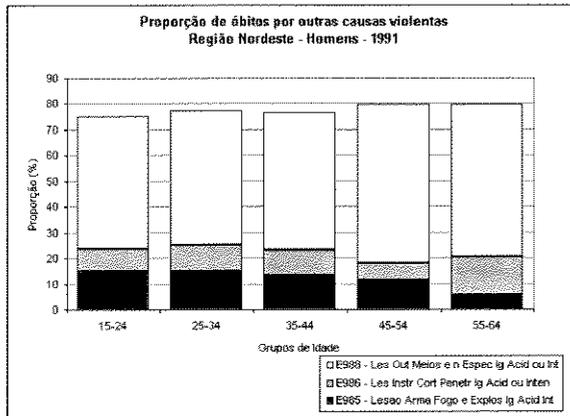
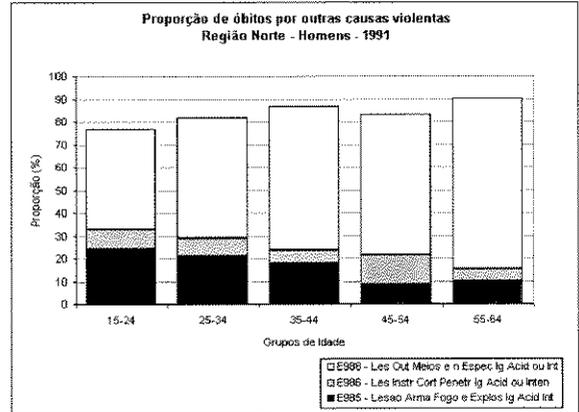
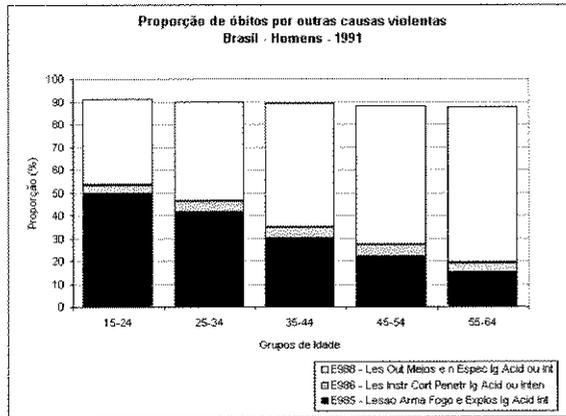
Fonte: Calculado a partir de dados do Ministério da Saúde, 1996

Gráfico 18



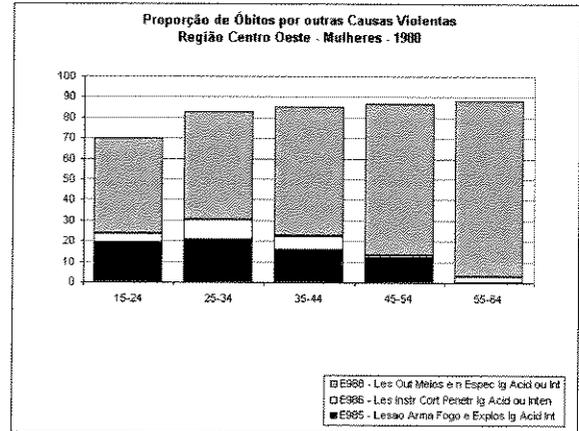
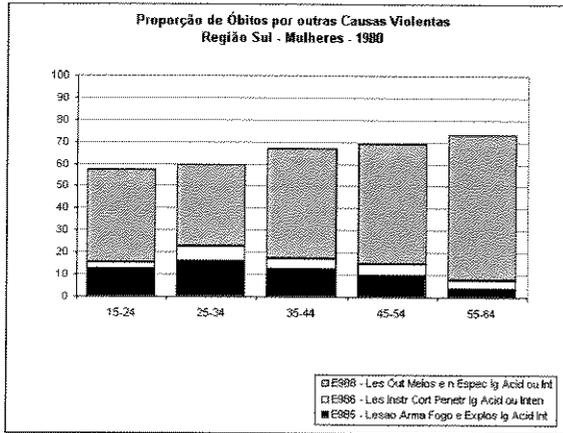
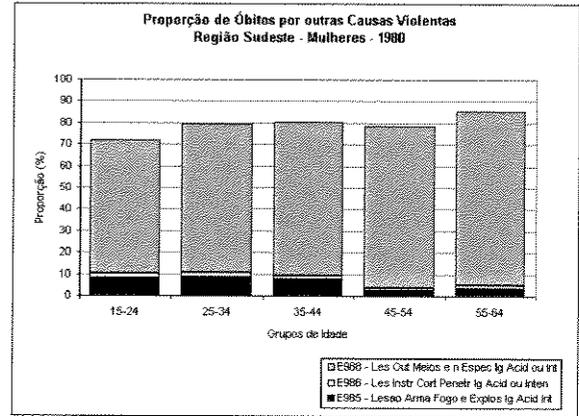
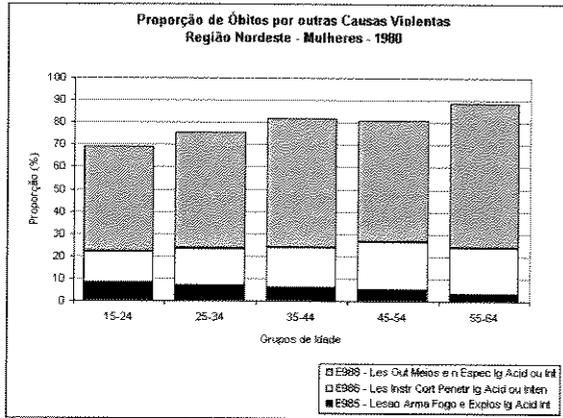
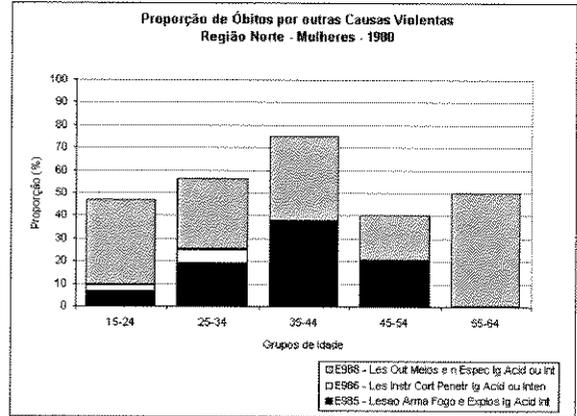
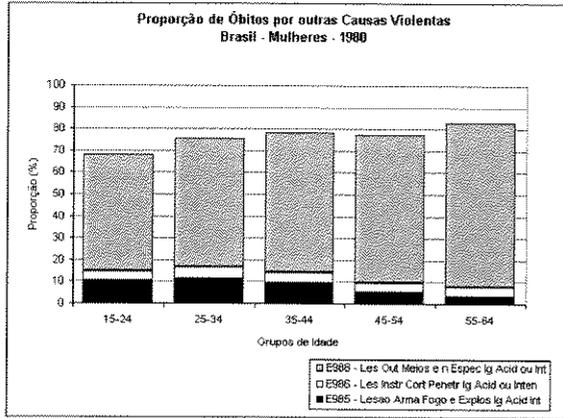
Fonte: Calculado a partir de dados do Ministério da Saúde, 1996

Gráfico 19



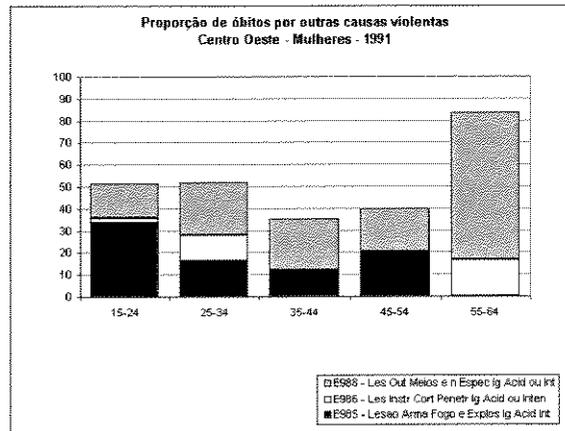
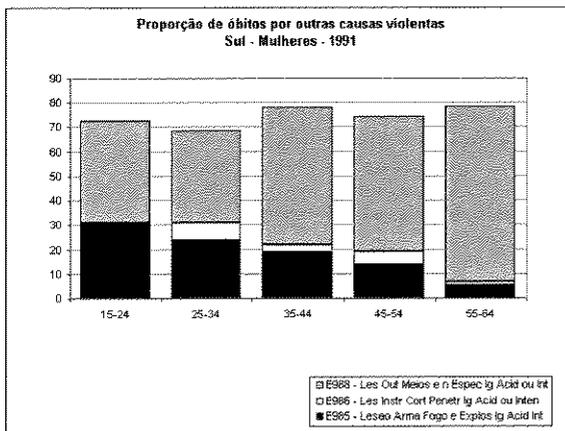
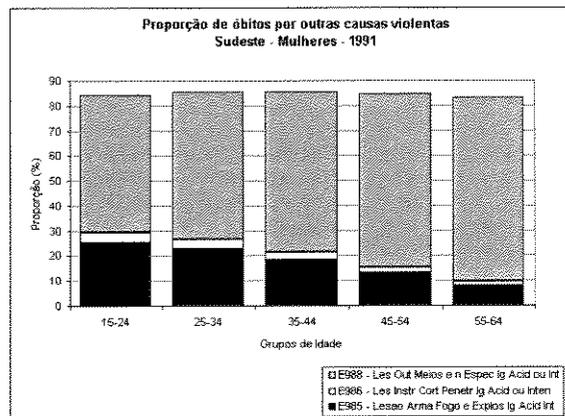
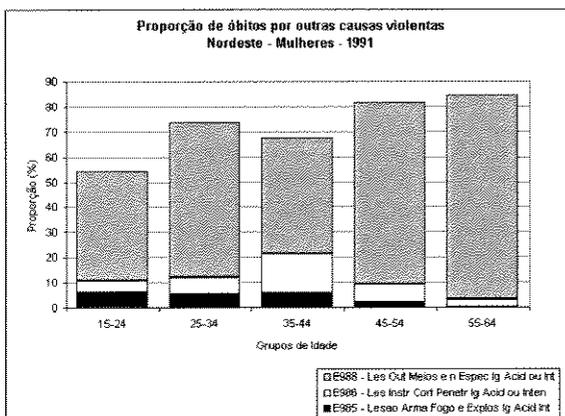
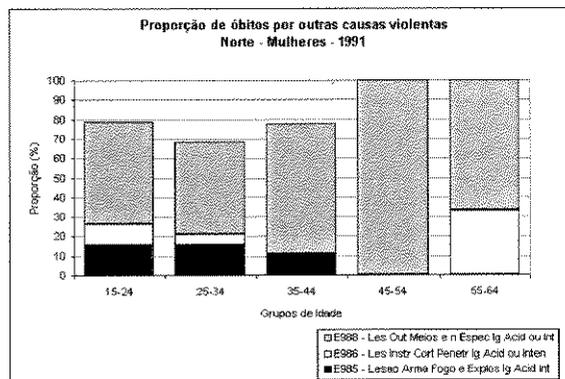
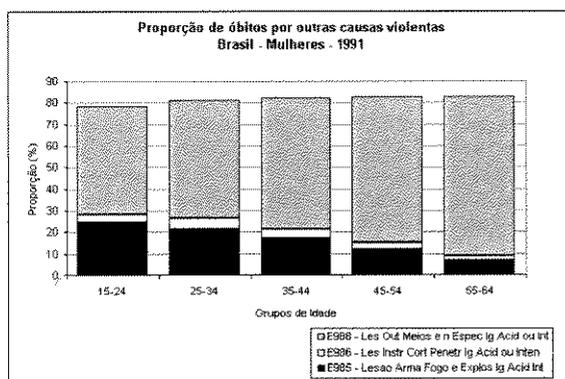
Fonte: Calculado a partir de dados do Ministério da Saúde, 1996

Gráfico 20



Fonte: Calculado a partir de dados do Ministério da Saúde, 1996

Gráfico 21



Fonte: Calculado a partir de dados do Ministério da Saúde, 1996

---

## ***Capítulo 7***

***A violência nas últimas décadas do século  
XX: o caso das Áreas Metropolitanas do Rio  
de Janeiro e de São Paulo***

## **A violência nas últimas décadas do século XX: o caso das áreas Metropolitanas do Rio de Janeiro e de São Paulo**

A violência juvenil e a segurança do cidadão vêm se impondo, de forma crescente, como uma das grandes prioridades a serem enfrentadas com urgência pelos governos. A crescente preocupação social com estes temas, amplamente divulgados e comentados na mídia, trouxe à tona a existência de posições divergentes quanto à forma e aos conteúdos de ações efetivas para enfrentarem-se tais problemas, sobretudo a violência praticada por adolescentes.

Dados demográficos relativos à mortalidade de jovens, e aí se incluem homicídios, suicídios, mortes por AIDS e mortes no trânsito, tem servido como fonte contundente da dimensão desta tragédia. A imprensa tem dado destaque à estudos demográficos recentes que mostram que a esperança de vida ao nascer da população brasileira, graças a queda da mortalidade da população menor de cinco anos, apresentou ganhos de aproximadamente 24 anos entre 1935 e 2000, ou seja, aumentou de 41 anos para 68,6 anos (IBGE, 2003). Ocorre que parte significativa destes ganhos de anos de vida tem sido anulada pelo aumento verificado, a partir da década de 80, da mortalidade de jovens, na faixa de 15 a 24 anos. Tal magnitude atingiu o fenômeno, expresso na ordem de grandeza dos indicadores demográficos, que varias vezes comparou-se a situação em que vivemos com uma verdadeira guerrilha urbana. As crescentes mortes por balas perdidas só reforçam tal argumento.

Apresenta-se neste capítulo a evolução da mortalidade por causas violentas nas regiões metropolitanas do Rio de Janeiro e de São Paulo. Nele atualiza-se a análise já empreendida no capítulo anterior para estas duas

metrópoles com a incorporação de informações para o ano 2000; completa-se, dessa forma, uma série de 20 anos de estudo sobre a violência nessas regiões.

A década de oitenta no Brasil foi um período de estagnação econômica e social, muitas vezes referenciada como a “década perdida”. Aumentaram indicadores associados à violência na sociedade, como a mortalidade por causas externas, crimes violentos e homicídios. A desigualdade social, uma característica da estrutura social brasileira, também aumentou.

Ao mesmo tempo, todos os setores sociais perceberam e condenaram a incapacidade do Estado de controlar a violência e suas causas. A ausência de um planejamento estratégico consistente se fez evidente ao longo da década, assim como se faz no presente. Mas ao mesmo tempo o Brasil também experimentou melhoras nos seus processos e instituições políticas, sendo a democracia e os direitos civis plenamente restabelecidos depois de duas décadas de regime autoritário. Desafortunadamente, na década de oitenta verifica-se também um sistemático aumento em indicadores de violência tais como índices de mortalidade e número de anos perdidos por causas violentas, aumentos que continuam no presente, porém em porcentagens menores, sugerindo uma desaceleração no processo. Estes indicadores têm sido piores para os grupos etários mais jovens, um resultado consistente com as tendências internacionais que dizem respeito ao tipo de violência que analisamos.

Junto com os indicadores, o medo e a insegurança têm aumentado em todos os setores sociais, desde os muito pobres até os muito ricos. Porém, o tipo de incidentes violentos que os cidadãos brasileiros estão propensos a sofrer varia amplamente em quanto a suas causas, natureza e probabilidade, dependendo fortemente da faixa etária, do ingresso, e da região onde se

mora e trabalha. A extrema desigualdade que notávamos antes se manifesta também nessa grande variabilidade dos riscos.<sup>1</sup>

Paradoxalmente, o aumento dos níveis de violência na sociedade brasileira coincide com o processo de democratização do país.

Neste trabalho observamos, paralelamente ao processo de democratização, o aumento dos níveis de violência, considerando como aproximação desta medida, as estatísticas de mortalidade. Analisamos as taxas de mortalidade por causas externas e estendemos a pesquisa ao número de anos de vida perdidos por causas violentas na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Realizamos comparações com a Região Metropolitana de São Paulo. A relação entre a violência e a estrutura das relações sociais está mapeada com base em um número de características específicas observadas no Brasil e nas Regiões Metropolitanas de Rio de Janeiro e São Paulo. Este mapeamento baseia-se numa concepção genética da presente estrutura de relações sociais, que, entanto produto humano, inclui as diferentes manifestações da violência como componentes dessa estrutura. A violência é um dos produtos da externalização humana na produção dessa estrutura de relações sociais.<sup>2</sup> Finalmente, se sugere que a pesquisa interdisciplinar é o melhor caminho para desvendar os determinantes sócio-econômicos destas mudanças em andamento e para contribuir a um debate sobre direitos civis e ação afirmativa neste problema, que consideramos ser um problema de saúde pública.

## **Dados e Métodos**

Da mesma forma que no capítulo anterior, os dados de mortes por causas externas e homicídios utilizados nesta análise provém do SIM -

---

<sup>1</sup> Ver: Mapa de Risco da Violência: cidade de São Paulo / CEDEC - São Paulo: CEDEC 1996; e Mapa de Risco da Violência: cidade do Rio de Janeiro / CEDEC - São Paulo: CEDEC, 1997.

<sup>2</sup> Neste ponto, estamos seguindo tanto ao Durkheim (1988) de *As Regras do Método Sociológico* como a Berger e Luckmann (1989) de *A Construção Social da Realidade*. Veja-se também Elster (1990), citado adiante.

Sistema de Informação sobre Mortalidade (Ministério da Saúde, 2004), dos Censos Demográficos Brasileiros (IBGE, 1980, 1991 e 2000). Os códigos das causas externas de morte utilizados são os Códigos E-47 até E-56, no Capítulo XVII Causas Externas, da Nona Revisão da Classificação Internacional de Doenças (CID-9)<sup>3</sup> para os dados referentes ao período de 1979 a 1995. Para o período compreendido entre 1996 e 2001, foi utilizada a 10ª Revisão da Classificação Internacional de Doenças - CID-10, em particular o Capítulo XX, códigos 103 à 112, referente às Causas Externas de Morbidade e Mortalidade (WHO, 1992).<sup>4</sup>

Foram utilizadas médias de três anos para minimizar a variação estatística nos dados.<sup>5</sup>

Foram considerados na categoria de homicídios, na classificação CID-9, os Homicídios e lesões intencionais por outras pessoas e as Outras violências. Na Revisão CID -10, foram agrupados, dentro da categoria homicídios, os Códigos 109 Agressões, 110 Eventos (fatos) cuja intenção é indeterminada, 111 Intervenções legais e operações de guerra. Esta conduta, motivada pela análise aprofundada do comportamento das séries de dados, coincide com a que outros especialistas no tema têm adotado a partir de considerações sobre o comportamento dos técnicos que emitem as declarações de óbitos, e dos problemas mais comuns enfrentados no campo, Mello Jorge (1990 e 2003) e Souza (1994).

---

<sup>3</sup> A Classificação Internacional de Doenças (CID) é coordenada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) e tem uma aceitação praticamente mundial. Dentro da classificação anterior, CID-9, estão os denominados "Códigos E", correspondentes ao grupo das "Causas Externas" (E800-E999). Estão incluídos os homicídios e lesões intencionalmente infligidas sob os códigos E960-E969. Existe uma importante bibliografia discutindo virtudes e problemas desta classificação, discussão que se associa com o problema da sub-enumeração dos homicídios. Ver: Mello Jorge (1988), Minayo (1994), Lopes (1994), e Bercovich et al. (1998).

<sup>4</sup> International Statistical Classification of Diseases and Related Health Problems, 1989 Revision, Geneva, World Health Organization, 1992.

<sup>5</sup> Como resultado deste procedimento, estándar nas análises demográficas, aparecem resultados fracionários no número de óbitos.

Para avaliar as mudanças na mortalidade por causas naturais e violentas, analisamos as mudanças nas taxas de mortalidade por causas e grupos de idade entre 1980 e 2000. Foi utilizado o método de estimação do número de anos de vida perdidos (Arriaga, 1984 e 1996) para uma avaliação quantitativa do efeito das mortes violentas e não violentas. Este método permite a análise das mudanças da mortalidade por causa e por grupos de idade, tanto como para o conjunto de grupos de idades combinados. O número de anos de vida perdidos não mede diretamente a mudança da mortalidade, senão o impacto da mudança da mortalidade na esperança de vida da população.

O método dos anos de vida perdidos leva em conta a idade das pessoas que morrem, e sua influencia no número total de anos a serem vividos pela população. O número de anos de vida perdidos calculado neste trabalho é a medida do número de anos da esperança temporária de vida entre as idades analisadas que são perdidos por causa das mortalidades por causas violentas ou não violentas. A diferença entre os anos de vida perdidos na mesma área (por exemplo, no mesmo município) entre um ano e outro indica a variação na esperança temporária de vida devida à mudança da mortalidade por diferentes causas de morte. Se considerarmos áreas diferentes (e, portanto populações diferentes), a diferença entre o número de anos de vida perdidos entre as duas populações evidencia a mudança na esperança temporária de vida que teria acontecido em uma população se o nível de mortalidade por uma causa específica de morte para essa população fosse igual ao nível de mortalidade, por essa causa, da outra população.

Por exemplo, se compararmos as Regiões Metropolitanas do Rio de Janeiro e de São Paulo, a diferença em anos de vida perdidos mostra o incremento na esperança temporária de vida entre 15 e 64 anos se a população da Região Metropolitana do Rio de Janeiro igualasse a mortalidade observada na Região Metropolitana de São Paulo para cada causa de morte.

Foi realizada a análise para as idades entre 15 e 64 anos, e comparada à mortalidade atual com o suposto de mortalidade nula entre essas idades. O estudo foi focalizado nessas idades porque as mortes violentas afetam fundamentalmente aos homens jovens, e para excluir grupos etários com mortalidade alta originada em outras causas, como as crianças e os idosos.

## **Anos de Vida Perdidos**

Os Gráficos 1 e 2, mostram o número de anos de vida perdidos, pelos homens, por causas violentas e grupos etários nas regiões metropolitanas do Rio de Janeiro e de São Paulo. Nas duas regiões e para todos os grupos etários, com exceção do grupo 55 a 64 anos, observam-se aumentos no número de anos de vida perdidos durante a década de 80. O resultado é ainda mais dramático para o grupo de 15 a 24 anos, com um aumento aproximado de 100%, acima dos valores de 1980, que já eram altos. Reproduziu-se aqui, para observar a série de 20 anos, o que já se havia verificado anteriormente, o número total de anos perdidos, pelos homens de 15 a 64 anos, por causas externas eleva-se de 2,05 para 3,26, ao longo da década de 80 no Rio de Janeiro (Tabela 1), ou seja, o Rio inicia o período num patamar mais elevado. Em São Paulo os valores são um pouco mais moderados, passando de 1,6 para 2,5 anos perdidos. Este é um aumento significativo, se o compararmos aos valores equivalentes para a Região Sul em 1991, 1,48 anos, ou para a Argentina durante o mesmo período, 0,79 anos. O impacto deste aumento na mortalidade nos homens do grupo etário 15 a 24 anos é tão importante que pode influenciar negativamente ou ainda reduzir a esperança de vida do grupo masculino na sua totalidade. Ainda, se levarmos em conta que a população brasileira encontrava-se sob o impacto de uma nova "onda jovem" como apresentado nos capítulos anteriores, isto implicou num número de mortes violentas excepcionalmente alto na década de noventa.

Tabela 1

**NÚMERO DE ANOS PERDIDOS  
POR GRUPOS DE IDADE**

<b>HOMENS</b>														
<b>Região Metropolitana do Rio de Janeiro</b>							<b>Região Metropolitana de São Paulo</b>							
<b>Causas Violentas</b>	<b>Grupos de Idade</b>					<b>TOTAL</b>	<b>Causas Violentas</b>	<b>Grupos de Idade</b>					<b>TOTAL</b>	
	<b>15-24</b>	<b>25-34</b>	<b>35-44</b>	<b>45-54</b>	<b>55-64</b>			<b>15-24</b>	<b>25-34</b>	<b>35-44</b>	<b>45-54</b>	<b>55-64</b>		
<b>Anos</b>							<b>Anos</b>							
1980	0,73	0,68	0,40	0,19	0,05	2,05	1980	0,63	0,45	0,30	0,17	0,05	1,60	
1991	1,47	1,03	0,50	0,21	0,05	3,26	1991	1,19	0,71	0,36	0,17	0,04	2,48	
2000	1,37	0,89	0,44	0,20	0,05	2,96	2000	1,45	1,04	0,49	0,21	0,05	3,25	
<b>Causas Naturais</b>							<b>Causas Naturais</b>							
	<b>15-24</b>	<b>25-34</b>	<b>35-44</b>	<b>45-54</b>	<b>55-64</b>	<b>TOTAL</b>		<b>15-24</b>	<b>25-34</b>	<b>35-44</b>	<b>45-54</b>	<b>55-64</b>	<b>TOTAL</b>	
<b>Anos</b>							<b>Anos</b>							
1980	0,54	0,73	1,18	1,48	0,86	4,80	1980	0,34	0,57	1,06	1,37	0,83	4,17	
1991	0,50	0,90	1,18	1,43	0,83	4,82	1991	0,58	0,90	1,09	1,29	0,75	4,61	
2000	0,22	0,47	0,90	1,20	0,75	3,54	2000	0,18	0,46	0,79	1,05	0,68	3,14	
<b>Varição do Número de Anos Perdidos</b>							<b>Varição do Número de Anos Perdidos</b>							
<b>Causas Violentas</b>	<b>Grupos de Idade</b>					<b>TOTAL</b>	<b>Causas Violentas</b>	<b>Grupos de Idade</b>					<b>TOTAL</b>	
	<b>15-24</b>	<b>25-34</b>	<b>35-44</b>	<b>45-54</b>	<b>55-64</b>			<b>15-24</b>	<b>25-34</b>	<b>35-44</b>	<b>45-54</b>	<b>55-64</b>		
<b>Anos</b>							<b>Anos</b>							
1980-1991	0,74	0,35	0,09	0,02	0,00	1,20	1980-1991	0,56	0,27	0,06	0,01	-0,01	0,88	
1991-2000	-0,10	-0,13	-0,06	-0,01	0,00	-0,30	1991-2000	0,26	0,33	0,13	0,04	0,01	0,77	
<b>Causas Naturais</b>							<b>Causas Naturais</b>							
	<b>15-24</b>	<b>25-34</b>	<b>35-44</b>	<b>45-54</b>	<b>55-64</b>	<b>TOTAL</b>		<b>15-24</b>	<b>25-34</b>	<b>35-44</b>	<b>45-54</b>	<b>55-64</b>	<b>TOTAL</b>	
<b>Anos</b>							<b>Anos</b>							
1980-1991	-0,04	0,16	-0,01	-0,05	-0,04	0,03	1980-1991	0,24	0,33	0,03	-0,08	-0,08	0,44	
1991-2000	-0,28	-0,43	-0,27	-0,22	-0,08	-1,28	1991-2000	-0,41	-0,45	-0,30	-0,24	-0,07	-1,47	

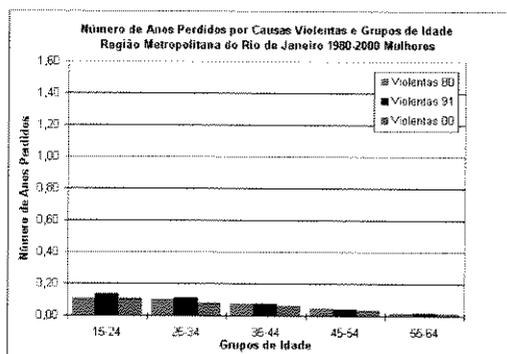
Fonte: Calculado a partir do Sistema de Informações sobre Mortalidade, Ministério da Saúde. Metodologia de Arriaga, 1996.

Ao se observar os mesmos indicadores para as mulheres, a mortalidade por causas violentas pouco afeta a esperança de vida em ambas as regiões metropolitanas (Gráficos 5 e 6). No caso da mortalidade por causas naturais o número de anos de vida perdidos diminuiu ao longo das duas décadas, para todos os grupos etários, para as duas regiões metropolitanas (Gráficos 7 e 8)

Região Metropolitana do Rio de Janeiro 1980-2000

Mulheres

Gráfico 5



Região Metropolitana de São Paulo 1980-2000

Mulheres

Gráfico 6

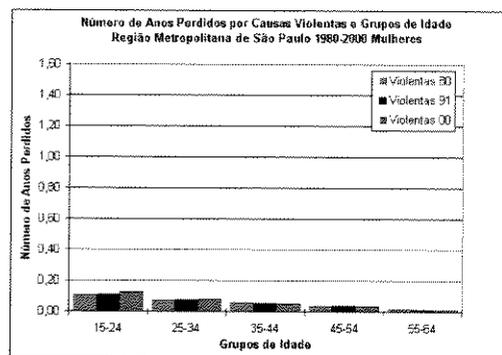


Gráfico 7

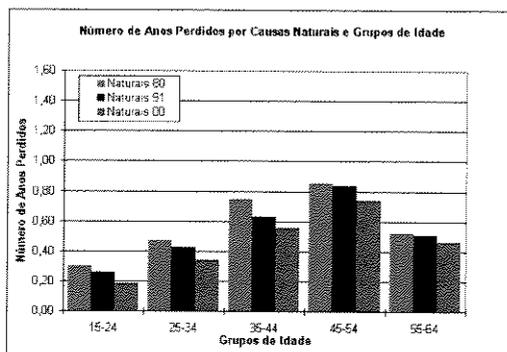


Gráfico 8

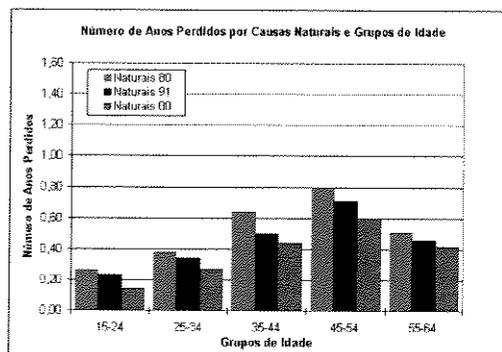


Tabela 2

NÚMERO DE ANOS PERDIDOS  
POR GRUPOS DE IDADE

MULHERES Região Metropolitana do Rio de Janeiro							Região Metropolitana de São Paulo						
Causas Violentas	Grupos de Idade					TOTAL	Causas Violentas	Grupos de Idade					TOTAL
	15-24	25-34	35-44	45-54	55-64			15-24	25-34	35-44	45-54	55-64	
Anos							Anos						
1980	0,11	0,10	0,07	0,05	0,02	0,34	1980	0,11	0,07	0,06	0,04	0,01	0,29
1991	0,13	0,11	0,07	0,04	0,02	0,37	1991	0,11	0,08	0,05	0,03	0,01	0,28
2000	0,11	0,08	0,06	0,03	0,01	0,29	2000	0,13	0,08	0,05	0,03	0,01	0,30
<b>Causas Naturais</b>							<b>Causas Naturais</b>						
	15-24	25-34	35-44	45-54	55-64	TOTAL		15-24	25-34	35-44	45-54	55-64	TOTAL
Anos							Anos						
1980	0,30	0,47	0,75	0,85	0,52	2,89	1980	0,26	0,37	0,64	0,80	0,50	2,57
1991	0,25	0,42	0,63	0,84	0,51	2,64	1991	0,23	0,34	0,60	0,71	0,45	2,22
2000	0,18	0,34	0,56	0,74	0,46	2,28	2000	0,14	0,27	0,44	0,60	0,42	1,86
<b>Varição do Número de Anos Perdidos</b>							<b>Varição do Número de Anos Perdidos</b>						
<b>Causas Violentas</b>							<b>Causas Violentas</b>						
	15-24	25-34	35-44	45-54	55-64	TOTAL		15-24	25-34	35-44	45-54	55-64	TOTAL
Anos							Anos						
1980-1991	0,03	0,01	0,00	0,00	0,00	0,03	1980-1991	0,00	0,00	-0,01	0,00	0,00	-0,01
1991-2000	-0,03	-0,03	-0,01	-0,01	0,00	-0,08	1991-2000	0,02	0,00	0,00	0,00	0,00	0,02
<b>Causas Naturais</b>							<b>Causas Naturais</b>						
	15-24	25-34	35-44	45-54	55-64	TOTAL		15-24	25-34	35-44	45-54	55-64	TOTAL
Anos							Anos						
1980-1991	-0,05	-0,05	-0,12	-0,01	-0,02	-0,25	1980-1991	-0,03	-0,04	-0,14	-0,09	-0,05	-0,35
1991-2000	-0,07	-0,09	-0,07	-0,10	-0,04	-0,37	1991-2000	-0,09	-0,07	-0,06	-0,11	-0,04	-0,36

Fonte: Calculado a partir do Sistema de Informações sobre Mortalidade, Ministério da Saúde. Metodologia de Amega, 1996.

No ano 2000 observa-se uma diminuição do número de anos de vida perdidos por causas violentas, no grupo de homens de 15 a 44 anos no Rio de Janeiro. O fenômeno inverso acontece em São Paulo: ao longo da década de 90 ocorreu um importante aumento do número de anos perdidos por violência, pela população masculina, para todos os grupos etários. Este aumento levou a Região Metropolitana de São Paulo a 1,45 anos perdidos em 2000 pelo grupo de homens de 15 a 24 anos, valor semelhante ao experimentado na Região Metropolitana do Rio de Janeiro na década anterior.

Também ao analisar os efeitos da mortalidade por causas naturais, existem notáveis diferenças entre as duas áreas metropolitanas.<sup>6</sup>

Como se pode observar nos Gráficos 3 e 4, na Região Metropolitana de São Paulo o número de anos perdidos por causas naturais entre os homens cresceu nos primeiros três grupos, com um máximo absoluto de 0,33 anos perdidos (aumento de 57,9%) para os homens no grupo etário entre 25 a 34 anos, e um máximo relativo representando 60,6% de crescimento para homens entre 15 a 24 anos (0,20 anos perdidos). Em contraste com o Rio de Janeiro, observamos que na Região Metropolitana de São Paulo até os homens no grupo etário entre 35 a 44 anos experimentaram um crescimento no número de anos perdidos por causas naturais, em relação a 1980. Este crescimento é atribuído à epidemia da AIDS, que mostrou um rápido crescimento na década de 80 (Waldvogel, B., 1992). Na década de 90 observa-se uma queda no número de anos perdidos para todos os grupos etários nas duas regiões metropolitanas. Essa queda é mais acentuada para o grupo de 25 a 34 anos, principalmente por ser este o grupo onde a mortalidade devida a AIDS era relativamente importante. (Gráficos 3 e 4).

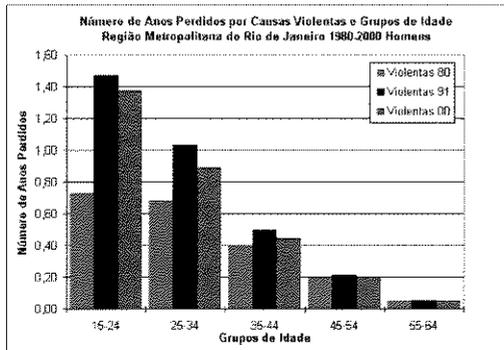
---

<sup>6</sup> Rio de Janeiro: população da área metropolitana em 1980: 8.772.265; 1991: 9.814.574 de habitantes, em 2000 10.534.456 São Paulo: população da área metropolitana em 1980: 12.588.725; 1991: 15.145.410 habitantes, em 2000: 17.578.494. IBGE. Censo Demográfico de 1991.

**Região Metropolitana do Rio de Janeiro 1980-2000**

**Homens**

Gráfico 1



**Região Metropolitana de São Paulo 1980-2000**

**Homens**

Gráfico 2

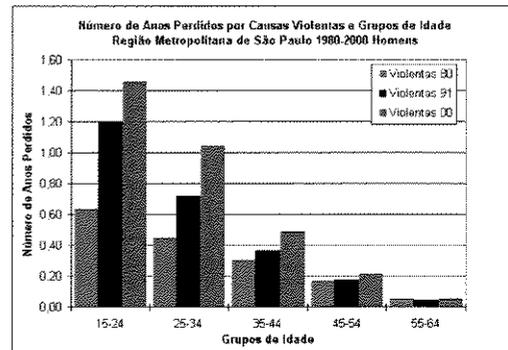


Gráfico 3

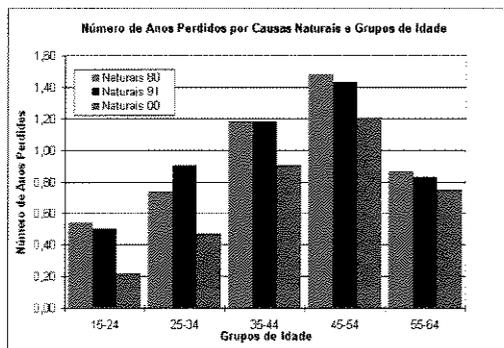
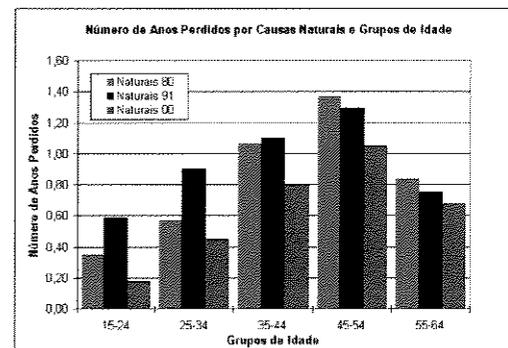


Gráfico 4



Quando consideramos a proporção de mortes violentas e a proporção do total do número de anos perdidos por causa da violência para homens e mulheres, nas diferentes regiões do Brasil, notamos que: primeiro, a proporção de anos perdidos por causa da violência é sempre mais alta do que a proporção de mortes violentas (Gráficos 9 e 10). Isso se dá como consequência da concentração de mortes violentas entre os jovens (Arriaga, 1994). Como as mortes violentas acontecem fundamentalmente entre os jovens, os anos que esses jovens ainda teriam para viver são muito importantes quantitativamente, provocando que 40% do total de anos perdidos pelos homens entre 15 e 64 anos na Região Metropolitana do Rio de Janeiro sejam, em 1991, devidos a causas violentas. Esse valor passa para 45,5% no ano 2000. Na Região Metropolitana de São Paulo esse indicador, que representa a proporção de anos perdidos por causas violentas, sofreu um aumento ao longo dos anos 90, passando de 35% para 50,8%.

Os números são mais elevados para o sexo masculino do que para o feminino, seguindo o padrão encontrado em outros países onde ocorre um número significativo de mortes por causas externas. E, importantes diferenças entre as regiões podem ser observadas em relação ao número de anos perdidos. Os mesmos valores para Argentina, por exemplo, em 1991 são muito mais baixos para os homens (aproximadamente 20% do total de anos perdidos), e mostram os mesmos padrões observados para as mulheres das diferentes regiões do Brasil.

Grafico 9

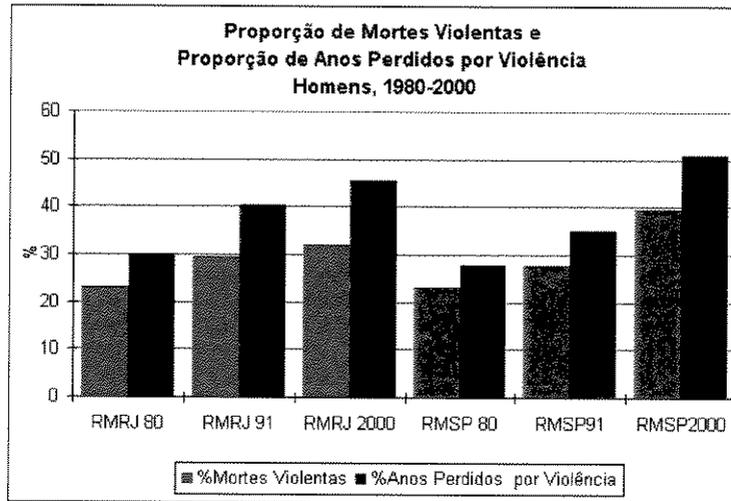


Grafico 10

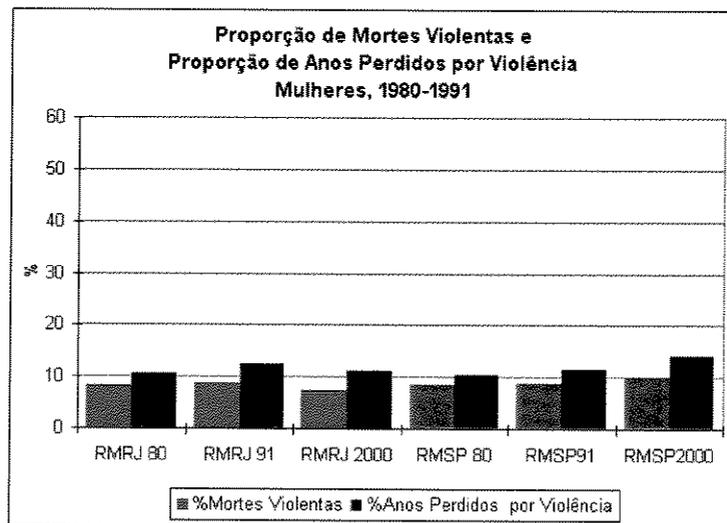


Tabela 3

**Proporção de Óbitos e Proporção do Total de Anos Perdidos por Violência  
Idades de 15 a 64 Anos**

<b>HOMENS</b> Região Metropolitana do Rio de Janeiro	<b>Porcentagens</b>	
	<b>Mortes</b>	<b>Anos Perdidos</b>
<b>Anos</b>		
1980	23,22	29,96
1991	29,48	40,29
2000	31,98	45,48

<b>HOMENS</b> Região Metropolitana de São Paulo	<b>Porcentagens</b>	
	<b>Mortes</b>	<b>Anos Perdidos</b>
<b>Anos</b>		
1980	23,14	27,74
1991	27,80	34,98
2000	39,65	50,81

Fonte:

**Proporção de Óbitos e Proporção do Total de Anos Perdidos por Violência  
Idades de 15 a 64 Anos**

<b>MULHERES</b> Região Metropolitana do Rio de Janeiro	<b>Porcentagens</b>	
	<b>Mortes</b>	<b>Anos Perdidos</b>
<b>Anos</b>		
1980	8,24	10,59
1991	8,63	12,36
2000	7,37	11,20

<b>MULHERES</b> Região Metropolitana de São Paulo	<b>Porcentagens</b>	
	<b>Mortes</b>	<b>Anos Perdidos</b>
<b>Anos</b>		
1980	8,39	10,22
1991	8,60	11,25
2000	9,87	13,90

Fonte: Calculado a partir do Sistema de Informações sobre Mortalidade, Ministério da Saúde. Metodologia de Arriaga, 1996.

O Gráfico 11 mostra os incrementos no número de anos perdidos por causas e grupos etários dos homens, de 1980 a 2000, na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Devemos notar que na década 80 o aumento do número de anos perdidos por todas as causas e grupos etários na Região Metropolitana de São Paulo é mais elevado do que na Região Metropolitana do Rio de Janeiro para os primeiros dois grupos etários, quase equivalentes no grupo de 35 a 44 anos, e mais baixo para os últimos dois grupos (Gráfico 12). Também na Região Metropolitana de São Paulo o incremento do número de anos perdidos por causas naturais é positivo até mesmo para o grupo entre 15 a 24 anos, contrastando desta forma com o pequeno decréscimo experimentado na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Na década de 90 continuou a mesma tendência já que a Região Metropolitana do Rio de Janeiro experimentou um decréscimo no número de anos perdidos tanto para causas naturais quanto para violentas, o que não aconteceu na Região Metropolitana de São Paulo, onde também aumentou o número de anos perdidos por violência (Gráficos 13 e 14).

Outra diferença é o peso relativo das causas naturais e violentas. Na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, todo o incremento no número de anos perdidos no grupo entre 15 a 24 anos provêm de causas violentas, contra um pequeno decréscimo para causas naturais. Na Região Metropolitana de São Paulo, no entanto, para o mesmo grupo etário 30% do crescimento no número de anos perdidos deve-se a causas naturais. Para o grupo etário entre 25 a 34 anos, a diferença é notável: o incremento no número de anos perdidos por causas naturais responde por 31,4% do crescimento total na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, enquanto que na Região Metropolitana de São Paulo ele responde por 55,0% do total. (Tabela 1)

Gráfico 11

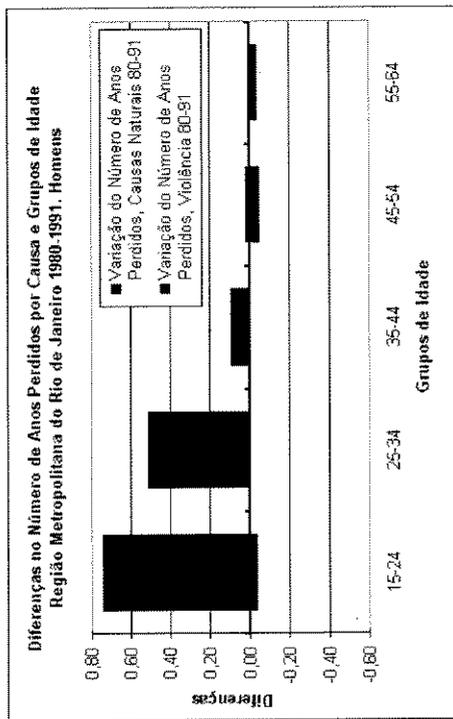


Gráfico 12

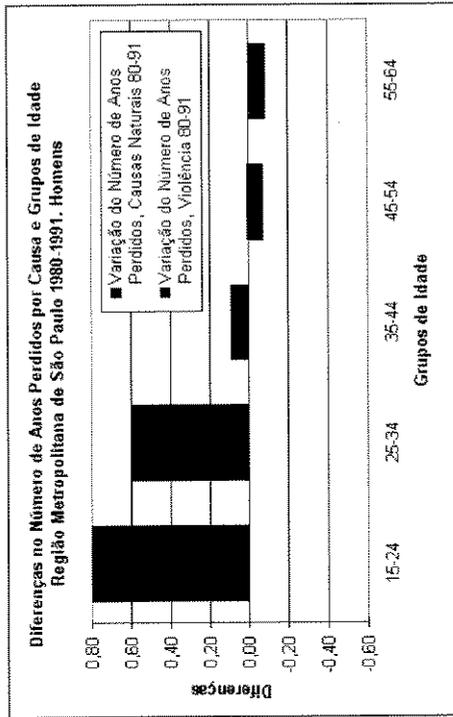


Gráfico 13

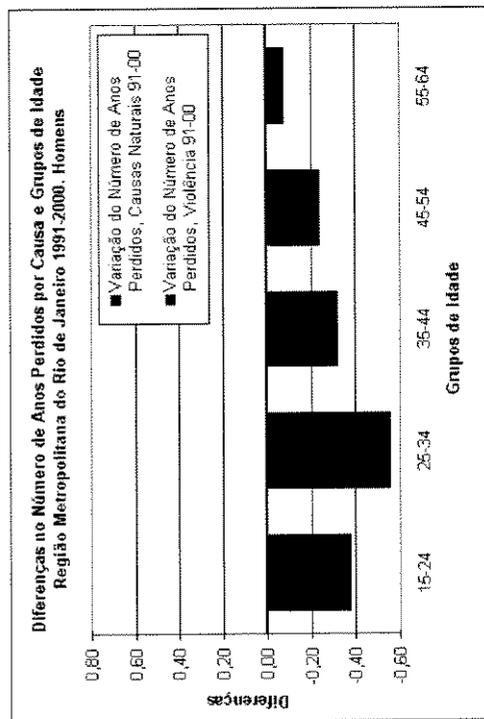
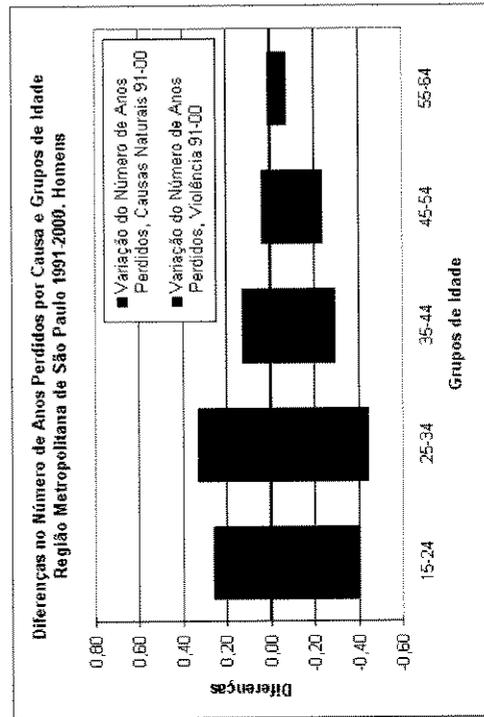


Gráfico 14



Os Gráficos 15 a 18 mostram os incrementos no número de anos perdidos por causas e grupos etários para as mulheres, na Região Metropolitana do Rio de Janeiro e Região Metropolitana de São Paulo, entre 1980, 1991 e 2000. Observamos um pequeno crescimento no número de anos perdidos por causa da violência no grupo etário entre 15 a 24 anos. Na Região Metropolitana de São Paulo, temos uma diminuição do número de anos perdidos em todas as faixas etárias. Este quadro obtido para as mulheres aponta marcantes diferenças ao ser comparado aos resultados apresentados para os homens.

Gráfico 15

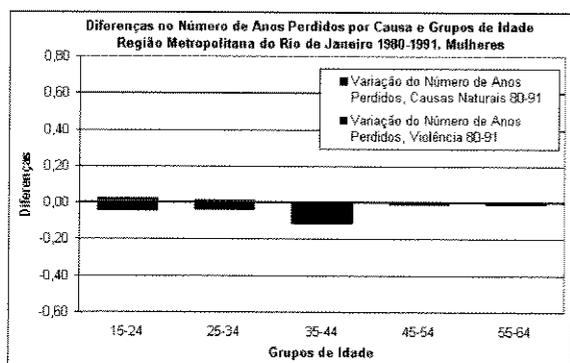


Gráfico 16

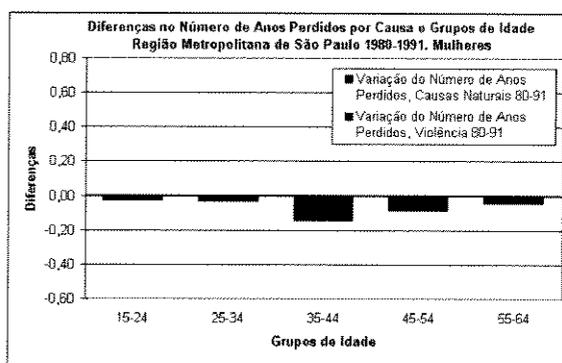


Gráfico 17

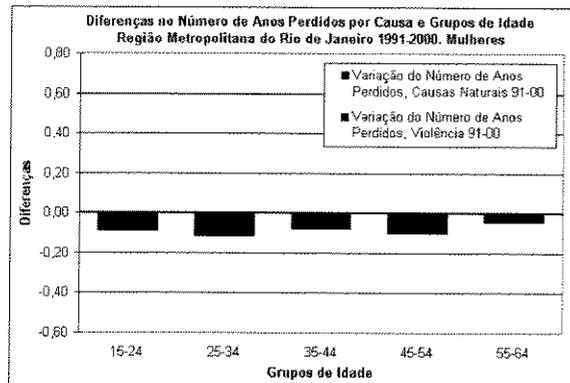
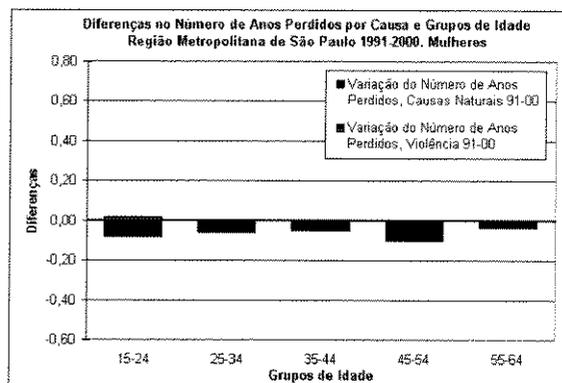


Gráfico 18



Nos Gráficos 19 a 21 pode-se observar a evolução entre 1980 e 2000 do número de anos de vida perdidos por grupos de idade para a Região Metropolitana do Rio de Janeiro. No ano de 91 apresentou-se o maior número de anos perdidos, para os grupos de 15 a 44 anos, e ao longo da década seguinte este indicador diminuiu consistentemente. Nos gráficos 22 a 24 observam-se os mesmos indicadores para a Região Metropolitana de São Paulo. Pode-se observar uma diminuição também ao longo da década de 90 do número de anos de vida perdidos para os homens de todas as idades, porém essa diminuição se deveu fundamentalmente a diminuição da mortalidade por causas naturais, devidas essencialmente a AIDS, para o grupo jovem.

Gráfico 19

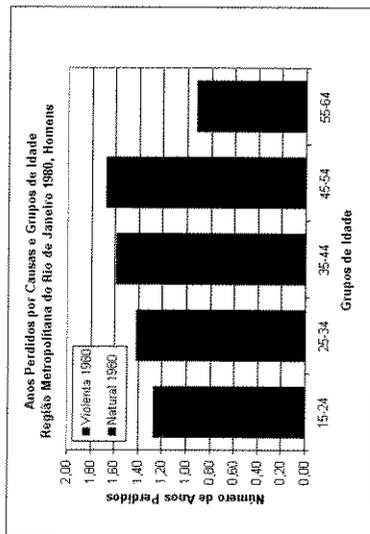


Gráfico 20

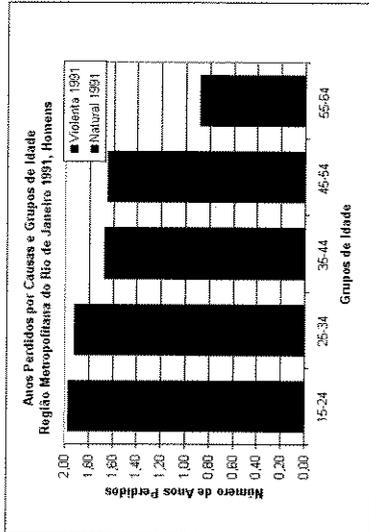


Gráfico 21

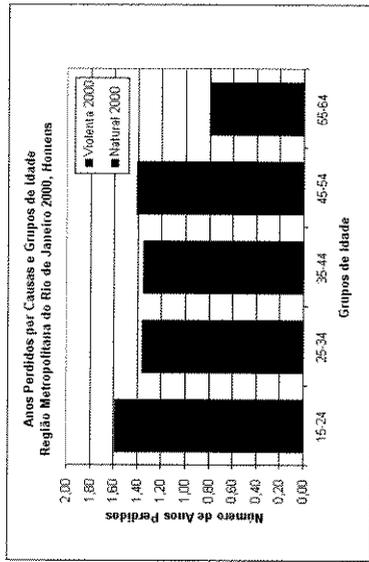


Gráfico 22

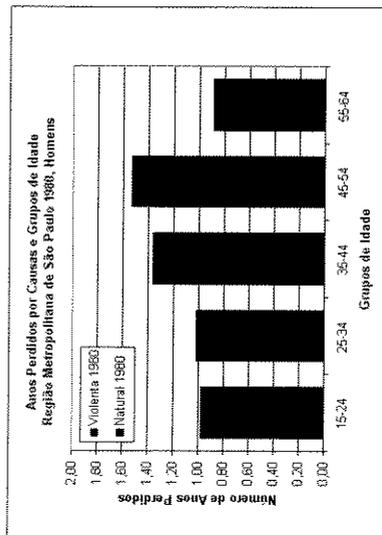


Gráfico 23

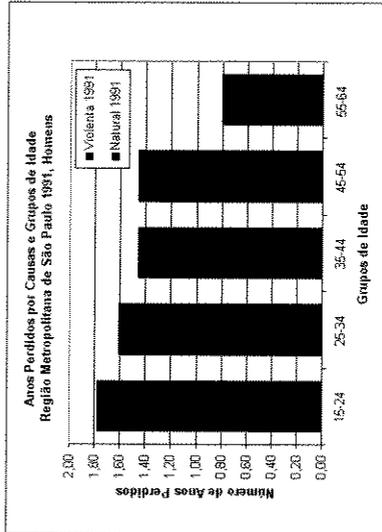


Gráfico 24

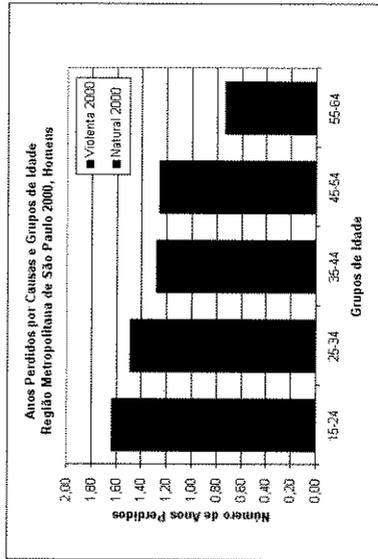


Gráfico 25

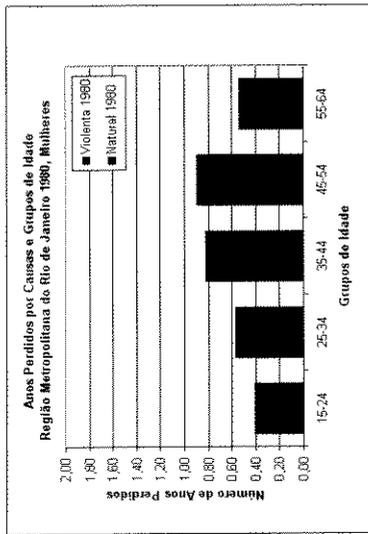


Gráfico 26

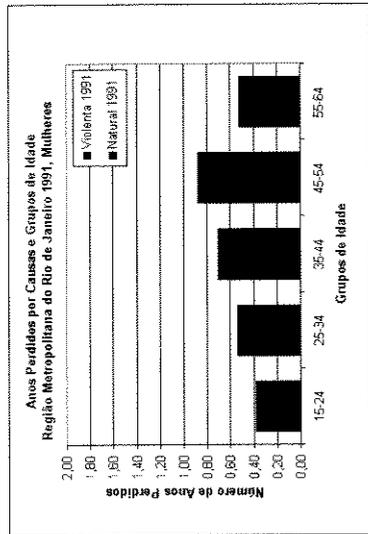


Gráfico 27

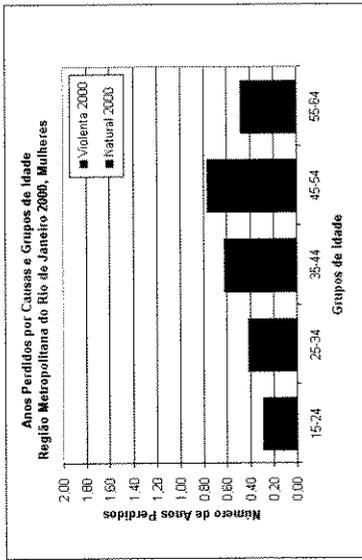


Gráfico 28

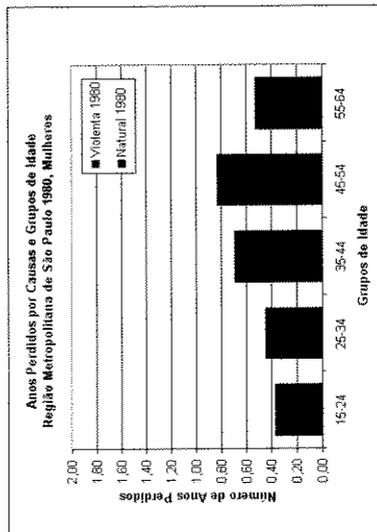


Gráfico 29

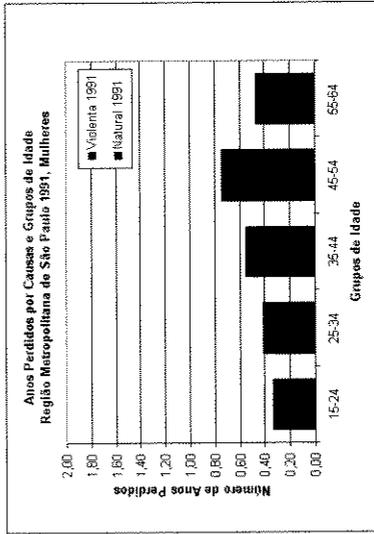
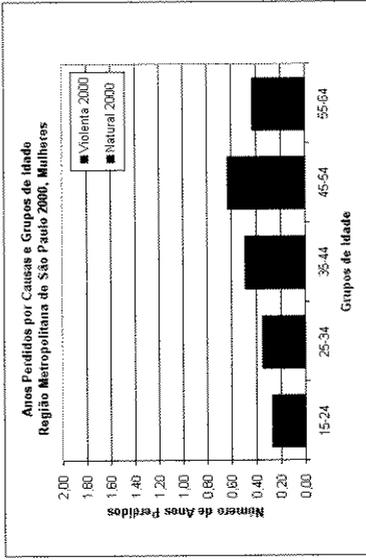


Gráfico 30



Nos gráficos de 25 a 30 anos observamos que nas Regiões Metropolitanas do Rio de Janeiro e de São Paulo, houve um consistente decréscimo do número de anos de vida perdidos por causas naturais e relativa constância por causas externas.

Nos Gráficos 31 e 32 apresentam-se os incrementos no número de anos perdidos para homens e mulheres entre 15 e 64 anos nas Áreas Metropolitanas do Rio de Janeiro e de São Paulo. Nessas áreas, aparecem consideráveis incrementos no número de anos de vida perdidos pelos homens, e aumento da esperança de vida temporária das mulheres, por todas as causas.

Gráfico 31

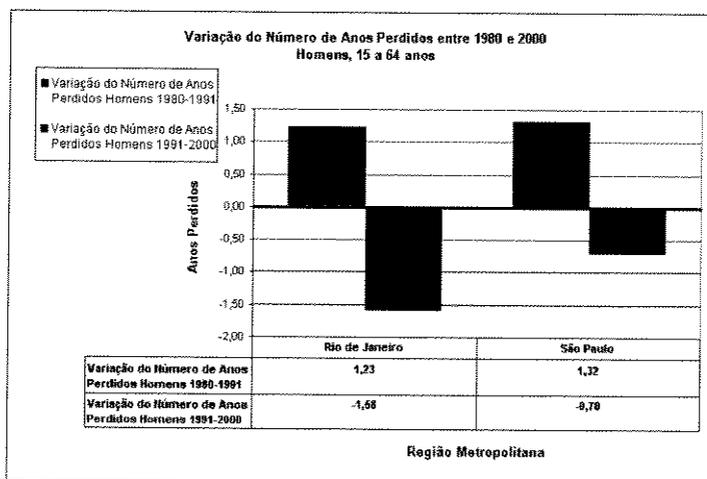


Gráfico 32

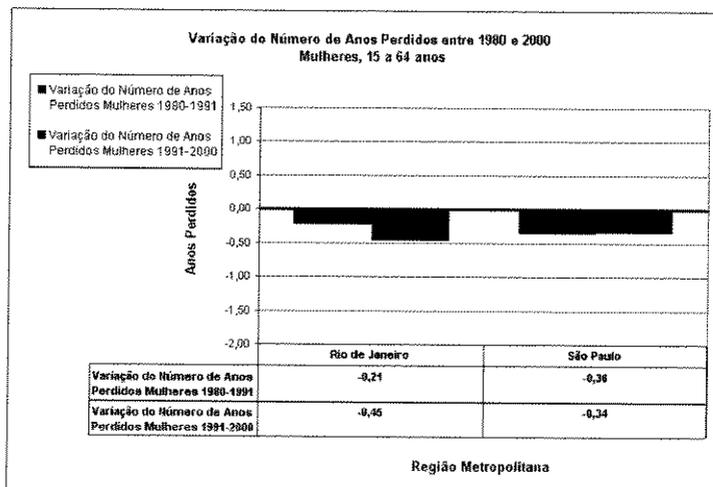


Tabela 4

**NÚMERO DE ANOS PERDIDOS  
POR TODAS AS CAUSAS**

<b>HOMENS</b>		<b>Região Metropolitana de São Paulo</b>	
<b>Região Metropolitana do Rio de Janeiro</b>		<b>Região Metropolitana de São Paulo</b>	
<b>De 15 a 64 Anos</b>		<b>De 15 a 64 Anos</b>	
Anos		Anos	
1980	6,85	1980	5,77
1991	8,08	1991	7,09
2000	6,50	2000	6,39
<b>Variação do Número de Anos Perdidos</b>		<b>Variação do Número de Anos Perdidos</b>	
<b>De 15 a 64 Anos</b>		<b>De 15 a 64 Anos</b>	
Anos		Anos	
1980-1991	1,23	1980-1991	1,32
1991-2000	-1,58	1991-2000	-0,70
<b>Relativo %</b>		<b>Relativo %</b>	
<b>De 15 a 64 Anos</b>		<b>De 15 a 64 Anos</b>	
Anos		Anos	
1980-1991	0,18	1980-1991	0,23
1991-2000	-0,24	1991-2000	-0,11

Fonte: Calculado a partir do Sistema de Informações sobre Mortalidade, Ministério da Saúde. 2000 e 2004. Metodologia de Arriaga, 1996.

Tabela 5

**NÚMERO DE ANOS PERDIDOS  
POR TODAS AS CAUSAS**

<b>MULHERES</b>		<b>Região Metropolitana de São Paulo</b>	
<b>Região Metropolitana do Rio de Janeiro</b>		<b>Região Metropolitana de São Paulo</b>	
<b>De 15 a 64 Anos</b>		<b>De 15 a 64 Anos</b>	
Anos		Anos	
1980	3,23	1980	2,86
1991	3,02	1991	2,50
2000	2,56	2000	2,16
<b>Variação do Número de Anos Perdidos</b>		<b>Variação do Número de Anos Perdidos</b>	
<b>De 15 a 64 Anos</b>		<b>De 15 a 64 Anos</b>	
Anos		Anos	
1980-1991	-0,21	1980-1991	-0,36
1991-2000	-0,45	1991-2000	-0,34
<b>Relativo %</b>		<b>Relativo %</b>	
<b>De 15 a 64 Anos</b>		<b>De 15 a 64 Anos</b>	
Anos		Anos	
1980-1991	-0,07	1980-1991	-0,13
1991-2000	-0,18	1991-2000	-0,16

Fonte: Calculado a partir do Sistema de Informações sobre Mortalidade, Ministério da Saúde. 2000 e 2004. Metodologia de Arriaga, 1996.

Resumindo os resultados anteriores, podemos verificar que quando consideramos o número de anos perdidos pelos homens, por regiões e causas, observamos a diferença no peso relativo das causas entre a Região

Metropolitana do Rio de Janeiro e a Região Metropolitana de São Paulo. No caso das mulheres, o contraste com o resultado para os homens é evidente em todas as regiões (Tabelas 1 e 2). Quando se observa o aumento relativo, entre 1980 e 1991, no número de anos perdidos por causas, para os homens, nas duas áreas metropolitanas, o resultado de destaque, como foi indicado anteriormente, é um aumento de 10% no número de anos perdidos por causas naturais na Região Metropolitana de São Paulo.

Para os homens, as regiões metropolitanas de Rio de Janeiro e São Paulo apresentam um aumento da esperança de vida temporária devido à diminuição da mortalidade por causas não violentas e, ao mesmo tempo, um aumento no número de anos perdidos por causa da violência.

Gráfico 33

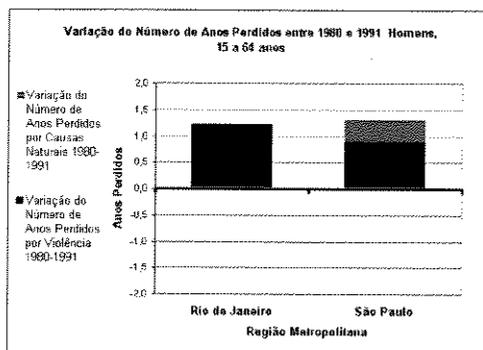


Gráfico 34

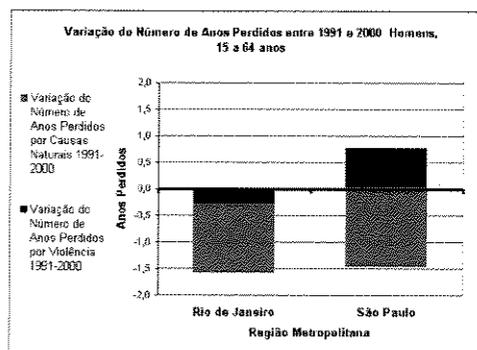


Gráfico 35

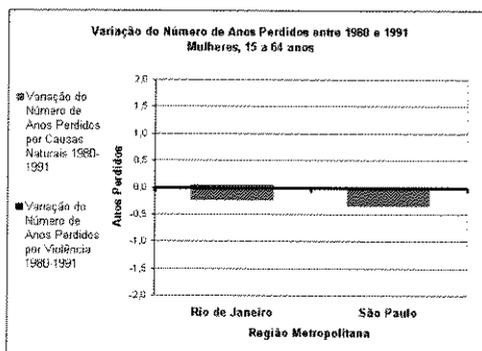
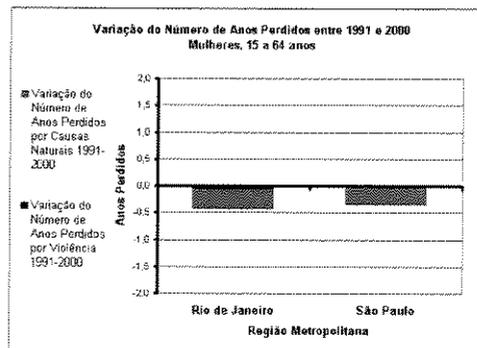


Gráfico 36



## **Homicídios, acidentes de trânsito e outras causas de morte.**

Como foi mostrado antes (Tabelas 1, 2 e 3), nas duas regiões consideradas houve um crescimento tanto na proporção de mortes violentas quanto na proporção do total de anos perdidos devido à violência. Como consequência do impacto dessas mortes nas coortes jovens, observamos que o crescimento da proporção de anos perdidos devido à violência é sempre maior do que o crescimento da proporção de mortes violentas no total das mortes.

Ao analisar sumariamente os componentes principais do grupo de causas violentas, destacam-se os Acidentes de Trânsito de Veículos a Motor e os Homicídios.

De acordo com a pesquisa de Lopes sobre a qualidade dos dados (Lopes, 1994), dados sobre homicídios são geralmente subestimados e mortes por outras causas não definidas devem ser incluídas nos homicídios, deixando de lado a participação proporcional dos suicídios.<sup>7</sup> No Gráfico 37, ao analisar a série de proporção de homicídios e outras formas não definidas de violência observa-se que existe uma compensação a longo prazo nos valores para homicídios e para outras formas não definidas de violência. O crescimento constante nos valores adicionados desde 1980 (20,7 pontos percentuais) para a Região Metropolitana do Rio de Janeiro é muito

---

<sup>7</sup> Entre as razões para esta subestimação dos dados de homicídios, Lopes (1994) destaca o preenchimento incorreto ou incompleto do formulário da certidão de óbito. O campo 37, que descreve as causas externas de morte, é preenchido corretamente em somente 31 por cento dos formulários. Lopes acredita que a razão seja que o médico encarregado não está ciente da importância desse campo. Nossa própria experiência indica que a razão pode ser que o funcionário não quer se envolver com procedimentos judiciais que se iniciam automaticamente diante do atestado de homicídio. Outra razão para a subestimação, embora sua relevância seja pequena, pode ser a existência de cemitérios clandestinos e de falsas afirmações da *causa mortis*. Podemos incluir razões políticas nesta subestimação de homicídios. Para uma discussão da qualidade dos dados de mortalidade no Brasil, ver Vasconcelos (1996).

semelhante ao resultado encontrado na área metropolitana de Recife (César, I.A., Rodrigues, R.N., 1996. Na Região Metropolitana de São Paulo se observa um crescimento mais intenso da proporção de homicídios especialmente na década de 90. (Gráficos 37 e 38 )

Ao trabalhar com o capítulo XX da Décima Revisão da Classificação Internacional de Doenças (CID-10) agrupamos dentro da categoria homicídios as agressões e os eventos cuja intenção é indeterminada. Também foram incluídas nesta categoria as mortes originadas por intervenções legais e operações de guerra, que no Brasil apresentam um número insignificante. Este procedimento foi adotado a partir da observação e análise das séries de dados de óbitos por causas externas ao longo do período 1979 a 2001.

Esta conduta é a mesma adotada por outros estudiosos da violência no Brasil como Mello Jorge (1990 e 2003) e Souza (1994).

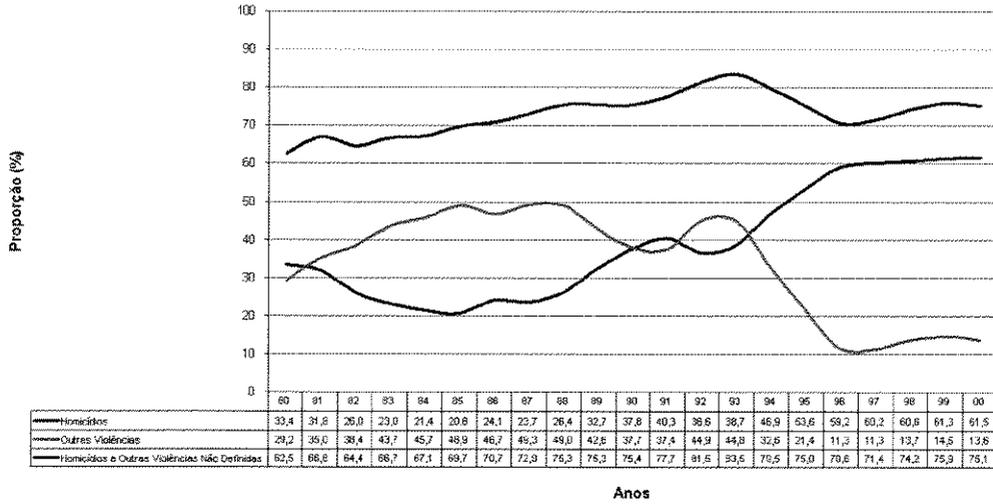
A taxa de mortalidade por causas violentas aumentou na Região Metropolitana do Rio de Janeiro de 1980 a 1991, chegando a 376,7 óbitos por 100 mil habitantes para homens do grupo etário entre 20-24 anos. Em 2000 essa mortalidade cai para 354,6 óbitos por 100 mil habitantes. Na Região Metropolitana de São Paulo os valores passaram de 152 por 100 mil em 80 para passando para 286,9 em 91 e 375,4 por 100 mil habitantes em 2000. (Tabela 4).

Nos Gráficos 41 e 42 pode-se observar o número de óbitos por acidentes de transporte e por homicídios e outras violências. Ao longo do período de 1980 – 2000 para as regiões metropolitanas do Rio de Janeiro e São Paulo respectivamente. Como é habitual neste tipo de análise os dados graficados correspondem a trimédias de cada três anos sucessivos. Diversos fatores chamam atenção nos gráficos apresentados. O primeiro é a aparente constância do número de óbitos por homicídio na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, na década de 90. Na década anterior observou-se um

aumento permanente do número de óbitos. Por outro lado, para a Região Metropolitana de São Paulo o número de óbitos por homicídio aumenta desde 1980, mas apresenta um incremento mais intenso ao longo da década de 90. Com respeito aos óbitos por acidentes de transporte, em ambas as regiões estes se mantêm num patamar relativamente constante.

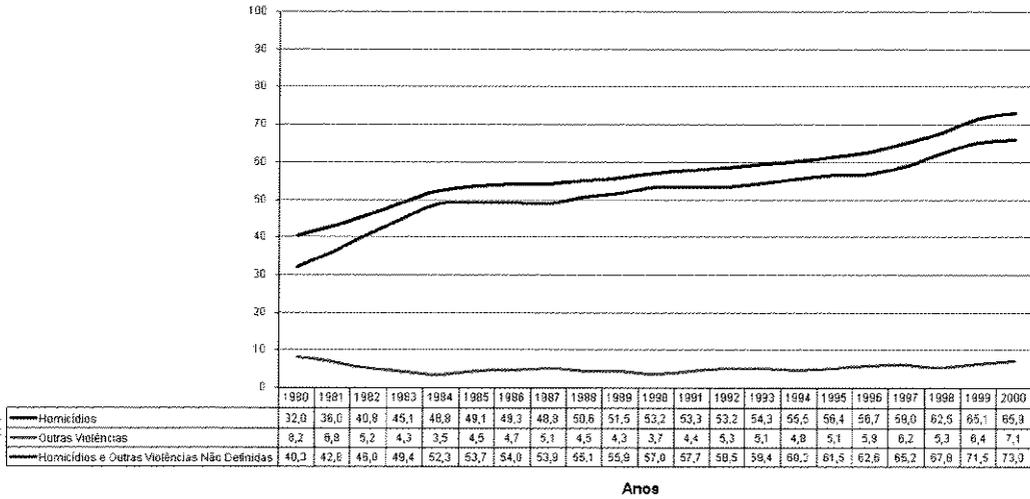
Este fenômeno de crescimento da violência na Região Metropolitana de São Paulo e outras regiões paulistas, ao longo da década de 90, já vinha sendo observado por estudiosos do tema (Adorno e Cardia , 2002).

Proporção de Homicídios e Outras Violências no Total de Causas Externas  
Região Metropolitana do Rio de Janeiro, Homens de 15 a 64 anos



Anos

Proporção de Homicídios e Outras Violências no Total de Causas Externas  
Região Metropolitana de São Paulo, Homens de 15 a 64 anos



Anos

Gráfico 39

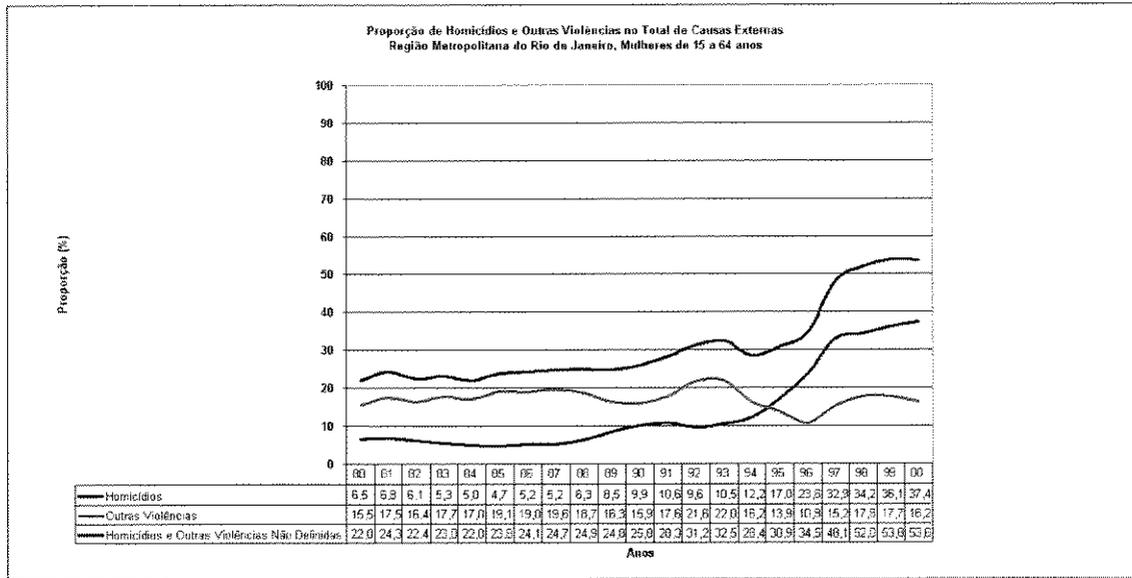


Gráfico 40

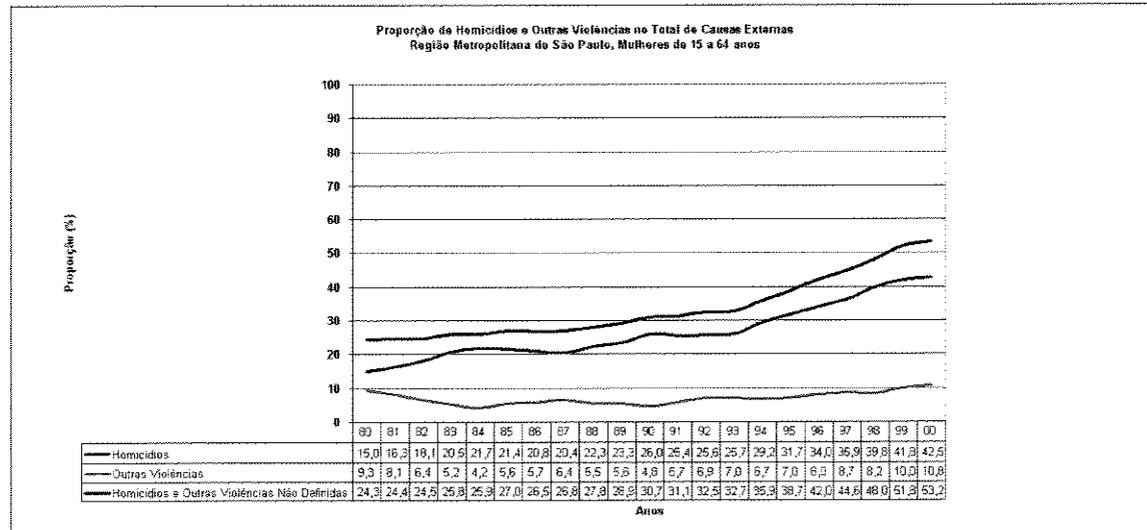


Gráfico 41

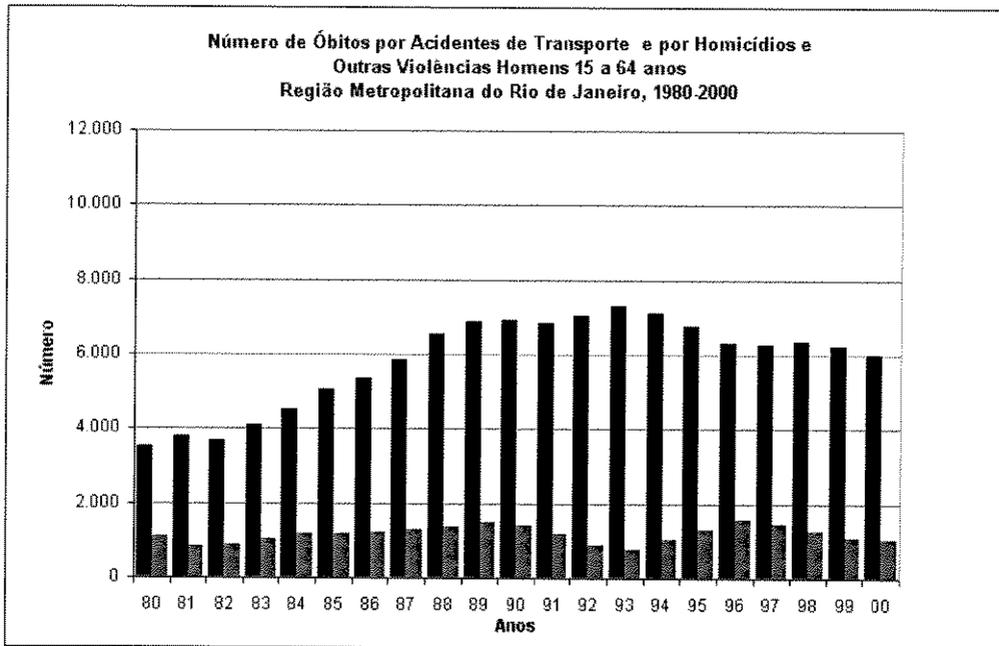


Gráfico 42

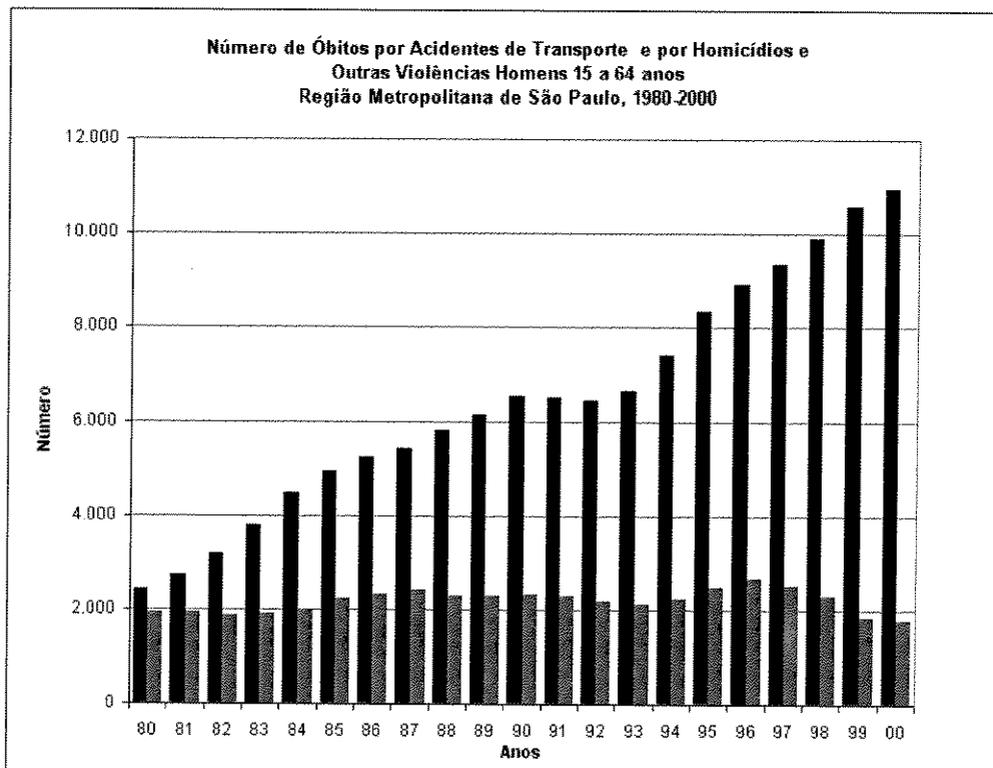


Gráfico 43

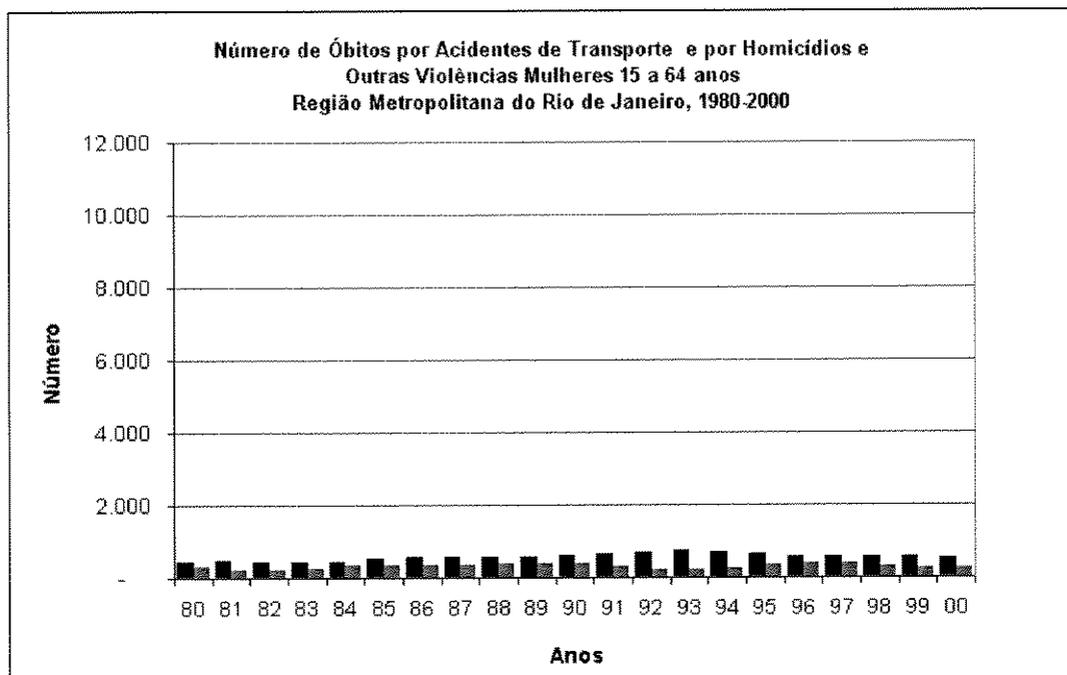
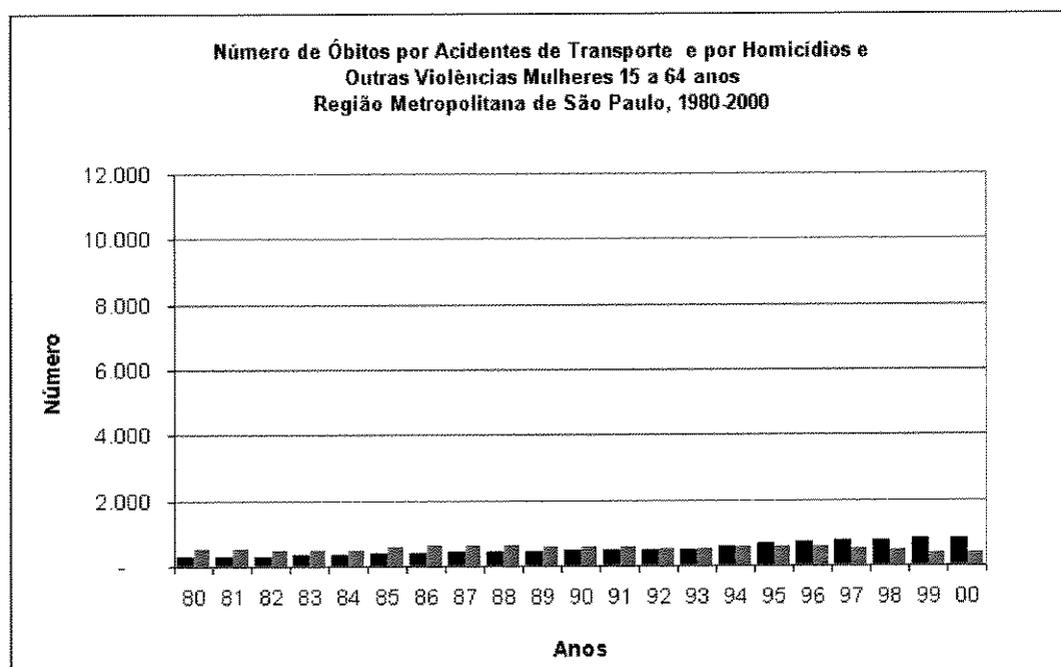


Gráfico 44



## A mudança das curvas de mortalidade da Região Metropolitana do Rio de Janeiro e da Região Metropolitana de São Paulo

A esperança de vida da população brasileira subiu de 41 anos em 1935 para 68,6 anos em 2000. Na década de 80, observou-se que o diferencial na esperança de vida por gênero crescera, apresentando valores de 69,8 para as mulheres e 62,6 para os homens em 1991 (Beltrão et al., 1996). Essa diferença de 7,2 anos cresceu ao longo da década de 90, chegando a quase 8 anos no ano 2000. As curvas de mortalidade respectivas sofreram importantes mudanças de forma pela influência de diversos fatores.

Durante os anos 80, a mortalidade na Região Metropolitana do Rio de Janeiro e na Região Metropolitana de São Paulo tem evidenciado um aumento entre os homens, para as idades entre 15 e 40 anos, o que contrasta com a melhoria observada para as mulheres de todas as idades. A mudança mais importante no caso dos homens tem sido o destaque de uma "*barriga de causas externas*" para o grupo etário de 15 a 34 anos. Durante a década, esse efeito também pode ser notado nas mulheres, mas está limitado à redução da melhoria nas taxas de mortalidade para aqueles grupos. Nos Gráficos 45 e 46 as taxas de mortalidade, estão representadas, em escala semilogaritmica, as referidas curvas de mortalidade.<sup>8</sup>

Nos Gráficos 47 e 48, as taxas de mortalidade masculinas foram apresentadas separando as originadas por causas naturais e violentas nos diversos grupos etários. Na Região Metropolitana do Rio de Janeiro observamos um crescimento das taxas de mortalidade, por causas violentas, em todos os grupos etários, com exceção do grupo entre 0 a 14 anos. Mais

---

<sup>8</sup> A crescente proeminência da "*barriga de causas externas*" entre homens jovens tem sido maior, em termos relativos, na REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO, quando comparada à RMRJ. Essa maior deterioração na REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO é associada a uma combinação de causas externas e mortes relacionadas à AIDS no grupo etário de 25-40 anos. (ver Ferreira e Castinheiras, 1996, Waldvogel, 1992, e Camargo, 1996, Mello Jorge, 1998).

notável, porém, é o aumento das taxas de mortalidade, por causas naturais, na Região Metropolitana de São Paulo no grupo de 20 a 44 anos, um resultado consistente com o aumento da mortalidade relacionada à AIDS.

Com algumas causas de morte importantes influenciando os índices de mortalidade, como mortes violentas e AIDS, podemos ficar tentados, como Pollard (1996), a adotar previsões mais conservadoras para o futuro. Mas, como argumenta esse autor, aqueles que adotaram previsões conservadoras no passado foram, geralmente, mais tarde, considerados cautelosos demais. Infelizmente, as projeções atuais podem gerar resultados que mostrem uma deterioração ainda maior das taxas de mortalidade adulta nas áreas metropolitanas.

Gráfico 45

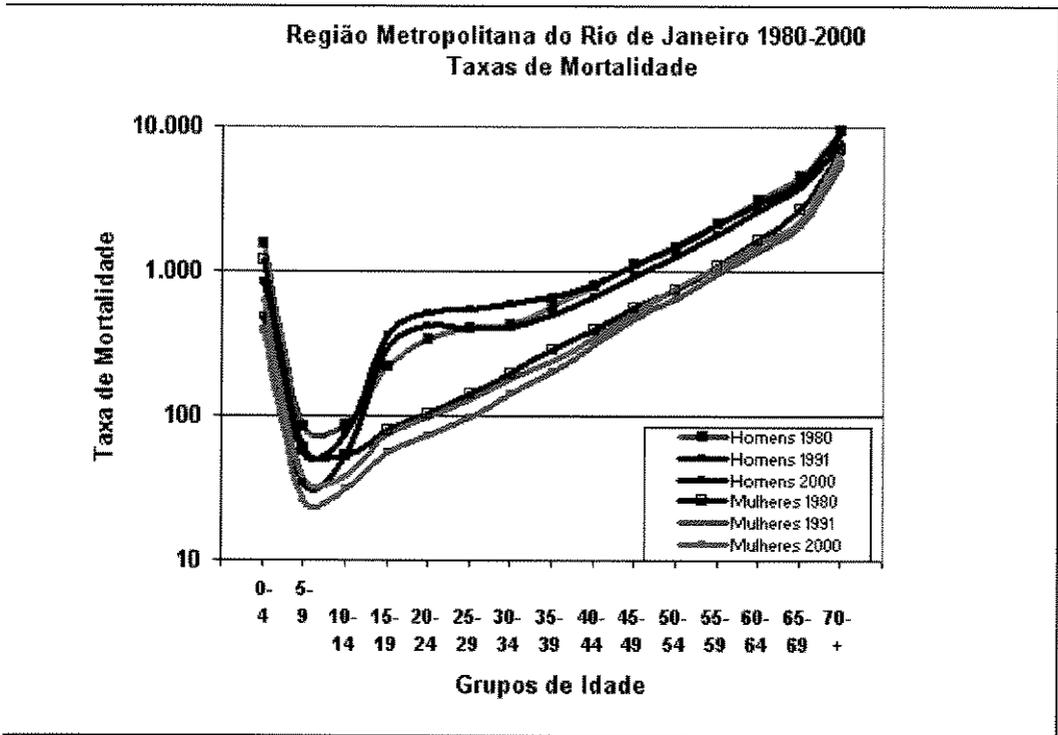


Gráfico 46

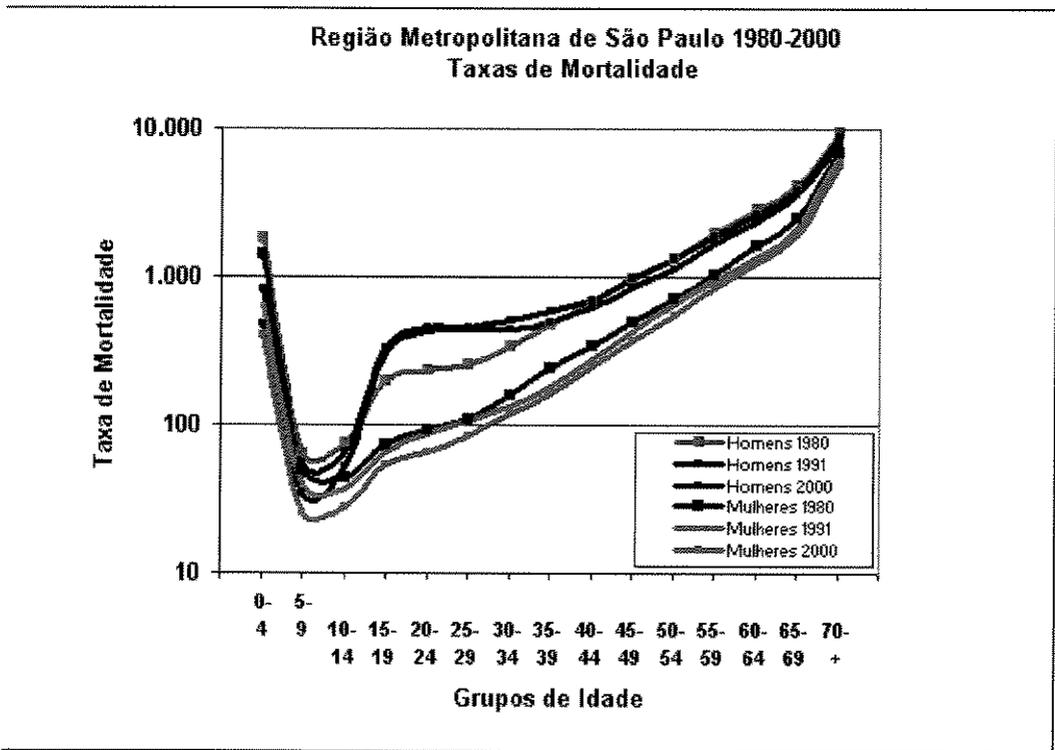


Gráfico 47

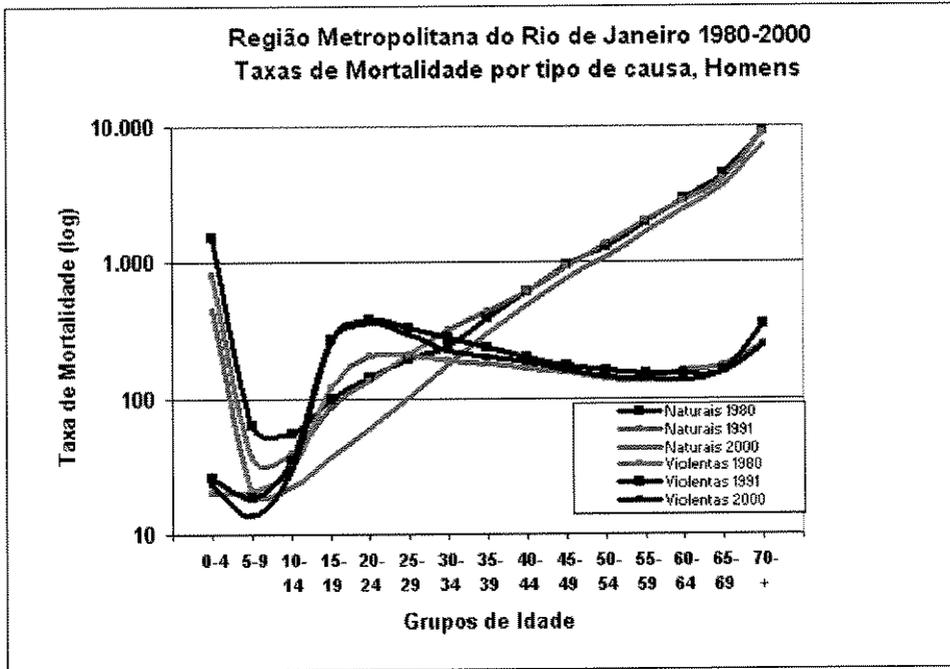
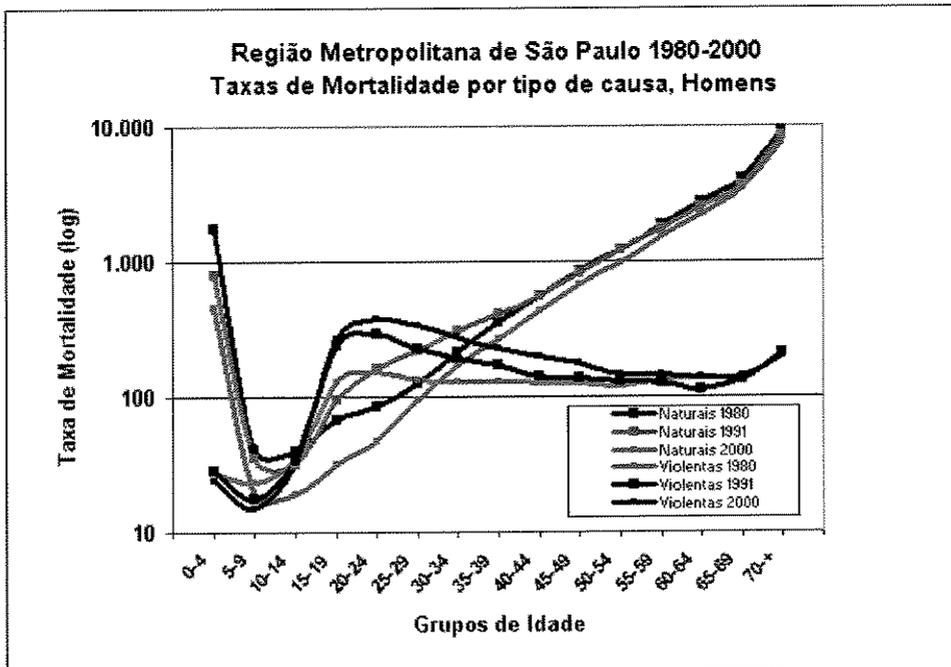


Gráfico 48



## Comentários Finais

Sumarizando, a análise da série de 20 anos sobre mortalidade por causas violentas, aqui apresentada, aponta as seguintes evidências como as mais importantes:

- Ao longo da década de 80, a mortalidade dos homens jovens por causas externas, especialmente homicídios e outras violências, aumentou de modo mais intenso na Região Metropolitana do Rio de Janeiro do que na de São Paulo.

- A situação mudou na década de 90, sendo muito mais intenso o aumento da mortalidade devida a homicídios na Região Metropolitana de São Paulo. Sendo o número de anos perdidos por causas violentas nessa região superior ao da Região Metropolitana do Rio de Janeiro para o ano 2000.

- As clássicas inflexões da curva de mortalidade para os homens jovens (barriga de causas externas), típicas de acidentes de transporte nos outros países, são nas regiões estudadas predominantemente originadas por homicídios.

- No Brasil o percentual de mortes por acidentes de transporte no total de causas externas se mantém num patamar constante, a diferença do percentual de homicídios que tem crescido.

- Se bem que na década de 80 o número de anos perdidos por todas as causas externas aumentou para as duas regiões consideradas, na década de 90 este número diminuiu em ambas as regiões devido fundamentalmente à queda da mortalidade por AIDS.

Esta temática assume de fato uma importância significativa na década atual, pois se no passado as políticas de saúde pública no Brasil lidavam essencialmente com doenças infecciosas, que representavam o grupo de doenças que contribuíam para a taxa de mortalidade total de modo

importante, as mudanças nos padrões da mortalidade demonstram, no presente, uma importância cada vez maior das chamadas doenças sociais, que incluem causas externas como acidentes e violência. A violência constitui um problema de saúde pública devido ao seu impacto na saúde e no bem-estar dos jovens. A demografia pode ser uma das abordagens que colaboram para a compreensão do problema da violência no Brasil ao pesquisar a desagregação geográfica de um fenômeno que varia muito de uma região para outra, provocando as diferenças existentes. Os estudos podem também contribuir para o debate sobre as mudanças nos indicadores de mortalidade e violência e ajudar a determinar que medidas podem efetivamente preveni-la.

A pobreza, a discriminação e a falta de oportunidades para a educação, o emprego e o lazer constituem importantes fatores de risco de violência e devem ser abordados como parte de qualquer abrangente solução para a violência entre jovens.

Um conhecimento mais vasto das características sociais e econômicas da sociedade brasileira e da dinâmica de suas mudanças constitui parte importante dessa abordagem. Estratégias para a redução da violência deveriam começar cedo na vida, antes que os jovens adotem idéias e práticas violentas e vícios de comportamento na resolução de conflitos. Embora as estratégias mais eficazes para prevenir a violência nos jovens não tenham sido determinadas, esforços no sentido de prevenir esse problema deveriam incluir princípios estabelecidos de promoção da saúde e enfatizar o uso de múltiplas medidas de intervenção complementar (Mercy J. A .et al., 1993; Green L. W., Kreuter M.W., 1991): trata-se de políticas públicas multisetoriais de longo alcance.

No segundo encontro do Grupo de Peritos em População e Direitos Civis das Nações Unidas (Viena, 1981), houve discussões sobre as

implicações, nos direitos civis, da persistência de taxas elevadas de mortalidade, da mortalidade diferencial, e, em países em desenvolvimento, da possibilidade real de uma discriminação que possa afetar alguns dos jovens, cujos números elevados apresentam freqüentemente problemas insolúveis para o estado. A descontinuidade no tamanho de coortes específicas, se não levado em conta, levanta sérios problemas no que se refere à alocação de recursos públicos escassos. O processo de democratização no Brasil devolveu os direitos civis e políticos aos cidadãos, mas no mundo real é muito difícil criar uma distinção clara entre os direitos civis, políticos e sócio-econômicos.

Como foi mostrado anteriormente, em situações semelhantes onde a luta contra as desigualdades está em jogo (Farley, 1988), muitas questões sobre a ação não podem ser respondidas apenas com dados demográficos porque eles dependem de nossas idéias em relação ao que é justo e igualitário. Mas os interesses do governo relacionados a essas questões e a programas específicos podem ser avaliados baseando-se em suas conseqüências. Contribuir ao debate sobre o problema da violência no Brasil, e sobre objetivos e estratégias das políticas sociais e de segurança constitui um desafio para os cientistas sociais e os demógrafos envolvidos na pesquisa interdisciplinar.

---

## ***Considerações Finais***

## Considerações Finais

Como foi mencionado na Introdução desta tese, o eixo norteador do trabalho desenvolvido foi a proposta e utilização de procedimentos metodológicos, muitas vezes inovadores, na análise de séries históricas de dados demográficos e sua aplicação no estudo de fenômenos sociais relevantes. Com a incorporação dos resultados do Censo Demográfico de 2000 completou-se uma seqüência de mais de duas décadas de estudo sobre estes fenômenos.

Na verdade, a observação dos dados censitários desde 1980, permitiu a configuração das *descontinuidades demográficas* dentro da análise de coortes, seu desdobramento na geração de *ondas jovens* e o potencial de análise das descontinuidades e ondas para grupos sociais distintos.

A abordagem adotada mostrou também a utilidade de se trabalhar com o incremento do número absoluto de indivíduos em cada coorte, especialmente quando o objetivo do estudo é fornecer subsídios às políticas de intervenção.

Um desdobramento futuro desta metodologia será o aprofundamento da análise que permitirá o cálculo destes indicadores para diversos subgrupos de população.

Ainda do ponto de vista do trabalho metodológico, na análise do número de anos perdidos pelas diversas causas de morte, o método mostrou robustez e permitiu focalizar o estudo em grupos etários específicos.

Foram contemplados os métodos tradicionais de correção do número de óbitos, porém a interpretação das premissas para a correção dos óbitos foi original. Os pressupostos básicos para esta correção foram produto de diversas discussões com especialistas da Organização Mundial de Saúde, da Oficina Sanitária Pan-Americana e demógrafos de diversas universidades e instituições.

Com respeito à dinâmica demográfica, constatou-se a evolução da estrutura etária da população como produto do chamado *metabolismo demográfico*. Como consequência das variações, em diferentes intensidades e momentos, das componentes da dinâmica demográfica, fecundidade, mortalidade e migrações, formaram-se as *descontinuidades demográficas*. A geração do conceito derivado de *onda jovem*, particularmente em suas relações com a entrada de jovens no mercado de trabalho, foi útil para analisar as concordâncias e os descompassos entre os fenômenos demográficos e o contexto econômico e social.

Como já mencionado, gerações com tamanho extraordinário merecem políticas também excepcionais. A larga geração de jovens dos anos 70 pôde ser absorvida no contexto de um mercado de trabalho especialmente dinâmico. O tamanho menor da geração de jovens dos anos 80 acabou

contribuindo para que a crise econômica se manifestasse com menos intensidade no mercado de trabalho.

Com respeito aos anos 90, a incorporação dos dados do Censo 2000 permitiu a confirmação das previsões enunciadas nos trabalhos elaborados desde a década de 80. Estes resultados confirmaram as preocupantes perspectivas que surgiam para a década de 90: a pressão demográfica dos jovens no mercado de trabalho e a incapacidade deste para absorver esse contingente.

Na década atual, as coortes jovens estão diminuindo em tamanho. Portanto, do ponto de vista meramente demográfico, essa população jovem encontrará, nesta década, condições mais favoráveis de entrada no mercado de trabalho do que na anterior. Como visto nos anos 80, isto só não é suficiente, é necessário também que a economia comporte a nova configuração.

A abordagem utilizada permite também antever um problema relacionado com o envelhecimento da população: quando a onda jovem se transformar na onda da terceira idade, a partir de 2015, a estrutura previdenciária deverá estar preparada para receber esse contingente nunca visto de usuários.

Como tem sido mostrado, ao longo deste trabalho, também esta onda terá tamanhos e tempos diferentes dependendo da localização geográfica e dos grupos sociais envolvidos.

Com respeito à violência crescente entre os jovens, tanto no Brasil como em todo, como nas regiões metropolitanas do Rio de Janeiro e de São Paulo, os dados ora apresentados mostram um fenômeno que merece atenção. No estudo realizado constatou-se que no Brasil, na década de 80, cresceu a violência, especialmente contra jovens. Utilizando a metodologia de cálculo dos anos perdidos para as causas violentas, pode-se aferir o expressivo aumento da participação dos homicídios, em particular homicídios com utilização de armas de fogo.

Ao incorporar os dados da década de 90 na análise do número de anos perdidos por violência nas regiões metropolitanas do Rio de Janeiro e de São Paulo, verifica-se a inversão da tendência observada na década anterior: a mortalidade por homicídios na Região Metropolitana de São Paulo cresceu rapidamente superando os indicadores da Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

As possíveis implicações da onda jovem no contexto dos conflitos e tensões sociais emergentes merecem atenção, particularmente, quanto à questão da violência entre os jovens.

Por outro lado, a existência da onda jovem ao longo da década de 90, em combinação com o aumento da mortalidade de homens jovens por causas violentas leva a um crescimento pronunciado do número absoluto desses

óbitos. Esse fenômeno é especialmente evidente na Região Metropolitana de São Paulo.

Ao mesmo tempo observa-se, ao longo desta década, uma diminuição substantiva do número de anos de vida perdidos dos homens jovens por causas naturais. Sem dúvida, isto é consequência da eficiente campanha empreendida pelo governo brasileiro no combate à AIDS.

Os estudos até aqui desenvolvidos levam a imaginar possíveis desdobramentos e aplicações importantes. A utilização sistemática das duas metodologias combinadas no cálculo das descontinuidades, mostra-se promissora em sua aplicação a estudos de grupos sociais específicos e recortes geográficos distintos. Dessa forma, os resultados das análises tornam-se instrumentos úteis para determinar com mais precisão as populações alvo de políticas públicas.

O fato de ainda se contar com uma importante omissão de óbitos em nível nacional aponta para a necessidade de se investir nos estudos metodológicos para correção do subregistro. As metodologias disponíveis internacionalmente se baseiam, demasiado, na subjetividade e sensibilidade demográfica do analista. É claro que esta subjetividade não seria tão necessária se a cobertura das estatísticas vitais fosse melhorada.

Finalmente, fica suficientemente clara a necessidade de estudos aprofundados sobre as características da mortalidade dos homens jovens, especialmente os homicídios causados por arma de fogo, nas regiões metropolitanas do Rio de Janeiro e de São Paulo. Muitas das discrepâncias observadas entre ambas regiões poderiam, talvez, ser explicadas por problemas relativos à informação coletada ou ao preenchimento dos atestados de óbito.

É importante então aprofundar as análises para se obter uma explicação seja social, demográfica, ou meramente estatística das diferenças regionais observadas nas declarações das causas de morte.

O esforço realizado pelos especialistas em Saúde Pública no sentido de conscientizar os profissionais de Saúde sobre o preenchimento dos atestados de óbito pode ser percebido na notável melhoria nas estatísticas da década de 90.

Finalmente, ao longo dos capítulos, com seus dados, suas metodologias e suas análises, pôde-se evidenciar o potencial da Demografia como ciência social aplicada e sua especificidade na mensuração e análise de fenômenos relevantes para o planejamento, monitoramento e avaliação de ações que visem a melhoria das condições de vida e diminuição das desigualdades ainda tão presentes na sociedade brasileira.



***Bibliografia***

ABRANCHES, S. H. H. de. 1989. O Leviatã anêmico: dilemas presentes e futuros da política social. In: Planejamento e Políticas Públicas, No 1, julho 1989, Brasília, IPEA, p. 7-32.

ADORNO, S. 1992. Criminal Violence In Modern Brazilian Society. The Case Of The State Of São Paulo. Paper Presented At The International Conference On Social Changes, Crime and Police. Budapest, Hungary. 1-4 June, 1992. Mimeo.

\_\_\_\_\_. 1997. A Criminalidade Urbana Violenta no Brasil: Tendências e Características. Apresentado na Reunião "El Desafio de la Violencia Criminal Urbana". BID/Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2-4 de março de 1997.

ADORNO, S. e CARDIA, N.: 2002. Violência, crime e insegurança: há saídas possíveis?. In Livro Verde: desafios para a gestão da Região Metropolitana de Campinas. Campinas: UNICAMP: IE.

ARIAS, A.R. CORDEIRO, J.H.T. de C. 1990. Uma discussão sobre a produção e uso dos dados sobre o mercado de trabalho. S.n.t. Versão preliminar. Trabalho apresentado no VII Encontro Nacional de Estudos Populacionais, Caxambu, MG.

ARRIAGA, E. 1984. Measuring and Explaining the Change of Life Expectancies. *Demography*, 21(1), 83-96.

\_\_\_\_\_. 1993. (Editor) Readings in Population Research Methodology. Vol. 2. Mortality Research. . United Nations Population Fund. Chicago, Ill.

\_\_\_\_\_. 1994. Population Analysis with Microcomputers. Bureau of the Census/UNFPA.

\_\_\_\_\_. 1996a). Comentarios sobre algunos Índices Para Medir el Nivel y el Cambio de la Mortalidad. In: Estudios Demográficos y Urbanos. Vol. 11. No. 1, Jan-Apr.1996, p. 5-30, 217 pp. El Colegio de México. Mexico.

\_\_\_\_\_. 1996b. Los Años de Vida Perdidos: Su Utilización para Medir el Nivel y el Cambio de la Mortalidad. Notas de Población. Año XXIV, No. 63, pp. 7-38 Centro Latinoamericano de Demografía. Santiago. Chile.

BAILEY, F.G. 1970. Las reglas del juego político. (Trad. de: Stratagems and Spoils: a Social Anthropology of Politics). Caracas, Ed. Tiempo Nuevo.

BARROS, R.; MENDONÇA, R. e VELAZCO,T. 1994. A pobreza é a principal causa do trabalho infantil no Brasil urbano? Rio de Janeiro, Ipea, mimeo.

BECKER, G. 1986. Crime and Punishment: an Economic Approach. In: *Journal of Political Economy*, março-abril 1986, No 76, pp. 169-217.

BELTRÃO, K.I. 1988. Software para projeção da população brasileira. Rio de Janeiro.

- BELTRÃO, K.I.; PINTO, M.I.S. e CAMARANO, A.A. 1996. Avaliação do Padrão Etário da Mortalidade Brasileira por Sexo 1979-1994. Como Vai? População Brasileira. Ano 1, No.3. Out. 96, Brasília, DF, pp. 1-6.
- BERCOVICH, A.: 1988. Age-sex structure in Brazil, Trabalho apresentado na conferência Future Changes in Population Age Structure. IIASA, Sopron, Hungria.
- BERCOVICH, A. DELLASOPPA E.E. e ARRIAGA, E. 1997a. Violence as a Public Health Problem: Socializing Adolescents in the 1980's in Rio de Janeiro. Apresentado na IUSSP IIIrd General Conference, Beijing, China.
- \_\_\_\_\_. 1997b. Annual Meeting of the Population Association of America, Session 7, The Demography of Violence: Evidence from the Americas. PAA, Washington, D.C..
- \_\_\_\_\_. 1998. "*J' ajuste, mais je ne corrige pas: Jovens, Violência e Demografia no Brasil. Algumas reflexões a partir dos indicadores de violência*" in: Comissão Nacional de População e Desenvolvimento-CNPd, Jovens Acontecendo na Trilha das Políticas Públicas. Brasília, v. 1, pp. 293-359.
- BERCOVICH, A., MADEIRA, F. 1990. Descontinuidades Demográficas no Brasil e no Estado de São Paulo. In: Anais do VII Encontro Nacional de Estudos Populacionais. Caxambú, v. 2, p. 595-632.
- \_\_\_\_\_. 1993. Demographic Discontinuities in Brazil. Trabalho apresentado na XXIInd General Population Conference, Session 21, Population in the XXIst Century: Demographic Prospects. Montreal.
- BERCOVICH, A. MADEIRA, F e TORRES, H.: 1997. Mapeando a situação do adolescente no Brasil. Trabalho apresentado no Fórum Nacional Adolescência, Educação e Trabalho. Belo Horizonte, Ministério do Trabalho.
- BERCOVICH, A., VELLÔZO, H.C. 1985. Notas Sobre Aparentes Contradições na Estrutura por Idade e Sexo no Censo Demográfico de 1980. Revista Brasileira de Estatística, Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, Rio de Janeiro, RJ, v.46, n. 181/182, pp 53-121.
- BERGER, P., LUCKMANN, T. 1989. La Construcción Social de la Realidad. Buenos Aires, Amorrortu Editores.
- BERQUÓ, E: 1980. Fatores estáticos e dinâmicos (mortalidade e fecundidade). IN: Santosssss, Jair et all, Dinâmica da População, São Paulo, T.A. Queiroz.
- \_\_\_\_\_. 1991. Algumas questões para a demografia dos anos noventa. Revista Brasileira de Estudos de População, Vol. 8, No. 1-2, Jan./Dez. pp. 55-60. São Paulo, Brasil.

- BLUMSTEIN, A. 1994. Youth Violence, Firearms and Illicit Drug Markets. (Working Paper).Pittsburgh. Carnegie Mellon University.The Heinz School.
- BOBBIO, Norberto. 1984. "La Democrazia e il potere invisibile" In: Il Futuro della Democrazia. Torino, Einaudi.
- BOURDIEU, P.A.: 1983. "Juventude" é apenas uma palavra: questões de sociologia. Rio de Janeiro: Marco Zero.
- BRUSCHINI, C.: 1989. Tendências da força de trabalho feminina brasileira nos anos setenta e oitenta: algumas comparações regionais. São Paulo, Fundação Carlos Chagas.
- CALEGARIS, C. 1996. A Praga Escravagista Brasileira. Folha de São Paulo. 22 de Setembro de 1996.
- CAMARANO, A.A.; BELTRÃO, K.I. e NEUPERT, R.: 1988. Século XXI: a quantas andar a população brasileira? Textos para discussão n. 5, IPLAN/IPEA, Brasília.
- CAMARGO, A.B.M. 1996. Transição Epidemiológica no Brasil: Evolução e Novos Fatos. Paper presented at the Seminário sobre Previdência Social. Brasília 1996.
- CAMPOS COELHO, E. 1978. A Criminalização da Marginalidade e a Marginalização da Criminalidade. Revista de Administração Pública, Abr./Jun. 1978, vol. 12, No.2.
- \_\_\_\_\_. 1988. A Criminalidade Urbana Violenta. Dados. Rio de Janeiro, vol. 31, n. 2. 145-184.
- CARVALHO, José A. M. de. 1998. Demographic dynamics in Brazil: recent trends and perspectives. Brazilian Journal of Population Studies, Vol. 1, 1997-. 5-23 pp. São Paulo, Brazil.
- CARVALHO, José A. M. de; WONG, Laura R. 1995. A window of opportunity: some demographic and socioeconomic implications of the rapid fertility decline in Brazil. Texto para Discussão, No. 91, 36 pp. Universidade Federal de Minas Gerais: Belo Horizonte, Brazil.
- CEDEC: 1996. Mapa de Risco da Violência: cidade de São Paulo. São Paulo.
- \_\_\_\_\_. 1997. Mapa de Risco da Violência: cidade do Rio de Janeiro. São Paulo.
- CENTERS FOR DISEASE CONTROL – CDC: 1994. Morbidity and Mortality Weekly Report. October 14, 1994, vol.43, No. 40.
- CENTRO DE INFORMAÇÕES E DADOS DO RIO DE JANEIRO – CIDE. 1995. Anuário Estatístico do Rio de Janeiro. CD-ROM.

CÉSAR, I.A., RODRIGUES, R.N. 1996. A Mortalidade por Causas Externas no Recife Durante os Anos Oitenta Uma Análise Exploratória. Anais do X Encontro Nacional de Estudos Populacionais. Caxambu, Brazil. 7-11 October 1996.. vol 4, 2053-2072.

CHESNAIS, J-C: 1981. Histoire de la Violence. Éd. Robert Laffont. Paris.

CIENTERFOR/OIT. 1997. El empleo y la capacitación para el empleo de jóvenes en América Latina. OIJ/OIT.

CROZIER, M.; FRIEDBERG, E. 1977. L'acteur et le système. Paris. Éditions du Seuil.

DACHS, Norberto: 1998. Organização Panamericana da Saúde / World Health Organization. Comunicação pessoal.

DA MATTA, R. 1982. A Violência Brasileira . São Paulo, Editora Brasiliense.

DAS GUPTA, M. 1989. The Effects of Discrimination on Health and Mortality. Anais do International Population Conference. New Delhi, 1989. vol. 3, 349-365.

DAUSTER, T.: 1991. Uma infância de curta duração – o significado simbólico do trabalho e da escola na construção social do “fracasso escolar” nas camadas populares urbanas. S.n.t. Trabalho apresentado na Reunião da ANPOCS.

D'ÁVILA GUEDES, A.C.: 1996. A Evolução da Mortalidade por Causas de Morte no Distrito Federal entre 1980 e 1990. Anais do X Encontro Nacional de Estudos Populacionais. Caxambu, Brasil. 7-11 October 1996.. vol 4, pp. 1989-2016.

DEDDECA, S. C e ROSANDISKI, E. 2003. Sentos e Dissensos: as inovações metodológicas do Censo Demográfico 2000.

DELLASOPPA, E.E. 1991. Reflexões sobre a violência, autoridade e autoritarismo. Revista USP, No. 9, mar./ mai. 1991.

\_\_\_\_\_. 1995a. Violência, Estrutura de Relações Sociais e Interação: Relações de Conluio na Sociedade Brasileira. In: Estudos. IUPERJ. Rio de Janeiro, No. 91: pp. 41-54.

\_\_\_\_\_. 1995b. Estrutura de Relações Sociais e Interação: Relações Colusivas na Sociedade Brasileira ou a Lógica das Restrições Estabilizadoras. Mimeo.

\_\_\_\_\_. 1997. Funkin' Rio: Music, Violence, and the Socialization of the Young Wave. Apresentado no ISA Research Committee 41 (Sociology of Population) Workshop on Population. Beijing.

- DELLASOPA, E. E. BERCOVICH, A. e ARRIAGA, E. 1999a. Violência, Direitos Civis e Demografia no Brasil na Década de 80: O Caso da Área Metropolitana do Rio de Janeiro. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisas em Ciências Sociais – ANPOCS, São Paulo, SP, nº 39, v.14.
- \_\_\_\_\_. 1999b. Years of Life Lost: Rio de Janeiro and São Paulo Metropolitan Regions, 1980-1991-1996. Final Synthesis/Memoria of the Research Workshop Rising Violence and the Criminal Justice Response in Latin America: Towards an Agenda for Collaborative Research in the 21st Century. University of Texas at Austin, Department of Sociology, USA.
- DEUTSCHMAN, A. 1990. What 25-years-old want. *Fortune*, Aug. 27th, 1990.
- DOBRY, M. 1986. *Sociologie des Crises Politiques*. Paris. Presses Universitaires de France.
- DURKHEIM, É. 1988. *Les Règles de la Méthode Sociologique*. Paris. Flammarion.
- ELSTER, J. 1990a. *The Cement of Society*. New York, Cambridge University Press.
- \_\_\_\_\_. 1990b. Racionalidade e Normas Sociais. In: *Revista ANPOCS*, No 12, vol. 5, Fev. 1990, pp. 55-69.
- FARLEY, M. 1988. After the Starting Line Blacks and Women in an Uphill Race. *Demography*, vol. 25, No. 4, Nov. 1988, pp. 477-495.
- FERREIRA, C.E.C. e CASTINHEIRAS, L.L. 1996. O Aumento da Violência entre Jovens Adultos e as Transformações no Padrão da Mortalidade Paulista. Como Vai? *População Brasileira*. Ano 1, No.3. Out. 96, Brasília, DF. 6-12.
- FERREIRA, O.S. 1986. A Teoria da "Coisa Nossa" ou a visão do público como negócio particular. São Paulo, GDR.
- FREUND, J. 1979. La violence et ses rapports avec la ville et les communautés. In: *Violence et Transgression*. Paris, Anthropos, pp. 35-59.
- FRIEDMAN, J.W. 1986. *Teoría del Oligopolio*. Madrid, Alianza Editorial. Fundação
- GOLD, R. 1979. Urban Violence and Contemporary Defensive Cities. *Journal of the American Institute of Planners*. May 1970. vol. XXXVI. No. 3, pp 146-159.
- GOUVEIA, A. T. 1983. O trabalho do menor: necessidade transfigurada em virtude. *Cadernos de Pesquisa*, n. 44, pp 55-62.

- GREEN, L.W. e KREUTER, M.W. 1991. Health Promotion Planning An Educational and Environmental Approach. 2nd ed. Mountain View, California. Mayfield Publishing Company.
- GUEDES, A.C. D. 1996. A Evolução da Mortalidade por Causas de Morte no Distrito Federal entre 1980 e 1990. In: Anais do X Encontro Nacional de Estudos Populacionais. Caxambu, Brazil. 7-11 October 1996. vol 4, pp 1989-2016.
- GUERRERO, R. 1997. Prevención de la Violencia a Través del Control de sus Factores de Riesgo. Apresentado na Reunião El Desafio de la Violencia Criminal Urbana. BID/Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro.
- HABERMAS, J. 1976. O conceito de poder de Hannah Arendt. In: Habermas, Sociologia. São Paulo, Atica, (1976) 1980. pp. 100-118.
- HENRIQUES, M.H.; SILVA, N. do V.; SINGH, S. E WULF, D. 1989. Adolescentes de Hoje, Pais de Amanhã: Brasil. The Alan Gumacher Institute, New York.
- HOLLANDA, S. B. de. 1969. Raízes do Brasil. Rio de Janeiro: José Olympio Editora.
- HORIUCHI, S. 1988. Measurement of Cohort Size Variations. Trabalho apresentado na conferência Future Changes in Population and Age Structure. Sopron, Hungary.
- \_\_\_\_\_. 1991. Measurement and analysis of cohort-size variations. Population Bulletin of the United Nations, No. 30, pp. 106-24. New York, New York.
- \_\_\_\_\_. 1995. The cohort approach to population growth: a retrospective decomposition of growth rates for Sweden. Population Studies, Vol. 49, No. 1, Mar 1995, pp. 147-63. London, England.
- HORIUCHI, S. e PRESTON, S.H. 1988. Age-Specific growth Rates: The legacy of Past Population. Dynamics Demography, v. 25, n.3.
- IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2000. Questionário da Amostra do Censo 2000.
- \_\_\_\_\_. 1979,1980,1981,1990,1991,1992. Estatísticas do Registro Civil.
- \_\_\_\_\_. 1980. Censo de População.
- \_\_\_\_\_. 1991. Censo de População.
- \_\_\_\_\_. 1995. Anuário Estatístico do Brasil. CD-ROM.
- \_\_\_\_\_. 1997. DEPIS, Tábuas de Mortalidade, Brasil e Regiões. Versão Preliminar. Mimeo.
- \_\_\_\_\_. 2002 . DEPIS, Tábuas de Mortalidade Brasil. Pagina WEB do IBGE.

- \_\_\_\_\_. Tabulações Especiais da PNAD, diversos anos. Fundação SEADE.
- \_\_\_\_\_. 1986. Perspectivas de população para o Estado de São Paulo e suas Regiões Administrativas 1980-2000. Informe Demográfico n. 18, SEADE, São Paulo.
- \_\_\_\_\_. 1994. Mortalidade e Sobrevivência no Estado de São Paulo. Informe Demográfico No.26. São Paulo.
- \_\_\_\_\_. 1996. Anuário Estatístico do Estado de São Paulo.
- IBGE/CELADE: 1984. Brasil: estimaciones y proyecciones de población, 1950-2025. Santiago de Chile, E/CEPOAL/CELADE/R2.
- JATOBÁ, J. 1990. Ciclo econômico e força de trabalho no Brasil urbano: 1987/1987. Brasília, IPEA, Cadernos de Economia, 1, 190 pp.
- JORGE, A. et alii. 1984. Categorias sócio-ocupacionais: uma perspectiva para análise da força de trabalho e da distribuição de rendimentos no Brasil. Anais do IV Encontro Nacional de Estudos Populacionais. ABEP, Águas de São Pedro, SP.
- JOSEPH, I. 1988. El Transeunte y el Espacio Urbano. Gedisa Editorial. Buenos Aires.
- JOZAN, P. 1989. Contrasts in Mortality Trends. Anais do International Population Conference. New Delhi, 1989. vol. 3, pp. 231-245.
- KEYFITZ, N. 1986. The twentieth century acceleration of population growth: dating the onset. In: POPNET, Population Network Newsletter, IIASA, Luxemburgo, Áustria.
- \_\_\_\_\_. 1987. The demographic discontinuity of the 1940s. IIASA Working Paper, No. WP-87-92, Sep 1987. 27 pp. International Institute for Applied Systems Analysis [IIASA]: Laxenburg, Austria.
- \_\_\_\_\_. 1988. The profile of inter-cohort increase. Mimeo. IIASA, Luxemburgo, Áustria.
- \_\_\_\_\_. 1989. Decomposition and reassembly of the age-time distribution. NUPRI Research Paper Series, No. 49, Feb 1989. vi, 21 pp. Nihon University, Population Research Institute: Tokyo, Japan.
- \_\_\_\_\_. 1990. The profile of intercohort increase. Mathematical Population Studies, Vol. 2, No. 2, 105-17, 161 pp. New York, New York/London, England.
- \_\_\_\_\_. 1994. Beyond stable theory: intercohort changes in USSR, U.S.A., and Europe. In: Demographic trends and patterns in the Soviet Union before 1991, edited by Wolfgang Lutz, Sergei Scherbov, and Andrei Volkov, pp. 461-75. Routledge: New York, New York/London, England; International Institute for Applied Systems Analysis [IIASA]: Laxenburg, Austria.

KOOPMAN, J.S. 1997. Epidemiology and Human Interactions: Emerging Metaphors, Models, and Methods. Paper presented to the Colombian Association of Epidemiology, October 8, 1997. Disponível em:

<http://www.umich.edu/~jkoopman/ColombiaTalk.htm>.

LOPES, A.G.S. 1994. Mortalidade por Causas Externas e Alguns Aspectos da Qualidade dos Dados. Boletim Técnico No. 9. Março 1994. Centro de Informações e Dados do Rio de Janeiro - CIDE.

LÓPEZ, M.V. et al. 1996. Muertes po Homicídio, Consequencia Fatal de la Violencia. El Caso de Mexico, 1979-1992. In: Rev. Saúde Pública, (30) 1: 46-52.

LOZANO, R. 1997. El Crimen en la Ciudad de México: Una Aproximación Epidemiológica. Apresentado na Reunião "El Desafio de la Violencia Criminal Urbana". BID/Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2-4 de março de 1997.

\_\_\_\_\_. 1993. Violência e sociabilidade. Tendências da atual conjuntura urbana no Brasil. Seminário Globalização, fragmentação e Reforma Urbana. Itamontes - MG, 26-29/10/93.

MADEIRA, F. R. 1984. Integração trabalho/escola no cotidiano de jovens de setores populares paulistanos. Relatório de Pesquisa para o CNPq. São Paulo.

\_\_\_\_\_. 1986. Los jóvenes en el Brasil: antiguos supuestos y nuevos derroteros. Revista de la CEPAL nº 29, p.57-81. Santiago do Chile.

\_\_\_\_\_. 1992. Evolução dos índices de escolaridade em São Paulo: década de 80. São Paulo, SEADE.

\_\_\_\_\_. 1993. Pobreza, escola e trabalho: convicções virtuosas, conexões viciosas. São Paulo em Perspectiva. São Paulo, Fundação Seade, v.7, n.1,1993, pp.70-83.

MADEIRA, F.R. (org.). 1997. Quem Mandou Nascer Mulher? UNICEF/Record/Rosa dos Tempos. Rio de Janeiro.

MADEIRA, F.R., BERCOVICH, A.M. 1992. A 'onda jovem' e seu impacto na população economicamente ativa de São Paulo. Planejamento e Políticas Públicas. Brasília, Ipea, v.1, n.8, 1992, p.1-28.

MARTINE, G.: 1991. A questão populacional no Brasil: elementos para a agenda da Fundação Mac Arthur. Brasília: D. Catherine T Mac Arthur Foundation / Instituto Sociedade População e Natureza.

MARTINE, G. e PELIANO, J.C. 1980. Migração, estrutura ocupacional e renda nas áreas metropolitanas. In: Moura, H. Migração interna: textos selecionados. Fortaleza, Banco do Nordeste.

- MARTINS, J. de S. 1989. Linchamentos: A Vida Por Um Fio. Travessia. Revista do Migrante. São Paulo. Centro de Estudos Migratórios, Mar./Ago. 1989, 2 (4) pp. 21-27.
- MELLO JORGE, M. H.P. 1988. Investigação sobre Mortalidade por Acidentes e Violências na Infância. Tese de Livre Docência. São Paulo: Faculdade de Saúde Pública. Universidade de São Paulo. Mimeo.
- \_\_\_\_\_. 1990. Situação Atual das Estatísticas Oficiais Relativas à Mortalidade por Causas Externas. Rev. Saúde Pública, 24 (3): 217-23.
- MELLO JORGE, M.H.P. CASCÃO, A. e SILVA, R.C. 2003. Acidentes e violências: Um guia para o aprimoramento da qualidade de sua informação. São Paulo, Centro Brasileiro de Classificação de Doenças.
- MERCY J.A., ROSENBERG M.L., POWELL K.E., BROOME C.V., ROPER W. 1993. Public Health Policy for Preventing Violence. Health Aff. (Winter): 7-29.
- MERRICK T.W. e BERQUÓ, E.: 1983. The Determinants of Brazil's Recent Rapid Decline in Fertility. Committee on Population and Demography, Report No.23.
- MINAYO, M.C. 1994. A Violência Social sob a Perspectiva da Saúde Pública. Cadernos de Saúde Pública (10) 1, 7-18, Rio de Janeiro, Escola Nacional de Saúde Pública, Fundação Oswaldo Cruz.
- MINISTÉRIO DA SAÚDE. 1995. Sistema de Informações sobre Mortalidade. Dados das Declarações de Óbito. 1979-1995. Fundação Nacional da Saúde. CENEPI/DATASUS. CD-ROM.
- \_\_\_\_\_. 2004. MS/SVS/DASIS. Pobreza, escola e trabalho: convicções virtuosas, conexões viciosas. Dados das Declarações de Óbito. 1996-2001. Fundação Nacional da Saúde. CENEPI/DATASUS. CD-ROM.
- MOLES, A.: 1990. Les Sciences de l'Imprécis. Éditions du Seuil. Paris. (Existe uma péssima tradução : Moles, A.: 1995. As Ciências do Impreciso. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro.)
- MOREIRA, M.M. 1996. Evolução da Mortalidade Adulta em Pernambuco 1930/40-1970/80, 1974/76-1979-81. Anais do X Encontro Nacional de Estudos Populacionais. Caxambu, Brazil. 7-11 October 1996. vol 4, 1925-1943.
- MORTARA, G. (coord.). 1946. Tábuas de Mortalidade e Sobrevivência Brasileiras. Distrito Federal e Município de São Paulo. IBGE. Rio de Janeiro.
- MURRAY, C.J.L. e LÓPEZ, A.L. 1996. Estimating Causes of Death: New Methodologies and Global and Regional Applications for 1990. Chapter e, p.158. in: The Global Burden of Disease: a Comprehensive Assessment of

Mortality and disability from diseases, Injuries and Risk Factors in 1990 Projected to 2020. Edited by C.J.L.Murray and A.L.López. Harvard University Press.

NANJO, Z. e KOBAYASHI, K: 1991. Measuring the demographic discontinuity. NUPRI Research Paper Series, No. 57, Mar 1991. vi, 25 pp. Nihon University, Population Research Institute: Tokyo, Japan.

CDC - National Committee for Injury Prevention and Control. Injury Prevention Meeting the Challenge. American Journal of Preventive Medicine, 1989 (suppl.) 1992-2203.

NEV/USP: 1992. Projeto de Pesquisa "Continuidade Autoritária e Construção da Democracia". Apresentação Preliminar. Mimeo.

OLIVEIRA, Z.L. 1987. A crise e os arranjos familiares do trabalho urbano. Águas de São Pedro, SP. Mimeo.

OPS - Organização Pan-americana da Saúde. 1990. Condiciones de Salud en las Américas. Washington, DC.

\_\_\_\_\_ 1992. Estadísticas de Salud de las Américas. Edición de 1992. pp. x a xvii. Washington, DC.

ORTIZ, L.P. YAZAKI, L.M. 1988. Mortalidade infanto-juvenil: o jovem na grande São Paulo. São Paulo, SEADE.

PAES, N. A. 1996. A Mortalidade por Causas no Brasil Qualidade de Comportamento dos Dados. Anais do X Encontro Nacional de Estudos Populacionais. Caxambu, Brazil. 7-11 October 1996. vol 4, 1945-1969.

PAGLIARO, E. 1996. A Mortalidade por Violências e Acidentes no Brasil. Como Vai? População Brasileira. Ano I. Especial.. Jun.96. 10-12. Brasília, DF.

PAIXÃO, A.L. 1990. A Violência urbana e a Sociologia Sobre Crenças e Fatos e Mitos e Teorias e Políticas e Linguagens e.... Religião e Sociedade. 15/1. 1990. 68-81.

PALLONI, A. 1993. Design Problems and Data Collection Strategies in Studies of Mortality Differentials. In: E. Arriaga (Editor) Readings in Population Research Methodology. Vol. 2. Mortality Research. United Nations Population Fund. Chicago, Ill., pp. 7-44/7-58.

PÉREZ Perdomo, R. 1997. "Medios de Comunicación y Crimen". Apresentado na Reunião "El Desafio de la Violencia Criminal Urbana". BID/Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2-4 de março de 1997.

PHEBO, L. 1996. A violência como fato epidemiológico. Saúde em Foco. Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro. ano V, No. 13. August. 4-6.

- PINHEIRO, P.S.M.S.; IZUMINO, E.A. e FERNANDES, M.C.J. 1991. Violência Fatal Conflitos Policiais em São Paulo (81-89). Revista USP, No. 9, pp. 95-112, Mar./Mai. 1991. FFLCH/USP, São Paulo, SP.
- PINHEIRO, P.S.M.S. et alii. 1991. Democracia, Direitos Humanos e Desenvolvimento Econômico e Social Obstáculos e Resistências - O Caso do Brasil. Trabalho apresentado no Seminário Latinoamericano de Expertos em Direitos Humanos, Democracia, Desenvolvimento Econômico e Social. Santiago de Chile.
- POLLARD, J.H. 1988. On the Decomposition of Changes in the Expectation of Life and Differentials in Life Expectancy. *Demography*, 25(2), 265-276.
- \_\_\_\_\_. 1996. On the Changing Shape of the Australian Mortality Curve. *Health Transition Review*, Supplement 6, 1996, 283-300.
- RATINOFF, L.: 1995. Insécurité Mondiale et Éducation: La Culture de la Mondialisation. In: *Perspectives*, vol. XXV, No 2, junho 1995.
- \_\_\_\_\_. 1997. Urbanización y Crimen. Apresentado na Reunião "El Desafio de la Violencia Criminal Urbana". BID/Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2-4 de março de 1997.
- REICHENHEIM, M., WERNECK, G. 1994. Anos Potenciais de Vida Perdidos no Rio de Janeiro, 1990. As Mortes Violentas em Questão. *Cadernos de Saúde Pública* (10) 1, 188-198. Escola Nacional de Saúde Pública. Fundação Oswaldo Cruz.
- REISS, J.A. e ROTH, J.A. eds. 1993. *Understanding and Preventing Violence*. Washington, DC. National Academy Press.
- RIOS-NETO, E. e CARVALHO, J.A.M. de. 1997. Demographic consequences of structural adjustment: the case of Brazil. In: *Demographic responses to economic adjustment in Latin America*, edited by Georges Tapinos, Andrew Mason, and Jorge Bravo. 174-98 pp. Clarendon Press: Oxford, England.
- RODRIGUES, E. 1997. Los jóvenes latinoamericanos frente a las transformaciones del mundo del trabajo. Documento apresentado no Fórum Internacional sobre Protagonismo Juvenil: La Construcción del Futuro en América Latina. São Paulo.
- RODRIGUES, G.C. FONSECA, M.C. e RODRIGUES, R.N. 1996. Índices de Mortalidade por Sexo e seu Impacto no Mercado Matrimonial. 1909-1924.
- ROTH, J.A.: 1994. *Psychoactive Substances and Violence*. US Dept. of Justice. Series Research in Brief. February 1994.
- ROZEMBERG, F. 1992. Crianças e adolescentes em situação de risco: a violência banalizada. São Paulo, mimeo.

- \_\_\_\_\_. 1993. O discurso sobre a criança de rua na década de 80. In: Cadernos de Pesquisa, n.87, pp. 71-81.
- RYDER, N. 1964. The cohort as a concept in the study of social change. *American Sociological Review*, New York, 6(6); dez.
- SABÓIA, J. 1991. Emprego nos anos oitenta: uma década perdida. Trabalho apresentado no Seminário Modelos de Organização Industrial e Trabalho, São Paulo.
- SABÓIA, J. e Tolipan, R. 1985. A relação anual de informações sociais – RAIS e o mercado formal de trabalho no Brasil: uma nota. In: Pesquisa e Planejamento Econômico, v. 15, n. 2, pp 447-456, ago. 1985.
- SANJUÁN, A.M. 1997. La Criminalidad en Caracas: Percepciones, Realidades Objetivas e Políticas. Apresentado na Reunião "El Desafio de la Violencia Criminal Urbana". BID/Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2-4 de março de 1997.
- SASSEN, S. 1988. The mobility of labor and capital: a study in international investment and labor flows. Cambridge, Cambridge University Press.
- SCHELLING, T. 1964. La Estrategia del Conflicto. Madrid. Ed. Tecnos.
- SCHMITTER, P.C. 1974. Still the century of corporatism. In: *Review of Politics*, 36 (1).
- SHIFTER, M. 1997. Violencia y los Medios: Agenda Democrática. Apresentado na Reunião "El Desafio de la Violencia Criminal Urbana". BID/Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro.
- SILVA, L. A. M. da. 1991. Violência Urbana: representação de uma ordem social. XV Encontro Anual da ANPOCS. Caxambú. 15-18/10/91.
- SOUZA, E.R.de. 1994. Homicídios no Brasil: O Grande Vilão da Saúde Pública na Década de 80. In: *Cadernos de Saúde Pública* (10) 1, 188-198. Escola Nacional de Saúde Pública. Fundação Oswaldo Cruz.
- SPINDEL, C.R. 1985. O menor assalariado registrado: condições de trabalho em áreas metropolitanas. São Paulo, IDESP.
- \_\_\_\_\_. 1987. A mulher frente à crise econômica dos anos 80. São Paulo, IDESP.
- SUSSEKIND, E. 1997. Brasil: Violência, Juventude e Cidadania. Apresentado na Reunião "El Desafio de la Violencia Criminal Urbana". BID/Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro.
- TEIXEIRA, P. 1996. Mortalidade na Infância no Nordeste dos Anos Trinta aos Noventa: Um Estudo de Tendências. Anais do X Encontro Nacional de Estudos Populacionais. Caxambu, Brazil. 7-11 October 1996.. vol.4. pp. 1971-1986.

THOMPSON, E. 1920. Ratio of Children to Women. Washington, U.S., Bureau of Census.

UNITED NATIONS: 1990. Population and Human Rights. Proceedings of the Expert Group Meeting on Population and Human Rights. Geneva, 3-6 April 1989.

UNITED STATES. Centers for Disease Control and Prevention [CDC] (Atlanta, Georgia). 1994. Firearm-related years of potential life lost before age 65 years--United States, 1980-1991. Morbidity and Mortality Weekly Report, Vol. 43, No. 33, Aug 26, 1994. 609-11 pp. Atlanta, Georgia.

VALLIN, J. 1993. Socioeconomic Determinants of Mortality in Industrialized Countries. In: E. Arriaga (Editor) Readings in Population Research Methodology. Vol. 2. Mortality Research.. United Nations Population Fund. Chicago, Ill. pp. 9-57/9-71. (Trabalho apresentado no Meeting on Socioeconomic Determinants and Consequences of Mortality: Junho 19-25, 1979. Mexico DF, Mexico.)

VASCONCELOS, A.M.N. 1996. Estatísticas de Mortalidade por Causas Uma Avaliação da Qualidade da Informação. Anais do X Encontro Nacional de Estudos Populacionais. Caxambu, Brazil. 7-11 October 1996.. vol. 1, 151-166.

WALDVOGEL, B.: 1992. Os Números da AIDS. São Paulo Surpreende. São Paulo em Perspectiva. Fundação SEADE. vol. 6, No. 4, Oct./Dez. 1992. São Paulo.

WEBER, M. 1969. Economia y Sociedad. Fondo de Cultura Económica. Mexico. 2 vols.

WEFFORT, F. 1990. "A América errada". In: Lua Nova, nº 21, outubro 1990, pp. 5-40.

WIEVIORKA, M. 1997. O Novo Paradigma da Violência. In: Tempo Social, Rev. Sociol. USP; S.Paulo, 9(1): 5-41, maio de 1997.

WILKINSON, R.G. 1994. Health, Redistribution and Growth. In: Paying for Inequality: the Economic Cost of Social Injustice. Edited by A. Glyn and D. Miliband. Rivers Oram Press. London.

\_\_\_\_\_ 1996. Unhealthy Societies. Routledge. London.

WILLIS, P. 1991. Aprendendo a ser trabalhador: escola, resistência e reprodução social. Trad. de Tomáz T. da Silva e Dayse Batista. Porto Alegre, RS, Artes Médicas.

WONG, L. L. 1988. A diminuição dos nascimentos e a queda da fecundidade no Brasil dos anos pós-80. In: ABEPE, Anais do V Encontro Nacional de Estudos Populacionais, Águas de São Pedro, São Paulo.

WRIGGINS, W.R. 1988. Youth Cohorts, Population Change, And Politics Five Intervening Variables. Paper presented at the Conference of Future Changes in Population and Age Structure. Sopron, Hungary.

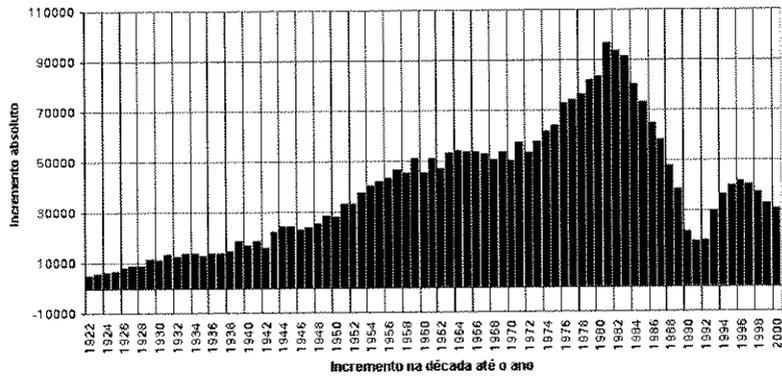
YAZAKI, L.M. e ORTIZ, L.P. 1988. Mortalidade infanto-juvenil. In: O jovem na Grande São Paulo. SEADE, Coleção realidade Paulista, v.2, São Paulo.

YUNES, J.; Rajs, D.: 1994. Tendencia de la Mortalidad por Causas Violentas en la Población General y entre los Adolescentes y Jóvenes de la Región de las Américas. In: Cadernos de Saúde Pública (10) 1, 188-198. Escola Nacional de Saúde Pública. Fundação Oswaldo Cruz.

---

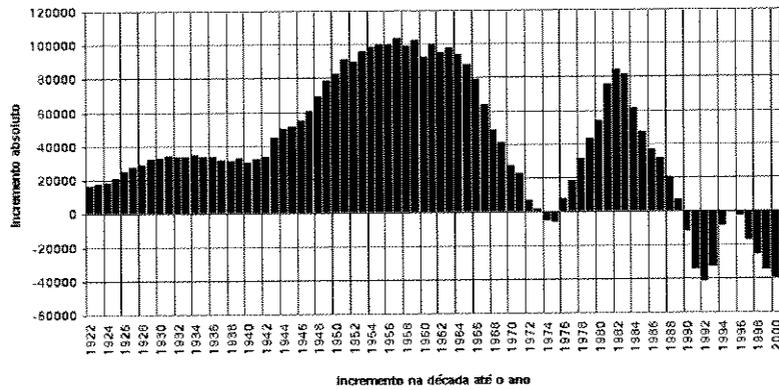
***Apêndice***

**GRÁFICO 1**  
Incremento entre Coortes  
Norte 1922-2000



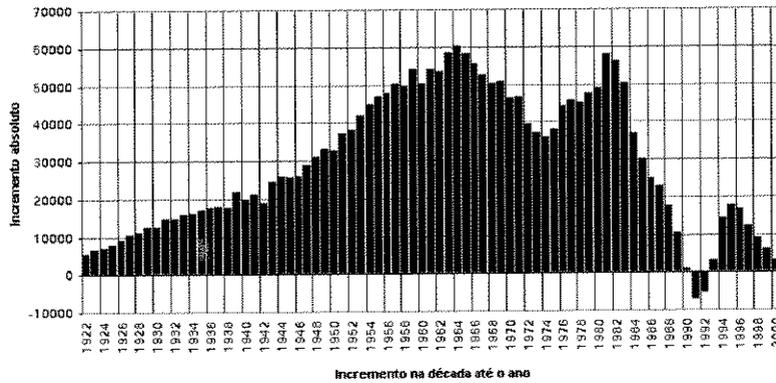
Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1991 e 2000.  
Nota: Dados Suavizados.

**GRÁFICO 2**  
Incremento entre Coortes  
Sul 1922-2000



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1991 e 2000.  
Nota: Dados Suavizados.

**GRÁFICO 3**  
Incremento entre Coortes  
Centro-Oeste 1922-2000



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1991 e 2000.  
Nota: Dados Suavizados.

GRÁFICO 4

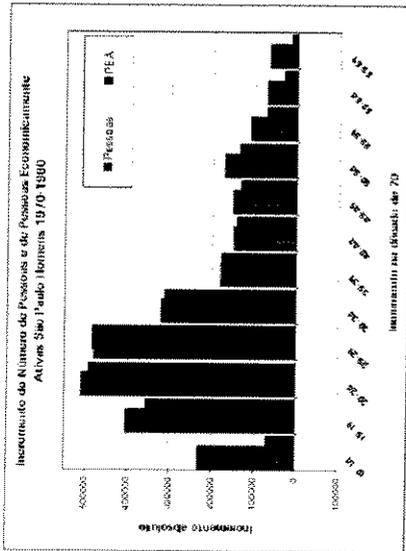


GRÁFICO 5

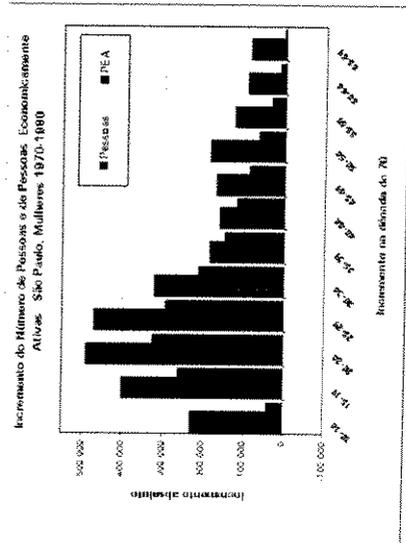


GRÁFICO 6

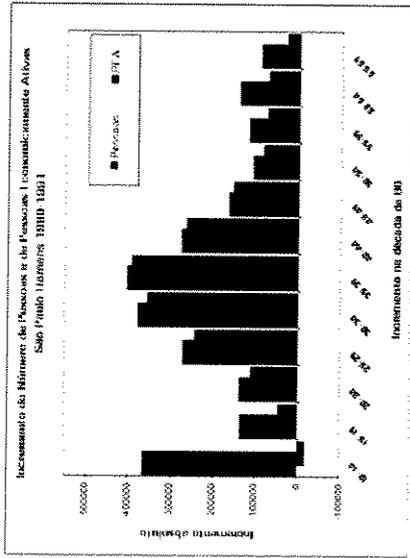


GRÁFICO 7

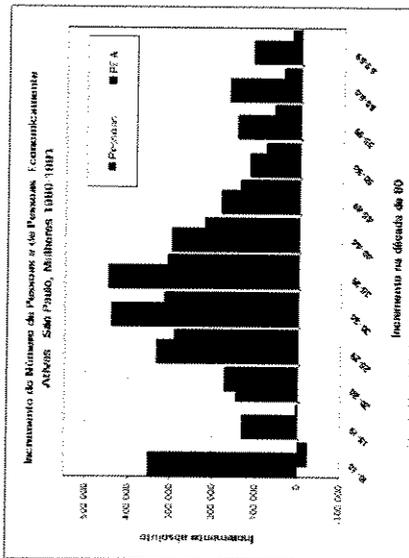


GRÁFICO 8

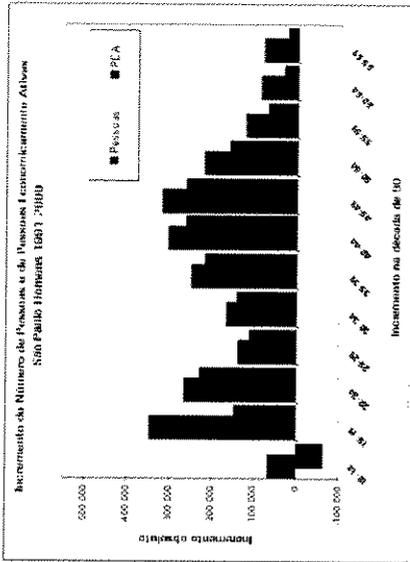


GRÁFICO 9

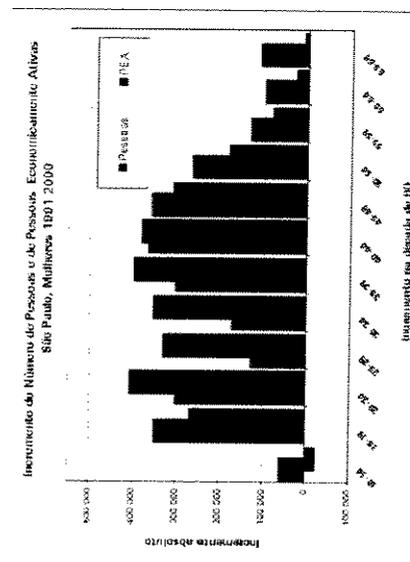


GRÁFICO 10

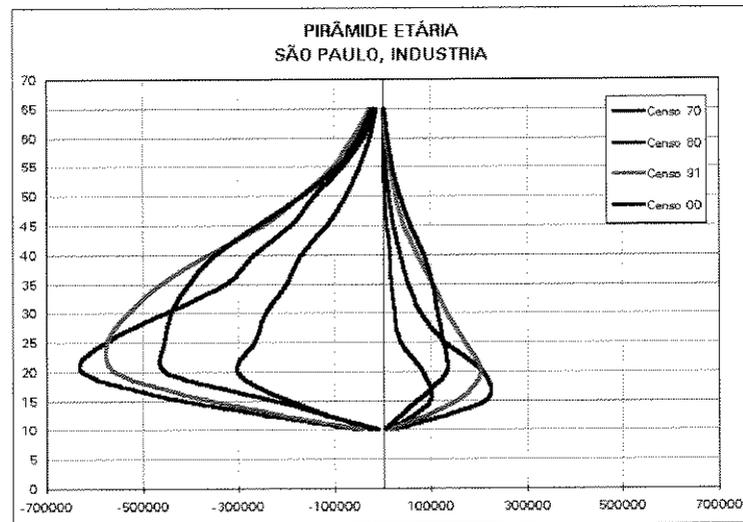


GRÁFICO 11

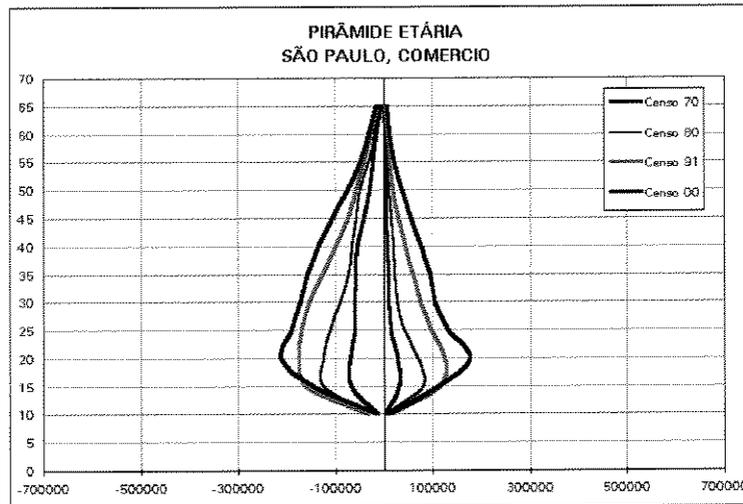
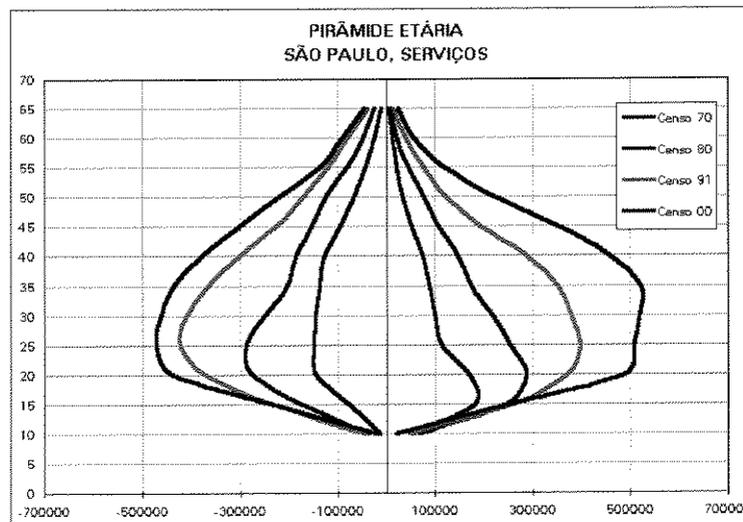


GRÁFICO 12



Fonte: IBGE Censos Demográficos 1970, 1980, 1991 e 2000

GRÁFICO 13

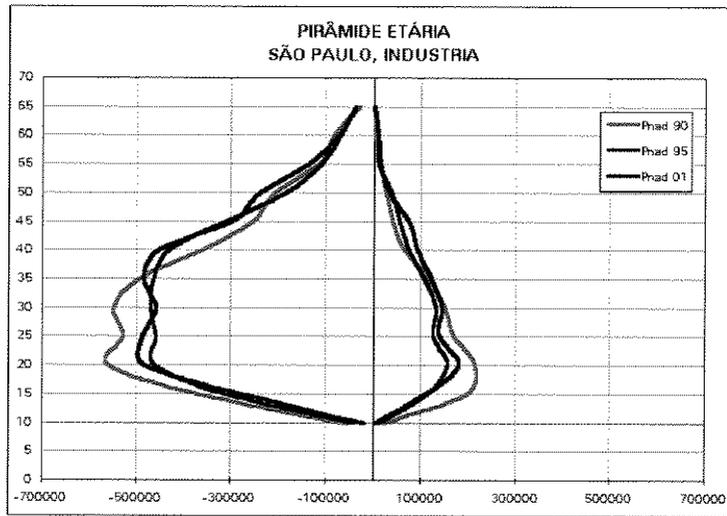


GRÁFICO 14

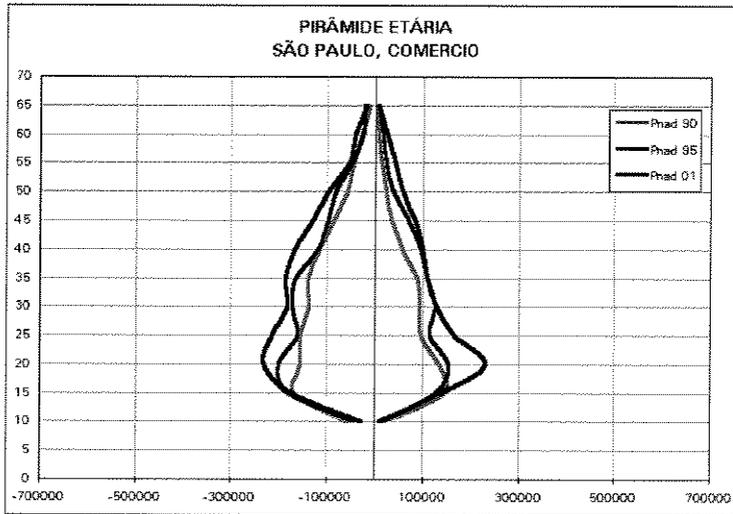
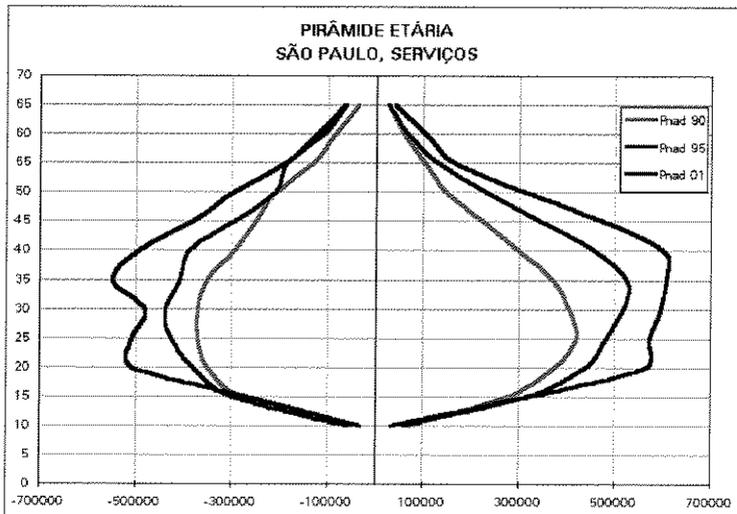


GRÁFICO 15



Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 1990, 1995 e 2001.

Tabela 1 - Incremento entre Coortes  
Brasil, Grandes Regiões e São Paulo - 1922 - 2000

Ano	Incremento entre coortes						
	Dados Suavizados						
	Brasil	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Cento-Oeste	São Paulo
1922	53.071	4.568	21.934	45.791	15.926	5.437	23.563
1923	108.077	5.520	26.637	52.342	17.118	8.461	26.782
1924	118.626	5.969	29.017	58.313	18.310	8.968	30.112
1925	133.330	6.648	31.778	66.322	20.753	7.829	34.883
1926	153.148	7.807	35.134	76.887	24.413	9.108	40.509
1927	167.722	8.497	37.117	84.517	27.163	10.429	44.409
1928	173.052	8.886	34.167	90.072	28.882	11.044	47.227
1929	201.261	11.169	41.424	103.887	32.207	12.573	52.865
1930	188.730	10.979	31.357	101.136	32.767	12.491	50.583
1931	213.495	13.157	44.708	106.894	34.068	14.689	52.581
1932	189.781	12.332	34.117	95.517	33.179	14.635	47.606
1933	195.917	13.695	38.076	95.018	33.380	15.789	46.576
1934	191.271	13.663	31.852	95.345	34.584	16.027	45.855
1935	177.451	12.849	25.713	88.506	33.534	16.849	42.313
1936	185.492	13.534	35.025	95.722	33.595	17.615	42.186
1937	178.669	13.694	40.106	75.350	31.588	17.930	38.042
1938	186.055	14.558	52.241	71.016	30.558	17.681	35.901
1939	233.693	18.369	75.471	85.357	32.887	21.628	43.248
1940	202.120	16.540	64.823	71.172	29.903	19.681	38.243
1941	221.063	18.646	68.818	80.345	32.315	21.137	42.878
1942	198.674	15.778	55.818	75.016	33.233	18.828	41.340
1943	287.881	22.169	84.895	111.716	44.610	24.490	58.980
1944	318.579	24.388	94.720	123.469	50.093	25.909	67.121
1945	309.398	24.215	81.493	127.147	51.020	25.524	70.995
1946	315.136	22.766	73.870	138.482	54.258	25.790	77.952
1947	359.983	23.844	80.718	166.260	60.299	28.962	92.264
1948	404.382	25.153	91.191	188.371	68.803	30.962	103.527
1949	456.251	28.392	100.263	216.425	78.321	32.851	118.851
1950	450.979	27.776	87.853	220.358	82.512	32.680	118.490
1951	517.451	33.091	104.342	252.104	90.743	37.172	133.446
1952	507.955	33.047	95.085	252.388	89.548	37.887	134.413
1953	566.234	37.669	110.113	281.489	95.254	41.710	149.186
1954	594.105	40.272	111.781	299.077	98.238	44.757	157.949
1955	604.720	41.916	115.037	301.405	98.517	46.847	157.346
1956	604.438	43.116	113.712	300.440	99.528	47.643	155.302
1957	627.265	46.453	122.867	304.485	103.237	50.225	156.515
1958	601.575	45.166	114.883	293.202	98.789	49.536	151.893
1959	647.299	50.769	135.288	305.006	102.286	53.951	168.260
1960	561.082	44.900	112.979	280.809	92.224	50.171	136.525
1961	611.270	50.848	140.720	286.029	99.726	53.647	135.847
1962	571.120	46.995	140.091	235.597	95.080	53.365	119.859
1963	639.127	53.300	160.896	248.850	97.826	58.455	126.276
1964	641.443	54.046	168.347	245.610	93.210	60.229	127.259
1965	600.731	53.344	180.295	221.610	87.414	58.069	117.176
1966	552.982	53.689	171.581	153.186	79.052	55.454	104.886
1967	489.403	52.490	164.401	155.948	64.052	52.511	87.367
1968	426.141	50.355	154.736	122.553	48.425	50.072	71.701
1969	425.315	53.391	154.464	125.265	41.417	50.776	74.672
1970	342.592	49.874	123.769	95.532	27.078	46.307	59.946
1971	369.994	57.180	128.699	114.882	22.943	46.491	71.773
1972	286.270	53.009	102.115	64.562	6.961	39.622	58.462
1973	284.374	57.391	106.833	81.323	1.650	37.178	60.036
1974	278.010	61.665	113.457	72.214	-5.395	36.010	56.641
1975	296.389	63.763	115.923	85.482	-5.730	37.953	61.138
1976	413.357	72.549	149.916	139.056	7.543	44.285	83.945
1977	471.149	79.912	162.303	171.095	18.063	45.777	95.538
1978	530.487	76.207	177.934	199.540	31.562	45.244	109.834
1979	601.848	81.789	197.523	232.161	42.990	47.384	125.639
1980	653.950	83.270	214.554	253.317	53.778	49.030	136.097
1981	796.604	96.819	264.483	301.753	75.676	57.876	160.345
1982	784.468	93.397	255.623	294.911	84.420	56.118	160.991
1983	717.295	91.434	220.934	272.784	81.927	50.206	153.229
1984	546.975	80.246	182.873	206.074	80.831	36.948	123.134
1985	447.623	73.038	133.049	164.208	47.280	30.048	105.930
1986	382.151	64.781	111.434	124.548	36.327	25.060	89.503
1987	298.521	57.860	86.472	99.963	31.419	22.788	77.321
1988	178.807	47.863	37.419	53.520	20.305	17.701	49.897
1989	27.751	38.226	-24.247	-3.572	6.955	10.389	17.540
1990	-178.407	21.769	-104.916	-82.562	-11.619	821	-25.989
1991	-314.988	17.353	-144.781	-146.307	-34.324	-6.909	-65.006
1992	-335.429	17.823	-154.788	-152.021	-41.229	-5.215	-72.203
1993	-234.373	29.362	-125.509	-108.487	-32.702	2.971	-53.340
1994	-96.885	36.086	-104.237	-34.795	-8.052	14.303	-15.773
1995	-44.585	39.753	-96.573	-5.038	-254	17.527	-2.222
1996	-42.914	41.616	-103.083	4.213	-2.187	16.528	2.522
1997	-93.944	40.315	-118.808	-11.036	-16.731	12.316	-1.369
1998	-122.209	36.964	-125.348	-17.213	-25.855	9.044	2.260
1999	-133.266	32.636	-107.151	-29.513	-35.126	5.889	-697
2000	-128.859	30.438	-85.375	-37.479	-39.367	2.924	-4.927

Fonte: IBGE - Censos Demográficos 1991 e 2000

Tabela 2 - Incremento do Número de Jovens - Brasil - 1930 - 2015

Anos	Incremento do número de homens			Incremento do número de mulheres			Incremento do número de jovens		
	15-19	20-24	15-24	15-19	20-24	15-24	15-19	20-24	15-24
1930/40	223.067	278.659	501.726	316.585	440.839	757.424	539.652	719.498	1.259.150
1935/45	386.479	223.067	609.547	537.365	316.585	853.950	923.844	539.652	1.463.497
1940/50	393.590	386.479	730.069	555.568	537.365	1.092.933	949.158	923.844	1.973.003
1945/55	467.412	393.590	861.002	574.245	555.568	1.129.813	1.041.657	949.158	1.990.815
1950/60	598.991	467.412	1.066.404	688.978	574.245	1.263.223	1.287.970	1.041.657	2.329.627
1955/65	953.539	598.991	1.552.530	1.037.005	688.978	1.725.983	1.990.544	1.287.970	3.278.513
1960/70	1.308.752	953.539	2.262.291	1.484.762	1.037.005	2.521.767	2.793.514	1.990.544	4.784.057
1965/75	1.450.511	1.308.752	2.759.263	1.652.230	1.484.762	3.136.991	3.102.741	2.793.514	5.895.254
1970/80	1.431.898	1.450.511	2.882.399	1.572.747	1.652.230	3.224.977	3.004.625	3.102.741	6.107.376
1975/85	1.135.095	1.431.898	2.566.993	1.174.842	1.572.747	2.747.589	2.309.997	3.004.625	5.314.572
1980/90	732.140	1.135.095	1.867.234	691.276	1.174.842	1.866.119	1.423.416	2.309.997	3.733.353
1985/95	1.377.363	732.140	2.109.503	1.284.003	691.276	1.975.279	2.661.366	1.423.416	4.084.782
1990/00	1.745.679	1.377.363	3.123.043	1.545.710	1.284.003	2.829.713	3.291.390	2.661.366	5.952.756
1995/05	455.267	1.745.679	2.201.047	288.764	1.545.710	1.834.474	744.131	3.291.390	4.035.521
2000/10	-520.077	455.267	-64.710	-523.736	288.764	-234.972	-1.043.813	744.131	-299.682
2005/15	-281.562	-520.077	-801.640	-284.070	-523.736	-807.806	-565.633	-1.043.813	-1.609.446

Fonte: IBGE. Censos Demográficos 1991 e 2000.

Tabela 3 - Incremento do Número de Jovens - São Paulo - 1930 - 2015

Anos	Incremento do número de homens			Incremento do número de mulheres			Incremento do número de jovens		
	15-19	20-24	15-24	15-19	20-24	15-24	15-19	20-24	15-24
1930/40	54.037	150.871	204.908	82.248	-1.608	80.641	136.345	149.263	285.609
1935/45	101.578	54.037	155.615	142.349	82.248	224.597	243.927	136.345	380.272
1940/50	98.037	101.578	199.615	134.017	142.349	276.366	232.053	243.927	475.980
1945/55	90.679	98.037	188.715	114.347	134.017	248.363	205.025	232.053	437.078
1950/60	124.911	90.679	215.589	145.468	114.347	259.814	270.378	205.025	475.404
1955/65	240.540	124.911	365.450	274.290	145.468	419.758	514.830	270.378	785.208
1960/70	342.878	240.540	583.418	393.685	274.290	667.975	736.568	514.830	1.251.392
1965/75	350.074	342.878	692.952	419.011	393.685	812.696	769.085	736.568	1.505.648
1970/80	275.278	350.074	625.352	339.646	419.011	758.657	614.924	769.085	1.384.009
1975/85	200.643	275.278	475.921	208.967	339.646	548.613	409.610	614.924	1.024.534
1980/90	147.846	200.643	348.490	139.068	208.967	348.035	286.914	409.610	696.525
1985/95	258.978	147.846	406.824	295.297	139.068	434.365	554.275	286.914	841.189
1990/00	354.860	258.978	613.837	342.890	295.297	637.987	697.549	554.275	1.251.824
1995/05	123.603	354.860	478.462	100.298	342.890	442.983	223.896	697.549	921.445
2000/10	-106.891	123.603	16.711	-106.812	100.298	-6.319	-213.504	223.896	10.392
2005/15	-5.683	-106.891	-112.574	-5.257	-106.812	-111.870	-10.940	-213.504	-234.444

Fonte: IBGE. Censos Demográficos 1991 e 2000.

Tabela 4 - Incremento do Número de Jovens - Região Metropolitana de São Paulo - 1930 - 2015

Anos	Incremento do número de homens			Incremento do número de mulheres			Incremento do número de jovens		
	15-19	20-24	15-24	15-19	20-24	15-24	15-19	20-24	15-24
1930/40	22.713	20.148	42.861	37.404	43.554	80.958	60.117	63.702	123.819
1935/45	41.711	22.713	64.424	64.229	37.404	101.632	105.940	60.117	166.056
1940/50	35.806	41.711	77.517	54.228	64.229	118.456	90.034	105.940	195.973
1945/55	35.034	35.806	70.840	44.999	54.228	99.127	79.933	90.034	169.967
1950/60	55.262	35.034	90.296	65.400	44.999	110.299	120.662	79.933	200.596
1955/65	110.350	55.262	165.613	133.674	65.400	199.074	244.024	120.662	364.687
1960/70	155.233	110.350	265.583	191.816	133.674	325.490	347.049	244.024	591.074
1965/75	147.789	155.233	303.016	190.878	191.816	382.694	338.660	347.049	685.710
1970/80	103.952	147.789	251.734	138.994	190.878	329.872	242.946	338.660	581.606
1975/85	88.360	103.952	192.312	87.240	138.994	226.234	175.600	242.946	418.546
1980/90	69.990	88.360	158.350	69.737	87.240	156.977	139.727	175.600	315.327
1985/95	107.218	69.990	177.208	145.515	69.737	215.252	252.733	139.727	392.460
1990/00	167.431	107.218	274.649	164.310	145.515	309.825	331.741	252.733	584.474
1995/05	59.415	167.431	226.846	47.522	164.310	211.832	106.937	331.741	438.678
2000/10	-59.470	59.415	-65	-61.529	47.522	-14.007	-120.999	106.937	-14.063
2005/15	21.372	-59.470	-38.099	19.790	-61.529	-41.739	41.162	-120.999	-79.838

Fonte: IBGE. Censos Demográficos 1991 e 2000.

Tabela 5 - Incremento do Número de Idosos - Brasil

Anos	Incremento do número de homens			Incremento do número de mulheres			Incremento do número de idosos		
	65-69	70-74	75-79	65-69	70-74	75-79	65-69	70-74	75-79
1985/95	386.479	229.067	278.659	537.365	316.585	440.839	923.844	539.652	719.498
1990/00	393.590	386.479	223.067	555.568	537.365	316.585	949.158	923.844	539.652
1995/05	467.412	393.590	386.479	574.245	555.568	537.365	1.041.657	949.158	923.844
2000/10	598.991	467.412	393.590	688.978	574.245	555.568	1.267.970	1.041.657	949.158
2005/15	953.539	598.991	467.412	1.037.005	688.978	574.245	1.990.544	1.267.970	1.041.657
2010/20	1.308.752	953.539	598.991	1.484.762	1.037.005	688.978	2.793.514	1.990.544	1.267.970
2015/25	1.450.511	1.308.752	953.539	1.652.230	1.484.762	1.037.005	3.102.741	2.793.514	1.990.544
2020/30	1.431.888	1.450.511	1.308.752	1.572.747	1.652.230	1.484.762	3.004.635	3.102.741	2.793.514
2025/35	1.135.095	1.431.888	1.450.511	1.174.842	1.572.747	1.652.230	2.309.937	3.004.635	3.102.741
2030/40	732.140	1.135.095	1.431.888	691.276	1.174.842	1.572.747	1.423.416	2.309.937	3.004.635
2035/45	1.377.363	732.140	1.135.095	1.284.003	691.276	1.174.842	2.661.366	1.423.416	2.309.937
2040/50	1.745.679	1.377.363	732.140	1.545.710	1.284.003	691.276	3.291.390	2.661.366	1.423.416
2045/55	455.367	1.745.679	1.377.363	285.764	1.545.710	1.284.003	744.131	3.291.390	2.661.366
2050/60	-520.077	455.367	1.745.679	-523.736	285.764	1.545.710	-1.043.813	744.131	3.291.390
2055/65	-281.562	-520.077	455.367	-284.070	-523.736	285.764	-565.633	-1.043.813	744.131

Fonte: IBGE. Censos Demográficos 1991 e 2000.

Tabela 6 - População residente por sexo, segundo os grupos de idade - Brasil - 1970 - 2000

Grupos de idade	1970			1980			1991			2000		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
<b>TOTAL</b>	<b>94.296.183</b>	<b>47.075.232</b>	<b>47.220.951</b>	<b>118.986.834</b>	<b>59.082.225</b>	<b>59.904.789</b>	<b>148.815.796</b>	<b>72.478.182</b>	<b>74.337.634</b>	<b>189.872.856</b>	<b>83.602.317</b>	<b>86.270.539</b>
0-4	13.995.272	7.061.119	6.934.153	16.428.063	8.310.888	8.117.375	18.532.389	8.392.895	8.139.504	16.385.239	8.391.082	8.056.157
5-9	13.420.828	6.778.214	6.642.614	14.771.793	7.477.679	7.294.114	17.423.142	8.837.675	8.585.467	16.575.259	8.419.950	8.155.309
10-14	11.963.801	5.979.845	5.983.956	14.252.621	7.158.309	7.094.312	17.049.637	8.684.912	8.464.725	17.363.683	8.783.839	8.579.844
15-19	10.652.807	5.163.186	5.389.741	13.569.438	6.705.370	6.864.068	15.012.509	7.497.312	7.515.197	17.949.289	9.027.954	8.921.295
20-24	8.617.846	4.237.031	4.380.815	11.517.327	5.677.093	5.840.244	13.558.380	6.720.109	6.838.271	16.142.935	8.048.459	8.094.478
25-29	6.541.023	3.235.167	3.305.856	9.448.469	4.647.438	4.802.051	12.629.048	6.170.595	6.458.454	13.847.459	6.814.307	7.033.162
30-34	5.772.761	2.884.102	2.888.659	7.690.086	3.803.846	3.886.140	11.061.078	5.402.672	5.658.406	13.029.101	6.364.534	6.664.517
35-39	5.126.104	2.534.527	2.591.577	6.355.559	3.128.215	3.227.344	9.461.567	4.592.572	4.868.994	12.280.820	5.959.042	6.304.778
40-44	4.541.847	2.313.556	2.228.361	5.725.484	2.855.016	2.870.468	7.844.597	3.953.398	3.891.189	10.547.259	5.113.150	5.434.109
45-49	3.577.031	1.823.810	1.753.221	4.654.188	2.301.672	2.352.516	6.152.758	2.966.461	3.166.295	8.726.153	4.215.895	4.510.458
50-54	2.960.853	1.513.047	1.447.806	4.109.922	2.035.380	2.074.542	5.185.183	2.528.564	2.656.619	7.053.133	3.405.793	3.647.340
55-59	2.351.370	1.162.864	1.188.506	3.148.899	1.564.670	1.584.229	4.245.385	2.008.384	2.240.001	5.461.489	2.584.151	2.887.347
60-64	1.849.378	891.467	917.911	2.438.049	1.183.759	1.254.290	3.636.500	1.708.468	1.928.032	4.611.991	2.155.967	2.455.993
65-69	1.269.839	630.619	636.020	2.032.647	984.162	1.048.485	2.775.279	1.308.893	1.466.386	3.579.637	1.631.459	1.948.180
70-74	838.845	403.967	434.848	1.328.379	633.195	695.184	1.882.567	967.088	1.015.509	2.774.520	1.246.425	1.528.105
75-79	438.177	203.395	234.842	837.127	381.351	455.776	1.273.671	565.473	707.198	1.785.253	798.515	998.738
80+	459.791	189.046	270.745	579.625	236.252	343.373	1.108.067	446.260	661.807	1.767.607	707.295	1.060.342

Fonte: IBGE - Censos Demográficos 1970, 1980, 1991 e 2000 - Resultados da Amostra.

Tabela 7 - População economicamente ativa por sexo, segundo os grupos de idade - Brasil - 1970 - 2000

Grupos de idade	1970			1980			1991			2000		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
Total	30.126.184	23.897.199	6.228.985	43.172.180	31.346.413	11.825.767	58.456.127	39.489.392	18.966.745	77.467.473	46.546.419	30.921.054
10-14	1.532.703	1.153.775	378.928	2.059.948	1.448.675	611.273	1.784.825	1.229.386	555.539	1.624.539	1.047.166	577.373
15-19	4.502.227	3.203.777	1.298.450	6.487.220	4.345.217	2.142.003	7.029.797	4.637.940	2.391.857	8.892.002	5.270.427	3.621.575
20-24	4.930.774	3.692.316	1.238.458	7.382.951	5.111.110	2.271.841	9.121.337	5.998.753	3.122.584	11.920.167	6.992.631	4.927.536
25-29	3.846.698	3.074.722	771.974	6.190.117	4.463.698	1.726.419	8.855.061	5.880.239	2.974.823	10.662.551	6.250.460	4.392.091
30-34	3.387.442	2.779.962	607.480	5.034.158	3.684.325	1.349.833	7.842.621	5.207.470	2.635.151	10.151.575	5.943.021	4.208.554
35-39	2.885.005	2.431.968	453.037	4.090.573	3.007.541	1.083.032	6.721.750	4.423.592	2.298.158	9.558.886	5.547.388	4.011.498
40-44	2.651.457	2.151.037	500.420	3.603.766	2.697.012	906.754	5.480.936	3.685.515	1.794.823	8.020.188	4.892.040	3.328.148
45-49	2.018.071	1.687.905	330.166	2.769.077	2.106.957	662.120	3.980.057	2.751.631	1.228.426	6.179.732	3.716.970	2.462.762
50-54	1.571.206	1.328.471	242.735	2.232.096	1.744.089	488.006	2.965.473	2.134.561	830.912	4.358.021	2.751.178	1.606.843
55-59	1.198.031	976.171	221.860	1.512.499	1.218.581	293.918	2.049.341	1.506.206	543.135	2.789.384	1.855.629	933.755
60-64	777.579	675.786	101.793	951.815	793.696	158.119	1.400.774	1.087.151	313.623	1.698.543	1.229.376	469.167
65-69	440.429	386.224	54.205	532.306	452.401	79.905	718.433	566.371	152.062	873.627	658.235	215.392
70-74	217.699	192.229	25.470	205.885	178.215	27.670	307.099	240.505	66.594	430.564	334.439	96.125
75-79	88.312	78.344	9.968	83.477	72.839	10.638	144.275	109.636	34.639	187.728	147.147	40.581
80+	58.352	50.532	7.820	26.393	22.097	4.296	74.846	50.027	24.819	99.847	70.313	29.534

Fonte: IBGE, Censos Demográficos 1970, 1980, 1991 e 2000 - Resultados da Amostra

Tabela 8 - Pessoas ocupadas de 10 anos ou mais de idade por sexo, segundo os grupos de idade - Brasil - 1970 - 2000

Grupos de idade	1970			1980			1991			2000		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
TOTAL	29.903.979	23.721.042	6.182.937	42.208.762	30.720.036	11.488.726	55.293.311	37.731.636	17.561.675	65.629.892	40.860.097	24.769.795
10-14	1.490.069	1.118.969	371.100	1.845.521	1.300.446	545.075	1.461.178	1.031.582	429.596	1.142.498	771.872	370.626
15-19	4.360.393	3.113.276	1.277.117	6.171.145	4.124.081	2.047.064	6.310.377	4.169.232	2.141.145	5.975.924	3.781.348	2.194.576
20-24	4.880.256	3.659.547	1.226.709	7.185.662	4.979.117	2.207.545	8.471.112	5.609.426	2.861.686	9.484.940	5.866.900	3.618.040
25-29	3.835.385	3.066.512	768.873	6.101.109	4.413.094	1.688.015	8.442.342	5.656.048	2.786.294	9.160.591	5.650.186	3.510.405
30-34	3.384.454	2.771.969	612.485	4.992.571	3.662.626	1.329.946	7.570.888	5.063.786	2.507.102	8.944.375	5.441.969	3.502.406
35-39	2.963.500	2.431.026	532.474	4.065.592	2.994.508	1.071.084	6.534.850	4.325.876	2.208.974	8.525.679	5.105.519	3.420.160
40-44	2.650.699	2.190.554	460.145	3.584.594	2.686.612	897.922	5.325.087	3.595.099	1.729.988	7.221.234	4.322.255	2.898.979
45-49	2.017.685	1.687.644	330.021	2.754.637	2.099.212	655.425	3.877.001	2.700.809	1.176.092	5.597.039	3.418.162	2.180.877
50-54	1.571.057	1.328.364	242.693	2.220.339	1.737.431	482.908	2.877.271	2.086.264	781.007	3.972.618	2.525.693	1.446.925
55-59	1.137.970	876.126	161.844	1.503.274	1.212.962	290.312	1.973.288	1.477.360	495.928	2.554.667	1.705.300	849.367
60-64	777.567	675.754	101.813	944.701	789.425	155.276	1.331.340	1.065.061	266.279	1.566.984	1.137.212	429.772
65-69	440.410	386.205	54.205	527.530	450.025	77.505	667.110	554.938	112.172	811.524	613.835	197.689
70-74	217.899	192.229	25.670	203.636	177.016	26.620	273.721	234.085	39.636	404.275	316.117	88.158
75-79	88.308	78.340	9.968	82.184	71.893	10.291	122.117	105.515	16.602	175.441	139.702	35.739
80+	58.347	50.527	7.820	25.327	21.609	3.718	55.629	46.455	9.174	91.173	66.527	24.646

Fonte: IBGE. Censos Demográficos 1970, 1980, 1991 e 2000 - Resultados da Amostra

Tabela 9 - Taxa de atividade na população e no incremento da população - homens - São Paulo - 1970 - 2000

Grupos de Idade em	Taxa de atividade na população e no incremento da população - Homens					2000	
	Tabela 10 - Pessoas economicamente ativas do sexo masculino no mercado de trabalho, segundo grupos de idade selecionados - São Paulo 1970 - 2000						
<b>Total</b>						<b>71,7</b>	
	<b>GRUPOS DE IDADE</b>	<b>PARTICIPAÇÃO DAS PESSOAS ECONOMICAMENTE ATIVAS NO MERCADO DE TRABALHO - HOMENS</b>					
		<b>1970</b>	<b>1980</b>	<b>1991</b>	<b>2000</b>		
<b>10 a 14</b>						7,7	
<b>15 a 19</b>						63,0	
<b>20 a 24</b>						90,3	
<b>25 a 29</b>	<b>15-24</b>	28,2	30,4	26,0	25,6	94,2	
<b>30 a 34</b>	<b>30-39</b>	23,7	22,6	26,3	25,7	95,1	
<b>35 a 39</b>	<b>40-49</b>	17,5	15,5	17,0	19,3	94,5	
<b>40 a 44</b>	Fonte: IBGE. Censos Demográficos 1970, 1980, 1991 e 2000.					92,8	
<b>45 a 49</b>	91,1	87,6	90,1	94,3	91,1	82,1	88,3
<b>50 a 54</b>	83,7	79,4	82,2	77,5	81,3	72,2	78,9
<b>55 a 59</b>	75,0	63,6	71,5	62,8	69,3	57,0	66,8
<b>60 a 64</b>	61,7	46,9	57,8	50,4	55,3	37,8	52,3
<b>65 a 69</b>	46,2	22,3	38,2	33,3	36,7	29,7	35,2
<b>70+</b>	25,2	0,7	16,5	14,6	15,8	18,1	16,6

Fonte: Censos Demográficos 1970, 1980, 1991 e 2000 - Resultados da Amostra.

Tabela 10 - Pessoas economicamente ativas do sexo masculino no mercado de trabalho, segundo grupos de idade selecionados - São Paulo 1970 - 2000

GRUPOS DE IDADE	PARTICIPAÇÃO DAS PESSOAS ECONOMICAMENTE ATIVAS NO MERCADO DE TRABALHO - HOMENS			
	1970	1980	1991	2000
<b>15-24</b>	28,2	30,4	26,0	25,6
<b>30-39</b>	23,7	22,6	26,3	25,7
<b>40-49</b>	17,5	15,5	17,0	19,3

Fonte: IBGE. Censos Demográficos 1970, 1980, 1991 e 2000.